JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Câmara Municipal de Nova Guarita 4
Camara Municipal de Paranatinga 4
Camara Municipal de Poxoréu 5
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 5
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 6
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 16
Prefeitura Municipal de Acorizal 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 17
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 27
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 28
Prefeitura Municipal de Apiacás 28
Prefeitura Municipal de Araputanga 28
Prefeitura Municipal de Arenápolis 29
Prefeitura Municipal de Aripuanã 30
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 70
Prefeitura Municipal de Brasnorte 79
Prefeitura Municipal de Cáceres 79
Prefeitura Municipal de Campinápolis 89
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 90
Prefeitura Municipal de Campo Verde 94
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 95
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 96
Prefeitura Municipal de Canarana 103
Prefeitura Municipal de Carlinda 105
Prefeitura Municipal de Castanheira 109
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 112
Prefeitura Municipal de Cláudia 117
Prefeitura Municipal de Cocalinho 118
Prefeitura Municipal de Colíder 120
Prefeitura Municipal de Colniza 121
Prefeitura Municipal de Comodoro 123
Prefeitura Municipal de Confresa 131
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 141
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 162
Prefeitura Municipal de Cuiabá 162
Prefeitura Municipal de Curvelândia 163
Prefeitura Municipal de Diamantino 164
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 165
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 166
Prefeitura Municipal de General Carneiro 171
Prefeitura Municipal de Itanhangá 171
Prefeitura Municipal de Itiquira 172
Prefeitura Municipal de Jaciara 172
Prefeitura Municipal de Juara 173
Prefeitura Municipal de Juruena 184
Prefeitura Municipal de Juscimeira 190
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 190
Prefeitura Municipal de Luciara 191

Prefeitura Municipal de Matupá 197
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 204
Prefeitura Municipal de Nobres 207
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 209
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 213
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 247
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 261
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 263
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 268
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 270
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 273
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 275
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 277
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 281
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 282
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 282
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 282
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 283
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 297
Prefeitura Municipal de Paranatinga 298
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 302
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 308
Prefeitura Municipal de Poconé 360
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 363
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 365
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 366
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 366
Prefeitura Municipal de Poxoréu 367
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 372
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 374
Prefeitura Municipal de Rio Branco 376
Prefeitura Municipal de Rondolândia 378
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 378
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 379
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 381
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 383
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 385
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 386
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 387
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 387
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 390
Prefeitura Municipal de São José do Povo 411
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 412
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 413
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 414
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 415
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 417
Prefeitura Municipal de Tabaporã 418
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 422
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 435
Prefeitura Municipal de Torixoréu 436
Prefeitura Municipal de União do Sul 437
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 439
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 440
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 455
Prefeitura Municipal de Vila Rica 457
União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT 461

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 148/2021

"*Dispõe sobre a abertura de Sindicância Interna e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e de acordo com os artigos 219, 220 e 221 da Lei Complementar nº 25, de 27/11/1997:

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 2653, de 09 de julho de 2021, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar à abertura do Processo de Sindicância para análise de culpabilidade e aplicação de possíveis sanções diante do não cumprimento da Cláusula 8.2. do Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 009/2021, Processo Licitatório nº 011/2021, qual resultou na Ata de Registro de Preço nº 007/2021, assinado com a empresa vencedora MARIA JOSÉ DOS REIS NETO-ME, inscrita no CNPJ 10.226.940/0001-57.

Art. 2º A Comissão Permanente de Processo Administrativo e Sindicância Interna deste Poder Legislativo Municipal de Cáceres, deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Presidente deste Poder Legislativo Municipal de Cáceres, que autorizará mediante despacho, a prorrogação por meio de Portaria específica para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 12 de julho de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 147/2021

"*Dispõe sobre a nomeação de servidor(a) para prestar apoio temporário nas sessões legislativas e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, nos termos da Lei nº 2.524 de 03 de março de 2016, e suas respectivas alterações.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 2672, de 12 de julho de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora, abaixo relacionada, para prestar apoio temporário nas sessões legislativas ordinárias, extraordinárias ou audiências públicas, a partir do dia 01 de julho de 2021 ao dia 20 de julho de 2021:

MATRÍCULA	SERVIDOR
0657	RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA DA COSTA

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 12 de julho de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL

O Presente Contrato decorre do Processo Seletivo Simplificado nº001/2021, em consonância com o artigo 37. IX da Constituição federal, do artigo 26, VI da Lei Orgânica do Município de Nova Guarita – MT, do artigo 197, da Lei Municipal nº23/1995. Da Lei Municipal nº809/2021, do Decreto nº01/2021 da Câmara Municipal de Nova Guarita – MT e do Decretonº041/2021 da Prefeitura Municipal.

CONTRATO Nº. 009/2021/CMNG

PRAZO: Início: 12/07/2021 - Final 31/12/2021

VALOR: R$ 1.375.00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais).

FORMA DE PAGAMENTO: pagos mensalmente em conjunto com a folha de pagamento de todos os demais funcionários.

CONTRATADA:ARIANE DA SILVA GOMES – CPF: 045.363.641-10

OBJETO: Contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas funções nas dependências do Prédio da Câmara Municipal de Nova Guarita – MT, com carga horaria de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DOTAÇÃO: 3.1.90.04-00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Nova Guarita – MT, 12 de julho de 2021

HEITOR BALESTRIN

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

EXTRATO DE CONTRATO 016/2021

Título:

EXTRATO DE CONTRATO 016/2021

Texto:

EXTRATO DE CONTRATO 016/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA, situada a Rua Monteiro Lobato, nº: 707, Bairro: Centro, nesta cidade de Paranatinga-MT CEP: 78870-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.356.417/0001-12.

CONTRATADA: FRANCISCO CESAR DE ARAUJO 03081089140, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.906.353/0001-32 estabelecida a Rua: Nossa Senhora Aparecida n° 694, Bairro: Novo Horizonte, cidade de Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE AREA EXTERNA; para atender as necessidades do Legislativo Municipal.

DOTAÇÕES:

01.001.01.031.0002.2002–Manutenção e Encargos a Câmara Municipal.

VALOR GLOBAL: R$ 4.320,00 (QUATRO MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).

VALOR MENSAL: conforme solicitação

VIGENCIA: 25 de junho de 2021 à 25 de junho de 2022

Presidente da Câmara Municipal

CLEITON RODRIGUES DA SILVA

Presidente

Contratada

DECRETO Nº 20/2021

DECRETO Nº 20/2021

Dispõe sobre a prorrogação dos Decretos Nº 09; 011 e 017/2021, que estabelece medidas restritivas de caráter obrigatório ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Paranatinga, e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga, **CLEITON RODRIGUES DA SILVA**, no uso e gozo de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de manter as medidas necessárias para combater à transmissão do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Paranatinga;

CONSIDERANDO a necessidade de uma análise- permanente de reavaliação das especificidades do cenário epidemiológico da COVID-19 e da capacidade de resposta da rede de atenção à saúde; e

CONSIDERANDO que o Município de Paranatinga, encontra-se ainda classificado com risco de contaminação alto, devendo adotar medidas mais rígidas na prevenção e disseminação da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º- Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, todas as medidas estabelecidas nos **DECRETOS** Legislativo de **Nº 09/2021; 0112021 e Nº 017/2021**, podendo ser prorrogado ou revogado a qualquer tempo.

Art.- 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga

Estado de Mato Grosso, em 09 de julho de 2021.

CLEITON RODRIGUES DA SILVA

Presidente

Publique-se

Afixe-o

Cumpra-se

CAMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 019/2.021 E PORTARIA Nº 20/2021

PORTARIA Nº. 019/2.021

Poxoréu (MT), 12 de julho de 2021.

"Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2021 da Câmara Municipal de Poxoréu, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador Geovane de Souza Conceição, no uso das atribuições legais e regimentais e, em conformidade com o Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, legislação Municipal e demais legislações pertinentes, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo, realizado pela Empresa KLC Consultoria em Gestão Pública, com o escopo de preencher vaga para o Cargo de Guarda Municipal, por tempo determinado, em conformidade com o que está expresso no edital nº 001/2021;

§1º - O candidato aprovado no Processo Seletivo deverá atender à convocação para anuência de maneira expressa, com o objetivo de confirmar ou não o seu interesse na convocação;

§2º O não comparecimento do Candidato aprovado no Processo Seletivo para anuência no prazo de 30 (trinta) dias úteis, implicará reconhecimento de

sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o seu direito de assumir a vaga em favor do Aprovado que o suceder na Ordem de Classificação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, 12 de julho de 2021.

Geovane de Souza Conceição

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

PORTARIA Nº. 020/2.021

Poxoréu (MT), 12 de julho de 2021.

"Dispõe sobre a convocação de aprovado do Processo Seletivo nº 001/2021 da Câmara Municipal de Poxoréu, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – Estado de Mato Grosso, Vereador **Geovane de Souza Conceição,** no uso das atribuições legais e regimentais e, em conformidade com o Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, legislação Municipal e demais legislações pertinentes, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1º - Fica convocado o Senhor **Domingos Barbosa Santos** para ocupar o cargo de Guarda Municipal, **por tempo determinado,** em conformidade com o que está expresso no edital nº 001/2021;

§1º - O candidato aprovado no Processo Seletivo deverá atender à convocação para anuência de maneira expressa, com o objetivo de confirmar ou não o seu interesse na convocação;

§2º O não comparecimento do Candidato aprovado no Processo Seletivo para anuência no prazo de 30 (trinta) dias úteis, implicará reconhecimento de sua desistência pela vaga oferecida, revertendo o seu direito de assumir a vaga em favor do Aprovado que o suceder na Ordem de Classificação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Poder Legislativo Municipal, 12 de julho de 2021.

Geovane de Souza Conceição

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2021

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021

A Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, através de sua Presidente Senhora INEZ **CAETANO LOPES** torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, para a Contratação de profissional para prestação de serviços de contabilidade por prazo determinado de 45 (quarenta e cinco) dias. Serão pagos com recursos da Câmara Municipal através de confirmação da Contabilidade através da dotação nº 01.001.01.031.0001.2002.33.90.36- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA** –No valor total de R$ 8.250,00 (Oito mil, duzentos e cinquenta reais) após Parecer Jurídico favorável à Dispensa exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa **RATIFICO** a Dispensa de Licitação fulcrada no artigo 24 inciso II da Lei Federal 8.666/1993 e Lei Municipal, 1.116 de 12 de junho de 2017, e justificativa apresentada e **AUTORIZO** a contratação imediata da empresa supracitada.

São José do Rio Claro-MT, 12 de julho de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando as diversas interrupções ocorridas, que ensejou um grande lapso temporal de tramitação do certame licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2019, com fulcro no art. 38 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE **REVOGAR** a presente licitação.

Gabinete da Presidência, em 12 de julho de 2021.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DE DISTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 13/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. SÉVIO MANOEL ORLANDO, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela Presidente, **Gheysa Maria Bonfim Borgato,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20, a seguir **denominado CONTRATANTE**, e o **Sr. SÉVIO MANOEL ORLANDO,** brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 1010057-1 SJ/MT, do CPF: 800.804.301-63, residente na Rua Bento Alexandre dos Santos, N° 550, Bairro Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste – MT, **doravante denominado CONTRATADO** para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, registra-se este **DISTRATO**, no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De acordo com, a cláusula quarta, item 4.2 e cláusula quinta, do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário 13/2021, fica rescindido nesta data o instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA

O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 12 de Julho de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N.º 18/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. ROBERTO MIRANDA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela sua Presidente, **Sra. GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, brasileira, casada, bióloga, residente e domiciliado á Rua Juliano Mateus, S/N, Centro, na cidade de Glória D'Oeste – MT, CEP: 78293-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 11004940 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. ROBERTO MIRANDA,** brasileiro, portador carteira de identidade RG. 1500280-2 SSP/MT, do CPF: 984.421.041-00, residente na Rua Projetada, n.º 1365, Residencial Canaã, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, CEP 78.285-000, doravante denominado CONTRATADO, para exercer a função de **AGENTE DE SERVIÇOS,** com remuneração mensal de R$ 1.599,29 (Hum Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Vinte e Nove Centavos) por mês.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de Julho de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

PORTARIA Nº. 43/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS VIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, considerando que o Processo Seletivo Simplificado N° 01/2020/CIDESAT não houve o preenchimento da vaga de Agente de Serviços, considerando que a Patrulha Rodoviária já iniciou os trabalhos, resolve-se a contratação por excepcional interesse público para preenchimento de vaga acima citada de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **CARLOS EDUARDO CORREA, inscrito no CPF: 074.758.691-00**, para exercer o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II – Escavadeira Hidráulica**.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos na Instrução Normativa 003/2015 – SCI/SRH.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 08 de Julho de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

ATO DE PESSOAL 22/2021 TERMO DE POSSE

Aos Treze (13) dias do mês de Julho (07) do ano de dois mil e Vinte e Um (2.021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **Gheysa Maria Bonfim Borgato,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Carlos Eduardo Correa,** portador carteira de identidade RG. 2986247-1 SSP/MT, do CPF: 074.758.691-80, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 43/2021 do dia 08 de Julho de 2021**, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II – Escavadeira Hidráulica,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 19/2021,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de Julho de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

De acordo: **Carlos Eduardo Correa**

Testemunhas: Danilo R. Pivetta /// Ricardo S. Dela Cruz

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO N.º 19/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e a Srº. CARLOS EDUARDO CORREA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/ CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 02/2019, regulando-se pelo estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019/CIDESAT. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela sua Presidente, Sra. GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, bióloga, residente e domiciliado á Rua Juliano Mateus, S/N, Centro, na cidade de Glória D'Oeste – MT, CEP: 78293-000, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 11004940 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. CARLOS EDUARDO CORREA**, brasileiro, portador carteira de identidade RG. 2986247-1 SSP/MT, do CPF: 074.758.691-80, residente na Rua Espírito Santo, Esquina com Avenida Brasil, S/N, Bairro, Fidelândia, Rio Branco-MT, 78.275-000, doravante denominado CONTRATADO, para exercer a função de **Operador de Máquinas Pesadas II - Escavadeira Hidráulica,** com remuneração de R$ 2.757,88 (Dois Mil e Setecentos e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 001/2020, do dia 09 de Janeiro de 2020.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de Julho de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

ATO DE PESSOAL 21/2021 TERMO DE POSSE

Aos Treze (13) dias do mês de Julho (07) do ano de dois mil e vinte e um (2.021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Sr. Roberto Miranda,** portador carteira de identidade RG. Nº 1500280-2 SSP/MT, e do CPF: 984.421.041-00, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 42/2021 do dia 08 de Julho de 2021**, no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 18/2021,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do **CARGO** e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste **ATO**, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como **DECLARA** que não exerce outro **CARGO**, **EMPREGO** ou **FUNÇÃO PÚBLICA**, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 13 de Julho de 2021

Presidente: **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**

De Acordo: **Roberto Miranda**

Testemunhas: DANILO R. PIVETTA /// RICARDO S. DELA CRUZ

PORTARIA Nº. 44/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE MOTORISTA NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Gheysa Maria Bonfim Borgato, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** o Servidor **JOSÉ FLÁVIO DO CARMO JUNIOR,** nomeado através da Portaria 38/2021 de 26 de Maio de 2021 e admitido mediante Ato de Pessoal e Termo de Posse 18/2021, por motivo de rescisão sem justa causa, de acordo com **CLÁUSULA QUARTA, item 4.2 e CLÁUSULA QUINTA, do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 16/2021**.

Art. 2º - O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 12 de Julho de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

PORTARIA Nº. 42/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS VIA EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, considerando que o Processo Seletivo Simplificado N° 01/2020/CIDESAT não houve o preenchimento da vaga de Agente de Serviços, considerando que a Patrulha Rodoviária já iniciou os trabalhos, resolve-se a contratação por excepcional interesse público para preenchimento de vaga acima citada de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **ROBERTO MIRANDA, inscrito no CPF: 984.421.041-00**, para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos na Instrução Normativa 003/2015 – SCI/SRH.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 08 de Julho de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

EXTRATO DE DISTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 16/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. JOSÉ FLÁVIO DO CARMO JUNIOR, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela Presidente, **Gheysa Maria Bonfim Borgato,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20, a seguir **denominado CONTRATANTE**, e o **Sr. JOSÉ FLÁVIO DO CARMO JUNIOR,** brasileiro, portador carteira de identidade RG. Nº 14564378 SSP/MT, do CPF: 013.583.871-17, residente na Rua Elsio Gonçalves de Aguiar, n.º 359, Bairro Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, **doravante denominado CONTRATADO** para o cargo de **MOTORISTA**, registra-se este **DISTRATO**, no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De acordo com, a cláusula quarta, item 4.2 e cláusula quinta, do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário 16/2021, fica rescindido nesta data o instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA

O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

São José dos Quatro Marcos – MT, 12 de Julho de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

PORTARIA Nº. 45/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Gheysa Maria Bonfim Borgato, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** o Servidor **SÉVIO MANOEL ORLANDO,** nomeado através da Portaria 29/2021 de 19 de Março de 2021 e admitido mediante Ato de Pessoal e Termo de Posse 15/2021, por motivo de rescisão sem justa causa, de acordo com **CLÁUSULA QUARTA, item 4.2 e CLÁUSULA QUINTA, do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 13/2021**.

Art. 2º - O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 12 de Julho de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

//ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2021 PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 012/2021

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, inscrito no CNPJ/MF n.º 02.997.711/0001-08, com sede administrativa a Rua Teotônio Vilela, nº 645, Salas 2 e 3, Bairro Centro, CEP: 78.530-000, Fone: (66) 3575-2489, na Cidade de Pei-

xoto de Azevedo/MT, doravante denominado Órgão Gestor, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. PASCOAL ALBERTON, resolve registrar os preços da empresa:

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 36.960.961/0001.95 Inscrição Estadual 13.130.062-8, com sua sede à Rua Vitor Campos Cavagnoli, N° 519, Bairro: Setor B, CEP: 78.580-000 na cidade de Alta Floresta, telefone (66) 3521-2660 / (66) 8435-3373, e-mail: valetapajos@yahoo.com.br, neste ato representado pelo EDISON MONTEIRO LEITE, brasileiro, casado, sócio administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20266502 SSP/MT e do CPF nº 391.481.819-00, residente na Rua José Alencar, n° 144, Bairro: Setor J, CEP: 78.580-000, na Cidade de Alta Floresta, doravante denominada de CONTRATADA.

Conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2021**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Federal n.º 3.555/2000; Decreto Federal n.º 7.892/2013 e, ainda, pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA NO FORNECIMENTO DE COPA E COZINHA E UTENSILIOS a fim de suprir as necessiadades do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, constantes no termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os jurídicos legais em atendimento ao Consórcio de Saúde, conforme especificações detalhadas e descritas pelo item 2 abaixo;

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo:

2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA: VALE DO TAPAJÓS DISTRUBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP		
CNPJ N°: 36.960.961/0001-95	I.E. N°: 13.130.062-8	
ENDEREÇO: Rua Vitor Campos Cavagnoli	N°: 519	BAIRRO: Setor B
CIDADE: Alta Floresta/MT	CEP: 78.580-000	
TELEFONE: (66) 3521.2660/ (66) 98435-3373	E-MAIL: valetapajos@yahoo.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: EDISON MONTEIRO LEITE		

SEQ	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	CÓD.	UNIDADE PADRÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BORRIFADOR PLASTICO PARA ALCOOL E AGUA, CAPACIDADE **500 ML** - COM VALVULA DE REGULAGEM, ROSQUEAVEL, BOA QUALIDADE.	VONDER	4873	UNIDADE	50	R$14,00	R$ 700,00
2	BOTA DE PVC, FORRADA, CANO LONGO, COR BRANCA, TAMANHOS DIVERSOS.	VONDER	2193	PAR	80	R$ 49,45	R$ 3. 956,00
3	COPO DESCARTAVEL - EM POLIPROPILENO, PARA LIQUIDOS, CAPACIDADE **(50ML)**, EMBALAGEM COM 100 UNIDADE.	CRISTALCOPO	5303	CAIXA COM 25 PCT	150	R$ 73,55	R$ 11. 032,50
4	COPO DESCARTAVEL - EM POLIPROPILENO, PARA LIQUIDOS, CAPACIDADE PARA **180 ML**, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 25 BISNAGAS DE 100 COPOS (APROVADO PELA ABNT NORMA 14.865).	CRISTALCOPO	5304	CAIXA COM 25 PCT	200	R$ 103,00	R$ 20. 600,00
5	LUVA DE PROTECAO - VINIL (TECIDO SINTETICO), P, M, G, GG, EG, PADRAO, MANIPULACAO E PREPARACAO DE ALIMENTOS, **CAIXA COM 50 PARES.**	MEDIX	3024	CAIXA	150	R$ 39,50	R$ 5. 925,00
6	LUVA PARA LIMPEZA - CANO LONGO - EM LATEX NATURAL, **TAMANHO M**, REFORCADA COM BORRACHA NITRILICA. INTERIOR FLOCADO EM ALGODAO, COM TRES CAMADAS PROTETORAS, RESISTENTE A AGENTES ABRASIVOS CLASSE A (AGRESSIVOS BASICOS), CLASSE B (DETERGENTES, SABOES, AMONIACO E SIMILARES), CLASSE C (TIPO 3 ALCOOIS, TIPO 4 ETERES, TIPO 5 CETONAS E TIPO 6 ACIDOS ORGANICOS).	MEDIX	5334	PAR	700	R$ 2,55	R$ 1. 785,00
7	LUVA PARA LIMPEZA - CANO LONGO - EM LATEX NATURAL, **TAMANHO P**, REFORCADA COM BORRACHA NITRILICA. INTERIOR FLOCADO EM ALGODAO, COM TRES CAMADAS PROTETORAS, RESISTENTE A AGENTES ABRASIVOS CLASSE A (AGRESSIVOS BASICOS), CLASSE B (DETERGENTES, SABOES, AMONIACO E SIMILARES), CLASSE C (TIPO 3 ALCOOIS, TIPO 4 ETERES, TIPO 5 CETONAS E TIPO 6 ACIDOS ORGANICOS).	MEDIX	5335	PAR	700	R$ 2,55	R$ 1. 785,00
8	OCULOS DE PROTECAO - EM MATERIAL ACRILICO OU SIMILAR EM PVC, FLEXIVEL, INCOLOR, LEVE, C/LENTES EM POLICABORNATO, RESISTE A IMPACTOS, ANTIEMBACANTE, ANTI-UV, COM PERFEITA ADAPTACAO AO NARIZ P/CONFORTO EM USO PROLONGADO, PODE SER USADO C/OCULOS DE PESCRICAO, PARA PROTECAO OCULAR E FACIAL, EMBALADO EM PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO INDIVIDUAL, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 MS- ACRILICO, P, M, G, GG, EG, PADRAO.	SUPER SAFETI	546	UNIDADE	100	R$ 7,20	R$ 720,00
9	PAPEL TOALHA EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO ATE **20CMX200M**, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA . **FARDO COM 24 ROLOS.**	STYLUS	5923	FARDO	300	R$ 135,00	R$ 40. 500,00
10	REMOVEDOR DE ESMALTE EMBALAGEM COM **100ML.**	FARMAX	1719	FRASCO	20	R$ 3,90	R$ 78,00
11	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL - CONFECCIONADA EM TNT, 100% POLIPROPILENO, ATOXICO, DESCARTAVEL, FORMATO SANFONADA BRANCO, COM TOTAL CAPACIDADE DE VENTILACAO, RESISTENTE, GRAMATURA 20 G/M2, **PACOTE C/100 UNIDADES.**	MEDIX	5358	PACOTE	250	R$ 18,50	R$ 4. 625,00
VALOR TOTAL REGISTRADO PARA FORNECEDOR							**R$ 91. 706,50**

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados.

3. DO VALOR

3.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação;

3.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do MATERIAL;

3.3. É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas;

3.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o Órgão Gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada;

3.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o Órgão Gerenciador ordenará a realização de nova pesquisa de preços;

3.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

4. DA VALIDADE

4.1. A presente Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência;

4.3. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP

5.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Consórcio Intermunicipal de Saúde;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do Órgão Gerenciador, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado;

5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia ao Consórcio;

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor;

5.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

6. DA VINCULAÇÃO LEGAL

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decretos nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O Órgão Gerenciador ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o Fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Será entregue a Fornecedora a respectiva Autorização de Fornecimento, indicando o local de entrega, objeto e quantitativo requisitado;

8.2. A cada fornecimento ou período, o Órgão Gerenciador providenciará a expedição da Autorização de Fornecimento;

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por e-mail, conforme informações constantes na Proposta de Preços;

8.3. Os MATERIAIS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade, ressalvada a hipótese do artigo 74 da Lei Federal n.º 8.666/93;

8.4. O recebimento definitivo dar-se-á com a liquidação da despesa;

8.4.1. Em se verificando problemas na entrega do MATERIAL, a Fornecedora será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

8.5. Fica a critério do Órgão Gestor a aceitação de eventuais pedidos formais e justificados de prorrogação de prazo de entrega.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento;

9.2. O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64;

9.3. Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

9.4. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA:

10.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pelo Órgão Gestor;

10.1.2. Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros;

10.1.4. Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor;

10.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.6. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

10.1.7. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

10.1.8. Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições;

10.1.9. A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.10. Não será permitida subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros;

10.1.11. A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não exime a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço;

10.2.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão);

10.2.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes;

10.2.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor;

10.2.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP;

10.2.5. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP;

10.2.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações;

10.2.7. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

10.2.8. Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2.9. Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo para reposição;

10.2.10. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura;

11.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os artigos 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, conforme segue:

11.2.1. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.2.1.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

11.2.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

11.2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

11.3. A revisão negociada de valores, para cima ou para baixo, poderá ocorrer de ofício ou a pedido do licitante signatário, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, nas seguintes condições:

11.3.1. Para cima, visando manter o equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta, nos termos do artigo 65, § 6º, da Lei 8.666/93, desde que demonstrada por meio de planilhas de preços, cópias de notas fiscais que demonstrem por parte do fornecedor que houve aumento de preços por parte da indústria, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de fato superveniente ou de difícil previsão;

11.3.2. Para baixo, quando a Administração verificar que o preço registrado encontra-se substancialmente superior ao praticado no mercado;

11.4. Não será aceita como justificativa para o reequilíbrio econômico financeiro apenas a variação cambial do dólar, será necessário comprovar o preço equivalente na época da proposta e o preço atual solicitado, por meio de cópias de notas fiscais.

12. DA REVISÃO

12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA

13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo Órgão Gerenciador, quando:

I. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II. Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

V. O Fornecedor que não se dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI. O Fornecedor que não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII. Demais sanções previstas no Edital e termo de referência;

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor, devidamente justificado com base na Legislação em vigor;

13.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Consórcio;

13.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado;

13.5. Na hipótese de cancelamento parcial, o Órgão Gestor poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva ARP.

14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

14.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa ou interromper o prazo, no caso de qualquer irregularidades, vícios ou imperfeição no fornecimento;

14.2. O documento de cobrança será emitido em nome do Órgão Gestor, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma;

14.2.1. O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento;

14.3. Todos os tributos incidentes sobre os MATERIAIS ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie;

14.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial;

14.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento;

14.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo Órgão Gestor para as medidas de regularização;

15.3. O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, e não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Órgão Gestor para as providências cabíveis;

15.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor;

15.5. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O Órgão Gestor efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Órgão Gestor providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do consórcio, por meio do Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-grossense dos Municípios (diário eletrônico / https://diariomunicipal.org/mt/amm) e no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT (diário eletrônico / http://www.tce.mt.gov.br).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora às multas, constantes no caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Proposta Vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso;

18.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora;

b) A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Proposta Vencedora, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso;

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, incisos I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

18.3. Se a Licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

18.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DE PEIXOTO, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DE PEIXOTO, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (02) dois anos e;

18.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos;

18.4. A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com este Consórcio pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

18.5. A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Consórcio, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município sede do consórcio, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

18.6. As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

18.7. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

18.8. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas neste item e subitens anteriores, desta ata, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

18.9. As multas previstas neste item deverão ser recolhidas, em guia própria, ou deposito em conta bancária indicada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DE PEIXOTO.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública;

19.2. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços;

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gestor.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

20.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e achado conforme, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no Órgão Gestor nos termos do Art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo/MT, 07 de julho 2021.

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

PASCOAL ALBERTON

PRESIDENTE DO CISVP

CONTRATANTE

_____

VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

CNPJ: 36.960.961/0001-95

EDISON MONTEIRO LEITE

SÓCIO PROPRETÁRIO

CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **CURE TRATAMENTOS EM SAÚDE LTDA**

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACÊUTICOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE UTI E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE INTENSIVISTA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA ESSA DEMANDA E OUTROS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DE 10 (DEZ) LEITOS TIPO ADULTO DE (UTI) UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA, no âmbito do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, sob gestão do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

VIGÊNCIA: 07/07/2021 á 31/12/2021.

VALOR: O Valor Global para o presente contrato é de **R$ 3.293.000,00** (**TRÊS MILHÕES E DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL REAIS).**

DOTAÇÃO: *"0065" 01.001.10.302.0038.2009-3.3.90.39.00.00*

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

1. DO OBJETO

1.1. Fica retificada a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA, EM ATENDIMENTO AO CONSÓRCIO DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** LOCALIZADO NA RUA TEOTONIO VILELA, Nº 645, SALAS 02 E 03, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justificamos que as alterações no objeto e nas especificações técnicas foram necessárias pelo fato da necessidade de Envio de Informações ao Sistema APLIC, que é uma exigência imposta por força de Leis e normas do sistema de controle aplicáveis a Administração Pública, conforme consta no novo Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Executiva do CISVP.

3. DA RETIFICAÇÃO

3.1. Retifica-se o **anexo I**, Termo de Referência, NA Integra.

4. DAS RETIFICAÇÕES

4.1. Fica retificada, DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA.

4.2. Em atendimento ao disposto no Artigo 21 § 4º. Da Lei 8666/93 fica REABERTO o prazo inicialmente estabelecido conforme abaixo:

4.3. O início da sessão pública será às **08h** do dia **23 de julho de 2021**, na sala de Licitações, Sede Administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, localizado na Rua Teotônio Vilela, nº 645, Salas 02 e 03, Bairro Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT. O Edital Complementar nº 001/2021 poderá ser adquirido no endereço acima, pelo e-mail **cisvaledopeixoto@gmail.com**, e também poderá ser baixado gratuitamente no endereço eletrônico **www.cisvaledopeixoto.com.br**, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min, ou pelo fone (66) 3575-2489.

5. DA RATIFICAÇÃO:

5.1. Ratificam-se todos os demais ITENS, Subitens e anexos constantes do Edital do Pregão Presencial n° 010/2021, de 02 de junho de 2021, permanecendo válidos e inalterados os itens não expressamente modificados por este Instrumento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Peixoto de Azevedo MT, 12 de julho de 2021.

_____

Genifer Kaiser

Pregoeira Oficial do CISVP

_____

Aciomar Marques Carvalho

Secretário Executivo Adjunto do CISVP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O presente termo de referência dispõe sobre a "**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL, COM RESPONSABILIDADE TECNICA, ENVIO DE INFORMAÇÕES AO SISTEMA APLIC, COMPREENDENDO CARGA INICIAL E ENCERRAMENTO DO EXERCICIO E CARGAS MENSAIS, EM ATENDIMENTO AO CONSÓRCIO DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** LOCALIZADO NA RUA TEOTONIO VILELA, Nº 645, SALAS 02 E 03, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, **PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS."**

2. JUSTIFICATIVA

A Estrutura contábil da administração orçamentaria, financeira e patrimonial da Unidade gestora é medida que se impõe por força da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, além das normas do sistema de controle interno e externos aplicáveis à Administração Pública.

3. DESCRIÇÕES DOS ITENS

3.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL, COM RESPONSABILIDADE TECNICA, ENVIO DE INFORMAÇÕES AO SISTEMA APLIC, COMPREENDENDO CARGA INICIAL E ENCERRAMENTO DO EXERCICIO E CARGAS MENSAIS, EM ATENDIMENTO AO CONSÓRCIO DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO.**	Meses	12,00

3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1. Orientação da Gestão de Controle Patrimonial;

2. Analise preventiva e orientação técnica*, in loco*, nos documentos contábeis e financeiros, elaboração e análise de balancetes mensais e balanço anual, inclusive a estruturação diária da execução orçamentaria das despesas;

3. Elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);

4. Organizar e subsidiar as audiências públicas e reuniões voltadas à apresentação dos dados contábeis, financeiros e patrimoniais;

5. Orientação na aplicação dos recursos públicos vinculados;

6. Assessoria e Consultoria nos procedimentos de prestações de contas aos demais entes da federação;

7. Elaboração de defesas, recursos e representações internas junto ao TCE/MT, dede que, originaria dos serviços contábeis;

8. Execução dos trabalhos de remessa das informações eletrônicas ao Tribunal de Contas via sistema APLIC, órgãos externos e outros;

8.1. Carga inicial e encerramento do exercício;

8.2. Cargas mensais (12 – DOZE CARGAS);

8.3. Cargas tempestivas dos processos licitatórios e testes seletivos.

9. Assessoramento técnico na remessa das informações físicas ou eletrônicas necessárias à Receita Federal e Ministério do Trabalho;

10. Assessoria e consultoria em toda gestão contábil, financeira e patrimonial.

11. Encerramento e abertura de exercícios contábeis.

3.3. VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA

3.3.1. O valor máximo para a proposta deste Pregão não poderá ser superior a R$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), Mês, conforme estimativa de preços.

4. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

4.1. A execução do serviço dar-se-á imediatamente após a contratação.

4.2. Local de Entrega

O Objeto deste processo será executado na sede administrativa do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, localizado na Rua Teotonio Vilela, nº 645, Salas comerciais 02 e 03 Bairro Centro, na Cidade de Peixoto de Azevedo/MT.

4.2.1. O recebimento do objeto desta, será efetuado pelo Consórcio, e, será recebido desde que:

4.2.1.1. Esteja compatível com esta Licitação;

4.2.1.2. Não apresente vícios ou imperfeições que comprometam a qualidade do serviço.

4.3. O recebimento dos objetos desta licitação será efetuado por profissional do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, devidamente designado para este fim, que fará o acompanhamento e fiscalização.

4.4. Caberá à Licitante Vencedora:

4.4.1. Promover atendimento *in loco*, ao menos 03 (três) dias uteis por semana, perfazendo ao menos 20 (vinte) horas semanais;

4.4.1.1. Responsabilizar-se por todo o ônus referente a execução dos serviços.

4.4.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos/serviços fornecidos;

4.4.3. Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, dentro do prazo de garantia.

4.5. Este termo de referência foi elaborado pela Secretaria Executiva do Consorcio Intermunicipal de Saúde.

4.6. Os serviços prestados deverão estar de acordo com a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, além daquelas normas especificas emanadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

4.7. Dentro do Prazo de vigência do contrato, a Contratada não poderá negar-se a execução dos serviços urgentes, devendo apresentar-se para atendimento *in loco*, sempre que a circunstância ou necessidade assim requerer, caso não seja possível a solução remota (e-mail, telefone, Skype, AnyDesk, Team Viewer e etc).

4.7.1. Fica estipulado ao licitante o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento *in loco* nos casos de urgência e emergência, não sendo possível o atendimento a distância, on-line ou remoto.

4.8. O Consócio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, reserva para si o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com os padrões técnicos esperados, devendo estes, serem refeitos sem custos adicionais.

4.8.1. Responsabilizar-se pela condição técnica dos serviços prestados, observando as normas de contabilidade, finanças públicas, controle interno e externos da administração pública.

5. FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

01.001.10.302.0002.2001 – Manutenção dos Serviços Administrativos

33.90.39.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica.

Dotação Reduzida: 053

Fonte: 194.000 – Recursos Próprios do CISVP.

6. METODOLOGIA

6.1. Menor preço global.

Peixoto de Azevedo/MT, 12 de julho de 2021.

_____

Secretário Executivo Adjunto do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO Nº 71/2021

RESOLUÇÃO Nº 71/2021

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, referente a Débitos Previdenciários da Receita Federal do Brasil – RFB e **do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS – Caixa Econômica Federal e dá outras providências."**

A Diretora Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Conselho Fiscal aprova e ele sanciona a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia Autorizado por esta Resolução, a realizar Termo de Parcelamento de Débitos Previdenciários da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Legislação em vigor, no valor de R$ 553.413,52 (quinhentos e cinquenta e três mil reais e quatrocentos e treze reais e cinquenta e dois centavos) e Débitos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS no valor de 100. 000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Fica o Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, e Caixa Econômica Federal autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º- O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice escolhido (Índice IPCA) mais juros de mora à razão ao ano e deverá ser pago em parcelas, vencidas no último dia de cada mês, mediante Guia da Previdência Social - GPS.

Parágrafo único. O saldo devedor, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, será corrigido pelo Índice escolhido (Índice IPCA) mais juros ao ano.

Art. 4º - Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 5º - O pagamento a que se refere esta resolução independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia.

Art. 6º - Fica homologado e anexado o Debito Confessado que faz parte integrante da presente resolução.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Félix do Araguaia (MT), 26 de Junho de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Cisa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DECRETO Nº 037 DE 12 DE JULHO DE 2021.

DECRETO Nº 037 DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Regulamenta o lançamento, a cobrança e a forma de pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2021 no município de Acorizal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Acorizal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 41, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 001/2012, sobretudo o que dispõe os Artigos 234 ao 249, que tratam do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao lançamento, cobrança e forma de pagamento.

Decreta:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será lançado no mês de julho de 2021 em Cota Única ou em até 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas, sendo vedada parcela inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2º - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na forma de Cota Única, podendo ser parcelado desde que o contribuinte procure a Coordenadoria de Tributos do município para este fim, para os imóveis prediais e territoriais, os quais serão enviados para o endereço do contribuinte que constar do Cadastro Imobiliário do Município.

§ 1º - As guias para pagamento do IPTU serão entregues aos contribuintes sob a forma de cota única.

§ 2º - Os contribuintes que por ventura não receberem o carnê referente ao IPTU do seu imóvel predial terão até o dia 30 (trinta) de julho de 2021 para retirar o Documento de Arrecadação - DAM na Prefeitura Municipal de Acorizal, Coordenadoria de Tributos ou nos postos de atendimentos indicados pelo Município, para fazer jus ao desconto concedido.

Art. 3º - A data de vencimento da Cota Única, com desconto, e da primeira parcela do IPTU 2021 será dia 30.08.2021 e a das demais parcelas serão conforme especificado no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
01	30.08.2021
02	30.09.2021
03	30.10.2021
04	30.11.2021
05	30.12.2021

Parágrafo único - O valor mínimo da parcela não será inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), nos termos do Art. 1º caput.

Art. 4º - Aos contribuintes do IPTU, que efetuarem pagamento em Cota Única, até a data de seu vencimento, será concedido desconto no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido.

§ Único - Após 30 de agosto de 2021 não será concedido o desconto citado no caput deste artigo para o pagamento da Cota Única do IPTU 2021, exceto no caso previsto no § 2º do art. 5º deste Decreto.

Art. 5º - O contribuinte ou seu representante legal ou o locatário do imóvel que não concordar com o valor do IPTU lançado, poderá requerer revisão até o dia 30 de julho de 2021.

§ 1º O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações, deverá ser protocolizado na Coordenadoria de Tributos do Munícipio – Central de Cadastro Imobiliário, na Av. Nossa Sra. de Brotas, s/n, Paço Municipal, Bairro Nova Acorizal, em Acorizal/MT.

§ 2º - Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, for parcial ou integralmente procedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte da decisão, para pagamento da Cota Única com o desconto previsto neste Decreto sem juros e sem multa.

§ 3º - Se o pedido de revisão for considerado improcedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte da decisão, para pagamento sem desconto e sem acréscimo de juros e multa.

§ 4º - O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será conhecido, mas a autoridade competente poderá rever o lançamento, de oficio, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 5º - No caso previsto no § 4º deste artigo, se a autoridade competente mantiver o lançamento, será exigido o pagamento do imposto, sem desconto e com a incidência de juros e multa moratórios, nos termos da Lei Complementar nº 001/2012-CTM.

Art. 6º - Será considerado ciente do despacho ou da decisão em face do pedido de revisão do IPTU 2021, o contribuinte, seu representante legal ou o locatário do imóvel subscritor do requerimento inicial, na data que o interessado for comunicado através de entrega pessoal, e-mail, AR com aviso de recebimento ou telefone que indicar para essa comunicação, em seu requerimento.

Art. 7º - As isenções previstas no Art. 248 da Lei Complementar nº 001/2012, deverão ser requeridas no período de 19.07.2021 a 30.12.2021.

Art. 8º - Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, nos termos do art. 248, inciso VI, da Lei Complementar nº 001/2012, os aposentados pensionistas, que percebam benefícios até o limite de 03 (três) salários mínimos.

§ Único – A isenção de que trata o caput deste artigo, abrange única e exclusivamente o imóvel onde reside o beneficiário, excluindo-se os demais imóveis territoriais, prediais, comerciais, unidades autônomas desdobradas com cadastro individualizado para fins tributários e chácaras de recreio.

Art. 9º - Para aferição da pontuação para enquadramento do padrão da edificação, será utilizada a Tabela I constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 10 - Para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2021 será utilizado o percentual de 100% (cem por cento) do valor venal do imóvel, apurado através da Planta de Valores Genéricos, atualizada nos termos da legislação tributária vigente.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT,12 de julho de 2021.

Benancy Lemes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 028/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 028/2021.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3.616/2021, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1024/2020, Decreto 3364/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Futuras e Eventuais aquisições de materiais elétricos

DATA: 26/07/2021.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.licitanet.com.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 12 de julho de 2021.

Marcos da Silva Pregoeiro

SETOR DE CONSELHOS
RESOLUÇÃO Nº 006 /2021

RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2021, 06 de julho de 2021.

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual – FEAS MT. 2021, e dá outras providencias;

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 12.524, de 01 de dezembro de 1997, com base nas deliberações tomadas na Reunião Extraordinária do dia 06 de julho de 2021;

Considerando o disposto na Política Nacional de Assistência Social/2004 no que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local, e visando assegurar a continuidade das atividades do CMAS no Controle Social da Política Pública de Assistência Social; a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a retificação o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual -FEAS exercício 2021, que trata sobre a previsão da execução física e financeira do FEAS.

Artigo 2º - Fica retificado a resolução n° 05 de 29 de junho de 2021, sendo aprovado o valor do Plano de Ação do FEAS-2021, item 4.2 Previsão de execução Financeira com o FEAS – MT em 2021, o valor de R$ 181.189,26, item 4.1.4 Previsão de recursos próprios a serem alocados no FMAS para o exercício de 2021 o valor de R$ 2.244.144,00, item 4.2.4.1 Auxílio Natalidade o valor de R$ 28.980,40.

Artigo 3° - Esta resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando –se as disposições em contrário.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Água Boa, 06 de julho de 2021.

ANDERSON KARNOPP

Presidente CMAS

ÁGUA BOA-MT

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 126/2021

TERMO ADITIVO Nº. 01/2021 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso**, e **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 008/2021

LICITAÇÃO: PE.: 003/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro.

COD	NOME	MARCA	QTD	VALOR DO CONTRATO	ACRÉSCIMO	REEQUILÍBRIO	TOTAL
20737	EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C	PRÓPRIA	400	3.068,50	575,34	3.643,84	230.136,00
20739	EMULSÃO ASFÁLTICA RL 1C	PRÓPRIA	420	2.928,00	525,28	3.453,28	220.617,60
31489	EMULSÃO ASFÁLTICA CM-30	PETROBRAS	150	5.678,00	1.022,04	6.700,04	153.306,00

VALOR ACRESCIDO: R$ 604.059,60 (Seiscentos e quatro mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)

DATA: 07/07/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE CULTURA
EDITAL REGULAMENTAR Nº 002/2021

EDITAL REGULAMENTAR Nº 002/2021

CONCURSO PÚBLICO PARA ESCOLHA DO HINO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA - MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos, com sede na Avenida Planalto, nº 430, Centro, na cidade de Água Boa - MT, CEP 78 635 - 000, torna público que se encontram abertas as inscrições do Concurso Público para escolha do hino oficial do Município de Água Boa - MT conforme Lei municipal 1.199 de 21 de Agosto de 2013.

Art. 1º- O Município de Água Boa - MT, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos realizará um Concurso Público para escolha do hino oficial do Município, o qual se dará por meio da escolha da letra e melodia de autoria inédita nos termos do presente Edital Regulamentar.

REGULAMENTO

I – DOS OBJETIVOS GERAIS:

Art. 2°- Manifestar o espírito cívico e de amor ao Município, reafirmando através do hino a importância da preservação das suas tradições, culturas, belezas naturais, povo, origem, economia e projeção futura do município.

II – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Art. 3° - Revelar e exaltar, através da arte musical, a expressão mais forte e viva dos aspectos históricos e culturais do Município.

I- Eleger o hino que represente o Município de Água Boa - MT; II- Apresentar à comunidade do município de Água Boa - MT, um hino que possa representar e promover o município, passando este a integrar o conjunto dos símbolos municipais; III- A criação da letra do hino do Município de Água Boa - MT deverá ser efetuada a partir da referência geo-histórica do município, atendo-se no poema às citações sobre a trajetória histórica, com enfoque nas origens, fauna, flora, solo, produtividade, aspectos econômicos e sociais do município, observando-se que não haja promoção de individualidades e particularidades não expressivas nessa história, não contendo a letra gírias ou expressões temporárias.

Art. 4º- O hino será impresso em placa e fixado na Prefeitura Municipal constando o nome dos autores, letra e Administração Municipal, e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos.

Art. 5º- O lançamento do hino, bem como sua premiação, poderá acontecer no mês de Dezembro no Evento - Natal Iluminado.

Art. 6° - O hino do Município será registrado em Cartório como Patrimônio Público.

Art. 7º - O Concurso será dividido em 03 (três) fases distintas, assim distribuídas:

I - Inscrição; II - Seleção; III - Lançamento Público do hino conforme a Lei 1199/2013. **III – DAS INSCRIÇÕES**

Art. 8º – Poderão se inscrever moradores de Água Boa, desde que comprovem residência no município, com título de eleitor com data anterior ao lançamento do presente regulamento, independente de sexo, etnia, idade, formação cultural, religiosa ou política, desde que atendam ao presente regulamento do concurso.

Art. 9º - Poderão concorrer com composições criadas de forma individual ou em parceria, sem distinção de idade ou exigência de conhecimento em teoria musical, desde que observem as normas expressas no regulamento.

Parágrafo Único – Os integrantes da Comissão Julgadora e seus parentes em até segundo grau não poderão participar do Conscurso.

Art. 10º - A inscrição é gratuita e individual e poderá ser realizada no período de 12/07/2021 à 17/09/2021, das 08h às 11h e das 14h às 17h, na Biblioteca Municipal Érico Veríssimo, Rua 09 esquina 10, Centro, Àgua Boa – MT.

Art. 11º - As inscrições serão formalizadas através da apresentação de:

a) Ficha de inscrição e autorização de cessão dos direitos autorais devidamente preenchidas e assinadas, entregues na Biblioteca Municipal – trazer documentos originais para conferência; b) No primeiro envelope deverá conter: Cópia do RG, cópia do CPF e cópia do título de eleitor e 01 (uma) cópia da letra digitada e impressa. Na parte externa deverá estar escrito “DOCUMENTOS” ao “Concurso Público do hino oficial do Município de Água Boa”. c) No segundo envelope deverá conter: Letra da música em 01 (uma) via digitada, impressa, acompanhada de 01 (uma) gravação (MP3) em pendrive, que não poderá ser com a voz do autor da música, com linha melódica e harmonia, claras e audíveis. Na parte externa deverá estar escrito “MÚSICA, PENDRIVE” ao “Concurso Público do hino oficial do Município de Água Boa”.

Páragrafo Único: Os dois envelopes deverão estar lacrados sem identificação do candidato.

Art. 12º - Cada participante poderá inscrever apenas 01 (uma) letra e música.

Art. 13º - Poderá o concorrente apresentar apenas uma letra e música no concurso, desde que inéditas.

Art. 14º - No caso de dois autores (compositores) deverá ser preenchida ficha de inscrição de acordo, e no caso de Autor e Coautor deverá ser preenchida a ficha de acordo.

Parágrafo Único - Não serão aceitas inclusões de parcerias após encerramento das inscrições.

Art. 15º - O material entregue pelo candidato que não for selecionado ficará à disposição para sua retirada por até 30 (trinta) dias, na Biblioteca Municipal Érico Veríssimo, a partir do término do Concurso, sendo que, vencido este prazo, o referido material passará a fazer parte do arquivo passivo da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos, perdendo o autor o direito à reclamação.

Art. 16º - A assinatura do participante na ficha de inscrição implicará na aceitação plena das condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 17º - Não serão aceitos trabalhos fora do prazo estipulado.

IV – DA COMPOSIÇÃO (LETRA E MÚSICA)

5.1. – DA LETRA

Art. 18º – A letra deverá estar digitada em papel liso, sem rasuras, emendas, borrões, entrelinhas ou qualquer outro sinal que prejudique a análise da Comissão Julgadora.

Art. 19º – É igualmente vedado o uso de siglas, símbolos, slogans ou qualquer expressão ligada a partidos políticos, cultos religiosos ou tendências ideológicas.

Art. 20º – Não será permitida a citação ou referência a pessoas vivas ou mortas.

Art. 21º - A letra do hino deve ater-se às normas clássicas da versificação: métrica, cadência, rima, estrofação, refrão, condições que facilitam a composição musical.

Art. 22º – A letra do hino deve observar as normas da língua padrão, evitando vícios de linguagem (ambiguidade, rebuscamento vocabular exagerado, sintaxe truncada, cacofonias, etc.), primando pela clareza e concisão.

Art. 23º - O concorrente deve fugir do apelo exagerado ao sentimentalismo, ao patriotismo laudatório vazio, e ao destaque a aspectos negativos da vida nacional, estadual ou municipal, buscando destacar somente os valores de nossa municipalidade.

5.2 – DA MÚSICA

Art. 24º – Na composição e escolha da música o candidato deverá observar os seguintes critérios:

a) a composição deve obedecer a um estilo marcial e ao ritmo quaternário; b) a configuração rítmica deve ser simples, evitando síncopes e contratempos; c) preocupar-se com a execução vocal, devendo-se optar por uma tonalidade confortável à voz, com intervalos simples, sem exageros dissonantes; d) a música deverá permitir o canto sempre em uníssono (UMA SÓ VOZ); e) a execução instrumental deve ser a colavoz (acompanhando a execução vocal).

Art. 25º - A composição (musica e letra), necessariamente, deverá ser inédita e possuir letra em língua pátria (português-brasileiro), sendo de única e exclusiva responsabilidade do participante quanto a sua autoria.

Parágrafo Único - Serão consideradas músicas inéditas aquelas que nunca foram gravadas em disco ou CD Rom, que não tenham sido difundidas pelos meios de comunicação, nem apresentadas em Festivais e Concursos.

V – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO/JULGAMENTO

Art. 26º – Para efeito de julgamento, serão considerados:

I- Na apreciação musical serão observados a originalidade, o estilo, a beleza da melodia, a harmonia, o ritmo e a singularidade da música; II- O tempo de execução cantada do hino deverá ser no máximo de 3 minutos; III- Os aspectos linguístico-literários, a adequação ao tema, a facilidade de comunicação, a interação com a melodia, a gramática correta, com linguagem ao alcance de todos; IV- Coerência do conjunto da obra (letra e música) com os objetivos dispostos no item III.

Art. 27º - O julgamento dos trabalhos estará a cargo da Comissão Julgadora composta por membros escolhidos e nomeados em razão de seus conhecimentos no âmbito de literatura, letras e música.

Art. 28º - O trabalho, selecionado e julgado, será divulgado juntamente com a entrega da premiação no mês de Dezembro no Evento - Natal Iluminado.

Art. 29º - Apenas uma composição será escolhida.

Art. 30º – A Comissão organizadora será a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos, que se encarregará da divulgação do edital, inscrição dos candidatos, coordenação das atividades da Comissão Julgadora e organização da apresentação pública.

Art. 31º - Para a realização da escolha, a Secretaria Municipal indicará uma Comissão Julgadora para avaliação dos hinos inscritos, composta por membros com conhecimento em: literatura, letras e música.

Art. 32º - A Comissão Julgadora fará a seleção e julgamento das composições no período de 20/09 a 20/10 de 2021.

Art. 33º- A Comissão Julgadora seguirá rigorosamente este Edital;

VI – DA PREMIAÇÃO

Art. 34º - O trabalho vencedor será lançado oficialmente como hino oficial de Água Boa – MT, no mês de Dezembro, no Evento - Natal Iluminado;

Art. 35º - A obra vencedora receberá um prêmio de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), entregue no dia do lançamento;

VIII – DOS DIREITOS AUTORAIS

Art. 36º - O participante responderá Civil e criminalmente se incorrer de crime de plágio ou se declarar inverdade nos documentos apresentados.

Art. 37º – Os autores cederão a propriedade intelectual da obra de pleno direito e por prazo indeterminado ao Municipio de Água Boa – MT que se reserva o direito de publicar, gravar e divulgar o trabalho premiado.

Art. 38º – O autor da letra que for escolhida não terá direito a qualquer ressarcimento ou indenização sob qualquer pretexto, inclusive no tocante aos direitos autorais referente à composição apresentada, transferindo ao Município o direito de uso, reprodução, comercialização e divulgação.

Art. 39º - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Água Boa, 12 de julho de 2021

FICHA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO ESCOLHA DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA – MT

EDITAL REGULAMENTAR Nº 002/2021

Candidato (autor)
_____

Candidato (autor)
_____

Candidato (coautor)_____

TÍTULO DA OBRA

DADOS DO AUTOR

PROFISSÃO: CPF: _____

RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: CELULAR:

E - MAIL:

_____

Assinatura do Autor

DADOS DO AUTOR

PROFISSÃO: CPF: _____

RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: CELULAR:

E - MAIL:

_____

Assinatura do Autor

DADOS DO COAUTOR

PROFISSÃO: CPF: _____

RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: CELULAR:

E - MAIL:

_____

Assinatura do Coautor

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS

CANDIDATO (A)

TÍTULO DA OBRA:

PROFISSÃO: CPF:

RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR:

ENDEREÇO: (RUA/AV)

Nº

BAIRRO:

CIDADE: ESTADO:

CEP:

TELEFONE: CELULAR:

E - MAIL:

1 – AUTORIZAÇÃO 1.1 – Pelo presente instrumento particular, o autor do Trabalho supra qualificado, concorda com todos os termos do Edital Regulamentar nº 002/2021 e como detentor(a) dos direitos autorais relacionados à obra musical acima identificada, transfere gratuitamente os direitos de interpretação, produção e arranjo de tal obra à Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, licenciando-a para inclusão em fonograma e/ou produção e reprodução audiovisual vinculados à Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, distribuição gratuita de CD, DVD e demais suportes materiais, no Brasil e no exterior. 1.2 – O autor supra qualificado também autoriza a utilização de seu nome e imagem para fixação em obras fotográficas e audiovisuais, licenciando, inclusive o uso de imagem para transmissão pela televisão, ou qualquer outro meio, no Brasil e no exterior, em número ilimitado de vezes, em circuito aberto ou fechado sem que disso seja devido aos autores qualquer remuneração, reembolso ou compensação de qualquer natureza. 1.3 – A presente cessão, emitida e assinada em única via, é feita em caráter irrevogável e irretratável com base na Lei Federal nº 9.610. de 19/02/1998, bem como na legislação civil aplicável à espécie.

Água Boa, de de 2021.

_____

_____

Assinatura do Candidato Autor Assinatura do Candidato Autor

_____

Assinatura do Candidato Coautor

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Objeto	Contratação dos serviços Notariais e do Registro do 2º Ofício de Água Boa-MT, para atos de registros essenciais à Prefeitura de Água Boa-MT.
Favorecido	Serviços Notariais e Registro de 2º Oficio, CNPJ: 15.051.436/0001-87.
Prazo de Entrega	12 meses.
Valor Global	R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Fundamento Legal	Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade nº. 007/2021.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº. 007/2021, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 12 de julho de 2021.

Mariano Kolankiewcz Filho

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
6º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 055/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME

MOTIVO: Venho notificar a empresa, mesmo com a obra concluída e recebida definitivamente, constatou-se que uma parte da iluminação (próximo ao restaurante) não está funcionando.

Frente a isso, solicita-se providencias.

PROCESSO: 019/2020

LICITAÇÃO: TP 003/2020

CONTRATO: 055/2020

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 12 de julho de 2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REG. DE PREÇOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 75/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2021

No dia 7 do mês de Julho do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2021, Processo Licitatório nº. 75/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, ENCADERNAÇÕES, PLASTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com este Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4077	GRAFICA IDEIAS EIRELI	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA IDEIAS EIRELI	35.331.104/0001-63	SUSANA MARIA DE SOUZA	008.723.541-21

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, ENCADERNAÇÕES, PLASTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com este Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4077 - GRAFICA IDEIAS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVICO DE FOTOGRAFIA - DO TIPO REVELACAO DE FOTOS, MEDINDO 15X21CM, DIGITAL	UN		1.000,000	14,0000	14.000,00
2	SERVICO DE ENCADERNACAO - COM ESPIRAL, CAPA CRISTAL	UN		500,000	12,4500	6.225,00
3	SERVIÇO DE PLASTIFICAÇÃO - NORMAL	UN		500,000	11,8000	5.900,00
4	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO - COM ESPIRAL, CAPA CRISTAL, DE 300 A 350 PÁGINAS	UN		500,000	17,8000	8.900,00
5	SERVICO DE ENCADERNACAO - ENCADERNACAO, 1 A 100 FOLHAS,COM CAPA TRANSPARENTE	UN		300,000	11,7500	3.525,00
6	SERVICO DE ENCADERNACAO - ENCADERNACAO, 201 A 500 FOLHAS,COM CAPA TRANSPARENTE	UN		300,000	19,7500	5.925,00
7	SERVICO DE FOTOCOPIA - COLORIDA, TAMANHO A3,SEM OPERADOR	UN		100,000	12,0000	1.200,00
8	SERVICO DE FOTOCOPIA - PRETO E BRANCO, COM OPERADOR	UN		20.000,000	0,9800	19.600,00

Fornecedor: 4077 - GRAFICA IDEIAS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	SERVIÇO DE FOTOCOPIA - PRETO E BRANCO, EM PAPEL A4, COM OPERADOR	UN		1.000,000	0,9800	980,00
10	SERVICO DE FOTOGRAFIA - DO TIPO REVELACAO DE FOTOS, MEDINDO 20,0X25,0CM, DIGITAL	UN		100,000	19,9500	1.995,00
11	SERVICO DE FOTOGRAFIA - DO TIPO REPRODUCAO E REVELACAO DE FOTOGRAFIA DIGITAL DE FOTOS MONTAGEM, MEDINDO 15X21CM, NO FORMATO PAISAGEM	UN		500,000	24,9500	12.475,00
12	SERVIÇO DE PLASTIFICAÇÃO - NO TAMANHO A4	UN		100,000	12,0000	1.200,00
13	SERVICO DE FOTOCOPIA - COLORIDA EM PAPEL SULFIT, COM OPERADOR	UN		300,000	3,5000	1.050,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,7 de Julho de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

GRAFICA IDEIAS EIRELI CNPJ: 35.331.104/0001-63

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria 051/2021, de 05/01/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS**, **ENCADERNAÇÕES**, **PLASTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIA**, **PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: ITEM(NS) 1 ao 13 - GRAFICA IDEIAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 35.331.104/0001-63, com o valor total de R$ 82.975,00 (oitenta e dois mil e novecentos e setenta e cinco mil). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacao-ag2021-2024@outlook.com. Alto Garças - MT, 07 de julho de 2021. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
PORTARIA 237/2021

ONDE SE LÊ

PORTARIA 232/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEA a Sra. JERUZA ROSENDO DE OLIVEIRA portadora do RG Nº 0416988.3 SSP/MT e do CPF Nº 304.754.491-34, para exercer o cargo em comissão de DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS 5– CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E CADASTRO , junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Junho de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LÊ SE

PORTARIA 237/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEA a Sra. JERUZA ROSENDO DE OLIVEIRA portadora do RG Nº 0416988.3 SSP/MT e do CPF Nº 304.754.491-34, para exercer o cargo em comissão de DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR -

DAS 5– CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E CADASTRO , junto a Secretaria Municipal de Receita e Controle.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Junho de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TANQUES DE REDE COM BERÇARIO PARA PEIXE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **08h30min (Horário de Brasília)** do dia **26/07/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 12 de Julho de 2021.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 196/2021

DECRETO Nº 196/2021

"Dispõe sobre a nomeação de **Gerente da divisão de fiscalização de Saúde Pública** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Gerente da divisão de fiscalização de Saúde Pública**, aSenhora **GESICA PEREIRA DE SOUZA**, CPF/MF – 015.810.841-70, de acordo com a Lei n.º 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de julho de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 184/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado **o Sr. JULIO PINTO DE LIMA JUNIOR,** portador da cédula de identidade nº 1639715-0 SJSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 715.725.031-49, para exercer o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO III,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 12 de Julho de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 183/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o **Sr. JULIO PINTO DE LIMA JUNIOR,** portador da cédula de identidade nº 1639715-0 SJSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 715.725.031-49, do cargo de **SUPERVISOR I,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 12 de Julho de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado entre os dias 01/07//2021 à 12/07/2021, cujo objeto é Aquisição de Placas de Sinalização de Trânsito e Tubos de Aço Galvanizado (poste para fixação de placas), em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, resultou vencedora a empresa:

DISTRIBUIDORA FXO EIRELI, inscrita no CNPJ: 30.149.559/0001-49, vencedora de todos os itens, totalizando o valor de R$ 388.091,00 (trezentos e oitenta e oito mil e noventa e um reais)

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 12 de julho de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 020-2021-CONCESSÃO DE PENSÃO JOCIMAR LIMA DA SILVA

Portaria n.º 020/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte em favor do Sr. Jocimar Lima da Silva (companheiro), dependente da inativa Sra. Maria de Fátima Neves".

A Diretora Executiva do PREVIARA, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 53, § 5º da Lei Municipal Complementar nº 135/1992, de 08 de Maio de 1992, Art. 7, inciso "I", Art. 28, inciso "I", e Art. 29, inciso I da Lei Municipal nº. 636/2005, de 03 de junho de 2005.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **pensão por morte** em favor da **Sr. Jocimar Lima da Silva**, portador do RG. de n.º 06178960 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 442.002.261-20, dependente da servidora **Sra. Maria de Fátima Neves**, portadora do RG n.º 101759 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 202. 676.811-00, inativa no cargo de Assistente Administrativo, Grau "05", Nível "F", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com um total de 12.788 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos e 13 (treze) dias de contribuição, conforme **Protocolo TCE-MT n.º 254568/2020,** com **100% (cem por cento) dos proventos de forma integral e vitalícia**, conforme o processo do PREVIARA n.º 2021.07.0001 -PRE, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2021, data do óbito da servidora.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga – MT, 07 de Julho de 2021.

MARIONY SOARES DE OLIVEIRA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado nos dias 08 e 09/07/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Utilitário Zero Km, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural por meio do Convênio MAPA nº 853455/2017 e de contrapartida com recursos próprios, resultou vencedora a empresa:

PINHEIRO S VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 01.692.763/0001-03, totalizando o valor de R$ 159.000,00.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 12 de julho de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 03, 28 DE JUNHO DE 2021.

RESOLUÇÃO Nº 03, 28 de Junho de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do plano de ação do repasse de recursos do Fundo Estadual Assistência Social – FEAS - destinado à execução dos Serviços da Proteção Básica, Gestão do Suas e Benefícios Eventuais referentes ao exercício de 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Arenápolis-MT, em reunião plenária e ordinária realizada no dia 28 de Junho de 2021 mediante Ata nº. 06 no uso da competência que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1. 142 de 2013, no artigo 02 no item VIII, e pelo Artigo 18 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS.

Considerando:

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS 2012, que tem como diretrizes a descentralização político administrativa para os Estados, Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

Resolução CIB Resolução 02/2016, Resolução nº01/2015 nº02/2016, Resolução Nº01/2017, Resolução nº06 de 22 de março 2018;

Decreto nº 99 de 21 de Maio de 2015

Instrução Normativa setas nº 002 de julho de 2015;

Orientação para o preenchimento do FEAS;

Resolução CNAS nº 212 de 19 de outubro de 2006;

Resolução CNAS nº39 de dezembro de 2010;

Portaria Conjunta SETASC/COEGEMAS-MT nº001/2020;

Resolução CNAS nº 39 de dezembro de 2010;

Oficio Circ. Nº 15/2021/GAB/SAAS/SETASC;

Ata da reunião plenária e ordinária realizada de nº 06 em 28 de Junho de 2021;

Guia de Orientação Técnica para utilização de recurso do cofinanciamento Estadual FEAS –MT 2021.

RESOLVE:

Artigo – 1º Aprova nos termos da Ata nº. 06 CMASA da Reunião plenária e ordinária realizada em 28/06/2021, o plano dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, destinados ao serviço da Prestação Social Básica, Serviços Assistenciais, Benefícios Eventuais e Gestão do SUAS referente ao exercícios de 2021, tendo prevista uma receita no valor de R$ 60.558,18;

Artigo – 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Arenápolis-MT, 28 de Junho de 2021.

JOSIELA PAULA DE MIRANDA

PRESIDENTE DO CMASA

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 006/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO EM PMF EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME O TERMO DE CONVÊNIO Nº 0442/2020/SINFRA, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO E PLANILHAS NO ANEXO I DO EDITAL.

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame Supracitado, resultou vencedora a empresa **BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP** inscrita no **CNPJ Nº. 16.939.495/0001-59,** apresentou a proposta no valor global de **R$ 377.393,05 (trezentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e cinco centavos).** Ficando desde já os autos dos processos franqueados para consulta dos interessados.

Arenápolis - MT, em 12 de Julho de 2021.

MAYKON DIEGO CASTRO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL.

EMPRESAS VENCEDORAS: CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 39.610.184/0001-47, ganhadora no valor total de **R$ 65.938,40 (Sessenta e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos),** a empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ: 67.729.178/0004-91,** ganhadora no valor total de **R$ 67.367,00 (sessenta e sete mil trezentos e sessenta e sete reais),** a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPILAR EIRELI-ME,** inscrita no **CNPJ: 03.250.803/0001-92,** ganhadora no valor total de **R$ 81.871,00 (oitenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais),** a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ: 12.889.035/0001-02,** ganhadora no valor total de **R$ 130.044,00 (cento e trinta mil e quarenta e quatro reais),** a empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no **CNPJ: 28.418.133/0001-00 ,** no valor total de **R$ 56.629,00 (cinqüenta e seis mil e seiscentos e vinte e nove reais)** e a empresa **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI,** ganhadora no valor total de **R$ 86.042,00 (oitenta e seis mil e quarenta e dois centavos)**.Os itens 06, 16, 28, 33, 43, 51, 81, 82, 92, 99, 103, 113, 122, 131, 144, 145, 165, 169 e 187, foram **FRACASSADOS** e os itens 88, 95, 105, 148, 150, 158, 175, 176 e 185 **DESERTOS**.

ARENÁPOLIS -MT, 07 de Julho de 2021.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 030/2021

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2020, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 001/2020, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 09/07/2021, às 8:00 horas para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2020 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 de julho de 2021.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 030/2021,** procedente do Processo Seletivo nº 001/2020, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais**, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 12 dias do mês de julho de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
065/2020	DAIZE CORREA GONÇALVES	856.420.291-34	0244221-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
193/2020	ANGELINA ARAUJO SILVA	727.638.762-34	3442010-0 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
353/2020	DANIELA DE OLIVEIRA BATISTA	793.093.059-91	3105375-0 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
043/2020	ANGELICI PEREIRA DA SILVA	023.878.301-48	1962131-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

Anexo I

Ato de Convocação nº 30/2021 do Processo Seletivo nº 001/2020

1.0 APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SEDE DO MUNICÍPIO

Nome da Merendeira Contratado(a)	Especialidades	Vencimento R$	Projeto Atividade	Dotação	Merendeira a ser substituída	Especialidades	Vencimento R$	Período
DAIZE CORREA GONÇALVES	Ensino Fundamental	1.002,74	2086	364	DAIZE CORREA GONÇALVES	Ensino Fundamental	1.002,74	12/07/2021 A 22/12/2021
ANGELINA ARAUJO SILVA	Ensino Fundamental	1.002,74	2086	364	ANGELINA ARAUJO SILVA	Ensino Fundamental	1.002,74	12/07/2021 A 22/12/2021
DANIELA DE OLIVEIRA BATISTA	Ensino Fundamental	1.002,74	2086	364	**JESSICA PEREIRA GOES**	Ensino Fundamental	1.002,74	12/07/2021 A 22/12/2021
ANGELICI PEREIRA DA SILVA	Ensino Fundamental	1.002,74	2086	364	ANGELICI PEREIRA DA SILVA	Ensino Fundamental	1.002,74	12/07/2021 A 22/12/2021

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 4.222/2021

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 6.086.612,46 (SEIS MILHÕES E OITENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E DOZE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS*)* NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã em exercício, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.082 de 08 de julho de 2021, e Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 6.086. 612,46 (seis milhões e oitenta e seis mil, seiscentos e doze reais e quarenta e seis centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.461.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e Drenagem Urbana		
4490.5100 – Obras e Instalações	**03.00**	6.086. 612,46
Total		***6.086. 612,46***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 09 dias do mês de julho de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO AO CONVENIO Nº 002/2019

DAS PARTES: DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: CAMARA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; OBJETO: CESSÃO DA SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ - MT ELIZANGELA ALVES MARTINS, EFETIVA NO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, PARA PRESTAR SERVIÇO COM ÔNUS PARA O ÓRGÃO DE DESTINO, À CÂMARA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ /MT; A PARTIR DE 01/07/2021.

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 029/2021

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2020, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 001/2020, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 08/07/2021, às 8:00 horas para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2020 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 de julho de 2021.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 029/2021,** procedente do Processo Seletivo nº 001/2020, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais**, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 12 dias do mês de julho de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
218/2020	CARMEM TERESINHA CEOLIN	498.989.652-15	596782 SSP/RO	PEDAGOGIA

Anexo I

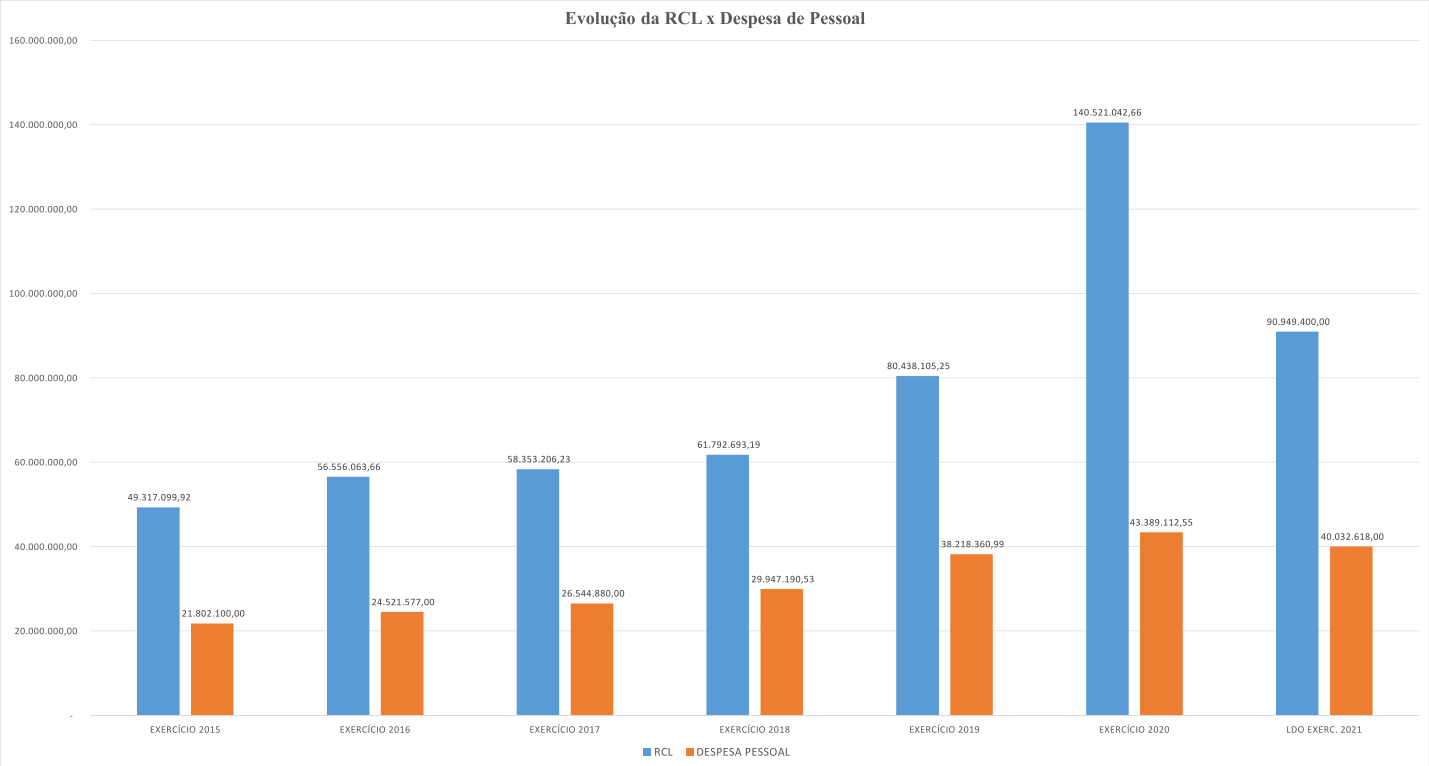
Ato de Convocação nº 02/2021 do Processo Seletivo nº 001/2020

1.0 PROFESSOR DE PEDAGOGIA – SEDE DO MUNICÍPIO

Nome do Professor Contratado(a)	Especialidades	Vencimento R$	Projeto Atividade	Dotação	Professor a ser substituído	Especialidades	Vencimento R$	Período
CARMEM TERESINHA CEOLIN	Professor Pedagogia	2.711,00	2041	352	**SANDRA REGINA DA SILVA ARAUJO** (Desvio de função)	Professor Pedagogia	4.089,50	1º/07/2021 A 22/12/2021

GABINETE DO PREFEITO
PROJEÇÃO DE IMPACTO DE FOLHA - IMPACTO 029_030 - 12.07.2021

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71



ARIPUANÃ/MT, 12/072021

1

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

APURAÇÃO DE GASTOS DE PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES														
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	Em R$													
Especificação	**jun/20**	**jul/20**	**ago/20**	**set/20**	**out/20**	**nov/20**	**dez/20**	**jan/21**	**fev/21**	**mar/21**	**abr/21**	**mai/21**	**Total**
1 Receitas Correntes	**10.056.070,31**	**14.031.591,50**	**7.621.711,46**	**12.289.379,00**	**12.074.354,37**	**10.456.402,29**	**16.563.820,76**	**12.632.308,65**	**9.537.112,90**	**11.920.322,56**	**12.326.569,87**	**14.009.547,18**	**143.519.190,85**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**931.321,07**	**3.641.442,64**	**2.481.083,01**	**3.334.249,77**	**3.216.429,32**	**2.468.880,32**	**4.333.147,61**	**3.902.169,08**	**1.420.553,73**	**2.125.797,80**	**3.068.507,58**	**3.532.407,62**	**34.455.989,55**
1.1.1.3.03.1 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	134.417,66	130.025,35	144.066,76	125.013,00	78.733,65	9.706,61	675.347,22	16.297,09	71.162,62	169.076,42	144.838,20	284.478,64	1.983.163,22
1.1.1.3.03.4 IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	4.994,05	6.024,19	7.042,15	5.284,85	3.150,10	5.891,52	40.681,92	-	11.247,21	7.395,23	11.709,16	37.020,60	140.440,98
1.1.1.8.01.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	127.064,07	235.618,27	273.646,92	195.680,12	87.911,15	88.377,36	97.875,66	91.281,03	65.259,07	77.031,76	178.248,10	486.416,72	2.004.410,23
1.1.1.8.01.4 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ¿INTER VIVOS¿ DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	55.327,21	158.490,31	80.824,76	75.486,96	92.784,79	194.630,15	501.725,42	59.377,20	96.976,02	69.326,58	72.992,19	64.430,00	1.522.371,59
1.1.1.8.02.3 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	570.670,70	3.048.154,87	1.896.076,63	2.869.878,40	2.901.279,90	2.118.967,09	2.977.846,09	3.673.180,92	1.077.500,63	1.682.574,92	2.551.603,77	2.455.474,51	27.823.208,43
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.847,38	63.129,65	79.425,79	62.906,44	52.569,73	51.307,59	39.671,30	62.032,84	98.408,18	120.392,89	109.116,16	204.587,15	982.395,10
1.2 CONTRIBUIÇÕES	**495.117,57**	**182.405,68**	**239.884,98**	**270.262,47**	**464.103,90**	**680.146,84**	**817.788,34**	**6.119,83**	**190.672,31**	**638.614,19**	**374.551,20**	**365.810,62**	**4.725.477,93**
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	**924.267,88**	**358.645,46**	**-2.981.396,24**	**6.666,07**	**9.299,93**	**10.296,25**	**50.804,13**	**9.474,84**	**10.483,87**	**35.708,74**	**63.502,96**	**120.454,64**	**-1.381.791,47**
1.3.2.1.00.1 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	23.475,47	22.445,17	9.874,28	6.100,75	8.734,61	8.242,14	9.660,40	7.791,00	7.991,98	34.709,63	62.795,58	119.659,24	321.480,25
1.3.2.1.00.4 REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	900.227,09	335.021,85	-2.991.837,27	-	-	-	39.011,63	-	-	-	-	-	-1.717.576,70
Outras Receitas Patrimoniais	565,32	1.178,44	566,75	565,32	565,32	2.054,11	2.132,10	1.683,84	2.491,89	999,11	707,38	795,4	14.304,98
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	**157.272,83**	**166.374,72**	**158.576,79**	**176.685,11**	**154.472,70**	**165.996,88**	**175.278,09**	**167.276,33**	**191.255,67**	**269.807,63**	**206.967,57**	**208.572,47**	**2.198.536,79**
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**7.491.247,94**	**9.584.121,10**	**7.717.184,19**	**8.486.723,12**	**8.217.929,97**	**7.120.692,21**	**10.943.015,04**	**8.545.283,16**	**7.700.315,70**	**8.839.623,90**	**8.574.338,61**	**9.765.599,00**	**102.986.073,94**
1.7.1.8.01.2 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	684.244,08	701.705,46	749.289,25	603.559,10	812.146,90	1.076.439,19	1.128.209,30	1.166.583,24	1.529.094,85	1.024.920,15	1.071.476,36	1.287.767,04	11.835.434,92
1.7.1.8.01.5 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	7.344,19	1.991,48	6.210,25	57.717,73	392.160,37	51.298,07	65.619,75	47.150,14	4.116,10	5.408,10	21.330,62	10.498,86	670.845,66
1.7.2.8.01.1 COTA-PARTE DO ICMS	1.383.749,21	1.471.004,27	1.396.779,80	1.980.808,40	1.778.961,64	1.592.855,42	2.169.356,67	1.845.599,04	1.494.383,15	2.169.987,67	1.855.165,27	1.784.084,45	20.922.734,99
1.7.2.8.01.2 COTA-PARTE DO IPVA	113.903,91	93.123,56	90.239,28	78.538,89	81.843,48	80.478,95	143.228,88	141.568,18	110.877,47	132.755,78	79.953,56	103.541,18	1.250.053,12
1.7.5.8.01.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ¿ FUNDEB	1.069.125,12	1.103.799,84	1.062.460,98	1.373.074,97	1.411.312,95	1.298.483,79	1.674.867,43	1.458.753,94	1.341.141,29	1.599.100,89	1.509.756,91	1.833.962,50	16.735.840,61
Outras Transferências Correntes	4.232.881,43	6.212.496,49	4.412.204,63	4.393.024,03	3.741.504,63	3.021.136,79	5.761.733,01	3.885.628,62	3.220.702,84	3.907.451,31	4.036.655,89	4.745.744,97	51.571.164,64
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**56.843,02**	**98.601,90**	**6.378,73**	**14.792,46**	**12.118,55**	**10.389,79**	**243.787,55**	**1.985,41**	**23.831,62**	**10.770,30**	**38.701,95**	**16.702,83**	**534.904,11**
(-) DEDUÇÕES	**-1.082.205,75**	**-592.472,77**	**2.800.893,09**	**-244.737,66**	**-242.626,95**	**-241.964,80**	**-733.476,94**	**-6.119,83**	**-187.319,60**	**-239.214,39**	**-244.745,50**	**-243.310,68**	**-1.257.301,78**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**-2.143,19**	**-75.045,24**	**-3.895,60**	**-7.914,80**	**-4.172,79**	**-4.172,79**	**-8.345,58**	-	**-3.321,82**	**-2.497,11**	**-5.718,53**	**-4.107,82**	**-121.335,27**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-179.835,47**	**-182.405,68**	**-187.048,58**	**-236.822,86**	**-238.454,16**	**-237.792,01**	**-686.119,73**	**-6.119,83**	**-183.997,78**	**-236.717,28**	**-239.026,97**	**-239.202,86**	**-2.853.543,21**
Rend. Investimentos RPPS - Res. Consulta TCE-MT 19/2017	**-900.227,09**	**-335.021,85**	**2.991.837,27**	-	-	-	**-39.011,63**	-	-	-	-	-	**1.717.576,70**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**8.973.864,56**	**13.439.118,73**	**10.422.604,55**	**12.044.641,34**	**11.831.727,42**	**10.214.437,49**	**15.830.343,82**	**12.626.188,82**	**9.349.793,30**	**11.681.108,17**	**12.081.824,37**	**13.766.236,50**	**142.261.889,07**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **Em R$**

Despesa com Pessoal	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	Total (últimos 12 meses)
1 DESPESA BRUTA COM PESSOAL	**3.429.880,27**	**3.495.897,58**	**3.550.113,46**	**3.531.353,98**	**3.531.637,49**	**3.632.793,15**	**7.534.620,82**	**2.683.308,96**	**3.431.325,65**	**3.428.579,08**	**3.451.266,12**	**3.251.224,67**	**44.952.001,23**
1.1 Pessoal Ativo	**3.016.861,81**	**3.112.069,99**	**3.100.994,22**	**3.074.058,49**	**3.045.832,22**	**3.128.410,66**	**6.835.991,69**	**2.214.352,82**	**2.903.208,94**	**2.946.203,16**	**2.977.433,84**	**2.945.121,94**	**39.300.539,78**
1.1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.621.168,17	2.712.264,74	2.748.383,69	2.720.475,34	2.695.646,64	2.775.095,20	6.218.143,84	1.972.593,64	2.580.221,11	2.623.983,64	2.653.185,04	2.620.534,89	34.941.695,94
1.1.2 Obrigações Patronais	395.693,64	399.805,25	352.610,53	353.583,15	350.185,58	353.315,46	617.847,85	241.759,18	322.987,83	322.219,52	324.248,80	324.587,05	4.358.843,84
1.2 Pessoal Inativo e Pensionista	**168.764,26**	**169.036,89**	**175.170,53**	**176.423,51**	**178.691,19**	**183.941,11**	**353.430,05**	**187.397,36**	**200.124,73**	**207.991,66**	**206.188,73**	**208.102,75**	**2.415.262,77**
1.2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas	151.514,32	151.786,95	156.875,59	158.128,57	157.780,24	163.267,98	316.356,77	167.882,27	175.912,12	178.730,87	180.645,66	182.559,68	2.141.441,02
1.2.2 Pensões	17.249,94	17.249,94	18.294,94	18.294,94	20.910,95	20.673,13	37.073,28	19.515,09	24.212,61	29.260,79	25.543,07	25.543,07	273.821,75
1.3 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	**104.976,00**	**72.000,00**	**132.000,00**	**137.999,80**	**139.999,70**	**139.999,70**	**156.799,98**	**118.000,00**	**137.999,98**	**101.999,99**	**120.000,00**	**97.999,98**	**1.459.775,13**
1.4 Outras Despesas com Pessoal - TCE-MT	**139.278,20**	**142.790,70**	**141.948,71**	**142.872,18**	**167.114,38**	**180.441,68**	**188.399,10**	**163.558,78**	**189.992,00**	**172.384,27**	**147.643,55**	-	**1.776.423,55**
1.4.2 Possibilidade de serem consideradas	139.278,20	142.790,70	141.948,71	142.872,18	167.114,38	180.441,68	188.399,10	163.558,78	189.992,00	172.384,27	147.643,55	-	1.776.423,55
2 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	**-168.764,26**	**-169.036,89**	**-175.170,53**	**-176.423,51**	**-178.691,19**	**-183.941,11**	**-353.430,05**	**-187.397,36**	**-200.124,73**	**-207.991,66**	**-206.188,73**	**-208.102,75**	**-2.415.262,77**
2.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	**-168.764,26**	**-169.036,89**	**-175.170,53**	**-176.423,51**	**-178.691,19**	**-183.941,11**	**-353.430,05**	**-187.397,36**	**-200.124,73**	**-207.991,66**	**-206.188,73**	**-208.102,75**	**-2.415.262,77**
3 Dedução IRRF - Res. Consulta TCE-MT 19/2017 (até 2018)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	**3.261.116,01**	**3.326.860,69**	**3.374.942,93**	**3.354.930,47**	**3.352.946,30**	**3.448.852,04**	**7.181.190,77**	**2.495.911,60**	**3.231.200,92**	**3.220.587,42**	**3.245.077,39**	**3.043.121,92**	**42.536.738,46**

2

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

APURAÇÃO DE GASTOS DE PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	DIFERENÇA PARA OS LIMITES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**142.261.889,07**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	**142.261.889,07**		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	**40.760.314,91**	**28,65%**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP II	**42.536.738,46**	**29,90%**	
(com Despesas possíveis de serem consideradas)			
LIMITE MÁXIMO - (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**76.821.420,10**	**54,00%**	**36.061.105,19**
LIMITE PRUDENCIAL - (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**72.980.349,09**	**51,30%**	**32.220.034,18**
LIMITE DE ALERTA - (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	69.139.278,09	48,60%	28.378.963,18
SITUAÇÃO	**ABAIXO DOS LIMITES**		
Fonte: Dados enviados ao Tribunal de Contas			

ARIPUANÃ, 12/07/2021.

3

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO IMPACTO

Metodologia: 01

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 06/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ZELADORAS	2	1.070,87	50%	1.606,31	42.824,09	8.993,06	51.817,15
RECEPCIONISTA	5	1.096,78	0%	1.096,78	73.100,39	15.351,08	88.451,47
MOTORISTA	1	1.462,38	0%	1.462,38	19.493,53	4.093,64	23.587,17
TEC. DE ENFERMAGEM	5	1.816,24	50%	2.724,36	181.578,59	38.131,50	219.710,10
TEC. DE ENFERMAGEM	2	1.816,24	0%	1.816,24	48.420,96	10.168,40	58.589,36
ENFERMEIRO	7	6.607,30	10%	7.268,03	678.179,88	142.417,77	820.597,65
FISCAL SANITÁRIO	1	1.243,02	0%	1.243,02	16.569,46	3.479,59	20.049,04
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	4	1.462,38	0%	1.462,38	77.974,10	16.374,56	94.348,66
						Impacto Metodologia: 01	**1.377.150,60**

Metodologia: 02

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 05/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
AGENTE ADMINISTRATIVO	2	1.403,03	0%	1.403,03	37.404,78	7.855,00	45.259,78
						Impacto Metodologia: 02	**45.259,78**

Metodologia: 03

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 01, 02, 03 e 04/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ZELADORAS	7	1.002,74	0%	1.002,74	93.565,67	19.648,79	113.214,46
ZELADOR DE PÁTIO	2	1.816,24	0%	1.816,24	48.420,96	10.168,40	58.589,36
TDE	1	1.403,03	0%	1.403,03	18.702,39	3.927,50	22.629,89
						Impacto Metodologia: 03	**194.433,71**

Metodologia: 04

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 07/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
MOTORISTA DE CAMINHÃO	2	2.220,56	0%	2.220,56	59.200,13	12.432,03	71.632,16
AGENTE OPERACIONAL	4	1.816,24	0%	1.816,24	96.841,92	20.336,80	117.178,72

4

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

OPERADOR DE ESCAVADEIRA	1	2.973,42	0%	2.973,42	39.635,69	8.323,49	47.959,18
OPERADOR DE ESCAVADEIRA	1	2.973,42	0%	2.973,42	39.635,69	8.323,49	47.959,18
OPERADOR DE MOTO SERRA	1	2.220,56	0%	2.220,56	29.600,06	6.216,01	35.816,08
						Impacto Metodologia: 04	**320.545,32**

Metodologia: 05

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 011/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ZELADORAS	2	1.002,74	0%	1.002,74	26.733,05	5.613,94	32.346,99
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	0%	1.816,24	24.210,48	5.084,20	29.294,68
						Impacto Metodologia: 05	**61.641,67**

Metodologia: 06

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 012/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
MOTORISTA DE CAMINHÃO	1	2.220,56	0%	2.220,56	27.379,50	5.749,70	33.129,20
COZINHEIRA	1	1.002,74	0%	1.002,74	12.363,78	2.596,39	14.960,18
						Impacto Metodologia: 12	**48.089,38**

Metodologia: 07

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 013/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ZELADOR DE PÁTIO	2	1.816,24	0%	1.816,24	44.788,48	9.405,58	54.194,06
PROFESSOR	5	2.711,01	0%	2.711,01	167.133,77	35.098,09	202.231,86
						Impacto 13 Metodologia: 07	**256.425,92**

Metodologia: 08

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 014/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ZELADORA	2	1.002,74	0%	1.002,74	24.727,57	5.192,79	29.920,36
						Impacto 14 Metodologia: 08	**29.920,36**

Metodologia: 09

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 015/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos

5

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

PROFESSOR	1	2.711,01	0%	2.711,01	33.426,75	7.019,62	40.446,37
						Impacto 15 Metodologia: 09	**40.446,37**

Metodologia: 10

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 016/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ENFERMEIRO	2	6.607,30	0%	6.607,30	149.721,42	31.441,50	181.162,92
						Impacto 16 Metodologia: 10	**181.162,92**

Metodologia: 11

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 018/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
PROFESSOR	1	2.711,01	0%	2.711,01	28.004,73	5.880,99	33.885,73
						Impacto 18 Metodologia: 11	**33.885,73**

Metodologia: 12

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 017/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
TEC. DE ENFERMAGEM	3	1.816,24	50%	2.944,36	91.245,72	19.161,60	110.407,32
						Impacto 017 Metodologia: 12	**110.407,32**

Metodologia: 13

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 019/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ENFERMEIRO	2	6.607,30	10%	7.488,03	154.702,70	32.487,57	187.190,27
MOTORISTA COVID 19	1	1.462,38	0%	1.682,38	17.378,99	3.649,59	21.028,57
						Impacto 019 Metodologia: 13	**208.218,84**

Metodologia: 14

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 021/2021

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
ENFERMEIRO	2	6.607,30	10%	7.488,03	154.702,70	32.487,57	187.190,27

6

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

						Impacto 021 Metodologia: 14	**187.190,27**
Metodologia: 15							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 023/2021							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Adicional**	**Remuneração + adicional**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR	1	2.711,00	0%	2.711,00	22.582,63	4.742,35	27.324,98
						Impacto 023 Metodologia: 15	**27.324,98**
Metodologia: 16							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 022/2021							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Adicional**	**Remuneração + adicional**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
MOTORISTA	5	2.220,54	0%	2.220,54	92.485,49	19.421,95	111.907,44
TDE	1	1.403,03	0%	1.403,03	11.687,24	2.454,32	14.141,56
						Impacto 022 Metodologia: 16	**126.049,00**
Metodologia: 17							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 024/2021							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Adicional**	**Remuneração + adicional**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR DE PEGAGOGIA	1	2.711,00	0%	2.711,00	22.582,63	4.742,35	27.324,98
MERENDEIRA	1	1.100,00	0%	1.100,00	9.163,00	1.924,23	11.087,23
ZELADORA	1	1.100,00	0%	1.100,00	9.163,00	1.924,23	11.087,23
						Impacto 024 Metodologia: 17	**49.499,44**
Metodologia: 18							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 025/2021							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Adicional**	**Remuneração + adicional**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR DE LETRAS	1	2.858,76	0%	2.858,76	23.813,47	5.000,83	28.814,30
						Impacto 025 Metodologia: 18	**28.814,30**
Metodologia: 19							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 026/2021							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Adicional**	**Remuneração + adicional**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	2.858,76	0%	2.858,76	23.813,47	5.000,83	28.814,30
PROFESSOR DE LETRAS*	1	-	0%	-	-	-	-
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	1	2.858,76	0%	2.858,76	23.813,47	5.000,83	28.814,30
*** Impacto 026/2021 - candidato convocado desistiu da vaga.**							
						Impacto 026 Metodologia: 19	**57.628,60**
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 027/2021							

7

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	2.858,76	0%	2.858,76	23.813,47	5.000,83	28.814,30
PROFESSOR DE LETRAS	1	2.858,76	0%	2.858,76	23.813,47	5.000,83	28.814,30
						Impacto 027 Metodologia: 20	57.628,60
Metodologia: 21							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 028/2021							
CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
TÉC. DE ENFERMAGEM	1	1.816,24	0%	1.816,24	15.129,28	3.177,15	18.306,43
						Impacto 028 Metodologia: 21	18.306,43
Metodologia: 22							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 029/2021							
CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	2.711,00	0%	2.711,00	17.160,63	3.603,73	20.764,36
						Impacto 029 Metodologia: 22	20.764,36
Metodologia: 23							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 030/2021							
CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicional	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
MERENDEIRA	4	1.002,74	0%	1.002,74	25.389,38	5.331,77	30.721,15
						Impacto 030 Metodologia: 23	30.721,15

GASTOS COM PESSOAL 2020	
Gastos de Pessoal para 2020	39.894.514,11
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.552.634
Outras Despesas de Pessoal - TCE	1.940.899
Total geral de Gastos com Pessoal no exercício de 2020	**43.389.112,60**
Impactos Previstos para o Exercicio de 2021	
Crescimento Vegetativo PCR 0,8% (Elevação de Nível, Mudança de Classe, Licença Prêmios, Etc.)	220.749,64
Impacto sobre Convocação de servidores do processo seletivo 001/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 027/2021	57.628,60
Impacto sobre Convocação de servidores do processo seletivo 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 028/2021	18.306,43
Impacto sobre Convocação de servidores do processo seletivo 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 029/2021	20.764,36
Impacto sobre Convocação de servidores do processo seletivo 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 030/2021	30.721,15

8

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Sub Total de Alterações de junho a dezembro de 2021	127.420,54
Previsão Total de Gastos - Exercício 2021	43.516.533,14

Apuração do Cumprimento do Limite Legal - Projeção 2021					
Item	Valor			% s/ RCL	Situação
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	158.000.000,00				REGULAR
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	43.516.533,14			27,54%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. -20 da LRF) - 54%	85.320.000			54,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art	81.054.000			51,30%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 5	76.788.000			48,60%	

NOTA: Em atenção às vedações da Lei 173/2020, orientamos que as despesas de pessoal devem se manter dentro do comprometido quando da aprovação da Lei.
Ainda, que as substituições devam se dar apenas em carater substitutivo, para que o montante bazilar não se altere.

Neste cenário que apresenta um gasto de R$ 43.956.807,12 previsto para 2021, partimos dos gastos de Pessoal do Exercicio de 2020, acrescendo as movimentações já realizadas de janeiro a maio de 2021 somada as projeções até o final do exercício.

* Tendo em vista que a consolidação das receitas ainda estão em fechamento os dados consideram a receita apurada no mês maio.

9

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

	Despesa Liquida				Despesa Projetada								
Descrição por elemento de despesa	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Total
Pessoal Contratado	163.879,61	278.608,38	281.004,33	326.121,14	325.365,74	325.365,74	325.365,74	325.365,74	325.365,74	325.365,74	325.365,74	748.341,20	4.075.514,84
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.808.372,17	2.301.284,67	2.314.736,53	2.316.913,24	2.284.951,27	2.284.951,27	2.284.951,27	2.284.951,27	2.284.951,27	2.284.951,27	2.284.951,27	5.255.387,92	29.991.353,42
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	241.759,18	319.987,83	322.219,52	324.248,80	324.587,05	324.587,05	324.587,05	324.587,05	324.587,05	324.587,05	324.587,05	746.550,22	4.226.874,90
Desp. Com Terceirização de Mao de Obra	118.000,00	137.999,98	101.999,99	120.000,00	97.999,98	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	1.380.999,95
Outras Despesas de Pessoal - TCE	163.558,78	189.992,00	172.384,27	147.643,55	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	168.000,00	2.017.578,60
TOTAL ORÇADO	**2.495.569,74**	**3.227.872,86**	**3.192.344,64**	**3.234.926,73**	**3.200.904,04**	**3.217.904,06**	**3.217.904,06**	**3.217.904,06**	**3.217.904,06**	**3.217.904,06**	**3.217.904,06**	**7.033.279,34**	**41.692.321,71**

* As despesas de janeiro a maio foram informadas pelo valor liquidado, e para os meses de junho a dezembro foram projetado com base na despesa de maio.

ARIPUANÃ/MT, 12/072021

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO		**SUBSTITUIÇÃO**	

INICIO: JULHO/2021

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE

Descrição por elemento de despesa	Valor orçado 2021	Valor orçado 2022	Valor orçado 2023	Total Geral
Pessoal Contratado	6.617.411,26	6.908.577,36	7.150.377,56	20.676.366,18
Vencimentos e Vantagens Fixas	30.671.680,74	32.021.234,69	33.141.977,91	95.834.893,34
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	5.999.180,00	6.263.143,92	6.482.353,96	18.744.677,88
Desp. Com Terceirização de Mao de Obra	2.551.500,00	2.551.500,00	2.551.500,00	7.654.500,00
Outras Despesas de Pessoal - TCE	2.017.578,60	2.017.578,60	2.017.578,60	6.052.735,80
TOTAL ORÇADO	**47.857.350,60**	**49.762.034,57**	**51.343.788,03**	**148.963.173,19**

O Orçamento previsto para 2021 suporta as despesas prevista de Pessoal para o mesmo exercício.

Des

Descrição por elemento de despesa	Até Maio/2021
Pessoal Contratado	1.374.979,20
Vencimentos e Vantagens Fixas	11.026.257,88
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	1.532.802,38
Desp. Com Terceirização de Mao de Obra	575.999,95
Outras Despesas de Pessoal - TCE	841.578,60
TOTAL ORÇADO	**15.351.618,01**

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL

Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa.	2021	2022	2023	TOTAL
Pessoal Contratado	4.075.514,84	4.483.066,33	4.662.388,98	13.220.970,15
Vencimentos e Vantagens Fixas	29.991.353,42	32.990.488,76	34.310.108,31	97.291.950,50
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	4.226.874,90	4.649.562,38	4.835.544,88	13.711.982,16
Desp. Com Tercerização de Mao de Obra	1.380.999,95	1.437.999,97	1.437.999,97	4.256.999,89
Outras Despesas de Pessoal - TCE	2.017.578,60	2.017.578,60	2.017.578,60	6.052.735,80
Impacto por Movimentacao do PCCS e Convocações Processos Seletivos	127.420,54	140.162,59	154.178,85	421.761,98
Total das despesas	**41.819.742,25**	**45.718.858,63**	**47.417.799,59**	**134.956.400,47**
Variação		**9,32%**	**3,72%**	

Nota Explicativa 01:

Para apuração da previsão de gastos com pessoal no exercício de 2021, foi informado os gastos reais de janeiro a maio/2021 e projetado o gasto de junho a dezembro, considerando 13º e Férias no mes de dezembro, acrescido as movimentações/alterações prevista para junho a dezembro de 2021.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL

Descrição do evento	2021	2022	2023	Total geral
Previsão da RCL (Receita Corrente Líquida)	**158.000.000,00**	90.949.400,00	93.311.200,00	342.260.600,00
Percentual de aumento em relação ao Ano Anterior:	-			
Indice de Gastos Com Pessoal	**26,47%**	**50,27%**	**50,82%**	**39,43%**
Situação	Regular	Regular	Regular	Regular

Nota Explicativa 02:

Considerando o crescimento da RCL para o exercício de 2021, passamos a apurar a previsão de gastos com base na projeção de arrecadação e não mais pelo valor previsto na LDO2021.

Nota Explicativa 03:

A diminuição da RCL para os próximos exercícios 2021, 2022 e 2023 comparado a arrecadação de 2020, refere-se a recursos recebido relativo a Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal e recursos destinados ao atendimento da Covid-19, entretanto não a previsão destes montantes para proximos exercicios, com isso houve variação negativa.

ARIPUANÃ/MT, 12/07/2021.

12

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 029 e 030/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUND. FUNDEB 60%						
PROFESSOR PEDAGOGIA	1	2.711,00	3.280,31	20.764,36	45.912,86	48.208,50
TOTAL	**1**	**2.711,00**	**3.280,31**	**20.764,36**	**45.912,86**	**48.208,50**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL						
MERENDEIRA	4	1.002,74	1.213,32	30.721,15	67.928,68	71.325,11
TOTAL	**4**	**1.002,74**	**1.213,32**	**30.721,15**	**67.928,68**	**71.325,11**
TOTAL GERAL	**5**	**3.713,74**	**4.493,63**	**51.485,51**	**113.841,53**	**119.533,61**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 027/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUND. FUNDEB 60%						
PROFESSOR PEDAGOGIA	1	2.858,76	3.459,10	28.814,30	48.415,29	50.836,05
TOTAL	**1**	**2.858,76**	**3.459,10**	**28.814,30**	**48.415,29**	**50.836,05**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2025 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR LETRAS	1	2.858,76	3.459,10	28.814,30	48.415,29	50.836,05

13

TOTAL	**1**	**2.858,76**	**3.459,10**	**28.814,30**	**48.415,29**	**50.836,05**
TOTAL GERAL	**2**	**5.717,52**	**6.918,20**	**57.628,60**	**96.830,58**	**101.672,10**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 026/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUND. FUNDEB 60%						
PROFESSOR PEDAGOGIA	1	2.858,76	3.459,10	28.814,30	48.415,29	50.836,05
PROFESSOR GEOGRAFIA	1	2.858,76	3.459,10	28.814,30	48.415,29	50.836,05
TOTAL	**2**	**5.717,52**	**6.918,20**	**57.628,60**	**96.830,58**	**101.672,10**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2025 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR LETRAS*	1	-	-	-	-	-
TOTAL	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
*candidato convocado desistiu da vaga						
TOTAL GERAL	**3**	**5.717,52**	**6.918,20**	**57.628,60**	**96.830,58**	**101.672,10**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 025/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2025 - ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR LETRAS	1	2.858,76	3.459,10	28.814,30	31.119,79	32.675,78
TOTAL	**1**	**2.858,76**	**3.459,10**	**28.814,30**	**31.119,79**	**32.675,78**
TOTAL GERAL	**1**	**2.858,76**	**3.459,10**	**28.814,30**	**31.119,79**	**32.675,78**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 024/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2040 - ENS. FUND. FUNDEB 40%						
MERENDEIRA	1	1.100,00	1.331,00	11.087,23	18.629,34	19.560,81
TOTAL	**1**	**1.100,00**	**1.331,00**	**11.087,23**	**18.629,34**	**19.560,81**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	2.711,00	3.280,31	27.324,98	45.912,86	48.208,50
TOTAL	**1**	**2.711,00**	**3.280,31**	**27.324,98**	**45.912,86**	**48.208,50**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - MAN.APREND. INF. PRÉ-ESCOLA -FUNDEB 40%						
ZELADORA	1	1.100,00	1.331,00	11.087,23	18.629,34	19.560,81
TOTAL	**1**	**1.100,00**	**1.331,00**	**11.087,23**	**18.629,34**	**19.560,81**
TOTAL GERAL	**3**	**4.911,00**	**5.942,31**	**49.499,44**	**83.171,54**	**87.330,12**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 22/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

15

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 -MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR						
MOTORISTA	5	2.220,54	2.686,85	111.907,44	120.861,38	126.904,45
TOTAL	**5**	**2.220,54**	**2.686,85**	**111.907,44**	**120.861,38**	**126.904,45**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - PRE-ESCOLA - FUNDEB 40%						
TDE	1	1.403,03	1.697,67	14.141,56	15.273,05	16.036,71
TOTAL	**1**	**1.403,03**	**1.697,67**	**14.141,56**	**15.273,05**	**16.036,71**
TOTAL GERAL	**6**	**3.623,57**	**4.384,52**	**126.049,00**	**136.134,44**	**142.941,16**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 8,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 023/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	2.711,00	3.280,31	27.324,98	45.912,86	48.208,50
TOTAL	**1**	**2.711,00**	**3.280,31**	**27.324,98**	**45.912,86**	**48.208,50**
TOTAL GERAL	**1**	**2.711,00**	**3.280,31**	**27.324,98**	**45.912,86**	**48.208,50**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 018/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

16

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2087 - ENS. INFANTIL FUNDEB 60%						
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	1	2.711,01	3.280,32	33.885,73	45.913,03	48.208,68
TOTAL	**1**	**2.711,01**	**3.280,32**	**33.885,73**	**45.913,03**	**48.208,68**
TOTAL GERAL	**1**	**2.711,01**	**3.280,32**	**33.885,73**	**45.913,03**	**48.208,68**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 10,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 015/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUND. FUNDEB 60%						
PROFESSOR LETRAS	1	2.711,01	3.280,32	40.446,37	45.913,03	48.208,68
TOTAL	**1**	**2.711,01**	**3.280,32**	**40.446,37**	**45.913,03**	**48.208,68**
TOTAL GERAL	**1**	**2.711,01**	**3.280,32**	**40.446,37**	**45.913,03**	**48.208,68**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 014/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

17

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2040 - ENS. FUND. FUNDEB 40%						
ZELADORA	2	1.002,74	1.213,32	29.920,36	33.964,34	35.662,55
TOTAL	**2**	**1.002,74**	**1.213,32**	**29.920,36**	**33.964,34**	**35.662,55**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 013/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO BASE	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2040 - ENS. FUND. FUNDEB 40%						
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	2.197,65	27.097,03	30.759,41	32.297,38
TOTAL	**1**	**1.816,24**	**2.197,65**	**27.097,03**	**30.759,41**	**32.297,38**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - PRE-ESCOLA - FUNDEB 40%						
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	2.197,65	27.097,03	30.759,41	32.297,38
TOTAL	**1**	**1.816,24**	**2.197,65**	**27.097,03**	**30.759,41**	**32.297,38**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2041 - ENS. FUND. FUNDEB 60%						
PROFESSOR PEDAGOGIA	4	2.711,01	3.280,32	161.785,49	183.652,11	192.834,72
PROFESSOR LETRAS	1	2.711,01	3.280,32	40.446,37	45.913,03	48.208,68
TOTAL	**5**	**5.422,02**	**6.560,64**	**202.231,86**	**229.565,14**	**241.043,40**
TOTAL GERAL	**7**	**9.054,50**	**10.955,95**	**256.425,92**	**291.083,97**	**305.638,17**

18

MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 011/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2040 - ENS. FUND. FUNDEB 40%						
ZELADORA	1	1.002,74	1.213,32	16.173,49	16.982,17	17.831,28
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	2.197,65	29.294,68	30.759,41	32.297,38
TOTAL	**2**	**2.818,98**	**3.410,97**	**45.468,17**	**47.741,58**	**50.128,66**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - PRE-ESCOLA - FUNDEB 40%						
ZELADORA	1	1.002,74	1.213,32	16.173,49	16.982,17	17.831,28
TOTAL	**1**	**1.002,74**	**1.213,32**	**16.173,49**	**16.982,17**	**17.831,28**
TOTAL GERAL	**3**	**3.821,72**	**4.624,28**	**61.641,67**	**64.723,75**	**67.959,94**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 01, 02, 03 e 04/2021 - PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2021	2022	2023
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2025 - ENSINO FUNDAMENTAL						
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	2.197,65	29.294,68	30.759,41	32.297,38

19

ZELADORA	1	1.002,74	1.213,32	16.173,49	16.982,17	17.831,28
TOTAL	**2**	**2.818,98**	**3.410,97**	**45.468,17**	**47.741,58**	**50.128,66**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2040 - ENS. FUND. FUNDEB 40%						
ZELADORA	4	1.002,74	1.213,32	64.693,98	67.928,68	71.325,11
ZELADOR DE PÁTIO	1	1.816,24	2.197,65	29.294,68	30.759,41	32.297,38
TOTAL	**5**	**2.818,98**	**3.410,97**	**93.988,66**	**98.688,09**	**103.622,49**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2043 - ESPORTE E LAZER						
ZELADORA	1	1.002,74	1.213,32	16.173,49	16.982,17	17.831,28
TOTAL	**1**	**1.002,74**	**1.213,32**	**16.173,49**	**16.982,17**	**17.831,28**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2086 - PRE-ESCOLA - FUNDEB 40%						
TDE	1	1.403,03	1.697,67	22.629,89	23.761,39	24.949,46
TOTAL	**1**	**1.403,03**	**1.697,67**	**22.629,89**	**23.761,39**	**24.949,46**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2035 - APREND. INFANTIL - CRECHE						
ZELADORA	1	1.002,74	1.213,32	16.173,49	16.982,17	17.831,28
TOTAL	**1**	**1.002,74**	**1.213,32**	**16.173,49**	**16.982,17**	**17.831,28**
TOTAL GERAL	**10**	**9.046,47**	**10.946,23**	**194.433,71**	**204.155,40**	**214.363,17**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2021: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
DEMONSTRATIVO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA SUFICIENTE PARA ATENDER ÀS PROJEÇÕES DE DESPESA DE PESSOAL INCISO 1, § 1º DO ART. 169 DA CF						
QUADRO II					-	
ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA LOA 1985/2020					-	
AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	VAGAS	DESPESA FIXADA PARA 2021	TOTAL DO ATO	DÉFICIT/SALDO
2025 - ENSINO FUNDAMENTAL	01.01	3190.0400/31901300	4	280.000,00	131.911,07	148.088,93
2041 - ENS. FUNDAMENTAL FUNDEB 60%	01.01	3190.0400/31901300	11	1.470.000,00	375.721,16	1.094.278,84
2040 - ENS. FUNDAMENTAL FUNDEB 40%	01.01	3190.0400/31901300	6	1.040.000,00	207.561,45	832.438,55
2043 - ESPORTE E LAZER	01.00	3190.0400/31901300	1	49.300,00	16.173,49	33.126,51
2086 - PRE-ESCOLA FUNDEB 40%	01.19	3190.0400/31901300	7	217.000,00	115.393,95	101.606,05
2028 - MANUTENÇÃO DO TRANS. ESCOLAR	01.01	3190.0400/31901300	5	220.000,00	111.907,44	108.092,56
2035 - APREND. INFANTIL CRECHE	01.01	3190.0400/31901300	1	237.160,00	22.629,89	214.530,11
2087 - ENSINO INF. CRECHE FUNDEB 60%	01.18	3190.0400/31901300	1	266.200,00	33.885,73	232.314,27
					1.015.184,19	

20

					-	

O MONTANTE APURADO CARACTERIZA UM IMPACTO REAL CUMULATIVO (ATOS CONVOCATÓRIOS 01, 02,03,04, 13, 14, 15, 18, 23, 22, 24, 25, 26,27, 29 E 30/2021) SOBRE O ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO, SENDO AS CONTRATAÇÕES A TITULO SUBSTITUIÇÃO DE PESSOAL , CONFORME MEMORANDOS 135 E 140/2021/SEMAD ONDE ANÁLISE DO IMPACTO EVIDENCIA QUE AS FONTES DE DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA -1985/2020- ABSORVE INTEGRALMENTE O IMPACTO GERADO PELOS PROCESSOS SELETIVOS PRETENDIDO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIA QUANTO A CONVOCAÇÃO PRETENDIDA. CONFORME EVIDENCIADO NO QUADRO II. OBSERVADOS QUE O ATO CONVOCATÓRIO , SEGUNDO MEMORANDO, ATENDE A LEI 173/2020.

Aripuanã, 12 de julho de 2021.

Márcia A. Thomazi
ASSECONT
Port. 12.690/2021

21

LICITAÇÃO
ATA DE R.P. Nº 78/2021

Ata de R.P. nº 78/2021

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **M CRIVELLI TERRAPLANAGEM**, pessoa jurídica de pessoa privada, inscrita no CNPJ Nº 34.348.738/0001-66, Inscrição Estadual: Isento, Inscrição Municipal n.°2802, com sede no setor Frei Canuto, Chácara Modelo , S/N, Bairro Setor Chácara, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000 - Telefone: (066) 98134-6395, e-mail: orcof@orcof.com.br, representada por seu proprietário Jairo Correa da Silva, portador do CPF Nº.196.360.348-69, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço N.º 35/2021,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais n.º 7.892/2013, n.º. 8.250/2014 e n.º 8.538/2015, os Decretos Municipais n.º. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.***Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO OU MAQUINÁRIO: MARCA, MODELO E ANO	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	708521	SERVICO DE LOCACAO DE CAMINHAO BASCULANTE 6X2 COM NO MINIMO DE 12M³ CARGA E 170 CV, COM MOTORISTA.	MERCEDES L 1620 2008 211CV	dia	170	R$ 1.090,00	R$ 185.300,00
TOTAL GERAL							R$ 185.300,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias do mês subsequente**, de acordo com os cálculos do preço das DIARIAS do respectivo equipamento locado para o serviço, mediante apresentação do Relatório juntamente com fotos do local onde os serviços foram executados, e em conformidade com o discriminado na Nota de Autorização de Despesa-NAD, e devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato, e que será pago com Recurso Específico consignados no orçamento vigente do Município de Aripuanã através da ordem bancária em favor da CONTRATADA. 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório. 3.7.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a execução dos serviços deverão ser executados em **24 (vinte e quatro)** horas após o recebimento da NAD – (Nota de Autorização de Despesa);

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Fornecer o combustível (óleo diesel) para os veículos e maquinários locados.

5.1.7. Realizar a avaliação dos veículos e maquinários através da equipe técnica da SINFRA, e emitir laudo de inspeção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

5.2.2. Prestar o serviço imediatamente nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

5.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.5. Prestar o serviço, no preço, e forma estipulada na proposta;

5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento;

5.2.7. Quando requisitado, executar os serviços em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional;

5.2.8. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.9. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5.2.10. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.11. Disponibilizar caminhões e maquinários em perfeitas condições de uso, para a contratante no pátio da Secretaria, juntamente com seus motoristas e operadores, após devidas assinaturas das Atas;

5.2.12. Regularizar ou Substituir o veículo/maquinário no prazo de 24 horas, caso não seja aprovado pela equipe técnica da SINFRA;

5.2.13. Os veículos e maquinários deverão estar com os equipamentos obrigatórios, inclusive, odômetro/horímetro, em perfeito estado de funcionamento e com a documentação totalmente regularizada e de acordo com o código de trânsito vigente, sob pena de não ser contratado o serviço;

5.2.14. Prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva do caminhão ou maquinário, de sua propriedade durante a vigência do pregão;

5.2.15. Os motoristas e operadores dos caminhões e maquinários serão por conta da Contratada;

5.2.16. Empregar na execução dos serviços profissionais detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível aos veículos utilizados, que não tenham registro na carteira nacional de habilitação, de falta grave e/ou gravíssima, nos 12 meses antecedentes a contratação;

5.2.17. Exigir rígido controle com relação à validade das carteiras dos motoristas;

5.2.18. Fornecer a seus empregados equipamento de segurança que se fizerem necessários;

5.2.19. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a ser vitimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias assegurem, e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.2.20. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizado-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante a locomoção e transporte das máquinas/veículos aos locais de trabalho, bem como durante a execução dos serviços à CONTRATANTE;

5.2.21. Substituir imediatamente operadores e motoristas que comprovem incapacidade técnica operacional ou conduta incompatível com exercício de suas atividades;

5.2.22. Responsabilizar pelo o fornecimento de Óleo Lubrificante;

5.2.23. A contratada se obriga as suas expensas, o fornecimento de manutenção dos caminhões ou maquinários, reposição de peças defeituosas, fornecimento de transporte, alojamento e alimentações para seus motoristas e mecânicos que se fizerem necessários;

5.2.24. Toda e qualquer despesa com motorista e mecânico ficarão por conta da contratada;

5.2.25. Providenciar por suas custas, apoio para dar assistência a seus caminhões ou maquinários, viatura pessoal e eventual troca de peças;

5.2.26. Em caso de quebra dos caminhões ou maquinários, que impeça de executar os serviços, a empresa deverá providenciar a substituição por um equipamento igual no prazo máximo de 06(seis) horas, de maneira a não interromper o andamento dos serviços, sendo todas as responsabilidades assumidas pelo novo veículo ou máquinario, devendo comprovar a regularidade do mesmo;

5.2.27. Caso o caminhão ou maquinário contratado apresente defeito e não sejam corrigidos imediatamente, ou constarem avarias mecânicas freqüentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, em tempo hábil, a contratante não pagará, em nenhuma hipótese, tempo improdutivos dos caminhões ou maquinários, sob pretexto, por exemplo, de reparo mecânicos nos equipamentos ou falta de motoristas;

5.2.28. Efetuar a execução dos serviços de qualidade, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

5.2.29. Os serviços executados deverão ser registrados por meio fotográfico acompanhados de relatório circunstanciado contendo a indicação do equipamento ou veículo utilizado, discriminação do local do serviço, quantidade de diárias trabalhadas na localidade;

5.2.30. Os veículos e maquinários serão contratados por diária, entendendo por diária 08 (oito) horas trabalhadas;

5.2.31. Com relação às diárias excedentes deverá ser feito uma planilha com o quantitativo relacionado, para que seja feito solicitação para pagamento das mesmas;

5.2.32. Os veículos e maquinários deverão estar disponível das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no local a serem executados os trabalhos que serão indicados previamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

5.2.33. Não será admitido hora in itinere para contabilizar como horas trabalhadas;

5.2.34. Os veículos e maquinários deverão estar com toda documentação regular, e estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

5.2.35. Os veículos e maquinários contratados deverão ser identificados com placa colocada em local visível, com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA SINFRA;**

5.2.36. Constitui obrigação do licitante vencedor o fornecimento de alimentação para seus funcionários, transporte e outras que porventura forem necessárias, sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

5.2.37. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados, habilitados e capacitados para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços;

5.2.38. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

5.2.39. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.40. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. A execução de serviços deverá ser procedida mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A execução de serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A execução de serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021** e a proposta da empresa **M CRIVELLI TERRAPLANAGEM** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã-MT, 12 de julho de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

M CRIVELLI TERRAPLANAGEM

CNPJ Nº. 34.348.738/0001-66

Rosivaldo Messias da Silva

CPF Nº. 183.341.052-15

Procurador

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
ATA DE R.P. Nº 77/2021

Ata de R.P. nº 77/2021

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **JAIRO CORREA DA SILVA**, pessoa jurídica de pessoa privada, inscrita no CNPJ Nº 34.530.797/0001-50, Inscrição Estadual 13.779.322-7, Inscrição Municipal n.º 2822, com sede na Rua 23, n.º 188, Bairro Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000 - Telefone: (066) 98125-3808, e-mail: jairocorrea636@gmail.com, representada por seu proprietário Jairo Correa da Silva, portador do CPF Nº.196.360.348-69, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço N.º 35/2021,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais n.º 7.892/2013, n.º. 8.250/2014 e n.º 8.538/2015, os Decretos Municipais n.º. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.***Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO OU MAQUINÁRIO: MARCA, MODELO E ANO	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	708513	LOCACAO DE CAMINHAO BASCULANTE 6X4 COM NO MINIMO DE 14 M³ CARGA E 200 CV, COM MOTORISTA.	MERCEDES AXOR 2831K 2011/2011	150	dia	R$ 1.290,00	R$ 193.500,00
2	708512	LOCACAO DE CAMINHAO BASCULANTE 6X4 COM NO MINIMO DE 14 M³ CARGA E 200 CV, COM MOTORISTA.	MERCEDES AXOR 2831K 2011/2012	150		R$ 1.290,00	R$ 193.500,00
TOTAL GERAL							R$ 387.000,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias do mês subsequente**, de acordo com os cálculos do preço das DIARIAS do respectivo equipamento locado para o serviço, mediante apresentação do Relatório juntamente com fotos do local onde os serviços foram executados, e em conformidade com o discriminado na Nota de Autorização de Despesa-NAD, e devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato, e que será pago com Recurso Específico consignados no orçamento vigente do Município de Aripuanã através da ordem bancária em favor da CONTRATADA. 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS,

fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a execução dos serviços deverão ser executados em **24 (vinte e quatro)** horas após o recebimento da NAD – (Nota de Autorização de Despesa);

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Fornecer o combustível (óleo diesel) para os veículos e maquinários locados.

5.1.7. Realizar a avaliação dos veículos e maquinários através da equipe técnica da SINFRA, e emitir laudo de inspeção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

5.2.2. Prestar o serviço imediatamente nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

5.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.5. Prestar o serviço, no preço, e forma estipulada na proposta;

5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento;

5.2.7. Quando requisitado, executar os serviços em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional;

5.2.8. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.9. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5.2.10. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.11. Disponibilizar caminhões e maquinários em perfeitas condições de uso, para a contratante no pátio da Secretaria, juntamente com seus motoristas e operadores, após devidas assinaturas das Atas;

5.2.12. Regularizar ou Substituir o veículo/maquinário no prazo de 24 horas, caso não seja aprovado pela equipe técnica da SINFRA;

5.2.13. Os veículos e maquinários deverão estar com os equipamentos obrigatórios, inclusive, odômetro/horímetro, em perfeito estado de funcionamento e com a documentação totalmente regularizada e de acordo com o código de trânsito vigente, sob pena de não ser contratado o serviço;

5.2.14. Prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva do caminhão ou maquinário, de sua propriedade durante a vigência do pregão;

5.2.15. Os motoristas e operadores dos caminhões e maquinários serão por conta da Contratada;

5.2.16. Empregar na execução dos serviços profissionais detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível aos veículos utilizados, que não tenham registro na carteira nacional de habilitação, de falta grave e/ou gravíssima, nos 12 meses antecedentes a contratação;

5.2.17. Exigir rígido controle com relação à validade das carteiras dos motoristas;

5.2.18. Fornecer a seus empregados equipamento de segurança que se fizerem necessários;

5.2.19. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a ser vitimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias assegurem, e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.2.20. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizado-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante a locomoção e transporte das máquinas/veículos aos locais de trabalho, bem como durante a execução dos serviços à CONTRATANTE;

5.2.21. Substituir imediatamente operadores e motoristas que comprovem incapacidade técnica operacional ou conduta incompatível com exercício de suas atividades;

5.2.22. Responsabilizar pelo o fornecimento de Óleo Lubrificante;

5.2.23. A contratada se obriga as suas expensas, o fornecimento de manutenção dos caminhões ou maquinários, reposição de peças defeituosas, fornecimento de transporte, alojamento e alimentações para seus motoristas e mecânicos que se fizerem necessários;

5.2.24. Toda e qualquer despesa com motorista e mecânico ficarão por conta da contratada;

5.2.25. Providenciar por suas custas, apoio para dar assistência a seus caminhões ou maquinários, viatura pessoal e eventual troca de peças;

5.2.26. Em caso de quebra dos caminhões ou maquinários, que impeça de executar os serviços, a empresa deverá providenciar a substituição por um equipamento igual no prazo máximo de 06(seis) horas, de maneira a não interromper o andamento dos serviços, sendo todas as responsabilidades assumidas pelo novo veículo ou máquinario, devendo comprovar a regularidade do mesmo;

5.2.27. Caso o caminhão ou maquinário contratado apresente defeito e não sejam corrigidos imediatamente, ou constarem avarias mecânicas freqüentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, em tempo hábil, a contratante não pagará, em nenhuma hipótese, tempo improdutivos dos caminhões ou maquinários, sob pretexto, por exemplo, de reparo mecânicos nos equipamentos ou falta de motoristas;

5.2.28. Efetuar a execução dos serviços de qualidade, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

5.2.29. Os serviços executados deverão ser registrados por meio fotográfico acompanhados de relatório circunstanciado contendo a indicação do equipamento ou veículo utilizado, discriminação do local do serviço, quantidade de diárias trabalhadas na localidade;

5.2.30. Os veículos e maquinários serão contratados por diária, entendendo por diária 08 (oito) horas trabalhadas;

5.2.31. Com relação às diárias excedentes deverá ser feito uma planilha com o quantitativo relacionado, para que seja feito solicitação para pagamento das mesmas;

5.2.32. Os veículos e maquinários deverão estar disponível das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no local a serem executados os trabalhos que serão indicados previamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

5.2.33. Não será admitido hora in itinere para contabilizar como horas trabalhadas;

5.2.34. Os veículos e maquinários deverão estar com toda documentação regular, e estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

5.2.35. Os veículos e maquinários contratados deverão ser identificados com placa colocada em local visível, com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA SINFRA;**

5.2.36. Constitui obrigação do licitante vencedor o fornecimento de alimentação para seus funcionários, transporte e outras que porventura forem necessárias, sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

5.2.37. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados, habilitados e capacitados para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços;

5.2.38. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

5.2.39. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.40. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. A execução de serviços deverá ser procedida mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A execução de serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A execução de serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021** e a proposta da empresa **JAIRO CORREA DA SILVA** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã-MT, 12 de julho de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

JAIRO CORREA DA SILVA

CNPJ Nº. 34.530.797/0001-50

Jairo Correa da Silva

CPF Nº. 196.360.348-69

Proprietário

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
ATA DE R.P. Nº 76/2021

Ata de R.P. nº 76/2021

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **J. AGNALDO DE FREITAS**, pessoa jurídica de pessoa privada, inscrita no CNPJ Nº 41.723.998/0001-30, Inscrição Estadual Isento, Inscrição Municipal n.º 4270, com sede na Rua D, N.468, Bairro Vila Operaria, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000 - Telefone: (066) 98406-4876, e-mail: japublicidades@outlook.com, representada por seu proprietário Jose Agnaldo de Freitas, portador do RG n.º 000799184 SESP-RO e CPF Nº. 713.244.292-91, doravante denominada "**DETENTORA**

DA ATA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço N.º 35/2021,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais n.º 7.892/2013, n.º. 8.250/2014 e n.º 8.538/2015, os Decretos Municipais n.º. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável***, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.***Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO OU MAQUINÁRIO: MARCA, MODELO E ANO	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	708225	LOCACAO DE RETROESCAVADEIRA 4X4 COM PESO OPERACIONAL MINIMO 06 TONELADAS E CONCHA 0,2M³, COM OPERADOR.	CASE 5804 ANO 2011	150	dia	R$ 1.250,00	R$ 187.500,00
TOTAL GERAL							R$ 187.500,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias do mês subsequente**, de acordo com os cálculos do preço das DIARIAS do respectivo equipamento locado para o serviço, mediante apresentação do Relatório juntamente com fotos do local onde os serviços foram executados, e em conformidade com o discriminado na Nota de Autorização de Despesa-NAD, e devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato, e que será pago com Recurso Específico consignados no orçamento vigente do Município de Aripuanã através da ordem bancária em favor da CONTRATADA. 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a execução dos serviços deverão ser executados em **24 (vinte e quatro)** horas após o recebimento da NAD – (Nota de Autorização de Despesa);

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Fornecer o combustível (óleo diesel) para os veículos e maquinários locados.

5.1.7. Realizar a avaliação dos veículos e maquinários através da equipe técnica da SINFRA, e emitir laudo de inspeção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

5.2.2. Prestar o serviço imediatamente nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

5.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.5. Prestar o serviço, no preço, e forma estipulada na proposta;

5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento;

5.2.7. Quando requisitado, executar os serviços em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional;

5.2.8. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.9. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5.2.10. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.11. Disponibilizar caminhões e maquinários em perfeitas condições de uso, para a contratante no pátio da Secretaria, juntamente com seus motoristas e operadores, após devidas assinaturas das Atas;

5.2.12. Regularizar ou Substituir o veículo/maquinário no prazo de 24 horas, caso não seja aprovado pela equipe técnica da SINFRA;

5.2.13. Os veículos e maquinários deverão estar com os equipamentos obrigatórios, inclusive, odômetro/horímetro, em perfeito estado de funcionamento e com a documentação totalmente regularizada e de acordo com o código de trânsito vigente, sob pena de não ser contratado o serviço;

5.2.14. Prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva do caminhão ou maquinário, de sua propriedade durante a vigência do pregão;

5.2.15. Os motoristas e operadores dos caminhões e maquinários serão por conta da Contratada;

5.2.16. Empregar na execução dos serviços profissionais detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível aos veículos utilizados, que não tenham registro na carteira nacional de habilitação, de falta grave e/ou gravíssima, nos 12 meses antecedentes a contratação;

5.2.17. Exigir rígido controle com relação à validade das carteiras dos motoristas;

5.2.18. Fornecer a seus empregados equipamento de segurança que se fizerem necessários;

5.2.19. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a ser vitimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias assegurem, e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.2.20. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizado-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante a locomoção e transporte das máquinas/veículos aos locais de trabalho, bem como durante a execução dos serviços à CONTRATANTE;

5.2.21. Substituir imediatamente operadores e motoristas que comprovem incapacidade técnica operacional ou conduta incompatível com exercício de suas atividades;

5.2.22. Responsabilizar pelo o fornecimento de Óleo Lubrificante;

5.2.23. A contratada se obriga as suas expensas, o fornecimento de manutenção dos caminhões ou maquinários, reposição de peças defeituosas, fornecimento de transporte, alojamento e alimentações para seus motoristas e mecânicos que se fizerem necessários;

5.2.24. Toda e qualquer despesa com motorista e mecânico ficarão por conta da contratada;

5.2.25. Providenciar por suas custas, apoio para dar assistência a seus caminhões ou maquinários, viatura pessoal e eventual troca de peças;

5.2.26. Em caso de quebra dos caminhões ou maquinários, que impeça de executar os serviços, a empresa deverá providenciar a substituição por um equipamento igual no prazo máximo de 06(seis) horas, de maneira a não interromper o andamento dos serviços, sendo todas as responsabilidades assumidas pelo novo veículo ou máquinario, devendo comprovar a regularidade do mesmo;

5.2.27. Caso o caminhão ou maquinário contratado apresente defeito e não sejam corrigidos imediatamente, ou constarem avarias mecânicas freqüentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, em tempo hábil, a contratante não pagará, em nenhuma hipótese, tempo improdutivos dos caminhões ou maquinários, sob pretexto, por exemplo, de reparo mecânicos nos equipamentos ou falta de motoristas;

5.2.28. Efetuar a execução dos serviços de qualidade, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

5.2.29. Os serviços executados deverão ser registrados por meio fotográfico acompanhados de relatório circunstanciado contendo a indicação do equipamento ou veículo utilizado, discriminação do local do serviço, quantidade de diárias trabalhadas na localidade;

5.2.30. Os veículos e maquinários serão contratados por diária, entendendo por diária 08 (oito) horas trabalhadas;

5.2.31. Com relação às diárias excedentes deverá ser feito uma planilha com o quantitativo relacionado, para que seja feito solicitação para pagamento das mesmas;

5.2.32. Os veículos e maquinários deverão estar disponível das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no local a serem executados os trabalhos que serão indicados previamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

5.2.33. Não será admitido hora in itinere para contabilizar como horas trabalhadas;

5.2.34. Os veículos e maquinários deverão estar com toda documentação regular, e estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

5.2.35. Os veículos e maquinários contratados deverão ser identificados com placa colocada em local visível, com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA SINFRA;**

5.2.36. Constitui obrigação do licitante vencedor o fornecimento de alimentação para seus funcionários, transporte e outras que porventura forem necessárias, sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

5.2.37. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados, habilitados e capacitados para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços;

5.2.38. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

5.2.39. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.40. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. A execução de serviços deverá ser procedida mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A execução de serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A execução de serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021** e a proposta da empresa **J. AGNALDO DE FREITAS** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã-MT, 12 de julho de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

J. AGNALDO DE FREITAS

CNPJ Nº. 41.723.998/0001-30

José Agnaldo de Freitas

CPF Nº. 713.244.292-91

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
ATA DE R.P. Nº 75/2021

Ata de R.P. nº 75/2021

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **CARECA VEICULOS EIRELI**, pessoa jurídica de pessoa privada, inscrita no CNPJ Nº 21.374.410/0001-72, Inscrição Estadual Nº. 13.566.346-6, Inscrição Municipal Nº 12694, com sede na Avenida Ludovico da Riva Neto, N.1132, Bairro Centro, município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.580-000 - Telefone:(066) 3521-1553, e-mail: carecaveiculoslocadora@gmail.com, representada por seu proprietário Valdemir Pompilho, portador do RG n.º 35976400 e CPF Nº.493.000.839-53, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço N.º 35/2021,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais n.º 7.892/2013, n.º. 8.250/2014 e n.º 8.538/2015, os Decretos Municipais n.º. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável***, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a ***futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas pesadas, e caminhões para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã-MT.***Conforme Termo de Referência e Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 35/2021, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO OU MAQUINÁRIO: MARCA, MODELO E ANO	QNTD.	UND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	708772	LOCACAO DE CAMINHAO PIPA 6X2 COM NO MINIMO DE 200 CV E ACIMA DE 15 MIL LITROS CARGA, COM RABO DE PAVAO E SISTEMA DE AUTO ABASTECIMENTO, COM MOTORISTA.	VOLKSWAGEM 31-280, 2014, 275CV	170	dia	R$ 1.190,00	R$ 202.300,00
2	708523	LOCACAO DE CAMINHAO PIPA 6X2 COM NO MINIMO DE 200 CV E ACIMA DE 15 MIL LITROS CARGA, COM RABO DE PAVAO E SISTEMA DE AUTO ABASTECIMENTO, COM MOTORISTA.	FORD 2629, 2014, 290CV	170	dia	R$ 1.190,00	R$ 202.300,00
3	708522	LOCACAO DE CAMINHAO PIPA 6X2 COM NO MINIMO DE 200 CV E ACIMA DE 15 MIL LITROS CARGA, COM RABO DE PAVAO E SISTEMA DE AUTO ABASTECIMENTO, COM MOTORISTA.	FORD 2629, 2014, 290CV	170	dia	R$ 1.190,00	R$ 202.300,00
4	695688	LOCACAO DE CAMINHAO TIPO PRANCHA, COM NO MINIMO 02 EIXOS E CAPACIDADE DE CARGA A PARTIR DE 20 TONELADAS, COM MOTORISTA.	VOLKSWAGEM 31-370, 2012, 360CV	150	dia	R$ 1.590,00	R$ 238.500,00
5	708502	LOCACAO DE RETROESCAVADEIRA 4X4 COM PESO OPERACIONAL MINIMO 06 TONELADAS E CONCHA 0,2M³, COM OPERADOR.	JCB 3C, 2014, 92CV	150	dia	R$ 1.290,00	R$ 193.500,00
6	708500	LOCACAO DE TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL MINIMO 15 TONELADAS E 140 CV, COM OPERADOR.	CATERPILLAR D6N, 2014, 170CV	120	dia	R$ 2.140,00	R$ 256.800,00

7	703582	LOCACAO DE TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL MINIMO 15 TONELADAS E 140 CV, COM OPERADOR.	CATERPILLAR D6T, 2014, 170CV	120	dia	R$ 2.140,00	R$ 256.800,00
TOTAL GERAL							R$ 1.552.500,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a contratação dos serviços, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias do mês subsequente**, de acordo com os cálculos do preço das DIARIAS do respectivo equipamento locado para o serviço, mediante apresentação do Relatório juntamente com fotos do local onde os serviços foram executados, e em conformidade com o discriminado na Nota de Autorização de Despesa-NAD, e devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato, e que será pago com Recurso Específico consignados no orçamento vigente do Município de Aripuanã através da ordem bancária em favor da CONTRATADA. 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de **12 (doze) meses**, porém a execução dos serviços deverão ser executados em **24 (vinte e quatro)** horas após o recebimento da NAD – (Nota de Autorização de Despesa);

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Fornecer o combustível (óleo diesel) para os veículos e maquinários locados.

5.1.7. Realizar a avaliação dos veículos e maquinários através da equipe técnica da SINFRA, e emitir laudo de inspeção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

5.2.2. Prestar o serviço imediatamente nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

5.2.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.5. Prestar o serviço, no preço, e forma estipulada na proposta;

5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento;

5.2.7. Quando requisitado, executar os serviços em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional;

5.2.8. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.9. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

5.2.10. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.11. Disponibilizar caminhões e maquinários em perfeitas condições de uso, para a contratante no pátio da Secretaria, juntamente com seus motoristas e operadores, após devidas assinaturas das Atas;

5.2.12. Regularizar ou Substituir o veículo/maquinário no prazo de 24 horas, caso não seja aprovado pela equipe técnica da SINFRA;

5.2.13. Os veículos e maquinários deverão estar com os equipamentos obrigatórios, inclusive, odômetro/horímetro, em perfeito estado de funcionamento e com a documentação totalmente regularizada e de acordo com o código de trânsito vigente, sob pena de não ser contratado o serviço;

5.2.14. Prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva do caminhão ou maquinário, de sua propriedade durante a vigência do pregão;

5.2.15. Os motoristas e operadores dos caminhões e maquinários serão por conta da Contratada;

5.2.16. Empregar na execução dos serviços profissionais detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria compatível aos veículos utilizados, que não tenham registro na carteira nacional de habilitação, de falta grave e/ou gravíssima, nos 12 meses antecedentes a contratação;

5.2.17. Exigir rígido controle com relação à validade das carteiras dos motoristas;

5.2.18. Fornecer a seus empregados equipamento de segurança que se fizerem necessários;

5.2.19. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venham a ser vitimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias assegurem, e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.2.20. A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante a locomoção e transporte das máquinas/veículos aos locais de trabalho, bem como durante a execução dos serviços à CONTRATANTE;

5.2.21. Substituir imediatamente operadores e motoristas que comprovem incapacidade técnica operacional ou conduta incompatível com exercício de suas atividades;

5.2.22. Responsabilizar pelo o fornecimento de Óleo Lubrificante;

5.2.23. A contratada se obriga as suas expensas, o fornecimento de manutenção dos caminhões ou maquinários, reposição de peças defeituosas, fornecimento de transporte, alojamento e alimentações para seus motoristas e mecânicos que se fizerem necessários;

5.2.24. Toda e qualquer despesa com motorista e mecânico ficarão por conta da contratada;

5.2.25. Providenciar por suas custas, apoio para dar assistência a seus caminhões ou maquinários, viatura pessoal e eventual troca de peças;

5.2.26. Em caso de quebra dos caminhões ou maquinários, que impeça de executar os serviços, a empresa deverá providenciar a substituição por um equipamento igual no prazo máximo de 06(seis) horas, de maneira a não interromper o andamento dos serviços, sendo todas as responsabilidades assumidas pelo novo veículo ou maquinário, devendo comprovar a regularidade do mesmo;

5.2.27. Caso o caminhão ou maquinário contratado apresente defeito e não sejam corrigidos imediatamente, ou constarem avarias mecânicas frequentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, em tempo hábil, a contratante não pagará, em nenhuma hipótese, tempo improdutivos dos caminhões ou maquinários, sob pretexto, por exemplo, de reparo mecânicos nos equipamentos ou falta de motoristas;

5.2.28. Efetuar a execução dos serviços de qualidade, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

5.2.29. Os serviços executados deverão ser registrados por meio fotográfico acompanhados de relatório circunstanciado contendo a indicação do equipamento ou veículo utilizado, discriminação do local do serviço, quantidade de diárias trabalhadas na localidade;

5.2.30. Os veículos e maquinários serão contratados por diária, entendendo por diária 08 (oito) horas trabalhadas;

5.2.31. Com relação às diárias excedentes deverá ser feito uma planilha com o quantitativo relacionado, para que seja feito solicitação para pagamento das mesmas;

5.2.32. Os veículos e maquinários deverão estar disponível das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no local a serem executados os trabalhos que serão indicados previamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

5.2.33. Não será admitido hora in itinere para contabilizar como horas trabalhadas;

5.2.34. Os veículos e maquinários deverão estar com toda documentação regular, e estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

5.2.35. Os veículos e maquinários contratados deverão ser identificados com placa colocada em local visível, com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA SINFRA;**

5.2.36. Constitui obrigação do licitante vencedor o fornecimento de alimentação para seus funcionários, transporte e outras que porventura forem necessárias, sem quaisquer ônus adicionais à Contratante;

5.2.37. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados, habilitados e capacitados para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços;

5.2.38. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

5.2.39. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.40. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. A execução de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. A execução de serviços deverá ser procedida mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. A execução de serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. A execução de serviços decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 35/2021** e a proposta da empresa **CARECA VEICULOS EIRELI** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã-MT, 12 de julho de 2021.

Seluir Peixer Reghin

Prefeita Municipal

CARECA VEICULOS EIRELI

CNPJ Nº. 21.374.410/0001-72

Valdemir Pompilho

CPF Nº. 493.000.839-53

Proprietário

Testemunhas:

Geslane Silva Dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO N.º 35/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital n.º 35/2021, levado a efeito às **08h00min** do dia **07/07/2021,** sagraram-se vencedoras: a empresa **CARECA VEICULOS EIRELI -** CNPJ N.º 21.374.410/0001-72 vencedora de 07 itens totalizando o valor de **R$ 1.552.500,00**, a empresa **J. AGNALDO DE FREITAS -** CNPJ N.º 41.723.998/0001-30 vencedora de 01 item totalizando o valor de **R$ 187.500,00**, a empresa **JAIRO CORREA DA SILVA -** CNPJ N.º 34.530.797/0001-50 vencedora de 02 itens totalizando o valor de **R$ 387.00,00**, e a empresa **M CRIVELLI TERRAPLANAGEM -** CNPJ N.º 34.348.738/0001-66 vencedora de 01 item totalizando o valor de **R$ 185.300,00**, totalizando esse certame no valor de **R$ 2.312.300,00**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 12 de julho de 2021.

Andréia Pereira da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 – SRP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.522/0001-72.

Contratado: W.N. DIAGNOSTICA EIRELI inscrita no CNPJ nº. **09.100.467/0001-88**

DO OBJETO:SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES INSUMOS E CESSÃO EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DESTA SECRETARIA DE SAÚDE DE BARRA DO BUGRES conforme especificações constantes **abaixo**:

ITEM	MATERIAL	UNID.	QTDE	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	REAGENTE PARA APARELHO DE HEMATOLOGIA - REAGENTE PARA HEMOGRAMA, DETERMINACAO DE 26 PARMETROS, PARA SANGUE, LEITURA POR AUTOMATIZADO PARA EQUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA, ACONDICIONADO EM TEMPERATURA 18/25GRAUS	UN	12.000,00	SYSMEX/ROCHE	R$ 3,98	R$ 47.760,00
02	KIT PARA DOSAGEM DE SODIO - PARA DETERMINACAO DE EM SORO OU PLASMA HUMANOS,EXECUCAO AUTOMATICA, COM REATIVO, DOSAGEM POR ELETRODO, ROTULO COM KIT COM NO MINIMO 200 TESTES, ROTULAGEM COM DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA	UN	3.750,00	ROCHE	R$ 4,20	R$ 15.750,00
03	REAGENTE - LIQUIDO PARA DOSAGEM DE POTASSIO/ISE POR ELETRODO, PRONTO PARA O USO, METOLOGIA AUTOMATIZADA, NECESSITA DE CONTROLE E CALIBRADORES, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A REALIZACAO DOS TESTES, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO DE 06 (MESES), O ROTULO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS LEIS VIGENTES	UN	3.800,00	ROCHE	R$ 4,20	R$ 15.960,00
04	TESTE BIOQUIMICO POR ELETRODO SELETIVO - PARA DOSAGEM DE DOSAGEM DE SODIO E POTASSIO E CLORO, STANDARD A, STANDARD B E SOLUCAO DE REFERENCIA COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO OPERA/BAYER, VALIDADE DO PRODUTO APOS A ENTREGA DE NO MINIMO SEIS MESES, KIT COM FRASCOS ADAPTAVEL AO EQUIPAMENTO, ROTULO CONTENDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO N- DE LOTE PRAZO DE VALIDADE,TEMP.DE ESTOCAGEM E VOLUME	UN	3.800,00	ROCHE	R$ 4,20	R$ 15.960,00
05	TESTE BIOQUIMICO POR ELETRODO SELETIVO - PARA DOSAGEM DE DOSAGEM DE SODIO, POTASSIO E CALCIO, SOLUCAO A E SOLUCAO B E SOLUCAO C COMPATIVEL C/ ANALISADOR DE IONS POR METODOLOGIA SELETIVA, VALIDADE DO PRODUTO APOS A ENTREGA DE NO MINIMO SEIS MESES, KIT COM FRASCOS ADAPTAVEL AO EQUIPAMENTO, ROTULO CONTENDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO N- DE LOTE PRAZO DE VAL IDADE,TEMP.DE ESTOCAGEM E VOLUME	UN	3.800,00	ROCHE	R$ 4,20	R$ 15.960,00
06	ELETRODO - PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DE LITIO, EM SORO PLASMA OU URINA UTILIZANDO ELETRODO ION SELETIVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO COM NR DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 4,50	R$ 4.500,00
07	KIT PARA DOSAGEM DE TROPONINA - ¨T¨, PARA APARELHO ANALISADOR, IMUNOCROMATOGRAFICO, LEITURA POR REFLECTANCIA, FAIXA DE MEDICAO DE 0,03 A 3NG/ML, EXECUCAO SEMI-AUTOMATIZADO, SANGUE, DETERMINACAO QUANTITATIVA, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES, KIT CONTENDO 10 TESTES, ROTULO COM NUMERO DE LOTE,DATA DE VALIDADE/FABRICACAO	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 27,50	R$ 41.250,00
08	KIT PARA DOSAGEM DE D-DIMEROS - SEMI AUTOMATICA, PARA APARELHO ANALISADOR, SANGUE, DETERMINACAO QUANTITATIVA, DETECCAO DE IMUNOGLOBULINA DA CLASSE G, METODO IMUNOCROMATOGRAFICO, LEITURA POR REFLECTANCIA, FAIXA DE MEDICAO 0,1 A 4NG/ML, UTILIZA COMO SUPORTE ACOPLAVEL AO EQUIPAMENTO CARDIAC, READER, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA 6 MESES, KIT CONTENDO 10 TESTES, NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA	UN	2.500,00	ROCHE	R$ 44,50	R$ 111.250,00
09	KIT DE REAGENTES PARA EQUIPAMENTO LABORATORIAL - REAGENTE PARA DOSAGEM DE CKMB MASSA,DETERMINACAO POR IMUNOCROMATOGRAFIA PELO METODO DE REFLECTANCIA,KIT COM 10 TESTE,COMPATIVEL COM O EQUIPAMENTO CARDIAC READER,VALIDADE MINIMA DE 01 (UM) ANO APOS A DATA DE ENTREGA,EMBALAGEM APROPIADA PARA O MATERIAL,COM DATA DE FABRICACAO E REGISTRO NO MS	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 39,90	R$ 39.900,00
10	KIT PARA DOSAGEM DE PRO BNP - MARCADOR DA FUNCAO MIOCARDICA,METODO IMUNOENZIMATICO E LEITURA POR REFLECTANCIA,ENSAIO PADRAO,UTLIZACAO EM TUBO PLASTICO,EM PLASMA HEPARINIZADO,DETERMINACAO QUANTITATIVA,CONTROLES,CALIBRADORES PADRAO,EXECUCAO SEMI-AUTOMATICA,VALIDADE MINIMA DE 06 (SEIS) MESES APOS A ENTREGA,APRESENTACAO KIT,ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA.	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 47,00	R$ 47.000,00

11	KIT PARA DOSAGEM DE MIOGLOBINA - DETERMINACAO DA MIOGLOBINA, METODO IMUNOENZIMATICO, EXECUCAO SEMI AUTOMATICO, SANGUE VENOSO TOTAL HEPARINIZADO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, ACOMPANHA PADRAO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 06(SEIS) MESES, KIT CONTENDO 20 TESTES, NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCI	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 34,00	R$ 34.000,00
12	KIT T3 LIVRE - COM ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, AUTOMATIZADO, COMPATIVEL COM REACOES POR ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, HUMANO, COM QUANTITATIVA, ACOMPANHA CALIBRADORES, ACOMPANHA CONTROLES, APOS ENTREGA NO MINIMO 6 MESES DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVICO, SOB REFRIGERACAO, COM 100 TESTES, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 4,25	R$ 7.650,00
13	KIT DE REAGENTES PARA EQUIPAMENTO LABORATORIAL - REAGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO, T4 LIVRE, COMPATIVEL COM LEITORA DE MICROPLACAS MODELO LMR-96-4, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO N. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E REGISTRO MS, VALIDADE SUPERIOR A 06 MESES.	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 4,05	R$ 7.290,00
14	KIT PARA DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES APOS ENTREGA, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 200 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 5,60	R$ 10.080,00
15	KIT PARA DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, AUTOMATIZADO, SORO E PLASMA, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO DO HORMONIO ESTIMULANTE DA TIREOIDE, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES APOS ENTREGA DO PRODUTO, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 200 TESTES, COM MANUAL DE INSTRUCOES PARA USO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 3,95	R$ 7.110,00
16	KIT PARA DOSAGEM - DE TIREOGLOBULINA, PELO METODO DE QUIMIOLUMINESCENCIA, MODO DE REACAO IMUNOENSAIO QUANTITATIVO, USANDO TECNOLOGIA QUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATICA, EM SORO, NECESSITA DE CONTROLE E CALIBRADORES, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A REALIZACAO DOS TESTES, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO DE 06(SEIS) MESES, O ROTULO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS LEIS VIGENTES	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 20,50	R$ 20.500,00
17	KIT PARA DOSAGEM DE TIROXINA TOTAL - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES APOS ENTREGA DO PRODUTO, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 200 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 5,50	R$ 9.900,00
18	KIT PARA DOSAGEM DE ANTI TPO - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, EM SORO E PLASMA HUMANO, DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, ENTREGA PROGRAMADA, KIT CONTENDO 100 TESTES, ROTULO CONTENDO DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 06 MESES	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 6,90	R$ 6.900,00
19	KIT PARA DOSAGEM DE ANTICORPO ANTI TIREOGLOBULINA - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA,IMUNOENSAIO, EXECUCAO AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT CONTENDO 100 TESTES, ROTULO CONTENDO ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 13,00	R$ 13.000,00
20	KIT PARA DOSAGEM DE ESTRADIOL - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, SORO E PLASMA HUMANO, QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES APOS A ENTREGA, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 7,60	R$ 11.400,00
21	KIT PARA DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 6,70	R$ 10.050,00
22	KIT PARA DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 6,20	R$ 11.160,00
23	KIT PARA DOSAGEM DE PROLACTINA - DETERMINACAO DE PROLACTINA PELO METODO ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, ELETROQUIMICO, EXECUCAO AUTOMATICA, SORO, QUANTITATIVA, ACOMPANHA PADROES, ACOMPANHA CONTROLES, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, CONFORME CRONOGRAMA DO SERVICO, REFRIGERADO, KIT PARA NO MINIMO 90 TESTES, KIT ACOMPANHA MANUAL DESCRITIVO	UN	1.200,00	ROCHE	R$ 7,25	R$ 8.700,00
24	KIT PARA DOSAGEM DE TESTOSTERONA TOTAL - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.200,00	ROCHE	R$ 11,40	R$ 13.680,00
25	KIT PARA DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE - RIE FASE SOLIDA, EXECUCAO AUTOMATICA, EM SORO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, ACOMPANHA PADRAO, ACOMPANHA CONTROLES BAIXO E ALTO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 06 MESES, ENTREGA PARCELADA 30/90 DIAS, KIT CONTENDO 90 A 100 TESTES, ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE/FABRICACAO, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM	UN	1.200,00	ROCHE	R$ 13,75	R$ 16.500,00
26	KIT PARA DOSAGEM DE PROGESTERONA - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.200,00	SYSMEX/ ROCHE	R$ 5,50	R$ 6.600,00
27	KIT PARA DOSAGEM - DE ACTH (HORMONIO ADRENOCORTICOTROFICO), PELO METODO DE QUIMIOLUMINESCENCIA, MODO DE REACAO IMUNOENSAIO QUANTITATIVO, USANDO TECNOLOGIA QUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATICA, EM SORO, NECESSITA DE CONTROLE E CALIBRADORES, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A REALIZACAO DOS TESTES, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO DE 06(SEIS) MESES, O ROTULO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS LEIS VIGENTES	UN	500	ROCHE	R$ 4,75	R$ 2.375,00
28	KIT PARA DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO - DOSAGEM DO HORMONIO HCG-HORMONIO DO CRESCIMENTO FRACAO BETA POR ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA,TOTALMENTE AUTOMATIZADO,EM SORO E PLASMA,QUANTITATIVO,COM CALIBRADORES,COM DOIS NIVEIS DE CONTROLE,EMBALAGEM E ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	UN	500	ROCHE	R$ 30,00	R$ 15.000,00
29	KIT PARA DOSAGEM DE CA 15-3 - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO IN VITRO, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, DE ACORDO COM A EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	200	ROCHE	R$ 12,70	R$ 2.540,00
30	KIT PARA DETERMINACAO DE BHCG - DETERMINACAO POR ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, METODO IMUNOENSAIO, VOLUME MAXIMO DE APROPRIADO PARA O PRODUTO, AUTOMATIZADO, PARA DETERMINACAO EM SORO E PLASMA HUMANO, VOLUME TOTAL DO KIT 100 TESTES	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 9,30	R$ 13.950,00

31	KIT PARA DOSAGEM DE PSA TOTAL - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 8,60	R$ 17.200,00
32	KIT PARA DOSAGEM DE PSA LIVRE - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, SANDUICHE, AUTOMATIZADO, SORO E FLUIDOS BIOLOGICOS, QUANTITATIVA, ACOMPANHA CALIBRADORES, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, SOB REFRIGERACAO, KIT PARA ATE 100 TESTES, COM MANUAL, NUMERO DE LOTE , DATA DE VALIDADE, ETC	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 9,50	R$ 19.000,00
33	KIT PARA DOSAGEM DE ALFA FETOPROTEINA - METODO DE ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, QUIMIOLUMINESCENTE, EXECUCAO AUTOMATICA, EM SORO, PLASMA E FUIDOS BIOLOGICOS, QUANTITATIVA, ALTAMENTE SENSIVEL E ESPECIFICO, ACOMPANHA CALIBRADORES, ACOMPANHA CONTROLES, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, SOB REFRIGERACAO, KIT PARA MIN DE 96 TESTES, ACOMPANHA BULA, DEACORDO COM AS NORMAS VIGENTES, LOTE E DATA DE FABRICACAO	UN	1.250,00	ROCHE	R$ 11,35	R$ 14.187,50
34	KIT PARA DOSAGEM DE CEA - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO,AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	200	ROCHE	R$ 12,00	R$ 2.400,00
35	KIT PARA DOSAGEM DE CA 19-9 - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	200	ROCHE	R$ 14,20	R$ 2.840,00
36	KIT PARA DOSAGEM DE CA 125 - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT PARA 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE	UN	500	ROCHE	R$ 15,25	R$ 7.625,00
37	KIT PARA DOSAGEM PARA CA 72-4 - METODO IMUNORADIOMETRICO, QUIMIOLUMINESCENTE,PRINCIPIO ENZIMAIMUNOENSAIO,EXECUCAO AUTOMATIZADO,EM SORO, PLASMA,VALIDADE APOS ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES,0 A 100 TESTES,CONFORME PRAXE COMERCIAL,NUMERO DE LOTE,DATA DE VALIDADE,TEMPERATURA DE ESTOCAGEM	UN	200	ROCHE	R$ 12,90	R$ 2.580,00
38	REAGENTES E INSUMOS COMPLEMENTARES PARA SOROLOGIA - KIT DE FOLATO OU ÁCIDO FÓLICO,METODOLOGIA DE ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA,VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES,KIT COM 100 TESTES,ROTULO COM N.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	800	ROCHE	R$ 5,75	R$ 4.600,00
39	KIT PARA DOSAGEM DE FERRITINA - KIT PARA DOSAGEM FERRITINA, ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADO, SORO E OUTROS FLUIDOS BIOLOGICOS, DETERMINACAO QUANTITATIVA, ACOMPANHA CONTROLES, ACOMPANHA CALIBRADORES, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES, ENTREGA TOTAL, O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM TEMPERATURA DE 2 A 8 GRASU CELSIUS, KIT CONTENDO KIT PARA 100 DETERMINAOES, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, NUMERO DO L OTE E PROCEDENCIA	UN	2.300,00	ROCHE	R$ 8,10	R$ 18.630,00
40	KIT PARA DOSAGEM DE VITAMINA - B12, ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO, EXECUCAO AUTOMATIZADO, DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT CONTENDO 100 TESTES, ROTULO COM ROTULAGEM DE ACORDO LEGISLACAO VIGENTE	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 9,20	R$ 13.800,00
41	KIT PARA DOSAGEM DE PARATOHORMONIO - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA,IMUNOENSAIO, EXECUCAO AUTOMATIZADO, EM SORO E PLASMA HUMANO, DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO 6 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT CONTENDO 100 TESTES, ROTULO CONTENDO NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 16,55	R$ 24.825,00
42	KIT PARA DOSAGEM DE OSTEOCALCINA - ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADO, DETERMINACAO QUANTITATIVA IN VITRO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 06 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT COM 100 TESTES, ROTULO COM DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE	UN	800	ROCHE	R$ 16,00	R$ 12.800,00
43	KIT PARA DOSAGEM DE VITAMINA - D, METODOLOGIA ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, PARA DETERMINACAO QUANTITATIVA DA 25 HIDROXIVITAMINA D TOTAL D3 + D2 E OUTROS METABOLITOS DA VITAMINA D, HIDROXILADOS NO SORO OU PLASMA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, COM CALIBRADOR, SOLUCOES, CONTROLES E DESCARTAVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DO TESTE, VALIDADE MINIMA 6 MESES, APOS A ENTREGA, APRESENTACAO EM KIT, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA.	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 29,10	R$ 43.650,00
44	KIT PARA DOSAGEM DE PEPTIDEO C - QUIMILUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADO, SORO OU PLASMA HEPARINIZADO, QUANTITATIVA, CALIBRADORES, VALIDADE APOS ENTREGA DE MINIMO 12 MESES, ENTREGA PROGRAMADA, KIT CONTENDO NO MINIMO 100 TESTES, ROTULO CONTENDO N.DE LOTE,DATA DE FABRIC,VALIDADE	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 10,30	R$ 10.300,00
45	KIT PARA DOSAGEM DE INSULINA - INSULINA POR ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOENSAIO FLUORESCENTE COM EUROPIO, ENZIMOQUIMIOFLUORESCENCIA,EXECUCAO AUTOMATICA,EM SORO,DETERMINACAO QUANTITATIVA,ACOMPANHA ACESSORIOS NECESSARIOS PARA REALIZACAO DOS TESTES,VALIDADE MINIMA DE 6 MESES APOS ENTREGA,ENTREGA DE ACORDO COM CRONOGRAMA DO SERVICO,ROTULO COM NR DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA.	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 8,50	R$ 8.500,00
46	KIT PARA DETECCAO DE AC TOTAL ANTI SIFILIS - TESTE SOROLOGICO PARA SIFILIS,QUIMIOLUMINESCENCIA EM SORO OU PLASMA,ENSAIO AUTOMATIZADO COM LEITURA FOTOMETRICA,EXECUCAO POR TOTAL AUTOMACAO,SORO OU PLASMA,DETERMINACAO QUANTITATIVA,APROXIMADAMENTE 100%,APROXIMADAMENTE 01 DESVIO PADRAO,VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES,O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM 4- A 8-C,KIT CONTENDO 100 TESTES,KIT	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 10,55	R$ 15.825,00
47	KIT PARA DOSAGEM - DE IGE TOTAL, PELO METODO DE QUIMIOLUMINESCENCIA, MODO DE REACAO IMUNOENSAIO QUANTITATIVO, USANDO TECNOLOGIA QUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATICA, EM SORO, NECESSITA DE CONTROLE E CALIBRADORES, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA A REALIZACAO DOS TESTES, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO DE 06(SEIS) MESES, O ROTULO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS LEIS VIGENTES	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 7,15	R$ 10.725,00
48	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS TOTAIS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE ¨A¨ (ANTI-HAV TOTAL), EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZE NO MINIMO DUAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ENZIMAIMUNOENSAIO POR MICROPARTICULAS(MEIA), FLUORESCENCIA POLARIZADA (FPIA), IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), QUIMIOLUMINESCENIA, FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/N.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 21,10	R$ 31.650,00
49	KIT PARA DETECCAO DE ANTICORPOS - DE CLASSE IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (ANTI-HAV-IGM), EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZANDO NO MINIMO DUAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ENZIMAIMUNOENSAIO POR MICROPARTICULAS (MEIA), ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), QUIMIOLUMINESCENCIA, FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/N.LOTE, DATA DA FABRICACAO E PROCEDENCIA	UN	1.500,00	ROCHE	R$ 17,00	R$ 25.500,00
50	KIT PARA DETECCAO DE AC ANTI HBS - PARA DETECCAO DO VIRUS DA HEPATITE B NO SANGUE, ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, UTILIZA COMO SUPORTE MARCADOR RUTENIO, EXECUCAO AUTOMATICO, SORO, PLASMA, DETERMINACAO ANTI HBC, CALIBRADOR DE 2 PONTOS, KIT CON-	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 11,15	R$ 20.070,00

	TENDO 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, NR. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA					
51	KIT PARA DETECCAO - DO ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG), METODO ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, UTILIZADO EM PLASMA OU SORO HUMANO, ACOMPANHA: TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU USO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 9,50	R$ 19.000,00
52	KIT PARA DETECCAO DE AC ANTI HBS - PARA DETECCAO DO VIRUS DA HEPATITE B NO SANGUE, ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, UTILIZA COMO SUPORTE MARCADOR RUTENIO, EXECUCAO AUTOMATICO, SORO, PLASMA, DETERMINACAO ANTI HBC, CALIBRADOR DE 2 PONTOS, KIT CONTENDO 100 TESTES, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, NR. LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 11,25	R$ 20.250,00
53	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC IGM), METODO MEIA OU QUIMIOLUMINESCENCIA OU ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, UTILIZADO EM PLASMA OU SORO HUMANO, ACOMPANHA: TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU USO, ACONDICINADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	1.800,00	ROCHE	R$ 11,70	R$ 21.060,00
54	KIT PARA DETECCAO - DO ANTIGENO ¨E¨ DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG), EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZANDO NO MINIMO UMA DAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, MEIA, FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 10,85	R$ 10.850,00
55	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O ANTIGENO ¨E¨ DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE), EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZANDO NO MINIMO DUAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO, PROCEDENCIA E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	1.000,00	ROCHE	R$ 12,00	R$ 12.000,00
56	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV), METODO MEIA OU QUIMIOLUMINESCENCIA OU ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, UTILIZADO EM PLASMA OU SORO HUMANO, ACOMPANHA: TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU USO, ACONDICINADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 16,05	R$ 32.100,00
57	KIT PARA DETECCAO - QUALITATIVA SIMULTANEA DO ANTIGINO/ANTICORPOS DO HIV COMBO 1 E 2 SUBITIPO ¨O¨,METODO ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA OU QUIMIOLUMINESCENCIA,EXECUCAO AUTOMATIZADA,EM SORO OU PLASMA HUMANO,ACOMPANHA: TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU USO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,PROCEDENCIA E PRAZO NO MINIMO DE 06 (SEIS) MESES APOS A ENTREGA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 12,50	R$ 25.000,00
58	KIT PARA DETECCAO DE ANTICORPOS - CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA DO TIPO IGG, EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZANDO NO MINIMO DUAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ENZIMAIMUNOENSAIO POR MICROPARTICULAS (MEIA), ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), QUIMIOLUMINESCENCIA, FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/N.LOTE, DATA DA FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 13,60	R$ 27.200,00
59	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DE RUBEOLA DO TIPO IGM, EM SORO OU PLASMA HUMANO, UTILIZANDO NO MINIMO DUAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), FLUORIMETRIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO, PROCEDENCIA E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 16,10	R$ 32.200,00
60	KIT PARA DETECCAO DE AC IGM ANTI TOXOPLASMOSE - DETECCAO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM, ENZIMAIMUNOENSAIO, UTILIZA COMO SUPORTE MICROPARTICULAS, EXECUCAO EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO, EM SORO/PLASMA, DETERMINACAO QUALITATIVA E QUANTITATIVA, ACOMPANHA CUBETAS,TAMPAO,DILUENTE,ETC., VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES, FORNECIMENTO TOTAL, KIT CONTENDO 90 A 100 TESTES, NUMERO DE LOTE, PRAZO DE VALIDADE,TEMPERATURA DEESTOCAGEM	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 13,30	R$ 26.600,00
61	KIT PARA DETECCAO DE AC IGG ANTI TOXOPLASMOSE - DETERMINACAO DOS ANTICORPOS IGG PARA TOXOPLASMA GONDII,IMUNOENSAIO ENZIMATICO POR MICROPARTICULAS MEIA,LEITURA IMUNOENSAIO,EXECUCAO AUTOMATIZADO,SORO OU PLASMA HUMANO,DETERMINACAO QUANTITATIVA,ACOMPANHA CONTROLES,CALIBRADORES,ACOMPANHA TODOS OS INSUMOS NECESSARIOS PARA A REALIZACAO DOS TESTES,VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 12 MESES,DE 2 A 8°C,KIT CONTENDO 100 TESTES,ROTULO COM N.DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE,PROCEDENCIA,NO BREAK	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 12,70	R$ 25.400,00
62	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O CITOMEGALOVIRUS (ANTI-CMV IGG), METODO MEIA OU QUIMIOLUMINESCENCIA OU ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, EXECUCAO AUTOMATIZADA, UTILIZADO EM PLASMA OU SORO HUMANO, ACOMPANHA: TODOS OS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU USO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 14,85	R$ 29.700,00
63	KIT PARA DETECCAO - DE ANTICORPOS CONTRA O CITOMEGALOVIRUS (ANTI-CMV IGM), EM SORO OU PLASMA HUMANO, QUE UTILIZE NO MINIMO UMA DAS TECNOLOGIAS A SEGUIR: ENZIMAIMUNOENSAIO POR MICROPARTICULAS (MEIA), FLUORESCENCIA POLARIZADA (FPIA), IMUNOCAPTURA IONICA (ICIA), ELETROQUIMIOLUMINESCENCIA, FLUORIMETRIA, QUIMIOLUMINESCENCIA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	UN	2.000,00	ROCHE	R$ 15,55	R$ 31.100,00
64	KIT - PARA ANALISE DE CITOCINAS HUMANAS IL-6, ELISA, SORO E PLASMA HUMANO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 6 MESES APOS A ENTREGA, PROCEDENCIA, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO. MANUAL DE INSTRUCAO E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	1.300,00	ROCHE	R$ 26,10	R$ 33.930,00
65	KIT - PARA DETERNINACAO DE PROCALCITONINA, REAGENTE PARA DOSAGEM NO SORO E/OU PLASMA, LINEARIDADE 0,02 A 100 NG/ML, METODO ECLIA, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, PROCEDENCIA. TEMPERATURA DE ESTOCAGEM	UN	1.300,00	ROCHE	R$ 31,65	R$ 41.145,00
66	REGENTE PARA DIAGNOSTICO CLINICO - POR AUTOMACAO ANTI-SARS-COV-2 IGG/IGM, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMACAO TIPO ANALISE QUALITATIVA ANTI CORONAVIRUS COVID-19 IGG/IGM, APRESENTACAO TESTE, METODO IMUNOENSAIO ELETROQUIMIOLUMINESCENTE	UN	2.400,00	ROCHE	R$ 43,00	**R$ 103.200,00**
67	KIT PROTROMBINA - DETERMINACAO POR PRECIPITACAO, METODO ENZIMATICO, MODO DE REACAO CINETICO, TECNICA UV, AUTOMACAO METODO AUTOMATIZADO, ROTULAGEM COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA, REAGENTE PRINCIPAL LIOFILIZADO, VOLUME TOTAL DO KIT KIT PARA 500 TESTES, NUMERO DE REAGENTES DO KIT MONOREAGENTE, PRESENCA DE PADRAO ACOMPANHA PADRAO	UN	1.500,00	WAMA	R$ 5,00	R$ 7.500,00
68	REAGENTES E INSUMOS PARA TESTES DE COAGULACAO - KIT P/TTPA, TP/FIBRINOGENIO, NEFELOMETRIA, EXECUCAO AUTOMATICO, ACOMPANHA PLASMA CALIBRADOR, ROTORES, EMULSAO DE REFERENCIA, PAPEL TERMICO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES	UN	1.500,00	WAMA	R$ 5,50	R$ 8.250,00
69	REAGENTES E INSUMOS PARA TESTES DE COAGULACAO - KIT P/TTPA, TP/FIBRINOGENIO, NEFELOMETRIA, EXECUCAO AUTOMATICO, ACOMPANHA PLASMA CALIBRADOR, ROTORES, EMULSAO DE REFERENCIA, PAPEL TERMICO, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES	UN	1.300,00	WAMA	R$ 16,00	R$ 20.800,00
70	KIT DE TIRA REAGENTE - TIRA REAGENTE PARA UROANALISE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE, ACONDICIONADO EM FRASCO COM 100 TIRAS, LEITURA INSTRUMENTAL E/OU VISUAL	UN	6.300,00	ROCHE	R$ 1,15	R$ 7.245,00

VALOR TOTAL	**1.424.912,50**

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação, o **valor global de R$ 1.424.912,50 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

Vigência: A presente Ata terá validade de **12(doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres – MT, 30 de Junho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

W.N. DIAGNOSTICA EIRELI

Vanessa Bruno Contratada

Responsável Jurídico: **PABLO AUGUSTO SOUZA E SILVA - OAB/MT 24.287**

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: DECRETO Nº 065/2021

DECRETO Nº 065/2021

Que altera as medidas restritivas para conter a disseminação da COVID-19, previstas nos Decretos nº 050/2021, 051/2021, 055/2021 e 060/2021, no âmbito do Município de Barra do Bugres/MT, e dá outras providências.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Fica alterado o inciso I, §2º e §4º do Art. 4º, bem como o Art. 5º do Decreto nº 050/2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da COVID-19, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - ....

I - De segunda a domingo, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 23h00m;

§ 2º - Os supermercados e congêneres poderão funcionar excepcionalmente aos sábados até às 23h00m e aos domingos no período compreendido entre as 05h00m e as 12h00m, sendo proibido o consumo de bebidas alcoólicas no local. Além disso, devem aplicar sistema de controle de entrada restrita a 01 (um) membro por família, respeitando espaçamento de, no mínimo, 1,5 metros entre pessoas, bem como controle da quantidade de indivíduos, respeitando o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local, que será controlado pelo número de carrinhos e cestas determinados pela fiscalização.

§ 4º - As igrejas, templos e congêneres, devem respeitar o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 23h00m;

Art.2º - Fica alterado o Art. 5º do Decreto nº 050/2021 e alterações, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - Fica instituída a restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Barra do Bugres/MT a partir das 00h00m até as 05h00m.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de julho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021 – SRP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: 3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUCAO E EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.347.124/0001-07,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00001	100	UN	BROCA - DE VIDEA,COM DIAMETRO DE 5MM,PARA CONCRETO	AMATOOLS	5,95	595,00
00002	100	UN	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 6MM, PARA CONCRETO	AMATOOLS	5,50	550,00
00004	100	UN	BROCA - DE ACO,COM DIAMETRO DE 10,0MM,CILINDRICA,PARA CONCRETO	AMATOOLS	7,80	780,00
00006	20	UN	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 15X15	BELGO	23,00	460,00
00013	24	UN	FECHADURA - DE FERRO, DE TAMBOR, PARA USO PARA PORTA	SYLVANA	45,90	1.101,60
00018	20	UN	REGUA PARA CONSTRUCAO CIVIL - EM ALUMINIO, MEDINDO 2,00 M COMP.X 5,00CM DE LARG. X 2,00CM DE ESP.	KALA	27,00	540,00
00025	20	UN	CAVADEIRA - MANUAL COM 06¨, COM 2 LAMINAS, COM CABO DE FERRO, UTILIZADA PARA ABRIR BURACO	COLINS	49,90	998,00
00032	10	UN	SERROTE - MANUAL, NO MODELO CARPINTEIRO 20¨, COM CABO EM MADEIRA	NICHOLSON	45,00	450,00
00039	30	UN	DESEMPENADEIRA - DE PLASTICO, COM CABO, MEDINDO 15X8 CM, PARA ALISAR REBOCO DE PAREDE	EMAVE	7,94	238,20
00040	20	UN	ALICATE - TIPO TURQUESA COM CORTE FRONTAL, MEDINDO 8¨, COM ACABAMENTO CROMADO	BELFIX	29,90	598,00

00046	20.000	UN	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 10X22X5CM, DO TIPO CONVENCIONAL	SAO PEDRO	0,83	16.600,00
00055	20	UN	ASSENTO PLASTICO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE PLASTICO EM POLIPROPILENO, COM TAMPA DE PLASTICO TAMPA EM POLIPROPILENO, UTILIZANDO PARA A FIXACAO NA FURACAO DO VASO FIXAÇÃO COM PARAFUSOS E PORCAS DE POLIPROPILENO AJUSTADOS AO ORIFICIO DO VASO, DIMENSOES DO MATERIAL CONFORME OVAL, ASSENTO PARA VASO SANITARIO NAS CORES BRANCO	ALUMASA	27,90	558,00
00057	200	UN	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (45MM X 50M)	ALDEBRAS	8,00	1.600,00
00059	20	UN	COLUNA PARA LAVATORIO - EM LOUCA, NA COR BRANCA, NO TAMANHO PADRAO, COMO SUPORTE DE LAVATORIO	ICASA	76,58	1.531,60
00060	20	UN	LAVATORIO DE MAOS - LAVATORIO PARA AS MAOS, MATERIAL LOUCA. COMPRIMENTO 440MM, LARGURA 340 MM, COR BRANCA. UNIDADE.	ICASA	99,17	1.983,40
00068	200	UN	VASSOURA - DE CERDAS DE NYLON (TIPO VASSOURAO), CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 60 CM, C/FORMATO RETANGULAR, COM BASE DE MADEIRA	GARI	38,70	7.740,00
00069	500	M	TUBO - PVC, 3/4¨, 6 METROS, SOLDAVEL	MULTILIT	24,93	12.465,00
00072	100	UN	LUVA DE CORRER FF C/ BOLSAS JE P/ PVC DEFOFO - EM PLASTICO,COM ANEL DE VEDACAO,CONFORME ESPECIFICADO NA NRB 7646,REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO EM ESMALTADO ANTICORROSIVO,COM DIAMETRO NOMINAL DE 110 MM	KRONA	69,21	6.921,00
00073	100	UN	LUVA DE CORRER PARA TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77,COM DIAMETRO NOMINAL DE DE 85 MM,NA COR MARRON,PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUAFRIA	KRONA	42,48	4.248,00
00074	20	UN	TARRAXA - EM FERRO POLIDO, MODELO REDONDA, PARA TUBO PVC DE 3/4¨, PARA FAZER ROSCA	IMEP	23,00	460,00
00075	20	UN	TARRAXA - DE FERRO POLIDO, TIPO MANUAL, PARA PVC DE 1/2¨, PARA FAZER ROSCA EM CANO PVC	IMEP	22,80	456,00
00077	100	UN	PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL	KRONA	1,29	129,00
00078	200	UN	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 25MM, COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	KRONA	0,69	138,00
00079	200	UN	ADAPTADOR - DE PVC SOLDAVEL CURTO, MARRON., COM DIAMETRO DE 25MM, COM ENCAIXE TIPO ROSCA	KRONA	0,89	178,00
00081	500	UN	ADAPTADOR COM FLANGE - EM PVC, COM DIAMETRO INTERNO DA BOLSA SOLDAVEL DE 25 MM (3/4¨), PARA SER COLADO EM TUBO COM DIAMETRO DE 22 MM, COM ROSCA EXTERNA DE DIAMETRO 20 MM, COM DIAMETRO DA ROSCA INTERNA DE 22 MM, E FLANGE COM DIAMETRO DE 22 MM, NA COR MARROM	KRONA	9,99	4.995,00
00086	800	UN	FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 18 X 25 M	QUALIFLON	4,50	3.600,00
00088	75	UN	COLAR DE TOMADA - EM PVC, COM TRAVAS, DIAMETRO 75MM, SAIDA COM ROSCA 3/4´´, PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	CORR PLASTIK	14,50	1.087,50
00090	100	UN	COLAR DE TOMADA - EM PVC, COM TRAVAS,COM DIAMETRO NOMINAL DE 110MM,SAIDA COM ROSCA DE 110 MM X 3/4¨, PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA,CONFORME NBR 10930	CORR PLASTIK	16,88	1.688,00
00093	100	UN	CAP - PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351)	CORR PLASTIK	11,10	1.110,00
00097	100	UN	CAP DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 20 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	KRNA	1,37	137,00
00098	100	UN	LUVA - CONFECCIONADO EM PVC, COM DIAMETRO DE 25MM, COM ENCAIXE TIPO SOLDAVEL	KRONA	0,70	70,00
00099	100	UN	BUCHA DE REDUCAO LONGA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME BUCHA DE REDUCAO, COM DIAMETROS PRINCIPAIS DE 25X20, NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS	KRONA	0,89	89,00
00100	100	UN	TE 90 GR - EM PVC, SOLDAVEL, 25MM.	KRONA	1,32	132,00
00110	10	UN	TUBO DE PVC - DE 150 MM COM 6 METROS PARA ESGOTO.	CORR PLASTIK	236,00	2.360,00
00112	20	UN	LUVA - DE CORRER TUBO COLETOR DE ESGOTO CORRUGADO X RIGIDO JEI/JE 200 MM, COM ANEL, CONFORME PADRONIZADO PELA NORMA 10569	KRONA	84,00	1.680,00
00118	100	UN	COLA - DO TIPO COLA PLASTICA, PARA SER APLICADA EM PVC, EMBALADO EM TUBO 175-GR	AMAZONAS	12,89	1.289,00
00119	100	UN	NIPEL COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME ..., COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4¨, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS DE AGUA	KRONA	2,25	225,00
00124	20	UN	TRENA - DE METAL, SIMPLES, DE 8 MT C/TRAVA LARGURA 25MM ESTICADA PODENDO ALCANCAR UM LIMITE DE DOBRA DA FITA DE ATE 2,40M A 90°, COM MARCACAO EM MILIMETROS E POLEGADAS, ACABAMENTO DA FITA EM VERNIZ PARA MAIOR DURABILIDADE, FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA DA ABNT NBR 10123	MAX	21,98	439,60
00126	50	UN	COLA - DO TIPO PLASTICA, PARA SER APLICADA EM PVC, EMBALADO EM TUBO 800G	AMAZONAS	34,80	1.740,00
00128	100	UN	TUBO - PVC, 20MM, 6 METROS, SOLDAVEL	TRAVESSONI	19,89	1.989,00
00131	5	UN	ESMERILHADEIRA - ANGULAR DE DEBASTE E CORTE, ALIMENTACAO ELETRICA 220-VOLTS,POTÊNCIA MÍNIMA 800 WATTS,ROTACAO MINIMA DE 11.000 RPM,DISCO DE CORTE DE 4.1/2 POLEGADAS (115 MM),ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA E ACOMPANHADA DE EMPUNHADEIRA AUXILIAR, CONJUNTO DE FLANGE, CHAVE PARA TROCA DE DISCO	STANLEY	492,00	2.460,00
00134	10	UN	CHAVE - CHAVE CANO Nº 10 GRIFO	EDA	35,00	350,00
00135	12	UN	CHAVE DE FENDA - COM HASTE EM ACO CARBONO FORJADO, CROMADA, MEDINDO 3/16¨ X 6¨, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	EDA	6,80	81,60
00137	10	UN	TALHADEIRA - DE ACO, MEDINDO (25 X 215) MM	SÃO ROMAO	17,65	176,50
00144	12	UN	CHAVE - INGLESA AJUSTAVEL, EM ACO-LIGA DE ALTA RESISTENCIA, ACABAMENTO FOSFATIZADO COM CABECA LIXADA, TAMANHO DE 12¨ E ABERTURA DE 34 MM	EDA	59,89	718,68
00149	20	UN	EXTENSAO PARALELA - DE PLASTICO, 220W, 220V, RETANGULAR COM 04 SAIDAS, 10 METROS	COMPOLUX	58,00	1.160,00
00150	5	UN	LIXADEIRA - ORBITAL, ELETRICA BIVOLT, COM POTENCIA DE 160 WATTS, E ROTACAO DE 10.000 RPM, COM DIAMETRO DA LIXADEIRA DE 2,4 MM, PARA FOLHA DE LIXA 93 X 228 MM, 10000 M/MIN, 1.35 KG, AZUL, DE FORMA ADEQUADA	GAMA	486,00	2.430,00
00152	5	UN	SERRA CIRCULAR - EM VIDIA,14 POL (350MM),DISCO COM 36 DENTES	STANLEY	699,00	3.495,00
00155	12	UN	CHAVE - COMBINADA, ACO DIN 17350 - 31 CRV3, NIQUELADA, 13 MM	EDA	10,00	120,00

00159	12	UN	CHAVE - COMBINADA, BOCA E ESTRELA, FORJADA EM ACO CROMO VANADIO, TAMANHO 18MM	EDA	12,00	144,00
00161	12	UN	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 20 MM	EDA	15,50	186,00
00162	12	UN	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 21MM	EDA	16,00	192,00
00163	12	UN	CHAVE - COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 22MM	EDA	17,00	204,00
00164	12	UN	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 24 MM	EDA	22,00	264,00
00165	12	UN	CHAVE - TIPO COMBINADA, BOCA/ESTRELA, ACO DIN 17350 - 31 CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 25 MM	EDA	23,50	282,00
00168	12	UN	CHAVE - CHAVE COMBINADA,EM ACO CROMO,NIQUELADA E CROMADA,MEDINDO 30MM	EDA	38,90	466,80
00169	12	UN	CHAVE - TIPO COMBINADA, BOCA/ESTRELA, ACO DIN 17350 - 31 CRV3, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 32 MM	EDA	44,00	528,00
00170	5	UN	CHAVE DE FENDA - COM HASTE EM ACO CARBONO FORJADO, CROMADA, MEDINDO 1/4¨ X 6¨, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	EDA	9,65	48,25
00172	10	UN	BOMBA SUBMERSA - ELETRICA - MODELO 900, VOLTS 220V - MONOFASICA - 60 HZ, CV 1/2 CV__C/PRESSAO DE 65 MTS VERTICAL, M3/H 2000 L/H, MM OU POLEGADAS 3/4"	LIDER	409,00	4.090,00
00177	500	UN	ESTRUTURA PRE-MOLDADA - TIPO COLUNA PRONTA PARA USO NA CONSTRUCAO CIVIL, MEDIDAS 7,00 X 14,00 CM, FERRAGEM 6,30 MM, COMPOSTA POR VERGALHOES NERVURADOS CA-50 E ESTRIBOS CA-60, UNIDOS POR SOLDA PONTO	BELGO	142,00	71.000,00
00179	100	UN	TELA METALICA - MALHA/TELA PARA CONCRETO EQ 138 - TAMANHO 10X10 - DIAMETRO 4.2MM - TAMANHO 2X3 METROS, APROXIMADAMENTE: 13,2 KG	BELGO	249,00	24.900,00
00188	100	UN	LUVA DE PROTECAO - LUVA PETROLEIRA CONFECCIONADA EM VAQUETA NATURAL, PALMA E DORSO, COM REFORCO INTERNO NA PALMA, ELASTICO EMBUTIDO NO DORSO PARA AJUSTE E ACABAMENTO EM VIES,TAMANHO UNICO,PARA PROTECAO INDIVIDUAL	SÃO MANOEL	19,70	1.970,00
00192	10	UN	EXTENSAO - DE CABO PP, FLEXIVEL, PARA PROLONGAMENTO DA TOMADA, COMPRIMENTO DE 4MM X 5M	COMPOLUX	99,00	990,00
00195	500	UN	FITA ISOLANTE - DE PLASTICO, PARA BAIXA TENSAO,MEDINDO (18MM X 20 M), NA COR VERMELHA	DECORLUX	5,50	2.750,00
00197	100	UN	KIT SALVA REGISTRO - DE METAL, PARA SER UTILIZADO EM REPARO DE REGISTRO DE PRESSAO, DEVENDO CONTER C 23	DELTA	24,69	2.469,00
TOTAL DO CREDOR						**R$ 205.425,73**

O VALOR total da ATA DE REGISTRO a ser paga pelo CONTRATANTE é de **R$ 205.425,73 (DUZENTOS E CINCO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).**

Vigência: A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres – MT, 17 de Junho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUCAO E EQUIPAMENTOS LTDA

Edileia Araújo Almeida Macedo

Contratada

Responsável Jurídico: **PABLO AUGUSTO SOUZA E SILVA - OAB/MT 24.287**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021 – SRP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **37.853.101/0001-15**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
00003	100	UN	BROCA - DE VIDEA, COM DIAMETRO DE 8 MM, PARA CONCRETO	ROCAST	7,00	700,00
00007	50	UN	PREGO COM CABECA - EM FERRO, MEDINDO 20X30	ARCELOR MITAL	18,30	915,00
00014	60	UN	CADEADO - 50 MILIMETROS, EM ACO	LOTUS	39,00	2.340,00
00015	1.000	UN	MASCARA DE PROTECAO - MASCARA COMPOSTA POR CONCHA EM FIBRA SINTETICA, MOLDADA,TAMANHO PADRAO,CONTRATACAO DE POEIRAS, COMO GESSO, PO DE SERRAGEM, CELULOSE, ETC.,ELASTICO PARA AJUSTE NA FACE, CLIPE METALICO ADAPTAVEL A QUALQUER TIPO DE ROSTO.	GRAZIA	2,30	2.300,00
00016	10	UN	FURADEIRA - METAL,TIPO IMPACTO, MODELO PROFISSIONAL,COM MANDRIL DE 3/8 POLEGADAS,POTENCIA 400W,BIVOLT,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	SKIL	253,00	2.530,00
00019	20	UN	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO 3 LIBRAS, COM CABO DE MADEIRA	COLLINS	25,00	500,00

00020	20	UN	MARTELO - MARTELO DE BOLA, PESANDO 500 G, MEDINDO 27 MM, EM ACO POLIDO E CABO PINTADO	COLLINS	32,89	657,80
00022	20	UN	MARTELO - DE UNHA, PESANDO 670G, MEDINDO 29MM, COM CABECA DE ACO POLIDO E CABO DE MADEIRA	THOMPSON	32,30	646,00
00024	30	UN	PA - EM FERRO, COM TAMANHO GRANDE, COM PONTA REDONDA	PARABONI	26,70	801,00
00028	30	UN	CABO - PARA PICARETA,EM MADEIRA,MEDINDO 90,00CM	RONDON	9,00	270,00
00029	50	UN	RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO COM 14 DENTES, COM CABO DE MADEIRA	PARABONI	25,00	1.250,00
00030	25	UN	ENXADA - EM DE ACO FORJADO, COM TAMANHO TIPO ENXADA ESTREITA, COM CABO DE COM CABO EM MADEIRA	PARABONI	28,00	700,00
00031	25	UN	ENXADA - EM ACO ESPECIAL, COM TAMANHO 2 1/2 LIBRAS LARGA, COM CABO DE MADEIRA	PARABONI	29,50	737,50
00037	300	UN	ARAME - DE ACO RECOZIDO, NUMERO 18	MORLAN	21,00	6.300,00
00038	1.000	UN	FIXADOR DE CAL - COMPOSTO DE SAL DE CALCIO, SODIO E MAGNESIO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO, COM CAPACIDADE PARA 150 ML	JUNTALIDER	1,40	1.400,00
00050	100	UN	ROLO DE LA PARA PINTURA - EM LA DE CARNEIRO,DE 15 CM - COM CABO DE FERRO E PLASTICO	ROMA	12,60	1.260,00
00051	50	UN	PORTA DE MADEIRA - DE JATOBA,MEDINDO (0,80 X 2,10)M	MT MADEIRAS	150,00	7.500,00
00052	20	UN	MARRETA - EM ACO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 1KG, COM CABO DE MADEIRA, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELAO	RIO CLARO	26,00	520,00
00056	200	UN	FITA DE ISOLAMENTO DE AREA - CONFECCIONADA EM MATERIAL PLASTICO,ZEBRADA NAS CORES PRETA E AMARELA, COM 7CM DE LARGURA DE 100 METROS.	PLASTCOLOR	10,50	2.100,00
00058	200	UN	FITA ISOLANTE - FITA DUPLA FACE GELATINOSA VERDE DA LARGA, (20)M	AFA	48,57	9.714,00
00063	10	UN	ESCADA - EM ALUMINIO,COM 2,50M, COM 08 DEGRAUS,TIPO TESOURA	BOTAFOGO	297,00	2.970,00
00065	100	UN	TALHADEIRA - DE ACO, MEDINDO (25 X 215) MM	ROCAST	22,50	2.250,00
00066	20	UN	PORTA FERRAMENTAS - EM METAL,TIPO CAIXA,COM 05 COMPARTIMENTOS	MARCON	125,00	2.500,00
00070	1.000	UN	KIT CAVALETE - CONEXOES EM PVC COM DN 3/4 - PLUG ROSCAVEL, JOELHO COM ROSCA E REFORCO BLINDADO, TUBO ESPACADOR PARA CORPO DE ENTRADA, CORPO DE ENTRADA E SAIDA COM ALETAS, REGISTRO ESFERA TIPO BORBOLETA COM ROSCA EXTERNO, TUBO ESPACADOR, TUBO ESPACADOR PARA CORPO DE SAIDA, CAP ROSCAVEL.	MP	48,80	48.800,00
00071	200	UN	LUVA - PVC SOLDAVEL,DIAMETRO DE 60X50MM,COM ENCAIXE	CORR PLASTIK	19,00	3.800,00
00080	200	UN	JOELHO - DE JOELHO PVC LR, SOLDÁVEL, COM 90º, COM 25MM X 3/4	CORR PLASTIK	1,85	370,00
00082	500	UN	LUVA - TIPO LUVA DE UNIAO, PEAD, MEDINDO 20 MM.	CORR PLASTIK	5,90	2.950,00
00083	100	UN	CAPS - PVC, SOLDAVEL, DIAMETRO DE 25MM, FECHAMENTO DE TUBOS	CORR PLASTIK	1,45	145,00
00084	50	UN	COLA - DO TIPO PLASTICA, PARA SER APLICADA EM PVC, EMBALADO EM TUBO 800G	POLYMERS	34,80	1.740,00
00087	200	UN	COLAR DE TOMADA - EM PVC, COM TRAVAS,COM DIAMETRO NOMINAL DE 60MM,SAIDA COM ROSCA DE 60 MM X 3/4¨, PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA,CONFORME NBR 10930	CORR PLASTIK	10,60	2.120,00
00089	100	UN	COLAR DE TOMADA - DE PVC, COM DIAMETRO NOMINAL DE 85MM, COM SAIDA DE ROSCA DE BITOLA 3/4 POL, DE ACORDO COM A NBR 5647	CORR PLASTIK	12,44	1.244,00
00092	150	UN	CAP COM ROSCA DE PVC RIGIDO - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 3/4 POL, NA COR BRANCA, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE AGUA FRIA	CORR PLASTIK	1,98	297,00
00094	100	UN	CAP - PVC PBA, MEDINDO 75 MM.	CORR PLASTIK	20,28	2.028,00
00095	100	UN	CAP DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 85 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	CORR PLASTIK	38,50	3.850,00
00096	50	UN	CAP DE PVC RIGIDO SOLDAVEL - FABRICACAO CONFORME NBR 5648/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 110 MM, NA COR MARRON, PARA SER UTILIZADA EM INSTALACAO PREDIAL DE AGUA FRIA	MULTILIC	79,86	3.993,00
00101	100	UN	JOELHO 90 GR - DE PVC, COM BITOLA DE 25 X 20 MM, COM ENCAIXE DO TIPO SOLDAVEL / ROSC., PARA SER UTILIZADA EM INSTALACOES HIDRAULICAS	CORRPLASTIK	2,70	270,00
00103	100	UN	LUVA PARA ELETRODUTO DE PVC - DE PVC, COM BITOLA DE 25 MM	CORRPLASTIK	4,05	405,00
00105	100	UN	ABRACADEIRA - EM ACO INOX,PARA MANGOTE,COM DIAMETRO DE 4 POL	JOMARCA	3,15	315,00
00107	5	UN	LIMA - DE ACO, MEDINDO 12¨, MODELO GROSA	ROCAST	55,40	277,00
00111	10	UN	TUBO PVC RIGIDO PB JS - EM PVC RIGIDO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA SOLDAVEL, CONFORME ESPECIFICADO NA NBR 5648, COM DIAMETRO EXTERNO NOMINAL DE 110 MM, COM DIAMETRO DE REFERENCIA DE 100 MM (4 POL)	TUBOZAN	398,90	3.989,00
00113	20	UN	LUVA DE CORRER DE PVC RIGIDO P/ ESGOTO PREDIAL - FABRICACAO CONFORME NBR 5688/77, COM DIAMETRO NOMINAL DE 6¨ (150MM), NA COR BRANCA, PARA SER USADA EM INSTALACOES PREDIAIS DE ESGOTO	MULTILIC	60,00	1.200,00
00114	20	UN	TRENA - DE ACO, TIPO SIMPLES, COM TRAVA E NIVEL, MEDINDO 5 M, EM EMBALAGEM ADEQUADA	THOMPSON	12,50	250,00
00116	1.000	M	TUBO - PVC PBA, CLASSE 12 JEI 60MM 6M	TUBOZAN	160,00	160.000,00
00117	10	UN	SERROTE - TIPO PROFISSIONAL, COM LAMINA DE ACO ESPECIAL, MEDINDO 22¨, COM CABO DE MADEIRA	THOMPSON	60,00	600,00
00121	5	UN	ENXADAO - ENXADAO ESTREITO 2,5, COM CABO.	PARABONI	27,00	135,00
00122	20	UN	VASSOURA - DE ACO, COM CABO DE MADEIRA, UTILIZADA EM JARDINS	PARABONI	23,00	460,00
00123	10	UN	ENXADA - EM DE ACO FORJADO, COM TAMANHO TIPO ENXADA ESTREITA, COM CABO DE COM CABO EM MADEIRA	PARABONI	30,00	300,00
00125	10	UN	ENXADAO - EM FERRO, COM TAMANHO 3 LIBRAS, COM CABO DE MADEIRA	PARABONI	29,00	290,00
00129	10	UN	ALAVANCA - DE FERRO FORJADO, MEDINDO (1,50) M DE COMPRIMENTO, TIPO FENDA E PONTEIRO, FORMATO SEXTAVADO	CECATTO	100,00	1.000,00

00132	10	UN	BOMBA SUBMERSA - VIBRATÓRIA (SAPINHO), VOLTS 220V, CV COM MOTOR 450W, 60HZ, M3/H BOMBEAMENTO ÁGUA LIMPA COM VAZÃO MÉDIA 1930 A 850 LITROS POR HORA, MM OU POLEGADAS 220MM, ALTURA 352 MM, SAÍDA 3/4¨	HJM	390,00	3.900,00
00139	20	UN	COLHER - DO TIPO COLHER PARA PEDREIRO COM CANTO RETO, 9, PARA USO EM CONSTRUCAO	THOMPSON	16,00	320,00
00142	50	UN	BOTA - BOTA DE BORRACHA, RESISTENTE, NA COR BRANCA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO MEDIO, IMPERMEAVEL, PALMILHA ANATOMICA.,TAMANHOS DIVERSOS	CARTOM	39,00	1.950,00
00145	10	UN	ALAVANCA - DE FERRO FORJADO, MEDINDO (1,50) M DE COMPRIMENTO, TIPO FENDA E PONTEIRO, FORMATO SEXTAVADO	RIO CLARO	100,00	1.000,00
00147	10	UN	COLHER - DO TIPO COLHER PARA PEDREIRO COM CANTO RETO, 7, PARA USO EM CONSTRUCAO	THOMPSON	17,00	170,00
00151	5	UN	PICARETA - CHIBANCA, COM UM LADO HORIZONTAL E OUTRO VERTICAL, DUAS PONTAS UMA DE CORTE E OUTRA DE CAVA	PARABONI	55,00	275,00
00167	12	UN	CHAVE - DE BOCA COMBINADA, EM ACO CROMO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 27 MM	LOTUS	27,90	334,80
00171	10	UN	TALHADEIRA - DE ACO,10 POLEGADAS	ROCAST	15,00	150,00
00180	20	UN	ARAME - DE ACO RECOZIDO, NUMERO 18	MORLAN	21,74	434,80
00183	100	UN	TINTA ACRILICA - NA COR AZUL CLARO	PLASLUX	130,00	13.000,00
00185	50	UN	BALDE - DE POLIETILENO, PLASTICO DE ALTA DENSIDADE, COM CAPACIDADE DE 12 LITROS, COM ALCA EM ACO GALVANIZADO, COR PRETO	PARABONI	15,00	750,00
00187	200	UN	REJUNTE - DE CIMENTO HIDRAULICO, DE COR PRETA, PARA ABSORVER AS DILATACOES TERMICAS, EMBALADO EM SACO PLASTICO DE 1 KG	ASSENTA MAIS	5,00	1.000,00
00189	20	UN	PRUMO - USO DE PEDREIRO, METAL E CHUMBO, ENCHIMENTO EM CHUMBO, NUMERO 5, CORDAO DE NYLON, COM 03 METROS	THOMPSON	25,00	500,00
00191	30	UN	CADEADO - CORPO DE LATAO MACICO,HASTE DE ACO TEMPERADO E CROMADO,DUPLA TRAVA,MOLA ACO INOX, PINOS AUTOBLOCAVEIS., DE CILINDRO EM LATAO TREFELADO,CHAVE LATAO NIQUELADO,DISCO DE SEGURANCA ANTI GAZUA, 25 MM	LOTUS	19,00	570,00
00196	100	UN	FITA ISOLANTE - FITA EM PLASTICO DE ALTA FUSAO,18MM X 25M	3M	24,02	2.402,00
TOTAL DO CREDOR						**R$ 318.445,90**

O VALOR total da ATA DE REGISTRO a ser paga pelo CONTRATANTE é de **R$318.445,90 (TREZENTOS E DEZOITO MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).**

Vigência: A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres – MT, 17 de Junho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA

Jonas Sampaia Correa

Contratada

Responsável Jurídico: **PABLO AUGUSTO SOUZA E SILVA - OAB/MT 24.287**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 392/2021

PORTARIA Nº 392/2021

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Designar a Sra. **MONICA LARISSA DO NASCIMENTO**,como **PREGOEIRO** do Município de Barra do Bugres, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 12 de julho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N º 25/2021 CARONA Nº 12/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.522/0001-72.

Contratado: GL OXIGENIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **12.520.836/0001-04**

DO OBJETO - . O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS, COM CESSÃO EM REGIME DE COMODATO DE TANQUES, CILINDROS, BEM COMO A CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS**

CEDIDOS E EVENTUAL TROCA DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT.

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	4340	OXIGENIO 01 M³ - CARGA		500	R$ 108,00	R$: 54.000,00
02	4339	OXIGENIO 10 M³ - CARGA		5.000	R$ 29,00	R$:145.000,00
03	475330	OXIGENIO LIQUIDO GRANEL ONU 1073, OXIGENIO LIQUIDO REFRIGERADO		32.500	R$ 22,00	R$:715.000,00
	Valor Total					**R$ 914.000,00**

DO VALOR- O valor para a presente contratação é de **R$ 914.000,00 (Novecentos e Quatorze Mil Reais).**

VIGÊNCIA: – A vigência do presente Contrato Administrativo terá o prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da lei.

Barra do Bugres- MT, 28 de Maio de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

GL OXIGENIO EIRELI

Isaias Lopes de Oliveira

Contratada

Responsável jurídico: RODRIGO LUCAS AMARAL M. SANTOS - OAB/MT – 23.409

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 387/2021

PORTARIA Nº 387/2021

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Designar a partir desta data a Sra. **MONICA LARISSA DO NASCIMENTO**, como responsável pelo Departamento de Licitação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 07 de julho de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 022/2021

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial n.º 022/2021

Objeto: Registro de preços para futura e eventual compra de produtos como óleos lubrificantes, hidráulicos e fluídos para garantir a manutenção de veículos, maquinários e motocicletas da frota municipal.

Exmo Sr.

Edelo Marcelo Ferrari

Prefeito

Realizado o prosseguimento do certame licitatório n.º 022/2021, em 07 de julho de 2021 às 09:00 (nove horas) o Sr. Pregoeiro David Eduardo Caeron Magrini, portaria n. 396/2021, **ADJUDICOU** os vencedores:

E M PUERTA ME, CNPJ: **05.028.849/0002-78,** para os seguintes itens: 01; 02; 04; 05; 07; 08; 10; 12; 15; 17; 20; 22; 23; 26; 27; especificados na Ata da realização, com valor global de **R$325.743,85 (Trezentos e Vinte e Cinco Mil Setecentos e Quarenta e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos)**. **M C COMÉRCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA,** CNPJ: **17.510.137/0002-70, para os seguintes itens: 03; 06; 09; 11; 13; 14; 16; 18; 19; 21; 24; 25, especificados na Ata da realização, com valor global de R$222.188,55 (Duzentos e Vinte Dois Mil Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).**

Não houve manifestações de recursos por parte dos licitantes presentes, mantendo-se habilitadas as empresas detentoras das melhores propostas, sendo assim **RECOMENDAMOS** a **HOMOLOGAÇÃO** dos procedimentos licitatórios.

Brasnorte/MT, 12 de julho de 2021

_____

Adjudico a presente licitação

David Eduardo Caeron Magrini

Pregoeiro.

Portaria n.º 396/2021

_____

Homologo a presente licitação

Edelo Marcelo Ferrari

Prefeito.

Publique-se

Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

12 DE JULHO, ÀS 17:30:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
917/2021	Igreja Voz da Verdade	Nycollas Fernandes Almeida
918/2021	Igreja Voz da Verdade	Eliana da Silva Carvalho Duarte

INFORMAÇÕES DE ACESSO:

72ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Segunda-feira, 12 de julho 17:30 até 18:30

Link da videochamada: https://meet.google.com/xfn-xrxm-dsu

16 DE JULHO, ÀS 17:30:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
4308/2021	Francisco Lledo dos Santos	Tiago Ruas Ferreira
10653/2021	Juliano Lemes da Silva Bruno	Victor Luiz Martins de Almeida

INFORMAÇÕES DE ACESSO:

73ª SESSÃO DO CONSELHO SE CONTRIBUINTES

Sexta-feira, 16 de julho 17:30 até 18:30

Link da videochamada: https://meet.google.com/xzn-otzu-bju

19 DE JULHO, ÀS 17:30:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
8137/2021	Flaviano Smaniotto	Ledson Glauco Monteiro Catelan
11465/2021	E. F. Pires da Cruz MEE	Eliana da Silva Carvalho Duarte

INFORMAÇÕES DE ACESSO:

74ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Segunda-feira, 19 de julho 17:30 até 18:30

Link da videochamada: https://meet.google.com/xcm-tbep-cqp

23 DE JULHO, ÀS 17:30:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9647/2020	Maria Luiza Bueno	Ledson Glauco Monteiro Catelan
10655/2020	Paulo Henrique Mensch	Nycollas Fernandes Almeida

INFORMAÇÕES DE ACESSO:

75ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Sexta-feira, 23 de julho 17:30 até 18:30

Link da videochamada: https://meet.google.com/pme-ybej-hmg

26 DE JULHO, ÀS 17:30:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
11835/2021	Cleidiane Arruda Silva	Victor Luiz Martins de Almeida
6079/2021	Helena Soares da Silva de Jesus	Tiago Ruas Ferreira

INFORMAÇÕES DE ACESSO:

76ª SESSÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Segunda-feira, 26 de julho 17:30 até 18:30

Link da videochamada: https://meet.google.com/vne-kuit-vst

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 08 de julho de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 466 DE 02 DE JULHO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o § 3º Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I, da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 20.506 de 02 de julho de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-Prêmio**, conforme cronograma.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo	Dias de Gozo
Alice de Oliveira Vieira	2012/2017	01/07/2021-28/09/2021	90
Andreia do Nascimento Jatobá	2013/2018	05/07/2021-02/09/2021	60
Benemar da Silva Costa	2011/2016	05/07/2021-02/09/2021	60
Marcia Aparecida de Souza Meira	2016/2021	01/07/2021-30/07/2021	30
Roney Leandro Ferreira	2015/2020	01/07/2021-28/09/2021	90

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2021.

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal Interina de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/ 2021 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO UNITÁRIO

Interessada: Secretaria Municipal Assistência Social

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preçosvisando contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas (em 03 tamanhos) e translado, visando suprir a necessidade de atendimento desse benefício eventual ao público em situação vulnerável pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

EMPRESA: J BATISTA DA SILVA FUNERARIA - CNPJ: 70.428.396/0001-58

REPRESENTANTE: JOÃO BATISTA DA SILVA - CPF: 415.292.511-68

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Urna funerária ADULTO (Tam. 190x60cm até 220x66cm), formato sextavado, feita em madeira pinus e Eucatex, tingida na cor imbuia sombreado e ou conhaque sombreado com verniz em alto brilho, visor de 1/4, 6 alças dura, forrada internamente com TNT com babados TNT, com flores artificiais e com 01 travesseiro, véu, higienização básica do corpo.	UN	300	PROPRIA	R$ 1. 180,00	R$ 354. 000,00
2	Urna funerária ADULTO ESPECIAL EXTRA GRANDE (Tam. 220cm acima), formato sextavado, feita em madeira pinus e Eucatex, tingida na cor imbuia sombreado e ou conhaque sombreado com verniz em alto brilho, visor de 1/4, 6 alças dura, forrada internamente com TNT e babados TNT, com flores artificiais e com 01 travesseiro, véu, higienização básica do corpo.	UN	100	PROPRIA	R$ 1. 650,00	R$ 165. 000,00
3	Urna funerária INFANTIL (Tam. Até 160cm), formato sextavado, feita em madeira pinus e Eucatex, tingida na cor imbuia sombreado e ou conhaque sombreado com verniz em alto brilho, 4 alças dura, forrada internamente com TNT com babados em TNT, com flores artificiais e com 01 travesseiro, véu, higienização básica do corpo.	UN	100	PROPRIA	R$ 802,38	R$ 80. 238,00
4	Serviços funerários – translado intermunicipal / interestadual;	KM	50.000	****	R$ 3,59	R$ 179. 500,00
VALOR TOTAL DE R$ 778.738,00 (SETECENTOS E SETENTA E OITO MIL SETECENTOS E TRINTA E OITO REAIS);						

CONTRATANTE

FABIOLA CAMPOS LUCAS ANTUNES

Secretária Municipal de Assistência Social

RG: 2570057-0 SSP/MT

CPF: 452.509.601-20

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 139/2020 – SMED

POR PRAZO DETERMINADO PARA GARANTIR O DIREITO DO CONTRATADO CONFORME PARECER JURIDICO SOB LIMINAR Nº 001857-34. 2021.8.11.0006

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019.

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **JOYCE DE OLIVEIRA SANTOS,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua General Osório, nº 2235, Bairro Santa Cruz, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº1580664-2 SSP-MT e CPF n.º 018.122.451-81, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **JOYCE DE OLIVEIRA SANTOS,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennés, na turma do AEE (Educação Especial), com **carga horária de trabalho de 30 (TRINTA) horas semanais**, em substituição a professora Wanclea Matos Sobrinho Brandalilze que está de atestado médico, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **29 de junho de 2021 e término em 31 de agosto de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 3.246,90 (Três mil duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes do presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria

07	003	12	361	1004	20068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de julho de 2021

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 14/ 2021 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO UNITÁRIO

Interessada: Prefeitura Municipal Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preçospara Futura e eventual aquisição de gás de cozinha **e vasilhame para atender às Secretarias Municipais de Cáceres-MT, para as Secretarias: Administração, Educação, Fazenda, Saúde, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Saneamento e Meio Ambiente, Assistência Social, Infraestrutura e Logística, Turismo e Cultura, Planejamento e de Assuntos Estratégicos**.

EMPRESA: GASOLINI COMERCIO E SERVIÇOS - CNPJ: 03.401.442/0001-38

REPRESENTANTE: CLAIR UGOLINI - CPF: 352.645.941-04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	**GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO** – PARA COZINHA ACONDICIONADO EM RECIPIENTE COM CAPACIDADE **PARA 13 KG**, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO.	UN	1931	NACIONAL GÁS	R$ 104,00	R$ 200.824,00
2	**GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO** – PARA COZINHA ACONDICIONADO EM RECIPIENTE COM CAPACIDADE **PARA P45 KG**, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO.	UN	99	NACIONAL GÁS	R$ 415,00	R$ 41.085,00
3	**VASILHAME** PARA BOTIJÃO DE GÁS, USO DOMÉSTICO, CAPACIDADE **13KG**, ACESSÓRIO COM VÁLVULA E MECANISMO DE SEGURANÇA.	UN	32	NACIONAL GÁS	R$ 198,17	R$ 6.341,44
VALOR TOTAL DE R$ 248.250,44 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS);						

CONTRATANTE

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

RG: 073.818 SSP/MT

CPF: 299.641.051-34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 583 DE 09 DE JULHO DE 2021.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº. 21.339, de 09 de julho de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo indicados**,** aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392/2017, de 28 de julho de 2017, para exercer sua função na Prefeitura Municipal de Cáceres, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
130 (classificado)	OZELAYNE LEMES CAMPOS
131 (classificado)	ADILSON AIRES ROCCA

Art.2º Os documentos exigidos contidos no anexo único, devem ser apresentados na Coordenação de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º Se o candidato ora nomeado não apresente os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.
22	Certidão de Tempo de Serviço

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 034/2021

PORTARIA N.º 034/2021 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª.Liziane Maria Araújo Costa Bispo".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a", Art. 160, incisos I e II, Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n. º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 178, incisos I, II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 143, de 12 de Julho de 2019; Portaria de Nomeação nº 354 de 08/10/1987; Decreto nº 446 de 24/10/1994; Decreto nº 418 de 24/10/2001; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018; Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019 e Lei nº 2.831 de 22 de janeiro de 2020.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Liziane Maria Araújo Costa Bispo**, brasileira, casada, portadora do RG nº 0459125-9 SESP/MT, CPF nº 361.842.501-59, PIS/PASEP nº 121.93357.50.3, efetiva no cargo de Técnico em Contabilidade 40hs, Nível "II", Classe "J", Matriculada sob o n.º 943, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 009/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 12 de julho de 2021, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 12 de Julho de 2021.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 482 DE 09 DE JULHO DE 2021

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando nº 21.061 de 07 de julho de 2021;

R E S O L V E:

ART. 1º- Excluir da Portaria nº. 471 de 02 julho de 2021, o nome da servidora **ELIANA DE FÁTIMA EVANGELISTA**, lotada na Secretaria de Educação referente a 03 (meses) Licença Prêmio.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2021.

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ERRATA N°001/2021 - SMFAZ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0009 – 31-05-2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Fazenda torna público e oficializa a presente "ERRATA" referente ao edital de notificação Nº 0009 publicada no dia 31 de maio de 2021.

Onde se lê:

SUJEITO PASSIVO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
JOSE MARCIO DA SILVA CAMPOS	361.904.031-15	700100270102001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q-26, L-6
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270066001	JARDIM MARAJOARA,RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 3
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270054001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 2
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270042001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 1
VALCIR ROGERIO PINTO	012.187.981-06	400100030169001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.
LUCILA DA SILVA LOUREIRO CABRAL	316.144.507-49	400100020187001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.

GUILHERME LUSTIG	140.557. 831-91	400100020217001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.
ESPOLIO DE AURESTINA ISABEL SOUTO FONTES	027.580. 241-87	100100210060001	SANTA ROSA, RUA DOS MATSUSHITA
LUIZ CARLOS SEVERINO	516.640. 629-04	100100220048001	SANTA ROSA, RUA DOS MATSUSHITA
LUIZ EDUARDO FERREIRA	567.644. 801-68	100600500090001	MASSA BARRO, AV. TANCREDO NEVES- Q F, L 01
HELENA FREIRE GONÇALVES	814.349. 871-91	100600500012001	MASSA BARRO, AV. TANCREDO NEVES- Q F/ L 05
MINORU NANYA	018.701. 808-10	900100330310001	BAIRRO CIDADE NOVA, RUA AFONSO PENA, Q 37/ L 03
LINDINALVA CORDEIRO CLEMENTINO	536.278. 731-49	400300080345001	SÃO JORGE, RUA DOS VAQUEIROS, Q 02/ L 08
DIEGO TEIXEIRA DA SILVA	011.726. 341-90	400300070035001	SÃO JORGE, RUA DOS VAQUEIROS- Q 01/ L 05-06
RICARDO FURLANETTO AMORIM	970.244. 141-20	400200120032001	CIDADE ALTA, RUA DAS ANDORINHAS- Q 06/L 04
LINDINALVA CORDEIRO CLEMENTINO	536.278. 731-49	400300080345001	SÃO JORGE, RUA DOS VAQUEIROS- Q 02/ L 08
FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA	027.792. 181-34	300206690060001	JARDIM SÃO LUIZ DA PONTE,RUA DOMINGO DONIZETTI
ESPÓLIO - ORFÉLIA MICHELIS	429.368. 701-78	100200670132001	SANTA ROSA, RUA DOS PINHO
MENDES DO NASCIMENTO E CIA LTDA	15.416. 693/ 0001-75	80010002024501	SANTA CRUZ, RUA GENERAL OSORIO
MARCELO DIAS DE CARVALHO	907.209. 891-91	100500460390001	CAVALHADA III, RUA DOS PEDREIROS- Q /L 09
JOSE PEREIRA DE MATOS	453.270. 331-04	100500460460001	BAIRRO CAVALHADA III, RUA DOS PEDREIROS
MARIA DA GUIA DOS SANTOS E SOUZA	207.920. 181-68	700100300090001	SANTA CRUZ, RUA TULIPA- Nº 35- Q 13/ L 04
SHOICHI OGAVA	034.277. 811-00	600100120285001	S. L. DA PONTE, RUA ALM. TAMANDARE- Q 30/ L 04
CLEDNEI TUBINO DA SILVA	468.339. 861-34	400304610686001	AV. SANTOS DUMONT, RUA DOS AVIADORES
FUNECHIRO MATSUHITA	171.089. 851-87	200200690250001	SANTA IZABEL, RUA DO MUTUNS Q 11/ L 16
LAURECY ORLANDO RIBEIRO	594.180. 441-53	600200510348001	SÃO BENEDITO, RUA DO MUTUNS- Q C/ L 11
SÉRGIO FELIX LADEIA	327.964. 551-49	100200450268001	CAVALHADA I, RUA DA MARAVILHA- Q B/ L 02
SÉRGIO FELIX LADEIA	327.964. 551-49	100200450268001	CAVALHADA I, RUA DA MARAVILHA- Q B/ L 02
MARCIA MARIA NUNES NERY	175.350. 851-72	300200012497001	VILA MARIANA, RUA PRINCESA IZABEL
MARIA DA GUIA DOS SANTOS E SOUZA	207.920. 181-68	700100300078001	MARAJOARA, RUA PROFESSORES- Q 13/ L 03
LUIS CARLOS CALONE	090.568. 581-49	900200640100001	JD. VITÓRIA RÉGIA, RUA CUIABÁ- Q 03/ L 04
FUNECHIRO MATSUSHITA	171.089. 851-87	200200690208001	SANTA ISABEL, RUA DOS MUTUNS Q 11/ M L 15
RESENDE LUIZ MARQUES ESPOLIO	341.140. 768-91	700100720105001	JD. DO TREVO, RUA DOS MAC LOUD- Q Q/ L 08
ROSANGELA DE OLIVEIRA LEITE	752.850. 611-00	900300830208001	NOVA ERA. RUA DOS SANTOS- Nº 15
ASSI RODRIGUES FERREIRA JUNIOR	291.147. 731-04003. 778.721-72	100200670144001	SANTA ROSA, RUA DOS PINHO
JOSE DUARTE	340.060. 441-00	900100680273001	CIDADE NOVA. RUA FLORIAO PEIXOTO
JOSE DUARTE	340.060. 441-00	900100680285001	CIDADE NOVA. RUA FLORIAO PEIXOTO
VALDECI RODRIGUES DA COSTA	363.409. 879-15	900100680249001	MONTE VERDE, AV. GETULIO VARGAS Nº 1225

LUAN GUTIERREZ DA SILVA	031.494. 521-04	500300220090001	VILA REAL, RUA NORUEGA,-Q 53/ L 01
LUAN GUTIERREZ DA SILVA	031.494. 521-04	500300220045001	VILA REAL, RUA NORUEGA, Q 53/ L 02
ANA TOMAZIA FATIMA DE PINHO	650.118. 131-34	400100030283001	MONTE VERDE, RUA NORUEGA
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	03.190. 167/ 0001-50	400201120214001	LOBO, AVENIDA IFMT- L 16/ Q 33
FRANCISCO ANTONIO SOUTO E FARIA	235.848. 907-72	100100220138001	LOBO, AVENIDA IFMT- L 16/ Q 33
FRANCISCO ANTONIO SOUTO E FARIA	235.848. 907-72	100100220114001	SANTA ROSA, RUA DOS CARRELO- Q 18/ L 09
EDMILSON MIRANDA DE OLIVEIRA	340.228. 301-82	500300220090001	RUA NORUEGA- Q-53, L-03 BAIRRO VILA REAL
EDMILSON MIRANDA DE OLIVEIRA	340.228. 301-82	500300220045001	R. N - Q-53 L-4 VILA REAL
EDMILSON MIRANDA DE OLIVEIRA	340.228. 301-82	500300210045001	RUA NORUEGA- Q-53, L-01 BAIRRO- VILA REAL
LUAN GUTIERREZ DA SILVA	031.494. 521-04	500300210090001	RUA NORUEGA- Q-53, L-02 BAIRRO- VILA REAL
CIRA MATEOS NUNES COSTA MARQUES	559.513. 841-68	300205480222005	RUA HOLANDA- Q-62, L-02 BAIRRO- VILA REAL
SILVANA APARECIDA ANTONLINI DOS SANTOS	345.339. 071-72	300205480222006	RUA HOLANDA- Q-62, L-01 BAIRRO- VILA REAL
LUIZA MARIA DOS SANTOS DE AQUINO	915.700. 931-72	101200290233001	RUA SENADOR- S/N BAIRRO- SAO MIGUEL
LUIZA MARIA DOS SANTOS DE AQUINO	915.700. 931-72	101200290246001	RUA DOM BOSCO- S/N BAIRRO- SAO MIGUEL
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290233001	RUA FRANCISCO XAVIER- Q-29, L-A, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290246001	RUA COSTA MAGALHAES- Q-29, L-B, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290259001	RUA COSTA MAGALHAES- Q- 29, L- C, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290285001	RUA COSTA MAGALHAES- Q- 29, L- E, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290298001	RUA COSTA MAGALHAES- Q-29, L- F, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290311001	RUA COSTA MAGALHAES- Q- 29, L- G,BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290029001	RUA FLORIANO MARQUES DIAS- Q-29, L-H, BAIRRO VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290191001	RUA FRANCISCO XAVIER- Q-29, L-I, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290149001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q-29, L-J, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290136001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q-29, L-L, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290123001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q-29, L-M, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290110001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q- 29, L-N, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290097001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q-29, L-O, BAIRRO- VILA NOVA
GILMAR DE ARAUJO MARQUES	208.558. 961-00	101200290084001	RUA SALVADOR JORGE DA CUNHA- Q-29, L-P, BAIRRO- VILA NOVA

LEIA - SE:

SUJEITO PASSIVO	CPF/ CNPJ	INSCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
JOSE MARCIO DA SILVA CAMPOS	361.904.031-15	700100270102001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q-26, L-6
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270066001	JARDIM MARAJOARA,RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 3
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270054001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 2
ALINE NAYARA DE OLIVEIRA	089.486.216-29	700100270042001	JARDIM MARAJOARA, RUA SANTA CLARA – Q 26 / L 1
VALCIR ROGERIO PINTO	012.187.981-06	400100030169001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.
LUCILA DA SILVA LOUREIRO CABRAL	316.144.507-49	400100020187001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.
GUILHERME LUSTIG	140.557.831-91	400100020217001	MONTE VERDE, RUA MONTEIRO LOBATO.
ESPOLIO DE AURESTINA ISABEL SOUTO FONTES	027.580.241-87	100100210060001	SANTA ROSA, RUA DOS MATSUSHITA
LUIZ CARLOS SEVERINO	516.640.629-04	100100220048001	SANTA ROSA, RUA DOS MATSUSHITA
LUIZ EDUARDO FERREIRA	567.644.801-68	100600500090001	MASSA BARRO, AV. TANCREDO NEVES- Q F, L 01
HELENA FREIRE GONÇALVES	814.349.871-91	100600500012001	MASSA BARRO, AV. TANCREDO NEVES- Q F/ L 05
MINORU NANYA	018.701.808-10	900100330310001	BAIRRO CIDADE NOVA, RUA AFONSO PENA, Q 37/ L 03
DIEGO TEIXEIRA DA SILVA	011.726.341-90	400300070035001	SÃO JORGE, RUA DOS VAQUEIROS- Q 01/ L 05-06
RICARDO FURLANETTO AMORIM	970.244.141-20	400200120032001	CIDADE ALTA, RUA DAS ANDORINHAS- Q 06/L 04
LINDINALVA CORDEIRO CLEMENTINO	536.278.731-49	400300080345001	SÃO JORGE, RUA DOS VAQUEIROS- Q 02/ L 08
MENDES DO NASCIMENTO E CIA LTDA	15.416.693/0001-75	80010002024501	SANTA CRUZ, RUA GENERAL OSORIO
MARCELO DIAS DE CARVALHO	907.209.891-91	100500460390001	CAVALHADA III, RUA DOS PEDREIROS- Q /L 09
JOSE PEREIRA DE MATOS	453.270.331-04	100500460460001	BAIRRO CAVALHADA III, RUA DOS PEDREIROS
SHOICHI OGAVA	034.277.811-00	600100120285001	S. L. DA PONTE, RUA ALM. TAMANDARE- Q 30/ L 04
ROSANGELA DE OLIVEIRA LEITE	752.850.611-00	900300830208001	NOVA ERA, RUA DOS SANTOS- Nº 15
JOSE DUARTE	340.060.441-00	900100680273001	CIDADE NOVA, RUA FLORIAO PEIXOTO
JOSE DUARTE	340.060.441-00	900100680285001	CIDADE NOVA, RUA FLORIAO PEIXOTO
LUAN GUTIERREZ DA SILVA	031.494.521-04	500300220090001	VILA REAL, RUA NORUEGA,-Q 53/ L 01
LUAN GUTIERREZ DA SILVA	031.494.521-04	500300220045001	VILA REAL, RUA NORUEGA, Q 53/ L 02
ANA TOMAZIA FATIMA DE PINHO	650.118.131-34	400100030283001	MONTE VERDE, RUA NORUEGA
EDMILSON MIRANDA DE OLIVEIRA	340.228.301-82	500300220030001	RUA NORUEGA- Q-53, L-03 BAIRRO VILA REAL
EDMILSON MIRANDA DE OLIVEIRA	340.228.301-82	500300220015001	R. N - Q-53 L-4 VILA REAL
CIRA MATEOS NUNES COSTA MARQUES	559.513.841-68	500300210045001	RUA HOLANDA- Q-62, L-02 BAIRRO- VILA REAL
SILVANA APARECIDA ANTONLINI DOS SANTOS	345.339.071-72	500300210090001	RUA HOLANDA- Q-62, L-01 BAIRRO- VILA REAL
LUIZA MARIA DOS SANTOS DE AQUINO	915.700.931-72	300205480222005	RUA SENADOR- S/N BAIRRO- SAO MIGUEL
LUIZA MARIA DOS SANTOS DE AQUINO	915.700.931-72	300205480222006	RUA DOM BOSCO- S/N BAIRRO- SAO MIGUEL

Vitor Miguel De Oliveira

Secretário Municipal de Fazenda

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/ 2021 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO UNITÁRIO

Interessada: Prefeitura Municipal Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de Preçospara aquisição de plotagens em veículos para Prefeitura de Cáceres, personalização de veículos nas laterais e traseiras em adesivo, impressão digital e recorte eletrônico, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e seu anexo.

EMPRESA: M. C PEREIRA RIBEIRO - CNPJ: 06.911.966/0001-67

REPRESENTANTE: MAURO CELSO PEREIRA RIBEIRO - CPF: 867.141.711-53

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AQUISIÇÃO DE PLOTAGEM - EM VINIL PARA VEICULOS, INCLUSO INSERCAO E REMOCAO, EM CORES VARIAVEIS, MEDIDA EM METRO QUADRADO, CALANDRADO POLIMERICO DE 0,8MM, COM IMPRESSAO DIGITAL DE ALTA RESOLUCAO MINIMA 1440 DPI.	M²	1320	STARPACK	R$ 89,90	R$118.668,00
VALOR TOTAL DE R$ 118.668,00 (CENTO E DEZOITO MIL SEISCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS);						

CONTRATANTE

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

RG: 073.818 SSP/MT

CPF: 299.641.051-34

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 31/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 496/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social

Objeto: Dispensa de Licitação visando à Dispensa de Licitação visando à contratação de empresa para execução de processo seletivo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social..

Fundamento: Art. 24 da Lei 8.666/93 amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: KLC-CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, **CNPJ: N.º**11.761.650/0001-76, perfazendo o valor total de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Artigo 24º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2021.

Fabíola Campos Lucas

Secretária Municipal de Assistência Social

CONTRATO Nº 118/2021 – SMED

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019.

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI**, brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua da Membeca, nº 2135, Bairro Jardim Guanabara, Município de Cáceres-MT, portador (a) do RG Nº 1305162-8 SSP-MT e CPF Nº 889.392.781-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vitória Régia, com **carga horária de trabalho de 20 (Vinte) horas semanais**. Em substituição a Roselene de Jesus Motta que assumiu a Coordenação Pedagógica, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em 24 **de Junho de 2021 e término em 13 de Dezembro de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.164, 64 (Dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 25 de Junho de 2021.

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 303 DE 13 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA **ALBIA TERTLIANO ALVES,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município,

Considerando: o teor do Oficio nº 047/ADM/2021 RESOLVE: I - Nomear a Sra. ALBIA TERTLIANO ALVES, para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR na Escola Municipal Carinho e Ternura , junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de julho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 289 DE 06 DE JULHO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR **BELISIO HARAZAZE** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor de 06 de julho de 2021. RESOLVE:

I **–** Conceder **“LICENÇA PATERNIDADE”** a servidor **BELISIO HARAZAZE no período de 04 a 08 de julho de 2021** lotado junto a esta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 06 de julho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 302 DE 13 DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA **ALDA TERTULIANO ALVES ROSA,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município,

Considerando: o teor do Oficio nº 047/ADM/2021 RESOLVE: I – Exonerar a Sr.ª ALDA TERTULIANO ALVES ROSA, que exercia o cargo em comissão, de COORDENADORA PEDAGÓGICA INDÍGENA, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar a Portaria nº 79 de 18 de janeiro de 2021.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de julho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3.669 DE 12 DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. **RAIMUNDO SILVA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando o Concurso Público 001/2018;

Considerando o Edital de Convocação 014/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **RAIMUNDO SILVA DE SOUZA**, para exercer o cargo de **Eletricista - Sede do Município, Classe “A”, Nível “01**”, junto a **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infringência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de julho de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 299 DE 12 DE JULHO DE

“REVOGAR A VACÂNCIA POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL AO SERVIDOR **EUDES CARLOS DE SOUZA** E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – Revogar a Vacância por posse em outro cargo inacumulável ao servidor **EUDES CARLOS DE SOUZA,** lotado junto a Secretaria Municipal de Administração o qual exercia o cargo de Digitador Classe “D” nível “04” desta Prefeitura.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de julho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 1297/2021

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 14/2021.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo levado a efeito pelo Pregoeiro através do Pregão Presencial nº 14/2021, tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas ao município de Campinápolis-MT, no atendimento as necessidades emergenciais de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, no qual foi vencedor:

VANUBIA FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI, CNPJ 26.385.051/0001-72 – único vencedor, no valor de R$ 160.680,00 (cento e sessenta mil seiscentos e oitenta reais).

DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para a futura contratação da empresa.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 300 DE 12 DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DO MÊS DE JULHO PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor dos requerimentos apresentados pelos servidores.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** aos servidores relacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
1	DIVANIA PEREIRA COSTA	01.02.2020 a 31.01.2021	12.07.2021 A 23.07.2021
2	WANDERLEY PEREIRA DE LIMA	07.05.2019 a 06.05.2020	12.07.2021 A 31.07.2021

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de julho de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3.668 DE 09 DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DAS FÉRIAS DO SERVIDOR RELACIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO o teor do oficio Nº. 144 de 09 de julho de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica “interrompido” o período de férias do servidor relacionado abaixo, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, desta Prefeitura Municipal, a partir do dia 09 de julho de 2021, de acordo com o Art. 84 da Lei Complementar nº. 001 de 13 de dezembro de 1.993.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO
1	LUCAS FERREIRA DA SILVA	07.05.2020 a 06.05.2021

Art. 2º - Fica revogada em partes a Portaria de nº. 279 de 01 de julho de 2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de julho de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 139/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Juliana Bruna da Cruz

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Agente Educacional Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 2.473,51 correspondentes a 40 horas/semanais

Prazo: 11/06/2021 a 15/12/2021

Data: 11/06/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa

o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 011 de 31 de maio de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 17/2021

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros à Associação ROTARY de Campo Novo do Parecis para apoio financeiro ao projeto "MELHORIAS SANITARIAS E DEPOSITO" que será destinado a compra de containers para atender as necessidades de saneamento ao público e para atender a necessidade da instituição.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de ***fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais*** *e os acordos de cooperação* ***serão celebrados sem chamamento público.***

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO ROTARY DE CAMPO NOVO DO PARECIS, no Ofício nº 049/2021, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a Associação ROTARY de Campo Novo do Parecis para apoio financeiro ao projeto "MELHORIAS SANITARIAS E DEPOSITO" que será destinado a compra de containers para atender as necessidades de saneamento ao público e para atender a necessidade da instituição no valor total de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), a serem pagos em uma única parcela.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 07 dias do mês de julho de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 17/2021

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para repasse de recursos financeiros à Associação ROTARY de Campo Novo do Parecis para apoio financeiro ao projeto "MELHORIAS SANITARIAS E DEPOSITO" que será destinado a compra de containers para atender as necessidades de saneamento ao público e para atender a necessidade da instituição.

O artigo 29, da Lei 13.019/2014, dispõe acerca da inexigibilidade do Chamamento Público, *in verbis*:

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de ***fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais*** *e os acordos de cooperação* ***serão celebrados sem chamamento público.***

Considerando a exposição dos motivos exarados pela ASSOCIAÇÃO ROTARY DE CAMPO NOVO DO PARECIS, no Ofício nº 049/2021, em conformidade com o artigo 29 da Lei 13.019/2014, **TORNO PÚBLICA** a inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a Associação ROTARY de Campo Novo do Parecis para apoio financeiro ao projeto "MELHORIAS SANITARIAS E DEPOSITO" que será destinado a compra de containers para atender as necessidades de saneamento ao público e para atender a necessidade da instituição no valor total de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), a serem pagos em uma única parcela.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 07 dias do mês de julho de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

EMPRESA: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

COMISSÃO: ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA, MONIQUE ALENCAR CAETANO ALTES, E PABLO MARCELO BORGES CARPINETTI

C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ: 26.457.348/0001-04, já qualificada nos autos do procedimento administrativo de nº 002/2021, o qual tem como finalidade a apuração dos fatos ocorridos em virtude do descumprimento no fornecimento de medicamentos, referente à ata de registro de preços nº 25/2020 e 124/2020.

Ao dia 27 de abril de 2021 foi instaurado o competente Processo Administrativo, através da Portaria nº 338/2021, após solicitação da Central de Abastecimento Farmacêutico e Secretaria Municipal de Administração, através dos respectivos memorando nº 91 e 93 de 2020.

O Processo Administrativo foi instruído com os documentos pertinentes, sendo demonstradas nos autos que foram realizadas diversas tentativas com a empresa **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, a fim de sanar o feito, contudo, apenas foi resolvido administrativamente após inicio dos trabalhos e da instrução probatória.

Em 13 de maio de 2021 foi realizado termo de deliberação de nº 002/2021, requerendo as seguintes providências: ***1- Expedir ofício à empresa C.A Distribuidora de Produtos Hospitalares, dando ciência do processo administrativo; 2- Expedir Ofício ao Departamento de Licitação solicitando cópia do processo licitatório; 3 – Expedir Ofício a fiscal do contrato Sra. Viviane Alves Fernandes Dias Petry.***

A empresa **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** apresentou Defesa Administrativa no dia 25 de Julho de 2017, requerendo a **desistência de item**, considerando a crise sanitária mundial provocada pelo COVID-19, ainda **requereu a prorrogação do prazo de entrega** dos referidos medicamentos empenhados, e por fim requereu que a **Administração Pública se abstenha de aplicar sanções pelo atraso na entrega**.

Ao dia 14 de junho de 2021 houve termo de deliberações de nº 003/2021, o qual foi relatado pela fiscal do contrato **Sra. Viviane Alves Fernandes Dias Petry,** que a empresa teria cumprido com todos os itens da ata que estavam empenhados,e que a mesma não possuía mais atrasos com o Município de Campo Novo do Parecis.

Terminada a instrução probatória foi realizado o relatório final, e recomendado a aplicação da pena, **de acordo com a Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços nº 124/2020 e 25/2020**, sendo fixado o percentual de **multa no valor de 10 % (dez) por cento do valor de cada ata**.

É o Relatório.

Decido.

Ante todo exposto e as diligências realizadas, **acolho a recomendação dada pela Comissão Processante**, motivo pelo qual **aplico a penalidade de multa**, no percentual de 10 % (dez) por cento, do valor total de cada ata de registro de preços 124/2020 e 25/2020, uma vez que ficou demonstrada nos autos do processo a falta de compromisso e de cumprimento com a Administração Pública, sendo que tal medida é a maneira adequada de desestimular a conduta de empresas que não cumprem com as obrigações impostas.

Determino, ainda, que seja dada ciência desta decisão ao Representante Legal da Empresa **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.**

Campo Novo do Parecis, 05 de julho de 2021.

RAFAEL MACHADO PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 133/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Aewelis Nadja da Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Agente Educacional Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 2.473,51 correspondentes a 40 horas/semanais

Prazo: 09/06/2021 a 15/12/2021

Data: 09/06/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 011 de 31 de maio de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 141/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Cristiane Soares Pereira Weber

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Agente Educacional Infantil – Distrito Itamarati Norte, lotado na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 2.473,51 correspondentes a 40 horas/semanais

Prazo: 08/06/2021 a 15/12/2021

Data: 08/06/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 011 de 31 de maio de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 143/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Angela Veridiana Posso

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor (a), especialidade *Licenciatura Plena em Pedagogia*, com lotação na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.361.0007.201453.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.565,23 correspondentes a 30 horas/semanais

Prazo: 24/06/2021 a 15/12/2021

Data: 24/06/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 012 de 14 de junho de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 152/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Maria Aparecida de Souza

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor (a), especialidade *Licenciatura Plena em Pedagogia*, com lotação na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.003.12.365.0007.20144 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.565,23 correspondentes a 30 horas/semanais

Prazo: 05/07/2021 a 15/12/2021

Data: 05/07/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 015 de 29 de junho de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 148/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Queli da Costa e Silva

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Professor (a), especialidade *Licenciatura Plena em Pedagogia*, com lotação na Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Classificação Orçamentária: 09.002.12.361.0007.20065 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 3.565,23 correspondentes a 30 horas/semanais

Prazo: 24/06/2021 a 15/12/2021

Data: 24/06/2021

Procedimento: A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; art. 2º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.544, de 19 de dezembro de 2012; Decreto Municipal 012/2021, o qual homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020; o Edital de Convocação nº 012 de 14 de junho de 2021; e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: **Educação.**

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N 06/2021 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 – PROGRAMA SAMU

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis – MT Sr Rafael Machado, no uso de suas atribuições legais,vem tornar Público, após analise de recursos, divulgar novo gabarito e nota final da prova objetiva escrita ao Processo Seletivo Simplificado N°02/2021,PROGAMA-SAMU:

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de Julho de 2021.

RAFAEL MACHADO
Prefeito Municipal

MARCOS DA CUNHA RUFINO
Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021
Portaria 063/2021

MARCOS DA CUNHA RUFINO
Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021
Portaria 063/2021

	AGENTE OPERACIONAL DA SAÚDE/CONDUTOR DE VEÍCULOS DE URGÊNCIA						
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	**N° Inscriçao**	**Candidato**	**CPF**	**N.PORTUGUES**	**N.C.GERAIS**	**N.C.ESPECIFICO**	**TOTAL**
01	43	ROBERTO JOSÉ TOMAZ	45228310134	17,5	17,5	40	75
02	46	NELSON DE ANDRADE OLIVEIRA	01932059121	17,5	17,5	40	75
03	40	DJAEL DA SILVA ASSUNÇÃO	97523852149	21	12,5	40	73,5
04	54	JONAS RAFAEL VIANNA DO CARMO	01809845190	21	15	36	72
05	69	MARCIO JOSE DA SILVA	02120595135	17,5	12,5	40	70
06	41	ISABEL SOLER DA SILVA TAVARES	76740366187	24,5	15	28	67,5
07	82	EMIVALDO MENDES DE SOUZA	81825455104	14	20	32	66
08	83	CRISTIANE LEMOS DE OLIVEIRA DOS SANTOS	63439719200	21	10	32	63
09	45	DOUGLAS COELHO	96491337200	14	20	28	62
10	47	ANDRE AUGUSTO FINOTO	36713000860	14	15	32	61
11	63	ADAILTON CORREIA DOS SANTOS	95418091549	14	15	32	61
12	44	VALDEIR LUIZ DA ROCHA	80940587149	14	12,5	32	58,5
13	78	ANDRÉ GELVANE BARBOSA DE OLIVEIRA GERALDES	01917547145	10,5	15	28	53,5
	84	JOSIELTON MORAIS DE SOUSA	RG-1.014469	10,5	15	24	49,5
	65	TÂNIA MACEDO PRADE	00087472104	21	12,5	16	49,5
	62	ADAILDO RODRIGUES MARTINS JUNIOR	11549312693	10,5	5	28	43,5
	TÉCNICO DA SAÚDE/TÉCNICO DE ENFERMAGEM						
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	**N° Inscriçao**	**Candidato**	**CPF**	**N.PORTUGUES**	**N.C.GERAIS**	**N.C.ESPECIFICO**	**TOTAL**
01	52	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	94749329134	21	15	40	76
02	66	RENATA FIRMO DE OLIVEIRA	00872847152	21	17,5	32	70,5
03	59	BARBARA MARGARETE FULGENCIO	01114315141	24,5	15	24	63,5
04	39	ALESSANDRO PETERSON TAVARES	01195988176	21	12,5	28	61,5
05	70	LUCIANA DIAS BARRETO SOUZA	83188630115	14	15	32	61
06	64	THAMIRYS FARIAS PAINS DA SILVA	05184600108	21	15	24	60
07	81	KAMILA FREITAS SOMERA	03354178175	28	15	16	59
08	61	STELA BIET LAJES	04795804133	21	17,5	20	58,5
09	68	MARIA DIANA ALVES DE LIMA	00022089381	21	12,5	24	57,5
10	75	JOSIMAR KOLOIZOMAE	02698263199	17,5	10	28	55,5
11	79	MARIA SEBASTIANA DA SILVA MOREIRA	19176759253	17,5	12,5	24	54
12	42	LEONILDO JOSÉ GUILHERME	09585224488	14	15	24	53
	57	ISAMARA VICENCIA DOS SANTOS COELHO	01677598255	21	12,5	16	49,5
	73	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	96673818115	14	10	24	48
	7 73	WIGNA RAYANE PAIVA DE OLIVEIRA	05535302163	17,5	12,5	16	46
	71	FABIULA DA SILVA	04246959103	17,5	10	16	43,5
	77	DEIZI FRANCIELE SANTOS VAIS	03519649160	10,5	10	16	36,5
	49	ELZI MARTINS DOS SANTOS	93314841191	14	7,5	8	29,5
	74	LUCILENE BRAGA DE CASTRO	28080866104	14	5	8	27
	80	MARILSA SANTANA DE ARRUDA	95716807100	7	10	12	24

RESPOSTA QUESTÕES PROVA LINGUA PORTUGUESA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	**C**	**D**	**B**	**C**	**B**	**B**	**ANULADA**	**D**	**A**

RESPOSTA QUESTÕES PROVA CONHECIMENTO GERAIS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	**A**	**D**	**A**	**C**	**B**	**D**	**B**	**A**	**C**

RESPOSTA QUESTÕES PROVA ESPECIFICA DE CONDUTOR SOCORRISTA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	**D**	**C**	**D**	**B**	**C**	**A**	**A**	**A**	**A**

RESPOSTA QUESTÕES PROVA ESPECIFICA DE TÉC DE ENFEMAGEM									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

B	D	D	A	A	C	B	C	B	A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

AVISO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.006/2021

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.006/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação da ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, N.º 277/2020, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE MT, DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENCAO E CONSERVAÇÃO DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUA PLUVIAIS (BOCA DE LOBO), MANUTENÇÃO E REFORMA DE MEIO FIO, GRELHAS E TAMPAS, no valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) para a empresa: CERTEZA CONSTRUTORA LTDA CNPJ n. 07.897.964/0001-23. Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 06 de julho de 2021.

HÉLIDA B. M. P.HUBNER

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA COMISSÃO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR, PORTARIA Nº 852.

PORTARIA Nº 852, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando **o q**ue estabelece a Lei Estadual nº 8.469/2006;

Considerando **o q**ue estabelece o Decreto 096/2007, que cria a Comissão de Transporte Escolar;

Considerando **o q**ue estabelece a Instrução Normativa nº 012/2017/GS/SEDUC/MT;

Considerando **a necessidade de proceder à substituição de membros nomeados na portaria 224/2019 de 05 de abril de 2019,**

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir membros da Comissão de Transporte Escolar do Município de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2° - A referida Comissão passará a conter os seguintes representantes até o termino do biênio:

I - REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

a) Titular: **ADRIAN VINICIUS LAVEZZO**, portador da Cédula de Identidade: 3260463-7 SSP/MT, inscrito no CPF: 085.790.441-89, residente na Avenida Maria Artemir Pires, Bairro: Jardim Campo Verde, Celular: (66) 99983-8721, E-mail: adrianvinicius2038@gmail.com.

b) Suplente: **ISABELLA ROSA SANDER DE FARIAS**, portadora da Cédula de Identidade: 3329770-3 SSP/MS, inscrita no CPF: 076.203.601-07, residente na Rua Uruguaiana, 15, Bairro: Vale do Sol, Celular: (66) 99692-0746, E-mail: belaeafera2304@gmail.com.

II - REPRESENTANTES DOS PAIS:

a) Titular: **PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade: 2426665-5 – SSP/MT, inscrita no CPF: 065.251.751-00, Celular: (66) 99969-8421, Endereço: Rua Flecha, 784, Bairro: Jupiara, E-mail: ferreirasan.patricia@gmail.com.

b) Suplente: **ADRIANA SOUZA GOMES**, portador da Cédula de Identidade: 1022282-0 SSP/MT, inscrito no CPF: 831665801-15, residente na Assentamento 14 De Agosto MT 344 km 18 área social, Bairro: Zona Rural. Celular: (66) 996159003, E-mail: anjosol22tst@gmail.com.

III - REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

a) Titular: **APARECIDA RANGEL JOSÉ**, portadora da Cédula de Identidade: 5431387-0 SSP/PR, inscrita no CPF: 869.634.819-20, residente na Rua Astorga, 560, Bairro: Cidade Alta I, Celular: (66) 99648-8839, E-mail: cidarangel@hotmail.com.

b) Suplente: **MARIA JÚLIA FARIA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade: 1527447-0 – SSP/MT, inscrita no CPF: 002.059.501-83, Celular: (65) 99278-0332, residente na Rua Lions Internacional, 732, Bairro: Belvedere, E-mail: juliafs86@hotmail.com.

IV- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ESTADUAIS:

a) Titular: **GEISIANE GOMES DA SILVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade: 36093893-0 – SSP/MT, inscrita no CPF: 292545848-35, residente na Rua Ervandir Alves Kohls, Qd. Lote, Bairro: Greenville, Celular: (66) 996794304, E-mail: geisisximenes@gmail.com.

b) Suplente: **LEONIA SOUZA DE PAULA**, portadora da Cédula de Identidade: 388358-2 - SSP/MT, inscrita no CPF: 962.328.541-87, residente na Rua Goiânia, 302, Eckert, Celular: (66) 99966-6496, E-mail: leoniadepaula@hotmail.com.

V- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS:

a) Titular: **ANY CAROLINA PEREIRA DE CARVALHO**, portadora da Cédula de Identidade: 2050065-3 - SSP/MT, inscrita no CPF: 029459721-26, residente na Rua Gaivota, 511, Bairro: São Miguel, Celular: (66) 996996899, E-mail: anyvdcv@hotmail.com.

b) Suplente: **ALINE DA SILVA RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade: 3242329-2 - SSP/MT, inscrita no CPF: 068.088.049-66, residente na Rua Chapada dos Guimarães, 287 B, Bairro: Belvedere, Celular: (66) 99966-3967, E-mail: profalinerodrigues@gmail.com.

VI - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) Titular: **CARLOS ROBERTO PIMENTA**, portador da Cédula de Identidade: 1301510-9 - SSP/MT, inscrito no CPF: 888.139.241-00, residente na Rua José Ovídio Miranda Qd 04, Casa 29, Bairro: Jardim América. Celular: (66) 99996-6234 e E-mail: karlao_pimenta@hotmail.com.

b) Suplente: **LETÍCIA MARIA ROCHA ANDRADE**, portadora da Cédula de Identidade: 1806148-6 - SSP/MT, inscrita no CPF: 017.610.951-02, residente na Rua São Salvador, 1702, Centro, Celular: (66) 99962-6668, E-mail: leandrade@msn.com.

VII - REPRESENTANTES DO FUNDEB:

a) Titular: **CLAUDIA VICENCIA MOYA CANOLA**, portadora da Cédula de Identidade: 3449487-1 - SSP/PR, inscrita no CPF: 580.299.749-49, residente na Chácara Taperinha, Celular: (66) 99953-1518, E-mail: claudia.canola@hotmail.com.

b) Suplente: **MOISÉS DA SILVA BORGES**, portador da Cédula de Identidade: 151329-2 – SSP/DF, inscrito no CPF: 641.782.931-68, residente na Avenida Brasília, 1020, Bairro: Centro, Celular: (66) 99668-2792, E-mail: cec.cv@hotmail.com.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 224, de 02 abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 28 dias do mês de Junho de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 030/2021

NOTIFICADO: UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A,

CNPJ: 02.491.5585/0001-42

São Paulo/SP

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresa pela não entrega dos itens constante(s) no(s) NAS NADs 6042 e 6043 conforme **prazo de entrega estipulado no Edital, e DESCUMPRINDO O CONTRATO 050/ 2021**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços nº 084/2021, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 12 de julho de 2021.

HÉLIDA B. M.P. HUBNER

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 - E

Art. 1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o gabarito preliminar das provas escritas objetivas aplicadas no dia 11 de julho de 2021, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital nº 001/2021.

AVISO DE PREGÃO N. 089/2021

AVISO DE PREGÃO N° 089/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público **O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LANCHES, SALGADOS, TORTAS, REFRIGERANTE, SUCOS E ÁGUA MINERAL.,** na modalidade Pregão (presencial) **n° 089/2021** a se realizar no dia **26/07/2021 às 8H30, na** sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de julho de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO AO CONTRATO Nº 69/2021.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO**: Contratação de prestação pessoal de serviços em caráter excepcional e de relevante interesse público na área de Saúde, referente aos serviços médicos.**

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1 Alterar o contrato de pessoa física para pessoa jurídica.

Onde lê-se ERIK LAWRENCE VALEZI JORDANI CPF/MF sob o nº 039. 626.421-29 após retificação lê-se ERIK LAWRENCE VALEZI JORDANI LTDA, com CNPJ 41.986.517/0001-89

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE, ERIK LAWRENCE VALEZI JORDANI CPF/MF sob o nº 039.626. 421-29/ CONTRATADA.

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 105/2020.

ESPÉCIE: Fornecimento.

OBJETO: Aquisição de rolo compactador vibratório de solo, com cilindro liso e kit patas, novo, peso operacional mínimo de 8000 kg, motor a diesel e potência mínima de 100 HP, com cabine fechada e ar condicionado.

ONDE LÊ-SE : Valor global reajustado aproximadamente 16,8% passando a ser R$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais).

PASA A LER-SE: Valor reajustado aproximadamente 13,8% passando a ser R$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais).

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE, e COPEMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA ME /CNPJ/MF Nº 13.160.566/0001-22 / CONTRATADA.

PORTARIA Nº. 214, DE 9 DE JULHO DE 201.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVISTO NA PORTARIA Nº. 171, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, em relação, especificamente, aos segmentos abaixo indicados:

I-GOVERNAMENTAL:

a) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Suplente: **MICHELE DUARTE MAILHO BATISTELO**

II-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: **ANA HELI DOS PASSOS DE ALMEIDA**;

Suplente: **MARLI TERESINHA PIRES.**

VI-SOCIEDADE CIVIL:

(...)

b)CRECHE IGNÊZ BRESOLIN GIONGO

Titular: **MARIA DO CARMO SOUZA**.

Suplente: **CARMELINDA DALEMOLLE PIENIZ**

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 9 de julho de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO NA ZONA RURAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE- MT, CNPJ: 37.465.200/0001-20, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona ruraldo município nas seguintes coordenadas **11º7'48" E 51º52'39"**.

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 007/2021/GAPRE

ATO DE DESIGNAÇÃO 007/2021/GAPRE

Canabrava do Norte-MT 12 de Julho 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Helem Silva Nunes, Secretaria chefe de Gabinete, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público **LUIZ ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO**, matrícula funcional nº 2223 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 486.994.031.00, para receber, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **A. BORGES NETO AGENCIA PROP.MARKETING E MEDIA DIGITAL,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 05.595.288/0001-08, que tem porPrestação de Serviços de Veiculação de Publicidade**,** para atender as demandas do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **HAYURE RODRIGUES DINIZ**, matrícula funcional nº 2265 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 082.848.601-80, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **A. BORGES NETO AGENCIA PROP. MARKETING E MEDIA DIGITAL,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 05.595.288/0001-08, que tem porPrestação de Serviços de Veiculação de Publicidade**,** para atender as demandas do Gabinete do Prefeito.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Helem Silva Nunes

Secretaria chefe de Gabinete

Portaria nº 030/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 09/2021/SEMAACDEC

ATO DE DESIGNAÇÃO 09/2021/SEMAACDEC

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GISELLE LUZ BRITO, Secretária municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal Sr. **Rael Coelho Gomes**, matrícula funcional nº 2222 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 317.942.201-78, com e-mail Elder.dimedeiros@gmail.com para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa Suzuki & Silva Ltda. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 09. 229.177/0001-57, que tem por objeto fazer o carregamento de 04 (quatro) resfriadores para colocar encima do caminhão, para serem transportados para o município de Canabrava do Norte – MT.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal Sr. **Mara Silvia de Jesus Portela**, matrícula funcional nº 1771 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 006569721-90, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Suzuki & Silva Ltda. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 09.229.177/0001-57, que tem por objeto fazer o carregamento de 02 (dois) resfriadores para colocar encima do caminhão, para serem transportados para o município de Canabrava do Norte – MT.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 12 de Julho de 2021.

GISELLE LUZ BRITO

Secretária municipal de Meio Ambiente, Agricultura,

Comércio e Desenvolvimento Econômico,

Portaria n. 033/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇAO 08/2021 SEMAACDEC CANABRAVA DO NORTE 12 DE JULHO 2021

ATO DE DESIGNAÇAO 08/2021 SEMAACDEC Canabrava do Norte 12 de Julho 2021

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO

MUNICIPAL PARA RECEBER,

CONFERIR E ATESTAR

NOTAS FISCAIS, NA FORMA,

QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS,

PROVIDENCIAS.

GISELLE DA LUZ BRITO, secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura Comercio Desenvolvimento Econômico , no uso de suas atribuições legais e ,

CONSIDERANDO o principio da segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1. Designar o Servidor Publico Municipal **RAEL COELHO GOMES** ,inscrito no cadastro de pessoas físicas do ministério da Fazenda CPF/MF 317.942.201-78, para receber , conferir, acompanhar e atestar , como titular , as notas fiscais emitidas da empresa **PICK UP TRANSPORTES EIRELI** , inscrita no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ/MF sob o n 17.528;339/0001-68, que tem por objeto prestação serviço de frete do transporte de 04 (quatro) resfriadores , enviados de Cuiabá ate município

de Canabrava do Norte , sendo serviço necessário para atender as demandas da secretaria Municipal Meio Ambiente , Agricultura Comercio Desenvolvimento Econômico .

ART.2 . Designar o Servidor Publico Municipal **Mara Silvia de Jesus Portela** , matricula funcional n 1771 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF-MF sob o n 006569721-90 , para receber , conferir , acompanhar e atestar , como suplente , as notas fiscais emitidas da Empresa **PICK UP TRANSPORTES EIRELI** , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica –CNPJ/MF sob o n 17.528;339/0001-68, que tem por objeto prestação serviço de frete do transporte dos resfriadores , enviados de Cuiabá ate município de Canabrava do Norte , sendo serviço necessário para atender as demandas da secretaria Municipal Meio Ambiente , Agricultura Comercio Desenvolvimento Econômico .

ART.3. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência ate o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se

GISELLE DA LUZ BRITO

Secretaria Municipal Meio Ambiente, Agricultura

Comercio Desenvolvimento Econômico.

Portaria n . 033/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2021

Aos doze dias do mês de julho de 2021, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Laurinda dos Santos. s/nº, no Setor Vila Nova, no Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, Inscrito no CNPJ 18.363.482/0001-00 neste ato representada pelo Sr. **Marcos Aurélio Soares**, inscrito no CPF sob nº 033.827.341-76 e RG – 1053806 SSP/TO, residente e domiciliado na Rua Vinte e nove de Julho, SN, QD 03, LT 02, Setor da Saúde, Confresa/MT, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de reservatório de água, onde foi **HOMOLOGADA** nos autos do processo licitatório nº 00003116/2021, referente ao Pregão Presencial n° 015/2021, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa para fornecimento de reservatório tubular em estrutura metálica com capacidade de 25 mil litros, para ser instalado na Creche Municipal de Canabrava do Norte/MT;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 05 (cinco) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e consequente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretário Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Unid.	Quant.	Objeto	Valor Unitário	Valor Total
190021	UNID.	1	Reservatório tubular em estrutura metálica cilíndrica, confeccionada em chapas de aço carbono, dimensionado de forma a garantir a integridade e resistência estrutural para operação com segurança, devido aos esforços de tensão efetiva circunferencial e esforços de carregamentos combinados/gerados pela força do vento, devendo ser fornecida a ART do produto pelo fabricante, sendo pintura externa em esmalte sintético (cor amarelo ouro) e pintura interna em epóxi com certificado de potaniedade.	R$ 115. 286,20	R$ 115. 286,20

CLASSIFICAÇÃO FINAL

EMPRESA: CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME; **CNPJ:** 18.363.482/0001-00; **Endereço: Rua Laurinda dos Santos, S/nº, Vila Nova, Confresa/MT, CEP: 78.652-000; Valor:** R$ 115.286,20 (cento e quinze mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte centavos); **DADOS BANCÁRIOS BANCO: 104 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AGÊNCIA: 3437 – CONTA CORRENTE: 560-5**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 12 de Julho de 2021

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**CONSTRUTORA IMPÉRIO EIRELI – ME** Contratada
Iranizo Matos Rodrigues Gerência de Licitações e Contratos	

ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO NA ZONA RURAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE- MT, CNPJ: 37.465.200/0001-20, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona ruraldo município nas seguintes coordenadas **11º11'23" E 51º87'28"**.

ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO NA ZONA RURAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE- MT, CNPJ: 37.465.200/0001-20, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona ruraldo município nas seguintes coordenadas **11º3'43" E 51º49'34"**.

ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO NA ZONA RURAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE- MT, CNPJ: 37.465.200/0001-20, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona ruraldo município nas seguintes coordenadas -11,1283 S, -51,8762 W.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2021

Aos doze dias do mês de julho de 2021, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada **Rio Novo Transportes e Turismo Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.909.380/0001-29, Inscrição Estadual 13.665.647-1, Inscrição Municipal 14832, sediada na Rua dos Bororos, 309, Setor Sul II, cidade de Barra do Garças/MT, CEP: 78.600-000, neste ato representada pela Senhora **Daniella Pereira Pena,** brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 3177246 SPTC/GO e do CPF nº 478.381.671-91, residente e domiciliada na Rua Samuel Morse, nº 21, apto 1601, Quadra 169, Setor Serrinha, Goiânia-Go, CEP. 74.835-080, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual contratação de empresa para fornecimento de passagens e **HOMOLOGADA nos autos do processo administrativo nº 00002864/2021**, referente ao Pregão Presencial n° 016/2021, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para contratação de empresa para o fornecimento de passagens para transporte de passageiros em ônibus rodoviários, que compreende a reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestre intermunicipal dentro do estado de mato grosso, para atender à necessidade das secretarias do poder executivo municipal, para consumo previsto durante 12 (doze) meses.

Item	Cód. PUG	Unid.	Quant.	Objeto	Valor Unitário	Valor Total
188409	27457	UNIDADE	210	PASSAGEM RODOVIARIA CANABRAVA DO NORTE PARA BARRA DO GARCAS	R$ 100,95	R$ 21.199,50
1920	28094	UNIDADE	165	PASSAGEM RODOVIARIA DE BARRA DO GARCAS - MT PARA CUIABA - MT	R$ 15,30	R$ 2.524,50
1919	28095	UNIDADE	165	PASSAGEM RODOVIARIA DE CUIABA - MT PARA BARRA DO GARCAS - MT	R$ 25,00	R$ 4.125,00
188410	27458	UNIDADE	210	PASSAGEM RODOVIARIA DE BARRA DO GARCAS PARA CANBRAVA DO NORTE	R$ 101,73	R$ 21.363,30
191055	31647	UNIDADE	70	PASSAGEM RODOVIARIA DE AGUA BOA PARA CANBRAVA DO NORTE-MT	R$ 76,12	R$ 5.328,40
191056	31641	UNIDADE	70	PASSAGEM RODOVIARIA DE CANBRAVA DO NORTE PARA AGUA BOA-MT	R$ 71,19	R$ 4.983,30

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.

2.1 – A entrega dos bilhetes somente será feita, mediante a requisição da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

A licitante vencedora é obrigada a fornecer todos os bilhetes previstos na requisição devidamente autorizada.

2.4 - Constatadas irregularidades no objeto, a PREFEITURA, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

2.4.1 - Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Anexo I, determinando sua substituição;

2.4.2 - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.

2.5 - As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **dois dias úteis**, contados do recebimento pelo adjudicatário da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada entrega pelo Departamento Financeiro, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente conferida pelo Departamento de Compras, que é o órgão municipal responsável pelo recebimento, fiscalização e execução da contratação.

4.2 – Poderá haver atrasos, nos pagamentos, superiores à 30 (trinta) dias, mesmo que ocorra tais atrasos a CONTRATADA, não poderá deixar de atender a demanda da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

4.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

4.4 - Havendo atraso nos pagamentos (salvo pelos motivos mencionados nos itens 2 e 3, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

5.1 - Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão n.º 016/2021 e nesta Ata, os serviços do objeto deste ajuste.

5.2 - Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o produto recusado.

5.3 - Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.

5.4 - Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

6.1 - Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

6.2 - Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

6.3 - Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade quando da emissão dos bilhetes de passagens.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES

7.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.

7.3 – O atraso injustificado na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

7.3.1 – Advertência por escrito;

7.3.2 – Multa equivalente a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega até o limite de 30 (trinta) dias;

7.3.3 – Multa equivalente a 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor da obrigação, por atraso na entrega a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, quando será declarada a inexecução contratual;

7.3.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou II - Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

7.3.5 – Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

7.3.6 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no sub-item anterior.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da ata de registro de preços e a retribuição do contratante para a justa remuneração do objeto da licitação, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da ata.

8.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

8.3 - Na hipótese da empresa solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1- Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO nº. 016/2021 com seus Anexos a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

9.2- A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1- O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o da Comarca de Porto Alegre do Norte.

10.2- Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Canabrava do Norte, 12 de Julho de 2021.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**DANIELLA PEREIRA PENA** Rio Novo Transportes e Turismo Ltda. Contratada
Iranizo Matos Rodrigues CPF: 983.429.751-34 **Pregoeiro**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHEARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 9. 412/2018 de 18/06/2018.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 008/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para **Implantação de sinalização semafórica na Rua Santa Rosa, esquina com a Avenida Paraná no município de Canarana-MT,** conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, projetos arquitetônicos e especificações técnicas, de acordo com os anexos do Edital.

REALIZAÇÃO: 28/07/2021.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 12:00 às 18:00 horas, pelo e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 12 de julho de 2021.

_____

KARINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN
PORTARIA 019/2021/PREVICAN

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade à servidora **Sra. Claudete Teresinha Orestes de Britto."***

A Diretora Executiva do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 c/c o Art. 6ª da Lei Complementar nº 182 de 19 de março de 2020, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 695/2005, que trata do Regime Próprio de Previdência Social -RPPS do Município de Canarana/MT; Lei Complementar nº 028 de 23 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o estatuto do servidor público do município de Canarana; ainda a Lei Complementar n.º 123/2004 de 02 de setembro de 2014, que versa acerca do PCCS dos servidores públicos do poder executivo do Município de Canarana – MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** à servidora **Claudete Teresinha Orestes de Britto**, portadora da cédula de identidade RG n.º 1008012492 – SSP/RS e CPF sob o n.º 205.406.980-91, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, ocupante no cargo de Auxiliar de Administração I, Classe "A", Nível "05", com jornada semanal de 40 horas, matricula n.1139, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com **,** 23 anos, 03 meses e 24 dias de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais,** conforme processo administrativo do **PREVICAN**, n.º **2021.02.26058P,** a partir da data de **02/07/2021** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 02 de julho de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana/MT, 09 de julho de 2021.

EDIRCE EUNES DE ANDRADE

Diretora Executiva do PREVICAN

Homologo:

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO- ADEC

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO de Canarana E ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO CULUENE – ADEC.

Pelo presente instrumento, **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO,** de um lado, a Prefeitura Municipal de Canarana, sediada na Rua Miraguaí n° 228 Centro, Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.023.922/0001-91, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Fábio Marcos Pereira de Faria, brasileiro, **casado**, portador da Cédula de Identidade n.3671142 SESP/GO, inscrito no CPF n.º888.448.461-87, e do outro lado a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Culuene, doravante simplesmente denominada **CONVENIADA,** neste ato representado pelo seu/sua Presidente Salete Teresinha Thiesen, brasileiro(a),viúva, Servidora Pública, portador (a) da Carteira de Identidade n°3033971494 SSPPC-RS, inscrito no CPF sob n° 515.074.200-72, considerando a necessidade de ser ajustadas as condições da ação conjunta e integrada, **RESOLVEM** celebrar este **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO**, que se regerá nos termos do art. 116, da Lei 8.666 de 1993, e em conformidade com o art. 66, inc. XX, da Lei Orgânica Municipal, mediante as cláusulas e condições adiante expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO VALOR

A cooperação financeira fica alterada, nos termos da Lei Municipal 1566/ 2021, para o valor mensal de R$ 4.500,00(Quatro Mil e Quinhentos Reais), a ser paga durante 12 meses (12 parcelas.

Parágrafo Primeiro- A cooperação financeira será para custear despesas referente a manutenção e serviços do motorista da ambulância, para possibilitar o transporte de pacientes usuários do SUS moradores da localidade do Culuene, para atendimento e tratamento nas unidades de saúde na sede deste Município ou mesmo para fora do Município. O valor da cooperação financeira será de R$ 2.500,00(Dois mil e quinhentos reais) mensais, podendo, após 12 meses, em eventual prorrogação do convênio, o valor ser corrigido pela variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Parágrafo Segundo- A cooperação financeira aditiva será para serviços de manutenção do sistema de abastecimento de água do Distrito do Culuene, além da já citada manutenção e serviços de motorista de ambulância.

O valor da cooperação financeira será de R$ 2.000,00(Dois mil reais) mensais, podendo, após 12 meses, em eventual prorrogação do convênio, o valor ser corrigido pela variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Termo de Convênio originário, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo de CONVÊNIO será publicado regularmente, em forma de extrato, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes firmam o presente instrumento, **TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO,** em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de julho de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

Salete Teresinha Thiesen

Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Culuene

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF Nº

2ª _____

CPF Nº

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3214/2021

Decreto Municipal Nº. 3214/2021

De 09 de julho de 2021

Prorroga os efeitos do Decreto Municipal nº. 3206/2021, que dispõe sobre o cumprimento das medidas restritivas da COVID-19 no Município de Canarana – MT, e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana-MT, no uso de suas atribuições legais e por conta da existência da pandemia do COVID-19, nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 24 de julho de 2021 os efeitos do Decreto Municipal n° 3206 de 11 de junho de 2021, que atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da COVID-19 no Município de Canarana – MT.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 09 de julho de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO- CONSEG

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO de Canarana E O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEG.

Pelo presente instrumento, **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO,** de um lado, a Prefeitura Municipal de Canarana, sediada na Rua Miraguaí n° 228 Centro, Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.023.922/0001-91, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Fábio Marcos Pereira de Faria**, brasileiro, **casado**, portador da Cédula de Identidade n° 3671142 SESP/GO, inscrito no CPF n.º 888.448.461-87, e do outro lado o Conselho CONSEG, situado à Rua Tenente Portela n. º 328 Centro, doravante simplesmente denominado **CONVENIADO,** neste ato representado pelo seu Presidente **Jorge Luiz Winter**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade n° 123367126-0, inscrito no CPF sob n° 469.241.679-34, considerando a necessidade de ser ajustadas as condições da ação conjunta e integrada, **RESOLVEM** celebrar este **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO**, que se regerá nos termos do art. 116, da Lei 8.666 de 1993, e em conformidade com o art. 66, inc. XX, da Lei Orgânica Municipal, mediante as cláusulas e condições adiante expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO VALOR

A cooperação financeira fica alterada, nos termos da Lei Municipal 1566/2021, para o valor mensal de R$ 12.000,00(doze mil reais), a ser paga durante 12 meses (12 parcelas)

Parágrafo único- A cooperação financeira aditiva se deve por conta de auxílio para manutenção do CONSELHO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no Termo de Convênio originário, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo de CONVÊNIO será publicado regularmente, em forma de extrato, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

E, por estarem assim justos e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, os partícipes firmam o presente instrumento, **TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO,** em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de julho de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

Jorge Luiz Winter

Presidente do CONSEG

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF Nº

2ª _____

CPF Nº

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2021

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público a **Contratação de Instituição Financeira para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento de todos os servidores e funcionários da Administração Pública Municipal, ativos, inativos, sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses,** conforme os itens constantes no anexo I – termo de referência**,** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **25/07/2021 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 12 de julho de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de 01 (um) veículo picape compacto, 05 lugares, 04 portas, câmbio manual, ano de fabricação no mínimo 2020 e modelo 2021, com no máximo 1.000 km rodados, cabine dupla, cor metálica, 1.8 Flex (gasolina e álcool), de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal Assistência Social,** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **23/07/2021 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 12 de julho de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PROCURADORIA JURIDICA
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/2021, de 05 de julho de 2021

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carlinda, Estado de Mato Grosso, torna pública a errata da publicação da Resolução n.º 002/2021, que em súmula "CRIA COMISSÃO DE ÉTICA PARA O CONSELHO TUTELAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", publicada na Associação Mato-grossense dos Município –AMM, páginas 110 à 113 da publicação nº 3.764 do dia 06 de Julho de 2021, conforme abaixo:

ONDE SE LÊ:

Art. 2° [...]

k) Notificar o conselheiro indiciado da instauração do processo administrativo com os devidos motivos convocando-o para apresentação de defesa em até 10 dias.

LEIA-SE:

Art. 2° [...]

k) Notificar o conselheiro indiciado da instauração do processo administrativo com os devidos motivos para, caso queira, apresente defesa por escrito em até 10 dias.

ONDE SE LÊ:

Art. 3° Compete à Comissão de Ética:

I – Instaurar e conduzir processo administrativo para apurar eventual irregularidade cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função;

LEIA-SE:

Art. 3° Compete à Comissão de Ética:

I – Conduzir processo administrativo para apurar eventual irregularidade cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função;

ONDE SE LÊ:

Art. 10 A perda do mandato será aplicado nos seguintes casos:

XII – Transgressão dos incisos VIII, IX e XII do art. 7 desta Resolução.

LEIA-SE:

Art. 10 A perda do mandato será aplicado nos seguintes casos:

XII – Transgressão dos incisos VIII, IX e XII do art. 4 desta Resolução.

ONDE SE LÊ:

Art. 15 [...]

§ 2° A reunião inaugural de inicio dos trabalhos da Comissão será devidamente lavrada em ata, oportunidade em que será efetuada a designação do Secretário, o apensamento de documentos, a definição de data para notificação e defesa do acusado sobre a instauração do processo, as comunicações aos setores de origem dos membros da comissão ao Colegiado do Conselho Tutelar, bem como ao Ministério Público.

LEIA-SE:

Art. 15 [...]

§ 2° A reunião inaugural de inicio dos trabalhos da Comissão será devidamente lavrada em ata, com a juntada de documentos, a definição de data para notificação e defesa do acusado sobre a instauração do processo, as comunicações aos setores de origem dos membros da comissão ao Colegiado do Conselho Tutelar, bem como ao Ministério Público.

ONDE SE LÊ:

Art. 16 Instaurado o processo administrativo, o Conselheiro Tutelar indiciado deverá ser notificado de que, no prazo de 10 (dez) dias, será ouvido pela comissão de ética, constando-se na notificação que o depoimento poderá ser apresentado por escrito.

LEIA-SE:

Art. 16 Instaurado o processo administrativo, o Conselheiro Tutelar indiciado deverá ser notificado de que, no prazo de até 10 (dez) dias, poderá apresentar a comissão de ética, defesa por escrito.

ONDE SE LÊ:

Art. 16 [...]

§ 4° O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito ao acusado trazê-lo por escrito.

LEIA-SE:

Art. 16 [...]

§ 4° O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo ilícito ao acusado trazê-lo por escrito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 12 de julho de 2021.

Resolução CMDCA n° 002, de 05 de julho de 2021.

CRIA COMISSÃO DE ÉTICA PARA O CONSELHO TUTELAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARLINDA/MT, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei n° 296/2005, conforme resolução 170/2014 do CONANDA artigos 41 ao 48.

Resolve:

Art. 1° Fica criada a Comissão de Ética para o Conselho Tutelar no âmbito do Município de Carlinda-MT.

Art. 2° A Comissão de Ética é um órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros Tutelares no exercício da função, e será composta por 03 (três) membros, sendo 02 (dois) do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1° A presidência da Comissão será indicada pelo Presidente do CMDCA ou por ele mesmo quando este compuser a comissão:

§ 2° Compete ao presidente da comissão:

a) Designar o (a) Secretária da comissão, observando que a designação deverá, preferencialmente, recair em um dos membros da comissão. b) Verificar a ocorrência de impedimentos ou de suspeições dos membros da respectiva comissão e efetuar a devida comunicação ao CMDCA, quando for o caso; c) Zelar para que os trabalhos da comissão, fiquem restritos à temática acusatória deduzida na resolução instauradora, bem como sejam realizados no prazo legalmente estabelecido; d) Comunicar ao Ministério Público a instalação da comissão; e) Solicitar ao CMDCA a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, caso seja necessário; f) Solicitar ao CMDCA a existência de novas irregularidades funcionais constatadas no acurso da apuração, que não guardem vinculação com as faltas que constituem o objeto do processo; g) Propor ao CMDCA e ao Conselho Tutelar, a título de medida cautelar, para que o servidor não influa na apuração da irregularidade, o afastamento do acusado do exercício do cargo; h) Denegar pedidos considerados impertinentes meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos; i) Se necessário, solicitar que as testemunhas ou o acusado procedam ao reconhecimento de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os atos ou fatos que estejam sendo apurados. O reconhecimento poderá ser indireto, por meio de fotografia, preferindo-se, no entanto, a forma direta ou a presença pessoal; j) Comunicar ao Conselho Tutelar sobre a instauração do processo administrativo e solicitar a medida cautelar de afastamento do cargo prevista nesta Resolução; k) Notificar o conselheiro indiciado da instauração do processo administrativo com os devidos motivos para, caso queira, apresente defesa por escrito em até 10 (dez) dias.

§ 3° Os trabalhos da Comissão serão desenvolvidos nas dependências da Prefeitura ou da Secretaria na qual o Conselho Tutelar estiver vinculado, cabendo a estes disponibilizar o local e fornecer o material e os equipamentos necessários.

§ 4 ° A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 5° Os representantes dos órgãos e entidades nominados no caput deste artigo serão por estes designados, a cada renovação de mandato do CMDCA, a contar da publicação desta Resolução, e nomeados por ato do Presidente do CMDCA, permitida uma recondução.

§ 6° Em caso de vacância, o órgão ou entidade de origem indicará um substituto para complementação do mandato.

§ 7° Considera-se impedido de integrar Comissão de Ética aquele que:

a) Seja cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau; b) Esteja sendo investigado em procedimento administrativo disciplinar; c) Esteja respondendo ou tenha sido condenado em processo criminal; d) Tenha interesse direto ou indireto na matéria objeto da investigação; e) Esteja litigando judicial ou administrativamente com o acusado ou respectivo cônjuge ou companheiro; f) Tenha participado de sindicância investigativa ou de sindicância disciplinar acusatória que eventualmente antecedeu o procedimento atual.

§ 8° Aquele que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao CMDCA, abstendo-se de atuar no processo observando, ainda, que a ausência de comunicação constitui falta grave para feito disciplinares.

§ 9° São circunstancias configuradoras de suspeição dos membros da comissão, as seguintes situações em relação ao acusado ou ao denunciante:

a) Amizade íntima ou inimizade notória com ele ou com seus parentes; b) Parentesco; c) Tiver com o denunciante compromissos pessoais ou comerciais como devedor ou credor.

§ 10 A designação para integrar a comissão de ética constrói encargo de natureza obrigatória, exceto nos casos de impedimentos e suspeições legalmente admitidos e os membros, uma vez designados, não poderão recusar e imotivadamente o encargo.

Art. 3° Compete à Comissão de Ética:

I – Conduzir processo administrativo para apurar eventual irregularidade cometida por Conselheiro Tutelar no exercício da função;

II – Emitir parecer conclusivo nos processos administrativos instaurados, encaminhando-o ao CMDCA para decisão, notificando o Conselheiro Tutelar indiciado;

Art. 4° Para efeito do inciso I do art. 3° desta Resolução é vedado ao Conselheiro Tutelar e constitui falta grave:

I – ausentar-se do serviço durante a sua jornada, sem prévia comunicação ao Colegiado do Conselho Tutelar a não ser em casos excepcionais, que deverão ser justificados no próximo dia útil;

II – Retirar sem prévia anuência do Colegiado do Conselho Tutelar ou encaminhar, qualquer documento ou objeto da repartição;

III – Recusar fé a documentos públicos;

IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto de trabalho;

VI – Delegar a pessoa estranha ao Conselho o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII – Coagir ou aliciar pessoas vinculadas ao Conselho a filiarem-se a partidos políticos;

VIII – Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

IX – Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;

X – Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XI – Proceder de forma desidiosa;

XII – Utilizar pessoal ou recursos materiais do Conselho em serviços ou atividades particulares;

XIII – Aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

XIV – Não tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa ia dos direitos da criança e do adolescente;

Art. 5° Poderão ser aplicadas aos Conselheiros Tutelares, de acordo com a gravidade da falta, observada esta Resolução, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Suspensão;

III – Perda do mandato.

Parágrafo único – Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária, decidir, com suporte no relatório conclusivo expedido pela Comissão de Ética, sobre a penalidade a ser aplicada.

Art. 6° Na Aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a criança ou para o adolescente ou para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 7° A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constantes no art. 4, incisos I a V e XI, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 8° A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertências e de violação dos incisos VI e X do art. 4 desta resolução, e que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de perda do mandato, não podendo a suspensão exceder de noventa dias.

Art. 9° O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 10 A perda do mandato será aplicado nos seguintes casos:

I – Condenação irrecorrível por crime ou contravenção penal;

II – Ausência injustificada a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato;

III – Abandono de cargo;

IV – Falta de assiduidade habitual;

V – Improbidade administrativa;

VI – Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição do Conselho;

VII – Insubordinação grave em serviço;

VIII – Ofensa física ou verbal, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima dessa própria ou de outrem;

IX – Aplicação irregular de dinheiros públicos;

X – Revelação de segredos do qual se apropriou em razão do cargo;

XI – Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XII – Transgressão dos incisos VIII, IX e XII do art. 4 desta Resolução.

Art. 11 A penalidade de perda do mandato deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal. Verificada a hipótese de aplicação de perda do mandato, o CMDCA expedirá Resolução declarando vago o cargo de conselheiro, situação em que o Prefeito Municipal nomeará o primeiro suplente.

Art. 12 O processo administrativo de que trata o inciso I do art. 3° desta Resolução, será instaurado pelo CMDCA, por denúncia de qualquer cidadão ou representação do Ministério Público.

§ 1° A denúncia poderá ser efetuada por qualquer cidadão ao CMDCA, desde que escrita, assinada, fundamentada e acompanhada das respectivas provas.

§ 2° As denúncias anônimas não serão aceitas pelo CMDCA.

§ 3° As denúncias poderão ser feitas durante todo o mandato do Conselheiro Tutelar.

§ 4° Quando a falta cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir delito, caberá a Comissão de Ética, concomitantemente ao processo administrativo, oferecer notícia do ato ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Art. 13 O processo administrativo é sigiloso, devendo ser concluído no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a sua instauração.

Parágrafo único – o prazo previsto nesse artigo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

Art. 14 Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro indiciado não venha influir na apuração da irregularidade, o CMDCA e a Comissão de Ética, sempre que julgar necessário, poderá solicitar ao Colegiado do Conselho Tutelar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, prorrogável uma vez por igual período.

Art. 15 Com a publicação da Resolução de instauração do procedimento começa a fluir o prazo fixado para a comissão designada concluir seus trabalhos.

§ 1° Os trabalhos da comissão terão inicio após a publicação da resolução de instauração, terminando com a apresentação do relatório ao CMDCA de Carlinda-MT.

§ 2° A reunião inaugural de inicio dos trabalhos da Comissão será devidamente lavrada em ata, com a juntada de documentos, a definição de data para notificação e defesa do acusado sobre a instauração do processo, as comunicações aos setores de origem dos membros da comissão ao Colegiado do Conselho Tutelar, bem como ao Ministério Público.

§ 3° As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 16 Instaurado o processo administrativo, o Conselheiro Tutelar indiciado deverá ser notificado de que, no prazo de até 10 (dez) dias, poderá apresentar a comissão de ética, defesa por escrito.

§ 1° A notificação deverá conter exposição sucinta dos fatos ou ser acompanhada de cópias dos documentos que deram origem ao procedimento.

§ 2°Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será notificado, publicamente em jornal de grande circulação na localidade, para prestar depoimento.

§ 3° O não comparecimento injustificado do indiciado à audiência determinada pela Comissão de Ética, implicará na continuidade do processo administrativo.

§ 4° O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo ilícito ao acusado trazê-lo por escrito.

§ 5° Antes de iniciar o interrogatório, deverá ser informado ao acusado do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem reformuladas. Aquelas que o acusado deixar de responder e as razões que invocar para não fazê-lo deverão ser consignadas em ata.

§ 6° O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento da autoridade julgadora.

§ 7° O procurador do acusado, se houver, poderá assistir ao interrogatório, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-lo por intermédio do presidente da comissão.

§ 8° Sempre que o acusado desejar, a este será facultado o direito de solicita juntada de documentos, de formular perguntas ou o que lhe parecer conveniente à sua defesa, desde que guardada pertinência com os fatos em apuração. A solicitação poderá ser inserida no próprio termo de interrogatório ou apresentada em documento à parte, cabendo ao presidente da comissão, em decisão devidamente fundamentada, deferir ou indeferir o pedido.

§ 9° As respostas do acusado serão reproduzidas a termo, que ao final, será lido, rubricado em todas as suas folhas e assinado pelos integrantes da comissão, pelo acusado e pelo seu procurador, se houver.

Art. 17 Tendo o indiciado deixado de comparecer, injustificadamente, à audiência prevista no art. 15 desta Resolução, este terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, sendo-lhe facultada consulta aos autos.

§ 1° Na defesa prévia devem ser anexados documentos, as provas a serem produzidas, bem como apresentando o rol de testemunhas a serem ouvidas, no máximo de 3 (três) por fato imputado.

§ 2° Considera-se-á revel o indiciado que, regularmente notificado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 3° A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 4° Para defender o indiciado, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

Art. 18 Ouvi-se-ão, pela ordem, as testemunhas de acusação e defesa.

§ 1° As testemunhas de defesa deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, sendo que a falta injustificada das mesmas não obstará o prosseguimento da instrução.

§ 2° A Comissão poderá ouvir outras testemunhas, quando entender necessário, não indicadas pelas partes.

§ 3° A testemunha prestará depoimento do que lhe for perguntado e do que souber a respeito dos fatos objeto de apuração, devendo declarar seu nome, idade, estado civil, residência, profissão, se é parente, e em que grau, do acusado, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

§ 4° O registro das declarações será conduzido de forma a garantir a concatenação lógica na exposição dos fatos, com descrição das circunstâncias que se fizerem necessárias ao conhecimento da verdade.

§ 5° Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 6° Ao final do depoimento, o Presidente da Comissão franqueará a palavra ao depoente, para que, se desejar, alegue algo mais, que seja pertinente com o objeto da sindicância.

§ 7° Terminado o depoimento, será feita a leitura do termo, a fim de possibilitar as retificações cabíveis, que deverá ser assinado ao final, bem como rubricadas todas as suas folhas, pela testemunha, pelos integrantes da comissão e pelo acusado, se presente, se a testemunha não souber assinar, ou não puder fazê-lo, o presidente pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de ambos.

§ 8° É facultado à testemunha solicitar cópia do termo de depoimento, que deverá ser fornecida ao término deste.

Art. 19 Ocorrendo contradição ou divergências ente os depoimentos, a Comissão procederá à acareação, buscando esclarecer a verdade.

§ 1° Constatada a divergência, o presidente da comissão intimará os depoentes cujas declarações seja divergentes, indicando local, dia e hora para acareação.

§ 2° As declarações prestadas pelos acareandos deverão versar apenas sobre os pontos divergentes e serão consignadas em termo de acareação.

§ 3° A acareação poderá ser utilizada entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusados e, também, entre o acusado e o denunciante, se for o caso.

§ 4°A acareação, as divergências devem ser explicadas pormenorizadamente, colocando-se os acareandos frente a frente, observando que as afirmações discordantes devem ser repetidas pelos acareandos e consignados no respectivo termo, não devendo constar, simplesmente, que foram mantidas as declarações anteriores.

§ 5° A comissão deverá inserir no termo de acareação todas as circunstâncias que possam contribuir para formação de um juízo, em concomitância com os outros elementos probatórios trazidos aos autos.

§ 6° Se ausente algum dos intimados para a acareação, ao que estiver presente será dado conhecer os pontos de divergência, consignando-se o que explicar ou observar.

Art. 20 Se a Comissão verificar a necessidade de colher elementos ou esclarecer algum fato ou registro promoverá diligência, que poderá ser efetuada por um ou mais componentes da Comissão.

§ 1° O acusado deverá ser notificado da realização da diligência com antecedência de 3 (três) dias úteis.

§ 2° A realização de diligência constará de termo específico, a ser assinado por quem se desincumbiu da tarefa.

Art. 21 Concluída a fase introdutória, dar-se-à vistas dos autos ao indiciado ou ao seu procurados para produzir alegações finais, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 22 Expirado o prazo fixado no art. 13 desta Resolução a Comissão de Ética terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para concluir o processo administrativo, sugerindo o seu arquivamento ou a aplicação de penalidade pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1° A Comissão elaborará relatório minucioso onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para forma a sua convicção, indicando, inclusive, as folhas do processo onde se encontram.

§ 2° Na hipótese de arquivamento, só será instaurado novo processo administrativo sobre o mesmo fato, se este ocorrer por falta de provas, expressamente manifestada no parecer final da Comissão de Ética, ou surgir fato novo.

Art. 23 Da decisão que aplicar a penalidade, haverá comunicação ao Poder Executivo Municipal e à Promotoria da Infância e da Juventude.

Parágrafo único – Quando se tratar de denúncia formulada por particular, este deverá ser cientificado da decisão final exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24 O Conselheiro poderá recorrer da decisão, por meio de recurso fundamentado dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contando da intimação da decisão.

Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo Municipal terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar pela procedência ou não do recurso.

Art. 25 Após o término do procedimento administrativo disciplinar, inclusive com decisão da autoridade competente para aplicar a punição, a Comissão remeterá cópia dos autos, com parecer conclusivo, ao representante do Ministério Público.

Art. 26 Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo administrativo de que trata esta Resolução, no que couber, as regras norteadoras do processo disciplinar previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal de Carlinda, do processo civil, do código penal e da Resolução n° 170 da CONANDA.

Art. 27 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlinda, 05 de julho de 2021.

Rosileide Vecchia Pinho

Presidente do CMDCA/Carlinda-MT

EDITAL DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2021

EDITAL DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

N° 003/2021

A Prefeita Municipal de Carlinda-MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Declaração da Comissão Seletiva do Processo Seletivo Simplificado 2021, edital de seleção n° 003/2021, que transcreve que **NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS** para o referido processo seletivo, determina:

a) o ENCERRAMENTO do Processo Seletivo Simplificado que seria realizado com fundamento no Edital nº 003/2021 de 07 de junho de 2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.747, páginas 199 a 208, de 11 de junho de 2021, com vistas à contratação de Farmacêutico por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 1.261/2021.

Carlinda-MT, 12 de julho de 2021.

Carmelinda Leal Martines Coelho

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 032/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADA: C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME CNPJ 34.134.962/0001-55

OBJETO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA 10.000 (DEZ MIL) LITROS.

VIGÊNCIA: ate 22/07/2021.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 61/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 21/2021**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**T.N. COSTA COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA ME** cadastrada no **CNPJ N°: 19.813.746/0001-42;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 17.496,54 (Dezessete mil e quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 21/06/2021 A 21/08/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 21/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 60/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 20/2021**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**ROTA SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI ME** cadastrada no **CNPJ N°: 19.554.904/0001-97;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE TERMOMETROS INFRAVERMELHO PARA USO NAS ESCOLAS E ONIBUS ESCOLARES NO RETORNO AS AULAS, MEDIANTE PROJETO APRESENTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO AMPARADA PELA PORTARIA Nº1857/2020 PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 4.824,00 (Quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais).

VIGÊNCIA: 18/06/2021 A 18/08/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 59/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: **Dispensa 19/2021**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**GRÁFICA E EDITORA GERDAN LTDA EPP** cadastrada no **CNPJ N°: 86.939.964/0001-15;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) ADESIVOS EDUCATIVOS DE DISTANCIAMENTO E 25 (VINTE E CINCO) UNIDADES DE CARTAZES ORIENTATIVOS PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO RETORNO AS AULAS, MEDIANTE PROJETO APRESENTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO AMPARADA PELA PORTARIA Nº1857/2020 PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 2.740,00 (Dois mil e setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 18/06/2021 A 18/08/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Presidente da CPL

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 48/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 34/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **ARUANAS INFORMATICA LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **40.735.739/0001-66;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$111.189,60(Cento e onze mil e cento e oitenta e nove reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 01/07/2021 a 01/07/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 01/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 49/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 34/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **OLMI INFORMATICA LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **00.789.321/0001-17;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR: R$ 355.825,50(Trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 01/07/2021 a 01/07/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 01/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 50/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 34/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **08.710.871/0001-00;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR: R$ 172.420,00(Cento e setenta e dois mil e quatrocentos e vinte reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 01/07/2021 a 01/07/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 01/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 51/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 36/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **15.371.628/0001-70;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR: R$ 55.145,00(Cinquenta e cinco mil e cento e quarenta e cinco reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 08/07/2021 a 08/07/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 52/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 36/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANNA LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **78.688.660/0001-02;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR: R$ 61.120,00(Sessenta e um mil e cento e vinte reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 08/07/2021 a 08/07/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 47/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 33/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **07.489.111/0001-52;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO – EAI, EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C E EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO**

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA-MT;

VALOR:R$ 656.900,00(Seiscentos e cinquenta e seis mil e novecentos reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 24/06/2021 a 24/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 24/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 46/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 32/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF sob n° 01.976.860/0048-91;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS EM TIP TOP DE PNEUS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 221.400,00(Duzentos e vinte e um mil e quatrocentos reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 22/06/2021 a 22/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 45/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 32/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **JOSE MARGREITER ME,** cadastrada no CNPJ/MF sob o nº **10.991.187/0001-96;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS EM TIP TOP DE PNEUS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 246.230,00(Duzentos e quarenta e seis mil e duzentos e trinta reais.)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 22/06/2021 a 22/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 22/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2021

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2021

Texto:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 44/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 31/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **W.FELFILI ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **10.628.859/0001-01;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - 15/06/2021 a 15/06/2022

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 63/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial n.º 35/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **JOSÉ FERREIRA DA SILVA**, maior, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n.º 450 346, e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **329.673.731-68;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SEMINOVA, ANO A PARTIR DE 2014, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13.780KG, POTÊNCIA BRUTA DO MOTOR NÃO INFERIOR A 97HP PARA A ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DA PREFEITURA DE CASTANHEIRA - MT;**

VALOR:R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)

VIGÊNCIA: 08/07/2021 A 31/12/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 62/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**EXTRA MÁQUINAS S.A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.293.041/0002-22**;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA, PESO OPERACIONAL ENTRE 14.000 E 16.000 KG, COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA ENTRE 100 A 120 HP, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO MAPA – PLATAFORMA + BRASIL Nº 892121/2019, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais).

VIGÊNCIA: 26/06/2021 A 31/12/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 26/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2021

Texto:

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 58/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: **Pregão Presencial nº 31/2021**

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO:**W. FELFILI ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ/MF** sob n° **10.628.859/0001-01;**

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO;**

VALOR:R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 15/06/2021 A 31/12/2021

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 077/2021

PORTARIA N° 077/2021

DISPÕE SOBRE O GOZO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - EXERCÍCIO 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos ao gozo de férias adquirida pelos servidores públicos que compõem o quadro do Poder Executivo Municipal, com fulcro na Lei n° 581/1991 - Estatuto dos Servidores Públicos de Chapada dos Guimarães;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer que as férias referentes ao período aquisitivo de **2021,** do servidor efetivo que integra o quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, deverão ser usufruídas conforme disciplinado nesta Portaria.

Art. 2º. Nas unidades escolares da rede municipal de ensino e nas unidades desconcentradas, as férias serão usufruídas de forma coletiva;

Parágrafo único. Excetuam-se do caput desse artigo, os servidores que constam nas seguintes situações: lotados nas demais secretarias, que desempenham cargos de chefia, função de confiança e assessoramento devendo estes ter **o usufruto de férias individuais.**

Art. 3º Caberá ao DRH lançar, até **19/07/2021,** o usufruto de **férias coletivas** *de todos Professores efetivos* atribuídos em sua unidade de ensino, inclusive readaptados, permutados e em cooperação técnica, bem como registrar no Sistema da COPLAN, até a data de **15/07/2021**, o usufruto de **férias individuais** dos servidores lotados nas Secretarias Municipais, possibilitando assim o pagamento do adicional de férias, sob pena de responsabilização do não pagamento do benefício e da não publicação da escala anual de férias no Diário Oficial da AMM.

§ 1º. A chefia imediata deverá garantir que todos os servidores que possuam férias a usufruir, estejam inclusos na escala anual de férias, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º. Todos os servidores que ocupam o cargo de confiança de Diretor e Coordenador escolar, deverão ter suas férias registradas como individuais e usufruí-las regularmente, no decorrer do ano letivo.

§ 3º. O servidor efetivo que permanecer em exercício no período de férias coletivas, conforme descrito no parágrafo único do artigo 2° desta Portaria, deverá usufruir suas férias regulamentares no decorrer do ano letivo**.**

§ 4º. Para os servidores que usufruirão de férias individuais, o lançamento deverá ser registrado com data após o período aquisitivo completo.

§ 5º. O servidor, cujo evento de férias inserido no Sistema Coplan já estiver (implantado em folha), **deverá usufruir suas férias impreterivelmente na data registrada.**

Art. 4º. Para o servidor que se encontrar em situação de Licença Saúde e Licença para Tratamento de Pessoa da Família contínuas ou Aguardando Aposentadoria por Invalidez, **não deverá ser registrado** no Sistema Coplan o usufruto de férias coletivas e/ou individuais, para **que não haja concomitância de eventos**.

Art. 5º. Durante a cessão, requisição ou afastamento decorrente de licença ou dispensa para qualificação profissional, de licença para o desempenho de mandato classista, de licença para desempenho de cargo em associação, de licença para desempenho de função em fundação e de afastamento para estudo, considerados por lei como tempo de efetivo exercício, o servidor deverá usufruir todas as férias.

Art. 6º. As Secretarias Municipais deverão elaborar a escala de férias de todos os profissionais lotados em sua unidade, e encaminhar, juntamente com C.I. de autorização da chefia imediata, para o Departamento de Recursos Humanos - DRH, via processo físico protocolado até o dia **15/07/2021.**

Parágrafo único. As Secretarias Municipais poderão liberar até 40% (quarenta por cento) dos profissionais de cada setor, conforme escalas encaminhadas ao Departamento de Recursos Humanos - DRH, mediante protocolo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º. Solicitações de alteração na escala de férias, deverão ser encaminhadas ao DRH, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência ao início de usufruto.

Parágrafo único. Serão alterados apenas os casos em que o usufruto de férias **não esteja** com o adicional de 1/3 (um terço) implantado em folha

de pagamento e que apresentem justificativa a ser analisada pela Administração.

Art.8º. Os períodos registrados no Sistema CONPLAN, não poderão ser alterados sem prévia análise e autorização do Gabinete, sob pena de responsabilização no que couber, a quem der causa ao descumprimento da Portaria vigente.

Art. 9º. Todos os agendamentos de usufruto de férias deverão seguir as orientações elencadas nos Art.º 2º, 3º, 6º, 7º e 8º desta Portaria. As programações realizadas por outro meio não serão consideradas como agendamento para o DRH, durante a vigência desta Portaria.

Art. 10. Os casos omissos deverão ser encaminhados para a Secretaria Municipal de Administração, para apreciação e deliberação, mediante protocolo.

Art. 11. O servidor que tiver 02 (duas) ou mais, férias acumuladas na data da publicação desta Portaria, deverá protocolar o agendamento do seu usufruto, até **30 de agosto de 2021**, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para o gozo ainda no exercício de 2021.

Paragrafo único. Se o servidor não efetuar o agendamento, no prazo estipulado no caput deste artigo, a Administração efetuará o agendamento de ofício.

Art. 12. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, Em Chapada dos Guimarães/MT, 17 de junho de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI N.º 1894 DE 08 DE JULHO DE 2021

LEI N.º 1894 DE 08 DE JULHO DE 2021

Autoria: Vereadoras **FABIANA ADVOGADA E PROFESSORA ROSA LISBOA**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR O ESTUDO DA "CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988" NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais: faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Chapada dos Guimarães MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada no município de Chapada dos Guimarães, a semana da Constituição Federal de 1.988, a ser viabilizada nas escolas municipais, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, sempre na primeira semana do mês de outubro de cada ano.

Art. 2º As equipes administrativas e pedagógicas das escolas definirão com o corpo docente as séries da educação básica em que serão desenvolvidos o estudo e a apresentação da "Constituição Federal de 1988".

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 08 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 288/GP/2021 A 297

Portaria nº 288/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª PEDROLINA BENEDITA DE OLIVEIRA,** portadora do RG nº 06390722 e CPF nº 000.973.501-17, na função de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 01/11/2013 a 01/11/2018, conforme autorização no **processo 3856/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 12/07/2021 e término em 09/10/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 11/10/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 12/07/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO Prefeito Municipal

Portaria nº 289/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª ANA MARIA ALVES DA SILVA,** portadora do RG nº 222720 e CPF nº 208.351.671-00, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 01/03/2013 A 01/03/2018, conforme autorização no **processo 4009/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 20/07/2021 e término em 17/10/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 18/10/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/07/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 290/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ROSILENE BARBOSA DA COSTA,** portadora do RG nº 13597400 e CPF nº 919.719.341, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,30 (trinta) dias de férias, referente ao **Ano**

Letivo de 2011, conforme autorização no **processo 3818/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 20/08/2021 e término em 18/09/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 20/09/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/08/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 291/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ROSILENE BARBOSA DA COSTA,** portadora do RG nº 13597400 e CPF nº 919.719.341, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, conforme autorização no **processo 3817/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 20/09/2021 e término em 18/12/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 20/12/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 292/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª LUCINEIDE LOURENCO DE OLIVEIRA,** portadora do RG nº 10757724 e CPF nº 783.691.341-49, na função de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 18/01/2014 a 18/01/2019, conforme autorização no **processo 3763/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 01/09/2021 e término em 29/11/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 30/11/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 293/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal Efetivo **Sr.º HELIOMAR SIQUEIRA SALES,** portador do RG nº 10446338 e CPF nº 785.526.211-34, na função de PROFESSOR II 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 01/03/2009 a 01/03/2014, conforme autorização no **processo 3785/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 17/09/2021 e término em 15/12/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 16/12/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 17/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 294/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª MARIA LUCIA FERREIRA DE FREITAS,** portadora do RG nº 0912997-9 e CPF nº 626.879.721-34, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 02/02/2004 a 02/02/2009, conforme autorização no **processo 3997/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 20/09/2021 e término em 18/12/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 20/12/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 295/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ROSIMARY ROMUALDO DA SILVA,** portadora do RG nº 02978369 e CPF nº 931.897.701-82, na função de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETA-

RIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 01/09/2008 a 01/09/2013, conforme autorização no **processo 3947/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 20/09/2021 e término em 18/12/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 20/12/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/09/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 296/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal Efetivo **Sr.º JORGE LUIZ MEDEIROS TOSTES,** portador do RG nº 126004447 e CPF nº 362.250.961-91, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 03/09/2003 a 03/09/2008, conforme autorização no **processo 3864/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 03/08/2021 e término em 31/10/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 01/11/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/08/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 297/GP/2021

Em, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª LADY MARY APARECIDA DA SILVA,** portadora do RG nº 12707767 e CPF nº 906.610.441-49, na função de APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **180** (cento e cinquenta) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de **01/09/2008 a 01/09/2018**, conforme autorização no **processo 3684/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 12/07/2021 e término em 07/01/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 10/01/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 12/07/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI N.º 1895 DE 08 DE JULHO DE 2021

LEI N.º 1895 DE 08 DE JULHO DE 2021

Autoria: Vereador **BOZÓ – PTB**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE EM PUBLICAR EM LOCAL VISÍVEL, OS RECURSOS ORIUNDOS DE MULTA DE TRÂNSITO APLICADAS NESTE MUNICÍPIO E/OU DO GOVERNO DO ESTADO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais: faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Chapada dos Guimarães MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica assegurada a divulgação de demonstrativo de arrecadação e destinação dos recursos decorrentes das multas de trânsito aplicadas no Município de Chapada dos Guimarães/MT.

Art. 2° - A divulgação será feita, semestralmente na página principal do site oficial da prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT.

Art. 3° - Os demonstrativos deverão conter:

I - Quantidade de multas de trânsito aplicadas, mensalmente, classificadas pelo tipo de infração cometida;

II - Valor total arrecadado, mensalmente, com multas de trânsito e;

III – Onde fora aplicado o montante arrecadado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 08 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 084 DE 12 DE JULHO DE 2021

DECRETO Nº 084 DE 12 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a Estabilidade dos servidores públicos municipais de Chapada dos Guimarães/MT, e da outras providências;

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO que no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ficou assegurado aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos +na forma regulada no art. 37 da Constituição, a estabilidade no serviço público;

CONSIDERANDO que o tempo de serviço dos servidores será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei;

CONSIDERANDO que os servidores qualificados abaixo não se enquadram na vedação do §2º do art. 19 ADCT, que dispõe sobre a não aplicabilidade aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo

de serviço não será computado para os fins do caput deste artigo, exceto se se tratar de servidor;

CONSIDERANDO que foi constatado nos arquivos da administração pública a permanência dos 05 (cinco) anos continuados antes da promulgação da Constituição federal de 1988;

CONSIDERANDO a formalização tardia do ato administrativo;

CONSIDERANDO o cumprimento das exigências e tramites legais para a realização do ato;

D E C R E T A:

Artigo 1º. Ficam declarados estáveis no serviço público municipal, nos termos do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os servidores abaixo qualificados:

NOME	CPF	ADMISSÃO
EVILÁSIO CERQUEIRA CALDAS	173.391.971-68	02/03/1983
JOSE MARIA DA SILVA	207.123.831-15	13/12/1978
JOSE ROMILDO DE FREITAS	197.379.201-04	20/04/1983

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrarias.

Chapada dos Guimarães – MT, 12 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 280/GP/2021

Portaria nº 280/GP/2021

Em, 05 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

I - CONCEDER – À Prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª GIOMARA PRISCILLA FERREIRA BULHOES,** portadora do RG nº 2066103-7 e CPF nº 051.498.441-44, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade de acordo com o artigo 215 da Lei Municipal 581/91 e em conformidade com a Lei Municipal 1364/2009 e o artigo 1º da Lei Federal 11.770/2008 e ***processo 3922/2021***.

II – A referida licença foi expedida pela Médica *Dr.ª Fernanda Nascimento - CRM/MT 6439*.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 17/06/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 281/GP/2021

Em, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª BELAMILZA ALVES DA SILVA,** portadora do RG nº 487420 e CPF nº 931.974.461-00, no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASS. FUNDIARIOS, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de **08/12/2009 a 08/12/2014**, conforme autorização no processo 3925/2021, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 12/07/2021 e término em 09/10/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 11/10/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 12/07/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 282/GP/2021

Em, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º ASSIOLI MARTINS DE CASTRO,** portador do RG nº 414426 e CPF nº 304.430.751-15, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 08/02/2004 a 08/02/2009, conforme autorização no **Oficio nº 423/2021/SME**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 01/11/2021 e término em 29/01/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/11/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 283/GP/2021

Em, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º ASSIOLI MARTINS DE CASTRO,** portador do RG nº 414426 e CPF nº 304.430.751-15, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 08/02/2009 a 08/02/2014, conforme autorização no **Oficio nº 423/2021/SME**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 30/01/2022 e término em 29/04/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 30/01/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 284/GP/2021

Em, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º ASSIOLI MARTINS DE CASTRO,** portador do RG nº 414426 e CPF nº 304.430.751-15, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 08/02/2014 a 08/02/2019, conforme autorização no **Oficio nº 423/2021/SME**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 30/04/2022 e término em 28/07/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 29/07/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 30/04/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 285/GP/2021

Em, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º ASSIOLI MARTINS DE CASTRO,** portador do RG nº 414426 e CPF nº 304.430.751-15, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,30 (trinta) dias de férias, referente ao período de **2016**, conforme autorização no **Oficio nº 423/2021/SME**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 29/07/2022 e término em 27/08/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 29/08/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 29/07/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 07 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 286/GP/2021

Em, 08 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Eletiva **Sr.ª THAYS OLIVEIRA DE ARAUJO,** portadora do RG nº 23993308 e CPF nº 045.635.471-90, na função de CONSELHEIRA TUTELAR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,30 (trinta) dias de férias, referente ao período de **09/01/2020 a 09/01/2021**, conforme autorização no **C.I. nº 502/2021/SMAS**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/07/2021 e término em 08/08/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 09/08/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 10/07/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 08 de julho de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 005//2021/PREVI-SERV - SRA. IVETE SOUZA MIRANDA

PORTARIA N.º 005//2021/PREVI-SERV

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora**Sra.Ivete Souza Miranda.***

O Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Chapada dos Guimarães - PREVI-SERV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando odisposto no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal e art. 92, inciso I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.606/2014, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. IVETE SOUZA MIRANDA**, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 0568086-7 SESP/MT e do CPF nº 393582321-53, residente e domiciliada nesta municipalidade, servidora Efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "08" 30 horas, devidamente matriculada sob o nº 58, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contando com 25 anos e 03 meses e 08 dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do PREV-SERV nº. **2021.04.00006P**, a partir de **09/07/2021** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09 de julho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Chapada dos Guimarães/MT, 09 de Julho de 2021.

MARCOS SOARES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, com fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006 Lei Municipal Complementar 014/2013, e demais legislação pertinente, resolve TORNAR PÚBLICO o presente **EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS** que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da legislação federal e municipal vigentes e pertinentes.

Art. 1º - Defere-se as inscrições dos candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital.

Claudia-MT, dia 12 de julho de 2021.

Altamir Kurten Dalila Marques Tributino

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

ANEXO I

	ENGENHEIRO CIVIL-40 HORAS					
Nº Insc	**NOME COMPLETO**	**CPF**	**RG**	**DATA DA INSCRIÇÃO**	**PIS/PASEP**	**PCD**
01	CHARLES FAGNER RIFELL	073.674.249-20	4.256293 SSP/SC	05/07/2021	20669273664	NÃO
02	HENRIQUE BELTRAMELO HENICKA	054.099.791-92	2484405-5 SSP/MT	05/07/2021	21045802567	NÃO
03	LEONARDO CARFI	045.921.811-58	2306328-9 SSP/MT	06/07/2021	20674162905	NÃO
04	DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS FIGUEIREDO	051.344.321-55	2515762-0 SSP/MT	08/07/2021	20664103795	NÃO
05	VANUSA LODI	001.192.211-79	14415607 SSP/MT	08/07/2021	11972318041	NÃO
06	GABRYELLE PEZZI MARINA	043.428.701-69	2156240-7 SSP/MT	08/07/2021	15139587037	NÃO
07	WESLEI DELUCAS BETINE RONQUIM	062.159.481-44	2498429-9 SSP/MT	08/07/2021	14013818902	NÃO
08	ROBERTO NAVARRO PERES DE FREITAS	325.894.998-09	43.096.499-7 SSP/MT	08/07/2021	12776680149	NÃO
09	HEYTOR DONIZETTI PEREIRA ALVES	008.791.561-80	1989078-8 SSP/MT	08/07/2021	16829521697	NÃO
10	ISABELLA LAISSA FARIAS	031.562.681-00	2241638-2 SSP/MT	08/07/2021	26791289030	NÃO
11	JHONY NORBERTO SOBRINHO	061.500.331-12	2848158-5 SSP/MT	08/07/2021	26861976561	NÃO
12	GISLAINE ANDERLEIA PUTON MENIN	003.738.751-00	2309713-2 SSP/MT	09/07/2021	20793932232	NÃO
13	FELIPE FAUSTINO KUNZ	047.549.841-02	2425996-9 SSP/MT	09/07/2021	26810133044	NÃO
14	CAROLINE GUILHERME SCARSI	014.363.401-10	1811664-7 SSP/MT	09/07/2021	11997958435	NÃO
15	EDUARDO HENRIQUE BEHNE COELHO	033.072.541-62	2232361-9 SSP/MT	09/07/2021	21049249544	NÃO
16	LETICIA DE OLIVEIRA DIEL	047.331.621-89	2045279-9 SSP/MT	09/07/2021	26826315414	NÃO
17	HIGOR AUGUSTO FERNANDES DA GUIA	000.754.871-01	1420915-2 SSP/MT	09/07/2021	12763886401	NÃO

Altamir Kurten Dalila Marques Tributino

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA Nº. 022/2021, DE 24 DE JUNHO DE 2021.

PORTARIA Nº. 022/2021, DE 24 DE JUNHO DE 2021.

Designa servidores para Comissão de Administração de Bens Patrimoniais - CABP e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE – MT,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a **Comissão de Administração de Bens Patrimoniais – CABP** para levantamento histórico-físico e reavaliação do Ativo Permanente do Município de Cocalinho – depreciação e declaração de inservíveis dos bens móveis e valorização dos bens imóveis, composta pelos servidores: **GILCIMAR BASÍLIO DE SOUZA, PAULINO TENÓRIO LEITE e CELSO AGUIAR FIGUEIRAO,** sob a Presidência do primeiro.

Parágrafo único. O levantamento a que se refere o artigo constará no Balanço Geral do Exercício de 2021, devendo a Comissão, emitir um laudo conclusivo o para constar na referida peça contábil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PORTARIA DP/PREF. Nº 5625 DE 12 DE JULHO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5625 DE 12 DE JULHO DE 2.021

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS **DA LEI MUNICIPAL 056 ART.102 E 105;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Prêmio** ao servidor Sr. **FRANCISCO ROSA LEITE,** funcionário efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS- CPE**, lotado junto a Secretaria Municipal de **Transporte Obras e Serviços Urbanos,** em regime **estatutário**, sendo 90 (noventa) dias, a iniciar no dia **12 de julho de 2.021** e finalizando no dia **09 de outubro de 2. 021,** pelos períodos aquisitivos de **01 de julho de 2.014 a 30 de junho de 2.019,** de acordo com as formalidades legais, especialmente o **Estatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2019.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE COCALINHO E A EMPRESA SAJU CONSTRUTORA LTDA, PARA A CONSTRUÇÃO ASFALTICA DE VIAS URBANAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E PROJETO BASICO.

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal **Marcio Conceição Nunes de Aguiar**, portador da Cédula de Identidade — Registro Geral Nº 17.342.694 SSP-MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 014.711.191-18, residente e domiciliado nesta cidade de Cocalinho, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SAJU CONSTRUTORA LTDA** , CNPJ: 07.485.875/0001-70, com sede na Rua 20 quadra 02, S/Nº , lote 10, Goianinha, na cidade de Palmeiras - Goiás, Cep: 76.190-000, representada neste ato pelo senhor SAMUEL MARQUES, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, natural de palmeiras –GO, portador do Rg. 4.592.113 DGPC-GO e do CPF. 004.671.151-17, doravante denominado **CONTRATADA,** resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo do Contrato nº 068/2019 nos termos da Tomada de Preço nº 006/2019 e Lei 8.666/93 e de acordo com os contratos de repasses do MDR/CEF nºs:866490/2018 (operação nº1053552-04) mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Consiste o objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de execução da obra de pavimentação de asfáltica, objeto do Contrato 068/2019, pelo período de 06 (seis) meses, cuja vigência se estenderá de 13 de fevereiro de 2021 até 12 de agosto de 2021.

1.2 – As demais cláusulas permanecem inalteradas

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT, 09 de fevereiro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPIO DE COCALINHO – MT.

CONTRATANTE

_____

SAJU CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.485.875/0001-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: **NOME:** **RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:.....**	**NOME:** **RG Nº:** **CPF Nº:** **ASSINATURA:.....**

PORTARIA DP/PREF. Nº 5627 DE 12 DE JULHO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5627 DE 12 DE JULHO DE 2.021

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS **DA LEI MUNICIPAL 056 ART.102 E 105;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Prêmio** ao servidor Sr. **ISMAEL BATISTA MARCILIO,** funcionário efetivo no cargo de **Braçal- CPE**, lotado junto a Secretaria Municipal de **Transporte Obras e Serviços Urbanos,** em regime **estatutário**, sendo 90 (noventa) dias, a iniciar no dia **01de julho de 2.021** e finalizando no dia **28 de setembro de 2.021,** pelos períodos aquisitivos de **02 de junho de 2.012 a 01 de junho de 2.017,** de acordo com as formalidades legais, especialmente o **Estatuto dos Funcionários Públicos e o Quadro de Pessoal do Município.**

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

RESOLUÇÃO Nº 22/2021-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

Lei Municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005

RESOLUÇÃO Nº 22/2021

Aprovar Plano de Aplicação:

De emenda Parlamentar de Investimento Recurso de emenda Parlamentar Estadual nº 134 Deputado Estadual Dr. Eugênio

O **Plenário do Conselho Municipal de Saúde**, em reunião Extraordinária, realizada no dia **12 de Julho de 2021**, no uso de suas atribuições conferidas pela **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1.990** e pela **Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1.990.**

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005.

CONSIDERANDO o Regimento Interno.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 12 de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o ***Plano de Aplicação de emenda Parlamentar de Investimento Recurso de emenda Parlamentar Estadual nº 134 Deputado Estadual Dr. Eugênio, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).***

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cocalinho, 12 de Julho de 2021.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

_____

Arthur Oliveira Nonato

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 23/2021-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCALINHO-MT

Lei Municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005

RESOLUÇÃO Nº 23/2021

Aprovar Plano de Aplicação:

De emenda Parlamentar de Investimento Recurso de emenda Parlamentar Federal - nº da Proposta 13915.490000/1210-01

O **Plenário do Conselho Municipal de Saúde**, em reunião Extraordinária, realizada no dia **12 de Julho de 2021**, no uso de suas atribuições conferidas pela **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1.990** e pela **Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1.990.**

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 509 de 05 de dezembro de 2.005.

CONSIDERANDO o Regimento Interno.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 12 de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o ***Plano de Aplicação: De emenda Parlamentar de Investimento Recurso de emenda Parlamentar Federal Deputado Federal Dr. Leonardo - Proposta nº 13915.490000/1210-01, no valor R$ 234. 364,00 (Duzentos e trinta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais), para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.***

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cocalinho, 12 de Julho de 2021.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

_____

Arthur Oliveira Nonato

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA DP/PREF. Nº 5626 DE 12 DE JULHO DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5626 DE 12 DE JULHO DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30** (trinta) dias de férias e o recebimento de **1/3** (um terço) em espécie, para o servidor Sr. **CLAUDIO ANTONIO DA SILVA**, efetivo no cargo de **ELETRICISTA- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Transportes Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **02 de julho de 2.021** finalizando no dia **31 de julho de 2. 021**. Pelo período aquisitivo de **01 de julho de 2.018 a 30 de junho de 2. 019**, data de tua **reintegração**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021

Objeto	**Contratação uma empresa especializada que forneça os diferenciais para 02(dois) ônibus Escolar Placa NPL 6681, NPG.9986, do municipio de Cocalinho-MT.**
Favorecido	TAI PEÇAS AUTO PEÇAS LTDA, portador do cnpj 04.227. 618/0001-40, representada neste ato pelo sr°. Jose Eustáquio Pinto portador do CPF 363.175.861-87 e Rg.1634216 SESP GO, atende a todas as exigências dos serviços ora mencionados.
Prazo de execução	13/07/2021 a 23/07/2021
Valor global	R$ 15.600,00
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. E Decreto Federal nº 9.412/2018
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 014/2021 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cocalinho – MT, 12 de julho de 2021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
OFÍCIO Nº 330/2021/SME COLÍDER, 08 DE JULHO DE 2021.

Senhor Secretário:

Solicitamos a publicação de licença prêmio e férias dos profissionais da educação:

LICENÇA PRÊMIO

Escola Gustavo Guaragni Vieira da Silva

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Maria do Carmo dos Santos	Professor	03/08/21 a 19/08/21	17	2012/2017
2. Silvania Rodrigues Salomão	TDI	02/08/21 a 31/08/21	30	2011/2016

Escola Atalaia

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Marcia Rodrigues da Silva	TDI	10/08/21 a 23/09/21 24/09/21 a 22/12/21	45 90	2007/2012 2012/2017
2. Pamella da Rocha Lima	TAE	11/08/21 a 08/11/21	90	2011/2016
3. Raquel Palhares da Silva Oliveira	Professor	03/08/21 a 01/09/21	30	2014/2019

Escola Fábio Ribeiro da Cruz

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Rosa Aparecida Zancani	Professor	03/08/21 a 01/10/21	60	2013/2018
2. Suelen Vanessa Muniz Terçariol Viana	Professor	03/08/21 a 03/09/21	32	2016/2021 (42)

Escola Santa Bernadete

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Valdelúcia Daniel de Resende	Professor	03/08/21 a 01/09/21	30	2014/2019

Escola São Mateus

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Vergínia Conceição Correa	Professor	03/08/21 a 01/10/21 04/10/21 a 21/12/21	60 79	2009/2014 2014/2019 (11)

FÉRIAS

Escola Gustavo Guaragni Vieira da Silva

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Maria do Carmo dos Santos	Professor	20/08/21 a 18/09/21	30	2020/2021

Secretaria Municipal de Educação

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Roseli Macena de Jesus	Professor	17/08/21 a 01/09/21	16	2020/2021

Atenciosamente,

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão Pública,

Colíder/MT.

MBM

DEPARTAMENTO PESSOAL
OFÍCIO Nº 335/2021/SME COLÍDER, 09 DE JULHO DE 2021.

Senhor Secretário:

Solicitamos a publicação de licença prêmio do funcionário:

Escola Criança Esperança				
NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Luiz Cesar de Souza	Vigia	19/07/21 a 29/07/21	11	2012/2017

Atenciosamente,

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão Pública,

Colíder/MT.

MBM

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 271/GP/2021

PORTARIA Nº271/GP/2021, DE 09 DEJULHO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar **Leandro Lauvers Alves,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2642568-8 SSP/MT e CPF n° 056.793.531-05, do Cargo de Confiança de **Supervisor do Departamento de Projetos,** vinculada à Secretaria Municipal de planejamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo deus efeitos para o dia 01 de julho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se; e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 099/GP/2021

DECRETO Nº 099/GP/2021 DE 09 DE JULHO DE 2021.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e dá outras providências".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

RESOLVE

Art. 1°- Ficam nomeados pelo período de 02 anos, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme abaixo relacionados.

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Jakiane Marcelino Valentin

Suplente: Elizete Sodré de Oliveira

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Elizabete de Oliveira

Suplente: Adriana Sprey Pereira

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Andreia dos Santos Oliveira

Suplente: Carlos Alberto Tavares da Costa

d) Representantes das Secretarias de Finanças:

Titular: Jocileide Santos da Silva

Suplente: Gisiane Antunes de Magalhães

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) – Representantes da Pastoral da Saúde:

Titular: João Andrade Dias

Suplente: Nathaly Kelli Jesus Ferri

b) – Representantes da Igreja Evangélica Assembleia de Deus:

Titular: Manoel Lima da Conceição

Suplente: Marlene Izabel de Souza

c) – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Maria Aparecida da Silva Milhomem

Suplente: Mauro Lopes de Aguiar

d) – Representantes da Loja Maçonica Vigilantes das Acácias:

Titular: Leocir Antonio de Moura

Suplente: Anderson Garcia Maia

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 09de julho de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 100/GP/2021

DECRETO Nº 100/GP/2021 DE 09 DE JULHO DE 2021.

"Dispõe sobre a nomeação da Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e dá outras providências".."

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

RESOLVE

Art. 1°- Ficam nomeados pelo período de 02 anos, os membros da Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme abaixo relacionados.

Presidente: Leocir Antonio de Moura

Vice Presidente: Jakiane Marcelino Valentin

Secretária: Silvany Gonçalves Luz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza,/MT, em 09de julho de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 272/GP/2021

PORTARIA Nº272/GP/2021, DE 09 DEJULHO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Amanda Cameran Kopp,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2316371-2 SSP/MT e CPF n° 059.205.391-19, para exercer o Cargo de Confiança de **Supervisor do Departamento de Projetos,** vinculada à Secretaria Municipal de planejamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo deus efeitos para o dia 02 de julho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se; e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 09 de julho de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 242/ADM/2021

PORTARIA Nº 242/ADM/2021, DE 12 DE JULHO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES, Secretário Municipal de Administração, com fundamento no artigo inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o enquadramento aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme "Lei Municipal nº. 502/2011", que concluíram o Curso Profissionalizante "PROFUNCIONÁRIO", da tabela não profissionalizado para a Tabela Profissionalizado.

ADIMELIA DA SILVA	CLASSE **B** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"B"** PROFISSIONALIZADO
ADELENE LOPES SCHIAVI FERNANDES	CLASSE **C** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"C"** PROFISSIONALIZADO
ANA VALDIVINA DA SILVA RODRIGUES	CLASSE **A** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"A"** PROFISSIONALIZADO
LOZINEIDE DE BRITO COUTINHO	CLASSE **B** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"B"** PROFISSIONALIZADO
MARIA APARECIDA BRUM PIRES	CLASSE **C** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"C"** PROFISSIONALIZADO
ROSANA PRADO COUTO	CLASSE **B** NÃO PROFISSIONALIZADO - PARA CLASSE **"B"** PROFISSIONALIZADO

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 12 de julho**de 2021.**

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 12 de julho de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2021

Servidora: Valcilene Pereira dos Santos de Souza

Matricula nº. 3390-2

Cargo: Professora

Milton de Souza Amorim, Prefeito Municipal de Colniza/MT, convoca para o retorno ao trabalho a Servidora Valcilene Pereira dos Santos de Souza, matricula nº. 3390-2, efetiva no Cargo de Professora Nível Superior, com carga horária de 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, a retomar suas atividades laborais no prazo de 10 (dez) dias a partir da publicação do presente edital, sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar em razão de abandono de cargo, amparado na Lei Municipal nº. 499/2011– Estatuto dos Servidores Públicos Municipais na Subseção VI, art. 156.

Colniza/MT, em 12 de julho de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2021

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que foi homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, através do DECRETO Nº. 093/GP/2021, de 23 de junho de 2021;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

ART. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, para contratação imediata, temporária e emergencial no preenchimento de vagas na Secretaria Municipal de Saúde nos termos do ANEXO I deste Edital.

ART. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão apresentar os seguintes documentos no momento da contratação.

* REGISTRO GERAL (RG);

*CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF);

* TÍTULO ELEITORAL E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;

* CARTEIRA DE TRABALHO;

* PIS / PASEP SE HOUVER, CASO NÃO TENHA * FAVOR INFORMAR;

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

* HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO (OBS. AUTENTICADO);

* RESERVISTA (HOMENS);

* ATESTADO MÉDICO (FÍSICO E MENTAL);

* DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;

* DECLARAÇÃO DE BENS;

* COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

*COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;

*REGISTRO DE CONSELHO REGIONAL (NO CASO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS);

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;

* CARTEIRA DE VACINA DOS FILHOS MENORES DE 07 ANOS;

* DECLARAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS;

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS ÚLTIMOS 05 ANOS;

APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE CRIMES ELEITORAIS;

WWW.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO DE MATO GROSSO;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO, PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS;

cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR;

WWW.stm.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-c...

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO POR MEIO DE CERTIDÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

* APRESENTAR DADOS BANCÁRIOS DE CONTA CORRENTE OU SALARIAL NO BANCO DO BRASIL;

* NÚMERO DE TELEFONE E EMAIL;

* CPF DO CONJUGE;

* CPF DA MÃE;

* CPF DO PAI;

Colniza/MT, 12 de julho de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGO: ENFERMEIROS - SEDE				
NOME	**CPF**	**DATA NASC.**	**PONT.**	**RES.**
ROMÁRIO MACÁRIO PEREIRA DE JESUS	055.633.775-12	14/07/1994	2,0	8º
AYLLA CRISTINA SOUZA RIBEIRO	933.995.022-49	11/06/1998	1,5	9º
TALINNE LARYSSA CABREIRA DE M RESKI	834.950.372-68	23/02/1986	1,0	10º

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SEDE				
FABRICIO DONIZETI PONCIANO	285.453.458-10	05/11/1980	2,5	6º

CARGO: SERVIÇOS GERAIS - SEDE				
MARIA DE FATIMA DA FONSECA	420.033.502-68	08/04/1972	0,5	7º
MARCIA DUTRA OLIVEIRA	823.928.112-53	30/08/1978	0,5	8º

CARGO: RECEPCIONISTA - SEDE				
PAMELA SANTIAGO DE BRITO	040.770.661-58	19/02/1998	1,0	5º

CARGO: COZINHEIRA - SEDE				
ANA MARIA PEREIRA FERRAZ MOTA	016.915.671-08	15/07/1985	1,5	4º
ROSA ALVES FERNANDES	690.355.122-00	14/02/1973	1,0	5º

Colniza/MT, 12 de julho de 2021.

milton de souza amorim

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2021

PREGÃO ELETRONICO: N° 026/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Sr. **Rogério Vilela Victor de Oliveira**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Goiás nº 77 N, centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 47.20.84 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 396.119.141-72, doravante denominada **GERENCIADORA**, resolve registrar os preços da empresa **PLANETALL SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n.º 31.961.331/0001-11 e situada na Av Couto Magalhaes (Lot Centro) N° : 1610, na cidade de Várzea Grande - MT, Certidão Negativa de Debitos relativos aos Tributos Federais e da Divida Ativa da União nº **5C7D.F6CB.AD9E.E816** de 26/05/2021 a 22/11/2021, neste ato representado pelo seu Proprietário o Sr. **Jeamberto Matos de Barros**, Brasileiro, portador da cédula de Carteira Nacional de Habilitação nº 055.346.036.66 e inscrito no CPF sob n.º 003.902.511-00, residente e domiciliado na nesta cidade de Cuiabá -MT, acordam proceder nos termos do Edital de Pregão nº 026/2021 – Processo Administrativo nº. 039/2021, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, bem como Decreto Municipal nº 054/2020 de

14/07/2020, além das demais disposições legais aplicáveis e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO COMBOIO DE ABASTECIMENTO E CAMINHÃO PIPA CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA MINICIPAL DE OBRAS, conforme planilha:

ITEM	QTD	UN	VALOR	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO
01	12	*MESES*	**R$ 18. 740,00**	**CAMINHÃO COMBOIO DE ABASTECIMENTO** - MOTOR COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 150CV - 01 (UM) RESERVATÓRIO CENTRAL (TANQUE), COM CAPACIDADE MÍNIMA ÚTIL DE - 3.000 LITROS PARA ÓLEO DIESEL - RESERVATÓRIO 500 LTS PARA ÁGUA COMUM.
02	12	*MESES*	***R$ 14. 999,00***	**CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE (CAMINHÃO PIPA)** MOTOR COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 150CV - TANQUE D'ÁGUA CAPACIDADE ÚTIL DE NO MÍNIMO 10.000 LITROS.

O valor total da presente ata é de **R$ 404.868,00** (quatrocentos e quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais).

A presente Ata terá validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, vigorando de **12/07/2021** á **12/07/2022.**

Comodoro - MT, 12 de Julho 2021.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 026/2021.

PORTARIA Nº. 507/2021 DE: 05.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **23.06.2021,** a servidora efetiva **ELENICE ALVES PIO – Enfermeira, Matrícula nº. 2784,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, conforme Processo Virtual nº 0001595/2021, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de junho de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 511/2021 DE: 08.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Vertical (classe) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, referente ao Processo Virtual nº 1024.001.010.0000227, **nesta municipalidade.**

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Nível	Classe a Prog.
610	ANTONIO CEZAR SOUZA	VIGIA	05	**D**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 510/2021 DE: 08.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Vertical (classe) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, referente ao Processo Virtual nº 1024.001.010.0000229, **nesta municipalidade.**

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Nível	Classe a Prog.
1902	TEREZINHA DE LOURDES GUIMARÃES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03	**D**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 509/2021 DE: 08.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Vertical (classe) ao servidor abaixo relacionado, em conformidade com os artigos 17 e 19 e anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011, bem como suas alterações, referente ao Processo Virtual nº 1024.001.010.0000231, **nesta municipalidade.**

Mat.	Servidor (a)	Cargo	Nível	Classe a Prog.
2234	EDIOMAR BASILIO FERREIRA	SERVENTE DE OBRAS	03	**D**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 504/2021 DE: 01.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Gratificação FG IV 20%, a servidora efetiva **WELLITA DAS GRAÇAS GOMES – Monitor de Educação Básica, Matrícula n. 2422,** conforme **Processo Virtual n. 1024.005.005.0000057**, **correspondente a 20% (vinte por cento)**, de acordo com o Anexo XVI da Lei Municipal n.º 1.330, de 29 de julho de 2011, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2021

CONTRATO Nº: 033/2021

DATA: 12/07/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO:CONSTRUTORA EXTRAPLAN EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÁQUINAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA PÁ CARREGADEIRA, ROLO COMPACTADOR CAMINHÃO COMBOIO DE ABASTECIMENTO, CAMINHÃO PIPA E CAMINHÃO BASCULANTE) CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA MINICIPAL DE OBRAS

DOTAÇÃO: 09.03.1.088. 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 0030 (882)

DECRETO Nº. 45/2021 DE: 28.06.2021

Regulamenta e organiza o Processo de Readaptação Funcional dos Servidores Públicos do Município de Comodoro, em complemento ao art. 15, da Lei Municipal nº 1.328/2011 e art. 15 da Lei Municipal nº 1. 329/2011.

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a **readaptação** é a investidura do **servidor** em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica;

CONSIDERANDO a grande demanda de readaptação funcional no quadro do funcionalismo público municipal, o que prejudica sobremaneira a estrutura e o planejamento de ações e serviços dispostos à população;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, orientar e uniformizar o procedimento da readaptação funcional naquilo não previsto no art. 15 da Lei Municipal nº 1328/2011 e art. 15 da Lei Municipal nº 1.329/2011, respectivamente o Estatuto dos Servidores Públicos e Estatuto dos Profissionais da Educação;

CONSIDERANDO que a readaptação funcional bem procedida e acompanhada por profissionais adequados proporcionará ao servidor público segurança e higidez no procedimento, resultando no melhor aproveitamento do seu trabalho e recuperação da sua saúde, visando também a eficiência na prestação dos sérvios públicos;

CONSIDERANDO, por final, a necessidade administrativa e o interesse públicos;

DECRETA

CAPÍTULO I

DA READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Art. 1º. O Processo de Readaptação do Servidor Público (PRSP) no âmbito do Município de Comodoro atenderá ao disposto deste Decreto.

Art. 2º. O PRSP se dará por meio da investidura do servidor público em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, temporária ou permanentemente, em sua capacidade física ou mental.

§ 1º. O PRSP visa assegurar aos servidores públicos, com limitação em seu estado físico e/ou mental, decorrente de acidente ou doença, o mais amplo aproveitamento de sua capacidade laborativa e sempre dependerá de prévia avaliação multidisciplinar e inspeção médica.

§ 2º. Durante o PRSP o servidor público:

I. permanecerá em seu local de trabalho, lotado na Secretaria (unidade de trabalho) de origem, com limitações às suas atividades; ou,

II. será afastado para tratamento de saúde.

Art. 3º. São passíveis de readaptação funcional os servidores públicos, com mais de três anos de efetivo exercício, com condições de continuar a laborar, muito embora em decorrência de acidente ou doença apresente limitação no seu estado físico e/ou mental, com consequente alteração na capacidade laborativa para o desenvolvimento de tarefas específicas de seu cargo ou emprego público, comprovada por meio de avaliação multidisciplinar e perícia médica.

§ 1º. Ao servidor público que tiver sua capacidade de trabalho reduzida em decorrência de acidente ou doença será garantido, se for o caso, o seu remanejamento para locais ou atividades compatíveis com a sua situação.

§ 2º. A readaptação funcional somente será possível ao servidor público em estágio probatório, quando acometido por doença do trabalho, doença profissional ou vitimado por acidente de trabalho, cuja lesão tenha sido adquirida após a data de nomeação, comprovada por avaliação multidisciplinar e perícia médica, sem prejuízo da contagem do tempo para efetivação no cargo.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Art. 4º. A concessão da readaptação funcional será de responsabilidade da Comissão de Readaptação Funcional.

Art. 5º. A Comissão de Readaptação Funcional será composta por 04 (quatro) membros, sendo:

I. 01 (um) assistente social;

II. 01 (um) psicólogo;

III. 01 (um) representante do Departamento de Recursos Humanos, e

IV. 01 (um) técnico em segurança do trabalho.

§ 1º. Para subsidiar seus trabalhos, os membros da Comissão de Readaptação Funcional poderão convocar a qualquer tempo o servidor público em processo de readaptação e sua chefia imediata, requerendo ainda, quan-

do necessário, profissional médico para suprir a necessidade de avaliação do problema de saúde apresentado.

§ 2º. A Comissão de Readaptação Funcional deverá se reunir ordinariamente 01 (uma) vez por semana, sempre que houver PRSP a ser concluído, ou extraordinariamente, a qualquer tempo.

Art. 6º. A Comissão de Readaptação Funcional será composta, em sua maioria, por servidores públicos efetivos designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. Compete à Comissão de Readaptação Funcional:

I. proceder à análise dos casos de readaptação funcional;

II. solicitar informações sobre as atividades desempenhadas pelo servidor público em processo de readaptação;

III. analisar pareceres da equipe multidisciplinar;

IV. orientar tratamentos médicos específicos para o servidor público;

V. analisar e definir as restrições impostas ao servidor público dentre as atribuições descritas no rol de atividades do cargo ou emprego público por ele exercido;

VI. encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos o PRSP, quando necessário o remanejamento do servidor público, para a indicação de cargos ou empregos públicos com as atribuições que poderão ser por ele desempenhadas;

VII. formular e emitir laudo provisório ou conclusivo de readaptação com descrição das atividades que não poderão ser desempenhadas pelo servidor público, conforme Anexos III e IV deste Decreto;

VIII. sugerir atribuições compatíveis com as desempenhadas originariamente pelo servidor em readaptação;

IX. realizar visitas ao local de trabalho do servidor em readaptação;

X. checar informações com visitas *in loco*, entrevistas ou análise de documentos que denotem o descumprimento das condições impostas no processo de readaptação.

Art. 8º. A Comissão de Readaptação Funcional poderá motivadamente:

I. indeferir a readaptação;

II. deferir a readaptação provisória; ou

III. deferir a readaptação definitiva.

§1º. O indeferimento da readaptação, pela Comissão de Readaptação Funcional poderá se dar:

I. pelo descumprimento das condições impostas pela perícia médica oficial, equipe multidisciplinar ou pela própria Comissão;

II. pela ausência injustificada na (s) perícia (s) agendada (s), ou em outro ato pré-agendado pela Comissão de Readaptação Funcional, e

III. outros casos não previstos, desde que fundamentados.

§2º. O indeferimento da readaptação também poderá ocorrer mediante avaliação médica-pericial oficial.

Art. 9º. O servidor público capacitado a executar, no mínimo, 70% (setenta por cento) das atribuições do seu cargo ou emprego público, por decisão da Comissão de Readaptação Funcional deverá retornar ao trabalho, na sua própria função, mesmo que seja necessário restringir algumas atribuições.

Parágrafo único. A Comissão de Readaptação Funcional determinará as atribuições que não poderão ser executadas devido à incapacidade parcial relativa do servidor público, como restrição em caráter temporário ou permanente.

Art. 10. Em caso de duplo vínculo, a readaptação atingirá os dois cargos ou empregos públicos, somente se a condição ou estado de saúde do servidor público o impedir de desempenhar as atribuições em ambos, cabendo à Comissão de Readaptação Funcional avaliar a situação.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Art. 11. A Readaptação Funcional poderá ser:

I. requerida pelo servidor público, com laudo do médico assistente;

II. proposta pela:

a) equipe multidisciplinar e médico perito;

b) perícia médica do Comodoro Previ;

c) perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Parágrafo único. Os pedidos de readaptação deverão ser protocolados no Departamento de Recursos Humanos, preferencialmente por meio da ferramenta do protocolo online disposta no sítio eletrônico do município (https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-151/abertura_externa.faces).

Art. 12. A abertura do PRSP dar-se-á com a publicação de portaria específica expedida pelo Gabinete do Poder Executivo, com orientação do Departamento de Recursos Humanos.

§ 1º. Constatado, em quaisquer das etapas da avaliação, que o servidor público não se enquadra nos critérios para a readaptação funcional, o processo será indeferido pela Comissão Permanente de Readaptação Funcional.

§ 2º. O Gabinete do Poder Executivo emitirá portaria de indeferimento da readaptação, a qual será publicada no órgão de Imprensa Oficial do Município, consoante decisão da Comissão de Readaptação Funcional.

§ 3º. O interessado poderá requerer à Comissão de Readaptação Funcional, reconsideração, de forma fundamentada e com a juntada de documentos pertinentes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data da publicação prevista no § 2º, deste artigo.

§ 4º. A Comissão de Readaptação Funcional deliberará sobre o pedido de reconsideração, no prazo de até 10 (dias) úteis da data do seu protocolo, dando publicidade por meio de órgão de Imprensa Oficial do Município e diretamente ao próprio requerente.

§ 5º. Da decisão da Comissão de Readaptação Funcional caberá pedido de revisão à Secretaria Municipal de Administração, a ser protocolado em até 5 (cinco) dias da data da publicação prevista no § 4º, deste artigo.

§ 6º. A Secretaria Municipal de Administração, quanto ao pedido de revisão, deverá proceder conforme o disposto no § 4º, deste artigo.

§7º. Em qualquer dos casos, em havendo dúvida jurídica, a Procuradoria-Geral do Município poderá ser ouvida.

Art. 13. A readaptação funcional será processada:

I. quando provisória, por meio de portaria do Gabinete do Poder Executivo, após homologação do laudo provisório de readaptação funcional, sendo concedida por, no mínimo, 01 (um) ano e no máximo, 02 (dois) anos, ou ainda pelo prazo previsto no laudo pericial oficial, desde que respeitado o prazo máximo de 02 (dois) anos;

II. quando definitiva, por portaria do Chefe do Poder Executivo, após homologação do laudo conclusivo de readaptação funcional.

§ 1º. Os laudos previstos nos incisos I e II, deste artigo serão expedidos pela Comissão de Readaptação Funcional, nos moldes dos modelos constantes dos III e IV deste decreto, respectivamente, e deverão ter em anexo a descrição do cargo ou emprego público com a identificação das atribuições que não poderá ser desempenhadas pelo servidor público em processo de readaptação ou readaptado.

§ 2º. Os atos normativos de que tratam os I e II, deste artigo conterão o nome do servidor público readaptado, o cargo ou emprego público, a referência salarial, a lotação e a carga horária diária/semanal.

CAPÍTULO IV

DA READAPTAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

Art. 14. O servidor público em readaptação provisória será avaliado pela Comissão de Readaptação Funcional, por médico-perito ou equipe multidisciplinar, periodicamente, ao término de 06 (seis), 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses do ato de deferimento do benefício, ou antes disso, a depender da indicação da perícia médica oficial, a fim de se verificar a permanência ou não das limitações.

§ 1º. Após cada avaliação, será expedido pela Comissão de Readaptação Funcional o relatório circunstanciado das informações básicas referentes à readaptação provisória, conforme modelo constante do Anexo II, deste decreto.

§ 2º. Transcorrido o período de 24 (vinte e quatro) meses do ato que deferiu a readaptação provisória, se necessário, poderá o servidor público ser avaliado, por mais 01 (uma) vez ao término de 06 (seis) meses.

§ 3º. Compete ao superior imediato do servidor público acompanhar o cumprimento dos procedimentos e recomendações de que trata o caput deste artigo.

§ 4º. Em caso de cessação da readaptação provisória, o servidor público deverá exercer plenamente ou com restrições as atribuições do cargo de origem a partir do primeiro dia útil após a data da publicação da portaria de cessação do PRSP, ou conforme o caso, após o término de férias ou de licença a qualquer título.

§ 5º. Será também considerado tempo de readaptação o interstício que vier ocorrer entre o término da readaptação provisória e a publicação da portaria de cessação do PRSP.

CAPÍTULO V

DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH

Art. 15. Será considerado como início da readaptação o 1º dia útil subsequente ao da publicação da portaria de que tratam os incisos I e II do artigo 13, deste Decreto.

Art. 16. Compete ao Departamento de Recursos Humanos:

I. encaminhar os pedidos de readaptação funcional à Comissão de Readaptação Funcional, com trânsito preliminar pelo Gabinete do Poder Executivo para expedição de portaria de abertura do PRSP;

II. indicar cargos ou empregos públicos com as atribuições detalhadas das funções que poderão ser desempenhadas pelo servidor público que será readaptado;

III. disponibilizar quando necessário as informações relativas à readaptação funcional;

IV. cientificar formalmente e orientar:

a) a chefia imediata do servidor público readaptado, quanto às providências relativas ao desempenho de suas novas atribuições; e

b) o servidor público readaptado quanto ao cumprimento das atribuições especificadas pela Comissão de Readaptação Funcional.

V. no caso de exoneração, aposentadoria ou falecimento do readaptado, comunicar **formalmente a Comissão de Readaptação Funcional; e,**

VI. manter atualizado o processo de adaptação dos servidores públicos.

CAPÍTULO VI

DO SERVIDOR PÚBLICO READAPTADO

Art. 17. Compete ao servidor público:

I. observar datas e horários estabelecidos pela Comissão de Readaptação Funcional para a realização de perícia médica, bem como para as demais avaliações e acompanhamentos dos técnicos que compõem a equipe multidisciplinar, ficando sob sua responsabilidade a comunicação à chefia imediata;

II. observar e proceder conforme orientações recebidas do Departamento de Recursos Humanos ou da Comissão de Readaptação Funcional;

III. assumir e cumprir o rol de atividades definido pela Comissão de Readaptação Funcional;

IV. comprovar a efetiva realização de tratamento médico perante a Secretaria Municipal e Departamento de Recursos Humanos que se encontra em exercício, para fins de registro de frequência, e perante a Comissão de Readaptação Funcional.

Art. 18. É vedado ao servidor público readaptado exercer atividades consideradas incompatíveis com o seu estado de saúde e condições estabelecidas pela perícia médica ou pela Comissão de Readaptação Funcional, mesmo fora do ambiente de trabalho, sob pena da cessação da readaptação funcional e demais penalidade administrativas cabíveis.

Art. 19. No caso de servidor público em processo de readaptação ou readaptado, que necessite se afastar em licença para tratamento de saúde deverá ser observados no ato da perícia:

I. o rol de atividades possíveis de serem desempenhadas;

II. os relatórios previstos no § 1º, do artigo 14, deste Decreto, expedido pela Comissão de Readaptação Funcional;

III. a comprovação pelo servidor público da realização de tratamento médico.

Art. 20. O servidor público em processo de readaptação ou readaptado não poderá, sob qualquer pretexto, negar-se submeter à inspeção médica periódica, sob pena de imediata abertura de Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Art. 21. O servidor público poderá requerer junto à Comissão de Readaptação Funcional a desistência do pedido de readaptação, desde que munido de laudo do médico assistente que justifique o restabelecimento da capacidade física e/ou mental para exercer plenamente as atividades do seu cargo de provimento efetivo.

CAPÍTULO VII

DA CHEFIA IMEDIATA

Art. 22. Compete à chefia imediata do servidor público:

I. garantir o correto preenchimento do formulário de avaliação do Relatório do Local de Trabalho previsto no Anexo I, deste Decreto devolvendo-o à Comissão de Readaptação Funcional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após recebimento;

II. informar à Comissão de Readaptação Funcional qualquer irregularidade constatada que possa alterar as condições estabelecidas na readaptação funcional do servidor público;

III. proceder à readaptação funcional do servidor público, conforme orientações obtidas da Comissão de Readaptação Funcional e do Departamento de Recursos Humanos.

IV. solicitar a reavaliação da condição de saúde do servidor público caso constate a inadaptação do readaptado às novas atribuições; e,

V. zelar pelo cumprimento das atribuições que foram determinadas ao servidor público readaptado, sob a pena de responsabilização.

Parágrafo único. Sempre que o superior imediato constatar inadaptação do readaptado às novas atribuições, deverá solicitar à Comissão de Readaptação Funcional reavaliação do rol de atividades ou da sua condição de readaptado.

Art. 23. Compete também à Comissão de Readaptação Funcional, com o auxílio de equipe multidisciplinar (Médico/Fisioterapeuta/Técnico em Segurança do Trabalho):

I. realizar avaliações técnicas;

II. realizar visita no local de trabalho, observando aspectos físicos, ambientais e de relacionamento interpessoal;

III. sugerir atribuições compatíveis com a capacidade física e/ou mental do servidor público;

IV. fazer avaliação periódica dos servidores públicos readaptados, conforme solicitação da Comissão de Readaptação Funcional.

CAPÍTULO IX

DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 24. Compete à perícia médica:

I. examinar, analisar e emitir laudos e atestados a respeito da capacidade laborativa dos servidores públicos municipais;

II. solicitar exames complementares, quando necessário; e,

III. apontar restrições das atribuições laborais ao servidor público em processo de readaptação.

Parágrafo único. O laudo médico expedido para fim de Readaptação Funcional conterá:

I. informação clara e específica sobre a incapacidade laborativa do servidor público, ambiente de trabalho e/ou atividades contraindicadas;

II. relação das atribuições do cargo que o servidor público não poderá exercer; e,

III. tratamento médico recomendado.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Para garantir oportunidade de trabalho, todas as Secretarias do Município estarão disponíveis para receber servidor públicos readaptados.

Art. 26. O servidor público readaptado cumprirá na unidade de trabalho a ele designada pelo responsável da pasta, o número de horas correspondentes à jornada diária/semanal de trabalho referente ao cargo de origem, sendo vedada a atribuição de carga suplementar de trabalho e gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

§ 1º. A definição do horário de trabalho a ser cumprido pelo servidor público readaptado é de exclusiva competência do superior imediato, em especial quanto ao horário de entrada e saída.

§ 2º. É vedada a realização de horas excedentes, a ocupação de cargo em comissão, função de confiança, designada e função gratificada (FG), a partir da data do protocolo do pedido de readaptação.

§ 3º. O servidor público deverá permanecer preferencialmente na Secretaria de sua lotação, quando do pedido de readaptação.

§ 4º. Sempre que possível, deverá permanecer em cada unidade de trabalho somente um servidor público readaptado.

Art. 27. O servidor público deverá ser readaptado, preferencialmente para desempenhar as atribuições de cargo ou emprego público cuja referência se equipare à do cargo ou emprego público de origem, e que sejam compatíveis com o grau de complexidade do seu cargo de origem.

Parágrafo único. Inexistindo cargo/função pública cujas atribuições o servidor público possa ser readaptado, ou sendo a sua incapacidade total e permanente, a Comissão de Readaptação Funcional deverá sugerir a aposentadoria do servidor público por invalidez.

Art. 28. A readaptação funcional:

I. será considerada, como investidura do servidor público readaptado em novo cargo ou emprego público;

II. não configurará desvio de função;

III. não acarretará diminuição, nem tampouco aumento do vencimento ou das vantagens pessoais de caráter permanente.

Parágrafo único. Vantagens pecuniárias decorrentes do exercício de função designada serão cessadas quando da readaptação funcional.

Art. 29. O servidor público readaptado, que venha a ser nomeado para cargo em decorrência de aprovação em concurso público no âmbito do Município de Comodoro, terá sua posse condicionada à apresentação de atestado de saúde ocupacional, considerando-o apto, expedido após avaliação da Comissão de Readaptação Funcional.

Art. 30. A readaptação funcional poderá ser revista a qualquer tempo, mesmo após ser deferida a readaptação definitiva, desde que haja evidencias que ouve melhora no quadro clínico e condições físicas ou mentais para tanto, mediante nova análise pericial.

Parágrafo único. O restabelecimento da capacidade de trabalho, assim constatado em inspeção médica municipal, cessará a readaptação funcional, devendo o servidor público readaptado retornar ao exercício do cargo ou emprego originário de concurso.

Art. 31. As avaliações técnicas elaboradas pelos profissionais da equipe multidisciplinar seguirão os modelos constantes dos Anexos V a X, deste Decreto.

Art. 32. O servidor público em processo de readaptação funcional ou com readaptação funcional deverá preencher, sempre que solicitado, o formulário denominado “Auto Avaliação do Servidor Público”, conforme modelo constante do Anexo XI, deste Decreto.

Art. 33. Todo servidor público já readaptado ou em processo de readaptação deverá ser reavaliado pela Comissão Municipal de Readaptação, sendo instaurado um PRSP para cada um, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de acordo com as normas do presente Decreto.

Art. 34. O Gabinete do Poder Executivo ou a Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares que se façam necessárias para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de junho de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 063/2021 DE 09/07/2021

PORTARIA Nº 063/2021

DE 09/07/2021

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando a solicitação formulada através do Ofício nº n.º 132/CM/2021, de 09 de julho de 2021;

Considerando a manifestação do servidor interessado, aceitando o encargo e apresentando sua opção quanto ao período de saldo de férias;

R E S O L V E

Art. 1º. Interromper o período de gozo de férias do servidor ***FABIANO FELIPE DA COSTA***, Agente Legislativo de Transporte Cat. “AC”, no décimo segundo dia, retornando as suas atividades laborais na data de 12/07/2021, permanecendo até o dia 14/07/2021.

Art. 2º. Fica estabelecido que os 03 (três) dias de saldo de gozo de férias, serão devidamente indenizados na próxima folha de pagamento.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES

Presidente

Registre-se e Publique-se: ***Wender Bier de Souza***

1º Secretário

PORTARIA Nº. 508/2021 DE: 05.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **15.06.2021,** a servidora efetiva **JANETE OLIVEIRA ALMEIDA – Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº. 2180,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, conforme Processo Virtual nº 0001517/2021, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 506/2021 DE: 05.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº. 390/2021, de 18 de maio de 2021, que concedeu Licença para Tratamento de Saúde à servidora efetiva **CLARICE TABORDA CAMERA CARDOSO – Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 1894**, retornando-a para suas funções a partir de **15 de junho de 2021**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 390/2021, de 18 de maio de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO – **EDITAL n° 007/2021**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE COMODORO-MT,** cuja abertura ocorrerá às **10:00** horas do **dia 14/07/2021**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de Julho de 2021.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

PORTARIA Nº. 505/2021 DE: 05.07.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS regulares de 30 (trinta) dias, ao servidor municipal abaixo relacionado, nesta municipalidade.

MAT.	NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
1532	IRACI RODRIGUES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/08/2019 a 31/07/2020	05/07/2021 a 03/08/2021

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias do mês de julho do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2021

PREGÃO ELETRONICO: N° 024/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Sr. Rogério Vilela Victor de Oliveira, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Goiás nº 77 N, centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 47.20.84 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 396.119.141-72, doravante denominada **GERENCIADORA**, resolve registrar os preços da empresa **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.418.133/0001-00, instalada V Das Laranjeiras N° : 000 na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **91C3.9036.CEBB.A191** de 05/04/2021 até 02/10/2021, representada neste ato pelo seu sócio Proprietário o Srº. **Cássio Martins de Freitas**, brasileiro, portadora do RG nº 5.040.142 SPTC/GO e CPF nº 032.868.041.93 residente e domiciliado no Município de Goiânia - GO, **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPOTALARES LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 06.372.

763/0001-40, instalada na Rua das Orquideas (Lot Bosque da Saúde) quadra 19, lote 05, sala 02 no bairro Bosque da Saúde, na cidade de Cuiabá - MT, representada neste ato pelo seu procurador o srº **Ayrton Pereira Dias**, auxiliar de Licitações, portador do CPF nº 990.266.861-53 e do RG nº 14.99.76.65 SESP/MT, residente e domiciliado na rua32, quadra 55, nº 24 bairro CPA3, setor5 na cidade de Cuiabá - MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **C129.CD87.E062.ABC3** de 02/07/2021 válida até 29/12/2021 **AVILA CUBA & CIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 36.883.544/0001-96, instalada Av. Valdir Masutti nº 173, Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. **D097.B6C8.555F.747** de 07/07/2021até 03/01/2022, representada neste ato pelo seu Sócio Proprietário o Srº. **Reginaldo de Avila Cuba**, brasileiro, portadora do RG nº 07276460 SJ/MT e CPF nº 474.604.311-68 residente e domiciliado no Município de Comodoro – MT, **FARMACIA GUAPORE LTDA**, inscrita no CNPJ 09.571.632/0002-60, instalada a Avenida Valdir Masutti nº 392 E Sala 03 bairro Centro de Comodoro - MT, Certidão de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº **4F1D.3B95.611D.D8F0** de 09/04/2021 com validade 06/10/2021, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. **Douglas Fernando da Silva Santos**, brasileiro, farmacêutico, portador do RG nº 18.38.31.57 SSP/MT e CPF nº 009.665.481-32 N bairro Centro na cidade de Comodoro – MT, e a empresa **CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 40.274.237/0001-85, estabelecida à R Jacinto Godoy N° : 390 no Município de Erechim, Estado de Rio Grande do Sul, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **28DB.000C.F693.32E4** de 24/06/2021 à 21/12/2021, representada neste ato pelo seu proprietário o Sr. **Gabriel Tormen**, nacionalidade Brasileira, empresário, solteiro, data de nascimento 30/04/1999, nº do CPF 029.579.700-23, documento de identidade 5113599673, SSP, RS, com domicílio / residência a Rua Jacinto Godoy, número 363, bairro / distrito Jose Bonifacio, município Erechim - Rio Grande do Sul, e a empresa **SAFRAMED HOSPITALAR LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 36.629.597/0001-85, estabelecida à Avenida das Acacias N° : SN no Município de Abadia de Goiás, Estado de Goiás, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **614A.7937.8F30.1B92** de 06/07/2021 à 02/01/2022, representada neste ato pelo seu proprietário o Sr. **Joaquim Soares Neto de Sousa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Goiânia Estado de Goiás à Rua VB 7 SNº Qd. 06 Lt. 06, Conjunto Residencial Vereda dos Buritis, CEP: 74.370-694, natural de Araguaína Estado do Tocantins, e a empresa **GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64, estabelecida R Gotardo Mazzarolo N° : 16 no Município de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, Certidão de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **9923.CC24.4159.855D** de 07/07/2021 à 03/01/2021, representada neste ato pelo seu sócio proprietário o Sr. **Marcelo Marostica**, portador do RG nº 107.609.921.5 SSP/MT e do CPF nº 820.347.290-72, residente e domiciliado no Município de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, e a empresa **LOBIANCO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.564.852/0001-37, estabelecida à Avenida São Paulo N° : 2489 no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, Certidão de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **0957.9B1B.DD0B.40E5** de 28/06/2021 à 25/12/2021, representada neste ato pelo sua sócia proprietária a Srª. **Orezina Lima Lobianco**, portadora do RG nº 266.639 SSP/RO e do CPF nº 152.136.172-04, residente e domiciliado no Município de Cacoal – RO,e a empresa **F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.093.678/0001-85, estabelecida à R Genuino Piacentini N° : 59 no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Certidão de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **31A6.A615.9963.8310** de 05/07/2021 à 01/01/2021, representada neste ato pelo seu sócio proprietário o Sr. **Fabio Emanuel Rebonatto**, portador da CNH nº 04037299505 e do CPF nº 046.973.639.90, residente e domiciliado no Município de Pato Branco - PR, e a empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 25.279.552/0001-01, estabelecida à RUA PERU N° : 454 no Município de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **187E.6360.B21B.77FE** de 01/06/2021 à 28/11/2021, representada neste ato pelo seu proprietário o Sr. **Maicon Uilians Backes**, portador do RG nº 7.593.410-6 SSP/RO e do CPF nº 040.825.149-29, residente e domiciliado no Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná, e a empresa **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, estabelecida à R João Amaral De Almeida N° : 100 no Município de Curitiba, Estado do Paraná, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. **4B78.64E1.5846.D2C8** de 06/07/2021 à 02/01/2021, representada neste ato pelo seu sócio proprietário o Sr. **Elcio Luís Bordignon**, brasileiro, natural de Palotina - PR, economista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade civil RG nº. 5.591.020-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob no 972.234.769-15, residente e domiciliado na Rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº. 552, Casa 02, Pinheirinho, Curitiba - Paraná, doravante denominada **FORNECEDORA**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 024/2021 – Processo Administrativo nº 036/2021 ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, bem como Decreto Municipal nº 054/2020 de 14/07/2020, além das demais disposições legais aplicáveis e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA A LIMINAR JUDICIAL**, sendo vencedoras as empresas conforme relatório em anexo.

SAFRAMED HOSPITALAR LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **01 - 05 - 21 - 28 - 29 - 36 - 46 - 47 - 50 - 68,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 38.665,00** (TRINTA E OITO MIL SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS).

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **02, 03, 04,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 38.063,20** (TRINTA E OITO MIL E SESSENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS).

FARMACIA GUAPORE LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **06 - 12 - 13 - 16 - 23 - 24 - 26 - 32 - 38 - 39 - 40 - 42 - 44 - 49 - 52 - 54 - 55 - 57 - 59 - 60 - 63 - 65 - 66 - 72 - 73,** TOTALIZANDO O VALOR **DE R$ 71.361,33 (SETENTA E UM MIL TREZENTOS E SESSENTA E UM REAL E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).**

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **07 - 8 - 10 - 15 - 70,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 49.551,20** (QUARENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAL E VINTE CENTAVOS).

AVILA CUBA & CIA LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **09 - 25 - 27 - 45,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 21.749,232** (VINTE E UM MIL SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E DUZENTOS E TRINTA E DOIS MILÉSIMOS DE REAL).

LOBIANCO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: PARA OS ITENS DE Nº18 - 37 - 61 - 62, TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 1.164,00** (UM MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS).

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: PARA OS ITENS DE Nº 19 - 35 - 43 - 51 - 67 - 69 - 74, TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 5.**

484,00 (DEZEOITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI: PARA OS ITENS DE Nº 20 - 34 - 53 - 64, TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 6.317,28** (SEIS MIL TREZENTOS E DEZESSETA REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **30 e 48,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 691,20** (SEISCENTOS E NOVENTA E UM REAL E VINTE CENTAVOS).

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: PARA OS ITENS DE Nº **31,** TOTALIZANDO O VALOR DE **R$ 1. 080,00** (UM MIL E OITENTA REAIS).

MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: PARA OS ITENS DE Nº 56, TOTALIZANDO O VALOR **DE R$ 888,00 (OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS).**

O valor total da presente ata é de **R$ 235.014,442** (duzentos e trinta e cinco mil e quatorze reais e quatrocentos e quarenta e dois milésimos de real.

A presente Ata terá validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, vigorando de **09/07/2021** á **09/07/2022.**

Comodoro - MT, 09 de Julho 2021.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº 024/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 177/2021 ADM DE 09 DE JULHO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
EDUCAÇÃO	WILSON DIAS FERREIRA	ODETE DIAS DOS SANTOS	-
OBRAS	ENOQUE SILVA NASCIMENTO	ELIZABETE SOARES BARRETOS	-
SAÚDE	GILSON GERCINO SOUZA	CARLOS LOYSE A. LUZ	EURINON DA SILVA LEAL
GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	LUCIANA CALISTO DA SILVA	-
SEC. FINANÇAS	WILLIAN JOSÉ DE MELO	-	-
AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO	-	-
PLANEJAMENTO	KATIANY DOS SANTOS PEREIRA	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	SANDRA FLÁVIA FERREIRA NEVES	-	-

Art. 2º - Os servidores designados ficarão responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	156/2021	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	CENTRO AMERICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO E SOLUÇÃO TECNOLÓGICA LTDA	09.179.444/0001-00	R$ 14.682.584,00
OBJETO	**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEÍCULOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE A PREFEI**TURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT		
VIGÊNCIA	12 MESES – 09/07/2021 A 09/07/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Julho de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2021

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CONFRESA , Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CONFRESA , ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 37.464.716/0001-20 , com sede na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro, CONFRESA– MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade**, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53**,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **“MUNICÍPIO”**, e, do outro lado a empresa **CENTRO AMERICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO E SOLUÇÃO TECNOLÓGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.179.444/0001-00, estabelecida na Avenida da Prainha(Lot Consil), n°09, Quadra 02,

Lote 09, Sala B, Bairro Alvorada, cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pelo Sr. **Jânio Correa da Silva**, portador do CPF 965.048.891-04, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CONFRESA– MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRONICO Nº037/2021** – **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS** , firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRDO - OBJETO

1.1 **- REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEÍCULOS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, sendo na oportunidade o registro dos lotes mencionados abaixo:**

LOTE 01

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT. VEÍCULOS	QUANT. VEICULOS X 12 MESES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTALANUAL
1	Sistema de Auto-Gestão Integrada de Frotas com controle de empenho e estrutura organizacional através de cartão magnético, POS em rede credenciada ou licitada, Central de atendimento 0800, Gestão de Combustíveis com controle de tanques, melosas e containers com abastecimento off-line, sistema de prestação de contas a órgãos reguladores como APLIC/TCE-MT. Aplicativo ANDROID/iOS.	Veículo	185	2.220	R$ 41,90	R$ 7. 751,15	R$ 93. 018,00
2	Sistema de Auto-Gestão Integrada de Frotas com controle de empenho e estrutura organizacional através de cartão magnético, POS em rede credenciada, Central de atendimento 0800, Gestão de Manutenção preventiva e corretiva, sistema de prestação de contas a órgãos reguladores como APLIC/TCE-MT.	Veíc/ Maq./ Equip.	185	2.220	R$ 41,90	R$ 7. 751,15	R$ 93. 018,00
3	Diário de Bordo Online com trajeto de rota em Mapa, integrado ao sistema de gestão de combustível e ao de gestão em manutenção, através de Rastreamento via "GPRS" com cerca virtual, controle de condutor com IBUTON Integrado.	Veíc/ Maq./ Equip.	185	2.220	R$ 67,20	R$ 12. 432,00	R$ 149. 184,00
4	Diário de Bordo Online com trajeto de rota em Mapa, integrado ao sistema de gestão de combustível e ao de gestão em manutenção, através de Rastreamento via "SATELITAL" con cerca virtual, controle de condutor com IBUTON Integrado	Veíc/ Maq./ Equip.	185	2.220	R$ 151,00	R$ 27. 935,00	R$ 335. 220,00

LOTE 02

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL 12 MÊS
5	Gerenciamento e fornecimento de combustível por intermediação através de cartão magnético ou chip em rede de postos credenciados	Mensal	12	R$ 678. 678,66	R$ 8.144.144,00
6	Gerenciamento, fornecimento e orçamentação de fornecimento de peças, óleos e filtros e acessórios, serviços de mecânica em geral, funilaria e pintura em geral via Web ou cartão magnético, em rede credenciada.	Mensal	12	R$ 489. 000,00	R$ 5.868.000,00

TOTAL => R$ 14.682.584,00 (QUATORZE MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).

1.2 - Conforme detalhado acima, será cobrado o valor unitário por cada veículo, maquinário ou equipamento da Frota Municipal que vier a necessitar do sistema de auto gestão integrada – REFERENTE AOS ITENS DO LOTE 01.

1.3 - A empresa contratada deverá, além da locação do sistema de autogestão integrada, disponibilizar ao Município, os sistemas descritos no LOTE 02 integrado ao sistema de autogestão, sem qualquer custo direto adicional ou cobrança detaxas/percentuais, sendo que os valores constantes no referido Lote são apenas estimativas de gasto direto pela Administração durante a vigência contratual.

1.4 - Como dito no subitem acima, para os sistemas detalhados no LOTE 02, por não haver qualquer custo adicional ao Município, será previsto apenas uma projeção de gastos anual, sendo devidamente empenhado conforme necessidade de eventual utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 Meses, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **09 de julho de 2022.**

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CONFRESA-MT, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidosem lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie àempresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, para os itens do LOTE 01. Para os itens estimados do LOTE 02, os pagamentos poderão ser efetuados semanalmente, até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota Fiscal pelo departamento competente.

3.2 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 - As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - O preço do combustível da rede credenciada não poderá ser superior ao preço máximo publicado no sistema de levantamento de preços da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), para o período adquirido dentro da região da localização do posto.

3.8 - O preço das peças e da prestação de serviços, contratados atraves da rede credenciada da empresa vencedora, não poderão ser superiores ao preços máximo praticado conforme pesquisa do sistema RADAR para a região entregue “prefeitura de CONFRESA-MT e região”.

3.9 - O valor deverá ser depositado na **Conta do Banco SICREDI, Agência: 0810 C/C: 61238-7.**

3.10 - As despesas decorrentes da presente Ata correrão a conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias das secretarias no elemento de despesa.

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – GESTÃO EM SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2.029–MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GESTAO EM SAÚDE

CÓDIGO REDUZIDO: 500 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – GESTÃO EM SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2.029 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GESTAO EM SAÚDE CÓDIGO REDUZIDO: 506 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJETO ATIVIDADE: 2.017–MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE

CÓDIGO REDUZIDO: 677 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJETO ATIVIDADE: 2.017 – ATENÇÃO BASICA EM SAÚDE

CÓDIGO REDUZIDO: 686 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTES: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 06 – MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE PROJETO ATIVIDADE: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL CÓDIGO REDUZIDO: 894 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0042 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 06 – MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJETO ATIVIDADE: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓDIGO REDUZIDO: 902 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTES: 0002 – RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 07 – VISA-VIGILANCIA EM SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2.026 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM VIGILANCIA AMBIENTAL CÓDIGO REDUZIDO: 1078 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE ADMINISTRATIVA: 07 – VISA

PROJETO ATIVIDADE: 2.026 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM VIGILANCIA AMBIENTAL CÓDIGO REDUZIDO: 1082 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA FONTES: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 07 – VISA

PROJETO ATIVIDADE: 2.028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM VIGILANCIA SANITÁRIA CÓDIGO REDUZIDO: 1094 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0002 – RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE ADMINISTRATIVA: 07 – VISA

PROJETO ATIVIDADE: 2.028 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM VIGILANCIA SANITÁRIA CÓDIGO REDUZIDO: 1098 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA FONTES: 0002 – RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO ECON. TUR. MEIO AMBIENTE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE: 2050 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA CÓDIGO REDUZIDO: 1616 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO ECON. TUR. MEIO AMBIENTE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE: 2050 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA CÓDIGO REDUZIDO: 1619 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO ECON. TUR. MEIO AMBIENTE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE: 2050 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA CÓDIGO REDUZIDO: 1616 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

0000–PROGRAMA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO ECON. TUR. MEIO AMBIENTE

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO ATIVIDADE:2050–MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE AGRICULTURA

CÓDIGO REDUZIDO: 1619 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

0000–PROGRAMA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – GABINETE DO PREFEITO

PROJETO ATIVIDADE: 2.004 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO CÓDIGO REDUZIDO: 12 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – GABINETE DO PREFEITO

PROJETO ATIVIDADE: 2.004 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO CÓDIGO REDUZIDO: 15 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL UNIDADE ADMINISTRATIVA: 09 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA

PROJETO ATIVIDADE: 2122 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO REDUZIDO: 1909 – MATERIAL DE CONSUMO FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO:09-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 09 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA

PROJETO ATIVIDADE: 2122 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO REDUZIDO: 1911 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS CÓDIGO REDUZIDO: 107 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2030 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS CÓDIGO REDUZIDO: 111 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

PROJETO ATIVIDADE: 2012 – DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

CÓDIGO REDUZIDO: 1999 – MATERIAL DE CONSUMO FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO PROJETO ATIVIDADE: 2012 – DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

CÓDIGO REDUZIDO: 2002 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 02 – URBANISMO

PROJETO ATIVIDADE: 2052 – MANUTENÇÃO E ENC. COM O SETOR DE URBANISMO CÓDIGO REDUZIDO: 1235 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS UNIDADE ADMINISTRATIVA: 02 – URBANISMO

PROJETO ATIVIDADE: 2052 – MANUTENÇÃO E ENC. COM O SETOR DE URBANISMO CÓDIGO REDUZIDO: 1238 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTES: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – SETOR DE TRANSPORTES

PROJETO ATIVIDADE: 2113 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS FETHAB CÓDIGO REDUZIDO: 1359 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES:1112–RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB- ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – SETOR DE TRANSPORTES

PROJETO ATIVIDADE: 2113 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS FETHAB

CÓDIGO REDUZIDO: 1362 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 1112 – RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB- ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – EXTENSÃO DE REDE ELETRICA – COSIP

PROJETO ATIVIDADE: 1120 – ELETRIFICAÇÃO URBANA

CÓDIGO REDUZIDO: 1256 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0017 – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA- COSIP

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – EXTENSÃO DE REDE ELETRICA – COSIP

PROJETO ATIVIDADE: 1120 – ELETRIFICAÇÃO URBANA

CÓDIGO REDUZIDO: 1258 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0017–CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA - COSIP

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – ENSINOS FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2042 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL CÓDIGO REDUZIDO: 270 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0001 – RECURSOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS- EDUCAÇÃO ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO:05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIDADE ADMINISTRATIVA: 04 – ENSINOS FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2042 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL CÓDIGO REDUZIDO: 276 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTES: 0001 – RECURSOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS- EDUCAÇÃO ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO ATIVIDADE: 2047 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR CÓDIGO REDUZIDO: 181 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 1112 – RECURSOS DO FUNDO TRANSPORTE E HABITAÇÃO- FETHAB ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO ATIVIDADE: 2047 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR CÓDIGO REDUZIDO: 180 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTES: 0201 – SEDUC

ELEMENTO:3.3.90.30.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO ATIVIDADE: 2047 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR CÓDIGO REDUZIDO: 189 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTES: 1112 – RECURSOS DO FUNDO TRANSPORTE E HABITAÇÃO- FETHAB ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ADMINISTRATIVA: 03 – TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO ATIVIDADE: 2047 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR CÓDIGO REDUZIDO: 188 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTES: 0201 – SEDUC

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, vigorando até o dia **09 de julho de 2022.**

4.1.1 - As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normasestampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2 - A prestação de serviços de gerenciamento da frota municipal se dará pela contratada no acolhimento das informações necessárias de controle, pelo período de 12 (doze) meses, e consistirá na implantação dos sistemas, no treinamento do pessoal envolvido, no suporte técnico permanente e na atualização das versões que ocorrerem

em função de alterações na legislação ou nas melhorias internas dos sistemas, sendoque o técnico responsável deverá dar assistência imediata, após a comunicação realizada pelo responsável da Secretaria correspondente sobre eventuais problemas ocorridos no sistema.

4.3 - Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato, o qual será emitido por lotes objeto da licitação.

4.4 - A empresa deverá realizar treinamentos PRESENCIAIS na SEDE DA CONTRATANTE, com carga horária de, no mínimo, 16 (dezesseis) horas, para os funcionários indicados (no mínimo, 08 (oito) servidores), para a correta utilização do sistema, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.

4.5 - Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para a execução dos serviços licitados.

4.6 - Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.7 - Os serviços solicitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.8 - É obrigação da empresa contratada promover a implantação do sistema e deixa-lo em pleno funcionamento, inclusive com o treinamento aos serviços executado, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, sob pena de acarretar a rescisão do contrato e aplicação das sansões previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2 - Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6 - Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2- DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1 - Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2 - Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir,direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos;

5.2.3 - Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Executar os serviços nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas aoprocesso.

7.2 - A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será daordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3 - A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão serdescontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recursono prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.6 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea“d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1 - O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC/IBGE.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao lote e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seuregistro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente

registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o lote, poderá o Gestorda Ata proceder à nova licitação para a contratação do serviço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n° 8.666/1993.

9.1.1 - A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada,automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.2 - A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.1.7 - Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.5 - A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As contratações dos lotes objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ORÇAMENTO

11.1 - As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da **Prefeitura Municipal de CONFRESA /MT.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2021**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidores credenciados, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 - A fiscalização ficará a cargo dos servidores**,** nomeados através da **Portaria Municipal nº 177/2021.**

14.2 - A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
EDUCAÇÃO	WILSON DIAS FERREIRA	ODETE DIAS DOS SANTOS	-
OBRAS	ENOQUE SILVA NASCIMENTO	ELIZABETE SOARES BARRETOS	-
SAÚDE	GILSON GERCINO SOUZA	CARLOS LOYSE A. LUZ	EURINON DA SILVA LEAL
GABINETE	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	LUCIANA CALISTO DA SILVA	-
SEC. FINANÇAS	WILLIAN JOSÉ DE MELO	-	-
AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO	-	-
PLANEJAMENTO	KATIANY DOS SANTOS PEREIRA	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	SANDRA FLÁVIA FERREIRA NEVES	-	-

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº-037/2021 -** – SISTEMA DE **REGISTRO DE PREÇOS,** bem como a proposta da empresa CENTRO AMERICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO E SOLUÇÃO TECNOLÓGICA LTDA, classificada em 1º lugar no certame supranumerado. 15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16-1 - As partes elegem o foro da Comarca de Confresa – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento.

CONFRESA – MT, 09 de Julho de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

CENTRO AMERICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO E SOLUÇÃO TECNOLÓGICA LTDA

CNPJ n° 09.179.444/0001-00

Representante Legal: Sr. Jânio Correa Da Silva

CPF n° 965.048.891-04

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 179/2021 ADM DE 12 DE JULHO 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e

normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO** do Contrato abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA DE SAUDE	ANTONIA LUCILENE PEREIRA PINTO CPF.: 961.688.621-53	SUELI FRANCISCA SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04	CARLOS LOYSE LUZ CPF.: Nº 022.720.791-21

CONTRATO	092/2021	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)	40.982.967/0001-30	R$ 11.900,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE ARMARIO TIPO ROUPEIRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAEC – CENTRO DE ATENDIMENTO AO ENFRENTAMENTO DO COVID19 JUNTAMENTE COM O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	60 DIAS – 12/07/2021 Á 10/09/2021.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Julho de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PORTARIA 178/2021 ADM DE 12 DE JULHO 2021.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO** do Contrato abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA DE SAUDE	THAINARA LAZZARI HAMERSKI CPF: 028.882.331-18	ANTONIA LUCILENE PEREIRA CPF: 961.688.621-53	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF: 931.982.486-04

CONTRATO	091/2021	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	SERGIO REZENDE DA SILVA	**05.962.174/0001-59**	**R$ 44.100,00**
OBJETO	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS SENDO EXAMES LABORATORIAIS DO TIPO HEMOGRAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES ADVINDOS DO HOSPITAL E DO CAEC– CENTRO DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO DO COVID19 NO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.*		
PRAZO DE VIGÊNCIA	60 DIAS – 12/07/2021 Á 10/09/2021.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Julho de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N°166/2021

MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 044/2021

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS SENDO EXAMES LABORATORIAIS DO TIPO HEMOGRAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES ADVINDOS DO HOSPITAL E DO CAEC – CENTRO DE ATEN-***

DIMENTO E ENFRENTAMENTO DO COVID19 NO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT

DO VALOR GLOBAL: R$ 44.100,00

VIGÊNCIA: 60 dias - 12/07/2021 Á 10/09/2021.

DATA: CONFRESA, 12 DE JULHO DE 2021.

PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

CONTRATADA: SERGIO REZENDE DA SILVA

CNPJ: **05.962.174/0001-59**

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 242/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021.

Portaria 242/2021 de 12 de Julho de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - **CEDER** para **SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE** o servidor público municipal **LEONARDO XAVIER ELIAS**, matricula 010472, efetivo no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - O ônus da referida cessão ficará para o órgão cedente, neste caso a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**.

Art. 3º - A referida cessão será por período indeterminado e, poderá ser revogada a qualquer tempo por conveniência e/ou necessidade do Município.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Julho de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 167/2021

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°045/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARMARIO TIPO ROUPEIRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAEC – CENTRO DE ATENDIMENTO AO ENFRENTAMENTO DO COVID19 JUNTAMENTE COM O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

DO VALOR GLOBAL: R$ 11.900,00 (ONZE MIL E NOVECENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 60 DIAS - 12/07/2021 A 10/09/2021.

DATA: CONFRESA, 12 DE JULHO DE 2021.

PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

CONTRATADA: SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ n°40.982.967/0001-30.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021, DE 08 DE JULHO DE 2021

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna pública **a retificação do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021**, de 08 de julho de 2021, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens.

[...]

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais - Complementar nº 001/2001, 002/2001, 003/2001, 091/2016 – Ordinária nº 585/2021 e 587/2021 - Decretos nº 022/2012 e nº 043/2015 e suas alterações, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas e Títulos, destinado a formação de cadastro reserva para o exercício de funções do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal que surgirem durante o prazo de validade deste certame. O presente Processo Seletivo Simplificado será regido de acordo com a Legislação Municipal pertinente à matéria, com as instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

[...]

funções, requisitos, tipo de prova, vencimento, carga horária, vagas e taxa de inscrição								
Funções	**Requisitos *(3)**	**Tipo de Prova**	**Vencimento (R$)**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas**			**Taxa de Inscrição (R$)**
					Normal	**PcD**	**Total**	
[...]								
Merendeira	Alfabetizado	Objetiva	1.100,00	40 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	30,00
[...]								
Procurador do Município	Superior em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil = OAB.	Objetiva + Títulos	9.005,52	40 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	50,00
[...]								

5 – DAS PROVAS:

[...]

CARGO DE ENSINO ALFABETIZADO - MERENDEIRA

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
- Português	05	4,00	20,00
- Matemática	05	4,00	20,00
- Específica	10	6,00	60,00
Total	**20**		**100,00**

[...]

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

[...]

9.2. [...]

17) Atestado de Saúde Física e Mental.

9.2.1. Para a obtenção do Atestado de Saúde Física e Mental, o candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a serem realizados pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, que terá decisão terminativa.

9.2.1.1. Os exames laboratoriais e/ou médicos necessários devem ser providenciados pelo candidato às suas expensas.

[...]

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO

→**MERENDEIRA.**

→**Motorista.**

→**PORTUGUÊS PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO:** Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, masculino e feminino, antônimo e sinônimo, diminutivo, aumentativo e divisão silábica.

→**MATEMÁTICA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO** Quantidade; Volume; Comprimento; Massa; Altura; Formas Geométricas; Relógio/Hora. Identificação de abreviatura do sistema de medida. Identificar partes fracionárias de desenhos. Problemas envolvendo dinheiro. As quatro operações simples (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números pares e ímpares. Algarismos romanos. Sequência numérica.

→ **específica para a função de MERENDEIRA:** Recebimento e conferência de gêneros alimentícios e outros materiais; Controle de materiais e utensílios usados na cozinha; Higiene e limpeza da cozinha; higiene e limpeza dos utensílios; higiene e saúde corporal; Reconhecimento de gêneros alimentícios impróprios do consumo humano; Limpeza de pisos, móveis e objetos diversos; Conhecimentos inerentes ao funcionamento de copa/cozinha; Regras de atendimento padrão de servir formalmente uma refeição;Técnicas de confecção de bolos, doces, sucos, café, chás e comidas em geral; Técnicas de armazenamento de alimentos naturais e congelados; Conhecimento sobre diversos tipos de equipamentos de cozinha; Noções básicas de culinária; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de segurança no trabalho: EPIs - Equipamentos de Proteção Individual; Noções de higiene e limpeza; Regras de Segurança; Equipamentos de Proteção; Relações interpessoais; Ética profissional, Noções acerca das funções inerentes a função, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Postura profissional. Organização; conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições da função, do serviço público e de servidores públicos municipais; Regras de hierarquias no serviço público municipal.

→**específica para a função de Motorista:** Legislação e regras de circulação: Legislação e sinalização de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao meio ambiente. Noções de mecânica básica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos. Código de Trânsito Brasileiro. Instrumentos e ferramentas. Eletricidade de autos, sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos: leitura de painel, nível de óleo, água, condições de freio e pneus. Diagnóstico de falhas funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para essa função.

FUNÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

[...]

→**específica para a funçÃO De Procurador do Município:** [...] DIREITO PROCESSUAL CIVIL: [...] Procedimentos especiais: Ações possessórias, [...] .

[...]

Conquista D'Oeste/MT, 12 de julho de 2021.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 – CONSOLIDADO COM AS RETIFICAÇÕES DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais - Complementar nº 001/2001, 002/2001, 003/2001, 091/2016 – Ordinária nº 585/2021 e 587/2021 - Decretos nº 022/2012 e nº 043/2015 e suas alterações, *torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas e Títulos, destinado a formação de cadastro reserva para o exercício de funções do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal que surgirem durante o prazo de validade deste certame. O presente Processo Seletivo Simplificado será regido de acordo com a Legislação Municipal pertinente à matéria, com as instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:*

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

1.1.A funções, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD), a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

funções, requisitos, tipo de prova, vencimento, carga horária, vagas e taxa de inscrição								
Funções	**Requisitos *(3)**	**Tipo de Prova**	**Vencimento (R$)**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas**			**Taxa de Inscrição (R$)**
					Normal	**PcD**	**Total**	
Médico Clínico Geral	Curso Superior em Medicina + Registro no Conselho Regional de Medicina = CRM.	Objetiva + Títulos	9.990,09	20 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	50,00
Merendeira	Alfabetizado.	Objetiva	1.100,00	40 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	30,00
Motorista – CNH	Alfabetizado e CNH na Categoria "D".	Objetiva + Prática	1.431,60	40 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	30,00
Procurador do Município	Superior em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil = OAB.	Objetiva + Títulos	9.005,52	40 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	50,00
Professor - Ensino Fundamental	Licenciatura Plena em pedagogia.	Objetiva + Títulos	2.828,26	25 horas	Cadastro Reserva = CR ***(4)**		Cadastro Reserva = CR ***(4)**	50,00
Total de Vagas					Cadastro Reserva = CR ***(4)**	-	Cadastro Reserva = CR ***(4)**	

NOTAS EXPLICATIVAS:

(1)Siglas:PcD = Pessoas com Deficiência, Vagas reservadas aos Candidatos com Deficiência, conforme item 4.1, deste Edital;*

(2)Escolaridade Mínima Exigida, realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;*

(3)O candidato aprovado e classificado, para ser nomeado, deverá possuir o registro do órgão de fiscalização do exercício profissional, desde que as atribuições da funções pretendido exijam o respectivo registro.Obs: A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da funções, deverão ser comprovadas quando da nomeação até a Contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.*

(4) Os candidatos constantes no cadastro reserva serão convocados de acordo com os interesses e necessidades da Prefeitura Municipal.

1.1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.424.264/0001-50 e compreenderá: **1ª etapa** - provas objetivas, prática e de títulos; **2ª Etapa** - comprovação de requisitos e solicitação de exames médicos, de caráter eliminatório.

1.1.2. A Prefeita Municipal nomeou Comissão de Processo Seletivo Simplificado, através da Portaria nº 096/2021. Compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado.

1.1.3. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das funções que vierem a vagar ou forem criados, durante o prazo de validade do Processo Seletivo, discriminados no item 1 deste Edital.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos classificados, será o Regime Geral de Previdência –RGPS/INSS**.**

1.1.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo serão realizadas na cidade de Conquista D'Oeste/MT.

1.1.7. Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nas funções para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

1.1.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o **horário oficial de Cuiabá/MT.**

1.1.9. Local de Trabalho: Dependências da Administração Municipal, em todo território do município (zonas urbana e rural) ou nas dependências de outras Entidades com as quais o Município mantém convênio, a critério da Administração.

1.1.10. Todos os questionamentos relacionados ao presente Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, por meio do Fale Conosco no endereço eletrônico **www.w2consultores.com.br** ou através do endereço eletrônico **contato@w2consultores.com.br**.

2 – DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - art. 3º).

2.2. Ter na data da Contratação, no mínimo 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da Contratação para o exercício da função.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para a função e o registro do órgão de fiscalização do exercício profissional, caso existente, desde que as atribuições da função pretendida exijam o respectivo registro.

2.8. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

2.9. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da função, deverão ser comprovadas quando da nomeação até a Contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

3 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1. **VIA INTERNET**: **Das 14h00min do dia 09/07/2021 às 23h5900min do dia 22/07/2021, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.** Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou contemplada pela regra de isenção. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

3.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado disponível na página da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Processo Seletivo;

b)O candidato deverá optar pela função a que deseja concorrer;

c) Inscrever-se, no período entre 14h00min do dia 09/07/2021 às 23h59min do dia 22/07/2021através do requerimento específico disponível na página citada;

d)Imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

e) O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES.**

f)A taxa de inscrição deverá ser recolhida em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, por meio de boleto bancário, até a data estabelecida no **CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (ANEXO I deste Edital)**, observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária. **O**s valores das taxas de inscrição serão de acordo com item 1 deste Edital.

ATENÇÃO: a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2. O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta, para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras, e deverá ser pago no prazo nele indicado. A impressão desse documento em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato.

3.2.3. A inscrição via Internet cujo pagamento realizado dentro do prazo, não for creditado na conta específica da Prefeitura Municipal até o primeiro dia útil posterior ao último dia de pagamento da taxa de inscrição não será deferida.

3.3. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO PRESENCIAL:

3.3.1. Não haverá inscrições na forma presencial.

3.4. DA REIMPRESSÃO DO BOLETO:

3.4.1. Todos os candidatos inscritos no período entre **14h00min do dia 09/07/2021 e 23h59min do dia 22/07/2021**poderão reimprimir, caso necessário, o boleto, e efetuar o **PAGAMENTO DO BOLETO BANCÁRIO** referente ao valor da taxa de inscrição até (**23/07/2021**), observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição.

3.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

3.5.1. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, desde que não tenha dado causa às falhas.

3.5.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.5.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de função após efetivação da inscrição.

3.5.5. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.5.6. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.7. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.5.8. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.5.9. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.5.10. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a respectiva função.

3.5.11. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, CPF, Documento de Identidade, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.5.12. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Processo Seletivo Simplificado.

3.5.13. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Processo Seletivo Simplificado ou em um dos casos abaixo:

a) Não realização do Processo Seletivo;

b) Exclusão de alguma função oferecida;

c) Em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) Em caso de pagamento da taxa de inscrição em duplicidade;

e) alteração da data de realização das provas;

f) Demais casos que a Comissão de Processo Seletivo Simplificado julgar pertinente.

3.5.13.1. O Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição, caso ocorra um dos fatos dispostos no item anterior, será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, pelo prazo de até **30 (trinta) dias** após a data de publicação do ato que ensejou o adiamento, suspensão, cancelamento ou exclusão de alguma função oferecida do Processo Seletivo Simplificado. O preenchimento, assinatura e entrega do Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias**, por uma das seguintes formas:

a) mediante protocolo, dentro de um envelope, diretamente na Sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, situada à Avenida dos Oitis, 1200- Centro - CEP: 78.254-000 - Conquista D'Oeste/MT, no horário de expediente. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 002/2021 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** nº de inscrição, nome completo e função pleiteada;

b) através dos Correios, por meio de Aviso de Recebimento - AR (averiguando-se sua tempestividade pela data da postagem), endereçado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** Avenida dos Oitis, 1200- Centro - CEP: 78.254-000 - Conquista D'Oeste/MT. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 002/2021 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT,** nº de inscrição, nome completo e função pleiteada.

3.5.13.2. A restituição da taxa de inscrição será processada nos **30 (trinta) dias** seguintes ao término do prazo fixado no subitem anterior por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição.

3.5.14. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.15. Para verificar se seu pagamento já foi identificado pelos organizadores do Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora: **www.w2consultores.com.br** e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada "**Área do Candidato**", localizada na tela principal do site, informando "**CPF"** e "**SENHA"** cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão "**OK"**. (Em caso de esquecimento, clicar na opção "**ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.**");

c) Será aberta a **ÁREA DO CANDIDATO**. Logo abaixo você tem a opção "**Histórico**";

d) Selecionar o Processo Seletivo Simplificado da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, clicando na opção "**SELECIONE UM PROCESSO SELETIVO**", localizado na parte inferior da tela;

e) A identificação do pagamento ocorre no prazo máximo de até **03 (três) dias úteis** após a efetivação do pagamento da taxa e será exibida a mensagem "**Confirmação de pagamento - EFETUADO"**.

3.5.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial (com deficiência ou não) para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.5.16.1. O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição especial atendida.

3.5.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.5.17. A lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira esta condição no campo específico da Ficha de Inscrição Online, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.5.17.1. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

3.5.17.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.5.17.3. Nos horários previstos para amamentação, a lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova acompanhada de uma fiscal.

3.5.17.4. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

3.6. DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA HIPOSSUFICIENTES E DOADORES DE SANGUE:

3.6.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição, exceto para os candidatos que comprovar sua hipossuficiência por qualquer outro meio em Direito admitido. A Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição será concedida a todos aqueles candidatos que, em razão de limitação de ordem financeira, não possam arcar com o pagamento da taxa de inscrição, sob pena do comprometimento do sustento próprio e de sua família, independentemente de estarem desempregados ou não, podendo esta situação de hipossuficiência ser comprovada por qualquer meio legalmente admitido, com plena consciência do candidato das implicações civis, criminais e administrativas cabíveis em razão de declaração falsa ou parcialmente falsa, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

3.6.1.1. **Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados**. Para comprovar, os candidatos deverão encaminhar **cópia do documento de identidade** e **os documentos comprovantes de renda**, listados abaixo, nos casos de:

a) **Empregados de empresas privadas**: cópia do último Holerite recebido;

b) **Servidores públicos**: cópia do último contracheque recebido ou declaração do órgão ou entidade pública onde trabalha, sendo aceito apenas documento emitido com data máxima de 30 (trinta) dias a contar da data do início das inscrições;

c) **Autônomos**: cópia da declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

d) **Servidores públicos, exonerados ou demitidos:** cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

e) **Pensionistas:** cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

f) **Estagiários:** cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

g) **Desempregados**: cópia declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

h) **Membro de família de baixa renda**, mediante comprovação por documento expedido pelo Setor de Ação Social do Município de Conquista D'Oeste, que consultará o CadÚnico.

3.6.1.2. **Doadores regulares de sangue** deverão apresentar:

a) cópia do documento padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, no qual o doador faz a sua doação, e que já tenha feito no mínimo 03 (três) doações anteriores a publicação deste Edital;

b) cópia do documento de identidade.

3.6.1.3. Para solicitar a inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição de que tratam os subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2, o candidato deverá efetuar a inscrição isenta, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.6.1.3.1. Acessar, no período de **14h00min do dia 09/07/2021 às 23h59min do dia 12/07/2021**, **observado o horário oficial de Cuiabá/MT**, o endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, ler e aceitar o Requerimento de Isenção de Pagamento, devendo no ato da inscrição encaminhar os comprovantes indicados nos subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2, digitalizados em Formato **PDF (ARQUIVO ÚNICO)**.

3.6.1.3.2. Não serão considerados os documentos encaminhados via fax, email ou por outro meio que não o estabelecido neste Capítulo.

3.6.2. As informações prestadas no ato da inscrição na condição de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

3.6.3. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) deixar de efetuar a inscrição pela Internet;

b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

c) fraudar e/ou falsificar documento;

d) pleitear a isenção, sem apresentar os documentos previstos nos subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2 deste Capítulo;

e) não observar o período de postagem dos documentos.

3.6.4. Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/79.

3.6.5. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.

3.6.6. A partir do dia **13/07/2021**o candidato deverá verificar no site da empresa organizadora (**www.w2consultores.com.br**) os resultados da análise das inscrições isentas do pagamento do valor da inscrição, observados os motivos de indeferimento.

3.6.7. O candidato que tiver sua inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição deferida terá sua inscrição validada, não gerando boleto para pagamento de inscrição.

3.6.8. O candidato que tiver sua inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição indeferida poderá apresentar recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação da relação de inscrições indeferidas no site da organizadora: **www.w2consultores.com.br**.

3.6.9. Após a análise dos recursos será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT (**www.w2consultores.com.br**) a relação de inscrições deferidas e indeferidas.

3.6.10. Após decisão do recurso relativo ao deferimento ou indeferimento, se a solicitação da isenção da taxa não for deferida, o candidato deverá imprimir a 2ª via de boleto no site www.w2consultores.com.br ou solicitar no local da inscrição presencial. O candidato deverá observar a data limite para pagamento do boleto.

3.6.11. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.6.12. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.7 – DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.7.1. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), função, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis**,** no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br,** devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

3.7.2. Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, no endereço eletrônico e-mail: (**contato@w2consultores.com.br**)**,** no prazo de até 03 (três) dias, após a divulgação da relação de candidatos inscritos.

3.7.2.1. No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, bem como comunicado diretamente aos candidatos, com anuência da Comissão de Processo Seletivo Simplificado. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.7.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e serão analisados pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.7.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.7.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.7.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. É de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4 – DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Ficam assegurados 2% (dois por cento) das vagas existentes no quadro de funções de provimento efetivo da Administração às Pessoas com Deficiência - PcD. Caso surjam novas vago no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o mesmo percentual será igualmente assegurado às Pessoas com Deficiência - PcD, devidamente aprovadas.

4.1.1. Para pleno atendimento ao subitem anterior no que diz respeito ao arredondamento, na hipótese de aplicação do percentual resultar em número fracionado, este será arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, sendo que o resultado da aplicação dessa regra deve ser mantido, sempre, dentro dos limites mínimo de **2% (dois por cento)** das vagas existentes para cada função, conforme Legislação vigente, regendo-se a disputa pela igualdade de condições.

4.1.2. Não havendo nomeação e Contratação conjunta de todos os aprovados, o 1º candidato de cada função com deficiência aprovado no Processo Seletivo Simplificado será nomeado para ocupar a 11ª vaga, já que em se admitindo reservar vagas quando a oferta em Processo Seletivo Simplificado for inferior a 10 (dez). Em seguida, o 2º candidato de cada função com deficiência aprovado no Processo Seletivo Simplificado será nomeado para

ocupar a 21ª vaga, o 3º para ocupar a 41ª vaga, o **4º** para ocupar a 61ª vaga, e assim sucessivamente, obedecendo ao percentual estipulado pela lei do município, respeitando-se a ordem de classificação da lista dos candidatos aprovados com deficiência.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher a função a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá **(ANEXAR AQUIVO NO FORMATO PDF – ARQUIVO ÚNICO)**, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (cópia legível), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) Requerimento solicitando vaga especial, constando:

b1) O tipo de deficiência;

b2) A necessidade de condição especial prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso, serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

4.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

4.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais e tempo adicional, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

4.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

4.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

5 – DAS PROVAS:

5.1.O Processo Seletivo Simplificado será de provas objetivas, práticas e de títulos, de caráter eliminatório e classificatório.

5.1.1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA PRIMEIRA ETAPA:** Serão aplicadas provas objetivas, práticas e de títulos, de caráter classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA** deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

CARGO DE ENSINO ALFABETIZADO - MERENDEIRA

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
- Português	05	4,00	20,00
- Matemática	05	4,00	20,00
- Específica	10	6,00	60,00
Total	**20**		**100,00**

CARGO DE ENSINO ALFABETIZADO - MOTORISTA

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
- Português	05	2,00	10,00
- Matemática	05	2,00	10,00
- Específica	10	2,00	20,00
Total	**20**		**40,00**

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
- Português	05	4,00	20,00
- Matemática	05	4,00	20,00
- Conhecimentos Gerais	05	2,00	10,00
- Específica	10	5,00	50,00
Total	**25**		**100,00**

5.1.2. A Prova Objetiva, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos para o cargo de motorista e de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, para os demais cargos.

5.1.3. A Prova Objetiva será corrigida por meio de processamento eletrônico.

5.1.4. A Prova Objetiva para todas as funções terá caráter Classificatório e Eliminatório, considerando-se habilitado o candidato que obtiver no mínimo 40% (quarenta por cento) do total de pontos da prova objetiva.

5.1.5. Os candidatos não habilitados nas provas serão excluídos do Processo Seletivo.

5.1.6. As questões das Provas Objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.7. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.8. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.9. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.11. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** devidamente treinado.

5.1.12. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. **DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: A prova objetiva será realizada na cidade de Conquista D'Oeste/MT, com data prevista para o dia 01/08/2021 (Domingo), com duração máxima de 2h30min para sua realização, no período matutino, com início às 09h00min, considerado o horário oficial de Cuiabá.**

5.2.1. O local de realização da prova objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal **Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.**

5.2.2. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos **SOMENTE** no dia da prova objetiva, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.2.3. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em Contratação dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.2.4. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do processo de seleção.

5.2.3.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se a função em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.2.3.2. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.2.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **0h45min**do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e transparente**, comprovante de inscrição e de **documento de identiFICAÇÃO original COM FOTO (registro na classe, RG ou carteira de habilitação).**

5.2.5. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.2.6. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas apenas quando o nome deste constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 3.7.2.1 deste Edital.

5.2.7. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador do local de provas, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de 2 (dois) candidatos, testemunhas do fato.

5.2.7.1. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação da prova requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação da prova, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de provas/cadernos de rascunhos, folhas de respostas/cadernos de textos definitivos, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.2.8. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.2.8.1. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher à impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.2.8.2. Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital deverão assinar três vezes uma declaração onde assumem a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento deste procedimento acarretará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.2.9. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original com foto que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC, CRA etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social (novo modelo digital), Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

5.2.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.2.9.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteira de trabalho (modelo antigo), carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.2.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.2.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte.

5.2.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.2.9 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

5.2.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.2.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horários diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.2.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, smartphones, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Processo Seletivo Simplificado. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.2.11.1. Não será permitida a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto o mesmo estiver dentro do pátio da unidade.

5.2.11.2. Para a segurança de todos os envolvidos no Processo Seletivo Simplificado, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas.

5.2.12. Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.2.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.2.14. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que faltar á prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.2.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no item 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.2.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas depois de decorridos **01h30min** contados do seu efetivo início.

5.2.17. O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas.

5.2.17.1. Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

5.2.18. Terá sua prova anulada e será automaticamente **ELIMINADO** do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) Apresentar-se em local diferente daquele constante na convocação oficial;

c) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) Não apresentar documento que bem o identifique;

e) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) Ausentar-se do local de provas antes de decorrida **01h00min** do seu início;

g) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não autorizado pela Organizadora no dia da aplicação das provas;

h) Ausentar-se da sala de provas levando o Cartão-Respostas, Caderno de Questões (exceto no caso citado no item 5.2.16 deste Edital) ou outros materiais não permitidos;

i) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

l) Estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, notebook, tablets, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido;

m) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

n) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

o) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

p) Não apresentar a documentação exigida;

q) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

r) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

s) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.2.18.1. Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos aparelhos indicados nas alíneas “l” e “m” do item 5.2. 18. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Organizadora exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem, lacrada, permanecer embaixo da mesa/ carteira durante toda a aplicação da prova.

5.2.18.2. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

5.2.18.3. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja verificado que não houve intenção de burlar o edital o candidato será mantido no Processo Seletivo.

5.2.19. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova escrita.

5.2.19.1. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

5.2.20. A ocorrência de quaisquer das situações contidas no item 5.2.18 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.20.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

5.2.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.2.22. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.2.23. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da prova objetiva e o comparecimento no horário determinado.

5.2.24. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários (**Inclusive se tratando de horário de verão, estiver em vigor**) e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.2.25. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado, devendo inclusive observar o horário brasileiro de verão, caso esteja em vigor.

5.3. DA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

5.3.1. Submeter-se-ão à prova prática os candidatos na função de **Motorista**, de caráter eliminatório e classificatório, totalizando **60 (sessenta)** pontos, sendo considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) de aproveitamento dos pontos na referida prova.

5.3.2. A prova prática será realizada no dia **01/08/2021 (Domingo), com início às 13h00min** e, caso haja necessidade devido ao número de candidatos, serão designadas novas datas, em horários diversos, de acordo com cada função, conforme estabelecido em Edital publicado em data oportuna.

5.3.3. Os resultados da prova prática, para os classificados nesta fase, serão afixados no quadro de avisos da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT** e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, fax ou e-mail.

5.3.4. Os candidatos deverão comparecer no local indicado para realização da prova, munidos do comprovante de inscrição e documento de identidade; carteira nacional de habilitação, na categoria exigida da função; caso contrário, não poderão efetuar a referida prova.

5.3.5. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas e na lista de presença.

5.3.6. **LOCAL:** O local e o horário de realização da prova Prática, para o qual deverá se dirigir o candidato será divulgado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT. **São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da prova Prática e comparecimento no horário determinado**.

5.3.7. Os candidatos convocados para a prova prática, conforme cronograma do Processo Seletivo Simplificado terá seus nomes e respectivas pontuações divulgadas no quadro de avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, sendo que esta comunicação não tem caráter oficial, apenas informativo, devendo os candidatos que participarão desta fase comparecer no local de realização da mesma.

5.3.8. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

5.3.9. Para os candidatos a função de **Motorista,** deverá possuir habilitação de acordo com a função. O Candidato ***deve estar ciente que somente será autorizado a se submeter à prova prática*** se portar a carteira de habilitação original na categoria exigidae/ou digital, com validade na data da realização das mesmas, de conformidade com CTB - Código de Trânsito Brasileiro, pois nenhum condutor poderá dirigir na via pública sem portar seu respectivo documento de habilitação na via original e/ou digital e da classe correspondente ao veículo dirigido.

5.3.10. Os candidatos a função de **Motorista,**deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua carteira nacional de habilitação original e/ou digital exigida.

5.3.11. Será avaliada a capacidade, atenção e percepção dos candidatos no trato das questões ligadas à sua categoria profissional, a habilidade no manuseio de equipamentos, bem como o conhecimento de normas de segurança no trabalho, de acordo com as determinações do examinador constará de condução do veículo, em vias públicas da cidade, buscando evidenciar de forma profissional a postura do condutor candidato, entre outras atividades correlatas a função.

5.3.12. Avaliar-se-á na prova prática para a função de **Motorista**:

a) capacidade de atenção e percepção em trânsito com fluxo de pedestres;

b) habilidade na condução do veículo;

c) atinência às regras de trânsito.

d) A prova constará de prática de direção, em veículo a ser definido no ato da prova, avaliada por profissional habilitado, consumando em Laudo de Avaliação Técnica, que verificará a capacidade prática do candidato no exercício e desempenho das tarefas da função, segundo sua categoria profissional.

5.3.12.1. A Prova Prática para as funções de **Motorista** será avaliada em função da pontuação negativa por faltas cometidas durante todas as etapas do exame, atribuindo-se o seguinte:

a)falta gravíssima: eliminatória;

b) uma falta grave: 20,0 (vinte) pontos negativos;

c) uma falta média: 10,0 (dez) pontos negativos;

d) uma falta leve: 5,0 (cinco) pontos negativos.

5.3.13.1. Constituem faltas no exame de direção:

I - Falta eliminatória - Gravíssima:

- Perder o controle da direção do veículo em movimento.

- Subir meio fio ou calçada.

- Colidir com objetos ou veículo no percurso.

II - Falta Grave - Menos 20,0 (vinte) pontos por falta:

- Deixar de observar a sinalização da via, sinais de regulamentação, de advertência e indicação.

- Exceder a velocidade indicada para a via.

- Deixar de usar o cinto de segurança.

III - Falta Média – Menos 10,0 (dez) pontos por falta:

- Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento.

- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.

- Arrancar sem soltar o freio de mão.

- Macha-ré rente ao meio fio.

IV - Falta leve - menos 5,0 (cinco) pontos por falta:

- Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado.

- Engrenar as marchas de maneira incorreta.

- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores.

- Usar incorretamente os instrumentos do painel.

5.3.14. A não execução do teste prático pelo candidato na totalidade preestabelecido ou falhas praticadas como colisão com outro veículo ou qualquer objeto presente no percurso, tais como: subir no meio-fio ou colocar em risco a vida dos passageiros que se encontrarem o veículo na hora do teste e de transeuntes, implicará na reprovação.

5.3.15. Não haverá segunda chamada do Exame de Direção por ausência do candidato, seja qual for o motivo alegado.

5.3.16. Para a realização da prova prática para a função de **Motorista**, o candidato deverá comparecer ao local previsto com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido da ficha de inscrição definitiva, documento de identidade e da Carteira Nacional de Habilitação exigida para a função, e, a não apresentação dos documentos em original impedirá o candidato de participar da prova, não sendo aceito qualquer outro documento.

5.3.17. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

5.6.18. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela empresa organizadora (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

5.4. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.4.1. A avaliação de títulos somente para as Funções de nível superior, de caráter apenas classificatório, valerá até 03 (três) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor, que serão somados à pontuação final do candidato, valendo exclusivamente para efeitos de classificação, razão pela qual sua apresentação é facultativa.

5.4.2. O candidato deverá encaminhar uma cópia autenticada em cartório de cada título acompanhado dos documentos pessoais (CPF e RG).

5.4.2.1. Os Títulos deverão ser entregues no dia **01/08/2021**, no mesmo **local e horário de realização da prova objetiva**, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, por todos os candidatos inscritos que assim desejarem acondicionados em envelope lacrado, com uma cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos, **ANEXOVI - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS**, deste Edital, devidamente preenchida e fixada/colada do lado de fora do envelope, declarando os títulos pretendo que sejam avaliados, o número de documentos entregues, seu nome e a função pretendido, com letra legível ou de forma. Para fins de protocolo, o Candidato poderá levar uma segunda cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos, devidamente preenchida, na qual será atestada pelo fiscal da sala.

5.4.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados na prova objetiva.

5.4.4. **Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Tabelião em Cartório**, **bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação**.

5.4.5. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, à atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.4.6. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.4.6.1. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.4.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.4.8. Os títulos não são cumulativos, só serão computados a um único título, sendo considerado, para tal fim o de maior pontuação.

5.4.9. Os títulos considerados neste Processo Seletivo Simplificado, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS		
Alínea	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica da função pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	3,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica da função pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	2,50
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica da função pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	2,00

5.4.10. Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação com colação de grau (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.4.11. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea "C" do quadro de títulos deste Edital, o certificado deverá informar que o Curso de Especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.4.11.1. Caso o certificado não informe que o Curso de Especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.4.11.2. Não receberá pontuação na alínea "C" do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.4.12. Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea "C" do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que conste a carga horária, e desde que for compatível com a função inscrito.

5.4.13. Os diplomas (mestrado e doutorado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.4.14. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.4.15. Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como: comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos - que não estejam em consonância com as disposições deste Edital, não serão considerados para efeito de pontuação.

5.4.16. Não será considerado o título de pós-graduação para a função pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

5.4.17. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem às circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela empresa organizadora (turno matutino ou vespertino), o qual será realizado de forma aleatória.

6 – DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas / conteúdo programático das provas escritas para as diversas funções compõem o **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA,** do presente Edital.

6.2. O **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA,** integrante deste Edital contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.3. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT** e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item da prova objetiva poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. A nota final dos candidatos será igual ao somatório dos pontos obtidos na Prova Objetiva, Prática e de Títulos (se houver), com a nota obtida na Prova De títulos, obedecido aos critérios estabelecidos, neste edital.

7.2. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados nas vagas estabelecidas neste Edital, como CLASSIFICADOS, e comporá o Cadastro de Reserva, observada a reserva de vagas às pessoas com deficiência de que trata o item 4.1, deste Edital.

7.3. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

7.4. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os classificados, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 anos, no momento do desempate neste Processo Seletivo Simplificado, conforme o disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;

c) Maior pontuação na Prova Objetiva de Língua Portuguesa;

d) Maior pontuação na Prova Objetiva de Matemática;

e) Maior idade, dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos.

g) Sorteio.

7.5. O Resultado será publicado no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/**,** ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

7.6. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

8 – DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. O candidato que desejar interpor recursos disporá de até 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente ao de sua divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.

8.2. Caberá recurso à **W2 AUDITORES E CONSULTORES, em todas as decisões proferidas durante o Processo Seletivo Simplificado que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos,** contra quaisquer erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo todas as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, pedido de isenção, formulação das questões, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas, incluído o fator de desempate estabelecido e o resultado classificatório e quaisquer outras etapas, em **até 2 (dois) dias úteis**, a contar do dia subsequente ao da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.3. Os recursos deverão ser apresentados por meio da internet, em formulário eletrônico próprio disponível no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, no link "INSCRIÇÕES ONLINE", onde o candidato deverá selecionar o Processo Seletivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT e acessar o PORTAL DO CANDIDATO.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Serão aceitos recursos via postal ou *in loco.*

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável**, de 2 (dois)dias, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e função.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos (administrativo ou judicial) resultarem anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.13. Será assegurado aos candidatos o direito de ampla defesa e contraditório em todos os recursos interpostos.

8.14. Os recursos interpostos serão respondidos pela empresa organizadora do Processo Seletivo e respectivo parecer será disponibilizado ao candidato no endereço eletrônico da empresa organizadora - www.w2consultores.com.br, no máximo, até a data do evento subsequente constante do **CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (ANEXO I deste Edital)**.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pela Prefeita Municipal e divulgado no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

9.2. Após homologado o Processo Seletivo Simplificado, o candidato será convocado para, apresentar os seguintes documentos, no prazo a ser estipulado em edital a ser oportunamente publicado:

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3) Original e Cópia do CPF;

4) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

7) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

8) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

9) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

10) Carteira de habilitação (no caso de exigência da função);

11) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

12)Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

13) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

14) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

15) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

16) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

17) Atestado de Saúde Física e Mental.

9.2.1. Para a obtenção do Atestado de Saúde Física e Mental, o candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a serem realizados pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, que terá decisão terminativa.

9.2.1.1. Os exames laboratoriais e/ou médicos necessários devem ser providenciados pelo candidato às suas expensas.

9.3. O candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.4. O candidato, após a convocação, terá o prazo de 15 (quinze) dias para se apresentar e realizar os procedimentos e exames descritos no subitem 9. 2, devendo entrar em exercício da função também no prazo de 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho da mesma.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura na função, sendo-lhes assegurado o direito de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.7. A inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.8. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, por ato da Prefeita Municipal.

9.8.1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado será efetuada pelo conjunto de funções constantes do presente Edital.

9.9. O candidato que desejar relatar à **W2 AUDITORES E CONSULTORES** fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo Simplificado ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto ao Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** pelo e-mail: **contato@w2consultores.com.br; e**ndereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, e junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.11. O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do local de provas em que o candidato efetuou a referida prova.

9.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo e Responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.15. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT**, e/ou da organizadora **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.16. Os resultados divulgados terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação, que reproduzirá o publicado em meio oficial no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT e no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**

9.17. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo Simplificado.

9.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES,** com anuência da comissão de Processo Seletivo Simplificado.

9.20. Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da expiração do prazo de validade do Certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

9.21. O candidato deverá consultar frequentemente no q**uadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/, para verificar as informações que lhe são pertinentes, referentes à execução do Processo Seletivo Simplificado.

9.22. A **W2 AUDITORIA E CONSULTORIA** não participa do processo de homologação, convocação, nomeação e Contratação dos candidatos aprovados. Tais informações deverão ser obtidas junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT** e **endereços eletrônicos já indicados**.

9.23. O prazo de impugnação deste edital será de 2 (dois) dias úteis a partir da sua data de publicação.

9.24. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO; ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA; ANEXO III - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES; ANEXO IV - MODELO DE REQUERIMENTO DE NECESSIDADES ESPECIAIS; ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE; ANEXO VI – FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS).**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Conquista D'Oeste/MT, 08 de Julho de 2021.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO - Prefeita Municipal

MIRNE MARIA ROMUALDO - Presidente da Comissão

GEISSIELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO - Secretária da Comissão

MARINA DA GAMA SOUZA -Membro da Comissão

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
08/07/2021	Publicação do resumo do Edital de Abertura
	Publicação da íntegra do Edital de Abertura.
09/07/2021 a 22/07/2021	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado.
09/07/2021 a 12/07/2021	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição
13/07/2021, após as 16h00min	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
14 e 15/07/2021	Prazo par recursos sobre a divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
23/07/2021	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição
	Último dia para os Candidatos no Processo Seletivo Simplificado e Entrega do Laudo Médico pelo candidato que quiser concorrer como deficiente
26/07/2021, após as 16h00min	Divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da Relação de Candidatos Inscritos
27 e 28/07/2021	Prazo para recursos sobre a divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da **Relação de Candidatos Inscritos**
29/07/2021, após as 16h00min	Divulgação do Local de Realização da Prova Objetiva, Prática e de títulos (confirmação de data e horários de realização das provas)
	Disponibilização do Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI de todos os candidatos
01/08/2021	Realização da prova objetiva, prática e de títulos.
01/08/2021, após as 18h00min.	Divulgação dos gabaritos da prova objetiva.
02 e 03/08/2021	Prazo para recursos sobre a divulgação dos gabaritos da prova objetiva.
Até 09/08/2021, após as 16h00min	Divulgação do Gabarito Definitivo e Parecer dos recursos sobre os gabaritos das provas escritas e objetivas e o Resultado da provas objetivas, prática e de títulos.
Até 10 e 11/08/2021	Prazo para recursos sobre a divulgação do Resultado da provas objetiva, prática e de títulos.
13/08/2021, após as 16h00min	Divulgação do parecer sobre o Resultado da provas objetivas, prática e de títulos e o Resultado classificatório.
16 e 17/08/2021	Prazo para recursos sobre a divulgação do Resultado classificatório.
18/08/2021, após as 16h00min	Divulgação do parecer sobre o Resultado Classificatório e o Resultado dos classificados e do Resultado Final (em ordem de classificação, contemplando somente os candidatos classificados e excedentes).
No prazo máximo de **10 (dez)** dias, serem finalizadas todas as etapas.	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pela Prefeita Municipal.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO

→MERENDEIRA.

→Motorista.

→PORTUGUÊS PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO: Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, masculino e feminino, antônimo e sinônimo, diminutivo, aumentativo e divisão silábica.

→MATEMÁTICA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO ALFABETIZADO Quantidade; Volume; Comprimento; Massa; Altura; Formas Geométricas; Relógio/Hora. Identificação de abreviatura do sistema de medida. Identificar partes fracionárias de desenhos. Problemas envolvendo dinheiro. As quatro operações simples (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números pares e ímpares. Algarismos romanos. Sequência numérica.

→ **específica para a função de MERENDEIRA:** Recebimento e conferência de gêneros alimentícios e outros materiais; Controle de materiais e utensílios usados na cozinha; Higiene e limpeza da cozinha; higiene e limpeza dos utensílios; higiene e saúde corporal; Reconhecimento de gêneros alimentícios impróprios do consumo humano; Limpeza de pisos, móveis e objetos diversos; Conhecimentos inerentes ao funcionamento de copa/cozinha; Regras

de atendimento padrão de servir formalmente uma refeição; Técnicas de confecção de bolos, doces, sucos, café, chás e comidas em geral; Técnicas de armazenamento de alimentos naturais e congelados; Conhecimento sobre diversos tipos de equipamentos de cozinha; Noções básicas de culinária; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções de segurança no trabalho: EPIs - Equipamentos de Proteção Individual; Noções de higiene e limpeza; Regras de Segurança; Equipamentos de Proteção; Relações interpessoais; Ética profissional, Noções acerca das funções inerentes a função, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Postura profissional. Organização; conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições da função, do serviço público e de servidores públicos municipais; Regras de hierarquias no serviço público municipal.

→**específica para a função de Motorista:** Legislação e regras de circulação: Legislação e sinalização de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao meio ambiente. Noções de mecânica básica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos. Código de Trânsito Brasileiro. Instrumentos e ferramentas. Eletricidade de autos, sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos: leitura de painel, nível de óleo, água, condições de freio e pneus. Diagnóstico de falhas funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para essa função.

FUNÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

→**Médico Clínico Geral.**

→**Procurador do Município.**

→**Professor - Ensino Fundamental.**

→**PORTUGUÊS PARA TODAS AS FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR:** Compreensão e interpretação de textos, e Tipologia textual; Conhecimentos linguísticos gerais e específicos: Fonética (Letra/fonema; divisão silábica, sílaba tônica; Encontros Vocálicos, consonantais e dígrafos). Morfologia (Estrutura e Formação de Palavras; Classes de Palavras); Sintaxe: (Frase, oração e período. Sintaxe do período simples - Termos Essenciais, Integrantes e Acessórios - Sintaxe do Período Composto - Orações coordenadas e subordinadas; Regência verbal e nominal; Crase; Concordância verbal e nominal; Pontuação (Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Vozes verbais; Significação das Palavras; Emprego de Porque/porquê/por que/por quê, mal/mau, há/a, senão/se não/ afim/a fim, onde/aonde); Estilística: Sentido Denotativo e Conotativo; Figuras de linguagem - Metáfora, Metonímia, Pleonasmo, Hipérbole, Eufemismo, Antítese, Elipse, Zeugma, Gradação, personificação e Ironia; Vícios de Linguagem, Funções do QUE e SE.

→**MATEMÁTICA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:** Conjuntos; Conjuntos numéricos; Funções; Relações; Função polinomial do 1º e 2º grau; Função modular; Função exponencial; Função logarítima; Progressões aritméticas e geométricas; Matrizes; Determinantes; Sistemas Lineares; Análise combinatória; Binômio de Newton; Conjuntos de números complexos; Polinômios; Trigonometria - Aplicação no triangulo retângulo, Funções circulares, Relações e identidades trigonométricas, Transformações trigonométricas; Equações trigonométricas; Inequação trigonométricas; Relações de triângulos quaisquer; Geometria - Semelhança de figuras geométricas planas, Relações métricas no triângulo retângulo, Polígonos regulares inscritos na circunferência, relações métricas, Área das figuras geométricas planas, Poliedros, Prismas, Pirâmide, Cilindro, Cone, Esfera; Geometria analítica - Introdução à geometria analítica plana, Estudo da reta no plano, cartesiano, Estudo da circunferência no plano cartesiano.

→**CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:** Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo, divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais e Atualidades: Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Noções de cidadania e princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georeferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Notícias em geral da atualidade.

→**específica para a função de Médico Clínico Geral:**Prontuário Médico; Reanimação Cardio-Respiratória; Preenchimento de Declaração de Óbito; Doenças de Notificação Compulsória; Noções de Farmacologia; Código de Ética Médica; Noções Básicas de Urgência/Emergência na Prática Médica: Reanimação Cardio-respiratória-cerebral. Emergência Hipertensiva. Infarto agudo do miocárdio. Arritmias cardíacas paroxísticas. Insuficiência cardíaca. Edema agudo de pulmão.Insuficiência respiratória. Descompensações no paciente diabético. Acidente vascular cerebral. Estado epilético. Cuidados gerais com o paciente em medicina interna; Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial; dislipidemias; cardiopatia isquêmica; insuficiência cardíaca; miocardiopatias e valvulopatias; arritmias cardíacas; Infecções respiratórias. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica; embolia pulmonar; pneumonias e abcessos pulmonares; doença pulmonar intersticial; hipertensão pulmonar; tuberculose, edema agudo de pulmão. Doenças gastrointestinais e hepáticas: úlcera péptica; doenças intestinais inflamatórias e parasitárias; diarréia; colelitíase e colecistite; pancreatite; hepatites virais e hepatopatias tóxicas; insuficiência hepática crônica; cirrose; abdome agudo. Doenças renais: infecções do trato urinário; insuficiência renal aguda e crônica; glomerulonefrites; síndrome nefrótica; litíase renal. Doenças endócrinas: diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; obesidade; tireoidite e nódulos tireoidianos; distúrbios das glândulas suprarenais; distúrbios das glândulas paratireóides. Doenças reumáticas: artrites; espondiloartropatias; colagenoses; gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. Tétano, Raiva Humana, Leptospirose, Dengue, Escabiose, Pediculose, esquistossomose, hanseníase, leishmaniose. Distúrbios hidroeletrolíticos e acidobásicos; Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. Anemias, púrpuras, distúrbios da coagulação. Intoxicações exógenas; Acidentes por animais peçonhentos. Doenças sexualmente transmissíveis; Doenças neurológicas: Cefaléias, epilepsia; AVC, meningites; polirradiculoneurites, polineurites, doença periféricas; Doenças degenerativas e infecciosas do SNC. Alcoolismo. Enfermidades bucais. Micoses superficiais, dermatites. Emergências psiquiátricas. TEP e TVP: Anticoagulantes e Fibronoliticos. SAÚDE PÚBLICA: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

→**específica para a funçÃO De Procurador do Município:** DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição. Conceito. Classificação e interpretação das Normas Constitucionais. A ordem constitucional vigente. Supremacia constitucional e controle da constitucionalidade das normas. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos em espécie, direitos sociais, direitos da nacionalidade e direitos políticos. Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro: União, Estados Federados e Municípios. A Administração Pública na Constituição Federal. Funções essenciais à Justiça. Princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Seguridade social: previdência social, saúde e assistência social. Educação, cultura e desporto. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública: conceito e características. Administração Direta e Indireta. Regime jurídico administrativo: princípios da Administração pública, prerrogativas e sujeições. Poder normativo, poder disciplinar, poder hierárquico e poder de polícia. Atos Administrativos: conceito, atributos, elementos, classificações e extinção. Discricionariedade e vinculação, processo administrativo. Contratos Administrativos: conceito, peculiaridades, alteração, interpretação, formalização, execução e inexecução. Modalidade de contratos administrativos. Contrato de gestão, convênios e consórcios. A Teoria da Imprevisão e seus reflexos nos Contratos Administrativos. Licitação: conceito, princípios, modalidade e procedimento (Lei 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores) servidores públicos: conceito, classificação, provimento, vacância, responsabilidade e regime previdenciário. Responsabilidade do Estado. Bens públicos. Controle da Administração Pública. DIREITO TRIBUTÁRIO: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Normas Gerais de Direito Tributário. Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies. Obrigações tributárias: conceito, fato gerador, sujeitos ativo e passivo. Obrigação principal e acessória. Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, revisão, suspensão, extinção e exclusão. Responsabilidade tributária. O Sistema Tributário Nacional: tributos federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Repartição das receitas tributárias. DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO: Normas gerais de Direito Financeiro. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento. Lei de Responsabilidade Fiscal. DIREITO CIVIL: Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Personalidade e capacidade jurídica. Domicílio. Bens: Conceito e Classificações. Fatos, Atos e Negócio Jurídicos: Modalidade, Defeitos, Forma e Nulidades. O Direito Adquirido. Contratação: Conceito, classificação, aquisição, efeitos e perda. Propriedades: conceito, aquisição e perda. Direitos de vizinhança. Condomínio geral e condomínio edilício. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos do promitente comprador. Penhor, hipoteca e anticrese. Obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento. Contrato: conceito, classificações, disposições gerais e extinção. Espécies de Contrato: compra e venda, troca ou permuta, doação, locação, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, mandato e fiança. Atos unilaterais. Responsabilidade Civil: princípios gerais. Casamento. Relações de Parentesco. Alimentos. Bem de família. União estável. Sucessões: sucessão legítima e sucessão testamentária. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Estrutura do Código de Processo Civil. Processos de Conhecimento. Jurisdição e Ação. Partes e Procuradores. Atos Processuais. Formação, suspensão e extinção do Processo. Antecipação e tutela. Procedimento sumário. Procedimento Ordinário. Recursos. Processo de Execução: disposições gerais, espécies, suspensão e extinção. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Processo Cautelar: disposições gerais, Arresto, Sequestro, Busca e Apreensão, Exibição, Produção Antecipada de Provas e atentado. Procedimentos especiais: Ações possessórias, Ação de Nunciação de Obra Nova, Ação de Usucapião, Inventários e Partilhas, Embargos de Terceiro e Ação de Desapropriação. Procedimento das ações constitucionais: Ação Popular, Mandado de Segurança e Ação Civil Pública. DIREITO MUNICIPAL: Município: Organização e Regime Jurídico do Município na Constituição Federal de 1988; Da Organização dos Poderes Municipais; impostos Municipais; Tributação e Orçamento do Município; Competências Legislativas Municipais Exclusivas, Concorrentes e Subsidiárias; Da Responsabilidade Civil e Penal dos Prefeitos; Da Responsabilidade Civil e Penal dos Vereadores; Da Inviolabilidade Penal dos Detentores de Cargo Eletivo; Do Meio Ambiente e sua Proteção na Esfera Municipal.

→**específica para a funçÃO de Professor - Ensino Fundamental:** Visão histórica da Educação Infantil no Brasil. Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança. O imaginário infantil. O professor de Educação Infantil: Perfil. Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social. Relação entre o cuidar e o educar. A construção do raciocínio matemático. Pensamento e linguagem – leitura e escrita – letramento. A instituição e o projeto educativo. O jogo como recurso privilegiado. O brincar e o brinquedo. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, natureza e ambiente, e matemática. Avaliação do processo educativo na Educação Infantil. **Conhecimentos Pedagógicos:** Fundamentos da Educação; Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas. Relações socioeconômicas e político culturais da educação. Educação e Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. A função social da escola; Inclusão educacional e respeito à diversidade. Didática e organização do ensino. Saberes Escolares, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem. Novas tecnologias da informação e comunicação e sua contribuição com a prática pedagógica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 atualizada (princípios, fins e organização da Educação Nacional, níveis e modalidades de Educação e Ensino). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Educação Infantil e Ensino Fundamental. Diretrizes para Educação Especial. Base Nacional Curricular Comum. Concepção de planejamento, elaboração, operacionalização e avaliação. Gestão democrática na escola. Organização curricular. A construção do conhecimento. Processo ensino aprendizagem (papel do educador, do educando, da sociedade). Educação inclusiva. A importância da educação como processo de mudança. Trabalho com projetos. A construção do conhecimento e a relação ensino-aprendizagem. Utilização das novas tecnologias educativas na educação. Didática. Relação professor-aluno no processo ensino aprendizagem. A indisciplina e o processo educativo. Ética profissional. Projeto Político Pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino. Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 9.394/96: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ANEXO III - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES

→**MERENDEIRA**: Preparação de refeições para alunos da rede pública; lavagem de louças, panelas e talheres e afins, servir as refeições. **Descrição da Função:** Preparar as refeições servidas na merenda escolar, primando pela boa qualidade; solicitar aos responsáveis, quando necessários, os gêneros alimentícios utilizados na merenda; conservar a cozinha em boas condições de higiene e de trabalho, procedendo a limpeza dos utensílios; servir a merenda aos escolares; manter os gêneros alimentícios em perfeitas condições de armazenagem e acondicionamento; executar outras tarefas correlatas.

→**MÉDICO CLÍNICO GERAL:** Realizar tarefas inerentes às áreas de saúde pública; Participação da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamentos da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades, para determinação de programas a serem desenvolvidos; Realizar avaliação periódica dos serviços prestados; Participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (Programas de Vigilância Epidemiológica); Opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral à saúde individual, bem como de grupos específicos, particularmente daqueles grupos prioritários e de alto risco; Participar da operacionalização do sistema de referência e contra - referência ao paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; Participar de programas e atividades de educação sanitária, visando a melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; Participar junto ao setor componente, das atividades relacionadas com o recrutamento, seleção

e treinamento de pessoal; Efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; Dar, quando solicitado, parecer técnico nos processos de padronização, aquisição, distribuição, instalação e manutenção de equipamentos e materiais para a área de saúde;Promover o registro dos atendimentos efetuados;Participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; Prestar atendimento médico preventivo, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente e diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; Requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; Participar de juntas médicas, avaliando a capacidade de pacientes, verificando suas condições de saúde, emitindo laudos para admissão de servidores, concessão de licenças, aposentadorias, readaptações e emissão de carteira e atestados de sanidade física e mental; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade;Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

→**MOTORISTA:** Conduzir o veículo respeitando rigorosamente a Legislação de Trânsito; Conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral; Conduzir veículos automotores, destinado ao transporte de passageiros e cargas de grande porte, até categoria caminhão e carreta; Recolher veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; Fazer reparos de emergência; Zelar pela conservação do veículo que lhe fora entregue; Encarregar-se do transporte e entrega da carga que for confiada, tendo cuidado especial para que não haja excesso que prejudique o veículo; Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;Verificar o funcionamento do sistema elétrico, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; Providenciar a lubrificação quando indicada; Verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibração de pneus; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade;Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; Executar outras tarefas que lhe serão determinadas pelo superior hierárquico.

→**PROCURADOR DO MUNICÍPIO:** Promover a cobrança da dívida ativa municipal e executar as decisões do Tribunal de Contas em favor da Fazenda Pública Municipal; propor ao Prefeito Municipal ação de inconstitucionalidade de quaisquer normas, na forma da Constituição Federal, elaborando o correspondente instrumento; propor ao Prefeito Municipal ação declaratória de nulidade ou anulação de quaisquer atos havidos como ilegais ou inconstitucionais; exercer o controle das desapropriações; exercer o controle documental da legislação municipal; exercer as funções de consultoria e de assessoramento jurídico, de coordenação e supervisão técnico-jurídica do Poder Executivo, na aplicação e controle das normas jurídicas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação administrativa na execução de leis ou de atos do Poder Executivo e fazer a exegese das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município de Conquista D´Oeste-MT; exercer o controle da apresentação dos Precatórios Judiciais, na forma estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil; representar, concorrentemente, judicial e extrajudicialmente, entidades autárquicas, fundacionais ou empresas públicas, nos termos definidos em ato do Prefeito Municipal; prestar assessoramento ao Prefeito Municipal na elaboração de processo legislativo e no controle da legalidade dos atos administrativos; executar atividades referentes à apuração de irregularidades funcionais e de responsabilidades; exercer outras atividades compatíveis com os princípios institucionais da Procuradoria-Geral do Município.

→**PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL:** Ministrar aulas para alunos do ensino fundamental e da educação infantil e para alunos de Educação Especial educáveis, conforme sua formação e especialização didática; Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, reuniões e oficinas promovidas pela Secretaria de Educação; Elaborar o Plano Global, Calendário Escolar, jornadas pedagógicas, sessões de estudo e outras; Participar de todos os eventos sociais, culturais, cívicos e políticos realizados pela escola, pela Secretaria Municipal de Educação e outras; Para alunos de Pré- Escola de quatro a seis anos de idade desenvolvendo os conteúdos mínimos exigidos para cada série e os que forem surgindo de acordo com a realidade de cada comunidade e do interesse dos alunos; Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, juntamente com a equipe diretiva e demais professores e funcionários, estudando a legislação vigente, PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), discutir assuntos referentes a estes e pertinentes aos alunos, sanar dúvidas e buscar subsídios para desenvolvimento de suas atividades; Elaborar juntamente com a equipe diretiva, o Plano Global, Calendário Escolar, Jornadas Pedagógicas, sessões de estudo, atividades extraclasse, envolvendo comunidade em geral, proposta político pedagógica, reuniões por série com pais e alunos, entrega de boletins, projetos, tais como integração de culturas, saídas de campo, seminários, dança e outros; Atender pais, alunos e a comunidade em geral; esclarecer dúvidas, expor as normas da escola, direitos e deveres; participar de reuniões e oficinas promovidas pela Secretaria, do currículo por atividade e currículo por disciplina; discutir assuntos pertinentes a este, treinando técnicas a serem aplicadas em sala de aula; confeccionar materiais didáticos e preparar jogos; sanar dúvidas, colher subsídios para o bom desempenho de suas atividades; executar outras atividades correlatas com as tarefas acima descritas.

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Eu, _____ inscrito no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021 da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT com nº de inscrição: _____ para a funções de _____ venho através deste REQUERER PROVA E/OU TRATAMENTO ESPECIAL: (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

(....) Prova Ampliada.

(....) Ledor.

(....) Auxílio para Transcrição para Cartão-Resposta.

(....) Sala de Fácil Acesso.

(....) Tempo Adicional.

(....) Permissão para Amamentação.

(....) Outros: _____ (necessário especificar tipo)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Em _____/_____/____

_____

Assinatura do Candidato

Obs: O laudo Médico e a solicitação para a prova especial ou condição especial (se for o caso), deverão ser encaminhados conforme prazo estipulado no item 4.2 do Edital.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA E DOADOR DE SANGUE

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo Simplificado da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT, e atendo ao estabelecido no Edital nº 002/2021, na condição de: _____.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Processo Seletivo Simplificado, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Assinatura do Candidato: _____

Protocolo:	Para uso exclusivo da W2 AUDITORES E CONSULTORES:
	[ ] PEDIDO DEFERIDO [ ] PEDIDO INDEFERIDO

ANEXO VI - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 002/2021

Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, **TODOS AUTENTICADOS**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Qte Documentos Entregues			
Inscrição	Função				
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitado pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação)					
Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado)					
Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado)					
Total de Pontos (Deferidos)					

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Conquista D'Oeste, _____de _____ de2021.

_____

Assinatura do candidato

Protocolo

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: DECRETO Nº. 056, DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Prorroga os efeitos Decreto nº 035, de 19 de abril de 2021, e dá outras providências".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de manter as medidas emergenciais e temporárias contidas no Decreto nº 035, de 19 de abril de 2021, a fim de conter a propagação em massa do Novo Coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 26 de julho de 2021, os efeitos do Decreto nº 035, de 19 de abril de 2021, que "Estabelece medidas de contenção à disseminação da Covid-19 e dá outras providências".

Art. 2º Altera-se oparágrafo 2ºdo artigo 5º do Decreto Municipal nº 035, de 19 de abril de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º, §2º. Fica proibida a venda de bebida alcoolica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados às margens de rodovias estaduais e federais que passam dentro do território municipal fora dos horários definidos no *caput* deste artigo".

Art. 3º Revoga-se o inciso VIII do art. 15 e o art. 19 do Decreto Municipal nº 035, de 19 de abril de 2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 12 de julho de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DA SEGUNDA REABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA CHAMADA PÚBLICA - Nº 001/2021 PROCESSO 064/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a REABERTURA de LICITAÇÃO DESERTA, NA MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA nº001/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS: SANTA MARIA, PEQUENO CIDADÃO, APARECIDO NERI DA FONSECA, ALDOVANDRO DA ROCHA SILVA, 7 DE SETEMBRO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, e demais legislações aplicáveis.

A abertura da licitação ocorreu no dia 16 de junho de 2021 as 08h30 (oito horas e trinta minutos), onde não foi recebido nenhuma proposta de interessados em participar do certame, sendo assim declarada deserta.

A reabertura da licitação ocorreu no dia 09 de julho de 2021 as 08h30 (oito horas e trinta minutos), onde também não foi recebido nenhuma proposta de interessados em participar do certame, sendo assim declarada deserta.

Os interessados (grupos formais, grupos informais e fornecedores individuais) deverão apresentar seus envelopes de documentação e propostas de venda para a segunda reabertura da licitação até as **08h30 (oito horas e trinta minutos) do dia 05 de agosto de 2021**, no departamento de licitações e contratos, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida 20 de dezembro, Nº 725, centro, cep 78330-000 no horário de 07h00 min às 11h00 min e as 13h00min as 17h00min. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 12 de julho de 2021.

Gislaine Moreira de Oliveira

Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2021 PROCESSO Nº 095/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA - DO TIPO MOTORISTA, ENCANADOR E JARDINAGEM, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CIDADE".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **06 de agosto de 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 12 de julho de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2021 PROCESSO Nº 096/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DO TIPO AUTO ELÉTRICA, COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA DE MANUTENÇÃO DA FROTA DOS VEÍCULOS DA SMEC E DO TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA"**. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **04 de agosto de 2021 às 08h30-min,** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 12 de julho de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061.739/2020)

ÓRGÃO SOLICITANTE: EMPRESA CUIABANA DE ZELADORIA E SERVIÇOS URBANOS - LIMPURB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS DE MADEIRA PARA PLAYGROUND, BANCOS DE MADEIRA E PERGOLADOS, PARA SEREM INSTALADOS EM DIVERSAS PRAÇAS DE CUIABÁ.

DATA E HORA:09:00h (Nove Horas) do dia 26 de julho de 2021 (Fuso Horário de Cuiabá-MT).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

EDITAL DISPONÍVEL: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao site Prefeitura de Cuiabá-MT.

CONTATO: Tel. (65) 3645-6156/6252 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá/MT, 12 de julho de 2021.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

AVISO DE RESULTADO FINAL E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2021/PMC

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2021/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG, neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 231/2021, vem a público divulgar o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/2021/PMC, processo administrativo nº 043.758/2021, que tem como objeto "*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 10.000 (DEZ MIL) UNIDADES DE COBERTORES DE CASAL PARA A "CAMPANHA AQUECE CUIABÁ", PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO/FUNDO SOCIAL SOLIDÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS*".

Neste ato, também, o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG**, no uso de suas atribuições **ADJUDICA** e **HOMOLOGA**, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

LOTE ÚNICO - EMPRESA VENCEDORA: HC ALECRIM DISTRIBUIDORA EIRELI - CNPJ 12.028.801/0001-44							
ITEM	CÓDIGO DO TCE	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	58945	COBERTOR - DE CASAL, TAMANHO 1,45M X 2,10M, COMPOSICAO 100% POLIESTER, LAVAVEL E ANTIALERGICO	10.000	Unidades	ETRURIA	R$ 19,60	R$ 196.000,00
VALOR TOTAL R$ 196.000,00							

Cuiabá, 12 de julho de 2021.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Luís Claudio de Castro Sodré

Secretário Municipal de Governo - SMG

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021/PMC

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 231/2021 torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2021/PMC,** processo administrativo nº 032.748/2021, que tem por objeto ***"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÕES DE JAZIDAS DE CASCALHOS PARA ATERRO DE BASE E SUB-BASE (CASCALHAMENTO DE RUAS), SEM TRANSPORTE, PARA ATENDER O SEGMENTO DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS DE CUIABÁ, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS*"**,**foi SUSPENSA para RETIFICAÇÃO do TERMO DE REFERÊNCIA.**

A nova data para reabertura do certame será divulgada oportunamente.

CONTATO: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe, Tel. (65) 3645-6156 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá, 12 de julho de 2021.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 inciso II, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 034/2021, Dispensa de Licitação nº 016/2021, cujo objeto é a Contratação de serviços de empresa especializada em prestação de serviços de publicidade quinzenal em jornal regional para a prefeitura municipal de Curvelândia/MT pelo período de 12 meses. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: D.D. ANDRÉ-ME inscrita no CNPJ Nº 27.152.383/0001-70, no valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Curvelândia/MT, 12 de julho de 2021.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2020

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: NADIA F. M. ESSI – CONSTRUÇÕES – ME.

CNPJ: 19.948.145/0001-47

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em Construção Civil, para Construção da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT.

Prazo de execução: 22/07/2021 à 21/11/2021.

Prazo de Vigência: 15/07/2021 à 14/02/2022.

Tomada de Preços nº 006/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sra. NADIA FERNANDA MORAES ESSI, Representante Legal.

LICITAÇÃO
COVID-19: RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 inciso IV, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 10/2021 e conforme consta no Processo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 035/2021, Dispensa de Licitação nº 017/2021, cujo objeto é a Aquisição de testes rápido e medicamentos, em caráter de emergência, para serem utilizados nos atendimentos e tratamentos de pacientes suspeitos ou confirmados com o COVID-19. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME inscrita no CNPJ Nº 03.250.803/0001-92, no valor total de R$ 20.875,00 (vinte mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

Curvelândia/MT, 12 de julho de 2021.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

O Prefeito Municipal de Curvelândia/MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 25 inciso I, art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve **RATIFICAR** e **HOMOLOGAR** o Processo Licitatório nº 033/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021, cujo objeto é a Aquisição de Kit Biométrico destinado a confecção de carteiras de identidades em cumprimento ao termo de cooperação nº 0122/2021 firmado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública-SESP/MT e o município de Curvelândia. **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa: AKIYAMA S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS inscrita no CNPJ Nº 02.688.100/0004-20, no valor total de R$ 15.495,94 (quinze mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Curvelândia/MT, 12 de julho de 2021.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

PORTARIA TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 416/2021

PORTARIA Nº 421/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Tornar sem efeito a Portaria nº 416/2021, publicada no Diário Oficial nº 3.766, em 08 de Julho de 2021,** que **INSTAUROU** Sindicância Administrativa para apuração disciplinar de fatos supostamente cometidos pela servidora ***Marilei Milhomem***.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 12 de Julho de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 418/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de **ASSISTENTE DE SECRETARIA III,** a Senhora **NILDA BATISTA DA CRUZ,** portadora do RG nº 741 347 SSP/MT, inscrita no CPF nº 786.126.911-68.

Art. 2º - O subsídio **(DAS 01)** será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº 56/19.

Art. 3º - A servidor desempenhará suas funções junto a **Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **12/07/2021**, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 12 de Julho de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

ERRATA DE PORTARIA

PORTARIA Nº 400/2021

"Dispõe sobre a criação da Comissão para o Processo Seletivo Simplificado (PSS) PARA Contratação Temporária"

O Prefeito Municipal de **Diamantino**, Estado de Mato Grosso, **Dr. Manoel Loureiro Neto**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 29 e 30 da Lei Municipal nº 429/98 – Estatuto dos Servidores Públicos, e em conformidade com o artigo 92, § 4º da Lei Orgânica do Município e com as demais disposições legais vigentes e aplicáveis à espécie e;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (COPSS) DE 2021**, para atuar na forma do Edital nº 004/2021.

Art. 2º - O **Processo Seletivo Simplificado será coordenado e fiscalizado pela seguinte Comissão Organizadora:**

Ø Sr. **ODAIR DE SOUZA BARBOSA,** brasileiro, solteiro, portador do RG sob nº 962399 SSP/MT e CPF sob nº 651.860.791-20 Ø Sr. **AVELINO CLEITON COELHO BEZERRA,** brasileiro, união estável, portador do RG N. º 1109590-3 SJ/MT e CPF N.º 708.010.701-63 Ø Senhora **EVANILDA MARTINS DE ALMEIDA ALESSIO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 22590838 - SSP/MT, inscrita no CPF nº 051.504.668-08. **Artigo 3º**- Desde

já, fica nomeado como Presidente da Comissão, o Sr. **ODAIR DE SOUZA BARBOSA**. **Artigo 4º** - É de responsabilidade da Comissão Organizadora, acompanhar, analisar e emitir pareceres em eventuais recursos e, ainda prestar informações que requeiram esclarecimentos técnicos referentes ao Processo Seletivo. **Artigo 5º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de **Diamantino** -MT, 06 de Julho de 2021 **Manoel Loureiro Neto Prefeito Municipal**

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 417/2021

PORTARIA Nº 420/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Tornar sem efeito a Portaria nº 417/2021, publicada no Diário Oficial nº 3.767, em 09 de Julho de 2021,** que **INSTAUROU** Sindicância Administrativa para apuração disciplinar de fatos supostamente cometidos pela servidora ***Michele Cristina Carrasco***.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 12 de Julho de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 419/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de **ASSISTENTE DE SECRETARIA II,** a Senhora **DANIELLY PAIXÃO DOS SANTOS,** portadora do RG nº 30331220 0 SESP/MT, inscrita no CPF nº 062.381.681-45.

Art. 2º - O subsídio **(DAS 02)** será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº 56/19.

Art. 3º - A servidor desempenhará suas funções junto a **Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **12/07/2021**, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 12 de Julho de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 415/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **WILLIAM AIRES DE ASSIS COUTO ,** portador do RG nº 1453210-7 SSP/SP, inscrito no CPF nº 724.008.541-49, como Fiscal do Contrato Administrativo **nº 086/2021 -** cujo OBJETO é: **Contratação de prestação de serviços de empresa especializada em realização de processo seletivo temporário para atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Diamantino/MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 08 de Julho de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE CONVÊNIO

Termo de convênio que celebram o **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT** e a **FLOR DE LOTUS - CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA**.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE DOM AQUINO,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica do direito público, estabelecido na Av. Cuiabá, 143, na cidade de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.347.119/0001-23, neste ato representado pelo Sr. **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, Prefeito Municipal, brasileiro, Casado, produtor rural, portador da Cédula de Identidade RG nº 820789 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 537.212.171-87, a seguir denominado simplesmente de **MUNÍCIPIO**, e de outro lado a **FLOR DE LOTUS - CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA.**, com sede na Rua E n.º 0, Quadra 11, Lote 17 Bairro Chácara Estrela Dalva, na cidade de Rondonópolis-MT, inscrita no CGC/MF n.º 37.081.453/0001-08, neste ato representada por **TÁRCIO SOUZA FONTES DE ALMEIDA**, portador da CPF/MF n.º 016.893. 371-33, residente e domiciliado em Rondonópolis-MT, a seguir denominado de **FLOR DE LOTUS**, celebram o presente Convênio de Prestação de Serviços, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente convênio a prestação de serviços para recuperação de pessoas que sofrem da síndrome de dependência do álcool e entorpecentes, encaminhadas pela Secretaria de Saúde , mediante autorização, através de documento de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA

O **MUNÍCIPIO** pagará à **FLOR DE LOTUS** despesas de internação para pacientes carentes no valor de R$ 43,33 (quarenta e três reais e trinta e três centavos) por dia de internação, sendo que em caso de diferença a mesma será paga pelo paciente diretamente **FLOR DE LOTUS**, obedecendo os seguintes critérios:

I - Não estar em débito com a Fazenda Municipal, conforme estabelece a legislação vigente;

II - Apresentar junto à Secretaria Municipal da Finanças e planejamento, prova de que não está em débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS e FGTS), conforme estabelece o parágrafo 3º do artigo 195 da Constituição Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA

A participação do Município no ressarcimento das despesas fica limitada, ao máximo, de 03 (três) internações simultâneas, por no máximo 06 (seis) meses cada paciente, e, condicionada a 01 (uma) internação por paciente durante a vigência do Convênio.

§ 1º - Nas condições do artigo anterior, todas as internações serão obrigatoriamente avaliadas e autorizadas previamente pela Secretaria Municipal de Saúde, através de um documento de referência de cada paciente.

CLÁUSULA QUARTA

Os valores autorizados pela presente Lei serão repassados até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA

O convênio autorizado pela presente Lei vigorará a partir de 01 de junho de 2021, com prazo de vigência de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.

CLÁUSULA SEXTA

O presente Termo de Convênio será rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por descumprimento de normas estabelecidas pela Legislação vigente ou por inadimplemento de qualquer uma das partes, das cláusulas e condições estabelecidas, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO. A rescisão unilateral será comunicada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes do presente convênio serão suportados pelas dotações orçamentárias especificas, suplementadas se necessário.

CLÁUSULA OITAVA

Somente terão direito à internação nas disposições do presente Convênio, pessoas residentes e domiciliadas no Município de Dom Aquino e comprovadamente carentes.

CLÁUSULA NONA

As partes elegem o Foro da Comarca de Dom Aquino-MT para nele serem dirimidas eventuais dúvidas oriundas deste convênio.

E, por estarem justas e conveniadas, firmam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma.

Dom Aquino-MT, 01 de julho de 2021.

Prefeito Municipal

Convenente

FLOR DE LOTUS

Executor

T E S T E M U N H A S:

_____

RG-

CPF-

_____

RG-

CPF-

_____

RG-

CPF-

_____

RG-

CPF-

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
RESOLUÇÃO Nº 002/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de ação FEAS – 2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 08 de Julho de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Apresentar e Aprovar o Plano de Ação FEAS - 2021, pelo Conselho;

Art. 2º - Aprovado o Plano de Ação FEAS – 2021 no valor de R$ 45.431,70 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um e setenta centavos) repasse do Governo de Estado de Mato Grosso 2021, pelo Conselho Municipal de Assistência Social por unanimidade.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Dom Aquino – MT, 08 de Julho de 2021.

LUIS CASTRO DE SOUZA

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 320/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 320/2021

DATA: 07 DE JULHO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Municipal, para responder pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 033/2021, ALEXANDRO ROSA SILVA,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 017.254.421-16, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 018031, matrícula nº 2310**,** bem como pela **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA** decorrente deste, (**REFORMA DA COBERTURA E PISO DO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, REFORMA DA COBERTURA E PSF BELA VISTA, E REFORMA DO PSF ASSENTAMENTO ENA, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT),** Conforme Contrato.

Art.2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo da data 07 de julho de 2021.

Art.3.º Revogando–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 321/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 321/2021

DATA: 07 DE JULHO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Municipal, para responder pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 034/2021, ALEXANDRO ROSA SILVA,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 017.254.421-16, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 018031, matrícula nº 2310**,** bem como pela **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA** decorrente deste, (**REFORMA DA COBERTURA E PISO DO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, REFORMA DA COBERTURA E PSF BELA VISTA, E REFOR-**

MA DO PSF ASSENTAMENTO ENA, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT), Conforme Contrato.

Art.2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo da data 07 de julho de 2021.

Art.3.º Revogando–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI MUNICIPAL N° 743/2021

DATA: 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PMDDE) E DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS FORMAS DE TRANSFERÊNCIAS E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE) do Município de Feliz Natal e autoriza o repasse financeiro aos Conselhos Escolares das escolas municipais dotados de CNPJ, que serão as Unidades Executoras dos repasses, com a finalidade de custear despesas com a manutenção, conservação e administração das escolas municipais.

§ 1°. O valor de repasse mensal por aluno matriculado corresponde ao montante de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos).

§ 2°. O repasse financeiro disposto no caput deste artigo fica condicionado à existência de recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada ainda a prioridade de investimentos e aplicação a serem definidos pelo referido órgão de gestão.

Art. 2º - Os recursos transferidos às unidades executoras destinar-se-á para cobertura de despesas que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino das escolas beneficiarias, e serão utilizados para:

I – aquisição de material permanente;

II – manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;

III – aquisição de materiais de consumo, expedientes e didáticos – pedagógicos necessários ao funcionamento da escola;

IV – implementação do projeto pedagógico;

V – desenvolvimento de atividades educacionais.

§ 1°. Os recursos do PMDDE serão repassados às escolas mensalmente.

§ 2°. Será considerado o número de alunos matriculados aquele constante no Censo Escolar do ano vigente.

Art. 3° - O repasse financeiro será condicionado à apresentação dos seguintes documentos pelas Unidades Executoras:

I – Ata de formação do Conselho Escolar Deliberativo da Comunidade Escolar;

II – Cópia da inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – Número da conta bancaria específica para depósito.

Art. 4° - Os recursos serão repassados em contas bancárias específicas, em nome das respectivas Unidades Executoras, para pagamento de despesas relacionadas com o objetivo desta lei.

Art. 5° - A execução e aplicação dos recursos destinados às escolas deverão obedecer ao disposto na Lei n° 8.666/1993, que regulamenta as licitações públicas.

Art. 6° - Os documentos comprobatórios das despesas realizadas do objetivo da transferência (notas fiscais, recibos, faturas, etc.) deverão conter o nome da Unidade Executora e atender as normas reguladoras da escola beneficiária, a qual será responsável pelo arquivamento dos mesmos.

Parágrafo Único. Nenhuma despesa poderá ser efetuada antes do recurso ser repassado na conta bancária da Unidade Executora.

Art. 7° - As Unidades Executoras serão responsáveis pela elaboração e o encaminhamento da prestação de contas dos recursos recebidos. A prestação de contas do repasse deverá ser realizada até o dia 15 do mês subsequente.

§ 1° - A prestação de contas deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, acompanhadas dos recibos de pagamentos, notas fiscais de bens adquiridos e demais documentos necessários à comprovação da destinação dos recursos recebidos.

§ 2° - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá analisar as prestações de contas apresentadas pelas Unidades Executoras e encaminhá-las ao Departamento de

Contabilidade e serem supervisionadas pela Unidade de Controle Interno (UCI) da Prefeitura Municipal.

§ 3° - Eventuais valores sobressalentes serão restituídos ao Município através de DAM até o dia 15 de Dezembro do ano vigente.

Art. 8° A Prefeitura Municipal suspenderá o repasse financeiro as Unidades Executoras das Escolas quando:

I – não for apresentada a prestação de contas no prazo legal;

II – a prestação de contas for rejeitada;

III – constatar que os recursos foram utilizados em desacordo com os critérios estabelecidos nesta lei;

IV – houver por parte da unidade executora a adoção de qualquer postura que dificulte o trabalho de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V – constatação de mau gerenciamento dos recursos pelos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares.

§ 1°. O mau gerenciamento dos recursos compreende a compra de quantidade e qualidade inadequada dos materiais e falta de um trabalho articulado entre Conselho e Direção Escolar na definição dos mesmos e na deficiência da comprovação das despesas.

§ 2°. Após suspensão de verba, tanto direção, quanto Conselho Escolar sofrerão as seguintes sanções:

I – Advertência verbal e escrita;

II – Destituição do cargo de Diretor (a) Escolar;

III – Devolução dos recursos.

§ 3°. O não cumprimento do inciso I do caput deste artigo somente acarretará o disposto no § 2° e seus incisos, em caso de reincidência pela unidade executora.

Art. 9º - A transferência dos recursos é de competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em conjunto com a Secretaria de Finanças e será feita mediante a realização de acompanhamento sistemático e análise dos documentos que originaram a respectiva prestação de contas por parte do Departamento de contabilidade e da UCI.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, via Decreto.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 322/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 322/2021

DATA: 07 DE JULHO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 67, da Lei nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Municipal, para responder pela **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 035/2021, ALEXANDRO ROSA SILVA,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 017.254.421-16, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, CREA/MT nº 018031, matrícula nº 2310**,** bem como pela **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA** decorrente deste, (**REFORMA DA COBERTURA E PISO DO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, REFORMA DA COBERTURA E PSF BELA VISTA, E REFORMA DO PSF ASSENTAMENTO ENA, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT),** Conforme Contrato.

Art.2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo da data 07 de julho de 2021.

Art.3.º Revogando–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS SETE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 064/2021

DATA: 15 DE JUNHO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0737/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 23.000,00 (vinte e três mil reais), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0302000000 R$ 11.000,00

06.000.0.2.10.304.0011.2.032.3.3.90.39.00.00 0146000000 R$ 1.000,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.30.00.00 0100000000R$ 10.000,00

Total da Suplementação R$ 23.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.91.13.00.00 0302000000 R$ 11.000,00

06.000.0.2.10.304.0011.2.032.4.4.90.52.00.00 0146000000 R$ 1.000,00

07.000.0.1.15.451.0013.2.038.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$a 10. 000,00

Total da Redução R$ 23.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 066/2021

DATA: 15 DE JUNHO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 9.650,00 (NOVE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0713/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 9.650,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta reais) nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.90.13.00.00 0118000000 R$ 2.500,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 4.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.3.1.90.13.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.13.00.00 0302000000 R$ 1.150,00

Total da Suplementação: R$ 9.650,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

04.000.0.3.12.361.0005.2.011.3.1.91.13.00.00 0118000000 R$ 2.500,00

04.000.0.4.27.813.0007.2.018.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

05.000.0.2.08.244.0009.2.024.3.1.91.13.00.00 0100000000 R$ 4.000,00

05.000.0.3.08.243.0009.2.060.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 1.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.1.90.11.00.00 0302000000 R$ 1.150,00

Total da Redução: R$ 9.650,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 065/2021

DATA: 15 DE JUNHO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R$ 613. 200,00 (SEISCENTOS E TREZE MIL E DUZENTOS REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0737/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto no Orçamento do Município de Feliz Natal os créditos adicionais suplementares no montante de R$ 613.200,00 (seiscentos e treze mil e duzentos reais), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4. 320/64, destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias:

03.SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

03.000.0.1.04.122.0002.1.008.4.4.90.51.00.00 0300000000 R$ 417. 000,00

03.000.0.1.04.122.0002.2.004.3.3.90.35.00.00 0300000000 R$ 25.000,00

04.SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0301000000 R$ 11.000,00

05.SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.000.0.2.08.244.0009.2.022.3.3.90.30.00.00 0329000000 R$ 8.000,00

06.SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.000.0.2.10.301.0019.2.074.3.3.90.39.00.00 0346074000 R$ 2.200,00

07.SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.30.00.00 0300000000 R$ 60.000,00

07.000.0.3.15.451.0013.2.039.3.3.90.39.00.00 0300000000 R$ 90.000,00

TOTAL: R$ 613.200,00

Art. 2º As despesas decorrentes do Art. 1º serão cobertas com o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, parágrafo 1º inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, mediante a utilização dos seguintes recursos:

FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0300000000	Livre Aplicação	592.000,00
0301000000	Educação (25%)	11.000,00
0329000000	Recursos FNAS	8.000,00
0346074000	COVID 19	2.200,00
	TOTAL	**613.200,00**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 063/2021

DATA: 15 DE JUNHO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 315.561,33 (TREZENTOS E QUINZE MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0737/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 315.561,33 (trezentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos) nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64, para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.122.0002.2.002.3.3.90.14.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0101000000 R$ 90.000,00

04.000.0.2.12.122.0005.2.006.3.3.90.30.00.00 0301000000 R$ 15.461,33

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.36.00.00 0102000000 R$ 45.100,00

06.000.0.2.10.302.0011.2.034.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 142. 000,00

06.000.0.2.10.305.0011.2.035.3.3.90.39.00.00 0102000000 R$ 8.000,00

08.000.0.1.20.608.0014.2.041.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Suplementação: R$ 315.561,33

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.000.0.1.04.126.0002.1.004.4.4.90.52.00.00 0100000000 R$ 10.000,00

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.90.11.00.00 0301000000 R$ 10.827,87

04.000.0.1.12.122.0002.2.005.3.1.91.13.00.00 0301000000 R$ 4.633,46

04.000.0.2.12.361.0005.1.016.4.4.90.52.00.00 0101000000 R$ 90.000,00

06.000.0.2.10.301.0011.2.030.3.3.90.37.00.00 0102000000 R$ 110. 000,00

06.000.0.2.10.302.0011.1.037.3.3.71.70.00.00 0102000000 R$ 77.100,00

06.000.0.2.10.423.0012.1.044.4.4.90.52.00.00 0102000000 R$ 8.000,00

08.000.0.1.20.511.0014.1.050.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Redução: R$ 315.561,33

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 15º DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

LEI MUNICIPAL N° 745/2021

DATA: 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: "Institui no calendário oficial do município, o dia 25 de novembro como o dia de Combate ao Feminicídio e a Violência Contra a Mulher no Município de Feliz Natal – MT".

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial do município, o dia 25 de novembro como o dia de Combate ao Feminicídio e a Violência Contra a Mulher.

Art. 2º Na semana que antecede a data de que trata o artigo 1º desta Lei, o município deverá intensificar as ações visando atingir os objetivos do Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher – PnaViD, disposto no Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018.

Art. 3º O Município apoiará a Sociedade Civil Organizada na promoção de campanhas, debates, seminários, palestras, entre outras atividades, para conscientizar a população sobre a importância do Combate ao Feminicídio, na

forma tentada ou consumada, e demais formas de violência contra a mulher.

Art. 4º A data disposta no artigo 1º desta Lei terá periodicidade anual e fica incluída no calendário oficial do município.

Art. 5º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 744/2021

DATA: 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FELIZ NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação – CME, instituído no âmbito do município através da Lei Municipal n° 012/97 e alterado pela Lei Municipal n° 348/2011, passa a ter sua organização e funcionamento estabelecidos através da presente Lei e através do seu Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação – CME, é órgão de decisão colegiada, integrante do Sistema Municipal de Ensino, com funções consultivas, normativas, fiscalizadora e deliberativas.

Art. 3º - O CME terá, além das atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação - CEE:

I - Elaborar o seu Regimento Interno a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal; **II** - Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à Educação e ao Ensino; **III** - Assessorar o Governo Municipal na formulação da política Educacional no âmbito do Município; **IV** - Propor escala de prioridades na elaboração da proposta orçamentária do Departamento de Educação, Cultura e Desporto; **V** - Aprovar o Plano Municipal de Educação; **VI** - Acompanhar e fiscalizar a aplicação do percentual de recursos destinados à educação, definido na Lei Orgânica do Município; **VII** - Estabelecer critérios e sugerir medidas

que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino no Município;

VIII - Emitir pareceres sobre: a) - Assuntos e questões de natureza educacional que forem submetidas pêlos Poderes Executivo e Legislativo; b) - Concessão de auxílios e subvenções a instituições educacionais; c) - Convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público Municipal pretende celebrar. **IX** - Manter intercâmbio com o Conselho Estadual, com os demais Conselhos Municipais de Educação e outros órgãos educacionais.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação - CME será constituído de 08 (oito) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, com a seguinte composição:

I - 01 (um) titular do Departamento de Educação, Cultura e Desporto; **II -** 01 (um) representante da direção escolar da rede Municipal; **III -** 01 (um) representante de pais de alunos; **IV -** 01 (um) representante dos professores da rede Municipal; **V -** 01 (um) representante da Associação de Produtores Rurais; **VI -** 01 (um) representante dos alunos; **VII -** 01 (um) representante dos servidores não docentes das escolas; **VIII -** 01 (um) representante da Associação das Industrias Madeireiras de Feliz Natal.

§1º - Cada titular terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§2º - Todos os conselheiros devem ter domicílio em Feliz Natal.

§3º - A função de conselheiro é exercida gratuitamente, não fazendo jus a nenhuma remuneração, sob qualquer título.

§4º Cada membro poderá representar somente um Órgão ou Entidade.

Art. 5º - O mandato dos conselheiros terá duração de 02 (dois) anos, que podem ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Art. 6º - A Administração do Conselho será exercida por um Presidente eleito entre seus membros, pela maioria absoluta, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 7º - Em havendo vacância no Conselho Municipal de Educação, assume o conselheiro suplente, ficando os segmentos representativos incumbidos de escolher e indicar novos suplentes.

Art. 8º - O CME contará com uma Secretaria Executiva, cujo titular será designado pelo seu Presidente.

Art. 9º - As atribuições do Presidente e da Secretaria Executivas serão estabelecidas no Regimento Interno do CME.

Art. 10 - Uma vez criado e instalado, independentemente do seu Regimento Interno, o CME estará em pleno gozo de suas atribuições na consecução da política Municipal de Educação.

Art. 11 - Num prazo máximo de 60 (sessenta) dias o Conselho Municipal de Educação deverá encaminhar ao Chefe do Executivo Municipal a proposta de criação, alteração e atualização de seu Regimento Interno.

Art. 12 – Demais disposições para consecução da presente lei poderão ser dispostas via Decreto.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 – Ficam revogadas disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 012/1997 e nº 348/2011.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 746/2021

DATA: 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: "Declara de utilidade pública a AMARAE Associação das Mulheres Agricultoras Rurais do Assentamento ENA.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada Entidade de Utilidade Pública Municipal para todos os fins de direito, a AMARAE – Associação das Mulheres Agricultoras Rurais do Assentamento ENA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.973.817/0001-23, com sede no Assentamento ENA, em Feliz Natal - MT.

Artigo 2º - A declaração de entidade de utilidade pública se dá em razão do reconhecimento aos importantes serviços realizados pela associação através da prestação de serviços e contribuição para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e da defesa das atividades econômicas, sociais e culturais, principalmente decorrentes da extração e cultivo do mel, hortifrutigranjeiros, artesanatos, dentre outros.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2021.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO 3º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO PR 31/2020

EXTRATO 3º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO

PREGAO PRESENCIAL 31/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: AUTO POSTO BACABA LTDA

CNPJ Nº 09.424.309/0001-83

OBJETO: O presente Termo de Realinhamento de preços conforme segue:

ITEM 02 DIESEL COMUM de R$ 4,76 para o valor de R$ 4,90 (3% do valor do contrato)

ITEM 03 DIESEL S10 de R$ 4,79 para o valor de R$ 4,94 (3% do valor do contrato)

ITEM 04 GASOLINA COMUM de R$ 5,70 para o valor de R$ 5,87 (3% do valor do contrato)

O presente termo terá validade a partir de 12/07/2021

General Carneiro - MT, 12 de Julho de 2021.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 078/2021

DECRETO Nº 078/2021

SÚMULA: "Nomeia membros do Conselho Municipal do FETHAB e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento a Lei 412/2017, alterada pela Lei Municipal nº 484/2019,

CONSIDERANDO que o Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º *Ficam nomeados, para todos os fins previstos em Lei, os Membros do Conselho Municipal do FETHAB do Município de Itanhangá, ficando nomeados os seguintes representantes:*

REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
Poder Executivo	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
Jeferson da Silva Santos	Aline Berti
Sandra Tomasi Tosi Lopes	Marcelene Rodrigues Padilha
Natielly Poliana da Silva	Emily Camila Silva Souza
David Edson Cavichion	Neimar da Silva
Elisa Maria Diniz	Renata Tereza Zini
REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
Sindicato dos Trab. Rurais de Itanhangá	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
Carla Fatima Teo Brum	Eldo Carlos Witzke
REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
Associação dos piscicultores de Itanhangá	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
Antonio Rodrigues da Fonseca	Paulo Cesar Dapper
REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
Coop. Agropecuária de Produtores Rurais de Itanhangá - COOPERITA	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
Pelegrino Scarabelot	Valmir Steinbach
REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
APROSOJA – Município Agregado de Itanhangá	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
Claudionor Francisco Basso	Grasiani Scanagatta
REPRESENTATIVIDADE/LOCAL	
Associação Comercial e Empresarial de Itanhangá - ACEI	
MEMBRO TITULAR	**MEMBRO SUPLENTE**
João Guilherme Matte	Ivam Franceschet

Art. 2º O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet, no dia seguinte a deliberação do relatório da prestação de contas e enviar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que o mesmo a cada 4 (quatro) meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Os membros do Conselho terão um mandado de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandado de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 19 de abril de 2021.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de maio de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2021

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 021/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA,através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que, após análise de impugnação e pedido de esclarecimento, visando a correção de possíveis vícios e a maior participação, RETIFICA-SE o edital do Pregão Presencial nº 021/2021, noanexo I, item 3.

Itiquira/MT, 12 de julho 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA PREVENÇÃO DA COVID 19 E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS PELAS ESCOLAS E UMEI'S MUNICIPAIS E DEMAIS SETORES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE JACIARA/MT"**nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **26 DE JULHO DE 2021 – 13:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 09 de julho de 2021.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 069/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: OLMI INFORMATICA LTDA - EPP; OBJETO:** "**Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes para manutenção das UMEI´S, Escolas Municipais e demais setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Jaciara/MT, tais como: Materiais de Expediente, Móveis e Equipamentos, Equipamentos de Informática e Brinquedos a serem adquiridos com Recursos Próprios e Recursos de Convênio da Secretaria de Educação"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 392.769,00 (trezentos e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais). ASSINATURA: 07/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 070/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS LTDA-EPP**; **OBJETO:** "**Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes para manutenção das UMEI´S, Escolas Municipais e demais setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Jaciara/MT, tais como: Materiais de Expediente, Móveis e Equipamentos, Equipamentos de Informática e Brinquedos a serem adquiridos com Recursos Próprios e Recursos de Convênio da Secretaria de Educação"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 74.674,15 (setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quinze centavos). ASSINATURA: 07/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 071/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: WANDA COM DE MOVEIS E EQUIP P/ ESCRITORIO LTDA EPP**; **OBJETO:** "**Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes para manutenção das UMEI´S, Escolas Municipais e demais setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Jaciara/MT, tais como: Materiais de Expediente, Móveis e Equipamentos, Equipamentos de Informática e Brinquedos a serem adquiridos com Recursos Próprios e Recursos de Convênio da Secretaria de Educação"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 68.745,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais). ASSINATURA: 07/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 076/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MONTORO CARVALHO - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**; **OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar para atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 7.236,00 (sete mil, duzentos e trinta e seis reais). ASSINATURA: 09/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 075/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: L.L COSTA CORREA EIRELI**; **OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar para atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 36.240,00 (trinta e seis mil, duzentos e quarenta reais). ASSINATURA: 09/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 074/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JEAN C. R. SILVA COMERCIO - ME; OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar para atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 9.832,50 (nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos). ASSINATURA: 09/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 073/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: J. J. SORDRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO - ME**; **OBJETO: "Aquisição de Gê-**

neros Alimentícios para merenda escolar para atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"; PRAZO: 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL: R$ 18.495,00 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais). ASSINATURA: 09/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 072/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP; OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para merenda escolar para atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**. VALOR GLOBAL:R$ 3.288,00 (três mil, duzentos e oitenta e oito reais). ASSINATURA: 09/07/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021 - TABAPORÃ

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, PARA OS FINS QUE, NESTE INSTRUMENTO, ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 37.464.997/0001-40, com sede na AV. Comendador Jose Pedro Dias, nº 979, Centro, Tabaporã/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal SIRINEU MOLETA, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Tabaporã, inscrito no CPF/MF sob o nº 505.657.109-15, portador do RG nº 12223800, SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Jose Carlos Moreira, s/n Bairro Centro, Tabaporã/MT, simplesmente denominado CONCEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob 06.153.406/0001-90, com sede à Rua Venezuela, nº 75 – N, cidade de Juara/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 893.514.361-87, portador do RG nº 11735317, SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dona Alvina, s/nº, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes, e subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, que integra o presente Termo de Contrato:

Aplicam-se ao presente Contrato e têm por base de interpretação do mesmo os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador n° 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor e Técnico do CISVA**,** referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, na forma de credenciamento, a serem geridos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de TABAPORÃ/MT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto no presente Contrato encontra amparo legal na Lei Orçamentária Anual da Concedente para o exercício de 2021 que, segundo declaração, aqui ratificada pelo Prefeito Municipal, autorizou o ingresso da Concedente no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, bem como o custeio de despesas na modalidade de rateio com os demais membros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor estimado anual do presente Contrato de Rateio, pelo qual a Concedente se obriga neste ato, ao longo da vigência do Contrato de acordo com a demanda, a repassar para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos será de R$ 130.816,20 (cento e trinta mil oitocentos e dezesseis reais e vinte centavos)que será composto de acordo com as seguintes regras:

I – o valor será repassado ao consórcio pelo Município de Juara, conforme os valores forem sendo liberados e de acordo com a necessidade referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços;

II – Os valores poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, que deverá ser anexado ao presente e, obrigará a Concedente na mesma forma do presente instrumento, servindo referido(s) aditivo(s) de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 784 do Código de Processo Civil;

III – As despesas não abarcadas por este instrumento ou pelo Termo de Referência, ordinárias ou extraordinárias, a repactuação de rateio, as despesas com investimentos, os custos de folha de pagamento, inclusive, aqueles custos decorrentes de processo inflacionário ou da alta de quaisquer tipos de materiais cotados no mercado em moeda estrangeira, serão incluídos no valor do repasse mensal por meio de Termo Aditivo, obrigando-se desde já a Concedente a cumprir referidas obrigações sob pena de suspensão dos serviços prestados pela Proponente, bem ainda, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive, pecuniárias.

IV – Quaisquer outros valores e/ou repasses, mensais, avulsos ou temporários, necessários à manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, bem como para a prorrogação de respectivos serviços e, ainda, eventual recontratação, serão discutidos em Sessão Ordinária ou Extraordinária convocadas, ficando a Concedente desde já obrigada a cumprir com acréscimos ou supressões de valores no caso de haver decisão por maioria absoluta neste sentido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato, será passados ao consórcio pelo Município de Juara, conforme a necessidade dos serviços de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços, creditado, em conta específica dos serviços, mediante transferência, na seguinte conta e instituição bancária: Agência 2836-3, Conta Corrente nº 31.121-9, do Banco do Brasil, de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Arinos – CISVA.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela Concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: Secretária de Saúde – Prefeitura Municipal de Tabaporã

Unidade Orçamentária: 08.001 –Fundo Municipal de Saúde

Função:10 – Saúde

Sub-função:10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:0008

Projeto/Atividade: 2040 – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos

Elemento: 33.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consorcio Público.

VALOR TOTAL R$ 130.816,20 (cento e trinta mil oitocentos e dezesseis reais e vinte centavos)

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato de Rateio é de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com vistas a garantir o direito constitucional à saúde, podendo vir a ser renovado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

I - As partes signatárias, de maneira irretratável, acordam que, em caso de inexistência dos repasses de responsabilidade da Concedente, o Proponente poderá:

a) Suspender o atendimento referente aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados aos usuários oriundos do Município Concedente;

b) Excluir a Concedente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos;

c) Responsabilizar judicial ou extrajudicialmente o gestor da Concedente, ouvido o Conselho Diretor respectivo;

II - no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em até 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado.

III - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive aquelas oriundas de honorários advocatícios e sucumbenciais serão exigíveis e, de responsabilidade inescusável da Concedente inadimplente que deu causa à adoção das medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais praticadas ou iniciadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Compete à Concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor descrito na Cláusula Segunda e eventuais aditivos, conforme consignado na Cláusula Terceira, conforme os repasses e necessidade dos serviços, impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, antes da realização do exame, sob pena de sofrer, cumulativamente ou não, as sanções previstas na Cláusula Sexta;

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Cumprir todas as obrigações econômicas e financeiras decorrentes do presente Instrumento de Rateio, bem como dos futuros e eventuais Termos Aditivos;

d) Cumprir as obrigações acessórias ao presente instrumento, inclusive, as decorrentes de despesas, taxas, custas, emolumentos, honorários advocatícios e sucumbenciais, judiciais ou extrajudiciais a que der causa.

e) Redefinir, repactuar, para mais ou para menos, o rateio dos valores necessários à continuidade e/ou manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados nos casos previstos na Cláusula Segunda, inciso III deste instrumento, bem ainda no caso de exclusão ou retirada espontânea de quaisquer membros do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA.

f) Prestar quaisquer informações, esclarecimentos ou realizar prestação de contas à Proponente, a qualquer momento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, se for solicitado.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades do Consórcio do Vale do Arinos, e em estreita obediência ao Estatuto Social.

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio.

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Contrato de Rateio à Concedente, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, e Sra. Secretária Municipal de Saúde, entidades municipais afins e à Secretaria de Estado da Saúde, para cumprimento do princípio da publicidade e da transparência.

e) Prestar informações sobre os serviços contratados, subsidiados pela Concedente por meio de rateio, bem como apresentar relatório dos atendimentos ou procedimento realizados a cada mês.

f) Prestar contas e informações às instituições de controle e fiscalização na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO

O presente Contrato de Rateio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte dias) antes do exercício seguinte, como estabelece o art. 29 do Estatuto Social do Proponente.

CLÁUSULA DEZ: DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Fica certo e ajustado, de forma irrevogável, que as parcelas não pagas, conforme previsto no caput da Cláusula Terceira, sendo que no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado, caracterizando-se o presente como título executivo extrajudicial (art. 784, NCPC) e autorizado o protesto no Cartório desta Comarca de Juara/MT.

CLÁUSULA ONZE: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato de Rateio, EXCLUÍDO QUALQUER OUTRO por mais privilegiado que seja, em decorrência de Juara/mt ser a cidade sede do CISVA.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Juara/MT, 01 de julho de 2021.

_____

_____

SIRINEU MOLETAVANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito de Tabaporã/MT Presidente do CISVA

Testemunhas:

GILCILAYNE IRENE LAURO GILBERTO REIS CALADO

CPF: 994.227.861-34

Sec. Executiva do Consorcio Sec. de Saúde de Tabaporã

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021 - PORTO

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT E O CONSÓRCIO INTERMU-

NICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, PARA OS FINS QUE, NESTE INSTRUMENTO, ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 03.204.187.0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 893.514.361-87, portador do RG nº 11735317, SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dona Alvina, s/nº, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, simplesmente denominado CONCEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob 06.153.406/0001-90, com sede à Rua Venezuela, nº 75 – N, cidade de Juara/MT, neste ato representado pelo seu Vice - Presidente, CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara/MT, brasileiro, casado, portador do RG n° 2.181.389-3, expedido pela SESP/PR, inscrito no CPF sob o n° 578.160.189-91, com endereço funcional sito à Rua Niterói, nº 81 – N, Centro, CEP 78.875-000, Juara/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes, e subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, que integra o presente Termo de Contrato:

Aplicam-se ao presente Contrato e têm por base de interpretação do mesmo os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador n° 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor e Técnico do CISVA**,** referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, na forma de credenciamento, a serem geridos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto no presente Contrato encontra amparo legal na Lei Orçamentária Anual da Concedente para o exercício de 2021 que, segundo declaração, aqui ratificada pelo Prefeito Municipal, autorizou o ingresso da Concedente no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, bem como o custeio de despesas na modalidade de rateio com os demais membros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor estimado anual do presente Contrato de Rateio, pelo qual a Concedente se obriga neste ato, ao longo da vigência do Contrato de acordo com a demanda, a repassar para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos será de **R$278.859,00 (duzentos e setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais)**que será composto de acordo com as seguintes regras:

I – o valor será repassado ao consórcio pelo Município de Juara, conforme os valores forem sendo liberados e de acordo com a necessidade referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços;

II – Os valores poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, que deverá ser anexado ao presente e, obrigará a Concedente na mesma forma do presente instrumento, servindo referido(s) aditivo(s) de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 784 do Código de Processo Civil;

III – As despesas não abarcadas por este instrumento ou pelo Termo de Referência, ordinárias ou extraordinárias, a repactuação de rateio, as despesas com investimentos, os custos de folha de pagamento, inclusive, aqueles custos decorrentes de processo inflacionário ou da alta de quaisquer tipos de materiais cotados no mercado em moeda estrangeira, serão incluídos no valor do repasse mensal por meio de Termo Aditivo, obrigando-se desde já a Concedente a cumprir referidas obrigações sob pena de suspensão dos serviços prestados pela Proponente, bem ainda, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive, pecuniárias.

IV – Quaisquer outros valores e/ou repasses, mensais, avulsos ou temporários, necessários à manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, bem como para a prorrogação de respectivos serviços e, ainda, eventual recontratação, serão discutidos em Sessão Ordinária ou Extraordinária convocadas, ficando a Concedente desde já obrigada a cumprir com acréscimos ou supressões de valores no caso de haver decisão por maioria absoluta neste sentido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato, será passados ao consórcio pelo Município de Juara, conforme a necessidade dos serviços de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços, creditado, em conta específica dos serviços, mediante transferência, na seguinte conta e instituição bancária: Agência 2836-3, Conta Corrente nº 31.121-9, do Banco do Brasil, de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Arinos – CISVA.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela Concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: Secretária de Saúde – Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

Unidade Orçamentária: 004 –Fundo Municipal de Saúde

Função:10 – Saúde

Sub-função:10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:0056 – MAcAssit. PPI

Projeto/Atividade: 2101–Manutenção das Ações do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos

Elemento: 33.71.41.000000 – Contribuições

VALOR TOTAL R$278.859,00 (duzentos e setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais).

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato de Rateio é de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com vistas a garantir o direito constitucional à saúde, podendo vir a ser renovado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

I - As partes signatárias, de maneira irretratável, acordam que, em caso de inexistência dos repasses de responsabilidade da Concedente, o Proponente poderá:

a) Suspender o atendimento referente aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados aos usuários oriundos do Município Concedente;

b) Excluir a Concedente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos;

c) Responsabilizar judicial ou extrajudicialmente o gestor da Concedente, ouvido o Conselho Diretor respectivo;

II - no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em até 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado.

III - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive aquelas oriundas de honorários advocatícios e sucumbenciais serão exigíveis e, de responsabilidade inescusável da Concedente inadimplente que deu causa à adoção das medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais praticadas ou iniciadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Compete à Concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor descrito na Cláusula Segunda e eventuais aditivos, conforme consignado na Cláusula Terceira, conforme os repasses e necessidade dos serviços, impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, antes da realização do exame, sob pena de sofrer, cumulativamente ou não, as sanções previstas na Cláusula Sexta;

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Cumprir todas as obrigações econômicas e financeiras decorrentes do presente Instrumento de Rateio, bem como dos futuros e eventuais Termos Aditivos;

d) Cumprir as obrigações acessórias ao presente instrumento, inclusive, as decorrentes de despesas, taxas, custas, emolumentos, honorários advocatícios e sucumbenciais, judiciais ou extrajudiciais a que der causa.

e) Redefinir, repactuar, para mais ou para menos, o rateio dos valores necessários à continuidade e/ou manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados nos casos previstos na Cláusula Segunda, inciso III deste instrumento, bem ainda no caso de exclusão ou retirada espontânea de quaisquer membros do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA.

f) Prestar quaisquer informações, esclarecimentos ou realizar prestação de contas à Proponente, a qualquer momento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, se for solicitado.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades do Consórcio do Vale do Arinos, e em estreita obediência ao Estatuto Social.

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio.

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Contrato de Rateio à Concedente, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, e Sra. Secretária Municipal de Saúde, entidades municipais afins e à Secretaria de Estado da Saúde, para cumprimento do princípio da publicidade e da transparência.

e) Prestar informações sobre os serviços contratados, subsidiados pela Concedente por meio de rateio, bem como apresentar relatório dos atendimentos ou procedimento realizados a cada mês.

f) Prestar contas e informações às instituições de controle e fiscalização na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO

O presente Contrato de Rateio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte dias) antes do exercício seguinte, como estabelece o art. 29 do Estatuto Social do Proponente.

CLÁUSULA DEZ: DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Fica certo e ajustado, de forma irrevogável, que as parcelas não pagas, conforme previsto no caput da Cláusula Terceira, sendo que no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado, caracterizando-se o presente como título executivo extrajudicial (art. 784, NCPC) e autorizado o protesto no Cartório desta Comarca de Juara/MT.

CLÁUSULA ONZE: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato de Rateio, EXCLUÍDO QUALQUER OUTRO por mais privilegiado que seja, em decorrência de Juara/MT ser a cidade sede do CISVA.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Juara/MT, 01 de julho de 2021.

_____ _____

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU CARLOS AMADEU SIRENA Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos Vice-Presidente do CISVA

_____

_____

GILCILAYNE IRENE LAURO FABIO ALVES DONIZETI

CPF: 994.227.861-34 CPF: 044.098.666-48

Secretária Executiva do CISVA Assessor Jurídico do CISVA

2º ATA DE SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO.

TOMADA DE PREÇOS N. 005/2021/SECAD

APURAÇÃO: Menor Valor por Empreitada Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA RIO ARINOS, em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

Às 08h30 horas local do dia 12 (doze) do mês de julho de 2.021 estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Juara, situada na Rua Niterói, nº 81-N, Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso a Comissão Permanente de Licitações desta municipalidade, os senhor(as): **Janaina Amorim Durães** (Presidente), **Luis Carlos Correia** (Membro) e **Leandro Celestino Lucio** (Membro), designados pela Portaria n° 074/2021 de 04 de janeiro de 2.021 para apreciarem e julgarem a Documentação de Habilitação e Proposta de Preços apresentadas na sessão de licitação na modalidade de **Tomada de Preços N. 005/2021**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA RIO ARINOS,** em Atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos., com julgamento pelo critério de **menor Valor por Empreitada Global,** de acordo com a discriminação constante do referido processo.

Após analise dos documentos das empresas pela CPL (Comissão Permanente de Licitações), Consulta ao Setor de Planejamento e Engenharia, Consulta ao Setor de Cadastro e Tributação e Assessoria Jurídica do Município, fora consideradas ***HABILITADAS*** as empresas **C. CANDIDO DE SOUZA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.584.549/0001-24, localizada à Avenida Rio Arinos, 3633S - Gleba Taquaral - CEP: 78.575-000, neste município de Juara, Estado de Mato Grosso, devidamente represen-

tada pelo Sr. Lourival de Souza Rocha, portador da Cédula de Identidade n.º 914970 SSP/MT e CPF: 503.654.361-00, encaminhou envelope e a empresa: **RAYLSON SANTOS SILVA - EPP**, inscrita no CNPJ n.º 29. 742.141/0001-61, endereço Rua Goiás , n. 156-N, Bairro Centro, CEP: 78. 575-000, com sede na cidade de Juara – Estado de Mato Grosso, devidamente ***HABILITADAS*** para próxima fase por atender todas condições editalícias em todos os seus aspectos.

Fica oportunizado aos representantes das empresas a análise documental e aberto prazo para interposição recursal e/ou renúncia de cinco dias úteis, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e § 6º da Lei nº 8.666/93.

Ficando estabelecido o prazo para apresentação de recurso junto a Comissão de Licitações (CPL) até o dia **19/07/2020 as 17:00 horas local.**

Apresentados os recursos será aberto o prazo de contrarrazões de 05 dias ate **26/07/2020 as 17:00 horas local.**

Os recursos e as contrarrazões poderão ser encaminhados no e-mail da Prefeitura Municipal de Juara e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br, uma vez que o município não se responsabiliza por eventuais arquivos corrompidos.

.

Juara-MT, 12 de julho de 2021.

Janaina Amorim Durães

Presidente

Luis Carlos Correia

(Membro)

Leandro Celestino Lucio

(Membro)

C. CANDIDO DE SOUZA - EPP

CNPJ sob o n.º 10.584.549/0001-24

Lourival de Souza Rocha

RG n.º 914970 SSP/MT e CPF: 503.654.361-00

Promitente Fornecedor

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 003/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 003/2021

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2021

A Prefeitura Municipal de Juara,Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 268/2021, TORNA PÚBLICO, que **NÃO HOUVE RECURSO** protocolado contra o Edital Complementar 005/2021 da homologação das inscrições deferidas do Processo Seletivo Simplificado 003/2021.

Município de Juara - MT, em 12 de Julho de 2021.

Claudemir Volpato **Presidente da Comissão do Processo Seletivo Público 001/2021.** **Portaria nº 268/2021**	**Angélica C. Lelis Pineo Almeida** **Membro da Comissão do Processo Seletivo Público 001/2021.** **Portaria nº 268/2021**

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
RESOLUÇÃO Nº 008/2021 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/2021.

Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Juara-MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Juara-MT, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/1993, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a disposição da Lei Municipal nº 2.715/2018 - Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Juara e dá outras providências;

Considerando a reunião realizada em 30 de junho de 2021, que atualiza novos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para o período de agosto de 2020 a agosto de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal, para o período de agosto de 2020 a agosto de 2022, com a seguinte composição:

Representantes Governamentais:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho:

Titular – Vilma Aparecida de Oliveira Santoro

Suplente – Jamilton Nery de Oliveira

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular –Lenir Maria Castanho

Suplente – Sonia Bernardes

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Maquilaine Henriqueta Miranda

Suplente – Midiã Andréa Rissotte

Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular – Ademar Aleixo

Suplente – Márcio Henrique Cordeiro da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular – Alzira Maria Piva

Suplente – Julcéia da Silva Almeida Aguiar

Representante da Sociedade Civil, Entidades e Organizações:

Representantes da Associação Amigos dos Moradores de Rua AAMOR -

Titular – Nadir de Carvalho Francisco

Suplente – Flávia Cristina Botelho Francisco

Representantes da Classe de Trabalhadores da Assistência Social

Titular – Creusa Cristina Carvalho da Mota

Suplente – Jéssyca Grasiely Bespalhok

Representantes da Associação dos Deficientes de Juara

Titular – Pedro Alcântara Mota

Suplente – Eliel de Souza

Representantes da Associação Beneficente Eurípedes Barsanulfo

Titular - Anacleto Giraldelli

Suplente – Carla Jucoski

Representantes do Usuários

Titular – Onilde Koller

Suplente - Airton Roque Marchioretto

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 008, de 25 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juara-MT, 9 de julho de 2021.

Alzira Maria Piva

Presidente do CMAS

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021 - JUARA

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUARA/MT E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, PARA OS FINS QUE, NESTE INSTRUMENTO, ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, nº 81 – N, Centro, CEP 78.575-000, Juara/MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara/MT, brasileiro, casado, portador do RG n° 2.181.389-3, expedido pela SESP/PR, inscrito no CPF sob o n° 578.160.189-91, com endereço funcional sito à Rua Niterói, nº 81 – N, Centro, CEP 78.875-000, Juara/MT, simplesmente denominado CONCEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob 06.153.406/0001-90, com sede à Rua Venezuela, nº 75 – N, cidade de Juara/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 893.514.361-87, portador do RG nº 11735317, SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dona Alvina, s/nº, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes, e subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, que integra o presente Termo de Contrato:

Aplicam-se ao presente Contrato e têm por base de interpretação do mesmo os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador n° 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor e Técnico do CISVA**,** referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, na forma de credenciamento, a serem geridos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de Juara/MT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto no presente Contrato encontra amparo legal na Lei Orçamentária Anual da Concedente para o exercício de 2021 que, segundo declaração, aqui ratificada pelo Prefeito Municipal, autorizou o ingresso da Concedente no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, bem como o custeio de despesas na modalidade de rateio com os demais membros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor estimado anual do presente Contrato de Rateio, pelo qual a Concedente se obriga neste ato, ao longo da vigência do Contrato de acordo com a demanda, a repassar para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos será de R$ 393.800,00 (trezentos e noventa e três mil e oitocentos reais)que será composto de acordo com as seguintes regras:

I – o valor será repassado ao consórcio pelo Município de Juara, conforme os valores forem sendo liberados e de acordo com a necessidade referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços;

II – Os valores poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, que deverá ser anexado ao presente e, obrigará a Concedente na mesma forma do presente instrumento, servindo referido(s) aditivo(s) de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 784 do Código de Processo Civil;

III – As despesas não abarcadas por este instrumento ou pelo Termo de Referência, ordinárias ou extraordinárias, a repactuação de rateio, as despesas com investimentos, os custos de folha de pagamento, inclusive, aqueles custos decorrentes de processo inflacionário ou da alta de quaisquer tipos de materiais cotados no mercado em moeda estrangeira, serão incluídos no valor do repasse mensal por meio de Termo Aditivo, obrigando-se desde já a Concedente a cumprir referidas obrigações sob pena de suspensão dos serviços prestados pela Proponente, bem ainda, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive, pecuniárias.

IV – Quaisquer outros valores e/ou repasses, mensais, avulsos ou temporários, necessários à manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, bem como para a prorrogação de respectivos serviços e, ainda, eventual recontratação, serão discutidos em Sessão Ordinária ou Extraordinária convocadas, ficando a Concedente desde já obrigada a cumprir com acréscimos ou supressões de valores no caso de haver decisão por maioria absoluta neste sentido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato, será passados ao consórcio pelo Município de Juara, conforme a necessidade dos serviços de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços, creditado, em conta específica dos serviços, mediante transferência, na seguinte conta e instituição bancária: Agência 2836-3, Conta Corrente nº 31.121-9, do Banco do Brasil, de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Arinos – CISVA.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela Concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: Secretária Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 09.101 –Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0004 – Melhorar o Serviço Público

Projeto/Atividade: 2133 –Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos

Elemento: 33.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

VALOR R$ 231.200,00(duzentos e trinta e um mil e duzentos reais)– Fonte Recursos 146 - Transferência Fundo a Fundo de Recurso do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Custeio

VALOR R$ 162.600,00 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos reais) – Fonte Recursos – 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato de Rateio é de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com vistas a garantir o direito constitucional à saúde, podendo vir a ser renovado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

I - As partes signatárias, de maneira irretratável, acordam que, em caso de inexistência dos repasses de responsabilidade da Concedente, o Proponente poderá:

a) Suspender o atendimento referente aos serviços de Consultas especializadas e exames especializadosaos usuários oriundos do Município Concedente;

b) Excluir a Concedente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos;

c) Responsabilizar judicial ou extrajudicialmente o gestor da Concedente, ouvido o Conselho Diretor respectivo;

II - no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em até 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado.

III - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive aquelas oriundas de honorários advocatícios e sucumbenciais serão exigíveis e, de responsabilidade inescusável da Concedente inadimplente que deu causa à adoção das medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais praticadas ou iniciadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Compete à Concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor descrito na Cláusula Segunda e eventuais aditivos, conforme consignado na Cláusula Terceira, conforme os repasses e necessidade dos serviços, impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, antes da realização do exame, sob pena de sofrer, cumulativamente ou não, as sanções previstas na Cláusula Sexta;

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Cumprir todas as obrigações econômicas e financeiras decorrentes do presente Instrumento de Rateio, bem como dos futuros e eventuais Termos Aditivos;

d) Cumprir as obrigações acessórias ao presente instrumento, inclusive, as decorrentes de despesas, taxas, custas, emolumentos, honorários advocatícios e sucumbenciais, judiciais ou extrajudiciais a que der causa.

e) Redefinir, repactuar, para mais ou para menos, o rateio dos valores necessários à continuidade e/ou manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializadosnos casos previstos na Cláusula Segunda, inciso III deste instrumento, bem ainda no caso de exclusão ou retirada espontânea de quaisquer membros do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA.

f) Prestar quaisquer informações, esclarecimentos ou realizar prestação de contas à Proponente, a qualquer momento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, se for solicitado.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades do Consórcio do Vale do Arinos, e em estreita obediência ao Estatuto Social.

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio.

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Contrato de Rateio à Concedente, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, e Sra. Secretária Municipal de Saúde, entidades municipais afins e à Secretaria de Estado da Saúde, para cumprimento do princípio da publicidade e da transparência.

e) Prestar informações sobre os serviços contratados, subsidiados pela Concedente por meio de rateio, bem como apresentar relatório dos atendimentos ou procedimento realizados a cada mês.

f) Prestar contas e informações às instituições de controle e fiscalização na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO

O presente Contrato de Rateio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte dias) antes do exercício seguinte, como estabelece o art. 29 do Estatuto Social do Proponente.

CLÁUSULA DEZ: DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Fica certo e ajustado, de forma irrevogável, que as parcelas não pagas, conforme previsto no caput da Cláusula Terceira, sendo que no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado, caracterizando-se o presente como título executivo extrajudicial (art. 784, NCPC) e autorizado o protesto no Cartório desta Comarca de Juara/MT.

CLÁUSULA ONZE: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato de Rateio, EXCLUÍDO QUALQUER OUTRO por mais privilegiado que seja, em decorrência de Juara ser a cidade sede do CISVA.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Juara/MT, 01 de julho de 2021.

_____

_____

CARLOS AMADEU SIRENA VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito de Juara/MT Presidente do CISVA

Testemunhas:

_____

_____

GILCILAYNE IRENE LAURO ANTONIO JOSE SANTANA NETO

CPF: 994.227.861-34 CPF: 000.724.791-59

Sec. Executiva do Consorcio Chefe de Gabinete de Juara

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
RESOLUÇÕES Nº 012, 013, 014/2021 - CMS

RESOLUÇÃO Nº 012/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUARA MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.574, de 22 de Julho de 2004.

CONSIDERANDO a Lei nº8.080, de 19 de Setembro de 1990 e Lei 8.142 de 20 de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Lei nº1.574/2004, Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 20(vinte) membros, sendo assegurada em sua composição 50%(cinquenta por cento) das vagas para representação dos usuários.

CONSIDERANDO o Art. 3º do Estatuto do Conselho Municipal de Saúde de Juara/MT, I- 50%(cinquenta por cento) das vagas para representação dos usuários.

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação em Reunião Extraordinária no dia 06(seis) de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art.1º Aprova o pleno deste Conselho Municipal de saúde a inclusão da Associação Beneficente Eurípedes Barsanulfo-AEB, junto a este CMS/ Juara-MT.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se Publica-se Cumpra-Se.

_____

Edna Benevides de Souza Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Juara/MT

Gestão 2021/2023

Homologada:

_____

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal de Juara

Gestão 2021/2024

Juara 07 de Julho de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 013/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUARA MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.574, de 22 de Julho de 2004.

CONSIDERANDO a Lei nº8.080, de 19 de Setembro de 1990 e Lei 8.142 de 20 de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº141 de 13 de Janeiro de 2012.

CONSIDERANDO o Estatuto do Conselho Municipal de Saúde de Juara/ MT.

CONSIDERANDO deliberação e aprovação em Reunião Extraordinária no dia 06(seis) de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art.1º Aprova o pleno deste Conselho Municipal de saúde **Credenciamento de Equipe da Atenção Primaria à Saúde**.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se Publica-se Cumpra-Se.

_____

Edna Benevides de Souza Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Juara/MT

Gestão 2021/2023

Homologada:

_____

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal de Juara

Gestão 2021/2024

Juara 07 de Julho de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 014/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUARA MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.574, de 22 de Julho de 2004.

CONSIDERANDO a Lei nº8.080, de 19 de Setembro de 1990 e Lei 8.142 de 20 de Dezembro de 1990.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº141 de 13 de Janeiro de 2012.

CONSIDERANDO o Estatuto do Conselho Municipal de Saúde de Juara/ MT.

CONSIDERANDO deliberação e aprovação em Reunião Extraordinária no dia 06(seis) de Julho de 2021.

RESOLVE:

Art.1º Aprova o pleno deste Conselho Municipal de Saúde a Ampliação da frota do **SAMU**- Serviço Móvel de Urgência e Emergência no Município de Juara-MT.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se Publica-se Cumpra-Se.

_____

Edna Benevides de Souza Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Juara/MT

Gestão 2021/2023

Homologada:

_____

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal de Juara

Gestão 2021/2024

Juara 07 de Julho de 2021.

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021 - NOVO H. NORTE

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO CISVA Nº 002/2021

TERMO DE CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, PARA OS FINS QUE, NESTE INSTRUMENTO, ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 03.238.888/0001-93 com sede na Rua Augusto de Souza, nº171, Centro, Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SILVANO PEREIRA NEVES, brasileiro, casado, Comerciante, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.521.641-15, portador do RG nº 625916-2, SSP/MT, residente e domiciliado à Avenida Brasilia nº 684 bairro Centro, Novo Horizonte do Norte/MT, simplesmente denominado CONCEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob 06.153.406/0001-90, com sede à Rua Venezuela, nº 75 – N, cidade de Juara/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, solteiro, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 893.514.361-87, portador do RG nº 11735317, SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dona Alvina, s/nº, Centro, Porto dos Gaúchos/MT, denominado de PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes, e subsidiariamente pelo Estatuto Social do Proponente, que integra o presente Termo de Contrato:

Aplicam-se ao presente Contrato e têm por base de interpretação do mesmo os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador n° 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a consecução das ações previstas e decididas pelo Conselho Diretor e Técnico do CISVA**,** referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, na forma de credenciamento, a serem geridos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, mediante o repasse de valores antecipadamente de acordo com a demanda por parte do município de NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto no presente Contrato encontra amparo legal na Lei Orçamentária Anual da Concedente para o exercício de 2021 que, segundo declaração, aqui ratificada pelo Prefeito Municipal, autorizou o ingresso da Concedente no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, bem como o custeio de despesas na modalidade de rateio com os demais membros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O valor estimado anual do presente Contrato de Rateio, pelo qual a Concedente se obriga neste ato, ao longo da vigência do Contrato de acordo com a demanda, a repassar para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos será de **R$379.417,50 (trezentos e setenta e nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)**que será composto de acordo com as seguintes regras:

I – o valor será repassado ao consórcio pelo Município de Juara, conforme os valores forem sendo liberados e de acordo com a necessidade referentes aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços;

II – Os valores poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, que deverá ser anexado ao presente e, obrigará a Concedente na mesma forma do presente instrumento, servindo referido(s) aditivo(s) de título executivo extrajudicial, nos moldes do art. 784 do Código de Processo Civil;

III – As despesas não abarcadas por este instrumento ou pelo Termo de Referência, ordinárias ou extraordinárias, a repactuação de rateio, as despesas com investimentos, os custos de folha de pagamento, inclusive, aqueles custos decorrentes de processo inflacionário ou da alta de quaisquer tipos de materiais cotados no mercado em moeda estrangeira, serão incluídos no valor do repasse mensal por meio de Termo Aditivo, obrigando-se desde já a Concedente a cumprir referidas obrigações sob pena de suspensão dos serviços prestados pela Proponente, bem ainda, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, inclusive, pecuniárias.

IV – Quaisquer outros valores e/ou repasses, mensais, avulsos ou temporários, necessários à manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados, bem como para a prorrogação de respectivos serviços e, ainda, eventual recontratação, serão discutidos em Sessão Ordinária ou Extraordinária convocadas, ficando a Concedente desde já obrigada a cumprir com acréscimos ou supressões de valores no caso de haver decisão por maioria absoluta neste sentido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato, será passados ao consórcio pelo Município de Juara, conforme a necessidade dos serviços de forma antecipada, ou seja, antes da realização dos serviços, creditado, em conta específica dos serviços, mediante transferência, na seguinte conta e instituição bancária: Agência 2836-3, Conta Corrente nº 31.121-9, do Banco do Brasil, de titularidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Vale do Arinos – CISVA.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela Concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: Secretária de Saúde – Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte

Unidade Orçamentária: 08.002 –Fundo Municipal de Saúde

Função:10 – Saúde

Sub-função:10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:.....

Projeto/Atividade: ..... –Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos

Elemento: 33.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consorcio Público

VALOR TOTAL R$379.417,50 (trezentos e setenta e nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Contrato de Rateio é de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com vistas a garantir o direito constitucional à saúde, podendo vir a ser renovado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

I - As partes signatárias, de maneira irretratável, acordam que, em caso de inexistência dos repasses de responsabilidade da Concedente, o Proponente poderá:

a) Suspender o atendimento referente aos serviços de Consultas especializadas e exames especializados aos usuários oriundos do Município Concedente;

b) Excluir a Concedente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos;

c) Responsabilizar judicial ou extrajudicialmente o gestor da Concedente, ouvido o Conselho Diretor respectivo;

II - no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em até 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado.

III - Todas as despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive aquelas oriundas de honorários advocatícios e sucumbenciais serão exigíveis e, de responsabilidade inescusável da Concedente inadimplente que deu causa à adoção das medidas administrativas, judiciais e extrajudiciais praticadas ou iniciadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Compete à Concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor descrito na Cláusula Segunda e eventuais aditivos, conforme consignado na Cláusula Terceira, conforme os repasses e necessidade dos serviços, impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, antes da realização do exame, sob pena de sofrer, cumulativamente ou não, as sanções previstas na Cláusula Sexta;

b) Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Contrato através da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Cumprir todas as obrigações econômicas e financeiras decorrentes do presente Instrumento de Rateio, bem como dos futuros e eventuais Termos Aditivos;

d) Cumprir as obrigações acessórias ao presente instrumento, inclusive, as decorrentes de despesas, taxas, custas, emolumentos, honorários advocatícios e sucumbenciais, judiciais ou extrajudiciais a que der causa.

e) Redefinir, repactuar, para mais ou para menos, o rateio dos valores necessários à continuidade e/ou manutenção dos serviços de Consultas especializadas e exames especializados nos casos previstos na Cláusula Segunda, inciso III deste instrumento, bem ainda no caso de exclusão ou retirada espontânea de quaisquer membros do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA.

f) Prestar quaisquer informações, esclarecimentos ou realizar prestação de contas à Proponente, a qualquer momento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, se for solicitado.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades do Consórcio do Vale do Arinos, e em estreita obediência ao Estatuto Social.

b) Fazer prestação de contas, conforme estabelece o Estatuto Social do Consórcio.

c) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais.

d) Enviar relatório mensal da consecução financeira do presente Contrato de Rateio à Concedente, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, e Sra. Secretária Municipal de Saúde, entidades municipais afins e à Secretaria de Estado da Saúde, para cumprimento do princípio da publicidade e da transparência.

e) Prestar informações sobre os serviços contratados, subsidiados pela Concedente por meio de rateio, bem como apresentar relatório dos atendimentos ou procedimento realizados a cada mês.

f) Prestar contas e informações às instituições de controle e fiscalização na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO

O presente Contrato de Rateio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 120 (cento e vinte dias) antes do exercício seguinte, como estabelece o art. 29 do Estatuto Social do Proponente.

CLÁUSULA DEZ: DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Fica certo e ajustado, de forma irrevogável, que as parcelas não pagas, conforme previsto no caput da Cláusula Terceira, sendo que no caso de urgência no atendimento em detrimento da saúde do usuário, os valores devem ser pagos em 05 (cinco) dias úteis, caso não ocorra o pagamento, a hipótese poderá acarretar na suspensão e até mesmo rescisão do contrato, acrescida da multa contratual de 2% (dois por cento) do resultado do saldo residual aqui tratado, caracterizando-se o presente como título executivo extrajudicial (art. 784, NCPC) e autorizado o protesto no Cartório desta Comarca de Juara/MT.

CLÁUSULA ONZE: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de JUARA/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato de Rateio, EXCLUÍDO QUALQUER OUTRO por mais privilegiado que seja, em decorrência de Juara/mt ser a cidade sede do CISVA.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Contrato de Rateio em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Juara/MT, 01 de julho de 2021.

_____

_____

SILVANO PEREIRA NEVESVANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito de NHN/MT Presidente do CISVA

Testemunhas:

GILCILAYNE IRENE LAURO WALDECIR DE SA

CPF: 994.227.861-34

Sec. Executiva do Consorcio Sec. de Saúde de NHN

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.659/2021

Decreto nº 1.659, de 12 de julho de 2021.

Dispõe sobre atualização das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavirus (COVID-19) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de Juara e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando que a Saúde, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso Universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o colapso vivido na rede de saúde, o qual encontrasse com alta na ocupação de leitos de UTI, sendo que a maioria dos casos são do interior do Estado de Mato Grosso;

Considerando o aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

Considerando a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológicas;

Considerando que o Município de Juara/MT deve pautar suas ações com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, adequando as medidas de prevenção ao Coronavírus (COVID-19) à realidade local, sobretudo quanto a observância dos direitos e garantias individuais assegurados constitucionalmente;

Considerando o Decreto nº 1.461, de 26 de março de 2020, que Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de Juara, e dá outras providências;

Considerando que o Decreto Municipal nº 1.594 de 14 de janeiro de 2021, declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Juara;

Considerando que compete ao Município zelar pela preservação do bem-estar da população e pela manutenção dos serviços públicos e das atividades socioeconômicas, bem como adotar imediatamente as medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando à contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

Considerando o Decreto nº 897, de 16 de abril de 2021 que altera dispositivo do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, que atualiza medidas ex-

cepcionais, de caráter temporário, para a preservação dos riscos de disseminação do coronavirus (COVID-19) do Governo do Estado de Mato Grosso;

Considerando a **classificação de risco do Município de Juara, MODERADO.**

D E C R E T A:

Art. 1º Visando impedir o crescimento da taxa de contaminação no território do Município de Juara e reduzir o impacto no sistema de saúde, o Município de Juara passa a adotar as seguintes medidas não-farmacológicas, obrigatórias ao setor Público e Privado, de acordo com a classificação de risco:

I- Risco Baixo:

a) fica proibida a circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem freqüente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a freqüência diária de limpeza e desinfecção de locais freqüentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros.

II- Risco Moderado, além das regras previstas no risco baixo as seguintes:

a) ficam restritas a realização presencial de reuniões de trabalho, devendo priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

b) determina o controle de acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

c) fica proibido o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

d) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

e) fica determinado o isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, exceto os já vacinados;

f) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

III – Risco Alto, além das regras previstas no risco baixo e moderado as seguintes:

a) proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração, exceto as atividades ao ar livre de caráter individual;

b) proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais.

IV- Risco Muito Alto, além das regras previstas no risco baixo, moderado e alto, as seguintes:

a) **as igrejas, templos e congêneres** são permitidos o funcionamento, respeitado o limite de **50% (cinqüenta por cento) da capacidade máxima do local**, observados os limites de horário definidos neste instrumento, respeitando as medidas sanitárias.

b) recomenda aos cidadãos Juarenses à quarentena voluntária por 10 dias, devendo evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento de praças e parques públicos, quadras poliesportivas, campos de futebol e outras atividade ao ar livre de caráter coletivo, que poderão ser realizadas, desde que as regras de higienização e proteção individual sejam seguidas, e não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, referida autorização é válida somente enquanto o Município estiver com risco de contaminação baixo ou moderado, sendo que no risco alto e muito alto somente serão permitidas atividades individuais ao ar livre.

Art. 3º O funcionamento de praças e parques públicos, igrejas e templos de qualquer natureza e comércio em geral, estão sujeitos a não ultrapassar 70% (setenta por cento) da capacidade máxima do local, referida autorização é válida somente enquanto o Município estiver com risco de contaminação baixo ou moderado, sendo que no risco alto e muito alto somente serão permitidas quando **não ultrapasse 50% (cinqüenta por cento) da capacidade máxima do local**, sendo:

I - de segunda a domingo, autorizado o funcionamento no período compreendido entre as 05h00m e as 23h00m;

§ 1º As farmácias, hospitais públicos e privados, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, **exceto conveniências**, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, **não** ficam sujeitas às restrições de horário previstas no presente artigo.

§ 2º Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências e congêneres, localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais, eventualmente localizadas no âmbito territorial do Município de Juara/MT fora dos horários definidos nos incisos do *caput* deste artigo.

§ 3º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada, devendo manter pelo menos um funcionário à porta do estabelecimento para higienização e controle de entrada, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 4º O funcionamento de serviço na modalidade delivery fica autorizado, inclusive aos sábados e domingos, sem restrição de dias e horários.

§ 5º Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away (retirada no local) e drive-thru (retirada sem sair do carro) somente até às 23h00m.

§ 6º Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres respeitado o limite de 70% (cinqüenta por cento) da capacidade máxima do local, e os limites de horário definidos, bem como obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias de prevenção e combate à COVID-19, referida autorização é válida somente enquanto o Município estiver com risco de contaminação baixo ou moderado, sendo que no risco alto e muito alto somente serão permitidas quando **não ultrapasse 50% (cinqüenta por cento) da capacidade máxima do local**.

§7º Durante a vigência deste Decreto, **ficam proibidos os eventos que gerem aglomeração de pessoas com contato físico, tais como bailões e congêneres**, permitidos os eventos sociais com controle de quantidade

de pessoas sentadas, **e não ultrapasse 50% (cinqüenta por cento) da capacidade máxima do local**, **limitada a quantidade de 120 pessoas no máximo**, independente se o local permita maior volume de acordo com a percentagem acima mencionada, **não podendo ainda haver pista de dança.**

Art. 4º Caso o Município de Juara a qualquer momento esteja classificado como de risco Alto ou muito Alto, desde ja fica instituído no Município de Juara, medida não farmacológica de caráter temporário, **toque de recolher** com restrição de circulação de pessoas em todo o território do Município de Juara - Estado de Mato Grosso a partir das **22h00m até as 05h00m.**

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 22h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§ 2º A restrição fixada no *caput* deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias municipais, estaduais e federais.

Art. 5º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo:

I – Fiscalização do Órgão Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor - PROCON;

II - Órgãos de Fiscalização e vigilância sanitária e de tributos municipal;

III - Polícia Militar - PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT; e

VI - outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório, que poderão ser convocados a auxiliar na fiscalização.

Parágrafo único. A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes, quando houver o descumprimento das medidas deste decreto.

Art. 6º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

Art. 7º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 8º Fica proibido, a partir da publicação deste decreto, o consumo de bebida alcoólica, nas conveniências e congêneres, nos logradouros, ruas, praças e parques públicos.

Parágrafo único: É permitido o consumo de bebidas alcoólicas nos demais locais de venda, exceto conveniências e congêneres, desde que restrito àqueles sentados à mesa do respectivo estabelecimento, respeitados limites de horário definidos, bem como obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias de prevenção e combate à COVID-19.

Art. 9º Ficam suspensas as disposições do Decreto Municipal nº 1. 461/2020 que eventualmente conflitam com o presente decreto, enquanto persistir a **classificação de risco do Município de Juara, entre o risco moderado, alto e muito alto,** de que trata este Decreto.

Art. 10. Fica revogado o Decreto nº 1.595, de 15 de janeiro de 2021.

Art. 11. Fica revogado o Decreto nº 1.632, de 17 de abril de 2021.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 12 de julho de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Municípioecreto

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO DE CONTRATO

1º ADITIVO AO CONTRATO N° 124/2021 PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR

PREFEITURA MUNICIPAL JURUENA - MT, inscrita no **CNPJ/MF sob nº. 24.950.461/0001-93**, situada à Avenida 04 de Julho nº360 – Bairro Centro, Juruena - MT, CEP 78.340-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Prefeito Municipal Sr. **MANOEL GONDIJO DE CARVALHO**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 621. 452, e do CPF 442.570.741-91 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT, Adere a Ata de Registro de Preços nº 031/2019 com a empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº. 26. 804.377/0004-30**, com sede na Rua Primavera n°300, Bairro Bosque da Saude, CEP 78.050-030, em Cuiabá – MT doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador **JOSE CARLOS URIAS**, Brasileiro, casado, Analista de Sistemas, portador da cédula de Identidade nº 4.238.290-6 SSP/PR e do CPF/MF nº. 596.277. 789-15, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Juruena - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial Adesao para Registro de Preços nº 076/2020, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 124/2021, celebrado entre as partes.

1.2. O objeto do presente instrumento é adesão à ata de registro de preços n.º 031/2019, oriunda do pregão presencial n.º 026/2019, realizado pela prefeitura municipal de Campinápolis - MT, a referida adesão visa à adesão total e/ou parcial, por esta prefeitura municipal de Juruena, correspondente aos itens 1, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 36 e 37 referente ao licenciamento de software, e aos itens 6, 10, 14 e 16 referente a *implantação*, conforme planilha anexa junta à licitante vencedora do certame **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

2.1. O prazo de vigência do referido Contrato, estender-se-á por mais um período de **12 (DOZE) meses**, compreendendo o período de início em **13/ 07/2021** e término em **13/07/2022.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. A continuidade na prestação dos serviços já contratados se torna mais viável, pois minimiza custos para a Administração, considerando ainda que os servidores já estão familiarizados com a forma de trabalho da Contratada. 3.2. O presente aditivo encontra fundamentação legal no **Art. 57, II**, da Lei **n° 8.666/93**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

4.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:

5.1. O valor do presente aditivo terá um reajuste de 7,86% (sete virgula oitenta e seis por cento) ao valor do contrato original e será fixado no valor global de **R$ 172.277,63 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS).**

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO:

5.1. As demais cláusulas do Contrato originário permanecerão inalteradas.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, destinando 02 (duas) vias para a **CONTRATANTE** e 01 (uma) via para a **CONTRATADA.**

Juruena - MT, 12 de julho de 2021.

_____ MANOEL GONTIJO DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA

_____ ADEMAR PAVINI

TESTEMUNHAS: **1**:_____ 2: _____-_____

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO A Prefeito Municipal, MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 016/2021

Modalidade: Pregão eletrônico

Data da Homologação: 12/07/2021

Objeto da Licitação: **Registro de preço para futura e eventual aquisição de insumos, medicamentos e equipamentos de uso odontológico para atender, durante 12 (doze) meses, a demanda oriunda das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.** Fornecedor:

Razão Social: HIPERDENTAL COM. E REP. DE PROD. ODONT. E MED. HOSPITALAR CNPJ: 13.994.852/0001-93 Valor: R$ 121.080,60

Razão Social: CIRURGICA GONÇALVES LTDA - ME CNPJ: 15.371.628/0001-70 Valor: R$ 16.173,00

Juruena – MT, 12 de julho de 2021 ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Juruena/MT através do Pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal n.º 130/2021, Torna Público, para os devidos fins que **ADERIU** à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial Registro de Preços n.º 028/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT, que visa o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPCIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERNCIA DO EDITAL**, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços aderida.

Juruena – MT, 12 de Julho de 2021.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 - JURUENA/MT

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 001/2021

O Prefeito Municipal de Juruena, **MANOEL GONTIJO DE CARVALHO**, com amparo no art. n.° 37, inciso IX da Constituição Federal, **RESOLVE TORNAR PÚBLICO** o presente edital Complementar n.º 001/2021, que retifica ITEM divulgado no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2021:

Considerando a necessidade de adequação de itens do Edital de Seleção nº 002/2021-Juruena-MT:

RESOLVE:

I **–** Retificar parte do item 2 - Pré-requisitos dos cargos de Tratorista e Operador de Máquinas Rodoviárias, conforme abaixo descrito;

TRATORISTA	
CARGA HORÁRIA	40 horas semanais
VENCIMENTO R$	1.657,30
PRÉ-REQUISITO	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação categoria C (no mínimo).
ATRIBUIÇÕES DO CARGO	Operar veículos motorizados, máquinas rodoviárias, agrícolas, tratores e outros: Abrir valetas e cortar taludes; Proceder escavações, transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes; Serviços de remoção de entulhos, lixos de resto de construção, carregar caminhos; Auxiliar no conserto de máquinas; Lavrar e discar terras, obedecer curvas de nível ; Cuidar da limpeza e conservação de máquinas, zelando pelo seu bom funcionamento; Executar reparos mecânicos ou elétricos simples, em situações de inexistência de serviços especializados; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS	
CARGA HORÁRIA	40 horas semanais
VENCIMENTO R$	2.516,66
PRÉ-REQUISITO	Ensino Médio Incompleto; Carteira Nacional de Habilitação categoria C (no mínimo)
ATRIBUIÇÕES DO CARGO	Operar máquinas rodoviárias, tratores de pequeno porte, máquinas agrícolas e equipamentos móveis.

Prefeitura municipal de Juruena/MT, 12 de julho de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO
Pregao Eletronico 16/2021
OBJETO: "Registro de preço para futura e eventual aquisição de insumos, medicamentos e equipamentos de uso odontológico para atender, durante 12 (doze) meses, a demanda oriunda das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento." Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregao Eletronico nº 16 / 2021, Registro de Preços nº, cuja abertura se deu em 21/06/2021 às 9:00, sagrou-se vencedora as empresas:
Com as propostas conforme segue:
Vencedor: CIRURGICA GONÇALVES LTDA - ME

				Total do Lote $16,173.00
				Total do Vencedor $16,173.00
Vencedor: HIPERDENTAL COM.E REP.DE PROD.ODONT.E MED.HOSP.				
				Total do Lote $121,080.60
				Total do Vencedor $121,080.60
	JURUENA-12 de julho de 2021			
ROBSON GOMES DIAS				
PREGOEIRO OFICIAL				

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO 124/2021

CONTRATO N°124/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL ADESÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2020

Aos treze dias do mês de Julho de 2020, o Município de Juruena – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL JURUENA - MT**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº. 24.950.461/0001-93**, situada à Avenida 04 de Julho nº360 – Bairro Centro, Juruena - MT, CEP 78.340-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Prefeito Municipal Sr. **MANOEL GONDIJO DE CARVALHO**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 621.452, e do CPF 442.570.741-91 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT, Adere a Ata de Registro de Preços nº 031/2019 com a empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº. 26.804.377/0004-30**, com sede na Rua Primavera n°300, Bairro Bosque da Saude, CEP 78.050-030, em Cuiabá – MT doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Sócio Administrador **JOSE CARLOS URIAS**, Brasileiro, casado, Analista de Sistemas, portador da cédula de Identidade nº 4.238.290-6 SSP/PR e do CPF/MF nº. 596.277.789-15, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Juruena - MT nº 2.108/2013, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial Adesao para Registro de Preços nº 076/2020, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é adesão à ata de registro de preços n.º 031/2019, oriunda do pregão presencial n.º 026/2019, realizado pela prefeitura municipal de Campinápolis - MT, a referida adesão visa à adesão total e/ou parcial, por esta prefeitura municipal de Juruena, correspondente aos itens 1, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 36 e 37 referente ao licenciamento de software, e aos itens 6, 10, 14 e 16 referente a *implantação*, conforme planilha anexa junta à licitante vencedora do certame.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

N	CÓD.	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	91433	ARMAZENAMENTO PROVIMENTO DE DATA CENTER	MÊS	12	R$ 800,00	**R$ 9.600,00**
6	91422	IMPLANTAÇÃO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS	UN.	1	R$ 3.644,00	**R$ 3.644,00**
10	91420	IMPLANTACAO TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL	UN.	1	R$ 3.850,00	**R$ 3.850,00**
14	91425	IMPLANTAÇÃP BUSINESS INTELLIGENCE BI	UN.	1	R$ 700,00	**R$ 700,00**
16	91427	IMPLANTAÇÃO CONTROLE DE PROTOCOLO WEB	UN.	1	R$ 770,00	**R$ 770,00**
21	91414	LICENCIAMENTO- BUSINESS INTELLIGENCE BI	MÊS	12	R$ 1.300,00	**R$ 15.600,00**
23	91406	LICENCIAMENTO- CONTROLE DE ALMOXARIFADO	MÊS	12	R$ 297,00	**R$ 3.564,00**
24	91408	LICENCIAMENTO- CONTROLE DE COMPRAS E LICITACAO	MÊS	12	R$ 850,00	**R$ 10.200,00**
25	91409	LICENCIAMENTO- CONTROLE DE FROTAS	MÊS	12	R$ 425,00	**R$ 5.100,00**
26	91410	LICENCIAMENTO- CONTROLE DE PROTOCOLO WEB	MÊS	12	R$ 425,00	**R$ 5.100,00**
28	91412	LICENCIAMENTO- CONTROLE DO PATRIMONIO	MÊS	12	R$ 595,00	**R$ 7.140,00**
29	91405	LICENCIAMENTO- ISSQN COM EMISSAO DE NFS-E	MÊS	12	R$ 2.125,00	**R$ 25.500,00**
30	91399	LICENCIAMENTO- PLANEJAMENTO, ORCAMENTO, TESOURARIA E CONTABILIDADE	MÊS	12	R$ 2.125,00	**R$ 25.500,00**
31	91413	LICENCIAMENTO- PORTAL DA TRANSPARENCIA	MÊS	12	R$ 595,00	**R$ 7.140,00**
32	91400	LICENCIAMENTO- RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12	R$ 1.700,00	**R$ 20.400,00**
36	91404	LICENCIAMENTO-PORTAL CONTRIBUINTE	MÊS	12	R$ 425,00	**R$ 5.100,00**
37	91403	LICENCIAMENTO-TRIBUTACAO MUNICIPAL	MÊS	12	R$ 2.125,00	**R$ 25.500,00**

VALOR TOTAL R$ 174.408,00 (Cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

2.2. A empresa detentora do registro deverá iniciar o fornecimento do objeto deste registro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação, conforme especificado no Termo de Referência.

2.3. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n.026/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO, DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E DA VINCULAÇÃO

3.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial Adesão n° 017/2020, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber as disposições das Leis Federais nº 8.666/93, 123/06 e 147/214, Decreto Federal nº 7.892/13, Decreto Federal nº 8.250/14, Decreto Federal nº 8.683/16, e Decreto Municipal 2.108/2013.

3.2. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 1895/2019, Pregão Presencial SRP 026/2019.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

4.1.1. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a vencedora do certame se compromete a:

4.1.2. Manter as mesmas condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou da assinatura do contrato e no fornecimento do objeto.

4.1.3. Iniciar a execução do objeto em até (cinco) dias úteis, contados do contrato e nas condições estabelecidas no edital, nesta ata e no contrato.

4.1.4. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto;

4.1.5. Não alegar como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta contratação que não a eximirá das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

4.1.6. Indenizar terceiros e/ou a Prefeitura Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.1.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

4.1.8. Exigir, promovendo o acompanhamento, nos casos permitidos para subcontratações, o atendimento aos prazos e qualidade dos serviços, sob pena de multa e sanções previstas na legislação.

4.1.9. Garantir a segurança na execução dos serviços, cabendo-lhe relatar por escrito.

4.1.10. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e /ou sobre a execução do objeto do futuro registro de preços e/ou Contrato.

4.1.11. Observar, respeitar e fazer cumprir, conforme o caso, as legislações Federal, Estadual e Municipal, principalmente no tocante aos encargos trabalhistas e sociais.

4.1.12. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do objeto do Contrato.

4.1.13. Comunicar a Administração, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do fornecimento, objeto da futura contratação.

4.1.14. Estabelecer informações gerenciais para a boa execução do contrato e acompanhamento destes.

4.1.15. Se dispor a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, bem como o gestor do contrato.

4.1.16. Emitir notas fiscais individualizadas, separadas por secretaria, sendo obrigatório indicar o número do instrumento contratual, o número da conta em que o pagamento deve ser efetuado.

4.1.17. Fornecer o objeto de forma fracionada mediante requisição emitida pelo Departamento de Compras Municipal, observando o preço unitário, marca, prazo, local de entrega, a quantidade e demais condições fixadas neste Instrumento e na Ordem de Fornecimento.

4.1.18 Os Sistemas deverão funcionar de modo integrado, com número ilimitado de usuários.

4.1.19 Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados, sendo atendimento por telefone e acesso remoto.

4.1.20 Prestar atendimento “in loco” quando solicitado, devendo ser enviado à Entidade, cronograma referente a tal atendimento.

4.1.21 Simultaneamente à entrega definitiva das Soluções informatizadas, os profissionais da empresa registrada deverão efetuar os treinamentos dos servidores da Prefeitura Municipal, que estarão diretamente ligadas à operacionalização e as rotinas de cada software/sistema, responsabilizando-se por todas as despesas de transporte, alimentação, diárias, hospedagens dos instrutores do treinamento.

4.1.22 Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àquelas referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade do órgão gestor da ata e futuro contratante, sobre os direitos aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados.

4.**1.23** Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

4.1.24 Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA GESTORA DO REGISTRO

5.1. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a Gestora do Registro se compromete a:

5.1.1. Disponibilizar dotação orçamentária nos termos da legislação no valor total da contratação;

5.1.2. Analisar, autorizar e receber os serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, cujo prazo para autorização será de, no máximo, 2 (dois) dias, contados da solicitação da contratante, desde que deferido pelo setor financeiro.

5.1.3. Penalizar o servidor que, comprovadamente, criar embaraços, buscar ou tirar proveito da situação, dificultar injustificadamente o fornecimento ou pagamentos relativos aos serviços prestados;

5.1.4. Não realizar qualquer pagamento, à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. - Esse fato não será gerador de direito a atualização monetária.

5.1.5. Acompanhar a execução do contrato e o cumprimento das regras deste Termo, informando à Administração qualquer irregularidade que tome conhecimento e que a solução ou penalização não esteja em sua órbita de ação.

5.1.6. Somente aceitar notas fiscais individualizadas, separadas por secretaria, sendo obrigatório indicar o número do instrumento contratual, o número da conta em que o pagamento deve ser efetuado, sob pena de não recebimento

5.1.7. A aceitação dos serviços fora do estabelecido implicará responsabilização do servidor nos termos da legislação.

5.1.8. O tempo para fornecimento somente poderá ser contado a partir da autorização da contratante.

5.1.9. Toda e qualquer verificação de não conformidade na execução dos serviços, deverão ser informadas à Administração, a qual adotará as medidas cabíveis e pertinentes a cada caso.

5.1.10. Responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 026/2019.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade:

Kiane Henrique dos Reis, CPF: 016.345.621-60, portaria nº 47, de 08 de maio de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de R$ 174.408,00 (Cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais).

7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, devidamente atestada pela Administração;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição e quantitativo dos produtos entregues, número do certame e da ata de registro de preços;

7.2.1. Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas, através de cheque nominal a empresa.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão conjunta de Dívida Ativa da União e Regularidade de Tributos Federais e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.2. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

9.3. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

9.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.11. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

10.3. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

10.4. Advertência por escrito;

10.5. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

10.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

10.7. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.8. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

10.9. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.10. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2020:

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juruena, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Juruena por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para

um só efeito legal.

Juruena - MT, 12 de Julho de 2021.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

JOSE CARLOS URIAS

AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

TESTEMUNHAS:

1:_____ 2: _____

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO A Prefeito Municipal, MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 024/2021

Modalidade: Pregão Presencial Adesão (Carona)

Data da Adjudicação: 12/07/2021

Objeto da Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial Registro de Preços n.º 028/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT, que visa o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPCIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERNCIA DO EDITAL**, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços aderida. Fornecedor:

Razão Social: EXITOS EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 25.993.540/0001-44 Valor: R$ 118.300,00 Juruena – MT, 12 de julho de 2021 MANOEL GONTIJO DE CARVALHO Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO 027/2.021

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Raphael Marcos De Oliveira – ME

OBJETO: "Contratação De Empresa Em Prestação De Serviços Referente Locação De Retro escavadeira, Para Atender o Departamento De Água e Esgoto Do Município De Juscimeira/MT"

PRAZO: 90 (noventa) dias

VALOR: R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais).

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Raphael Marcos De Oliveira - ME - CNPJ: 34.636.082/0001-87

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 063/2021, TORNA PÚBLICO que realizará às **07:30 HORAS DO DIA 27 DE JULHO 2021** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI, PARA SEGURANÇA E COMBATE AO CORONAVÍRUS – COVID-19, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO" .** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **07:30 HORAS DO DIA 27 DE JULHO 2021.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 08:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitação@juscimeira.mt.gov.br nos dias úteis a partir desta data. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT., 12 De Julho de 2021.

Maiko Wilson Cunha De Almeida

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2021 – PMLDO/MT - PROCESSO Nº 40/2021

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 202/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço por Item, em sessão pública eletrônica a partir **das 09:00 horas** (horário de Brasília - DF) do **dia 26/07/2021,** através do *site* www.licitanet.com.br, destinada à **aquisição de um veículo 0km para transporte de pacientes, com capacidade para 7 passageiros, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 041/2021, que celebraram entre si o Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde de Lambari d'Oeste – MT,** de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores e Decreto 10.024/2019.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE, na sede da Prefeitura e no link: https://www.lambaridoestemt.com.br/transparencia-municipal/licitacoes/5107-pregao-eletronico-n-02-2021-pmldo-mt-processo-n-40-2021.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Pregoeiro

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2020

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2020

CONTRATADA: GUIMARAES AGRICOLA LTDA

CNPJ: 01.042.977/0001-34

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA – MÁQUINA PESADA DO TIPO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 892130/2019/MAPA, FIRMADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL E O MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

FUNDAMENTO LEGAL: A PRESENTE RESCISÃO TEM POR FUNDAMENTO LEGAL, O ARTIGO 79, INCISO II DA LEI N.º 8666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 06 DE JULHO DE 2021.

TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 36/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 040/2021/PMLDO.

O Prefeito do Município de Lambari D'Oeste – MT, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao Contrato n.º 040/2021, para alteração de dotação orçamentária à Cláusula Sexta.

Dotação anterior:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**NOMENCLATURA**	**FONTE**
01.122.0100.2066.0000 – 3.3. 90.39.00	Outros serviços de terceiros - PJ	0.1.00/110. 000

Dotação nova:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**NOMENCLATURA**	**FONTE**
01.122.0100.2066.0000 – 3.3. 90.36.00	Outros serviços de terceiros - PF	0.1.00/110. 000

LAMBARI D'OESTE – MT, 12 DE JULHO DE 2021.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

COVID-19: DECRETO Nº 043/2021 "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID - 19) A SEREM ADOTADOS PELO PODE

DECRETO Nº 043/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID - 19) A SEREM ADOTADOS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE LUCIARA MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARASSU DE SOUSA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, o Município de Luciara, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13. 979/2020 nos arts. 3º ao 3º-J, conforme assegurou a medida cautelar da ação direta de inconstitucionalidade nº 6.625 do Supremo Tribunal Federal que prorrogou sua extensão ao dia 31/12/2021 ou até o término da emergência internacional de saúde decorrente do Corona vírus, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando, a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº874 de 25 de março de 2021, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para a adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº897 de 16 de abril de 2021, que altera dispositivos do Decreto estadual nº 874 de 25 de março de 2021, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção , pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológica para evitar a disseminação da Covid-19, sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO o nível de casos comprovados atualmente no município de Luciara-MT;

D E C R E T A:

Art. 1º - Sobre as medidas para enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal de Luciara - MT;

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento à COVID-19, com a finalidade de implementar ações de caráter preventivo na saúde pública no Município de Luciara-MT, com a seguinte composição:

I – PREFEITO MUNICIPAL, que o coordenará;

II - CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO;

III - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

IV - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE;

V - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

VI - COORDENADORA (O) DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

VII - COMANDANTE DE DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR;

VIII – REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

IX – COORDENADORA DA ATENÇÃO BÁSICA;

X – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;

XI – MÉDICO DO PSF;

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

Art. 3º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - Isolamento;

II- Quarentena;

III - campanhas de conscientização e fiscalização;

IV- Determinação de realização compulsória de:

a) Exames médicos;

b) Testes laboratoriais;

c) Coleta de amostras clínicas;

d) Vacinação e outras medidas profiláticas;

e) Tratamentos médicos específicos.

IV -Estudo ou investigação epidemiológica;

V - Exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI- Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas.

§1º- Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II - Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavírus;

III – Eventos: todos os acontecimentos prévios e esporadicamente planejados, organizados e coordenados, de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal.

§2º - A requisição administrativa, nos termos do Artigo 5°, inciso XXV da Constituição de 1988, do inciso XIII do art. 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de ato específico estadual a ser editado, envolverá, em especial:

a) Estabelecimentos privados de saúde, independentemente da celebração de contratos administrativos;

b) Profissionais de saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública;

c) Equipamentos de proteção individual, insumos, medicamentos e serviços.

CAPÍTULO II

DA ADOÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS

Art. 4º - Computam ainda como medidas preventivas para reduzir a capacidade de contágio do novo coronavírus:

I - Etiqueta respiratória;

II - Higienização com água e sabão ou álcool gel 70% frequente nas mãos;

III -Identificação e isolamento respiratório dos acometidos pela COVID-19;

IV - Uso de EPIs pelos profissionais da saúde, sem qualquer exceção;

V - Realização de triagem rápidas nas unidades de saúde para reduzir o tempo de espera e consequente possibilidade de transmissão;

VI -Manter os ambientes bem ventilados;

VII -Controle de visitas em hospital;

VIII -Suspensão de atividades que envolvam grupos da terceira idade e considerados de risco;

Art. 5º - A unidade hospitalar, de atendimento, clínicas ou laboratórios público ou particular que confirmarem a doença coronavírus (COVID-19), deverão imediatamente informar a Secretaria de Saúde.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, ratificada por ato do Secretário Municipal de Saúde, com fundamento no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§1º- Em havendo necessidade, qualquer servidor poderá ser convocado para prestar serviço em outras secretarias, no âmbito de interesse da administração, dispensando o ato normativo específico para movimentação, devendo apenas comunicado ao Departamento de Recursos Humanos.

§2º- Em sendo necessária a contratação temporária de pessoal para as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, poderá ser adotado processo simplificado de contratação, que será normatizado em ato específico.

§3º- A ausência injustificada do funcionário remanejado, bem como o descumprimento das medidas estabelecidas neste decreto e protocolos estabelecidos pela secretaria de saúde, vigilância sanitária e equipe epidemiológica, juntamente com o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), acarretará em advertência e/ou corte de ponto.

§4° - Os funcionários que forem remanejados para a fiscalização e campanhas de conscientização ou demais atividades relacionadas ao Coronavírus, estão vinculados a carga horária semanal obrigatória, de no máximo 40h, não sendo estes dispensados dos seus postos de trabalho.

Parágrafo Único: A unidade de Saúde priorizará o atendimento de Urgência/Emergência, sendo identificados na triagem.

Art.7° A equipe de vigilância sanitária e epidemiológica darão orientações às pessoas vindas de outras cidades, estados ou países, onde serão orientados a apresentar-se na Unidade de Saúde do município para realizar triagem, monitoramento, ficando a critério do profissional de saúde que o atender, determinar o tempo de isolamento se necessário.

§1°- O descumprimento das medidas dispostas no §1°, §2° e §3° deste artigo acarretará crime contra a saúde pública, de acordo com o disposto no Art. 268 do Código Penal (pena de detenção, de um mês a um ano, e multa; Além de incorrer em multa prevista na Lei Municipal n° 740/2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao COVID-19 e violação ao Código Sanitário.

Art. 8º - Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades:

I - Supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna; oferecendo principalmente álcool em gel 70%, na entrada do estabelecimento; uso obrigatório de máscara;

II – Restaurantes, Padarias e bares, e similares localizados em áreas urbanas; desde que respeitadas as regras da OMS;

III - Distribuidoras de bebidas para retirada no local ou na modalidade delivery;

IV - Açougues e peixarias, para retirada no local ou na modalidade delivery;

V - Distribuidoras de gás de cozinha, para retirada no local ou na modalidade delivery;

VI - Agências bancárias e lotéricas, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna e externa do estabelecimento;

VII - Farmácias e drogarias;

VIII - Estabelecimentos que comercializam peças automotivas, materiais elétricos e de construção, preferencialmente atendendo delivery, observados os casos emergências;

IX - Produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis, desde que não haja aglomeração de pessoas;

X- Prestadores de serviços de ar condicionado, rede elétrica e abastecimento de água;

XI - Oficinas mecânicas;

XII - Telecomunicação e internet;

XIII - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

XIV - Salão de Beleza, Manicure, Barbearia, Pedicure, Cabeleireiro, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara;

XV – Academias, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara; higienização dos aparelhos utilizados no local com álcool 70%;

XVI - Igreja e Templos Religiosos funcionará no máximo 50% da capacidade, desde que respeitem as orientações da OMS;

XVII - Trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

XVIII - Serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral.

§1° -Os bares, distribuidoras de bebidas e semelhantes poderão funcionar somente até as 00 horas, obedecendo o disposto no inciso I do artigo 8;

reduzindo sua capacidade de público no espaço de atendimento em 50% e, ainda sendo indispensável o uso da máscara. Após este horário fica autorizado o funcionamento, apenas, na modalidade delivery;

§2° -Fica permitido o funcionamento das LANCHONETES, podendo ser colocado ATÉ 3 MESAS, com distanciamento, por estabelecimento com horário de funcionamento até as 20 horas, devendo disponibilizar álcool em gel 70% em todas as mesas, conter aglomerações, sendo indispensável o uso da máscara. Após este horário fica autorizado o funcionamento na modalidade delivery ou retirada no local.

Art. 9º - Os estabelecimentos comerciais de que trata este Decreto ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme Notificação Recomendatória nº 005/2020, do Ministério Público Estadual.

Art. 10 - Fica (m) suspenso (as):

I - As atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

III - a realização de campeonatos e torneios com fins lucrativos ou não, bem como o consumo de bebidas alcóolicas aos arredores das áreas destinadas as práticas esportivas sob pena de multa;

§1° fica permitido a realização de atividades esportivas na modalidade amadora, as que demandem de um maior número de pessoas, deverão ser praticadas com número de pessoas reduzidas, sendo o futebol na modalidade society (até 7 pessoas) e o vôlei (até 4 pessoas por equipe), não sendo permitido a participação de pessoas que estejam sob monitoramento obrigatório e obedecendo o disposto no inciso III do art. 10;

IV – A promoção de eventos, para o público em geral, tais como festas, coquetéis, congressos, ou similares, sob pena de fechamento imediato do evento e multa.

Art. 11 - O servidor com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária deverá comunicar o fato à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico pmluciara.mt@gmail.com.

§ 1º Durante o período de vigência deste Decreto, poderá ser instituído Sistema de teletrabalho e revezamento da jornada de trabalho para os servidores com suspeita de contaminação por coronavírus, respeitada a carga horária correspondente aos respectivos cargos.

§ 2º A implantação do teletrabalho e do revezamento da jornada de trabalho mencionada no caput deste artigo será avaliada e regulamentada conforme norma complementar de cada órgão ou entidade, após validação pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19.

Art. 12 - Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - Adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto;

II - Conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art.13 - O descumprimento das regras contidas neste Decreto ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória pelos órgãos de fiscalização tributária, vigilância sanitária e equipe epidemiológica conforme o Código Sanitário e a Lei Municipal n° 740/2020, de caráter temporário, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao COVID-19; sem prejuízo da atuação da polícia militar e civil para apuração de infrações penais e, ainda no crime insculpido no artigo 268 do Código Penal, que dispõe a pena de detenção de um mês a um ano, e multa, àquele que infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa;

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do município de Luciara-MT.

Art. 15. Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979/2020 nos arts. 3º ao 3º-J, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização prevista na norma de que trata o caput deste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal de Luciara/MT.

Art. 16 - O Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada.

Art. 17- A fiscalização do disposto neste Decreto será exercida pelo Município de Luciara, com auxílio da Polícia Militar.

Art. 18 - No que dispuser neste Decreto, poderá ser regulamento por Portaria específica de cada Secretaria Municipal.

Art. 21 - Este Decreto terá vigência do período de 30 (trinta) dias, podendo ser alterado ou revogado pelo Comitê responsável, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, quando se entender necessário ou houver mudanças no atual cenário do município.

Art. 22 - As atividades de que trata o Art. 8º deste decreto estarão sujeitas a suspenção imediata caso haja um aumento no número de casos registrados de contaminados com o coronavirus.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 08 de julho de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPALDECRETO Nº 043/2021

DE 08 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID - 19) A SEREM ADOTADOS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE LUCIARA MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARASSU DE SOUSA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, o Município de Luciara, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13. 979/2020 nos arts. 3º ao 3º-J, conforme assegurou a medida cautelar da ação direta de inconstitucionalidade nº 6.625 do Supremo Tribunal Federal que prorrogou sua extensão ao dia 31/12/2021 ou até o término da emergência internacional de saúde decorrente do Corona vírus, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando, a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº874 de 25 de março de 2021, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para a adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº897 de 16 de abril de 2021, que altera dispositivos do Decreto estadual nº 874 de 25 de março de 2021, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção , pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológica para evitar a disseminação da Covid-19, sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO o nível de casos comprovados atualmente no município de Luciara-MT;

D E C R E T A:

Art. 1º - Sobre as medidas para enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal de Luciara - MT;

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento à COVID-19, com a finalidade de implementar ações de caráter preventivo na saúde pública no Município de Luciara-MT, com a seguinte composição:

I – PREFEITO MUNICIPAL, que o coordenará;

II - CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO;

III - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

IV - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE;

V - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

VI - COORDENADORA (O) DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

VII - COMANDANTE DE DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR;

VIII – REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

IX – COORDENADORA DA ATENÇÃO BÁSICA;

X – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;

XI – MÉDICO DO PSF;

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

Art. 3º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - Isolamento;

II- Quarentena;

III - campanhas de conscientização e fiscalização;

IV- Determinação de realização compulsória de:

a) Exames médicos;

b) Testes laboratoriais;

c) Coleta de amostras clínicas;

d) Vacinação e outras medidas profiláticas;

e) Tratamentos médicos específicos.

IV -Estudo ou investigação epidemiológica;

V - Exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI- Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas.

§1º- Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II - Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavírus;

III – Eventos: todos os acontecimentos prévios e esporadicamente planejados, organizados e coordenados, de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal.

§2º - A requisição administrativa, nos termos do Artigo 5°, inciso XXV da Constituição de 1988, do inciso XIII do art. 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de ato específico estadual a ser editado, envolverá, em especial:

a) Estabelecimentos privados de saúde, independentemente da celebração de contratos administrativos;

b) Profissionais de saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública;

c) Equipamentos de proteção individual, insumos, medicamentos e serviços.

CAPÍTULO II

DA ADOÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS

Art. 4º - Computam ainda como medidas preventivas para reduzir a capacidade de contágio do novo coronavírus:

I - Etiqueta respiratória;

II - Higienização com água e sabão ou álcool gel 70% frequente nas mãos;

III -Identificação e isolamento respiratório dos acometidos pela COVID-19;

IV - Uso de EPIs pelos profissionais da saúde, sem qualquer exceção;

V - Realização de triagem rápidas nas unidades de saúde para reduzir o tempo de espera e consequente possibilidade de transmissão;

VI -Manter os ambientes bem ventilados;

VII -Controle de visitas em hospital;

VIII -Suspensão de atividades que envolvam grupos da terceira idade e considerados de risco;

Art. 5º - A unidade hospitalar, de atendimento, clínicas ou laboratórios público ou particular que confirmarem a doença coronavírus (COVID-19), deverão imediatamente informar a Secretaria de Saúde.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, ratificada por ato do Secretário Municipal de Saúde, com fundamento no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§1º- Em havendo necessidade, qualquer servidor poderá ser convocado para prestar serviço em outras secretarias, no âmbito de interesse da administração, dispensando o ato normativo específico para movimentação, devendo apenas comunicado ao Departamento de Recursos Humanos.

§2º- Em sendo necessária a contratação temporária de pessoal para as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, poderá ser adotado processo simplificado de contratação, que será normatizado em ato específico.

§3º- A ausência injustificada do funcionário remanejado, bem como o descumprimento das medidas estabelecidas neste decreto e protocolos estabelecidos pela secretaria de saúde, vigilância sanitária e equipe epidemiológica, juntamente com o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), acarretará em advertência e/ou corte de ponto.

§4° - Os funcionários que forem remanejados para a fiscalização e campanhas de conscientização ou demais atividades relacionadas ao Coronavírus, estão vinculados a carga horária semanal obrigatória, de no máximo 40h, não sendo estes dispensados dos seus postos de trabalho.

Parágrafo Único: A unidade de Saúde priorizará o atendimento de Urgência/Emergência, sendo identificados na triagem.

Art.7° A equipe de vigilância sanitária e epidemiológica darão orientações às pessoas vindas de outras cidades, estados ou países, onde serão orientados a apresentar-se na Unidade de Saúde do município para realizar triagem, monitoramento, ficando a critério do profissional de saúde que o atender, determinar o tempo de isolamento se necessário.

§1°- O descumprimento das medidas dispostas no §1°, §2° e §3° deste artigo acarretará crime contra a saúde pública, de acordo com o disposto no Art. 268 do Código Penal (pena de detenção, de um mês a um ano, e multa; Além de incorrer em multa prevista na Lei Municipal n° 740/2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao COVID-19 e violação ao Código Sanitário.

Art. 8º - Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades:

I - Supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna; oferecendo principalmente álcool em gel 70%, na entrada do estabelecimento; uso obrigatório de máscara;

II – Restaurantes, Padarias e bares, e similares localizados em áreas urbanas; desde que respeitadas as regras da OMS;

III - Distribuidoras de bebidas para retirada no local ou na modalidade delivery;

IV - Açougues e peixarias, para retirada no local ou na modalidade delivery;

V - Distribuidoras de gás de cozinha, para retirada no local ou na modalidade delivery;

VI - Agências bancárias e lotéricas, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna e externa do estabelecimento;

VII - Farmácias e drogarias;

VIII - Estabelecimentos que comercializam peças automotivas, materiais elétricos e de construção, preferencialmente atendendo delivery, observados os casos emergências;

IX - Produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis, desde que não haja aglomeração de pessoas;

X- Prestadores de serviços de ar condicionado, rede elétrica e abastecimento de água;

XI - Oficinas mecânicas;

XII - Telecomunicação e internet;

XIII - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

XIV - Salão de Beleza, Manicure, Barbearia, Pedicure, Cabeleireiro, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara;

XV – Academias, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara; higienização dos aparelhos utilizados no local com álcool 70%;

XVI - Igreja e Templos Religiosos funcionará no máximo 50% da capacidade, desde que respeitem as orientações da OMS;

XVII - Trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

XVIII - Serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral.

§1° -Os bares, distribuidoras de bebidas e semelhantes poderão funcionar somente até as 00 horas, obedecendo o disposto no inciso I do artigo 8; reduzindo sua capacidade de público no espaço de atendimento em 50% e, ainda sendo indispensável o uso da máscara. Após este horário fica autorizado o funcionamento, apenas, na modalidade delivery;

§2° -Fica permitido o funcionamento das LANCHONETES, podendo ser colocado ATÉ 3 MESAS, com distanciamento, por estabelecimento com horário de funcionamento até as 20 horas, devendo disponibilizar álcool em gel 70% em todas as mesas, conter aglomerações, sendo indispensável o uso da máscara. Após este horário fica autorizado o funcionamento na modalidade delivery ou retirada no local.

Art. 9º - Os estabelecimentos comerciais de que trata este Decreto ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme Notificação Recomendatória nº 005/2020, do Ministério Público Estadual.

Art. 10 - Fica (m) suspenso (as):

I - As atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

III - a realização de campeonatos e torneios com fins lucrativos ou não, bem como o consumo de bebidas alcóolicas aos arredores das áreas destinadas as práticas esportivas sob pena de multa;

§1° fica permitido a realização de atividades esportivas na modalidade amadora, as que demandem de um maior número de pessoas, deverão ser praticadas com número de pessoas reduzidas, sendo o futebol na modalidade society (até 7 pessoas) e o vôlei (até 4 pessoas por equipe), não sendo permitido a participação de pessoas que estejam sob monitoramento obrigatório e obedecendo o disposto no inciso III do art. 10;

IV – A promoção de eventos, para o público em geral, tais como festas, coquetéis, congressos, ou similares, sob pena de fechamento imediato do evento e multa.

Art. 11 - O servidor com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária deverá comunicar o fato à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico pmluciara.mt@gmail.com.

§ 1º Durante o período de vigência deste Decreto, poderá ser instituído Sistema de teletrabalho e revezamento da jornada de trabalho para os servidores com suspeita de contaminação por coronavírus, respeitada a carga horária correspondente aos respectivos cargos.

§ 2º A implantação do teletrabalho e do revezamento da jornada de trabalho mencionada no caput deste artigo será avaliada e regulamentada conforme norma complementar de cada órgão ou entidade, após validação pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19.

Art. 12 - Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização

contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - Adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto;

II - Conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art.13 - O descumprimento das regras contidas neste Decreto ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória pelos órgãos de fiscalização tributária, vigilância sanitária e equipe epidemiológica conforme o Código Sanitário e a Lei Municipal n° 740/2020, de caráter temporário, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao COVID-19; sem prejuízo da atuação da polícia militar e civil para apuração de infrações penais e, ainda no crime insculpido no artigo 268 do Código Penal, que dispõe a pena de detenção de um mês a um ano, e multa, àquele que infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa;

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do município de Luciara-MT.

Art. 15. Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979/2020 nos arts. 3º ao 3º-J, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização prevista na norma de que trata o caput deste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal de Luciara/MT.

Art. 16 - O Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada.

Art. 17- A fiscalização do disposto neste Decreto será exercida pelo Município de Luciara, com auxílio da Polícia Militar.

Art. 18 - No que dispuser neste Decreto, poderá ser regulamento por Portaria específica de cada Secretaria Municipal.

Art. 21 - Este Decreto terá vigência do período de 30 (trinta) dias, podendo ser alterado ou revogado pelo Comitê responsável, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, quando se entender necessário ou houver mudanças no atual cenário do município.

Art. 22 - As atividades de que trata o Art. 8º deste decreto estarão sujeitas a suspenção imediata caso haja um aumento no número de casos registrados de contaminados com o coronavirus.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 08 de julho de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 763/2021"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR PARCELAMENTO DE DÉBITOS ORIUNDOS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

LEI nº 763/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar Parcelamento de Débitos *oriundos do Consumo de energia elétrica* e da Outras Providencias"

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a existência de débitos do Município de Luciara, oriundos do consumo de energia elétrica fornecido pela empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.;

Considerando as condições favoráveis para o parcelamento do débito oferecidas pela ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A;

Faço saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o acordo para e parcelamento de débitos oriundos do consumo de energia elétrica (ENERGISA) no Valor de R$138.611,81 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e onze reais e oitenta e um centavos).

Artigo 2º - O parcelamento autorizado pela presente Lei será pago em até 60 parcelas mensais e sucessivas, acrescendo-se ao débito multas, juros e correção monetária, pelo período apurado Julho/2020 a Dezembro/2020, conforme memorial de simulação de Parcelamento de Débito concedido (em anexo).

Artigo 3º – O pagamento das parcelas eventualmente renegociadas correrão à conta de dotações especificas no orçamento de 2021 e exercícios futuros.

Artigo 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, em 12 de julho de 2021.

PARASSU DE SOUSA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 764/2021"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR PARCELAMENTO DE DÉBITOS JUNTO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

LEI nº 764/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar Parcelamento de Débitos *junto ao CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA* e da Outras Providencias"

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a existência de débitos do Município de Luciara, oriundos da de Contrato de Rateio com o CISA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA, no valor de R$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

Considerando as condições favoráveis para o parcelamento do débito oferecidas pela CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO A ARAGUAIA;

Faço saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o acordo para o parcelamento de débitos oriundos do Processo de nº 3148-58.2018.811.0017 – Codigo 147040, Ação de Cobrança, que tramita na Comarca de São Félix do Araguaia - MT, correspondente a quota mensal não paga pela gestão anterior no período de novembro/2018 a Novembro/2020.

Artigo 2º - O parcelamento autorizado pela presente Lei será pago em até 58 (cinquenta e oito) parcelas mensais e sucessivas, não será acrescido

ao débito multas, juros e correção monetária, pelo período apurado novembro/2018 a novembro/2020, conforme memorial de simulação de Parcelamento de Débito concedido (em anexo).

Artigo 3º – O pagamento das parcelas eventualmente renegociadas correrão à conta de dotações especificas no orçamento de 2021 e exercícios futuros.

Artigo 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, em 12 de julho de 2021.

PARASSU DE SOUSA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 117/2021"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR EDILIA LUZ SANTOS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N.º 117/2021 DE 09 DE JUNHO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR EDILIA LUZ SANTOS E DÁ PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** a servidora efetivo **EDILIA LUZ SANTOS**, portador do RG 7001077-0 SSP/MT e do CPF 555.172.181-72, férias regulamentares que serão gozadas no período de **09/07/2021 a 09/08/2021.**

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 09 de junho de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL NORBERTO GEHLEN NO DISTRITO FLOR DA SERRA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, aonde sagrou-se vencedor o Licitante CONSTELLA CONSTRUTORA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 34.037.870/0001-57 com valor total de R$ 957.359,77. Matupá – MT, 12 de julho de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10214 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de Profissional Habilitado para Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços, e dá outras providências".

MARCOS ICASSATI PORTE,Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***Srº. THIERRY CLEMENTE DIAS GUERRA SEMENSATO***, Engenheiro Civil, 121362895-4/MT, para acompanhamento e fiscalização da seguinte obra:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS EM ÁREAS VERDES DO BAIRRO UNIÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 065/2021, TOMADA DE PREÇO 04/2021, Contrato nº 089/2021;

Art.2º O **presenteprofissional promoverá o acompanhamento e fiscalização** dos serviços**, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e** assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos trinta e dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

MARCOS ICASSATTI PORTE

Prefeito Municipal em Exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 094/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ZINCO HEPTAIDRATADO 17,60 MG/ML EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19"** de acordo com a clausulam 06 deste Contrato e projeto em anexo que são partes integrantes da Dispensa de Licitação nª 0037/2021.

CONTRATADA: MYRALIS INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 13. 512,00 (Treze mil, quinhentos e doze reais).**

Assinatura: 09/07/2021

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou **o** DISPENSA DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ - MT, onde consagrou-se vencedora a Licitante MARISE IRGANG inscrita no CPF nª 515.081.840-20,com valor total de R$ 30.000,00. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de julho de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 093/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato"**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 60.000 KMS RODADOS COM A FINA-**

LIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 RAM 0929 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2019 PELA SECRETARIA DE SAÚDE",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 38/2021.**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 1. 666,55** (mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Assinatura: 09/07/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. **MARCOS ICASSATTI PORTE**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 15491463-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 007.080.151-74, residente e domiciliado na Rua 08, nº 3906, Bairro União, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **ALANA LADY OLIVEIRA DOS SANTOS 06772914180,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 39.467.416/0001-50 e Inscrição Estadual nº 13.838.675-7, com sede na Linha 03, Estrada Rural, nº S/N, Comunidade Santo Antônio, Gleba União, na Cidade de Matupá/MT, CEP nº 78.525-000, neste ato representada pela Sra. **ALANA LADY OLIVEIRA DOS SANTOS**, portadora do CPF nº 067.729.141-80 e RG nº 3140564-9 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas POR LOTE , atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITAS, REFRIGERANTES, SALGADOS E CAFÉ COM LEITE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE MATUPÁ"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

1 - 1 - REFEIÇÕES PARA CAFÉ DA MANHÃ no valor de 35.837,0000

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
368134	CAFÉ COM LEITE 400 ML (ZONA RURAL)	UNIDADE	3940,0000	3,0500	12.017,00
368130	REFEIÇÃO PREPARADA - DO TIPO SALGADOS GRANDES VÁRIOS SABORES, FRITOS E/OU ASSADOS (ZONA RURAL)	UNIDADE	3970,0000	6,0000	23.820,00

2 - 2 - REFEIÇÕES PARA ALMOÇO E JANTA no valor de 98.087,5000

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
368131	MARMITA GRANDE, DO TIPO ALMOÇO/JANTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM TAMPA E FECHAMENTO HERMETICO. TAMANHO 09 CONTENDO NO MINIMO ARROZ, FEIJÃO, CARNE BRANCA E VERMELHA, MACARRÃO E SALADAS DIVERSAS.	UNIDADE	4150,0000	19,0000	78.850,00
368132	REFRIGERANTE 500 ML (ZONA RURAL)	GARRAFA 500,000 MILILITRO	4050,0000	4,7500	19.237,50

VALOR TOTAL >>>>	R$ 133.924,50

5 – DOS DETALHES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ENTREGA DOS PRODUTOS

5.1 - Os Pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

5.2 - Local de Entrega

A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

5.2.1. O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.3 – Será realizado um cronograma semanal das entregas, horários e se as marmitas que serão retiradas ou consumidas no local para os funcionários da Secretaria de Obras e Agricultura. Os horários para fornecimento ou retirada das refeições será:

Café da manhã: das 5h00min às 06h30min; Almoço: das 10h00min às 12h00min Jantar: das 18h00min às 19h00min

5.4 - Para as refeições das demais secretarias as solicitações serão feitas com 03 (Três) horas de antecedência pela Secretaria Solicitante;

5.5 – Os produtos serão retirados ou servidos nas dependências do fornecedor.

5.6 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.7 – Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

5.8 - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

5.9 – Todos os produtos fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado devolução do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.10 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.11 - Preparação dos Alimentos

5.11.1 - As refeições serão preparadas com gêneros de primeira qualidade, dentro das exigências de higiene e segurança alimentar determinados pela vigilância sanitária, por profissionais, utilizando técnicas culinárias.

5.11.2 -. A preparação dos alimentos deverá ser realizada nas dependências da empresa, com todos os utensílios para tal fim, de sua propriedade, observado o valor calórico necessário para pessoas adultas.

5.12 - As refeições deverão ser entregues conforme solicitações, prestando atendimento de segunda a domingo inclusive feriados.

5.13 – Os itens serão servidos da Zona Rural do Município de Matupá ou deveram ser entregues nos locais estipulados nas NAD;

5.14 – Os restaurantes ou pontos de atendimento devem estar localizadas no Setor Rural, especificamente na Gleba União Padovani. Estes pontos atenderão principalmente os funcionários que dão manutenção nas estradas da zona rural ou funcionários que precisam se deslocar da zona urbana para atender os munícipes na zona rural;

5.15 – Será necessário um ambiente com mesas e cadeiras para os funcionários;

5.16 - A contratada deverá disponibilizar todo o material necessário para o consumo da alimentação como: pratos, talheres, copos e guardanapos de papel;

5.17- Recebimento dos Produtos:

5.17.1 Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.17.2 Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.17.3 O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.18 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

5.19 – Os produtos deverão estar em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos amassados, acondicionado erroneamente..

5.20 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

5.21 - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado que garantam as características dos itens, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

5.22 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

5.23 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços/entrega dos produtos objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços/entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Sicredi Ag. Nº 0818-4 Conta Corrente nº 28035-1 em nome de ALANA LADY OLIVEIRA DOS SANTOS 06772914180

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.2.0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria de Saúde	Marcelly Thais Oliveira Da Silveira	8968/2021
Secretaria de Educação	Juciane Rodrigues Figueiredo	8969/2021
Secretaria Municipal de Agricultura	Rodrigo Barbosa Craidy	10194/2021
Secretaria Municipal de Obras e Transporte	Mariza Jeniffer Wachholz	10007/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 030/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 12 de julho de 2021.

_____

Município de Matupá

MARCOS ICASSATTI PORTE

Contratante

_____

ALANA LADY OLIVEIRA DOS SANTOS 06772914180

CNPJ nº. 39.467.416/0001-50

ALANA LADY OLIVEIRA DOS SANTOS

CPF nº 067.729.141-80

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 091/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato“**PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓTICA, RÁDIO E FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT”,** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 061/2021 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 030/2021.**

CONTRATADA: J NUNES CABRAL

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 54.591,20** (cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um e vinte centavos).

Assinatura: 01/07/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10288 DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação provisória de Profissional Habilitado para Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços, e dá outras providências".

MARCOS ICASSATI PORTE, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***SRA. ADRYANA LUCIA FERNANDES***, Engenheira Civil, CREA nº 1213134218/D-MT, para acompanhamento e fiscalização do seguinte serviço:

“DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE DESLOCAMENTO DE POSTES NA RUA 05 BAIRRO ZH2-004 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ” de acordo com a clausula 06 deste Contrato e projeto em anexo que são partes integrantes da Dispensa de Licitação nª 0039/2021**, conforme Contrato nº 095/2021;**

Art.2º A presenteprofissional promoverá o acompanhamento e fiscalização dos serviços, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

MARCOS ICASSATTI PORTE

Prefeito Municipal em Exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10287 DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas e Contratos, e dá outras providências".

MARCOS ICASSATI PORTE, Prefeito Municipal em Exercício de Matupá Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***SR. EDER DOS SANTOS***, Adjunto Imediato, portador do CPF nº 662.975.241-49, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrados com o município.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

MARCOS ICASSATI PORTE

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
AVISO ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (LANÇAMENTO NO SISTEMA: PREGÃO ELETRONIC0 54/2021) - O Município de Mirassol D'Oeste torna público aos interessados que **ADERIU** a Ata de Registro de Preços n. 128/2021 decorrente do Pregão Eletrônico n. 8/2021 realizado pela Prefeitura municipal de nova mutum/MT, CNPJ 24.772.162/0001-06 para aquisição de veiculo Strada Endurance no valor unitario de R$98. 000,00 (NOVENTA E OITO MIL). M. D' Oeste, 13/07/2021. HÉCTOR ALVARES BEZERRA – Prefeito.

PREFEITURA/PROCURADORIA
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 4022 DE 11 DE JULHO DE 2021

ALTERA AS MEDIDAS RESTRITIVAS NÃO FARMACOLÓGICAS IMPOSTAS NO TERRITÓRIO DE MIRASSOL D'OESTE PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19 ESTABELECIDAS NO DECRETO Nº 3978/2021 EM VIRTUDE DA MUDANÇA DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PARA MODERADO, REVOGA OS DECRETOS Nº 3984/2021 E 3992/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a mudança quanto à classificação de risco do Município de Mirassol d'Oeste de **moderado para alto conforme PAINEL EPIDEMIOLÓGICO N º 490 CORONAVIRUS/COVID-19 MATO GROSSO de 10/07/2021**, podendo ser encontrado no link http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/, medidas impostas no Decreto Estadual n° 874/2021, art. 5º.

CONSIDERANDO a Reunião do Comitê de Enfrentamento presencial no dia 09/07/2021 no Paço Municipal, que deliberou sobre o aumento do toque de recolher, aumento do horário de atendimento do comércio aos sábados e noturno, e também, quanto à liberação de eventos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o inciso I, alínea "b"; incisos II e III e suas alienas, do art. 1º; *caput* do art. 3º; *caput* do art. 4º e *caput* do art. 10, e acrescenta o anexo III, no Decreto nº 3978, de 04 de maio de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

"I- Nível de Risco BAIXO:(...) b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por exame que testou positivo realizado por laboratório da rede pública ou privada e/ou por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;"

(...)

"II- Nível de Risco Moderado:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco BAIXO;b) quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;c) Interdição dos estacionamentos das praças públicas que estejam recebendo aglomeração. Excetua-se da interdição o acesso aos idosos e deficientes;d) proibição de consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos (praças, vias públicas e outros ambientes públicos);e) Distanciamento mínimo de 20 metros entre os carrinhos/trailler de lanches, espetos e locação de brinquedos;f) Proibição do uso de narguilé compartilhado no território de Mirassol d'Oeste/MT enquanto durar a pandemia da COVID-19, por ocasionar no compartilhamento do aparelho alto risco de contaminação da COVID-19, devendo seu uso ser exclusivamente individual."

"III- Nível de Risco ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco MODERADO;

b) proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

c) priorização de atendimento em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos por meios virtuais, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

d) adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas."

(...)

"Art. 3º - As atividades econômicas do comércio em geral, varejista e atacadista, exercerão suas atividades observando o horário de funcionamento de segunda à sexta-feira das 07h00min às 18h00min, **aos sábados das 07h00min às 13h00min** e aos domingos e feriados, nacional ou municipal, os estabelecimentos comerciais, com exceção daqueles portadores de regime especial, permanecerão fechados, nos termos dos arts. 175 e 176 do Código de Postura do Município, **LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 11 DE JUNHO DE 1990, conforme rol taxativo acrescentado pelo anexo III**."

(...)

"Art. 4º - As atividades de prestação de serviços em geral, exercerão suas atividades observando o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h00min às 18h00min e **aos sábados das 07h00min às 13h00min**, e aos domingos e feriados, nacional ou municipal, os estabelecimentos comerciais, com exceção daqueles portadores de regime especial, permanecerão fechados, nos termos dos arts. 175 e 176 do Código de Postura do Município, **LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 11 DE JUNHO DE 1990, conforme rol taxativo acrescentado pelo anexo III**."

"Art. 10 - As atividades de comércio de alimento exercidas nas vias e logradouros públicos com licença concedida pelo Município, inclusive os restaurantes, bares, lanchonetes e congêneres, poderão funcionar de

segunda-feira a domingo, inclusive feriados das 7h00min às 00h00-min."

Art. 2º - Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, no art. 13, §6º e §7º no art. 15, do Decreto nº 3978, de 04 de maio de 2021, acrescentando as alíneas "c e d", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Fica determinada a suspensão das seguintes atividades no âmbito do Município de Mirassol d'Oeste:

(...)

IV – atividades coletivas nos parques públicos municipais e demais logradouros públicos, bem como nos equipamentos públicos comunitários em geral;

§1º - Excetuam-se da proibição os Balneários, desde que esteja com o plano de ação aprovado pela Vigilância Sanitária, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, e ao disposto no Decreto nº 3978/2021, em especial nos arts. 8º e 9º.

§2° - Fica permitida a locação de estabelecimentos particulares destinados para eventos com limite máximo de 100 (cem) pessoas, respeitado o distanciamento social de 1,5 metros, vedado danças com contato físico e consumo de bebidas alcóolicas no local, com duração máxima até às 00h00-min, devendo ser respeitado o toque de recolher às 00h30min, desde que, o estabelecimento esteja com o plano de ação aprovado pela Vigilância Sanitária, e dos realizadores da LIVE e/ou do Evento.

§3º - Fica permitido o funcionamento até às 00h00min das empresas (MEI) que prestem serviço de locação de brinquedo em Praça Pública, desde que apresentem o plano de ação à Vigilância Sanitária, e seja aprovado, em cumprimento aos requisitos do art. 8º do Decreto 3978/2021.

§4º - Fica autorizada a prática esportiva no território do município de Mirassol d'Oeste, nas quadras, estádios e miniestádios sem a presença de público e sem reuniões entre os esportistas após a prática esportiva, desde que apresentem plano de ação e este seja aprovado pela Vigilância Sanitária.

(...)

Art. 15

(...)

§6º - Fica determinado aos servidores que já receberam as duas doses do imunizante contra a COVID-19, que retornem à suas atividades de forma presencial;

§7º - Fica autorizado o servidor/empregado público que necessite se afastar acima de 02 (dois) dias para acompanhar seus filhos em tratamento médico, a exercer sua atividade de forma remota (home office) desde que seja a execução da atividade compatível;

Art. 3º - Fica alterado o *caput* do art. 21, e acrescenta o inciso V, no art. 22, do Decreto nº 3978, de 04 de maio de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21 - Fica determinada **a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Mirassol d'Oeste, no período compreendido entre as 00h30min às 05h00min, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados**.

Art. 22 - A fiscalização das medidas previstas no presente decreto competirá:

(...)

V **–** Ao Conselho Tutelar, quando solicitado pela fiscalização municipal, nos casos que envolva menores de idade.

Art. 4º - Fica **REVOGADO** o Decreto nº 3984/2021, Decreto nº 3992/2021; inciso II e III, parágrafo único do art. 13, do Decreto nº 3978 de 04 de maio de 2021, e qualquer outra disposição contrária.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 11 de julho de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

ANEXO III

LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 11 DE JUNHO DE 1990, ARTS. 175 E 176.

CAPÍTULO II

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 175. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais na sede, vilas e povoados do Município, obedecerá ao horário seguinte; observados os preceitos da legislação Federal que regula o contrato de duração do trabalho:

I – Para a Indústria de modo geral:

a) As Indústrias poderão permanecer 24 horas abertas, respeitando os acordos, convenções sindicais e as exigências da Legislação Trabalhista. (NR)

Redação alterada pela LC 060/2007

Redação anterior - a) abertura e fechamento entre sete e dezoito horas nos dias úteis, respeitados as exigências da Legislação Trabalhistas e,

Alínea suprimida pela LC 060/2007 b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

II – Para o comércio de modo em geral;

a) **abertura às sete horas e fechamento às dezoito horas, de segunda a sexta-feira, com exceção dos constantes no artigo 176.(NR)** (Negritamos)

Redação alterada pela LC 025/2002

a) Redação anterior - abertura às sete horas e fechamento às dezoito horas, de segunda a sexta-feira.)

b) das sete às treze horas, nos sábados com exceção dos constantes no artigo 176 que recebem tratamento especial por força desta Lei, obedecendo a escala para os dias úteis (NR). (Negritamos)

Redação alterada pela LC 040/2005

a) Redação anterior dada pela LC 025/2002 - das sete às doze horas, nos sábados, com exceção dos constantes no art. 176.

b) Redação anterior da LC 001/90 - das sete horas às doze horas, nos sábados, com exceção dos supermercados, que permanecerão abertos até às vinte horas e os constantes no artigo 176 que recebem tratamento especial por força desta Lei, obedecendo a escala para os dias úteis.

c) **aos domingos e feriados, nacional ou municipal, os estabelecimentos comerciais, com exceção daqueles portadores de regime especial, permanecerão fechados (NR)** (Negritamos)

c) Redação anterior - nos dias previstos na alínea "b" do ítem I, deste artigo os estabelecimentos permanecerão fechados.

§ 1º Será permitido o trabalho em horário especial, inclusive aos domingos, feriados nacionais, ou locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às seguintes atividades: impressão de jornais, laticínios, purificação e distribuição de água, frio industrial, produção e distribuição de energia elétrica, serviços Telefônicos, produção e distribuição de gás, serviços de esgotos, transportes coletivos ou em outras atividades que, a juízo da autoridade Federal competente, seja estendida essa prerrogativa.

§ 2º O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até às vinte

horas nos dias uteis, e aos sábados até às dezoito horas, **na última quinzena de cada ano**. (Negritamos)

Redação alterada pela LC 164/2017

Art. 176. Por motivo de conveniência pública, **poderão funcionar em horários especiais** os seguintes estabelecimentos: (Negritamos)

I – Varejistas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos:

a) nos dias úteis, das 05 (cinco) às 20:00 (vinte) horas; e,

b) aos domingos e feriados, das 05 (cinco) às 12 (doze) horas;

II – Açougues varejistas de peixes:

a) abertura às sete horas e fechamento às dezoito horas, de segunda à sexta-feira, com exceção dos constantes no art. 176.

b) das sete às doze horas, nos sábados, com exceção dos constantes no art. 176.

c) Aos domingos e feriados, nacional ou municipal, os estabelecimentos comerciais, com exceção daqueles portadores de regime especial, permanecerão fechados.

III – Açougues varejistas de carnes frescas:

a) nos dias úteis, das cinco às vinte horas; e,

b) nos domingos e feriados, das cinco às dezoito horas;

IV – Padarias:

a) nos dias úteis, das cinco às vinte e duas horas; e,

b) aos domingos e feriados, das cinco às dezoito horas.

V – Farmácias:

a) nos dias úteis das sete às dezoito horas, com tolerância até as 19:00 horas, exceto as que estiverem de plantão, que funcionarão até as vinte e duas horas obrigatoriamente, Obedecida a escala organizada pela Prefeitura Municipal ou pelos proprietários das mesmas.

b) aos domingos e feriados permanecerão abertas, as de plantão, das sete às vinte e duas horas, obrigatoriamente: e,

c) as farmácias quando fechadas deverão afixar placas com a indicação dos estabelecimentos congênere que estiver de plantão.

VI – Restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias, bilhares e similares, nos dias úteis domingos e feriados, das sete às vinte e quatro horas, exceto os que requererem licença especial;

VII – Agência de Aluguel de bicicletas e similares: dias úteis, domingos e feriados das sete às vinte e duas horas;

VIII – Charutarias e “Bomboniéres”

a) nos dias úteis, das sete às vinte e duas horas; e,

b) nos domingos e feriados, das sete às doze horas;

IX – Barbeiros, Cabeleireiros, Massagistas e Engraxates:

a) nos dias úteis das sete às vinte horas: e,

b) nos sábados e véspera de feriados das oito às vinte e duas horas;

X – Café e Leiterias:

a) diariamente das cinco às vinte e quatro horas; e,

b) com licença especial ininterruptamente.

XI – distribuidores e vendedores de jornais e revistas:

a) nos dias úteis das cinco às vinte e quatro horas; e,

b) nos domingos e feriados, das cinco às dezoito horas.

XII – Lojas de Flores e Coroas:

a) nos dias úteis das sete às vinte e duas horas; e,

b) nos domingos e feriados das oito às quatorze horas.

XIII – Carvoarias e Similares:

a) nos dias úteis, das seis às dezoito horas; e,

b) nos domingos e feriados, das seis às doze horas;

XIV – Cabarés e Similares, Horário Liberado.

XV – Casas de Loterias:

a) nos dias úteis, das oito às vinte horas; e,

b) nos domingos e feriados, das oito às quatorze horas.

XVI – Postos de Gasolina: Horário liberado.

XVII – Empresas Funerárias: Horário Liberado.

XVIII – Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios (AC)

a) de segunda a sábado, das sete às vinte horas (AC).

Inciso e alínea incluído por força da LC 025/2005.

b) Aos domingos, das oito às doze horas, os estabelecimentos que funcionam em regime de economia familiar.

c) Entende-se por regime de economia familiar, quando o estabelecimento, em seu funcionamento é exercido por membros da família que contribuem para sua subsistência.

As alíneas b e c foram incluídas por força da LC 042/2005

XIX – Comércio locação de fitas de vídeos (AC)

a) de segunda a sábado, das sete às vinte horas (AC)

Inciso e alínea incluído por força da LC 025/2005.

Parágrafo Único – **Para funcionamento de estabelecimento com mais de um ramo de comércio, será observado o horário determinado para o ramo principal**, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento (NR). (Negritamos)

Transforma § 1º em parágrafo único por força da LC 025/2002

Redação anterior - § 1º Para o funcionamento de estabelecimentos com mais de um ramo de comércio, será observado o horário determinado para o ramo principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 385 DE 12 DE JULHO DE 2021

"INSTITUI A COMISSÃO DE ESTUDOS E AVALIAÇÃO DO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SIAFIC NOS TERMOS DO ARTIGO 1º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 4.020 DE 07 DE JULHO DE 2021".

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de observância do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária - SIAFIC estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO que o SIAFIC deverá ser mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, a quem cabe a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento, pela manutenção e atualização desse sistema, bem como a definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança da informação aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo com ou sem rateio de despesas, resguardada a autonomia;

CONSIDERANDO que os entes federativos deverão observar as disposições do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020 a partir de 1º de janeiro de 2023; e

CONSIDERANDO que o Município estabeleceu o plano de ação para adequação ao SIAFIC por meio do Decreto Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica constituída Comissão de Estudos e Avaliação do Padrão Mínimo de Qualidade do SIAFIC, composta pelos representantes:

a) Secretário Municipal de Fazenda;

b) Contabilista da Prefeitura;

c) Contabilista do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol d'Oeste - SAEMI;

d) Contabilista da Câmara Municipal de Mirassol d'Oeste;

e) Contabilista da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve;

f) Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol d'Oeste/MT - MIRASSOL - PREVI;

g) Coordenador de Planejamento de Prefeitura;

h) Coordenador de Patrimônio;

i) Técnico responsável pelo Centro de Processamento de Dados da Prefeitura;

Art. 2º - O Secretário Municipal de Fazenda presidirá esta Comissão, cabendo-lhe a responsabilidade de promover o desenvolvimento das ações estipuladas no Plano de Ação constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021.

Art. 3º - A Comissão constituída por esta Portaria deverá concluir seus trabalhos no prazo estipulado no cronograma constante do Anexo I do Decreto Municipal nº 4.020 de 07 de julho de 2021.

Art. 4º - Fica estabelecido o período de duração da comissão de estudos e avaliação do padrão mínimo de qualidade do SIAFIC de 12 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 12 de julho de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 477/2021

"Institui Comissão de Processo Administrativo para análise com finalidade de apurar a conduta do servidor público, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a abertura de Processo Administrativo e igualmente instituída a Comissãodo Processo Administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar a conduta do servidor, Sr. C.B.R.,

Parágrafo único: Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput desta*

Presidente: Micael Miqueias Calisto

Secretário: *Elina Delfina Pereira Silva*

Membro: Edson Friedrich

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 498/2021

*Dispõe sobre a Exoneração do Sr.**Antonio Rucker,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Antonio Rucker***, portador do RG nº. 998.034 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 688741541-00, do cargo em Comissão de Gerente de Secretaria da Secretaria de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.492/2021

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor **Arivaldo Dias Pedrozo**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade ao servidor Arivaldo Dias Pedrozo, portador do RG nº. 552873 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº. 383.819.311-34, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia 07/07/2021, referente ao período aquisitivo 02/12/2013 à 01/12/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 07 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto nº. 061/2021, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal nº. 1.490/2018 e demais normas aplicáveis, bem como referendado pela Procuradoria Municipal, **DECLARA** que não houve interposição de recursos contra o Decreto nº. 061/2021, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021.

Por ser o declarado acima a expressão da verdade, assinam a presente.

Nobres/MT, aos 07 de julho de 2021.

Marcos Alves de Albuquerque Vânia Salete de Campos

Secretário Municipal de Saúde Membro da Comissão

Agnaldo Soares de Campos

Membro da Comissão

PORTARIA Nº. 476/2021

"Institui Comissão de Processo Administrativo para análise com finalidade de apurar a conduta do servidor público, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a abertura de Processo Administrativo e igualmente instituída a Comissãodo Processo Administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar a conduta do servidor, Sr. L.N.D.B.,

Parágrafo único: Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput desta*

Presidente: Micael Miqueias Calisto

Secretário: *Elina Delfina Pereira Silva*

Membro: Edson Friedrich

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 497/2021

*"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. **Mara Lurdes Ohlweiler,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Mara Lurdes Ohlweiler,*** portadora do RG nº. 31141427 SSP/PR, devidamente cadastrada no CPF nº. 346.672.701-44, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 067/2021

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
ELZA DE OLIVEIRA SOUZA	C/6	D/1
OSMAR ALBUQUERQUE DOS SANTOS	A/2	B/1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/07/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 07 de julho de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
DISPENSA 12/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 12/2021

Modalidade: DISPENSA nº 12/2021, **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE TELEFONIA COM FORNECIMENTO DO MATERIAL. Favorecido: SS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA ME,** devidamente inscrita no CNPJ n° 70.432.323/0001-30. **Valor Global**: R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)**. Fundamento Legal:** Artigo 24, Inciso II da Lei 8666/93. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 12/2021, em consonância com o parecer jurídico n° 099/2021.

Nobres, 12 de Julho de 2021.

Micael Miqueias Calisto

Presidente da CPL

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto nº 061/2021, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal nº. 1.490/2018 e demais normas aplicáveis, bem como referendado pela Procuradoria Municipal, **DECLARA** que não houve interposição de recursos contra a publicação das inscrições válidas do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021.

Por ser o declarado acima a expressão da verdade, assinam a presente.

Nobres/MT, aos 07 de Julho de 2021.

Marcos Alves de Albuquerque Vânia Salete de Campos

Secretário Municipal de Saúde Membro da Comissão

Agnaldo Soares de Campos

Membro da Comissão

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021

Cargo: Farmacêutico

Classificação	Nome	Pontuação
1º	Renata Souza de Resende	20

Marco Alves de Albuquerque

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

PORTARIA Nº. 475/2021

"Institui Comissão de Processo Administrativo para análise com finalidade de apurar a conduta do servidor público, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a abertura de Processo Administrativo e igualmente instituída a Comissãodo Processo Administrativo no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar a conduta do servidor, Sr. J.B.O,

Parágrafo único: Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput desta*

Presidente: Micael Miqueias Calisto

Secretário: *Elina Delfina Pereira Silva*

Membro: Edson Friedrich

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de julho de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO

A Comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto nº. 061/2021, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal nº. 1.490/2018 e demais normas aplicáveis, bem como referendado pela Procuradoria Municipal, **DECLARA** que não houve interposição de recursos contra o Decreto nº. 061/2021, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2021.

Por ser o declarado acima a expressão da verdade, assinam a presente.

Nobres/MT, aos 07 de julho de 2021.

Marcos Alves de Albuquerque Vânia Salete de Campos

Secretário Municipal de Saúde Membro da Comissão

Agnaldo Soares de Campos

Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONTRATO 054 2021

CONTRATO 054 2021

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 023/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 050/2020, REALIZADO PELO ÓRGÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS NA MANAUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAI DE MARCELÂNDI/MT, PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS/UNIDADES DESTE MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA:** MARISTELA S. B. MENDONÇA EIRELI **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1816/2021 ADESÃO10/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR.**

OBJETO

O objeto do presente contrato é de *Adesão à Ata de Registro de Preço nº 078/2020 do Pregão Eletrônico (SRP) nº 023/2020 – Processo Administrativo nº. 050/2020, realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS NA MANAUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAI DE MARCELÂNDI/MT, PARA ATENDER DEMANDAS DAS SECRETARIAS/UNIDADES DESTE MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT* **TERMO DE REFERÊNCIA N° 107/2021 Processo Administrativo nº 1816/2021 ADESÃO10/2021**

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, abaixo descrito

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	Qtda.	*MARCA*	*Valor Unitários R$*	*Valor Total R$*
27	Base para Relê Fotoelétrico 220V	UND	125	MAPRETRON	6,50	R$ 812,50
44	Cabo Anti-Chama 10 mm² 1 KV.	Metro	273	TECNOFIOS	11,80	R$ 3.221,40
47	Cabo de Cobre Flexível 1.5 mm – Rolo c/100 Metros de 1º qualidade	Rolo	20	TECNOFIOS	150,00	R$ 3.000,00
49	Cabo de Cpbre Flexível 16 mm 1KV	Metro	750	TECNOFIOS	19,50	R$ 14.625,00
51	Cabo Flexível Anti Chama 16 mm² 750 V Com Certificado do INMETRO E ISO 9001	Metro	627	TECNOFIOS	14,73	R$ 9.235,71
53	Cabo Flexível Anti Chama 25 mm² 0.6/1 KV Com Certificado do INMETRO E ISO 9001	Metro	345	PW	33,50	R$ 11.557,50
55	Cabo Flexível Anti Chama 4.0 mm² 750 V Com Certificado do INMETRO E ISO 9001	Metro	976	TECNOFIOS	3,80	R$ 3.708,80
60	Cadeado 40 mm	UND	19	PADO	23,00	R$ 437,00
61	Cadeado 50 mm	UND	17	PADO	45,00	R$ 765,00
70	Caixa para Padrão Monofásico	UND	3	TAF	105,50	R$ 316,50
71	Caixa para Padrão Trifásico	UND	3	TAF	150,00	R$ 450,00
74	Canaleta Painel Vasada 30 x50 x2000 MM s/ Divisória	UND	93	ILUMI	45,00	R$ 4.185,00
75	Canaleta Sistema x 20x10x2200MM²	UND	57	ILUMI	14,00	R$ 798,00
76	Canaleta Sistema x 40x16x6x 200 MM²	UND	59	ILUMI	18,00	R$ 1.062,00
94	Chuveiro Elétrico 220 V/ 4500W Branco	UND	15	LORENZETTI	82,50	R$ 1.237,50
100	Conector Perfurante 35 mm x 1,5 mm	UND	500	MCI	9,90	R$ 4.950,00

108	Disjuntor 1x20 A	**UND**	26	SOPRANO	9,75	R$ 253,50
109	Disjuntor 1x30 A	**UND**	19	SOPRANO	9,70	R$ 184,30
111	Disjuntor 2x16 A DIN	**UND**	3	SOPRANO	33,60	R$ 100,80
113	Disjuntor 2x25 A	**UND**	16	SOPRANO	46,96	R$ 751,36
117	Disjuntor 2x50 A	**UND**	21	SOPRANO	49,00	R$ 1. 029,00
118	Disjuntor 2x60 A	**UND**	21	SOPRANO	54,80	R$ 1. 150,80
119	Disjuntor 3x100 A NEMA	**UND**	23	SOPRANO	164,25	R$ 3. 777,75
120	Disjuntor 3x100 A DIN	**UND**	23	SOPRANO	129,90	R$ 2. 987,70
126	Eletroduto Flexível Corrugado PVC. Dn 32mm	**UND**	80	PLASTIBRAS	2,90	R$ 232,00
127	Eletroduto PVC Flexível Corrugado ¾ Cor Amarelo Linha Pesada	**Metro**	150	PLASTIBRAS	2,75	R$ 412,50
139	Fio Anti-Chama Duplo 2.5 mm	Metro	695	TECNOFIOS	4,78	R$ 3. 322,10
153	Interruptor Embutir – 1 Tecla Simples Branca	**UND**	56	PLUZIE	2,81	R$ 157,36
170	Lâmpada Fluorescente 25W x 127 V Espiral	**UND**	42	EMPALUX	12,50	R$ 525,00
173	Lâmpada Fluorescente 55W x 127 V	**UND**	32	EMPALUX	45,00	R$ 1. 440,00
177	Lâmpada de Led 15W bivolt, vida mediana de 8000 horas acima	**UND**	65	KIAN	9,00	R$ 585,00
182	Lâmpada Vapor Sódio Alta Pressão 100W Tubular Base E40 Vida Útil Mediana Igual ou Menor que 24.000h	**UND**	375	AVANT	30,00	R$ 11. 250,00
249	Reator p/ Lâmpada Vapor Mercúrio AFP (Alto Fator de Potência maior ou igual 0,92) 400W 220V (Externo) – Medidas Aprox. 14 x 8 x 7 cm, TW: 130º, ⌂T: 90º	**UND**	28	IDEAL	130,00	R$ 3. 640,00
250	Reator p/ Lâmpada Vapor Metálico AFP (Alto Fator de Potência maior ou igual 0,92) 250W 220V (Externo) – Medidas Aprox. 5 x 6,5 x 15 cm, TW: 130º, ⌂T: 90º	**UND**	83	IDEAL	117,97	R$ 9. 791,51
251	Reator p/ Lâmpada Vapor Metálico AFP (Alto Fator de Potência maior ou igual 0,92) TW: 130º, ⌂T: 90º, 400 Watts (Externo) com ISSO 9001	**UND**	31	IDEAL	159,60	R$ 4. 947,60
252	Reator p/ Lâmpada Vapor Sódio AFP (Alto Fator de Potência maior ou igual 0,92) TW: 130º, ⌂T: 90º, 100W 200V (Externo)	**UND**	250	IDEAL	110,52	R$ 27. 630,00
254	Receptáculo de Porcelana com Acabamento em Esmalte na Cor Branca – E-40 16ª 500V – Reto (Para Luminária)	**UND**	125	DECORLUX	14,50	R$ 1. 812,50
260	Relê Fotoelétrico Térmico com Retardo 220V – Potência de Comando 1000W/1800 VA – 50 60Hz	**UND**	350	EXATRON	23,00	R$ 8. 050,00
302	Ventilador de Teto c/ 3 Pás, c/ Potência de 130 W, c/ 1 Velocidade e Função Exaustão, Cor Branco – Voltagem 110V	**UND**	30	ARGE	173,00	R$ 5. 190,00
R$ 149.582,69 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS)						

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelecido abaixo descrito:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Obras	CIP	02074 – Manutenção, Encargos e Salários	331	33.90.30.00	117	R$ 149.582,69
TOTAL				**R$ 149.582,69**		

VALIDADE DO PRESENTE CONTRATO

A validade do presente contrato será de 10 (meses) meses, a partir de sua assinatura

Nossa Senhora do Livramento – MT 05 de Julho de 2021

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: Maristela S. B. Mendonça EIRELI

CNPJ/MF: 33.440.338/0001-13

Representada pela Senhora Maristela Santos Brito Mendonça,

RG: 04301455 SSP/MT e CPF: 329.454.851-68,

DECRETO Nº 088/2021

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 088/2021

"Substitui e Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial".

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a lei nº 620/2009.

Resolve:

Art. Iº - Ficam substituídos e nomeados os membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, as seguintes pessoas:

01 – Representantes do Governo

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro

Suplente: Hellen Regina da Costa Amorim

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

Titular: Kathea Jackeline da Silva Duarte Morais

Suplente: Rosimeire Auxiliadora de Carvalho

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Alice Luiza da Silva

Suplente: Elizabeth Reolon

02 – Representantes da Sociedade Civil

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca – ACORQUIRIM:

Titular: Maria Renata de Jesus

Suplente: Oildo Ferreira da Silva

Associação Comunidade Negra Rural Quilombo Mata Cavalo de Cima e Associação Quilombola do Barreiro:

Titular: Manoel Domingos Lúcio

Suplente: Cira das Graças Leite

Associação Comunitária de Desenvolvimento, Artístico, Cultural, Informativo e Social do Quilombo do Mata Cavalo:

Titular: Gonçalina Eva de Almeida de Santana

Suplente: Arlete Pereira Leite

Art. IIº - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

N Srª do Livramento-MT, 09 de Julho de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 056 2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 056 2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BASE DE CONCRETO E CAIXA D' ÁGUA E TRANSFORMADOR EM POSTE DE CONCRETO NA COMUNIDADE CASCAVEL NO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. **QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FERNANDES E. EIRELI PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00880/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2021, AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento contratual é a *contratação de empresa especializada em execução de serviços de base de concreto e caixa d' água e transformador em poste de concreto na comunidade cascavel no municipio de Nossa Senhora do Livramento*.

1.1 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

DA DOTAÇÃO

5.1. As despesas decorrentes dos serviços contratados na seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria/ Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Obras e Infraestrutura	Próprio	2275 Reforma Man. De Prédios publicos	340	3.3.90.39	100	6.027,93
Secretaria de Obras e Infraestrutura	Próprio	2279 obras publicas Infraestrutura	365	3.3.90.39	100	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL R$ 16.027,93						

DA VIGÊNCIA

6.1O prazo de vigência deste Contrato será de 02 (dois) mês a partir da assinatura deste instrumento contratual.

Nossa Senhora do Livramento-MT. 07 de Julho 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa FERNANDES E. EIRELI,

CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56,

Representada pelo senhor FERNANDES ELESBAN,

RG: 12323543 SESP/MT e CPF: 947.342.241-53

DECRETO N° 089/2021

DECRETO N° 089/2021

"Concede Revisão Geral Anual a todos os servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe a Lei 794/2016 em consonância com o disposto no Art. 37, X, da Constituição Federal e:

Considerando, que é preciso manter o poder aquisitivo e a irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos municipais;

Considerando que esta Administração Pública Municipal vinha postergando a concessão do RGA referente aos quatro últimos exercícios;

Considerando que apesar das disposições da Lei Complementar n.173/2021 a concessão do RGA já prevista em lei anterior encontra amparo nas exceções previstas no Art. 8º da referida Lei;

Considerando que conforme demonstrado em processo Administrativo restou comprovado que esta Administração Pública atendeu a todos os requisitos legais para a concessão do RGA;

D E C R E T A

Art.1º - Concede recomposição salarial anual aos servidores públicos municipais, incluídos os cargos comissionados e agentes políticos do Poder Executivo Municipal, em 8,0636% a ser considerada à partir de 01.07.2021 e referente aos exercícios de 2018 e 201917.

Art.2º - O percentual de recomposição concedido nos termos do Artigo 1º deste decreto será implementado em uma única parcela duas parcelas a incidir sobre a remuneração paga no mês de julho de 2021.

Art. 3º -A recomposição salarial a ser concedida será aplicada sobre o vencimento básico do servidor.

Art.4º A despesa decorrente da presente recomposição salarial correrá à conta das respectivas dotações destinadas ao suporte da folha de pagamento dos servidores municipais.

Art. 5º Ficam instituídas as Tabelas Salariais anexas a este Decreto.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nossa Senhora do Livramento, 08 de julho de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dec. 040/2018 de 02/2019-ATULIZAÇÃO 07/2021- 18/19				
Profissionais do Magistério - Professores 25 horas				
CLASSE COEFICIENTE	A	B	C	D
	1	2	3	4
NIVEL	SUBSIDIO	SUBSIDIO	SUBSIDIO	SUBSIDIO
1	R$ 1.660,05	R$ 2.490,08	R$ 2.822,08	R$ 3.071,10
2	R$ 1.726,44	R$ 2.589,68	R$ 2.934,95	R$ 3.193,92
3	R$ 1.795,50	R$ 2.693,26	R$ 3.052,35	R$ 3.321,68
4	R$ 1.867,32	R$ 2.800,96	R$ 3.174,42	R$ 3.454,54
5	R$ 1.941,97	R$ 2.912,99	R$ 3.301,39	R$ 3.592,72
6	R$ 2.019,63	R$ 3.029,48	R$ 3.433,42	R$ 3.736,37
7	R$ 2.100,40	R$ 3.150,66	R$ 3.570,77	R$ 3.885,82
8	R$ 2.184,40	R$ 3.276,68	R$ 3.713,60	R$ 4.041,24
9	R$ 2.271,74	R$ 3.407,73	R$ 3.862,10	R$ 4.202,89

ANEXO VII-B-Dec. 040/2018 de 02/2019-ATULIZAÇÃO 07/2021- 18/19		
Apoio Administrativo Educacional		
CLASSE COEFICIENTE	A	B
Nivel	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1	R$ 1.075,57	R$ 1.236,90
2	R$ 1.118,57	R$ 1.286,38
3	R$ 1.163,32	R$ 1.337,81
4	R$ 1.209,85	R$ 1.391,31
5	R$ 1.258,24	R$ 1.446,95
6	R$ 1.308,57	R$ 1.504,83
7	R$ 1.360,92	R$ 1.565,02
8	R$ 1.415,35	R$ 1.627,61
9	R$ 1.471,95	R$ 1.692,70
10	R$ 1.530,85	R$ 1.760,37

30 HORAS -ATUALIZAÇÃO 07/2021- 2018/2019			
ANEXO VII-B			
Apoio Municipal, Apoio aos Serviços de Saude			
CLASSE COEFICIENTE	A	B	C
Nivel	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1	R$ 977,79	R$ 1.124,46	R$ 1.271,11
2	R$ 1.016,88	R$ 1.169,44	R$ 1.321,96
3	R$ 1.057,56	R$ 1.216,19	R$ 1.374,82
4	R$ 1.099,86	R$ 1.264,82	R$ 1.429,82
5	R$ 1.143,85	R$ 1.315,42	R$ 1.487,00
6	R$ 1.189,61	R$ 1.368,02	R$ 1.546,47
7	R$ 1.237,19	R$ 1.422,75	R$ 1.608,32
8	R$ 1.286,69	R$ 1.479,64	R$ 1.672,63
9	R$ 1.338,15	R$ 1.538,82	R$ 1.739,53
10	R$ 1.391,68	R$ 1.600,33	R$ 1.809,09

ANEXO VII-B -ATUALIZAÇÃO 07/2021- 2018/2019			
Agente Municipal, Assistente de Saúde			
CLASSE COEFICIENTE	A	B	C
Nivel	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1	R$ 1.097,55	R$ 1.262,17	R$ 1.426,24
2	R$ 1.141,45	R$ 1.312,65	R$ 1.483,28
3	R$ 1.187,10	R$ 1.365,15	R$ 1.542,63
4	R$ 1.234,57	R$ 1.419,75	R$ 1.604,31
5	R$ 1.283,94	R$ 1.476,54	R$ 1.668,48
6	R$ 1.335,30	R$ 1.535,60	R$ 1.735,22
7	R$ 1.388,71	R$ 1.597,00	R$ 1.804,61
8	R$ 1.444,25	R$ 1.660,87	R$ 1.876,80
9	R$ 1.502,00	R$ 1.727,30	R$ 1.951,86
10	R$ 1.562,07	R$ 1.796,39	R$ 2.029,92

ANEXO IX-B - 30 horas-ATUALIZAÇÃO 07/2021- 2018/2019			
Profissionais de Nivel Superior Municipal, Saude e Fiscal de Tributos			
CLASSE COEFICIENTE	A	B	C
Nivel	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1	R$ 2.878,67	R$ 3.622,60	R$ 4.634,38
2	R$ 3.022,60	R$ 3.803,71	R$ 4.866,08
3	R$ 3.173,71	R$ 3.993,89	R$ 5.109,38
4	R$ 3.332,38	R$ 4.193,60	R$ 5.364,84
5	R$ 3.499,01	R$ 4.403,27	R$ 5.633,06
6	R$ 3.673,94	R$ 4.623,41	R$ 5.914,70
7	R$ 3.857,64	R$ 4.854,59	R$ 6.210,43
8	R$ 4.050,51	R$ 5.097,30	R$ 6.520,95
9	R$ 4.253,02	R$ 5.352,16	R$ 6.846,98
10	R$ 4.465,67	R$ 5.619,76	R$ 7.189,33

ANEXO IX-B - 40 horas--ATUALIZAÇÃO 07/2021- 2018/2019			
Profissionais de Nivel Superior Municipal, Saude e Fiscal de Tributos			
CLASSE COEFICIENTE	A	B	C
Nivel	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1	R$ 3.838,22	R$ 4.830,13	R$ 6.179,16
2	R$ 4.030,12	R$ 5.071,62	R$ 6.488,11
3	R$ 4.231,61	R$ 5.325,19	R$ 6.812,51
4	R$ 4.443,18	R$ 5.591,47	R$ 7.153,11
5	R$ 4.665,33	R$ 5.871,02	R$ 7.510,75
6	R$ 4.898,60	R$ 6.164,56	R$ 7.886,28
7	R$ 5.143,51	R$ 6.472,78	R$ 8.280,58
8	R$ 5.400,69	R$ 6.796,41	R$ 8.694,60
9	R$ 5.670,70	R$ 7.136,20	R$ 9.129,31
10	R$ 5.954,23	R$ 7.493,01	R$ 9.585,76

ANEXO IV-B -ATUALIZAÇÃO 07/2021- 2018/2019		
DAS - 5	Secretario	R$ 6. 292,90
DAS - 4	Assessor, Chefe de Gabinete e Diretor Clinico	R$ 3. 601,25
DAS - 3	Coordenador, Diretor de Escola e Creche	R$ 2. 400,85
DAS - 2	Supervisor Escolar	R$ 1. 800,63
DAS - 1	Gerente e Motorista Oficial	R$ 1. 080,37
Prefeito Municipal		R$ 15. 596,49
Vice-Prefeito		R$ 7. 798,25

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2021 PROCESSO: 001478/2021

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2021

Processo: 001478/2021

Assunto: locação de um imóvel para instalação e funcionamento de setores vinculados a Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme especificação e exigência contidas na TR 69/2021.

RECONHCEÇO E RATIFICO, o Ato de Dispensa de Licitação **nº 52/2021,** para **locação de um imóvel para instalação e funcionamento de setores vinculados a Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme especificação e exigência contidas na TR 69/2021.** Sendo o valor apresentado de **R$16.200,00(dezesseis mil e duzentos reais)**, conforme legislação vigente aplica-se a Dispensa de Licitação fundamentado na Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II, Decreto Federal 9.412/2018- art. 1º inciso II e em consonância parecer jurídico acostado aos autos.

Despesa que ocorrera por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
11.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente TR,correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Secretaria de Finanças	Próprio	2004-Manutenção das atividades de finanças	36	3.3.90.39	100	**R$16.200,00**
TOTAL R$16.200,00						

E autorizo o empenho da despesa, no valor **R$16.200,00(dezesseis mil e duzentos reais),** em favor da **PESSOA FÍSICA: FERNANDA MONTEIRO MIRANDA DE ARRUDA CPF: 010.057.751-25,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº069/2021.

A CPL torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, RATIFICA o Processo Administrativo nº001478/2021, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Nossa Senhora do Livramento/ MT, 12 de Julho de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº. 102/2021

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, GRADE ARADORA INTERMEDIARIA - CONTROLE REMOTO, CAÇAMBA BASCULANTE HIDRÁULICA, E GRADE NIVELADORA, CONFORME CONTRATO N° 0536184 - FINISA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de convocação.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 27 (vinte e sete) de julho de 2021 às 09:00 horas.

SERÁ UTILIZADO PARA CONFECCIONAR A PROPOSTA DE ACORDO COM SOFTWARE MEDIADOR) - A SER SOLICITADO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br: ou www.novabandeirantes.mt.gov.br

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: ***licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br***

Nova Bandeirantes/MT, 12 de julho de 2021.

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 049/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 090/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA – EPP**, devidamente inscrita no CNPJ. **04.435.485/0001-05**, situada na AV. Lazaro Moreira dos Santos, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representado pelo Sr. **ENEIAS DELLA ROSA**, portador do RG n°. 1.136.338-0 SSP/MT e inscrito sob o CPF n°. 832.392.941-68, residente e domiciliada situada na AV. Travessa Toledo, n°. s/nº, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 049/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013 Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme relação contida no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA

CNPJ: 04.435.485/0001-05

ENDEREÇO: AV. Lazaro Moreira dos Santos, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT

TELEFONE: (66) 3572-1191

DESCRIÇÃO DO ITEM

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ABACAXI - PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, ENTRE 1 A 1,5KG	UNIDADE	350	IN NATURA	R$ 7,05	R$ 2.467,50
2	ABÓBORA CABOTIÃ POR KILO	KILO	770	IN NATURA	R$ 7,02	R$ 5.405,40
3	ABOBRINHA - BRASILEIRA, BOA QUALIDADE, E COLORACAO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES, ISENTA DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS POR KILO	KILO	490	IN NATURA	R$ 6,02	R$ 2.949,80
4	ACUCAR 2 KG - OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO COR , CHEIRO E SABOR PROPRIO, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO DE COM TEOR DE SACAROSE MINIMO, SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, ISENTO DE SUJIDADES	PACOTE	6.695	DOCE DIA	R$ 6,91	R$ 46.262,45
5	AGUA MINERAL GARRAFAO 20 LITROS	UNIDADE	730	PURISSIMA	R$ 19,98	R$ 14.585,40
6	ALECRIM - 5 G EM FOLHAS SECAS,OBTIDO DE ESPECIES VEGETAIS,GRAOS LIMPOS E SECOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA,COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	PACOTE	120	MIKA	R$ 1,96	R$ 235,20
7	ALFACE - AMERICANA	UNIDADE	660	IN NATURA	R$ 4,32	R$ 2.851,20
8	ALHO PROCESSADO - BRANCO (PICADO), SEM SAL HIGIENIZADO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, FIRME E INTACTO, LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, POTE 300 GRAMAS (COD.:708).	UNIDADE	319	KI ALHO	R$ 12,97	R$ 4.137,43
9	AMENDOIM - CRU 500 GRAMAS, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE LINHA ATOXICO	PACOTE	450	MIKA	R$ 10,94	R$ 4.923,00
10	AMIDO DE MILHO 1KG - PRODUTO A BASE DE AMIDO DE MILHO, FARINHA DE ARROZ E VITAMINAS, COM ASPECTO DE COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	PACOTE	300	MIKA	R$ 6,99	R$ 2.097,00
11	AZEITONAS VERDES 500 G EM CONSERVA, ACONDICIONADA EM SACHE PRODUTO DRENADO	UNIDADE	115	AGROLIVA	R$ 14,61	R$ 1.680,15
12	BANANA - NANICA, EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, POR KILO	KILO	520	IN NATURA	R$ 5,38	R$ 2.797,60
13	BATATA DOCE - ROXA DE PRIMEIRA SEM RAMA TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES FRESCA COMPACTA E FIRME SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS E CORTES SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE	KILO	370	IN NATURA	R$ 5,02	R$ 1.857,40
14	BATATA INGLESA- LISA,DE PRIMEIRA,COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS,TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME,DEVENDO SER GRAUDA,	KILO	1.910	IN NATURA	R$ 4,98	R$ 9.511,80

15	BERINJELA - TIPO COMUM, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, FIRME E INTACTA, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA(RACHADURAS,PERFURACOES,CORTES)	KILO	205	IN NATURA	R$ 6,97	R$ 1.428,85
16	BETERRABA - OTIMA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADES ISENTA DE ENFERMIDADE E SUJIDADES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, ACONDICIONADA EM EM CAIXA DE MADEIRA, PESANDO APROXIMADAMENTE KG	KILO	1.240	IN NATURA	R$ 5,89	R$ 7.303,60
17	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO 350 G - TIPO ROSQUINHA DE DIVERSOS SABORES, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP	PACOTE	800	MABEL	R$ 6,97	R$ 5.576,00
18	BOLO COM FRUTAS CRISTALIZADAS CONFEITADO, LEITE, OVOS, MARGARINA, SAL, ACUCAR, FERMENTO, CONTENDO GLUTEN, EM EMBALAGEM DE PAPEL ESPECIFICO	KILO	315	DELLA ROSA	R$ 51,92	R$ 16.354,80
19	BOLO MASSA BRANCA RECHEADO E CONFEITADO RECHEIO DE CHOCOLATE	KILO	1.165	DELLA ROSA	R$ 51,92	R$ 60.486,80
20	BROCOLIS - COMUM, FRESCO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO, ISENTO DE ENFERMIDADE, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, RESIDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, SEM DAN	KILO	170	IN NATURA	R$ 26,35	R$ 4.479,50
21	CALDO DE CARNE, CAIXA COM 06 CUBOS.	CAIXA	1.280	ARISCO	R$ 1,97	R$ 2.521,60
22	CALDO DE GALINHA, CAIXA COM 06 CUBOS.	CAIXA	1.076	ARISCO	R$ 1,97	R$ 2.119,72
23	CALDO DE LEGUMES COM 06 CUBOS COMPOSTO POR SAL, GORDURA VEGETAL, AMIDO, ACUCAR, AGUA, CEBOLA, SALSA, ESPINAFRE, ALHO, CENOURA, CURCUMA, ALHO-PORO, REPOLHO, TOMATE, PIMENTAO VERMELHO, AIPO, ABOBORA, PIMENTA-BRANCA, REALCADORES DE SABOR GLUTAMATO DE SO	UNIDADE	580	ARISCO	R$ 1,97	R$ 1.142,60
24	CARNE BOVINA - TIPO MUSCULO, CUBO, CONGELADA(ENTRE -10-C E -25-C), E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E ODOR PROPRIOS, EMBALADA EM CAIXA DE PAPELAO,ROTULADA, PESANDO ENTRE 1 A 3KG,POR PACOTE	KILO	1.675	BONANZA	R$ 25,99	R$ 43.533,25
25	CARNE BOVINA - TIPO PALETA, EM CUBOS, SEM OSSO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA	KILO	1.195	BONANZA	R$ 31,47	R$ 37.606,65
26	CARNE SUÍNA - EM PEDAÇOS, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE.	KILO	560	FORTEZA	R$ 17,49	R$ 9.794,40
27	CARNE SUINA - TIPO BACON DEFUMADO,EM PECA,ADEQUADA,CONFORME LEGISLAÇÃO,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	KILO	675	EXCELENCIA	R$ 39,99	R$ 26.993,25
28	CARNE SUINA - TIPO TORRESMO, FRITO, COMPORTO POR BARRIGA SUINA	KILO	290	FORTEZA	R$ 28,99	R$ 8.407,10
29	CEBOLA - BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONAMENTO ADEQUADO,EM SACO	KILO	2.320	IN NATURA	R$ 6,09	R$ 14.128,80
30	CENOURA - VERMELHA, DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ACONDICIONADA EM CAIXA DE MADEIRA, PESANDO APROXIMADAMENTE POR QUILO.	KILO	1.560	IN NATURA	R$ 3,89	R$ 6.068,40
31	CEREJA EM CALDA 125G	UNIDADE	95	IN NATURA	R$ 18,18	R$ 1.727,10
32	CHANTILY - PREPARADO PARA CREME TIPO CHANTILLY, OBTIDO ATRAVES DE GORDURA VEGETAL , EMBALAGEM DE 1 LITRO	UNIDADE	100	AMELIA	R$ 19,31	R$ 1.931,00
33	CHEIRO VERDE - COMPOSTO POR SALSA E CEBOLINHA	UNIDADE	150	IN NATURA	R$ 3,65	R$ 547,50
34	CHOCOLATE- 300 G TIPO CAIXA DE BOMBOM	CAIXA	1.430	NESTLE	R$ 12,31	R$ 17.603,30
35	CHOCOLATE EM PO 50% CACAU 500G	UNIDADE	145	MAVALERIO	R$ 43,64	R$ 6.327,80
36	CHOCOLATE GRANULADO CROCANTE, EMBALAGEM CONTENDO 500G	PACOTE	260	MAVALERIO	R$ 11,71	R$ 3.044,60
37	CHUCHU - DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORA O UNIFORME, LIVRE DE ENFERMIDADES, LIVRE DE ENFERMIDADES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO, PESANDO APROXIMADAMENTE PESO UNIFORME	KILO	620	IN NATURA	R$ 4,64	R$ 2.876,80
38	COLORAU - (URUCUM) PÓ FINO 30 G, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA	PACOTE	365	MIKA	R$ 1,84	R$ 671,60
39	CORANTE LIQUIDO 10ML	UNIDADE	150	MIX	R$ 3,98	R$ 597,00
40	COUVE - TIPO FLOR, FRESCA, COM FLOR INTACTA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DE RE	KILO	910	IN NATURA	R$ 25,95	R$ 23.614,50
41	COUVE (FOLHA)	UNIDADE	280	IN NATURA	R$ 4,28	R$ 1.198,40
42	CREME DE LEITE LEVE UHT HOMOGENEIZADO, EMBALAGEM TETRA PAK CONTENDO 200G	UNIDADE	1.500	PIRACANJUBA	R$ 3,43	R$ 5.145,00
43	DOCE DE LEITE - LATA 800 ML, TIPO MISTO, EM PASTA, COMPOSTO DE LEITE COM COCO, ACONDICIONADO	UNIDADE	180	ITAMBE	R$ 16,81	R$ 3.025,80
44	DOCE DE LEITE - TIPO SIMPLES, EM TABLETE, 50 UNIDADES, PESANDO 30G CADA, COMPOSTO DE LEITE E ACUCAR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CAIXA PAPELAO	CAIXA	110	BOCA DOCE	R$ 24,92	R$ 2.741,20
45	DOCE DE LEITE PASTOSO, POTE COM PESO MÍNIMO DE 400G.	UNIDADE	220	TRIANGULO	R$ 3,94	R$ 866,80
46	EMULSIFICANTE PARA MASSA - DO TIPO SORVETES, BOLOS E CREMES EM GERAL. POTE DE 200G.	UNIDADE	100	SELECTA	R$ 10,33	R$ 1.033,00
47	ERVA DOCE 10 G - EM GRAO, OBTIDA DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DE ESPECIME DE VEGETAIS GENUINOS, ISENTO DE FERMENTACAO E MOFO, HOMOGENEA, COM ASPECTO, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE AUSENCIA DE SUJIDADES,PARA	UNIDADE	830	MIKA	R$ 1,90	R$ 1.577,00
48	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - ACONDICIONADA EM LATA COM 2 KG, SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	UNIDADE	160	QUERO	R$ 9,19	R$ 1.470,40

49	FARINHA DE MANDIOCA - PACOTE DE 1 KG SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, ESCURA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO ATOXICO.	PACOTE	810	CRUZEIRO DO SUL	R$ 6,59	R$ 5.337,90
50	FARINHA DE ROSCA 500 G - SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, DE COR AMARELADA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADO	PACOTE	710	MIKA	R$ 5,99	R$ 4.252,90
51	FARINHA DE TRIGO - ACONDICIONADO EM BALAGEM COM 1 KG ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO	KILO	5.400	ALVALADE	R$ 4,88	R$ 26.352,00
52	FARINHA DE TRIGO 500 GR - PARA KIBE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OUMINISTERIO DA SAUDE	PACOTE	200	MIKA	R$ 4,86	R$ 972,00
53	FERMENTO BIOLOGICO 10 G - TIPO GRANULADO SECO INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL,AGENTE DE REIDRATACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UNIDADE	1.080	SAF-INSTANT	R$ 1,71	R$ 1.846,80
54	FERMENTO BIOLOGICO PCT 500 G	UNIDADE	135	SAF-INSTANT	R$ 26,93	R$ 3.635,55
55	FERMENTO QUIMICO 100 G - TIPO EM PO,COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO,FOSFATO MONOCALCICO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADE	750	NITA	R$ 3,19	R$ 2.392,50
56	FORMULA - INFANTIL, COM FERRO PARA LACTENTES A PARTIR 10º MES DE VIDA, PARA CONTRIBUIR NO TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO. ADICIONADA DE ATÉ 4G/L DE PREBIOTICOS, COM DHA E ARA, COM PREDOMINÂNCIA DA CASEÍNA, COM NO MINIMO 80% DE LACTOSE. 800G	UNIDADE	80	APTAMIL	R$ 46,91	R$ 3.752,80
57	FRANGO SEMI-PROCESSADO - INTEIRO, RESFRIADO, SEM PES, PESCOCO E VISCERAS, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIOS, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO POR QUILO	KILO	3.075	SADIA	R$ 12,31	R$ 37.853,25
58	FUBA DE MILHO 1 KG- SIMPLES,DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE,FERMENTACAO,RANCO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	UNIDADE	1.620	MIKA	R$ 4,79	R$ 7.759,80
59	GELATINA EM PO 20 G DIVERSOS SABORES	UNIDADE	400	OETKER	R$ 1,46	R$ 584,00
60	GELEIA DE FRUTA - 320 G SABOR FRUTAS VERMELHAS OU MORANGO OU AMORA OU FRAMBOESA, ELABORADA COM FRUTAS SELECIONADAS E ADOCADA COM SUCO DE FRUTAS	UNIDADE	150	CLASSIC	R$ 17,58	R$ 2.637,00
61	GENGIBRE - RIZOMA, IN NATURA	KILO	180	IN NATURA	R$ 15,64	R$ 2.815,20
62	LARANJA IN NATURA	KILO	900	IN NATURA	R$ 4,33	R$ 3.897,00
63	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM TETRA PAK DE 395G.	UNIDADE	1.750	PIRACANJUBA	R$ 6,29	R$ 11.007,50
64	LEITE DE COCO 200 ML- NATURAL, CONCENTRADO, ACUCARADO,OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO,PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,COM ASPECTOS DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ADEQUADA	UNIDADE	450	CHEF	R$ 2,90	R$ 1.305,00
65	LEITE LONGA VIDA 1 L- DESNATADO, TEOR DE MATERIA GORDA MAXIMO DE 0,5%, RECIPIENTE HERMETICO	UNIDADE	420	PIRACANJUBA	R$ 6,18	R$ 2.595,60
66	LEITE LONGA VIDA - UHT INTEGRAL, TEOR DE MATERIA GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS TOTAIS E SATURADAS, GORDURAS TRANS OG, FIBRA ALIMENTAR OG, SÓDIO E CÁLCIO, RECIPIENTE HERMETICO EM TIPO TETRA PAK COM 1 LITRO E VALIDADE DE NO MINIMO 90	UNIDADE	2.100	NENE	R$ 5,51	R$ 11.571,00
67	LEITE PASTEURIZADO EMBALAGEM DE PLASTICO CONTENDO 1 LITRO	LITRO	200	IN NATURA	R$ 3,02	R$ 604,00
68	LENTILHA 500G	PACOTE	180		R$ 11,28	R$ 2.030,40
69	LIMAO - TAITI, OTIMA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRMA E INTACTA, ACONDICIONADO EM EM SACO	KILO	275	N NATURA	R$ 3,91	R$ 1.075,25
70	MACA - FUJI, NACIONAL, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO,COR E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KILO	385	IN NATURA	R$ 7,29	R$ 2.806,65
71	MAMAO - FORMOSA, OTIMA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADO EM CAIXA DE	KILO	390	IN NATURA	R$ 7,95	R$ 3.100,50
72	MANDIOCA PROCESSADA - TIPO BRANCA, EMBALADA EM SACO PLASTICO, ESTERILIZADO EM ATMOSFERA MODIFICADA, PESANDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1KG A 3KGS, ACONDICIONADO PARA TRANSPORTE EM CAIXA DE PAPELAO, HIGIENIZADA,CORTE EM TOLETE,APROXIMADAMENTE 6 A 8CM DE CO	KILO	1.070	IN NATURA	R$ 3,79	R$ 4.055,30
73	MANTEIGA 500 GR - COM SAL, DE PRIMEIRA, ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO,ATOXICO, CAIXA DE PAPELAO REFORCADO	UNIDADE	250	CANTO DE MINAS	R$ 27,95	R$ 6.987,50
74	MARACUJA - AZEDO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES,PARASITOS E LARVAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANS	KILO	340	IN NATURA	R$ 9,93	R$ 3.376,20
75	MARGARINA VEGETAL 500 GR - COM SAL, COMPOSTO DE 80% DE GORDURA E LEITE (LIPIDEOS), PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM POTE CONTENDO, EMBALADO EM POTE INDIVIDUAL DE 50	UNIDADE	1.578	DELICIA	R$ 5,95	R$ 9.389,10
76	MASSA ALIMENTICIA 1 KG - MACARRAO TIPO ESPAGUETE SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO CORANTES NATURAIS URUCUM E CURCUMAS CONTEM GLUTEM	UNIDADE	1.950	GALO	R$ 6,91	R$ 13.474,50
77	MASSA PARA LAZANHA PRE COZIDA PACOTE 500 GR	PACOTE	530	VITARELLA	R$ 7,48	R$ 3.964,40
78	MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA EM A GRANEL	KILO	300	VITARELLA	R$ 3,51	R$ 1.053,00
79	MELAO - AMARELO, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA INTACTA E FIRME, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELAO, POR QUILO, CEAGEP	KILO	230	VITARELLA	R$ 8,31	R$ 1.911,30

80	MILHO DE CANJICA BRANCA 500 G - DE PRIMEIRA QUALIDADE,BENEFICIADO,POLIDO,LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	PACOTE	1.460	MIKA	R$ 3,64	R$ 5.314,40
81	MILHO VERDE EM CONSERVA - ACONDICIONADO EM LATA COM 2 QUILOS, SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	UNIDADE	127	SOFRUTA	R$ 28,63	R$ 3.636,01
82	OELO COMESTIVEL 500 ML - AZEITE EXTRA VIRGEM E BALANCEADA COMBINACAO DE SABORES E AROMAS.ACIDEZ: 0,5% ORIGEM: PORTUGAL	UNIDADE	210	ANDORINHA	R$ 22,03	R$ 4.626,30
83	OLEO COMESTIVEL 900 ML - SOJA, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE TIPO 1 DEGOMADO, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA EM LITROS.	UNIDADE	6.700	LIZA	R$ 9,59	R$ 64.253,00
84	OREGANO 5 G - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRA	PACOTE	315	MIKA	R$ 1,94	R$ 611,10
85	OVO - OVOS DE GALINHA, VERMELHOS, CLASSE A, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, GRANDES, SAUDAVEIS E EMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELAO OU ISOPOR CONTENDO UMA DUZIA	DUZIA	2.703	DELLA ROSA	R$ 7,81	R$ 21.110,43
86	OVO DE CODORNA EM CONSERVA 330G	UNIDADE	110	PINDUCA	R$ 19,86	R$ 2.184,60
87	PACOCA EMBALAGEM COM 50UND	PACOTE	100	BOCA DOCE	R$ 21,95	R$ 2.195,00
88	PALMITO - EM CONSERVA,TIPO: EM VIDRO 300ML	UNIDADE	230	CASTELO	R$ 19,80	R$ 4.554,00
89	PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: FARINHA DE TRIGO,AGUA SAL, ACUCAR, FERMENTO BIOLOGICO	KILO	2.795	DELLA ROSA	R$ 13,43	R$ 37.536,85
90	PAO DE HOT-DOG - DO TIPO PAO HOT-DOG, PESANDO 70G A UNIDADE, SUPERFICIE MACIA, LISA, BRILHANTE, COM MIOLO CONSISTENTE E SEDOSO, COM VIDA UTIL DE 5 DIAS, EMBALADO EM SACO PLASTICO	UNIDADE	6.850	DELLA ROSA	R$ 14,69	R$ 100.626,50
91	PEIXE - TIPO PINTADO, EM POSTA, CONGELADO E LIMPO, COM COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS ESVERDEADAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO,PESANDO APROXIMADAMENTE 150G POR UNIDADE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO.	KILO	100	CASA DO PEIXE	R$ 41,89	R$ 4.189,00
92	PEPINO - COMUM, PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KILO	200	IN NATURA	R$ 4,98	R$ 996,00
93	PESSEGO EM CALDA 450 GR	UNIDADE	240	OLE	R$ 10,91	R$ 2.618,40
94	PIMENTA - DO TIPO CALABRESA EM FLOCOS 20 GRAMAS	UNIDADE	247	MIKA	R$ 1,90	R$ 469,30
95	PIMENTAO - VERDE, EXTRA DE OTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES, ACONDICIONADO EM EM SACO, PESANDO APROXIMADAMENTE UNIDADE	KILO	690	IN NATURA	R$ 6,85	R$ 4.726,50
96	PIRULITO SORTIDO PACOTE COM 50 UNIDADES.	PACOTE	220	PIETROBON	R$ 11,91	R$ 2.620,20
97	POLVILHO 500 G - AZEDO, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS	PACOTE	1.300	MIKA	R$ 5,91	R$ 7.683,00
98	POLVILHO 500 G - DOCE, BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS	PACOTE	1.360	MIKA	R$ 5,44	R$ 7.398,40
99	PRESUNTO - MAGRO, COZIDO, OBTIDO DE PERNIL OU OUTRA PARTE DE SUINO SADIO, COM ASPECTO, CHEIRO,COR E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELAO	KILO	450	EXCELENCIA	R$ 29,68	R$ 13.356,00
100	QUEIJO - TIPO MUSSARELA, EMBALADO EM PLASTICO INVIOLAVEL,SELADO A VACUO	KILO	500	PRIMITI	R$ 38,99	R$ 19.495,00
101	QUEIJO 50 G - TIPO PARMESAO,RALADO, EMBALADO EM PLASTICO APROPRIADO, INVIOLAVEL	PACOTE	450	VIGOR	R$ 2,51	R$ 1.129,50
102	QUIABO INATURA	KILO	170	IN NATURA	R$ 13,98	R$ 2.376,60
103	REPOLHO - BRANCO ENTRE 1100 E 2500 G,, FRESCO, DE PRIMEIRA,, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, OTIMA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM RACHADURAS OU CORTES, ACONDICIONADO EM ENGRADADOS DE MADEIRA	KILO	2.660	IN NATURA	R$ 3,41	R$ 9.070,60
104	REQUEIJAO 200 G - TIPO CREMOSO, SEM SABOR,EMBALAGEM APROPRIADA	UNIDADE	130	VIGOR	R$ 6,90	R$ 897,00
105	SAGU 500 G- PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO E PREPARADO A PARTIR DE OUTROS AMIDOS E FECULAS EM FORMA GRANULADA, ISENTO DE SUJIDADES E SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO,TRANSPARENTE E HERMETICAMENTE VEDADO	UNIDADE	250	MIKA	R$ 5,93	R$ 1.482,50
106	SALGADINHOS PARA FESTA - ASSADO TIPO: MINI PIZZA, RECHEIO DE CALABRESA, PRESUNTO E MUSSARELA, FRANGO COM CATUPIRI. PESO APROX. 90GRAMAS	UNIDADE	11.200	DELLA ROSA	R$ 2,49	R$ 27.888,00
107	SALGADINHOS PARA FESTA - REFEICAO PREPARADA DO TIPO MINI SALGADOS PASTEL PESO APROX. 20G	UNIDADE	10.900	DELLA ROSA	R$ 0,74	R$ 8.066,00
108	SALGADINHOS PARA FESTA - REFEICAO PREPARADA DO TIPO MINI SALGADOS COXINHA. PESO APROX. DE 10G	UNIDADE	10.900	DELLA ROSA	R$ 0,74	R$ 8.066,00
109	SORVETE - DE MASSA, OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE GORDURAS E PROTEINAS, COM ACRESCIMO DE LEITE, ATRAVES DE PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, ADMITINDO ADICAO DE ADITIVOS PERMITIDOS, DE VARIOS SABORES, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.DE 1,5L A 2L	UNIDADE	650	ZERO GRAU	R$ 16,90	R$ 10.985,00
110	SUSPIRO SECO DE ACUCAR EMBALAGEM COM 30 UNIDADES. 1,1KG	UNIDADE	120	BOCA DOCE	R$ 6,93	R$ 831,60
111	TEMPERO COMPLETO 1 KG	UNIDADE	430	SABOR AMI	R$ 8,65	R$ 3.719,50
112	TEMPERO EM PO - TIPO SAZON, SABORES DIVERSOS.	UNIDADE	300	AJINOMOTO	R$ 2,48	R$ 744,00
113	TOMATE - MADURO, BOA QUALIDADE, GRAUDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,RACHADURAS	KILO	40	IN NATURA	R$ 7,98	R$ 319,20
114	TOMATE - SANTA CRUZ, BOA QUALIDADE, GRAUDA, DE POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES	KILO	850	IN NATURA	R$ 6,98	R$ 5.933,00

	DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA ORIUNDA					
115	UVA - ITALIA,NACIONAL,DE PRIMEIRA,COM TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA,COM POLPA INTACTA E FIRME,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDO DO MANUSEIO E TRANSPORTE	KILO	130	IN NATURA	R$ 23,92	R$ 3.109,60
116	VINAGRE DE VINHO TINTO 750 ML	UNIDADE	340	SABOROSO	R$ 6,89	R$ 2.342,60

Valor total do fornecedor R$ 1.007.262,04 (hum milhão sete mil duzentos e sessenta e dois reais e quatro centavos)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas

5.2 Deverão ser entregues no prazo de **02 (dois) dias corridos,** após a solicitação, de segunda a sexta feira das 07:00 as 11:00 – 13:00 as 17:00 horas – horário local sem ônus alguns a CONTRATANTE, conforme solicitação do Departamento de Compras, e entregues sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da requisição emitida pelo departamento de compras.

5.2.2 Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.2.4 As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características organolépticas dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos.

5.2.5 O recebimento definitivo do equipamento, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração Municipal, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.6 Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte.

5.3. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias corridos**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.4. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.15. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 e Art. 13 da Presente Ata.

5.16. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos pelas secretarias municipais, conforme suas necessidades e emissão de ordem de entrega por parte do Depto. de Compras. Todo o material que estiver fora da especificação será devolvido ao fornecedor e as custas com frete para devolução correrão a conta do fornecedor.

7.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir está ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços

registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar está Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 263/2021, Servidora **GABRIELA TONINATTO BOTURA** o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 – GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultados
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
25 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
61 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
89 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DO SECRETARIO
Função:12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
97 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa: 0005- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
159 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301- ATENÇAO BASICA
Programa:0020 - Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
185 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
205 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

Programa: 0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
228 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
247 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
283 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
293 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS
315 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
330 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
343 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
365 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
372 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
382 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, TURISMO E MINERAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SubFunção: 695 - TURISMO

Programa: 0028 – Políticas e Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
399 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SubFunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA GOVERNO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
SubFunção: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
443 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes

que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 049/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 09 DE JULHO DE 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA

CNPJ: 04.435.485/0001-05

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

JURIDICO
DECRETO Nº 250 DE 12 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CÉSAR AUGUSTO PERIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado, a partir do dia **02/08/2021,** o retorno das aulas no sistema híbrido nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 2º. Em casos excepcionais e justificados, as atividades dos profissionais poderão ser realizadas em regime de teletrabalho.

Art. 3º. Servidores, pais e alunos deverão seguir o **Plano Estratégico Para Retorno às Aulas no Sistema Híbrido** e demais procedimentos de enfrentamento da COVID-19 no ambiente escolar, conforme Anexo Único deste decreto.

Art. 4º. Fica determinado aos Gestores Escolares a responsabilidade de coordenar o processo de retomada das aulas presenciais e fiscalizar o cumprimento do **Plano Estratégico Para Retorno às Aulas no Sistema Híbrido .**

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Mato Grosso em 12 de julho de 2021.

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 049/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 090/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **M. W. MARCILIO**, devidamente inscrita no CNPJ. **05.930.171/0001-33**, situada na Rua Pará, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO WELIGTON MARCILIO**, portador do RG n°. 935.061 SSP/MT e inscrito sob o CPF n°. 783.744.641-00, residente e domiciliada situada na Rua Pará, n°. s/nº, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 049/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013 Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme relação contida no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: M. W. MARCILIO

CNPJ: 05.930.171/0001-33

ENDEREÇO: Rua Pará, n° S/N, na cidade de Nova Bandeirantes - MT

TELEFONE: (66) 3572-1127

DESCRIÇÃO DO ITEM

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ACAFRAO, CURCUMA EM PÓ 30 G	PACOTE	220	MIKA	R$ 1,90	R$ 418,00
2	ACHOCOLATADO EM PO 400G	UNIDADE	400	QUALIMAS	R$ 7,75	R$ 3. 100,00
3	ÁGUA MINERAL- 497 ML NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET TAMPA C/ ROSCA E LACRE	UNIDADE	12.170	PURISSIMA	R$ 1,55	R$ 18. 863,50
4	BISCOITO COM SAL 400 G- TIPO ÁGUA E SAL, COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AGUA, SAL, OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP	PACOTE	4.580	LIANE	R$ 4,90	R$ 22. 442,00
5	CANELA - EM PO, 10 G, FINA HOMOGENEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS E LIMPOS, PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTOS CHEIROS AROMATICOS E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIO	UNIDADE	260	MIKA	R$ 1,90	R$ 494,00
6	CANELA - EM RAMA, 10 G,OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAOS E LIMPOS, DE COLORACAO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTO CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIO	UNIDADE	470	MIKA	R$ 2,45	R$ 1. 151,50
7	CARNE BOVINA - TIPO ACEM, MOIDA, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, PESANDO ENTRE 4 E 5KGS	KILO	2.700	INATURA	R$ 26,00	R$ 70. 200,00
8	CARNE BOVINA - TIPO BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO	KILO	2.345	INATURA	R$ 32,55	R$ 76. 329,75
9	CARNE BOVINA-TIPO COSTELA, TIRAS, RESFRIADA E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	KILO	2.040	INATURA	R$ 25,90	R$ 52. 836,00
10	CARNE SECA BOVINA KG	KILO	545	INATURA	R$ 39,90	R$ 21. 745,50
11	CHA - ERVA MATE QUEIMADO, CONSTITUIDO DE FOLHA NOVAS, DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS.	UNIDADE	2.750	RICO	R$ 9,90	R$ 27. 225,00
12	CRAVO DA INDIA 08 G,- OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE ESPECIME GENUINA,DE COLORACAO PARDO ESCURA, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 16%,ISENTO DE DETRITOS DO PROPRIO PRODUTO E IMPUREZAS DOS GRAOS OU SEMENTES,ACONDICIONADO EM SACO PLASTI	PACOTE	340	MIKA	R$ 3,20	R$ 1. 088,00
13	EXTRATO DE TOMATE - 340 G OBTIDO DA POLPA DE FRUTOS DE TOMATEIRO COM NO MINIMO 6% DE SOLIDOS SOLUVEIS NATURAIS DE TOMATE, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO PODENDO SER ADICIONADO DE SAL E OU ACUCAR, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS	UNIDADE	1.600	VAL	R$ 2,15	R$ 3. 440,00
14	FARINHA DE MILHO 1KG - SIMPLES DO GRAO DO MILHO TORRADO E PENEIRADO NA COR AMARELA ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS ACONDICIONADA EM SACO PLASTICOS TRANSPARENTE ATOXICO	PACOTE	200	MIKA	R$ 9,25	R$ 1. 850,00
15	FIGADO - BOVINO EM ISCAS, RESFRIADO, COM ASPECTO PROPRIO,FIRME,NAO PEGAJOSO, ISENTO DE MANCHAS ESVERDEADAS, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE 1KG A 3KG	KILO	360	INATURA	R$ 16,50	R$ 5. 940,00
16	FRANGO SEMI-PROCESSADO - COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO, CONGELADO, COM CORTES DE 300GR A 350GR POR UNIDADE CONGELADA, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, PESO 1,500 KG A 1,80	KILO	2.320	SADIA	R$ 13,50	R$ 31. 320,00
17	LEITE EM PO INSTANTANEO 400 G - COM VITAMINAS C, A E D PIROFOSFATO FERRICO E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA SEM GLUTEM	UNIDADE	750	PIRACANJUBA	R$ 14,80	R$ 11. 100,00
18	LINGUICA - FRESCAL, TIPO TOSCANA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, EM SACO 1 KG	KILO	1.010	FORTALEZA	R$ 21,45	R$ 21. 664,50
19	MAIONESE SACHÊ CONTENDO 1KG.	UNIDADE	250	SOYA	R$ 11,95	R$ 2. 987,50
20	MASSA ALIMENTICIA 500 GR TIPO SECA PARA SOPA FORMATO PADRE NOSSO, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, SUJIDADES,PARASITAS,ADMITINDO UMIDADE MAXIMA 13%	UNIDADE	1.520	GALO	R$ 3,70	R$ 5. 624,00
21	MILHO DE PIPOCA PREMIUM PACOTE DE 500G.	PACOTE	2.000	MIKA	R$ 3,90	R$ 7. 800,00
22	MOLHO DE TOMATE 340 G - PRODUTO PREPARADO COM FRUTAS MADURAS E SAS, SEM PELE,SEM SEMENTES,ACRESCIDAS DE CONDIMENTOS, SAL,ACUCAR,CEBOLA,GLUTAMATO MONOSSODICO, E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS	UNIDADE	1.260	VAL	R$ 1,35	R$ 1. 701,00
23	PACOTE DE BOMBOM PACOTE DE 1 KG	PACOTE	150	LACTA	R$ 39,99	R$ 5. 998,50
24	PESCADO EM CONSERVA 125 G- TIPO SARDINHA, PREPARADOS, LIMPO,VISCERADO, APRESENTACAO: INTEIRA COM ESPINHA, CONSERVADO EM OLEO COMESTIVEL, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE FERRUGEM E DANIFICACAO DAS LATAS, SUJIDADES	UNIDADE	270	GOMES	R$ 5,75	R$ 1. 552,50
25	PIMENTA DO REINO MOIDA PCT COM 30 GR	UNIDADE	335	MIKA	R$ 3,90	R$ 1. 306,50
26	PÓ PARA SUCO, VÁRIOS SABORES, EMBALAGEM DE 1 KG	PACOTE	500	QUALIMAX	R$ 7,60	R$ 3. 800,00

27	REFRIGERANTE 2 LITROS - COMPOSTO DE EXTRATO ÁGUA GASEIFICADA, AROMA NATURAL, MENOS DE 1,5KCAL, CORANTES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM GARRAFA	UNIDADE	8.910	SIMBA	R$ 4,30	R$ 38. 313,00
28	SAL 1 KG - GROSSO, IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO,RESISTENTE E VEDA-DO	UNIDADE	505	MASTER	R$ 2,30	R$ 1. 161,50
29	SAL 1 KG - REFINADO, IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO	PACOTE	1.095	MASTER	R$ 1,50	R$ 1. 642,50
30	TEMPERO BAIANO PACT 30GR	UNIDADE	350	MIKA	R$ 2,60	R$ 910,00
31	VINAGRE - DE LIMAO, FERMENTADO ACETICO DE ALCOOL, ÁGUA, SUCO CONCEN-TRADO DE LIMAO, AROMA NATURAL DE LIMAO, CONSERVADOR INS 224. ACIDEZ 4,0%, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO COM 750ML.	UNIDADE	570	CASTELO	R$ 6,39	R$ 3. 642,30

Valor total do fornecedor R$ 447.647,05 (quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinco centavos)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas

5.2 Deverão ser entregues no prazo de **02 (dois) dias corridos,** após a solicitação, de segunda a sexta feira das 07:00 as 11:00 – 13:00 as 17:00 horas – horário local sem ônus alguns a CONTRATANTE, conforme solicitação do Departamento de Compras, e entregues sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da requisição emitida pelo departamento de compras.

5.2.2 Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.2.4 As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características organolépticas dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos.

5.2.5 O recebimento definitivo do equipamento, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração Municipal, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.6 Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte.

5.3. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias corridos**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.4. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.15. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 e Art. 13 da Presente Ata.

5.16. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos pelas secretarias municipais, conforme suas necessidades e emissão de ordem de entrega por parte do Depto. de Compras. Todo o material que estiver fora da especificação será devolvido ao fornecedor e as custas com frete para devolução correrão a conta do fornecedor.

7.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir está ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar está Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 263/2021, Servidora **GABRIELA TONINATTO BOTURA** o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 – GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultados
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
25 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
61 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
89 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DO SECRETARIO
Função:12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
97 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa: 0005- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
159 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301- ATENÇAO BASICA
Programa:0020 - Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
185 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
205 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
228 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
247 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
283 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
293 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS
315 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
330 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
343 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
365 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
372 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
382 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, TURISMO E MINERAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO

Função: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SubFunção: 695 - TURISMO
Programa: 0028 – Políticas e Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
399 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SubFunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA GOVERNO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
SubFunção: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
443 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 049/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 09 DE JULHO DE 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M. W. MARCILIO

CNPJ: **05.930.171/0001-33**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 263/2021

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 263/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

GABRIELA TONINATTO BOTURA**,** Nutricionista, portadora do CPF 399. 844.388-64, matricula 4144.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução da **Ata de Registro de Preços Nº 033/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e os fornecedores: ***COMERCIO DE ALIMENTOS QUEIROZ LTDA, M. W. MARCILIO E SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA - EPP, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.***com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

ESTELA GARCIA ALVESchefe departamento de ind.com. turismo, portador do CPF 033.861.591.17, matricula 5175.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 09 de julho de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

RECURSOS HUMANOS
INSTRUÇÃO NORMATIVA – SME Nº 03, DE 12 DE JULHO DE 2021

APROVA E TORNA OBRIGATÓRIA A APLICAÇÃO DO: (PLANO ESTRATÉGICO PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS SISTEMA HÍBRIDO – ANEXO 01) E O (PROTOCOLO PARA RETOMADA SEGURA DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - ANEXO 02) PARA O RETORNO DO ATENDIMENTO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, COVID-19.

O **SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- O que dispõe o Comitê de Enfrentamento Municipal sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do município de Nova Bandeirantes;

- O Decreto Municipal nº 250, autoriza o retorno das aulas no sistema hiibrido nas escolas da rede municipal de ensino.

-O compromisso geral das escolas na adoção de protocolos de segurança, dentro das limitações de horário impostas às demais atividades, bem como o apoio a retomada das atividades escolares garantida por Lei Estadual.

RESOLVE:

ARTIGO 1º Aprovar, na forma do Anexo 01, o**Plano Estratégico Para Retorno às Aulas no Sistema Híbrido**, com determinações gerais para o atendimento nas unidades escolares deste município.

ARTIGO 2º Aprovar, na forma do Anexo 02, o **Protocolo para Retomada Segura de Atividades Presenciais nas Escolas do Município de Nova Bandeirantes,** como medidas a serem adotadas no funcionamento e no desenvolvimento de atividades administrativas e educativas.

ARTIGO 3º Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal Educação.

ARTIGO 4º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 12 de julho de 2021.

Wagno Rosa Ribeiro.

Secretário Municipal de Educação - SME.

ANEXO I

PLANO ESTRATÉGICO PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS SISTEMA HÍBRIDO - NOVA BANDEIRANTES- MT 2021

INTRODUÇÃO

Com o retorno das aulas no mês de fevereiro, a Secretaria Municipal de Educação já está trabalhando com as equipes das Unidades de Ensino, comitê de enfrentamento ao COVID e sociedade planejando e preparando os planos de volta às aulas, de acordo com as estratégias sanitárias, financeiras e pedagógicas que deverão ser colocadas em práticas a partir da data de retorno.

A Educação é uma das áreas mais afetadas pela pandemia. A possibilidade de um retrocesso gigantesco na escolarização dos alunos é preocupante. O foco precisa estar dirigido, com o intuito principal de amenizar os impactos negativos, deixados pelo distanciamento social e escolar.

Devemos estar preparados para a volta dos estudantes e funcionários às escolas. Prontos para fazer o que precisa ser feito. Lembrar que não estaremos voltando de férias, voltaremos de algo que ainda não tínhamos passado, distanciamento e isolamento social, reclusão domiciliar, estresse, ansiedade e precisamos estar preparados para as possíveis perdas de entes queridos de alunos e servidores.

Teremos de saber como nos aproximar dos alunos, das famílias e dos profissionais. Proporcionar tempo, ambiente e recepção adequados à reentrada e ao reencontro na escola. Praticar a empatia com os mais ansiosos e com os que estejam em processo de estresse pós-traumático. Monitorar o período de adaptação à nova realidade frente ao Covid-19.

É preciso modificar toda a estrutura e toda rotina administrativa e pedagógica educacional, reorganizar e adequar os espaços escolares de acordo com os protocolos definidos pela OMS, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, CONSED, UNDIME, MEC e CNE.

Para enfrentamento do cenário provocado pela pandemia que desestabilizou o mundo, a economia, o sistema de saúde e a educação, precisamos estar preparados para lidar com as adversidades que ficarão latentes por muito tempo ainda na nossa vida, e isso só será possível se permanecermos unidos.

Ainda não temos certeza de quando o vírus deixará de fazer parte do nosso contexto social e nem sabemos quais são as melhores formas de lidar com o rastro de destruição que a pandemia já deixou e ainda deixará.

Uma das certezas é a de que precisamos buscar mais informações e conhecimentos. Outra, é que devemos aprender com a experiência deixada por essa pandemia na vida de todos nós, isso fará toda a diferença. Não menos importante, é que precisamos consultar a História, para entendermos como as nações deram a volta por cima, em períodos pós-guerra, pós pandemias, pós catástrofes, especialmente na área de educação.

Temos confiança de que voltaremos diferentes ao final desse processo. E, finalmente, nossa maior certeza é a de que sairemos dessa mais fortes e ainda mais confiantes na educação, como maneira única de prosperar e avançar como seres humanos melhores.

A empatia e a solidariedade passaram a ser entendidas em plenitude. Mais do que apenas palavras, assumiram real significado e significância e, as equipes da Educação assumiram um papel fundamental neste processo de retorno/retomada, especialmente os professores. Por isso, neste retorno contamos com a empatia, a cooperação e a visão empreendedora de toda a equipe educacional de Nova Bandeirantes, em especial os professores que diariamente farão o enfrentamento e promoverão a acolhida e promoção do conhecimento nas nossas crianças novas bandeirantenses.

JUSTIFICATIVA

Este documento se faz necessário devido às mudanças organizacionais nos espaços educacionais por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) declarada em 11 de março de 2020 pela OMS (Organização Mundial de Saúde), onde houve logo após, a suspensão de aulas presenciais em vários lugares do Brasil, e consequentemente no estado de Mato Grosso a partir do dia 23 de março de 2020.

Embora medidas emergenciais como a suspensão das aulas foram e estão sendo importantes no combate à disseminação do novo coronavírus, pesquisas mostram que haverá múltiplos impactos nos alunos e nos professores, exigindo um esforço em comum do poder público de um planejamento de volta às aulas que seja gradual e articulado entre diferentes setores, como a Educação, a Saúde, a Assistência Social e Administração Pública.

Alguns desafios para o Brasil, Mato Grosso, bem como, para o munícipio de Nova Bandeirantes já existente antes da pandemia e serão intensificados no retorno as aulas presenciais. A evasão escolar, por exemplo, além de impactos emocionais de curto e longo prazo (como o aumento da ansiedade e falta de concentração), desestimulo, agravos à saúde por parte dos professores, entre outros aspectos poderão ser intensificados.

O contexto da pandemia criou um cenário emergencial e completamente atípico e novo, que deixará marcas a médio e longo prazo e exigirá cuidados, como o retorno gradual das aulas, levando em conta as orientações para o bem-estar social e a promoção da educação. Além da definição do calendário escolar, o plano de retomada, avaliação diagnóstica imediata para identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, dos programas de recuperação da aprendizagem, comunicação mais frequente com famílias, entre outros.

Apesar de tantas incertezas que ainda existentes no cenário da pandemia, retornar com um sistema melhor e com todos os protocolos de saúde não será nada fácil no ensino, aprendemos e estamos aprendendo com as necessidades e respostas que já estão sendo ou serão aplicadas em caráter emergencial. Então, não podemos garantir total êxito, mas com os esforços em comum, alcançaremos o melhor que pudermos diante deste cenário. E com certeza, de forma colaborativa, enfrentaremos os desafios e superaremos as dificuldades.

APRESENTAÇÃO PARA O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

As medidas que serão adotadas para o retorno às aulas presenciais, diante da situação em que se encontra a saúde a nível mundial, bem como, municipal, devido ao COVID- 19, e a suspensão de aulas presenciais, a Secretaria Municipal de Educação de Nova Bandeirantes - MT, irá seguir as diretrizes e protocolos de volta às aulas, de acordo com os referencias de relatórios estabelecidos e expressos em regime emergencial produzido pelos órgãos competentes internacional e nacional, UNESCO, UNICEF, OMS, MEC, CONSED,CNE e municípios com representantes da UNDIME, comitê COVID que orientam e neste momento estão subsidiando os planos de retorno as aulas, com segurança e cautela, em um contexto do qual o Município está vivendo sua realidade com respeito a pandemia (COVID-19).

Em colaboração com todas os profissionais envolvidos na educação do município, diretores, coordenadores, professores e demais servidores técnicos, que representa sua categoria, assim como a sociedade, unem forças para chegar a um plano de retomada das aulas com segurança e precisão em atender nossos alunos e familiares neste contexto.

No presente documento será apresentadas as medidas que serão adotadas no retorno das aulas, trabalhando com segurança, embora estejamos passando por um momento de crise devido a pandemia, as Escolas Municipais irão se adequar com recursos materiais, recursos humanos, ações pedagógicas, entre outros, para garantir a segurança da comunidade escolar e profissionais da educação envolvidos no processo, assim como dos familiares e crianças.

Além disso, devemos garantir o desenvolvimento das competências preconizadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reorganizando de acordo com as propostas pedagógicas e do calendário escolar do Município, observando as normativas e fatos que surgirão nos próximos meses em respostas a outros que, por certo, ainda virão.

Atualmente estamos passando por inconstâncias, momentos em que poderá haver mudanças frente ao que se está planejando, mas, que se faz necessário agir e enfrentar tendo certeza de que prosseguindo ou mudando, não estaremos totalmente desprovidos de tudo, e caso venha ser necessário mudanças, estará mais fácil as modificações e adequações.

A Secretaria Municipal de Educação estará preparando a equipe profissional, (gestores, equipes administrativas, equipe pedagógica) as quais irão atender alunos e familiares no retorno às aulas presenciais (híbrido), não só para transmitir conhecimento didático pedagógico, mas, principalmente, para receber uma comunidade que vem de uma crise na saúde, crise pessoal, emocional, abalados psicologicamente, afetados pela COVID-19 e para isso o acolhimento nas instituições educacionais será de carinho, amor, compreensão e harmonia.

As autoridades locais, Prefeito, Vereadores, Comunicação, Secretário da área da Saúde, Fazenda, Finanças, Assistente Social, Administração, Obras, Meio Ambiente, Ministério Publico tomarão conhecimento a respeito das ações contidas neste documento, visando assegurar que possamos realizar um retorno coeso e seguro.

Neste momento se faz necessário modificar algumas estruturas e toda rotina administrativa e pedagógica educacional, reorganizando e adequando os espaços escolares de acordo com os protocolos definidos pela OMS, SES, SMS, CONSED, UNDIME, MEC, CNE, para o retorno as aulas presenciais, no entanto, este trabalho já vem sendo promovido e as unidades escolares demonstraram capacidade para atender as orientações de enfrentamento à covid e normas de segurança.

ESTUDO DO CENÁRIO DE VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

Para a preparação de volta às aulas devem ser levados em consideração os seguintes pontos:

1.Orientações Legais e Decretos

2.Protocolos de Segurança.

3.Organização Administrativa – Organização dos espaços escolares.

4.Organização do Trabalho Pedagógico – atividades didáticas.

INDICAÇÕES GERAIS

De acordo com o Documento Orientador do CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação – julho de 2020, as estratégias a serem consideradas em relação à reabertura das escolas estão agrupadas em três áreas gerais, a fim de avaliar e assegurar a:

1. Prontidão do Sistema – avaliar a disponibilidade de pessoas, infraestrutura, recursos e capacidade de retomar as funções; fazer levantamento dos servidores em grupo de risco que deverão atuar em trabalho remoto; realizar monitoramento do absenteísmo de servidores, contratação temporária de professores e servidores, roteiro de contingência em caso de nova suspensão.

2. Continuidade da Aprendizagem – assegurar que a aprendizagem seja retomada e continue da forma mais harmoniosa possível, após a interrupção.

3. Resiliência do Sistema – construir e reforçar a preparação do sistema educacional para antecipar, responder e mitigar os efeitos das crises atuais e futuras.

AS ESTRATÉGIAS DEVEM CONSIDERAR OS MARCOS LEGAIS

1. Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2. Parecer nº 05, nº 09, nº 11 e nº 15 de 2020, do Conselho Nacional de Educação, e eventual futuro Parecer desse órgão com orientações para o retorno às atividades presenciais.

3. Normas do respectivo Sistema de Ensino – CME.

4. Orientações e Diretrizes do MEC, quanto ao cumprimento do Calendário Escolar.

5. Normas de Segurança Sanitária.

6. Decretos Municipais.

RETORNO ÀS AULAS - ARTICULAÇÕES:

a) Reunir periodicamente com o Comitê de enfrentamento ao Covid-19, para observar e trabalhar nos fatores de segurança.

b) Reunir com os segmentos de representação social para tomada de decisões coletiva e participativa no retorno das aulas de forma a assegurar que, a comunidade poderá retornar com seus filhos com certa cautela e cuidados preventivos, inclusive com orientações técnicas expressas no protocolo COVID 19 para receber com segurança os alunos e profissionais de educação.

c) Garantir a compra de equipamentos e materiais para suporte de segurança, usando recursos do PDDE – Emergencial, se necessário recursos próprios da escola e/ou administração pública.

d) Reunir com os diretores das escolas para traçar plano de ação de retorno as aulas garantindo segurança e promoção de aprendizagem em tempo de pandemia.

e) Reunir com os motoristas para passar informações de como serão os procedimentos para a higienização do Transporte Escolar.

f) Reunir com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e gestores escolares para repassar as determinações e solicitar providências para acompanhamento e adequação do planejamento pedagógico com os currículos de acordo com a realidade durante Pandemia COVID 19.

g) Reunir com o representante da Secretaria da Saúde, para articular ações para os atendimentos sociais de saúde, as crianças/estudantes, suas famílias, profissionais e trabalhadores da educação que tiveram ou que alguém da família testou positivo com o novo coronavírus, COVID-19.

h) Atender as normas de segurança da saúde descritas no protocolo para retomada segura de atividades presenciais nas escolas do município de Nova Bandeirantes, assegurando os protocolos para a retomada segura das atividades presenciais nas escolas do Município de Nova Bandeirantes.

RETORNO AS AULAS – O QUE FAZER:

§ Atender as normas de segurança expressa em nota técnica, decretos e protocolos de segurança. Definir a progressividade do retorno e dimensionamento das alternativas de rodízio dos estudantes, face às condições da rede e possibilidades de readequação conforme organização:

Ensino Fundamental I e II – 02/08/2021

Educação Infantil Maternal e Pré - 02/08/2021

§ Criar condições para readequação e aquisição de materiais necessários. § Reorganizar o número de alunos por sala, considerando o espaço individual e o distanciamento previsto. § Reduzir o número de alunos por sala, revezamento híbrido considerando 50% da turma a ser atendida, respeitando o distanciamento de 1,5m. § Alternar o atendimento em grupos semanais sendo, em caso dois grupos, uma semana presencial e uma apostilada. § Disponibilizar máscaras individuais, para alunos que não possuem condições. § Criar estações de higiene, suporte com papel toalha, lixeira, dispensadores com álcool em gel em pontos de maior circulação (recepção, corredores e refeitório). § Apresentar mídias, promovendo rotinas de higienização e cuidados. Realizar campanha publicitária e outras formas de divulgação no ambiente escolar. § Desativar bebedouros com disparo para boca e incentivo à utilização de garrafinhas individuais. § Capacitar pessoal de serviços gerais para higienização. § As crianças de até três anos não devem usar máscaras pelo risco de sufocamento. § Em relação aos alunos de Educação Especial (AEE), serão acompanhados pelo professor titular da sala de aula, que estão e continuarão dando o suporte a estes alunos. § Cabe à família decidir sobre a aula presencial. § Os alunos pertencentes ao grupo de risco e/ou que a família optar em não levar, continuarão recebendo atendimento remoto e/ou das mídias digitais. § As escolas se organizarão para disponibilizar e garantir que todos os alunos ao entrarem estejam usando máscaras de proteção, tenham as suas mãos higienizadas e os seus sapatos desinfetados, bem como lugar específico na sala de aula para manter o espaço necessário de distanciamento. § Os ambientes, pátios, bibliotecas, salas de informática, banheiros, laboratórios, estarão demarcados para respeitar o distanciamento social e pré-agendados e desinfetados respeitando o protocolo da vigilância sanitária. § Os horários de entrada e saída das crianças/alunos serão em horários diferentes entre as turmas para não haver aglomerações, bem como os horários de intervalo e lanche. § Os planos pedagógicos serão todos adequados, mas de acordo com as competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para acompanhar o desenvolvimento dos alunos e a defasagem na aprendizagem que pode ter havido durante o processo de suspensão das aulas presenciais. § Haverá primeiramente um período de acolhimento para as crianças/estudantes onde estes devem envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido “considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias”, bem como, organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações que contemplam a interação e a aprendizagem, entre outros. § Os professores analisarão a avaliação diagnóstica já aplicada para verificar as lacunas que não foram preenchidas. § Todos os professores deverão manter os grupos de Whatzapp para sanar dúvidas e informar os pais caso necessário. § Os pais, responsáveis e familiares serão orientados pelos profissionais da educação da volta às aulas e os protocolos para retorno, bem como, o desenvolvimento das atividades pedagógicas neste período, para que possamos obter um feedback positivo dos familiares das crianças e também apoio no que for colocado para as práticas pedagógicas. § O professor em home office deverá elaborar atividades para ser impressas pela coordenação enviadas com antecedência para o cumprimento do cronograma de entrega estabelecido pela escola. § O professor que está trabalhando em home office permanecerá no atendimento a sua turma de forma assíncronas e síncronas e deverá:

a) Organizar um espaço em sua casa para preparar e apresentar a aula garantindo um lugar arejado, iluminado, organizado com livros, jogos, cadernos, computadores e todo o material que irá utilizar apresentando-se com roupas adequadas para trabalho.

b) Cumprir rigorosamente sua carga horária diária elaborando o planejamento, confeccionando materiais didáticos a serem utilizados nas aulas, gravando vídeos e realizando aulas virtuais em tempo real.

c) Organizar a sua própria rotina diária de trabalho, comunicando-a com antecedência aos seus alunos, documentar através de relatório/ Portfólio a ser entregue para a equipe gestora escolar.

§ Determine os dias da semana em que irá disponibilizar em plataforma virtual e/ou vídeos gravados com a aula que poderá ser feita tanto num quadro negro, flip chart, cartazes, painéis ou slides PowerPoint, associando ao áudio da explicação referente à aula. § Em outra data o professor fará lives e/ou vídeos chamadas com pequenos grupos para desenvolver as atividades e sanar dúvidas dos alunos. § Priorizar um dia da semana, com horário definido antecipadamente para explorar juntamente com os alunos, jogos e sites que ajudarão no desenvolvimento dos objetivos.

ADEQUAÇÃO CURRICULAR

§ Contemplar os conteúdos básicos e essenciais a aprendizagem com o objetivo de recuperar e ajudar os alunos no processo de aprendizagem, garantindo o desenvolvimento da competência leitora e das habilidades socioemocionais, como preconiza a BNCC, tendo como prioridade promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes. § Realizar procedimentos de acolhida de estudantes e servidores. § Propor atividades complementares, visando contemplar a aprendizagem e a carga horária complementar. Revisar objetivos, metodologias e avaliação adequados a nova realidade para o pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. § Realizar avaliação diagnóstica. § Elaborar e desenvolver estratégias de avaliação da aprendizagem, garantindo a recuperação da aprendizagem, priorizando os conteúdos mínimos. § Desenvolver projeto de formação continuada (capacitação pedagógica) de professores. § Elaborar e disponibilizar atividades em atividades para os alunos em que os pais optaram pela não frequência presencial bem como para o grupo de alunos que estará aguardando em casa a semana em que virá para o atendimento presencial, utilizando livros didáticos, plataformas digitais, Google Classroom , Google Meet, entre outros. § Desenvolver projetos visando promover a leitura, escrita e compreensão matemática. § Promover reuniões pedagógicas de estudos e avaliação para traçar diagnóstico, plano de retomada e atendimento as crianças.

RESPONSÁVEIS POR MONITORAR E GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS:

SME – Secretaria Municipal de Educação.

Equipe de Gestão Escolar – Diretores e Coordenadores.

Professores. Servidores técnicos e administrativos.

Comitê de Enfrentamento do COVID 19

Gabinete do Prefeito.

Equipe de Fiscalização.

CONCLUSÃO

Nosso plano estratégico para retorno às aulas presenciais sistema híbrido, covid-19 é uma proposta pautada no cenário mundial. Afinal nesse período de pandemia, o sensato é esperar o sinal verde das autoridades competentes, para com segurança e responsabilidade, retornarmos ao nosso “novo normal”.

Sabemos dos imensos desafios que o novo coronavírus traz a todos e da necessidade de darmos continuidade ao trabalho educacional, que além de ser um direito constitucional é o caminho para a conscientização e o conhecimento, que sem dúvida serão armas essenciais para vencermos essa pandemia. O pensar na reorganização da volta às aulas é dar sentido para nosso trabalho atual, que precisa ser regado de esperança para se manter.

Sabemos que o retorno não será fácil e que exigirá dos educadores novas abordagens metodológicas, novos caminhos, novo olhar..., mas, temos certeza que nossos profissionais estarão dispostos a oferecer o seu melhor, dentro dos limites de cada um, seja, no espaço físico, na falta de estrutura, no apoio das famílias, entre outros aspectos relevantes.

Nada está concluído, estamos em um processo de transformação, desafios, novos conhecimentos e principalmente nos reinventando dentro das propostas pedagógicas para alcançarmos o máximo de êxito possível com

nosso corpo discente e docente, para sairmos dessa situação cientes que demos o nosso melhor, que fizemos o que era necessário e que estamos sempre abertos a novos caminhos, sendo responsáveis por contribuir com a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS:

Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parecer nº 05, nº 09, nº 11 e nº 15 de 2020, do Conselho Nacional de Educação.

Decreto Municipal nº 166 de 16 de abril de 2021.

Decreto Municipal nº 250 de 12 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações para Retomada segura das atividades presenciais nas Escolas de Educação Básica no Contexto da Pandemia da COVID-19. Brasília: MS, 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/profissional-gest... . Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coronavírus: Monitoramento das Instituições de Ensino. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/coronavirus/. Acesso em: 23 fev. de 2021.

Governo do Estado de Goias. Plano de ação para retorno às aulas presenciais pós-pandemia covid-19 .https://www.britania.go.gov.br/wp-content/uploads/...

Governo do Estado de São Paulo.Volta as aulas 2021. https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/FAQ-Volta-as-aulas-2021.pdf

ANEXO II

PROTOCOLO PARA RETOMADA SEGURA DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste protocolo é orientar instituições de ensino sobre o funcionamento e o desenvolvimento de atividades administrativas e educativas nas escolas, com vistas ao retorno das atividades presenciais. Esse retorno deverá ocorrer de forma gradual, com a segurança sanitária que propicie um ambiente saudável e com o menor risco possível para a saúde e o bem-estar da comunidade escolar.

Todas as recomendações aqui estão sujeitas aos regramentos do estado e município, às análises epidemiológicas sobre a doença e às orientações dos órgãos de saúde nacionais e internacionais sobre as medidas sanitárias a serem tomadas.

1. PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS ENVOLVIDOS NO DIA A DIA ESCOLAR

A melhor maneira de prevenção a COVID-19 é evitar a exposição ao vírus, seguindo as orientações apresentadas:

1. Realizar a higienização frequente das mãos, com água e sabão ou álcool 70%; 2. Fazer uso de máscara de forma correta; 3. Cobrir nariz e boca com lenço ou com o braço, e não com as mãos, nos casos de tosse e espirros; 4. Respeitar o distanciamento de pelo menos 1 metro; 5. Evitar tocar objetos, considerando que o contato com superfícies contaminadas é uma das formas de contagio; 6. Não compartilhar objetos pessoais; 7. Evitar aglomeração de pessoas em ambientes fechados; 8. Manter ambientes bem ventilados; 9. Higienizar seu meio de transporte antes de usá-lo; 10. Evitar uso de adornos (anéis, brincos, pulseiras, relógios); 11. Não faz uso de celular na escola no período de aula presencial tanto pelos servidores quanto alunos; 12. No retorno para casa: Tire o sapato antes de entrar na residência, lave as mãos; tome banho e troque de roupa; as roupas devem ser dispostas em cesto específico e lavadas separadamente das roupas dos demais membros da família; 13. Desinfete os objetos que você levou consigo; 14. Evitar viajar para locais onde a transmissão do vírus esteja ocorrendo já de forma comunitária; 15. Em caso de sintomas como tosse, dificuldade de respirar e/ou febre alta 37,8°, procure orientação na unidade de saúde de sua referência. **1.1 CUIDADOS AO MANUSEAR AS MÁSCARAS, BEM COMO COM SUA HIGIENIZAÇÃO:** 1. Antes de colocar a máscara certifique-se de que a mesma está limpa e sem rupturas, ao colocar a máscara, ajuste-a para cobrir a boca e o nariz; 2. Evite tocar na máscara enquanto estiver em uso e para removê-la, o faça pelas laterais; 3. Substitua a máscara sempre que necessário e não reutilize máscaras descartáveis; 4. Higienize as mãos quando colocar e retirar a máscara; 5. O aluno deve vir de casa com sua máscara, inclusive os que usarem o transporte coletivo não poderão ser transportados sem máscara. 6. Ao substituir a máscara em tempo oportuno, a usada deve ser guardada em embalagem específica; para a correta higienização na residência; 7. Os responsáveis devem disponibilizar máscara reserva que o aluno deve trazer embalagem especifica dentro da mochila; 8. A máscara pode ser artesanal e cada uma pode ser usada por no máximo quatro horas; 9. Após a máscara estar seca a mesma deve ser passada a ferro; 10. IMPORTANTE: O Ministério da Saúde recomenda que máscaras cirúrgicas e a N95/PFF2 sejam priorizadas para os profissionais de saúde. Assim, para utilização das máscaras caseiras (de tecido), é importante seguir as orientações do Ministério da Saúde. **2. PROCEDIMENTOS NA ENTRADA DA UNIDADE ESCOLAR INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO ENFRENTAMENTO À COVID-19** 1. Disponibilizar permanentemente produtos para higienização das mãos, como álcool 70% na entrada de cada unidade escolar; 2. Exigir dos pais ou responsáveis legais dos estudantes o uso de máscaras, bem como a não aglomeração na entrada da escola; 3. Durante o período de aulas presenciais, somente autorizar entrada de pais ou responsáveis na escola em casos que for de extrema necessidade; 4. Disponibilizar equipe para ajudar e organizar os espaços de higienização na entrada da escola; bem como aferição da temperatura corporal dos alunos antes de adentrar à unidade escolar com termômetro de distância; 5. O aluno que apresentar temperatura febril e demais sintomas que se relacionem com o vírus, não poderá permanecer no ambiente com os demais educandos, para tanto será contatada a família para que busque o aluno. Esta orientação será previamente transmitida aos responsáveis para que os mesmos estejam atentos e não encaminhem a criança para a escola se estiver em estado febril; 6. Determinar o uso obrigatório de máscaras pelos alunos bem como pelos funcionários e/ou servidores públicos que laboram nas unidades/instituições de ensino; 7. Afixar cartazes informativos e educativos referentes às medidas de prevenção da disseminação da COVID-19 em lugar facilmente visível a toda comunidade escolar; **3. PROCEDIMENTOS PARA ROTINA DOS ESTUDANTES NA ESCOLA** 1. Durante as atividades coletivas e de interação o professor deverá manter o distanciamento de 1,0 m entre as crianças; 2. Manter na sala de aula uma quantidade mínima de brinquedos, preferencialmente confeccionados em plástico para facilitar a higienização; 3. Suspender temporariamente brinquedos oriundos de casa; 4. Na manipulação de livros dar preferência a materiais que possam ser limpos; 5. Itens de uso pessoal, como toalhas e copos não deverão ser compartilhados; 6. Nas atividades estruturadas cada criança deverá ter seu estojo e seu material exclusivo, evitando compartilhar objetos; 7. Suspender temporariamente a higiene bucal e armazenamento de escovas na escola; 8. Realizar o banho quando necessário, utilizando apenas sabonete líquido e suspender o uso de buchas; 9. Cuidar da assepsia dos banheiros compartilhados e não permitir aglomeração do mesmo, adequando com os profissionais de outros setores a realização do serviço volante, assistindo as turmas durante o período de ausência do Monitor/Auxiliar de turma em Desenvolvimento Infantil (TDI) ou auxiliar de turma, quando for o caso; 10. Para os alunos que por motivo específico não possam retornar as atividades presenciais, a unidade escolar irá disponibilizar atividade complementar para casa, sendo que o feedback entre professor e família poderá ser feito em forma de fotos e vídeos encaminhadas pela família ao professor via WhatsApp; 11. Adotar o distanciamento em todas as atividades coletivas (oração, atividades lúdicas, alimentação, etc..); 12. Realizar atividades ao ar livre sem contato físico, sem a utilização dos brinquedos de uso coletivo e alternando o uso do espaço com uma distância mínima

de 1 m entre as crianças; 13. Suspender temporariamente apresentações culturais dentro da escola; 14. Evitar o uso da biblioteca, podendo ser ofertado livro aos alunos com a retirada pelo professor e na devolução preparar uma caixa ou estante para receber o material (livro) devolvido pelo usuário, acomodando-o adequadamente; 15. Usar luvas descartáveis para recebimento do material; 16. Reservar o material devolvido por pelo menos 5 dias, antes de retorná-lo para o acervo ou de liberá-lo para novo empréstimo; 17. Usar EPI e higienizar o material após esse período, liberando-o, assim, para novo empréstimo. 18. Suspender a reutilização de materiais em atividades coletivas (ex. massinha de modelar), sendo permitido apenas o uso individual, entregando-o no final da atividade para criança levar para casa; 19. O uso de garrafinhas e copos deverá ser obrigatoriamente individual e cada aluno deverá trazer de casa o seu copo ou garrafinha; 20. O lanche deverá ser oferecido no refeitório com observação do distanciamento de 1m, cada sala de aula e anterior a refeição o professor deverá organizar que as crianças façam a lavagem das mãos com água e sabão ou uso de álcool gel 70% e após o termino novamente. **4. PROCEDIMENTOS AOS DOCENTES** 1. Reforçar diariamente as medidas de prevenção e orientações sobre os cuidados com a COVID-19, antes das atividades escolares; 2. Lavar as mãos ao chegar ao trabalho, em qualquer troca de atividade, após utilizar o sanitário; 3. Utilizar máscaras conforme as orientações; 4. Manter a distância de outras pessoas (pelo menos 1 metro), evitando o contato físico (beijos, abraços e apertos de mãos); 5. Manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para ventilação do ambiente; 6. O docente ao observar que o aluno apresentou, após a entrada na escola, quadro febril e/ou demais sintomas que podem ser compatíveis com a COVID-19, deve comunicar a direção para que a família seja acionada a fim de buscar o aluno e procurar orientação necessária na unidade de saúde de sua referência; 7. Realizar as horas-atividades com orientações do coordenador pedagógico; 8. O servidor e alunos considerados do grupo de risco (cardiopatias; doenças pulmonares crônicas; diabetes; obesidade mórbida; doenças imunossupressoras ou oncológicas; pessoas com mais de 60 anos; gestantes e lactantes), deverá apresentar documentos comprobatórios (exames, receitas e/ou declaração) que o enquadrem como sendo pertencente a este grupo, sendo dispensado das atividades presenciais,porém desenvolverá suas funções em atividades remotas; 9. As Aulas de educação física poderão ser teóricas e práticas, desde que obedeçam ao distanciamento de no mínimo 1 metro entre os estudantes e que não compartilhem objetos, priorizando atividades que não tenham movimento dinâmico como exemplo, jogos de tabuleiro, pular corda e atividades mais individuais. **5. PROCEDIMENTOS PARA EQUIPE DE APOIO DA MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA 1.** Ao sair de casa é essencial lavar as mãos e evitar o contato delas com o rosto; **2.** Utilizar máscaras conforme orientação; **3.** Evitar tocar objetos, pois uma das formas de contaminação se dá através do contato com superfícies contaminadas. Se houver NECESSIDADE do contato, utilize álcool 70% em seguida; **4.** Lavar imediatamente as mãos e antebraços com água e sabão; **5.** Lavar as mãos ao chegar ao trabalho, a qualquer troca de atividade, após utilizar o sanitário; **6.** Utilizar EPI's como luvas e sapatos adequados; **7.** Manter a distância de outras pessoas (pelo menos 1,0 metro), evitando o contato físico (beijos, abraços e apertos de mãos); **8.** Após receber qualquer tipo de mercadorias que venha de fora da escola (como produtos de limpezas adquiridos) o local e toda superfície que entrou em contato com as mercadorias entregues devem ser higienizadas, com álcool 70 % ou solução de água sanitária já que o vírus permanece por tempo variado em cada superfície, de três horas no ambiente com partículas de saliva e até três dias em plástico, podendo ser transportado por meio das embalagens dos produtos; **9.** Informar o gestor da unidade escolar caso apresente febre ou qualquer sintoma respiratório; **10.** Manter higienizado o ambiente de trabalho; **11.** Intensificar a higienização de áreas comuns, como refeitórios, área de estocagem e sanitários, e dos eletrodomésticos, equipamentos, móveis, utensílios e superfícies que entram em contato com pessoas, mobiliários cuja frequência até então não era diária (aparelhos eletrônicos e demais equipamentos devem seguir as orientações dos fabricantes); **12.** Retirar toda a sujidade com o auxílio de uma vassoura ou panos (como lixos e poeiras); **13.** Lavar o chão com água e sabão, e desinfete com solução clorada diluída; **14.** Limpar as instalações como janelas, portas e ventiladores com panos e solução clorada diluída; **15.** Retirar os lixos e armazená-los de forma adequada identificando os escartes de máscaras e objetos de uso individual para o controle da COVID 19; **16.** Higienizar as lixeiras com água e sabão;

17.Lavar o chão, pias, torneiras e vasos sanitários com água e sabão, e desinfete com solução clorada diluída;

18. Na sala de aula todos os dias, antes e após o fim do turno tanto o piso quanto carteiras e cadeiras devem ser higienizadas;

19. Limpar interruptores, tomadas e maçanetas com álcool 70%;

a. No preparo da solução para limpeza de superfícies deve ser usado 25 ml de água sanitária para cada litro de água; b. Para limpeza de sanitários ou local de muita circulação de pessoas, preparar a solução com 50 ml de água sanitária para cada litro de água; c. A solução deve ser preparada preferencialmente na hora do uso, porém em caso de necessidade de armazenar a solução pronta, o frasco deve ser identificado e guardado em local fechado, longe da luz;

20. Na entrada da escola, dar suporte na organização das filas, tendo o cuidado no distanciamento (1,0 m entre indivíduos), fazer a borrifação nas mãos das crianças com álcool 70% para a higienização, aferir a temperatura corporal com termômetro de distância colocando o mesmo a no mínimo 5 cm e no máximo 15 cm do pulso da criança. Identificando estado febril 37 º comunicar a direção para que a família seja acionada.

6. PROCEDIMENTOS AOS MOTORISTAS E ESTUDANTES USUARIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR 1. Higienização das mãos antes e depois da utilização do transporte escolar; **2.** Cobrir nariz e boca com lenço ou com o braço, e não com as mãos, nos casos de tosse e espirros; **3.** Manter uma distância de pelo menos 1 metro entre os usuários (preferencialmente um aluno por poltrona, a não ser que for do mesmo grupo familiar); **4.** Utilização obrigatória de máscaras, tanto para motorista quanto para usuários do transporte. O aluno não poderá utilizar o transporte sem o uso de máscara; **5.** Manter o ônibus arejado, preferencialmente com as janelas abertas para que o ar circule; **6.** Realizar a desinfecção do veículo com álcool 70%: antes de iniciar a linha, assim que entregue os alunos na escola e do retorno da linha; **7.** Evite ao máximo o contato das mãos com as superfícies do ônibus e borrife com álcool imediatamente após o uso do transporte público; **8.** Não consumir alimentos no interior do veículo; **9.** O uso de garrafinhas no interior do veículo deverá ser obrigatoriamente individual;

10. Manter lugares fixos dentro do ônibus.

7. PROCEDIMENTOS PARA A NUTRIÇÃO ESCOLAR 1. Lavar imediatamente as mãos e antebraços com água e sabão, 2. Em caso de necessidade de realizar higienização das mãos com álcool 70%, aguarde 20 a 30 segundos ou até a secagem completa das mãos; 3. O uniforme deve ser higienizado todos os dias, separadamente das demais roupas e guardado em sacola especifica para transportar até a unidade escolar; 4. Utilizar EPI's como touca, luvas, aventais e sapatos adequados; 5. Manter a distância de outras pessoas (pelo menos 1,0 metros), evitando o contato físico (beijos, abraços e apertos de mãos). 6. Evitar tocar objetos, pois uma das formas de contaminação se dá através do contato com superfícies contaminadas. Se houver NECESSIDADE do contato, utilize álcool 70% em seguida; **8. CUIDADOS NA MANIPULAÇÃO DOS ALIMENTOS**

Não há evidências científicas que comprovem que a COVID-19 possa ser transmitido através dos alimentos. Mas, superfícies contaminadas podem veicular o vírus. Assim, deve-se ter especial atenção com a higienização do ambiente, equipamentos e utensílios. Além disso, a adoção das boas práticas contribui para a prevenção da transmissão do vírus pelas formas já sabidamente conhecidas e para evitar a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA) que também podem gerar a necessidade de hospitalizações.

Salienta-se ainda que todos os cuidados previstos na RDC ANVISA n° 216/2004 devem ser seguidos.

9. CUIDADOS NA DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO

O momento da distribuição necessita de atenção especial porque nesta etapa o alimento não sofrerá nenhum outro processo capaz de eliminar os perigos. Por isso:

1. Higienize toda a área de distribuição, incluindo bancadas, mesas e cadeiras. 2. Higienize todos os utensílios que serão utilizados neste processo. 3. Lave as mãos antes da distribuição. 4. Utilize máscara. 5. Utilize luvas descartáveis próprias para o manuseio de alimentos. **10.CUIDADOS NA HIGIENIZAÇÃO DO LOCAL** 1. A higienização do ambiente é um importante aliado no combate à COVID-19. Assim, lembre-se que é importante utilizar luvas para os processos de higienização (luvas específicas para limpeza); 2. A higienização da cozinha e áreas comuns, área de estocagem, deve ter sua frequência aumentada. Deve-se aumentar a frequência de higienização também de eletrodomésticos, equipamentos e mobiliários cuja frequência até então não era diária; 3. Móveis, utensílios e superfícies que entram em contato com o manipulador devem ser higienizados antes e depois da manipulação através do processo completo como a lavagem com água e detergente + a desinfecção. 4. A desinfecção pode ser realizada com álcool 70%, produtos específicos para este fim, ou ainda, com solução clorada para superfícies que entram em contato com os alimentos. 5. Materiais utilizados para a higienização da cozinha devem ser de uso exclusivo para tal, não podendo ser utilizados em outros ambientes. 6. Panos utilizados na higienização dos locais precisam ser desinfetados em solução clorada. E lembre-se: varrer a seco não é permitido pela legislação sanitária para serviços de alimentação, pois este procedimento deixa partículas em suspensão no ar. **ATENÇÃO: Jamais utilize álcool 70% em superfícies quentes tais como fogão, forno e coifa.**

11.PROCEDIMENTOS AOS PAIS E RESPONSAVEIS

1. Antes de sair de casa, verificar a temperatura da criança, caso a mesma apresente estado febril 37 º e/ou tosse, dificuldade de respirar, coriza; NÃO encaminhar para a escola; 2. Encaminhar o aluno para a escola com máscara devidamente higienizada e máscara reserva na mochila, embalada separadamente (o aluno que estiver sem máscara não poderá fazer uso do transporte coletivo, bem como não poderá permanecer na unidade escolar, considerando que no momento de pandemia que estamos vivendo o uso da mesma é questão de saúde pública); 3. Os pais que acompanharem os alunos até a instituição, devem se atentar para não favorecer aglomerações no portão de entrada da escola; 4. Os pais que encaminham os filhos sozinhos, ter cuidado no horário de saída para que a criança não tenha necessidade de aguardar muito tempo na entrada da escola, tendo em vista a necessidade de evitar aglomerações, sabendo que o portão será aberto somente 10 min antes do início do turno escolar, onde a equipe estará preparada para receber os estudantes e realizar as ações de prevenção para a segurança de todos; 5. Disponibilizar todo o material escolar necessário para que os alunos possam realizar as atividades, bem como garrafinhas ou copos, considerando que os objetos devem ser de uso pessoal e não podem ser compartilhados; 6. Para os alunos que por motivo específico não possam retornar as atividades presenciais, os pais ou responsáveis devem procurar a unidade escolar, de acordo com cronograma previamente estabelecido pela instituição, para retirar atividade complementar para casa, sendo que o feedback entre professor e família poderá ser feito em forma de fotos e vídeos encaminhadas pela família ao professor via WhatsApp; 7. Evitar viajar para locais onde a transmissão do vírus esteja ocorrendo já de forma comunitária; 8. Orientar os filhos diariamente quanto a necessidade de: a. Realizar a higienização frequente das mãos, com água e sabão ou álcool 70%; b. Fazer uso de máscara de forma correta; evitar tocar na máscara enquanto estiver em uso e para removê-la, o fazer pelas laterais; c. Higienize as mãos quando colocar e retirar a máscara. d. Evitar tocar olhos, nariz e boca; e. Manter distanciamento de 1,0 m entre indivíduos; f. Evitar tocar objetos, considerando que o contato com superfícies contaminadas é uma das formas de contágio; g. Não autorizar filhos(as) levar para as aulas objetos que não sejam de uso pessoal e individual (BRINQUEDOS). 9. Em caso de qualquer pessoa da família apresentar sintomas como tosse, dificuldade de respirar e/ou febre alta 37,8°, procure orientação na unidade de saúde de sua referência. Se alguém da família estiver sob suspeita de ter contraído o vírus o aluno não deve ser encaminhado para a escola. **12.PROCEDIMENTOS QUE CABE À GESTÃO ESCOLAR** 1. Organizar junto a equipe a limpeza e desinfecção geral da instituição antes do retorno as aulas; 2. Providenciar os materiais que se fizerem necessários para que servidores e alunos possam desenvolver suas atividades de forma a cumprir efetivamente as ações previstas no presente plano; 3. Organizar junto à equipe de apoio a entrada dos alunos na unidade, definir a forma que se dará a disposição de alunos e equipe neste momento a fim de que as ações de prevenção sejam de fato executadas; 4. Organizar casos que possuam alguma particularidade, alunos em situações específicas junto a docentes e família; 5. Orientar todo o quadro de servidores, reforçando diariamente quanto a necessidade de seguir o regulamento do plano, bem como verificar se a equipe está executando as ações previstas; 6. Orientar os pais e responsáveis quanto as obrigações dos mesmos no que se refere ao cuidado com os estudantes; 7. Encaminhar aos pais e responsáveis termo de conhecimento das atribuições dos mesmos no contexto de retorno às atividades; 8. Em caso de descumprimento do regulamento por parte dos pais ou alunos, deve-se reforçar a orientação seguido de registro; 9. Em caso de reincidência no descumprimento ao regulamento, principalmente de itens específicos como uso de máscara, deve ser encaminhado o caso para o conselho tutelar, e assistência social se for o caso; 10. Em caso de o aluno chegar na unidade em estado febril ou com demais sintomas que se assemelham aos sintomas do vírus, a gestão deve entrar em contato com a família para que busque a criança, considerando que a mesma não poderá permanecer na unidade; ou se a criança apresentar durante o turno os referidos sintomas, a gestão deve seguir o mesmo procedimento; em caso de não encontrar a família a gestão deve procurar atendimento na unidade de saúde a princípio através do telefone; 11. Alunos que chegarem na unidade sem máscara devem ser recolhidos na direção, porém a gestão deve de imediato contatar os responsáveis, considerando que o aluno não pode frequentar a aula sem uso da mesma; em caso de não conseguir contato com a família, poderá ser disponibilizado uma máscara da instituição, porém deve se fazer o devido registro e comunicar a família para que a situação não se repita; **DA AVALIAÇÃO**

Este plano estará em constante avaliação pela equipe gestora.

Assim como nós nos preocupamos com a saúde dos nossos estudantes, também nos preocupamos com a saúde de todos os profissionais, onde cada unidade deve se comprometer em cumprir o plano estratégico presente, cabendo essencialmente a gestão e coordenação escolar o monitoramento efetivo do cumprimento deste plano

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. Guia para uma alimentação saudável em tempos de COVID-19. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica nº 23/2020/SEI/GGALI/DIRE2/ANVISA. Brasília, 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de prevenção. O novo coronavírus pode ser transmitido por alimentos? Março, 2020.

BRASIL. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União. Brasília, set.2004.

Guia de retorno das aulas presenciais da Educação Básica. Ministerio da Educação, Setembro 2020.

SANTOS E. B. e col. Projeto de Extensão “Capacitação de manipuladores em boas práticas para a produção segura de alimentos”. Universidade Federal de Mato Grosso.

UFMT. Faculdade de Nutrição. Cuiabá, 2020.

O QUE É COVID-19? www.saude.gov.br, 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger. Acesso em: 02/05/2020.

VALÉRIO, Moreno. Como se proteger do COVID-19 se precisar pegar o ônibus, metro ou trem? www.semprefamilia.com.br, 2020. Disponível em: https://www.semprefamilia.com.br/saude/como-se-proteger-coronavirus-onibus-metro- trem/. Acesso em 02/05/2020.

COVID-19, proteção e transporte público. www.accamargo.gov.br, 2020. Disponível em:https://www.accamargo.org.br/noticias/covid-19-cuidados-ao-usar-o-transporte- publico. Acesso em 02/05/2020.

NOTA INFORMATIVA N. 3/2020 CGGAP/ DESF/SAPS/MS

Portal.anvisa.gov.br

TERMO DE RESPONSABILIDADE – RETORNO AS AULAS

No intuito de evitar prejuízos na aprendizagem dos alunos a Secretaria Municipal de Educação de Nova Bandeirantes elaborou um Plano Estratégico de enfrentamento à COVID-19 para o retorno às atividades presenciais sistema híbrido, sendo este aprovado pela promotoria, para tanto, segue o **Termo de conhecimento quanto aos procedimentos que cabe aos pais e responsáveis no retorno às atividades escolares presenciais:**

1. Antes de sair de casa, verificar a temperatura da criança, caso apresente estado **febril 37 º** e/ou tosse, dificuldade de respirar, coriza, **NÃO encaminhar para a escola; 2.** Encaminhar o aluno para a escola com máscara devidamente higienizada e máscara reserva na mochila, embalada separadamente (o aluno que estiver sem máscara não poderá fazer uso do transporte coletivo, bem como não poderá permanecer na unidade escolar, considerando que no momento de pandemia que estamos vivendo o uso da mesma é questão de saúde pública); **3.** Ao transportar a máscara na bolsa ou no transporte próprio, a mesma deve estar embalada em embalagem específica, para não ter contato com meio externo; **4.** A máscara pode ser de tecido, porém cada uma pode ser usada por no máximo quatro horas, após este período a mesma deve ser trocada. A máscara usada deve ser guardada separadamente em embalagem especifica, para sua correta higienização na residência; **5.** Máscara descartável não deve ser reutilizada; **6.** Os pais que acompanharem os alunos até a instituição, devem se atentar para não favorecer aglomerações no portão de entrada da escola; **7.** Os pais que encaminham os filhos sozinhos, ter cuidado no horário de saída para que a criança não tenha necessidade de aguardar muito tempo na entrada da escola, tendo em vista a necessidade de evitar aglomerações, sabendo que o portão será aberto somente 10 min antes do início do turno escolar, onde a equipe estará preparada para receber os estudantes e realizar as ações de prevenção para a segurança de todos; **8.** Disponibilizar todo o material escolar necessário para que os alunos possam realizar as atividades, bem como garrafinhas ou copos, considerando que os objetos devem ser de uso pessoal e não podem ser compartilhados; **9.** Para os alunos que por motivo específico não possam retornar as atividades presenciais, os pais ou responsáveis devem procurar a unidade escolar, de acordo com cronograma previamente estabelecido pela instituição, para retirar atividade complementar para casa, sendo que o feedback entre professor e família poderá ser feito em forma de fotos e vídeos encaminhadas pela família ao professor via WhatsApp ou rede social. **10.** Evitar viajar para locais onde a transmissão do vírus esteja ocorrendo já de forma comunitária; **11.** Em caso de qualquer pessoa da família apresentar sintomas como tosse, dificuldade de respirar e/ou febre alta 37,8°, procure orientação na unidade de saúde de sua referência . **12.** Orientar os filhos diariamente quanto a necessidade de: a. Realizar a higienização frequente das mãos, com água e sabão ou álcool 70%; b. Fazer uso de máscara de forma correta; evitar tocar na máscara enquanto estiver em uso e para removê-la, o fazer pelas laterais; c. Higienize as mãos quando colocar e retirar a máscara. d. Evitar tocar olhos, nariz e boca; e. Manter distanciamento de 1,0 metro entre indivíduos; f. Evitar tocar objetos, considerando que o contato com superfícies contaminadas é uma das formas de contágio; **13.** Se alguém da família apresentar sintomas e for orientado a quarentena ou estiver sob suspeita de ter contraído o vírus o aluno não deve ser encaminhado para a escola.

Eu, declaro estar ciente dos procedimentos que cabe aos pais/responsáveis na prevenção à COVID-19, no retorno as atividades escolares presenciais do meu filho (a) _____ _____ turma _____, da unidade escolar.

Data: / /2021

Assinatura pais/responsáveis _____

GEO OBRAS
LAUDO DE CONCLUSÃO DEFINITIVA DA OBRA

LAUDO DE CONCLUSÃO DEFINITIVA DA OBRA

TOMADA DE PREÇO N.º 007/2019

CONTRATO Nº 041/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirante, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendo **DEFINITIVAMENTE A OBRA PARA AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊS E CINCO SENDO LOTE 01 E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PARA ESCOLA MUNICIPAL NO PARAISO DO NORTE SENDO LOTE 2, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES**.

A obra da ampliações da escola municipal Princesa Isabel está localizada no assentamento tres cinco, Nova Bandeirantes – MT e a obra construção de banheiros para Escola Municipal no Paraíso do Norte está localizado no assentamento Paraíso do Norte, Nova Bandeirantes – MT, Processo Licitatório nº 062/2019 na modalidade Tomada de Preço nº 007/2019, dentro do que percentual o Artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e do Contrato de Prestação de Serviços nº 041/2020, firmado com a empresa **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no **CNPJ nº. 01.379.965/0001-08**, com sede na Avenida Nove de Maio, 620, Centro, Juína-MT, responsável pela execução total da obra, observando o Artigo 69 da mesma Lei Federal.

A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridos.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de julho 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

_____

FLÁVIO PAULINO FILHO

Engenheiro Civil

CREA/MT:040672

_____

POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

38.370.312/0001-60

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 049/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 090/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **COMERCIO DE ALIMENTOS QUEIROZ LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. **06.326.871/0001-86**, situada na Avenida José Francisco Ótenio, n° 92, na cidade de Nova Bandeirantes - MT, neste ato representada pela Sr.ª **ALINE VIVIANE QUEIROZ URTADO**, portadora do RG n°. 1.656165-1 SSP/MT e inscrita sob o CPF n°. 025.375.691.05, residente e domiciliada situada na Rua São Paulo, n°. 1230, na cidade de Nova Bandeirantes – MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório **Pregão Presencial nº. 049/2021** e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7. 892/2013 Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme relação contida no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: COMERCIO DE ALIMENTOS QUEIROZ LTDA

CNPJ: COMERCIO DE ALIMENTOS QUEIROZ LTDA

ENDEREÇO: Avenida José Francisco Ótenio, n° 92, na cidade de Nova Bandeirantes - MT

TELEFONE: (66) 3572-1236

DESCRIÇÃO DO ITEM

Item	Descrição	Unidade	MARCA	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ALHO - BULBO INTEIRO,NACIONAL,BOA QUALIDADE,FIRME E INTACTO,SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA,PERFURACOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO,ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, POR KILO.	KILO	ALHO	1.512	R$ 25,89	R$ 39. 145,68
2	ARROZ 5 KG - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS	PACOTE	TO LINDO	3.090	R$ 21,94	R$ 67. 794,60
3	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO 400 G - TIPO LEITE,COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP,.	PACOTE	ADORALLE	2.400	R$ 4,93	R$ 11. 832,00
4	CAFÉ ESPECIAL - TIPO EXPORTAÇÃO, TORRADO E MOÍDO, ISENTO DE GRÃOS, QUALIDADE GLOBAL SUPERIOR. CERTIFICADO NO SISTEMA DE COM SELO DO ABIC, EMBALAGEM A VÁCUO DE 500G.	PACOTE	CABOCLO	3.900	R$ 13,39	R$ 52. 221,00
5	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE.	KILO	BOI VERDE	1.187	R$ 31,99	R$ 37. 972,13
6	CARNE BOVINA-TIPO COXAO MOLE, EM KG, RESFRIADA E NOMAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA.	KILO	BOI VERDE	1.310	R$ 34,89	R$ 45. 705,90
7	COCO RALADO - 100G AMENDOAS DE COCO PURO,PARCIALMENTE DESIDRATADO, OBTIDO POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO, COM UMIDADE MAXIMA DE 4% P/P E LIPIDIOS ENTRE 35% A 60%, ISENTO DE IMPUREZAS,SUJIDADES E RANCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	PACOTE	DUCOCO	860	R$ 5,29	R$ 4. 549,40
8	COGUMELO - TIPO CHAMPIGNON,70G EM CONSERVA,IMERSO EM AGUA E SAL,DE PRIMEIRA QUALIDADE,COM COR E TAMANHO UNIFORMES,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA,SEM SUJIDADES, LIVRE DE PARASITAS E OUTROS FUNGOS	UNIDADE	FIORELO	655	R$ 8,71	R$ 5. 705,05
9	DOCES EM PASTA - DE GOIABA(GOIABADA), SIMPLES, EM MASSA, OBTIDO DO PROCESSAMENTO DAS PARTES, COMESTIVEIS DESINTEGRADAS DA FRUTA, COM ACUCAR,COM OU SEM ADICAO DE AGUA,PECTINA, AJUSTADOR DE PH,ADITIVOS E OUTROS INGREDIENTES, ISENTO DE SUJIDADES 300G.	UNIDADE	VAL	170	R$ 3,98	R$ 676,60
10	ERVILHA VERDE EM CONSERVA - ACONDICIONADA EM LATA DE 200 G SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SENDO CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO.	UNIDADE	FUJINI	530	R$ 2,84	R$ 1. 505,20

11	ESSÊNCIA DE BAUNILHA - FRASCO CONTENDO 30ML.	UNIDADE	MIKA	218	R$ 3,77	R$ 821,86
12	FARINHA DE MILHO 500 G- TIPO FLOCAO, PRE-COZIDA, OBTIDA DO GRAO DO MILHO TORRADO E PENEIRADO,NA COR AMARELA,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, ATOXICO.	UNIDADE	CAMPILAR	370	R$ 5,31	R$ 1. 964,70
13	FEIJAO - CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURAS DE OUTRAS ESPECIES.	KILO	PILÃO	1.105	R$ 7,88	R$ 8. 707,40
14	FRANGO SEMI-PROCESSADO - EM PECAS, RESFRIADO, PEITO, COM ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, PESO POR KG.	KILO	SEARA	1.320	R$ 13,48	R$ 17. 793,60
15	GRAO DE BICO 500 G - DE PRIMEIRA, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILEN	UNIDADE	CHOPIMPA	100	R$ 8,58	R$ 858,00
16	IORGUTE DE 900 ML VARIOS SABORES	UNIDADE	COMOV	100	R$ 13,55	R$ 1. 355,00
17	KETCHUP 400 G - COMPOSTO A BASE DE POLPA E SUCO DE TOMATE, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,DE CONSISTENCIA CREMOSA,ISENTO DE SUJIDADES, INGREDIENTES DE PREPARO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO,ACONDICIONADO E	UNIDADE	MIKA	100	R$ 6,48	R$ 648,00
18	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, KG	KILO	SEARA	1.005	R$ 31,99	R$ 32. 149,95
19	LOURO 05 G- EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAO SAOS,LIMPOS E SECOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE	PACOTE	MIKA	160	R$ 2,28	R$ 364,80
20	MANJERICAO 10 G - UNIFORME,DESIDRATADA,BEM DESENVOLVIDA,SEM DANIFICACOES FISICAS,EM SACOS PLASTICOS ATOXICO	PACOTE	MIKA	160	R$ 1,81	R$ 289,60
21	MASSA ALIMENTICIA 500 KG TIPO SECA PARA MACARRONADA FORMATO PARAFUSO NA COR AMARELA,OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA COMPOSTA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL,OVOS E DEMAIS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ISENTA DE CORANTES ARTIFICIAIS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS	UNIDADE	LIANE	2.300	R$ 3,88	R$ 8. 924,00
22	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 GR - SIMPLES,GRAOS INTEIROS,IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,ACONDICIONADO EM LATA COM 280 GRAMAS,DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	UNIDADE	FUJINI	1.190	R$ 3,63	R$ 4. 319,70
23	MISTURA PARA PREPARO DE BOLO - PACOTE 400 GR SABORES DIVERSOS	PACOTE	ADORALLE	642	R$ 5,83	R$ 3. 742,86
24	MOLHO DE SHOYOL 150 ML - OBTIDO PELA FERMENTACAO DA SOJA COZIDA, ADMITINDO CONDIMENTOS E CEREAIS PERMITIDOS, ADICAO DE OUTRAS SUBSTANCIAS ALIMENTICIAS, NA FORMA LIQUIDA DE COR MARROM ESCURO, ISENTO DE SUJIDADES E SEUS INGREDIENTES	UNIDADE	MIKA	60	R$ 3,85	R$ 231,00
25	NOZ MOSCADA 5 G - INTEIRA, CONSTITUIDA DE AMENDOAS SECAS, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTA DE FERMETACAO, MOFO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS.	UNIDADE	MIKA	195	R$ 2,65	R$ 516,75
26	PEITO DE FRANGO KG	KILO	SEARA	760	R$ 13,48	R$ 10. 244,80
27	PEPINO EM CONSERVA 300 G - ACONDICIONADO PARA TRANSPORTE EM POTE DE VIDRO, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, SEM MANCHAS E FIRMES.	UNIDADE	CASTELO	120	R$ 11,61	R$ 1. 393,20
28	SAL AMONIACO 30 G - COMPOSTO POR CLORETO DE AMONIA	PACOTE		115	R$ 2,63	R$ 302,45
29	SALSICHA - HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA, FRESCA, C/CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS E COZIDOS, ACONDICIONADA EM ACONDICIONADOS EM SISTEMA CRY-O-VAC, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE.	KILO	ESTRELA	2.125	R$ 18,89	R$ 40. 141,25

Valor total do fornecedor R$ 401.876,48 (quatrocentos e um mil oitocentos e setenta e seus reais e quarenta e oito centavos

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas

5.2 Deverão ser entregues no prazo de **02 (dois) dias corridos,** após a solicitação, de segunda a sexta feira das 07:00 as 11:00 – 13:00 as 17:00 horas – horário local sem ônus alguns a CONTRATANTE, conforme solicitação do Departamento de Compras, e entregues sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

5.2.1 Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da requisição emitida pelo departamento de compras.

5.2.2 Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.2.4 As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características organolépticas dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos.

5.2.5 O recebimento definitivo do equipamento, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração Municipal, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.6 Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte.

5.3. Substituir, às suas expensas, no prazo de **02 (dois) dias corridos**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.4. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.15. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 e Art. 13 da Presente Ata.

5.16. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos pelas secretarias municipais, conforme suas necessidades e emissão de ordem de entrega por parte do Depto. de Compras. Todo o material que estiver fora da especificação será devolvido ao fornecedor e as custas com frete para devolução correrão a conta do fornecedor.

7.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir está ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar está Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 263/2021, Servidora **GABRIELA TONINATTO BOTURA** o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 – GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0034 – Gestão Para Resultados
Projeto/Atividade: 2 002 – Manutenção e Encargos Com Gabinete Prefeito
25 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001-GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
61 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL

Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
89 - Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DO SECRETARIO
Função:12 - EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014 - MANUTENÇÃO DA QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
97 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa: 0005- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
159 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301- ATENÇAO BASICA
Programa:0020 - Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
185 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021 - Atenção à saúde Pública - Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
205 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub - Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0022 - Atenção a Vigilância em Saúde
Projeto/Atividade: 2 124 – CUSTEIO –VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
228 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
247 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 - SANEAMENTO
Sub - Função: 512 – SANEAMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – Saneamento e Qualidade de Vida
Projeto/Atividade: 2 024 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DEPTO DE SANEAMENTO
283 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 07 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade: 001 – GABINETE DA SECRETARIA
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Programa: 0004 – Gestão de Recursos Financeiros
Projeto/Atividade: 2 032 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS
293 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANOS
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS
315 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 26 - TRANSPORTES
Sub - Função: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - Melhoria da Infraestrutura

Projeto/Atividade: 2 073 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
330 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
343 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 140 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA
365 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 141- BLOCO GESTÃO DO SUAS
372 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLECENTES
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 243 - ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0011 - Gestão das Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 038 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
382 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, TURISMO E MINERAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 23 – COMERCIO E SERVIÇOS
SubFunção: 695 - TURISMO
Programa: 0028 – Políticas e Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 103 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
399 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 11 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SubFunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Compromisso e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 100 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA GOVERNO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Órgão: 12 - SECRETARIA DE DESPORTO
Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA
Função: 27 - DESPORTO E LAZER
SubFunção: 812 - DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009 - Esportes para Todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
443 – Natureza da Despesa: 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 049/2021,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 09 DE JULHO DE 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

COMERCIO DE ALIMENTOS QUEIROZ LTDA

CNPJ: **06.326.871/0001-86**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
PORTARIA N° 304/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Jeovane Araujo Mares	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
REPUBLICAR PORTARIA N° 327/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no pará-

grafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Assistencia Social		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Marina Anastácia Ferreira de Almeida	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 326/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Assistencia Social		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Marilia Ferreira Pereira de Souza	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 02**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 331/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Rafael Raizel	Motorista Cat D	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 312/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Assistencia Social		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Eva Maria dos Santos	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 313/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Geizysnaira Kássia da Silva	Tec Desenvolvimento Infantil	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 314/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Genezi Morais Miranda	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 315/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Helenice Rodrigues de Oliveira	Tec. Desenvolvimento Infantil	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 316/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infraestrutura		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Helio Borges	Operador motoniveladora	**Nivel 12**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 317/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Jacy Jose Pereira	Agente Administrativo	**Nivel 10**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 318/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infraestrutura		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Jair Duarte de Carvalho	Motorista Cat D	**Nivel 07**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 311/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Euzeni Aparecida de Avelar	Telefonista	**Nivel 05**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 319/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Jeolli Cerutti Amorim	Agente Administrativo	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 310/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Elisangela Florentino Borges	Telefonista	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 309/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Delfina Gomes dos Santos	Agente de Limpeza Escolar	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 320/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Jociane Nunes Pereira	Assistente Social	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 330/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Neuza Perpetua de Oliveira	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 332/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Romildo Januário Mendes	Agente de Saúde	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 333/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Sandra Luiza Pereira	Enfermeira	**Nivel 03**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 334/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Saulo Nakamura	Engenheiro Civil	**Nivel 03**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 335/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Simonia Alves dos Santos	Tecnico de Enfermagem	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 336/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Tania Ingrydis Nunes	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 02**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 337/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infraestrutura		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Tarcisio de Araujo Ventura	Motorista Cat D	**Nivel 03**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 338/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infraestrutura		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Vilmar Coimbra dos Santos	Mecanico	**Nivel 07**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 339/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Finanças		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Vilson Felipe da Silva	Agente Administrativo	**Nivel 08**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 340/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

"*Dispõe contratação da senhora Joelma da Silva".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei nº 671/2018 de 05 de dezembro de 2017, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final no Processo Seletivo Público nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT.

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar a senhora **JOELMA DA SILVA,** para exercer o Cargo de **ENFERMEIRA,** no Pronto Atendimento lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 21 de junho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 341/2021, DE 07 DE JULHO DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA TEREZINHA CARVALHO DE OLIVEIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. TEREZINHA CARVALHO DE OLIVEIRA – Técnica em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 06/07/2019 a 06/07/2020, a partir de 07 de julho de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 07 de julho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 308/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Assistencia Social		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Debora de Araujo Silva	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 02**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 307/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Administraçao		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Cleuma Francisca de Jesus	Agente Administrativo	**Nivel 05**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 306/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Celio Martins da Silva	Motorista Cat D	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 329/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Nayara Campos Mascarenhas	Nutricionista	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 305/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Carla Assis de Pinho	Agente de Limpeza Publica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 321/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Kattiuscia Soehn Lima	Enfermeira	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro | Nova Brasilândia | Mato Grosso

CEP 78 860 000 | CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 | WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 322/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Lindalva Paula Marques	Tecnico Administrativo Educacional	**Nivel 05**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 323/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Lucineide Carneiro Xavier	Farmacêutica	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 303/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infra Estrutura		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Antunis de Andrade Mascarenhas	Motorista CAT D	**Nivel 06**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 328/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Markisia Ferreira Borges	Agente de Limpeza Escolar	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 324/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Lurdivina Maria dos Santos	Técnico em Enfermagem	**Nivel 03**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 325/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Elevação Funcional a Servidora Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ELEVAÇÃO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nivel**
Marcelo Lemes de Oliveira	Motorista Cat D	**Nivel 04**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
PORTARIA N° 302/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO LUCINEIA DA CRUZ SANTOS".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Sra Lucineia da Cruz Santos – Fiscal de Obras e Postura,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018 a partir de 05 de julho de 2021, devendo retornar as suas atividades normais em 03/08/2021.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 05 de julho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 301/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO FLAVIO PEREIRA DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o Servidor Efetivo **Sr Flavio Pereira da Silva – Técnico em Agropecuária,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2013/2024 a partir de 05 de julho de 2021, devendo retornar as suas atividades normais em 03/08/2021.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 05 de julho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 299/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA JOCIANE NUNES PEREIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Sra Jociane Nunes Pereira – Assistente Social,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2019/2020 a partir de 01 de julho de 2021, devendo retornar as suas atividades normais em 30/07/2021.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 298/2021, DE 05 DE JULHO DE 2021.

Nomeia ocupante do cargo em Comissão de Assessora Coordenadora do CRAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora **MARQUELE HOANE SILVA CAMPOS**, portador da RG n° 163.417.4-0/SSP/MT e CPF n° 004.800.771-42,para exercer o cargo em provimento de comissão de **Assessora Coordenadora do CRAS.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 05 de julho de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 05 de julho de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREVBRAS
PORTARIA N° 219/2021, DE 14 DE MAIO DE 2021.

Enquadramento Funcional o Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado.

Secretaria Municipal de Infra Estrutura		
Nome	**Cargos**	**Classe**
Antunis de Andrade Mascarenhas	Motorista CAT D	**Classe D**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de Maio de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

Centro │ Nova Brasilândia │ Mato Grosso

CEP 78 860 000 │ CNPJ 15 023 963/0001-88

(66) 3385 1277 │ WhatsApp (66) 98461 2415

PREVBRAS
EDITAL 005/2021 09 DE JULHO 2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Publico nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 044/2021 e resultado final, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **12/07/2021 ao dia 10/08/2021, no horário das 07:00 as 11:00 de 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 12 de Julho 2021.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **MOTORISTA ESCOLAR**		
Candidato	Inscrição	Colocação
DELCINO ARRUDA DOS SANTOS	164	1º
SILVIO JOSE MIGUEL DA SILVA	179	2º

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SAAE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G
ESTADO DE MATO GROSSO
L.R.F. DESPESAS NO EXERCÍCIO POR CATEGORIA ECONÔMICA
PAGAS no Exercício de 2021 - BIMESTRAL

DESCRIÇÃO	Orçado	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
30000000 - DESPESAS CORRENTES	709.300,00	82.922,76	145.144,98	117.338,74				345.406,48
31000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	341.600,00	23.427,08	58.706,94	48.533,65				130.667,67
31900000 - Aplicacoes Diretas	341.600,00	23.427,08	58.706,94	48.533,65				130.667,67
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	280.000,00	19.438,66	50.442,56	40.653,31				110.534,53
31901300 - Obrigacoes Patronais	61.600,00	3.988,42	8.264,38	7.880,34				20.133,14
33000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	367.700,00	59.495,68	86.438,04	68.805,09				214.738,81
33900000 - Aplicacoes Diretas	367.700,00	59.495,68	86.438,04	68.805,09				214.738,81
33901400 - Diarias - Civil	6.000,00			510,00				510,00
33903000 - Material de Consumo	100.000,00	24.458,20	16.102,84	21.070,60				61.631,64
33903900 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	234.600,00	32.881,52	66.084,88	43.015,80				141.982,20
33904001 - LOCAÇO DE SOFTWARES	20.000,00	1.520,00	3.040,00	3.120,00				7.680,00
33904700 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas	7.100,00	635,96	1.210,32	1.088,69				2.934,97
40000000 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00			7.636,00				7.636,00
44000000 - INVESTIMENTOS	20.000,00			7.636,00				7.636,00
44900000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00			7.636,00				7.636,00
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	20.000,00			7.636,00				7.636,00
TOTAL GERAL	**729.300,00**	**82.922,76**	**145.144,98**	**124.974,74**				**353.042,48**

CEZAR DE OLIVEIRA
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emissão: 07/07/2021 11:51:59

Page 1 de 1

Homologado

SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE NOVA G

MATO GROSSO

L.R.F. RECEITAS NO EXERCÍCIO

Exercício de 2021 - BIMESTRAL (Sintético)

Descrição	Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez	Total
Receitas Correntes	118.444,19	114.595,77	129.901,77				362.941,73
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	10.620,67	9.152,41	10.754,69				30.527,77
Taxas	10.620,67	9.152,41	10.754,69				30.527,77
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69				30.527,77
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69				30.527,77
Taxas Pela Prestacao de Servicos	10.620,67	9.152,41	10.754,69				30.527,77
Receita Patrimonial	42,27	69,48	106,14				217,89
Valores Mobiliarios	42,27	69,48	106,14				217,89
Juros e Correcoes Monetarias	42,27	69,48	106,14				217,89
Juros e Correcoes Monetarias	42,27	69,48	106,14				217,89
Remuneracao de Depositos Bancarios	42,27	69,48	106,14				217,89
Receita de Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94				332.196,07
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94				332.196,07
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94				332.196,07
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94				332.196,07
Outros Servicos	107.781,25	105.373,88	119.040,94				332.196,07
Outras Receitas Correntes							
Demais Receitas Correntes							
Demais Receitas Correntes							
Outras Receitas							
Outras Receitas - Primarias							
TOTAL GERAL	118.444,19	114.595,77	129.901,77				362.941,73

CEZAR DE OLIVEIRA
DIRETOR DO SAAE

MARIA FRANCIEDNA DE OLIVEIRA
CRC-MT 013793/O-8

Emitido em: 07/07/2021 às 12:03 Horas — AGILI Mato Grosso — Página: 001

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6°Termo Aditivo ao CONTRATO N.º 036/20/SMA/PMNG

Contratada: ALBERTINO FRANCISCO GONCALVES 56303149120

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Cláusula Quinta, o prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 036/20/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias 08 de julho de 2021 à 06 de setembro de 2021.

Data: 08/07/2021.

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 046/2021/SMA/PMNG

PROCESSO Nº. 564/2021

PRAZO: 09/07/2021 A 06/09/2021

CONTRATADO: ORNI DOS SANTOS - ME

CNPJ: 18.326.380/0001-14

OBJETO: ESTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO PROJETO DE ENGENHARIA (ANEXO 01).

VALOR: R$ 20.000,00 (GLOBAL).

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0006.2044.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

SETOR DE CONVENIOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Este contrato tem por objetivo a prestação de serviços de mão de obra para reforma do Paço Municipal de Nova Guarita - MT, conforme especificações constantes do Projeto de Engenharia
Favorecido	Orni dos Santos – ME CNPJ/MF n.º *18.326.380/0001-14*
Prazo de execução	09 de julho à 07 de setembro de 2021.
Valor global	R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).
Fundamento Legal	Como bem determina o art. 55, XI da Lei Federal n.º. 8.666/93, este contrato tem como base a dispensa de licitação nos termos do art. 24, I da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pelo Decreto Federal Nº. 9.412, de 18 de junho de 2018.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 09 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
EDITAL Nº 03/2021 - LICITAÇÃO Nº 02/2021 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO 03/2021.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO PARA

COMPRAS Nº 01/2021

Edital de Licitação nº 03/2021

Processo de Licitação nº 02/2021

Tomada de Preço nº 01/2021

Objeto: Compras de equipamentos e material permanente

01 – PREÂMBULO DA LICITAÇÃO

01.01. A Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, com sede na Avenida Dioguinho, 669, São José, Nova Lacerda - MT, CEP n. 78.243-000, FAZ SABER a todos os interessados, que o Presidente da Câmara Municipal JOSÉ CARLOS MONTEIRO JUNIOR, autorizou nos termos do presente processo, na Modalidade de Tomada de Preço para Compras, visando a seleção de interessados na realização da execução dos objetos de que tratam o presente edital, mediante contrato administrativo, de conformidade com a Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nas condições deste, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta, na Secretaria da Câmara, para o dia 30 de julho de 2021, às 08:00 horas, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no mesmo dia e horário, junto à Câmara Municipal.

01.02. O procedimento licitatório obedecerá integralmente, às normas da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federal n. 8.883 de 08 de junho de 1994 e Lei n. 9.648, de 27 de maio de 1998, e ao estabelecido neste Edital e seus anexos.

2 – DO OBJETO: COMPRAS

02.01. O presente Edital consiste na aquisição de bens móveis, tais como: equipamentos e material permanente, com especificações abaixo:

ITEM/ LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM/LOTE	QUANT.	VALOR MÁXIMO ITEM	VALOR MÁXIMO TOTAL
ITEM 01	TELEVISOR LED SMART HDMI USB WIFI TELA 55 POLEGADAS.	01	R$ 4. 069,73	R$ 4. 069,73
ITEM 02	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL MONO.	01	R$ 1. 838,00	R$ 1. 838,00
ITEM 03	REFRIGERADOR MODELO FROST-FREE 02 PORTAS 370 LITROS OU SUPERIOR 110V COR BRANCO.	01	R$ 3. 349,45	R$ 3. 349,45
LOTE 01	MICROCOMPUTADOR MEMORIA DDR4 16GB; GABINETE S/ FONTE COM DUTO VENTILAÇÃO; FONTE ATX 300W; PLACA VIDEO 2GB 64BITS; HD SSD 486; HD 1TB; PLACA MAE 1200 S/V/R 10º GERAÇÃO; PROC CORE I5 - 1200 10º GERAÇÃO SEM VIDEO.	02	R$ 5. 189,635	R$ 10. 379,27
LOTE 02	MICROCOMPUTADOR MEMORIA DDR4 16GB; GABINETE S/ FONTE COM DUTO DE VENTILAÇÃO; FONTE ATX 500W; PLACA VIDEO 4GB 128BTIS; HD SSD 486; HD 1TB; PLACA MAE 1200 S/V/R 10º GERAÇÃO; PROC CORE I5 - 1200 10º GERAÇÃO SEM VIDEO.	01	R$ 7. 064,90	R$ 7. 064,90
LOTE 03	CONJUNTO DE MESA DE SOM E MICROFONES, CONTENDO: 09 MICROFONES MMF-302 DE MESA; 01 MESA DE SOM DIGITAL SOUNDCRAFT UI16; 20 METROS DE MULTICABOS 20 VIAS 20PX24AW; 20 METROS DE PLUG/CONECTOR XLR FÊMEA; 20 METROS DE PLUG/CONECTOR XLR MACHO; 02 SUPORTES PARA CAIXA DE PAREDE VPCAP45; 02 CAIXAS ATIVA EON-615 1000WRMS.	01	R$ 23. 961,68	R$ 23. 961,68
	TOTAL GERAL DOS ITENS:			R$ 50. 663,03

02.02. Os valores dos itens e lotes devem abranger, pela contratada, os serviços, atos, procedimentos, deslocamentos, atividades e fornecimentos de mão de obra e material necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento, bem como todas as demais atribuições e responsabilidades para o fiel cumprimento da entrega do objeto.

02.03. O produto descrito no lote 03, deverão ser entregues e montados em condições que apresentem a finalidade para a qual foram contratados, devendo inclusive, ser incluído na proposta os valores correspondentes a estes serviços técnicos, tais como: mão de obra de instalação.

02.04. Os produtos descritos no lote 01 e 02, deverão ser entregues, já montados, em condições para que a Câmara Municipal, proceda com as instalações de acordo com suas necessidades. Devendo inclusive, em sua proposta ser incluído os valores correspondentes a estes serviços técnicos, tais como: de mão de obra de montagem.

02.05. No preço oferecido já devem estar incluído eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outros quaisquer que incidam sobre a contratação.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, todos os interessados, que deverão se cadastrar junto à Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de mato Grosso, com 03 dias de antecedência, atendendo todas as condições exigidas pelo presente edital e sua habilitação na forma deste edital;

3.2. Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação ao presente certame, os interessados deverão apresentar toda a documentação relacionada a seguir, com validade até a data da abertura dos envelopes da habilitação.

4.2 - Para comprovação da Habilitação Jurídica:

4.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou a alteração consolidada;

4.2.2 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

4.2.3 Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o Modelo do Anexo.

4.2.4 Declaração, sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme o Modelo do Anexo.

4.2.5 Credenciamento de representante Legal (ANEXO - Modelo sugestivo em anexo), caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório.

4.2.6 Cópia de Identidade do Representante legal (se for o caso).

4.2.7 As proponentes deverão apresentar Contrato Social e Certidão da Junta Comercial ou do Registro de Pessoas Jurídicas comprovando a qualidade de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto ao envelope documentação comprovando referida qualidade, se for o caso.

4.3 - Para comprovação da Regularidade fiscal:

4.3.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF;

4.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

4.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

4.3.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.3.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, demonstrando situação regular perante a Fazenda Nacional, expedida exclusivamente pelas unidades da Receita Federal do Brasil (RFB), com apresentação de certidão que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.3.6 Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

4.3.7 Quando a proponente com domicílio em estados e Municípios onde as Certidões não abrangerem a Dívida Ativa e Corrente do Estado, bem como os tributos mobiliários e imobiliários do Município, ambas as certidões deverão ser apresentadas, ou quantas forem necessárias para comprovação da quitação dos débitos com as respectivas Fazendas;

4.3.8 No caso de Certidões expedidas via internet que tiverem suas validades condicionadas a verificação via internet pela entidade que a exigir, a situação habilitatória da empresa ficará vinculada a esta consulta ou a diligência pela Comissão Permanente de Licitação (CPL), a Instituição responsável pela emissão de tal documentação, se assim a comissão entender necessário.

4.3.9 As Microempresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014)

4.3.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

4.4 - Para comprovação da qualificação Econômica Financeira:

4.4.1 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

4.5. Serão aceitos documentos tirados via internet, no entanto, não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas, sendo que os documentos retirados via internet serão dispensados de autenticação, se reservando o Município em conferir sua autenticidade, se assim achar necessário.

4.6. O representante legal do proponente, com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório, deverá apresentar, no ato da entrega dos envelopes, carta de credenciamento (modelo em anexo) e documento de Identidade que o identifique;

4.6.1 A não exibição do documento de identidade oficial, impedirá o representante de manifestar-se e/ou responder pela licitante.

4.7. Os documentos para habilitação, deverão ser apresentados, no local, hora e data constante do item 01.01 em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações.

Envelope nº 01 - HABILITAÇÃO

Razão Social: (Empresa Proponente)

Para Câmara Municipal de Nova Lacerda – MT

Processo Licitatório nº 02/2021 – Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2021

Abertura: às 08h00min do dia 30/07/2021

4.8. Toda a documentação exigida para habilitação deverá ser apresentada no original ou fotocópia legível autenticada por cartório.

4.9. Os Documentos que não constar a validade expressa, considerar-se-á como sendo de 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

5 – DA PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser apresentada incluindo o material e mão de obra necessários ao pleno funcionamento do bem, apresentada por item ou lote, especificando-se o menor valor de cada um, inclusive como todos os encargos, datada, carimbada e assinada, sem emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

Envelope nº 02 - PROPOSTA

Razão Social: (Empresa Proponente)

Para Câmara Municipal de Nova Lacerda – MT

Processo Licitatório nº 02/2021 – Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2021

Abertura: às 08h00min do dia 30/07/2021

5.2. A proposta deverá ser datilografada ou impressa em sistema eletrônico de processamento de dados, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

5.3. A proposta após entregue é irretratável e irrenunciável;

5.4. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste edital.

6 – DA VALIDADE DA PROPOSTA

6.1. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 45 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

6.2. Em caso de omissão do prazo de validade da proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

7 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

7.1. No prazo de até 05 dias a contar do recebimento da convocação, o Proponente deverá contratar com a Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de mato Grosso, o objeto licitado, nos termos da minuta em anexo ao presente edital, parte integrante do mesmo.

7.2 A Câmara Municipal poderá proceder com a contratação de mais de um fornecedor, de acordo com sua necessidade, até que haja proposta vencedora para todos os itens e lotes especificados no edital.

08 - DA FORMA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Na data, horário e local indicados neste Edital, a Comissão de licitação receberá os envelopes contendo a documentação para a habilitação e as propostas.

8.2. Após o presidente da Comissão ter declarado estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentado de acordo com o Edital ou substituição dos mesmos.

8.3. A Comissão, na presença dos proponentes ou não, procederão inicialmente a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, submetendo-se ao exame dos mesmos.

8.4. Os documentos retirados do envelope serão rubricados por todos os membros da comissão de licitação e representantes credenciados.

8.5. O concorrente considerado inabilitado, não será aberto o envelope da proposta, desde que não tenha havido recurso.

8.6. Julgada a habilitação, somente serão abertas as propostas de licitantes que tenham satisfeito as exigências contidas neste edital, após prazo recursal, ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.7. A seguir, será aberto o envelope “PROPOSTA” contendo a proposta dos concorrentes habilitados.

8.8. Após, será efetuado o julgamento e classificação das propostas consideradas habilitadas, de acordo com os critérios de avaliação constante do presente edital e a autoridade competente deliberara quanto a homologação, no prazo legal.

8.9. O não comparecimento de qualquer dos representantes não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas de preços, não cabendo aos ausentes o direito de qualquer reclamação, salvo recurso no prazo legal.

09 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo menor preço por item ou lote, não sendo consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem lances ou ofertas sobre a proposta concorrente.

9.1.1 Ocorrendo desistência de alguma proposta considerada vencedora, e havendo mais de uma proposta, conceder-se-á vencedora e será repassada a proposta para a proponente segunda melhor colocada, até a respectiva alienação do objeto licitado.

9.2. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que cumpriu as exigências deste edital, conforme prescreve o art. 45, Parag. 1º da Lei n. 8.666/93.

9.3. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso o Proponente não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43 parag. 3º da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

9.4. Não será considerada os itens da proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata, devidamente assinado pelo proponente ou seu representante legal.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório.

9.6. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, no horário e dia do julgamento descrito no item 01, para qual os licitantes desde já ficam convocados a participar, observado o disposto no parag. 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7. O sorteio será realizado independentemente da presença dos interessados.

9.8. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.9. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10 - DOS RECURSOS

10.1. Caberá junto a Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, recurso, com efeito, suspensivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata independente da presença dos interessados, nos casos de:

- Habilitação ou Inabilitação do Licitante

- Do Julgamento das Propostas.

10.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

10.3. Pedido de reconsideração, de decisão do Presidente da Câmara, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, na hipótese de declaração de inidoneidade.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse prazo, faze-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (Cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pela de responsabilidade.

10.5. Os recursos previstos neste edital deverão ser formalizados observando-se os seguintes requisitos:

a) - Ser datilografado e devidamente fundamentado

b) - Ser assinado por representante legal da recorrente ou procurador devidamente habilitado.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou que não atendem o item acima, não serão conhecidos.

11 - DAS PENALIDADES

11.1. A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do objeto licitado, a entrega fora das especificações predeterminada, não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais, implicam na desclassificação do proponente.

11.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Câmara Municipal de Nova Lacerda, poderá, querendo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assina-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

11.3. Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovado, serão aplicados, a critério da Câmara Municipal de Nova Lacerda, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

11.3.1. - Multa na ordem de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

11.3.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a Câmara Municipal de Nova Lacerda poderá aplicar a multa em dobro.

11.3.3. Advertência;

11.3.4. Suspensão do direito de licitar, junto a Câmara Municipal de Nova Lacerda.

11.4. O atraso para efeito de cálculo da multa, serão contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

12 – DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será feito em até 30 dias da entrega efetiva do objeto licitado nas dependências da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento fiscal e após conferido o recebimento dos itens pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda.

13 - DO VALOR MÁXIMO

13.1. Ficam fixados valores máximos para pagamento dos produtos, estabelecidos na tabela de itens deste edital, de acordo com preço médio, formado a partir de cotação de preços praticados pelo mercado.

13.2. Os proponentes com proposta acima do valor máximo estipulados, serão desclassificados.

13.3. Os proponentes deverão apresentar proposta item por item, de acordo com aquele produto que deseja oferecer, e a proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal, será a de menor preço por item e lote quando for o caso.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa prevista para contratação do presente objeto correrá por conta do Orçamento da Câmara Municipal vigente, junto à dotação orçamentária 44.90.52.00.00 (equipamentos e material permanente).

15 – DO PRAZO E ENTREGA DO OBJETO

15.1. O licitante adjudicado deverá iniciar a entrega do objeto licitado, num prazo máximo de 15 dias a contar da data da homologação do processo e adjudicação do objeto.

15.2. O prazo final de execução poderá ser alterado, por comum acordo entre os contratantes, mediante termo aditivo, devidamente justificado.

16 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

16.1. São obrigações do proponente/concessionário:

- Manter-se em dia com as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais;

- Responsabilizar-se civilmente por si, empregados, auxiliares e preposto, por danos causados às instalações, bens ou a terceiros;

- Entregar o objeto no prazo previsto neste edital;

16.2. É vedado ao concessionário:

- Transferência para terceiros;

- Locar, sublocar, subcontratar total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

16.3. O proponente vencedor, obriga-se pela entrega dos produtos em que por ventura for vencedor, colocando-os ‘a disposição da Câmara Municipal no endereço especificado.

17 – DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

17.1. Os proponentes para beneficiar-se da Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006 deverão comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da respectiva legislação.

17.2. Com relação a apresentação da documentação, se houve entre os proponentes alguma ME - Microempresa ou EPP – Empresa de Pequeno Porte, estas poderão valer-se do disposto no Art. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

17.3. No julgamento dar-se-á o direito de preferência a ME - Microempresa ou EPP – Empresas de Pequeno Porte, sendo obedecido os critérios dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

17.4. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).

18 – DA DIVULGAÇÃO

18.1 - O meio de divulgação de todos os atos deste edital, para conhecimento e intimações dos proponentes e demais interessados, será o mu-

ral público da Câmara Municipal de Nova Lacerda, e Jornal Diário Eletrônico Oficial dos Municípios Mato-grossenses, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/

19 – DOS ANEXOS

19.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- Credenciamento de representante Legal;

- Declaração de que atende ao inciso IV, do art. 30, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz";

- Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

- Modelo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação.

- Declaração de fatos impeditivos de contratar com a Administração.

- Minuta do contrato.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A Câmara Municipal de Nova Lacerda reserva-se no direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93, não cabendo qualquer tipo de indenização ou pagamento aos proponentes.

20.2. No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta, realizar-se-á as 08h00min do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

20.3. A presente licitação é regida pelas disposições da Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

20.4. Qualquer dúvida quanto ao caráter técnico ou legal na interpretação do presente Edital serão atendidos na Câmara Municipal de Nova Lacerda.

20.5. O foro jurídico para dirimir quaisquer dúvidas não resolvidas entre as partes ou para comissão de licitação, é o da comarca de Comodoro, por mais especial que outro seja.

20.6. Maiores informações ou a cópia da integra do presente edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Nova Lacerda, na Avenida Dioguinho, nº 669, São José, Nova Lacerda, em horário de expediente das 07:00 as 13:00 horas, ou ainda, pelo telefone (0xx65)3259-4028.

Nova Lacerda, 12 de julho de 2021

JOSE CARLOS MONTEIRO JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal

MARIA GRAÇAS RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente da CPL

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA – MT E TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

1.1.2 – O período de vigência se estenderá até 31/12/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor do contrato original não será alterado, sendo o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos da cláusula sétima do contrato nº 056/2020.

Nova Lacerda – MT, 12 de fevereiro de 2021.

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 177/ 2021

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 028/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **JULCIMAR JOSÉ DA SILVA,** brasileiro,solteiro, servidor no cargo de pedreiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 858.712. 141-34, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 028/2021.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº.175/2021 FISCAL DE OBRA

NOMEIA FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TOPOGRAFIA LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE TODA ÁREA DA PREFEITURA, DETERMINAÇÃO DE SONDAGEM GEOTÉCNICA TERRENO, ENSAIOS PDL-SPT E ENSAIOS DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO SOLO, EM OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA NO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2021, DO CONTRATO 030 DE 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

CONSIDERANDO:

Art. 1º. – Nomear o Engenheiro **SIDNEY DIAS DE JESUS**, portador do CPF nº 621.491.561-72 e CREA MT-032126, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TOPOGRAFIA LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DE TODA ÁREA DA PREFEITURA, DETERMINAÇÃO DE SONDAGEM GEOTÉCNICA TERRENO, ENSAIOS PDL-SPT E ENSAIOS DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO SOLO, EM OBRA DE AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA NO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2021, DO CONTRATO 030 DE 2021.***",* especificamente de acordo com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º. – Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo sistema GEOBRAS.

Art. 3º. – O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº.176/2021 FISCAL DE OBRA

NOMEIA FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA, CONFORME O CONTRATO 040 DE 2021

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

CONSIDERANDO:

Art. 1º. – Nomear o Engenheiro **SIDNEY DIAS DE JESUS**, portador do CPF nº 621.491.561-72 e CREA MT-032126, para exercer a função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA, CONFORME O CONTRATO 040 DE 2021***",* especificamente de acordo com o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º. – Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo sistema GEOBRAS.

Art. 3º. – O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
C O NT R ATO N º 048/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA.

CONTRATADA: LUIZ BALBINO DA SILVA, CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA, JOABE BALBINO DA SILVA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações, desde que justificada, conforme acordo entre as partes, através de respectivo termo, antes do seu vencimento, com adequação aos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Nova Lacerda, 09 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇOS 002-2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA RUI BARBOSA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que realizará às **09:00HS**, do dia **03/08/2021**. Em sua sede na Av. Tiradentes, nº211N – Bairro Centro – Nova Marilândia- MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 002/2021, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Demais informações e edital junto a comissão de licitações em horário de expediente, pelo site **www.novamarilandia.mt.gov.br ou e-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com**

NOVA MARILÂNDIA - MT, 12 de julho de 2021.

BRUNA C. P. DADALT

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 173/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 173/2021

Data: 12 de Julho de 2021

EMENTA: NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE OUVIDORIA COM FULCRO NO ARTIGO 40 DA LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI E LEI MUNICIPAL N.º 684/2014 DE 06 (SEIS) DE AGOSTO DE 2014 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso em Exercício, Senhor **JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito Público, a Lei Orgânica Municipal no artigo 40 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de acesso à informação - Lei Municipal n.º 684/2014 de 06 (seis) de agosto de 2014, Decreto Municipal n.º 009/2015 e Instrução Normativa 001/2015:

R E S O L V E

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO DE OUVIDORIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, representada pelos seguintes membros:

PRESIDENTE – PEDRO PAULO CARVALHO FERREIRA - CPF/MF: 026.104.951-88

SECRETÁRIO – ELIANA DO PRADO PEREIRA - CPF/MF: 531.517.551-00

MEMBRO - RAYANY CRISTINA RINALDI - CPF/MF: 025.584.951-60

Parágrafo único - Os membros integrantes da Comissão de que trata este artigo terão como competência o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 684/2014 DE 06 (SEIS) DE AGOSTO DE 2014, DECRETO MUNICIPAL N.º 009/2015 e Instrução Normativa n.º 001/2015**.

Art. 2º – Para atender aos fins determinados no § 3º, do artigo 37, da Constituição Federal, fica criada a Ouvidoria do Município de Nova Marilândia – MT, como instrumento da participação popular no acompanhamento da gestão fiscal.

Parágrafo único – A Ouvidoria é órgão auxiliar, vinculado à Secretaria Municipal de Gabinete.

Art. 3° - A Comissão Especial de Ouvidoria, irão proceder à coleta, apuração, fiscalização e a emissão de relatório circunstanciado, que será dirigido diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal;

Art. 4º – A finalidade da Ouvidoria é apurar as reclamações concernentes à prestação dos serviços da administração pública direta e indireta, no âmbito da administração geral, dos serviços públicos, assim como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos na prestação de serviços à população, nos termos do § 3º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º – A OUVIDORIA MUNICIPAL é ferramenta de fortalecimento da gestão participativa da população, promovendo a cidadania.

Art. 6º – O serviço de ouvidoria municipal tem a missão de aprimorar de forma permanente a qualidade de atendimento da administração em geral e promover a interlocução entre o cidadão e as instituições públicas, além de orientar o usuário sobre seus direitos.

Parágrafo único – A Ouvidoria Municipal tem como meta principal a humanização nas relações entre o cidadão e o sistema público, resgatando e fortalecendo o comportamento ético além de contribuir para mudanças culturais nas respectivas áreas de atuação do Poder Público.

Art. 7º – A Ouvidoria do Município de Nova Marilândia – MT tem as seguintes atribuições:

I – receber denúncias, reclamações, críticas, sugestões, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores ou agentes públicos da Administração Municipal;

II – diligenciar junto às unidades competentes da Administração Municipal informações e esclarecimentos sobre atos praticados de sua responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação, nos termos do inciso anterior;

III – manter sigilo, quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;

IV – informar ao interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

V – recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

VI – Dar ciência aos diversos órgãos da municipalidade a sua função institucional a fim de que seja encaminhado de forma intersetorial, às reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

VII – sugerir ao órgão da administração direta competente, a apuração de fato ou ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

Art. 8º – Os contatos com a **OUVIDORIA MUNICIPAL**, no âmbito das áreas de administração podem serem feitos:

I – pessoalmente, para recebimento da reclamação por escrito;

II – por correspondência remetida por via postal ou fax;

III – por telefone, mediante completa identificação;

IV – via eletrônica, através da internet.

§ 1º – Todo contato será oficializado por meio de relatório circunstanciado, em seguida, buscar-se-á informações e far-se-á averiguações no setor público que originou a reclamação, fazendo uma verificação entre os dados, em seguida, o caso, será repassado a autoridade superior;

§ 2º – Ao atendimento ao público pela Ouvidoria Municipal não implicará qualquer restrição relativa a sexo, raça, religião, orientação sexual, convicção política ou ideológica, condição sócio-econômica, nacionalidade, idade ou local de residência no município.

§ 3º – O atendimento ao público será feito gratuitamente, de forma atenciosa, em detrimento aos princípios da administração pública, da moralidade, economicidade, impessoalidade.

§ 4º – A Ouvidoria Municipal não atenderá reclamações anônimas ou com carência de fundamentação.

Art. 9º – O procedimento iniciará com o requerimento lavrado a termo, exercido o direito por pessoa física ou jurídica, individual e/ou coletiva, que procurar a Ouvidoria Municipal apresentando questionamento ou reconhecimento à qualidade da prestação dos serviços públicos municipais, através da formulação dos seguintes tipos:

I – **Denúncia**: quando se tratar de fato que comprometa a qualidade da prestação dos serviços públicos, pela Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, que se refira à carência de legalidade dos atos praticados no exercício Administrativo; e à desvalorização da participação popular no processo de gestão, envolvendo serviços e/ou servidores municipais.

II – **Reclamação**: quando referir ao desagrado ou protesto referente à ação ou omissão da Administração e/ou servidores vinculados à Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, no exercício de suas atribuições.

III - **Sugestão**: quando fizer referência à apresentação de ideias ou propostas para a incorporação e/ou aprimoramento de serviços prestados pela Prefeitura Municipal.

IV – **Elogio:** quando fizer menção a reconhecimento, a apreço ou a satisfação mediante os serviços prestados pelo Município.

Parágrafo único – A tramitação de demandas obedece ao fluxo operacional da Ouvidoria Municipal, conforme a ordem cronológica do protocolo das demandas prevalecente na tramitação.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 10 – A Ouvidoria do Município será exercida pelo presidente - Ouvidor, pelo secretário – elaborador do relatório e por um membro, devidamente nomeados juntamente com os demais.

§ 1º – São requisitos para ser membro da comissão especial de ouvidoria Municipal:

I – ter mais de 18 (dezoito) anos de idade;

II – não possuir antecedentes criminais que desabonem sua reputação;

III – integrar o quadro permanente da Administração Pública Municipal (no caso de dois integrantes);

IV – não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau do Prefeito, Vice Prefeito, e dos Secretários Municipais.

§ 2º – Os membros da comissão serão nomeados pelo Prefeito Municipal dentre pessoas que além de preencher os requisitos do parágrafo anterior, possuam notória idoneidade e relativo conhecimento em administração pública.

I – Será disponibilizado local reservado para o bom desempenho das atribuições da Comissão de Ouvidoria;

CAPÍTULO IV

DAS PRERROGATIVAS E COMPETÊNCIAS

Art. 11 – A comissão especial de ouvidoria do Município de Nova Marilândia-MT terá autonomia e independência funcional.

§ 1º – No desempenho de suas funções, a comissão atentará pela legalidade dos atos praticados da administração pública e à valorização da participação popular no processo de gestão.

§ 2º – A comissão de ouvidoria exercerá as seguintes funções:

I – tomar ciência das demandas dos munícipes, que se apresentem com as seguintes tipologias: denúncia, reclamação, sugestão ou elogio relacionadas à prestação de serviços públicos;

II – fiscalização e promoção do aprimoramento dos serviços prestados por cada Unidade ou órgão da administração pública exercida isoladamente ou em conjunto;

III – conciliadora, instruindo as demandas para a solução de conflitos;

IV – administrativa, visando coordenar, supervisionar e controlar as atividades no exercício de suas atribuições nos termos da legislação municipal.

Art. 12 – Compete à Comissão de ouvidoria do Município de Nova Marilândia- MT:

I – propor aos órgãos e a própria Administração Municipal, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativas e Civis;

II – requisitar, diretamente e sem qualquer ônus da Administração Municipal, informações, certidões ou cópias de documentos relacionados com as reclamações ou denúncias recebidas, na forma da lei;

III – recomendar a adoção de providências que entender pertinentes, necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população;

IV – recomendar aos órgãos da Administração Direta e indireta a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

V – Celebrar termos de cooperação com entidades públicas ou privadas Municipais, Estaduais ou Federais, que exerçam atividades congêneres às da Ouvidoria.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 13 – Para o fiel cumprimento de suas atribuições, a ouvidoria do Município de Nova Marilândia–MT, deverá dispor de estrutura própria para o seu funcionamento, facultado o exercício concomitante das atribuições do cargo de origem a critério do chefe do poder executivo.

§ 1º – Os serviços auxiliares da ouvidoria serão efetuados, preferencialmente, por servidores municipais, ou por contratações de assessorias externas, quando necessárias em razão da complexidade e extensão dos fatos a serem averiguados.

Art. 14 – Para a consecução dos seus objetivos, a Ouvidoria do Município atuará:

I – por iniciativa própria;

II – por solicitação do Prefeito ou dos Secretários Municipais;

III – em decorrência de denúncias, reclamações ou representações de qualquer do povo e/ou de entidades representativas da sociedade.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 – A Ouvidoria Municipal disponibilizará o atendimento ao público regularmente de segunda a sexta–feira, em conformidade com o calendário administrativo municipal, sendo divulgado o local de atendimento junto ao mural de avisos da prefeitura municipal e Câmara de Vereadores;

Art. 16 – A Ouvidoria do município funcionará nas instalações da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia–MT, com o suporte técnico administrativo, jurídico, operacional e financeiro da Secretaria Municipal de Gabinete, sendo as suas despesas decorrentes e oriundas do orçamento do poder executivo municipal.

Art. 17 – Sempre que necessário, a comissão de ouvidoria fará reuniões de deliberação, onde deverá ser lavrado ata circunstanciada de fatos ou circunstancia referentes ao objetivo de sua finalidade, onde a mesma deverá ser lavrada pelo seu secretário, numerada e rubricada as folhas pelo seu presidente;

Art. 18 - Os membros integrantes da Comissão de ouvidoria de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes para o interesse público.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 12 dias do mês de Julho do ano de 2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA -MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 017/2021 – REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR MÁQUINAS PESADAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira Oficial e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: **H.S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA**, inscrito no CNPJ N° **05.129.233/0001-02.** ITENS: 01 e 02. VALOR TOTAL **R$ 633.650,00** (seiscentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

Nova Maringá – MT, 12 de julho de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE - PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE 003/2021 – CREDENCIAMENTO 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através da Comissão Permanente de Licitação, designado pela portaria 142/2021 de 19 de Março de 2021, torna publico o resultado da Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021.

PROCESSO 002/2021

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 003/2021 – CREDENCIAMENTO 001/2021.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.

EMPRESAS VENCEDORAS:

EDNA BARBOSA 62742116168	**CNPJ 42.502.639/0001-15**

RAIMESSON SANTANA DE ALMEIDA EPP	**CNPJ. 42.649.588/0001-59**
EDINALDO PIRES DOS SANTOS	**CNPJ. 31.390.652/0001-03**

Nova Maringá, MT, 12 de Julho de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº. 223/2021

"*Dispõe sobre o Afastamento Particular do Sr. Idair João Macedo.*"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER AFASTAMENTO, o Sr. ***IDAIR JOAO DE MACEDO*** portador do RG Nº. 928714 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 010.231.331.80, no Cargo Efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGILANCIA, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (Dois) Anos, a partir do dia 09 de Julho de 2021, Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo IV, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos no dia 09 de Julho de 2021, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Julho de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

DECRETO N°. 031/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

Súmula: "Decreta Situação de Emergência nas áreas do território do Município de Nova Maringá - MT afetadas por ESTIAGEM – 1.4.1.1.0 e dá outras providências".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art.54, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando a constatação de situação anormal decorrente da irregularidade significativa de quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Município;

Considerando que uma das bases da economia do Município é o setor agropecuário, particularmente a agricultura e que a falta de chuvas provocou perdas significativas nas lavouras, implicando seriamente em perca e redução da receita do Município;

Considerando que a economia do Município de Nova Maringá/MT afetada surtirá impactos sobre a área social e econômica da população;

Considerando que o parecer da Comissão de Defesa Civil do Município de Nova Maringá/MT, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

Considerando a necessidade do restabelecimento da normalidade e preservação do bem-estar da população e as peculiaridades da região e, nesse sentido, adotar as medidas que se fizerem necessárias;

Considerando Relatório Técnico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso através do processo n°. 1763611/2020, que alerta ao Município de Nova Maringá/MT, sobre os focos de Calor referente ao ano de 2020, e determina a esta Municipalidade que tome medidas para diminuição e combate as queimadas no período de estiagem;

Considerando ainda o Relatório Técnico do TCE/MT nº 04/2021 em que conforme dados do INPE entre 1º/01 e 16/5/2021, o estado de Mato Grosso apresentou um total de 2.661 focos de queimadas, com o número de focos em janeiro, fevereiro e abril de 2021 ultrapassando a correspondente média mensal histórica e ainda que o Município de Nova Maringá está em 1º lugar no Brasil em focos de calor;

Considerando o Decreto Estadual 938 de 18/05/2021, que Declara o Estado de Emergência Ambiental nos meses de Maio a Novembro e dispõe sobre o período Proibitivo de Queimadas no Estado de Mato Grosso,

DECRETA:

Art. 1°- Fica decretada a Situação de Emergêncianas áreas e territórios do Município de Nova Maringá – MT, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM – 1.4.1.1.0.

Art. 2° - Autoriza-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3° - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5° da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres em caso de risco iminente:

I – Penetrar nas casas para prestar socorro ou determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Paragrafo único: Será responsabilizado o agente de defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º - Fica proibido o uso de fogo para limpeza e manejo de áreas, no período compreendido entre 01 de julho a 30 de outubro de 2021, com fundamento nos §§ 2º e 3º do artigo 10 da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005.

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Nova Maringá/MT, 12 de Julho de 2021.

Ana Maria Urquiza Casagrande

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 225/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA SAÚDE

DE SERVIDORES.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA SAÚDE

MAT	NOME	CPF
2406	CLAIR FATIMA CARVALHO	383.709.481.20

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 08 de Julho de 2021, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se

Nova Maringá – MT, 12 de Julho de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 224/2021

"*Dispõe sobre o Afastamento Particular de Sra. Viviane de Souza Couto.*"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER AFASTAMENTO, a Sra***. VIVIANE DE SOUZA COUTO*** portadora do RG Nº. 13028292 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n. 068.243.286.50, no Cargo Efetivo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (Dois) Anos, a partir do dia 12 de Julho de 2021, Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo IV, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 12 de Julho de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

SERVIÇOS DE ENGENHEIRO

EDITAL DEINEXIGIBILIDADE Nº 003/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

Inscrição n° 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **RAIMESSON SANTANA DE ALMEIDA EPP, CNPJ CNPJ. 42.649.588/0001-59,** fora julgada **APTA** ao **Edital de Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021**, para os serviços constantes no item 01 da Relação da tabela de valores e serviços da respectiva Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021, produzindo desde já seus efeitos legais.

Nova Maringá/MT, 12 de julho de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO

EDITAL DEINEXIGIBILIDADE Nº 003/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

Inscrição n° 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **EDINALDO PIRES DOS SANTOS, CNPJ 31.390.652/0001-03,** fora julgada **APTA** ao **Edital de Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021**, para os serviços constantes no item 01 da Relação da tabela de valores e serviços da respectiva Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021, produzindo desde já seus efeitos legais.

Nova Maringá/MT, 12 de julho de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 017/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 029/2021, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 017/2021 menor preço por Item, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR MÁQUINAS PESADAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** a ser regido pelas Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006 com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações.

EMPRESA VENCEDORA: **H.S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA**, inscrito no CNPJ N° **05.129.233/0001-02.** ITENS: 01 e 02. VALOR TOTAL **R$ 633.650,00** (seiscentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

Nova Maringá – MT, 12 de julho de 2021.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA - Pregoeira/Port. 029/2021

PORTARIA Nº. 222/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FERIAS

DE SERVIDORES.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – LICENÇA DE FÉRIAS

MAT	NOME	CPF
2589	MARIA GARDENIA DA SILVA	699.922.234-72

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 09 de Julho de 2021, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se

Nova Maringá – MT, 12 de Julho de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

DECRETO N° 032/2021 DE 12 JULHO DE 2021

Súmula: "Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social no Município de Nova Maringá/MT e outras providências".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno do Conselho;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a efetivação da Política de Assistência Social do Município de Nova Maringá/MT;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 13 de Agosto de 2021, tendo como tema central: "**Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".**

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Maringá-MT, 12 de julho de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

DEJANIRA GOMES DA SILVA

Presidente do CMAS

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO

EDITAL DEINEXIGIBILIDADE Nº 003/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

Inscrição n° 002/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **EDNA BARBOSA, CNPJ 42.502.639/0001-15,** fora julgada **APTA** ao **Edital de Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021**, para os serviços constantes no item 03 da Relação da tabela de valores e serviços da respectiva Inexigibilidade nº 003/2021 – Credenciamento nº 001/2021, produzindo desde já seus efeitos legais.

Nova Maringá/MT, 12 de julho de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021

PREGÃO PRESENCIAL 017/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: H.S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA, CNPJ N° **05. 129.233/0001-02.**

DATA DA ASSINATURA: 12/07/2021

VIGÊNCIA: 12/07/2021 a 12/10/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR MÁQUINAS PESADAS PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT. ITEM: 01 e 02. VALOR TOTAL **R$ 633.650,00** (seiscentos e trinta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 020/2021. REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 029/2021/ GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **23/07/2021 as 08h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, Fone: (66) 3537-1120, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Itemcom Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** com recebimento e abertura das documentações e propostas de preços, conforme especificado no Edital de Licitação n° **020/2021.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br .

Nova Maringá - MT, 12 de julho de 2021

ROSIMEIRE SILVA SOUZA - Pregoeira/Port.029/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164, DE 12 DE JULHO DE 2021.

PORTARIA Nº 164, DE 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA para exercer cargo em caráter efetivo **KLEBER GONÇALVES CRUZ** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pelo art. 90, inciso VIII Lei Orgânica Municipal e ainda com fundamento no art. 24 e seguintes da Lei nº 830/2016 e art. 233, inciso II da Lei Orgânica;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear o Sr.**KLEBER GONÇALVES CRUZ,** brasileiro, portador do RG nº 2137742-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 033.120. 641-20, para exercer o cargo efetivo de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA**, habilitado para o quadro de pessoal do Município de Nova Monte Verde – MT, mediante resultado do **Concurso Público Municipal nº 001/ 2020,** homologado em 09 de dezembro de 2020, publicado no Jornal Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM) em 10 de dezembro de 2020.

ARTIGO 2º - O servidor exercerá o cargo à disposição da Secretaria Municipal de Obras do Município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor na sua data de publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 12 de julho de 2021

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 139, DE 12 DE JULHO DE 2021.

DECRETO Nº 139, DE 12 DE JULHO DE 2021.

SUMÚLA: Convoca a IX Conferência Municipal de Assistência Social.

O prefeito municipal de Nova Monte Verde, em conjunto com o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 30 de julho de 2021, tendo como tema central**: "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com Financiamento Público para Enfrentar as Desigualdades e Garantir Proteção Social"**

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Monte Verde – MT, dia 12 de julho de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS.

Prefeito Municipal.

GILMA DE FREITAS MACEDO ASSIS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Monte Verde

---

LICITACAO
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2021

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2021

Processo Administrativo 4069/2021

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 134/2021/ PMNMV/GAB de 30 de Junho de 2021, comunica aos interessados que

foi **PRORROGADA** a data da sessão de abertura e julgamento da licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 27/2021, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** para fins de retificação do Anexo I Termo de Referência do edital de convocação.

A nova data de abertura e julgamento da licitação em questão será no dia **23/07/2021**.

O edital completo e corrigido estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2021 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

Publique-se.

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2021

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 13/2021

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 4053/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde (MT)

CONTRATADO: VALE DO TAPAJOS DIST. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 36.960.961/0001-95

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE PROTETORES FACIAIS, SABONETE LIQUIDO, TERMÔMETRO DIGITAL E TOTEM DISPENSER PARA ÁLCOOL QUE SE FAZEM NECESSARIOS PARA A PREVENÇÃO DO COVID 19 NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT***.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL - R$ 5.793,55 (cinco mil setecentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), que serão pagos após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

VIGÊNCIA – 12 DE JULHO DE 2021 A 12 DE SETEMBRO DE 2021.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

PUBLIQUE-SE.

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2021

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 12/2021

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 3791/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde (MT)

CONTRATADO: BANDEIRAS SA EIRELI

CNPJ: 40.865.707/0001-85

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, MATO GROSSO E DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE -MT, MEDINDO 1,12 X 1,60 CONFECCIONADAS EM NYLON MARÍTIMO, DOIS ILHOSES DE LATÃO PARA FIXAÇÃO EM MASTRO, DUPLA FACE, COM SÍMBOLO ESTAMPADO, IMPRESSA EM ALTA RESOLUÇÃO, RESISTENTE A EXPOSIÇÃO EM AMBIENTE EXTERNO***.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL - R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais), que serão pagos após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

VIGÊNCIA – 12 DE JULHO DE 2021 A 12 DE AGOSTO DE 2021.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 114/2021

PUBLIQUE-SE.

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2021 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2021

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 13/2021** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **VALE DO TAPAJOS DIST. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 36.960.961/0001-95,** pelo valor global de R$ 5.793,55 (cinco mil setecentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 12 DE JULHO DE 2021 A 12 DE SETEMBRO DE 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO
REQUERIMENTO DE DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrito no CNPJ nº 37.465.556/0001-63, com sede no paço municipal, localizada na Avenida Mato Grosso nº 51, Centro no Município de Nova Monte Verde-MT, torna público que requereu junto ao Departamento Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde, a Dispensa de Licenciamento Ambiental, para a ampliação de da Escola Municipal Futuro Feliz – Construção de Garagem.

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2021 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2021

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 12/2021** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **BANDEIRAS SA EIRELI, CNPJ: 40.865.707/0001-85,** pelo valor global de R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais), o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 12 DE JULHO DE 2021 A 12 DE AGOSTO DE 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 47 DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Decreta recesso parlamentar e administrativo e da outras providências."

MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o Art. 13 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º- Decretar recesso Parlamentar na Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT, no período de dia 17 a 31 de Julho de 2021.

Art. 2º- Decretar recesso das atividades administrativa da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, com início no dia 13 e retorno dos serviços administrativos no dia 28 de julho de 2021.

Parágrafo Único: Entretanto no período acima compreendido, os servidores ficarão de sobreaviso, podendo ser convocados aos trabalhos caso seja necessário.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT, em 12 de Julho de 2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

MARCIO TULIO RIBEIRO GONÇALVES

PRESIDENTE

PREFEITURA
DECRETO Nº 4025 , DE 12 DE JULHO DE 2021.

DECRETO Nº 4025 , DE 12 DE JULHO DE 2021.

"Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências".

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Novo Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO que de acordo com o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal a competência para cuidar da saúde pública é comum entre União, Estados e Municípios, cabendo-lhes o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF / DF;

CONSIDERANDO a função estadual de fixar regras e diretrizes para as ações públicas de combate aos efeitos da pandemia, sem ferir a autonomia dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da CF), conforme suas peculiaridades geográficas, econômicas e sociais;

CONSIDERANDO os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que, conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico **nº 490 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso**, de 11 de Julho de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam **69% de taxa de ocupação**.

CONSIDERANDO o Boletim Epidemiológico da Secretária Estadual de Saúde **nº 485 de 06/07/2021** que indica o Município de Nova Nazaré, se encontra no **Risco Moderado**.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 874 de 25 de março de 2021.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 3069 de 19 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a taxa de cobertura vacinal do Município está em **76,86%,** e há evidente declínio de casos confirmados;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecido para o Município de Nova Nazaré a adoção de medidas não farmacológicas excepcional, de caráter temporário instituídas no Decreto Estadual n.º 874/2021, do Governo do Estado de Mato Grosso em especial.

Art. 2º Estando o Município no Risco Moderado Estabelece as seguintes regras**:**

§1.º- evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde**;**

§2.º- isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos; §3.º- quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica

Art. 3º Fica autorizado, no âmbito do município de Nova Nazaré, nos horários normais e habituais, o funcionamento de todas as atividades de comércio e prestação de serviços em geral, bem como atividades religiosas, devendo observar as seguintes medidas de biossegurança necessárias para o desenvolvimento das atividades:

a) disponibilizar, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

b) ampliar, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

c) evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

d) controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

e) controle do fluxo de entrada e saída de pessoas, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio), bem como aferição de temperatura corporal dos clientes na entrada do estabelecimento, mediante termômetro infravermelho, sendo que nas hipóteses de temperatura corporal acima de fora da normalidade (37,5ºc) a entrada deve ser impedida;

f) demarcação (sinalização) no piso, com fita de auto adesão ou produto similar, de distância de no mínimo 50 cm (cinquenta centímetros) dos balcões de atendimento, observada a distância de 1,5m (um metro e meio) entre uma pessoa e outra;

g) em caso de utilização de máquinas eletrônicas de pagamento via cartão de débito ou crédito e demais equipamentos utilizados no atendimento dos clientes, deverão ser higienizados após cada uso, de forma a se evitar a transmissão indireta;

h) limpeza reiterada do sistema de ar condicionado, bem como manutenção de portas abertas visando a constante circulação e renovação do ar natural;

i) em caso de formação de filas externas nos estabelecimentos, garantir a distância mínima de 1,5 (um metro e meio) entre as pessoas;

j) higienização e desinfecção constante dos banheiros ofertados ao público, bem como a desativação de pias e mictórios com distância inferior a 1,5m (um metro e meio) utilizando-se de adesivos para tanto;

k) limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local para estabelecimentos comerciais;

l) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

m) adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

n) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

Art. 4º. Ficam vedadas atividades que provoquem aglomeração de pessoas nas praças, nas proximidades das vias públicas, nos parques públicos e privados; e balneários, em todo território do município de Nova Nazaré-MT, como medida não farmacológica excepcional, de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação e contágio pelo Corona vírus (COVID 19).

§ Único – Ficam proibidos qualquer evento festivo, que cause aglomeração, inclusive em residências particulares.

Art. 5º. Fica vedado o comércio e consumo de narguilés, cigarros eletrônicos (vape), essências e complementos (em quaisquer comércio/ramo de atividade).

Art. 6º. Os bares e restaurantes ficam autorizados a funcionarem em dias e horários normais de suas atividades, desde que observadas as seguintes restrições:

a) O consumo de bebidas alcoólicas nos locais de venda, ficará restrito àqueles sentados à mesa do respectivo estabelecimento, respeitada a capacidade permitida para seu funcionamento, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

b) Ocupação das mesas com no máximo 04 (quatro) pessoas, e distanciamento de 02 Mt² exceto se forem da mesma família;

c) Disponibilização de álcool em Gel 70 % em todas as mesas;

d) Disponibilização de pias de preferência do lado externo, para lavagem das mãos;

e) Higienização constante de mesas e cadeiras;

f) Proibição de qualquer tipo de aglomeração, ainda que na parte externa;

Art. 7º - Fica Autorizado as atividades desportivas, desde que sigam às regras estabelecidas pela Secretária de Esportes em especial:

a) Aferição de temperatura corporal dos atletas na entrada dos locais de esportes, mediante termômetro infravermelho, sendo que nas hipóteses de temperatura corporal acima de fora da normalidade (37,5ºc) a entrada deve ser impedida;

b) Separação de atividades entre veteranos e aberto;

c) Controle rigoroso para evitar qualquer tipo de aglomeração;

d) Disponibilização de álcool em Gel na entrada dos locais;

e) Higienização de bolas, redes, outros materiais esportivos e banheiros e vestiários antes e depois de todas as atividades.

§ 1º - A Secretária de Esportes determinara calendário das atividades e uso dos campos, quadras e outros locais de atividades desportivas.

§ 2º - Fica Vedado a utilização de campos, quadras, sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Esportes;

a) O disposto nesse paragrafo não se aplica as atividades praticadas nos locais públicos e ao ar livre de forma individual.

Art. 8º. Os Templos Religiosos poderão funcionar em seus dias e horários normais habituais, obedecidas as medidas estabelecidas no **Art. 3º e 13º** dessa Lei.

Art. 9º. É obrigatório o isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, bem como de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos.

Parágrafo único. O descumprimento deste isolamento por determinação do órgão de Saúde do Município, implicará em multa de 30 UFPM (trinta Unidades Fiscal Padrão do Município).

Art. 10º - É Obrigatório o uso de máscaras faciais em todo território do Município de Nova Nazaré-MT.

Art. 11º. O descumprimento das demais medidas impostas por este Decreto (em especial o não uso - de máscaras faciais) implicará em multa de:

a) 25 UFPM (Vinte e cinco Unidades Fiscal Padrão do Município) Pessoa Física;

b) 50 UFMP (Cinquenta Unidades Fiscal Padrão do Município) Pessoa Jurídica;

Art. 12º. Nos casos de reincidência os valores acima serão aplicados em dobro e nas atividades comerciais sujeitarão à suspensão do alvará do estabelecimento por 15 (quinze) dias.

Art. 13º. Os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, estão permitidos, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, limitado ao público máximo de 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Art. 14º. Em caso de descumprimento, as autoridades poderão, além da multa prevista neste Decreto, impor as penalidades previstas no artigo 10 da Lei Federal nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, e conduzir o autuado à Delegacia de Polícia Civil pela prática de crime contra a saúde pública, nos termos do artigo 268 do Código Penal, com pena de detenção de até um ano, além de multas.

Art. 15º. Considerando que a taxa de Ocupação de UTI no Estado de MT está **abaixo de 85%** no Território do Estado de Mato Grosso conforme Boletim Informativo **nº 490/2021**, **fica suspensa temporariamente a restrição de circulação** de pessoas no âmbito do Município de Nova Nazaré-MT.

Art. 16º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, suspendendo-se temporariamente as demais proibições constantes no decreto **3069/2021.**

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré-MT aos 12 de Julho de 2021

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
DECRETO N°4026 DE 12 DE JULHO DE 2021.

DECRETO N°4026 DE 12 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARÉ – MT.

O Sr. ***JOÃO TEODORO FILHO***, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Conceder férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Nova Nazaré - MT, de 17 de JULHO de 2021 a 01 de AGOSTO de 2021.

Parágrafo único: O previsto no art. 1º não se aplica aos servidores que atuam como vigia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal de Nova Nazaré - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO INTEMPESTIVO POR ORDEM JUDICIAL/PMNO

REFERENTE à TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO 0129/2018/PMNO, CONTRATO Nº 65-2018

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: empresa **VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ-026.367.2090001/81** Localizada na av. historiador Rubens de Mendonça nº1756 ed. SB tower sala 2302, Bairro alvorada CEP: 78.048-000 na cidade de Cuiabá-MT, representada pelo Senhor Maykon StYver Ferreira Alves, portador do RG: 1709430 SSP/MT e CPF: 018.887.371-66.

MOTIVO: Tendo em vista o não cumprimento da sentença supracitada na sua integralidade, e na pretensão de ofertar a oportunidade da empresa Contratada a cumprir a decisão em seu inteiro teor a Contratante adita o prazo de vigência do contrato 65/2018.

VIGÊNCIA: 14/07/2021 A 13/08/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0100000000

08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0124000000

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇAO DE ESTRADAS VICINAIS (NOVA CONQUISTA) NO PERIMETRO RURAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT COM EXTENSÃO DA ESTRADA DE 14,85 KM CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO.

Nova Olímpia-MT, 12 de julho de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 165 DE 12 DE JULHO DE 2021

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu art.67;

R E S O L V E:

Designar os servidores para acompanhamento e fiscalização de contrato administrativo ata de registro de preços, n°12000024/2021/PMNO e seu contrato n° 69/2021 oriundos do Pregão Presencial nº024, processo administrativo n°095, cujo o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO COM PLACA, PAINEL OU LETREIRO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE/MT**

Art. 1º - designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/ MT, para responder pelo acompanhamento e fiscalização dos CONTRATO ADMINISTRATIVO, oriundo do Pregão Presencial nº 024/2021/PMNO. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2021PMNO, EMPRESA: **URBANISTÍCA SERVIÇOS SOCIAS EIRRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.352.553/0001-20,

Art. 2º Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal, firmado entre o município de Nova Olímpia – MT, e empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia MT, os servidores abaixo relacionados:

ELIANE OLIVEIRA COSTA

CPF:913.852.291-87

TESTEMUNHAS

NEIVA SOARES ORLANDO

CPF:009.695.541-41

FISCAIS DE CONTRATO

Responsáveis pelos objetos requisitados pelas SECRETARIAS: Municipal de Saúde Nova Olímpia/MT.

Art.3º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município. Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de julho de 2021.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 010 DE 09 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: ***DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE SERVIÇO, VALORES E CARGA HORÁRIA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOA FÍSICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EXERCÍCIO DE 2021.***

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Nova Olímpia. Estado de Mato Grosso, em Reunião Ordinária do dia 09 de julho de 2021, e registrada na ata de nº 005/2021/CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar *o Quadro Demonstrativo de Serviço, valores e carga horária para contratação temporária de pessoa física para atender as necessidades de serviços e programas da secretaria municipal de assistência social exercício de 2021.*

1. - QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROFISSIONAIS E QUANTIDADE DE VAGAS, VALORES E CARGA HORÁRIA CONFORME DESCRITO ABAIXO:

Profissionais para Credenciamento (Pessoa Física) descrição da função:	CARGA HORÁRIA semanal	VALOR UNITÁRIO R$	VAGAS	PERÍODO /MESES
Serviço profissional nível superior (**Assistente Social**), para atendimento no CRAS; Registro no respectivo Conselho; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente à Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 3. 000,00	01	12
Serviço profissional nível superior (**Psicólogo**), para atendimento no CRAS- Centro de Referencia da Assistencia Social; Registro no respectivo Conselho; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente à Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 3. 000,00	01	12
Serviço Profissional de nível médio como **Agente Social** junto ao CRAS - Centro de referência da Assistência Social; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente a Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 1. 596,00	01	12
Serviço Profissional de nível médio como **Agente Social** junto ao CREAS - Centro de Referencia Especializado de Assistência Social; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente a Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 1. 596,00	01	12
Serviço Profissional de nível médio como **Agente Social** junto a Equipe Volante; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente a Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 1. 596,00	01	12
Serviço Profissional de nível médio como Orientador Social junto ao CREAS; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente a Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	40 horas	R$ 1. 796,00	01	12

Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogadas as disposições contrárias.

Nova Olímpia - MT, 09 de julho de 2021.

MARIA RITA DUARTE DE ALMEIDA

Presidente do CMAS

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3688/2021

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: NARLENE KEYLLA SANTOS

Através do Teste Seletivo N.º 001/2021 realizado em 07 de Fevereiro de 2021.

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 2.164,61 (Dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavo).

Vigência: 12/07/2021 à 28/02/2022.

Nova Olímpia MT, 12 de Julho de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

SIMPREV
PORTARIA Nº 09/2021.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ***Sra.Maria Aparecida Dezinho."***

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal, e Art. 89, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 852 de 16 de julho de 2009 que rege a previdência municipal; Lei complementar 014/2008 que Instituiu a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Poder Executivo do Município de Nova Olímpia; e Lei Complementar Municipal nº 070/2020 que dispõe sobre a concessão de Revisão Geral Anual ao vencimento dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à Senhora **Maria Aparecida Dezinho**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 0519781-3 SESP/MT e CPF nº 377.974.501-10, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "D", Nível "10", matriculada sob nº 92, lotada na Secretaria Municipal de Saúde; com jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais, **contando com 31 (trinta e um) anos, 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias de tempo de contribuição**; com proventos integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme o processo administrativo do **SIMPREV**, nº **2021. 04.00007P,** a partir da data de **06/07/2021** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **06 de julho de 2021**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia - MT, 09 de julho de 2021.

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000024/2021/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 024/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 095/2021/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: URBANISTÍCA SERVIÇOS SOCIAS EIRRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.352.553/0001-20, com sede na Rua Poxoréu,n°204, Bairrro Alvorada na cidade de Cuiabá/MT, neste ato, representada pelo Sr. Aluísio Dias de Souza, Brasileiro, solteiro , advogado, portador da Cédula de identidade RG n°907115- SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 571.923.671-68, residente e domiciliado na Rua Santa Genoveva ,apto301,QD09,bloco A2, Jardim Aeroporto ,Várzea Grande/MT,CEP 78125070 (65)3055-0209,999719020 e-mail caasmt@outlook.com.

VALOR GLOBAL PARA O FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
URBANISTÍCA SERVIÇOS SOCIAS EIRRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.352.553/0001-20	R$ 44. 000,00(quarenta e quatro mil)

DOTAÇAO ORÇAMENTARIA FONTE DE RECURSO
06060021030100192123339039000001460000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO COM PLACA, PAINEL OU LETREIRO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, **VIGENCIA: 12/07/2021 A 12/07/2022.**

Nova Olímpia - MT, 12 de julho de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT.

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB: 24323

ASSESSOR JURIDICO

O presente extrato foi analisado e aprovado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2021/PMNO

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 024/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2021/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: a empresa **URBANISTÍCA SERVIÇOS SOCIAS EIRRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.352.553/0001-20, com sede na Rua Poxoréu,n°204, Bairro Alvorada na cidade de Cuiabá/MT, neste ato, representada pelo Sr. Aluísio Dias de Souza, Brasileiro, solteiro , advogado, portador da Cédula de identidade RG n°907115- SSP/ MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 571.923.671-68, residente e domiciliado na Rua Santa Genoveva ,apto301,QD09,bloco A2, Jardim Aeroporto ,Várzea Grande/MT,CEP 78125070 (65)3055-0209,999719020 e-mail caasmt@outlook.com,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO COM PLACA, PAINEL OU LETREIRO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE-MT

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL LICITADO
URBANISTÍCA SERVIÇOS SOCIAS EIRRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.352.553/0001-20,	R$44.000,00 (Quarenta e quatro mil),

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06600210310019212333900000146000000

VIGENCIA: 12/07/2021 A 12/07/2022.

Nova Olímpia-MT, 12 de julho de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA MT.

Gustavo da Silva Ferreira

OAB-24323

O presente extrato foi analisado e aprovado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2021/PMNO DE 01 DE JULHO DE 2021.

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 3.761, PAGINA 330.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO Nº 28.032 PAGINA 81.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO – SEÇÃO 3, Nº 122, PAGINA 232.

ONDE SE LE: **VIGENCIA: 30/06/2021 A 30/06/2022**

LEIA-SE: **VIGENCIA: 30/06/2021 A 30/06/2022**.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO
CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3630/2021

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: ANDREZA LEANDRO DA SILVA

Através do Teste Seletivo N.º 001/2021 realizado em 07 de Fevereiro de 2021.

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 2.164,61 (Dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavo).

Data do Distrato: 12/07/2021

Nova Olímpia MT,12 de Julho de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200038/2021/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 038/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 129/2021/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: MARINALVA DE JESUS DA SILVA SARIVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.908.983/0001-15, com sede localizado na Av. Ismael José do Nascimento n°614 Centro Tangará da Serra MT, neste ato, representada pelo(a) Sra. Marinalva de Jesus da Silva Saraiva ,Brasileira, portador(a) da Cédula de identidade RG 25268660 - SSP/ ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 242.108.622-15 proprietária residente e domiciliado na Av. Azelino Augustinho Lorenzetti n°335-N ,Parque Tarumá ,em Tangara da Serra- MT CEP78.300-000 Telefone (65)33251993 e sua **PROCURADORA** a Sra. Andreia da Silva Saraiva Matsunaga, Portador(a) da cédula de identidade RG7.968.412-0 e o CPF n°040.918.379-21 reside na Av. Azelino Augustinho Lorenzetti n°335-N Azelino Augustinho Lorenzetti n°335-N em Tangará da Serra-MT,CEP 78. 300-000

GLOBAL PARA CADA FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
MARINALVA DE JESUS DA SILVA SARIVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.908.983/0001-15,	R$ 531.706,50(quinhentos e trinta e um mil, setecentos e seis reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:
06066002103020002021543390030000001020000
06060021030200201058449052000001020000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO E VÁLVULA REGULADORA PARA UNIDADE MISTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA.

VIGENCIA 08/07/2021 Á 08/07/2022.

Nova Olímpia - MT, 12 de julho de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT.

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB: 24323

ASSESSOR JURIDICO

O presente Extrato foi analisada e aprovada pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 011 DE 09 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: ***DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO COFINANCIAMENTO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021.***

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Nova Olímpia. Estado de Mato Grosso, em Reunião Ordinária do dia 09 de julho de 2021, e registrada na ata de nº 005/2021/CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8.742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providencias;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho de Assistência Social;

Considerando a Resolução nº 02/2021/CIB/SETASC/MT, de 15 de abril de 2021. (Dispõe sobre a transferência automática fundo a fundo do FEAS para o FMAS com a finalidade de Cofinanciamento Estadual do SUAS 2021).

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/2021. Valor Cofinanciado: **R$ 66.153,10** (sessenta e seis mil, cento e cinquenta e três reais e dez centavos) para município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - Recomenda-se a utilização dos recursos, as seguintes aplicações:

I – 50% para a execução dos Serviços Socioassistenciais **e** Gestão do SUAS;

II – 50 % para Benefícios Eventuais.

Art. 3º- Recomenda-se a execução física e financeira por serviços, benefícios e gestão, conforme Plano de Ação apresentado ao CMAS.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogadas as disposições contrárias.

Nova Olímpia - MT, 09 de julho de 2021.

MARIA RITA DUARTE DE ALMEIDA

Presidente do CMAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO QUINTO INTEMPESTIVO POR ORDEM JUDICIAL/PMNO

REFERENTE à TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2018/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO 0128/2018/PMNO, CONTRATO Nº 64-2018

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: empresa **VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI, CNPJ-026.367.2090001/81** Localizada na av. historiador Rubens de Mendonça nº1756 ed. SB tower sala 2302, Bairro alvorada CEP: 78.048-000 na cidade de Cuiabá-MT, representada pelo Senhor Maykon StYver Ferreira Alves, portador do RG: 1709430 SSP/MT e CPF: 018.887.371-66.

MOTIVO: Tendo em vista o não cumprimento da sentença supracitada na sua integralidade, e na pretensão de ofertar a oportunidade da empresa Contratada a cumprir a decisão em seu inteiro teor a Contratante adita o prazo de vigência do contrato.

VIGÊNCIA: 14/07/2021 A 13/08/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0100000000

08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0124000000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS (P.A. USIEL PEREIRA) NO PERIMETRO RURAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. ”

Nova Olímpia-MT, 12 de julho de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito municipal, de Nova Olímpia MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO CRISTIANE GOMES ALEXANDRE

Nova Santa Helena/MT. 12 de julho de 2.021.

CONVOCAÇÃO

Prezada Senhora,

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 31 de janeiro de 2.021, vem à presença de V. Senhor., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de ZELADORA, CONVOCÁ-LA a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Processo Seletivo Simplificado 001/2021, munida dos seguintes documentos, sob pena de ser considerada desistente:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) cópia autenticada;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) cópia autenticada;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos (as) candidatos(as) para a efetiva posse.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a.

Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

CRISTIANE GOMES ALEXANDRE RG Nº 1717403-1 SSP/MT

66. 9.9934.2296 CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 4º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: L. M. COMBUSTÍVEIS SANTA HELENA LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito de Nova Santa Helena/MT.

REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhado os preços dos Itens de nº 02,03 e 04 descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 001/2021, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: ITEM 02: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 6,15. ITEM 03: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 4,83. ITEM 04: – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 5,01. Data de Assinatura: 12/07/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0478/2021

PORTARIA Nº. 0478/2021

DATA: 09 DE JULHO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **NOMEAR** a Sra. **FRANCIELE VIEIRA DE ALMEIDA,** portadora da Cédula de Identidade RG n**º.** 123461150 SSP/PR e CPF/MF nº. 061.760.291-39, para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

ART. 2º. Fica concedido à servidora acima RTDE de 80% (oitenta por cento), sobre o salário do cargo em comissão.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 0472/2021.

ART.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de julho de 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0479/2021

PORTARIA Nº. 0479/2021

DATA: 09 DE JULHO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **NOMEAR** a Servidora Sra. **NADINE ALVES GALVÃO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. RG nº 2378808-9 SEJSP/MT e inscrita no CPF nº. 049.875.231-32, efetiva no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** para ocupar o cargo de provimento em Comissão de **DIRETORA DE DEPARTAMENTO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º. Fica concedido à servidora acima RTDE de 100% (cem por cento), sobre o salário do cargo em comissão.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria 0474/2021 e 0475/2021.

ART.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 09 de julho de 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

CONTABILIDADE
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

A Prefeitura de Nova Xavantina, convida a todos para participar da Audiência Pública referente a continuação da apresentação do Orçamento do Município de Nova Xavantina para o quadriênio 2022-2025.

Serão apresentados os Programas e Ações que irão compor o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A apresentação será realizada no dia 14 de Julho as 14:00h e poderá ser visualizada em tempo real no canal **Contabilidade PMNX** no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC_Dvowak91kZBmxNc...

Título: Orçamento 2021-2025

O link da Audiência Pública também poderá ser solicitado via e-mail: contabilidade@novaxavantina.mt.gov.br

Participe, sua presença é muito importante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 009/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves, torna público a quem possa interessar, que está a disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, O BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO PLANO PCASP, e o Relatório Resumido da Execução Orçamentaria – RREO, do mês de JUNHO do exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte, em 12 de julho de 2021

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 022/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 030/2021 EXCLUSIVO E REGIONALIZADO AS MPES

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra terceirizada de profissionais de serviços gerais,conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedoras as empresas

Douglas Soares Moreira da Silva - MEI, inscrita no **CNPJ: 38.133.505/0001-05,** com proposta no valor global de **R$ 38.924,16 (trinta e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos)**, para os **Lotes 01** e **02, João Paulo do Nascimento – MEI,** inscrita no **CNPJ: 40.390.019/0001-06,** com proposta no valor global de **R$ 38.909,76 (trinta e oito mil, novecentos e nove reais e setenta e seis centavos)**, para os **Lotes 03** e **04.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação nos termos do referido edital e seus anexos.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 12 de julho de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº205/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora: **Ana Rigel Santos Souza,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1399691-6 SSP/MT e do CPF Sob Nº 008.045.941-20, lotada na **Secretaria Municipal de Controladoria Interna,** no Cargo de **Controladora Interna,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 12/07/2021 à 26/07/2021, com retorno no dia 27/07/2021.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 12 de julho de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DECRETO: 032/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. SILVANO PEREIRA NEVES, uso

de suas atribuições legais.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento - programa da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT., do exercício de 2.021, um crédito suplementar no valor de **R$ 570.000,00 (QUINHENTOS E SETENTA MIL REAIS)**, autorizado pela Lei Municipal nº. 1.319 de 20 de janeiro de 2021, nas dotações abaixo discriminadas:

0582-11.002.26.782.0015.1050.449051000000-SUPLEMENTACAO 54.500,00 0595-11.002.26.782.0015.2100.339030000000-SUPLEMENTACAO 40.000,00 0610-11.003.15.451.0015.2067.339039000000-SUPLEMENTACAO 20.000,00 0227-08.002.10.302.0006.2015.339039000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00 0169-08.002.10.301.0005.1020.449052000000-SUPLEMENTACAO 7.000,00 0160-08.002.10.122.0117.2121.339030000000-SUPLEMENTACAO 70.000,00 0136-08.002.10.122.0004.1021.449052000000-SUPLEMENTACAO 12.000,00 0363-10.001.12.361.0011.2018.339030000000-SUPLEMENTACAO 7.000,00 0093-06.004.04.121.0002.1003.449052000000-SUPLEMENTACAO 5.500,00 0113-07.001.04.123.0009.1003.449052000000-SUPLEMENTACAO 4.000,00 0177-08.002.10.301.0005.2012.339030000000-SUPLEMENTACAO 25.000,00 0224-08.002.10.302.0006.2015.339030000000-SUPLEMENTACAO 3.000,00 0231-08.002.10.302.0006.2072.339039000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 0231-08.002.10.302.0006.2072.339039000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00 0224-08.002.10.302.0006.2015.339030000000-SUPLEMENTACAO 70.000,00 0233-08.002.10.303.0008.2017.339030000000-SUPLEMENTACAO 20.000,00 0595-11.002.26.782.0015.2100.339030000000-SUPLEMENTACAO 100.000,00 0417-10.002.12.365.0011.1083.449052000000-SUPLEMENTACAO 3.000,00 0647-12.001.20.122.0015.2055.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0140-08.002.10.122.0004.2011.319016000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0158-08.002.10.122.0117.2121.319016000000-SUPLEMENTACAO 25.000,00 0616-11.003.25.752.0015.2077.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0591-11.002.26.782.0015.2066.339030000000-SUPLEMENTACAO 4.000,00 0134-07.002.28.846.0009.2117.339047000000-SUPLEMENTACAO 12.000,00

0655-12.001.20.608.0030.1128.339039000000-SUPLEMENTACAO 2.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 570.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações acima especificadas será utilizado em igual importância por anulação parcial ou total das seguintes dotações, do orçamento-programa do exercício de 2021, abaixo discriminadas, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei Federal nº 4320/64:

0105-06.004.04.122.0002.2008.339092000000-REDUCAO 23.100,00
0107-06.004.04.122.0002.2010.339039000000-REDUCAO 20.000,00
0114-07.001.04.123.0009.1005.449052000000-REDUCAO 20.000,00
0116-07.002.04.123.0009.2071.319004000000-REDUCAO 15.750,00
0133-07.002.28.843.0009.2081.469071000000-REDUCAO 30.000,00
0143-08.002.10.122.0004.2011.339014000000-REDUCAO 15.750,00
0144-08.002.10.122.0004.2011.339030000000-REDUCAO 21.000,00
0147-08.002.10.122.0004.2011.339039000000-REDUCAO 26.250,00
0168-08.002.10.128.0015.2116.339039000000-REDUCAO 12.450,00
0161-08.002.10.122.0117.2121.339036000000-REDUCAO 20.000,00
0198-08.002.10.301.0005.2014.319094000000-REDUCAO 10.500,00
0201-08.002.10.301.0005.2014.339030000000-REDUCAO 40.000,00
0204-08.002.10.301.0005.2014.339039000000-REDUCAO 15.000,00
0208-08.002.10.301.0014.2090.339030000000-REDUCAO 80.000,00
0211-08.002.10.301.0014.2090.339039000000-REDUCAO 20.000,00
0210-08.002.10.301.0014.2090.339036000000-REDUCAO 20.000,00
0212-08.002.10.301.0015.2095.339030000000-REDUCAO 30.000,00
0213-08.002.10.301.0015.2095.339039000000-REDUCAO 30.000,00
0215-08.002.10.302.0006.1027.449052000000-REDUCAO 60.000,00
0221-08.002.10.302.0006.2015.319094000000-REDUCAO 15.750,00
0226-08.002.10.302.0006.2015.339036000000-REDUCAO 20.000,00
0229-08.002.10.302.0006.2015.339092000000-REDUCAO 21.000,00
0239-08.002.10.304.0007.2016.319094000000-REDUCAO 3.450,00 **TOTAL DAS REDUÇÕES 570.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), em 01 de junho de 2021.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2021 PROCESSO Nº 035/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2021

PROCESSO Nº 035/2021

MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico 10/2021, cuja abertura ocorreu às 09h00min do **dia 14 de Junho de 2021**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DESPORTO E LAZER E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA.**". Sagrando vencedor empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL
GERACAO 2000 CALCADOS, CONFECCOES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - EPP	03.449.844/0001-02	20	R$ 99.230,90
ANDRE E. S. SCHILLING	02.441.945/0001-74	11	R$ 15.938,45
ARAGAO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	35.942.214/0001-61	13	R$ 75.934,90
JKM COMERCIO INDUSTRIA DE CONFECCOES E SILK-SCREEN LTDA	00.773.352/0001-80	04	R$ 10.420,00
PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS - EIRELI	05.700.700/0001-02	02	R$ 1.662,00
DOMINGOS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI	23.247.045/0001-60	01	R$ 660,00
AZZURE INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS EIRELI	37.082.727/0001-75	01	R$ 5.184,00

VALOR TOTAL R$ 209.030,25 (DUZENTOS E NOVE MIL E TRINTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **12 de Julho de 2021.**

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, através de suas atribuições legais torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – Análise de Currículo, para provimento de cargos em Caráter Temporário para o quadro de servidores Público Municipal, conforme dispõe o art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 464/2021 de 05 de Julho de 2021, para contratação de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal/88, para substituições de vagas decorrentes de designação do titular de cargo efetivo para o exercício de funções gratificadas, licenças médicas, licença prêmio, licenças Maternidade, licenças sem remuneração, qualificação profissional, licença eleitoral, vagas abertas decorrente de aposentadoria e outras, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração(site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... e no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio e jornal da AMM e compreenderá: 1ª etapa – análise curricular, de caráter classificatório; 2ª Etapa - comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

2. A Comissão Especial para a Coordenação e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado foi designada através da Portaria Nº 208 de 05 de Julho de 2021, sendo nomeados: Cassis Glebia Luz Rego – Presidente, Maria Jose. S.N. de Moura - Secretária, Marcelo dos Santos Lopes – Membro, André Pereira Dias - Membro e Samantha Porto da Silva Lopes - Membro;

3. O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

4. Os candidatos contratados pelo Regime Jurídico Estatutário de natureza especial e prevalecendo o Regime Geral da Previdência Social- RGPS/INSS como regime previdenciário.

5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

6. O contrato será por tempo determinado de até 06 (seis) meses.

7. Extinguir-se-á pelo término do prazo contratual e respectivas prorrogações, por iniciativa do contratante.

8. Para todos os fins deste Processo Seletivo Simplificado será considerado o horário oficial de Brasília/MT.

2 – DAS VAGAS, CARGA HORARIA, REMUNERAÇÃO E EXIGÊNCIAS.

1- O presente Edital de Chamada para provimento de cargo da Prefeitura Municipal para contratação por tempo determinado alcançará os cargos, conforme quadro abaixo:

Vagas para a Zona Urbana e vila trindade (zé 300)				
Cargo	**Vagas**	**Vencimento (R$)**	**Horária Semanal**	**Requisitos**
Auxiliar de Serviços Gerais	**02** (04 cadastro reserva)	1.100,00	40h	Ensino Fundamental Incompleto – **01 vaga para Vila Trindade (Zé 300), deverá ser residente da comunidade.**

Agente SEMA	02	1.100,00	40 h	Ensino Médio Completo e RAIS Amadora - Habilitação de embarcação
Assistente Social	01	2.017,90	10 h	Superior Completo em Assistência Social e Registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso.
Coveiro	01	1.100,00	40h	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	**02** (01 cadastro reserva)	6.053,81	40h	Superior Completo em Enfermagem e Registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso.
Motorista Socorrista	01	1.674,43	40h	Ensino Fundamental Completo e/ Habilitação Categoria “D” ou “E”
Professor em Pedagogia	**01** (01 cadastro reserva)	3.246,90	40h	Licenciatura em Pedagogia
Técnico em Enfermagem	**01** (01 cadastro reserva)	1.674,43	40h	Curso técnico de nível médio e habilitação legal

2. A pessoa com deficiência deverá declarar sua condição na Ficha de Inscrição anexando respectivo laudo de comprovação.

3. A carga horária poderá ser modificada, em qualquer época do ano, por excepcional interesse desta Municipalidade.

3 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 - art. 3º).

2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

5. Possuir aptidão física e mental.

6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

4 - DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, 10% (dez por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal n.º 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal n.º 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDIO PARA DEFICIENTES**, deste Edital.

1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá obrigatoriamente anexar laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 1.1 deste Edital.

1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação.

1.3. Considerando ser cadastro reserva, não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 1.1.

1.4. Se na aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

3. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Simplificado, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

5. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1. Apresentar juntamente com a ficha de inscrição os documentos comprobatórios, nos dias úteis, das **08h00min do dia 19/07/2021 às 17h00min do dia 23/07/2021**, observado o horário de Brasília/DF, através do e-mail: processoseletivo2021@novosantoantonio.mt.gov.br.

2. As inscrições serão realizadas mediante o preenchimento do formulário através do e-mail do processo seletivo pelo candidato, da ficha de inscrição para o cargo desejado e anexar os documentos comprobatórios, cujo conteúdo norteia a pontuação de cada situação a ser comprovada:

a) Cursos de Pós-graduação no cargo a que se candidata neste processo;

b) Cursos complementares no cargo a que se candidata neste processo;

c) Documentos pessoais (CPF e Identidade).

3. Os candidatos inscritos como portadores de deficiência que desejarem entregar a documentação comprobatória de sua condição.

4. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

5. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

6. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

7. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização de prazos estipulados.

8. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

10. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

11. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

12. O preenchimento do cadastro e a entrega da documentação comprobatória são de inteira responsabilidade do candidato. Não serão realizados cadastros condicionais e/ou extemporâneos, nem aceitos via postal, e-mail ou por fax e nem por Procuração.

13. O candidato que declarar falsamente qualquer informação será excluído do processo, se confirmada tal situação, sujeitando-se às consequências legais pertinentes.

14. Só será aceito um único cadastro, por candidato. Em havendo mais de um cadastro, prevalecerá o de data/hora mais recentes.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO

1. Os interessados deverão apresentar, no ato da inscrição, cópia dos seguintes documentos **no formato de PDF**:

a) Currículo;

b) Comprovante de escolaridade (certificado ou declaração);

c) Comprovante de experiências profissionais (carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou declaração de comprovação de experiência profissional). A comprovação de experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração do empregador contendo seu CNPJ ou CPF, datada e assinada especificando função e período (s) prestado (s) ou carteira profissional, desde que esteja especificado a função e o cargo pleiteado;

d) Comprovante de cursos complementares (certificado ou declaração);

e) CPF, Carteira de Identidade;

f) Ficha de Inscrição – ANEXA V.

7 - DO PROCESSO SELETIVO

1. O Processo Seletivo Público Simplificado consistirá em análise curricular.

2. A Comissão Organizadora analisará e selecionará os currículos segundo critérios de experiência profissional, formação acadêmica e cursos complementares relacionados ao objeto da contratação, nos limites fixados neste edital e conforme os quadros abaixo:

EXPERIENCIA PROFISSIONAL		
Experiência Profissional na Area relacionada ao cargo que concorrer	**Pontos**	
Até 01 ano	0,50	
De 01 até 02 anos	1,00	
De 02 até 03 anos	1,50	
De 03 até 04 anos	2,00	
De 04 até 05 anos	2,50	
FORMAÇÃO ACADÊMICA		
Curso	**Pontuação**	
Fundamental incompleto	0,50	
Fundamental completo	**1,00**	
Médio incompleto	1,50	
Médio completo	2,00	
Graduação	3,00	
Pós Graduação (Especialização)	3,50	
Mestrado	5,00	
Doutorado	7,00	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**

Cursos de formação/capacitação continuada realizados na área de atuação. Obs.: Será considerando os cursos a partir do ano de 2018.	0,50 (meio) ponto p/cada 40 horas.	5,00
Artigo publicado em Revistas cientifica.	0,25 (vinte e cinco centésimos) p/ cada	3,00
Participação como ministrante em Seminários, Fóruns, Conferências, Simpósios e Ciclo de Palestras, na área da de atuação.	0,25 (vinte e cinco centésimos) p/ cada certificado	2,00

PARA FINS ESPECIFICO DO CARGO DE MOTORISTA		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
HABILITAÇÃO CATEGORIA “D” ou “E”	3,00	3,00
Curso de Socorrista	1,00	1,00

PARA FINS ESPECIFICO DO CARGO DE AGENTE DA SEMA		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
HABILITAÇÃO CATEGORIA “B”	3,00	3,00
RAIS AMADOR – Habilitação de embarcação	3,00	3,00

3. Para efeito de aferição da pontuação dos candidatos serão considerados os somatórios cumulados do tempo de experiência profissional, bem como do somatório cumulado dos cursos complementar estreitamente pertinente ao cargo pretendido, limitada a pontuação máxima demonstrada nos quadros acima.

4. Na aferição da pontuação acadêmica dos candidatos das áreas de graduação superior será considerada uma única especialização.

5. É de responsabilidade dos candidatos, no momento do preenchimento da ficha de inscrição, apresentar as declarações dos períodos de atuação profissional e os cursos complementares, se houver que comporão os elementos de aferição da pontuação classificatória final.

8 – DA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

1. No prazo de 05 (cinco) dias, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

2. Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como, no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

3. Não serão aceitas inscrições e não serão analisados documentos incompletos ou apresentados em formato diverso ao solicitado fora das especificações estabelecidas neste Edital.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

1. O resultado será divulgado na Internet, no site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparencia/Outros-Servicos/Processo-seletivo/, no mural da Prefeitura Municipal e jornal da AMM.

2. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado disporá de 01 (um) dia útil, o qual devera ser protocolado via e-mail: processoseletivo2021@novosantoantonio.mt.gov.br, das **07h00min às 17h00min**, observado o horário de Brasília/DF, junto à comissão organizadora.

3. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação da pontuação provisória e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido de até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

4. Os recursos julgados serão divulgados no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... no mural da Prefeitura Municipal não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

5. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentado, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

7. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. A classificação ocorrerá por ordem decrescente de pontos, obedecida a seguinte ordem da somatória dos títulos e tempo de serviço.

2. No caso de empate, o desempate será em favor do candidato:

a) Maior graduação;

b) Maior tempo de serviço;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As vagas serão preenchidas de acordo com a disponibilidade financeira, a necessidade de preenchimento por ordem de prioridade e, respeitando os dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. O Contrato poderá ser rescindo quando ocorrer:

2.1. Insuficiência de desempenho profissional, verificada por instrumento próprio e atestada pela direção da respectiva unidade de lotação;

2.2. Que apresentar ao longo do vínculo, quantidade excessiva de faltas, justificadas ou não.

2.3. Automaticamente, quando terminado o prazo contratual, por iniciativa do contratado ou, ainda, a qualquer momento, por conveniência da Prefeitura.

3. Os candidatos deverão respeitar a carga horária.

4. Sendo convocado, o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas para se apresentar, caso contrário será convocado o próximo na ordem de classificação, entendida sua desistência.

5. Se por qualquer impedimento o candidato selecionado, mesmo tendo comparecido à convocação, não puder iniciar as atividades no prazo de 48 (quarenta e oito) horas será considerado desclassificado, sendo convocado o próximo na ordem de classificação.

6. No ato de apresentação após a convocação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

7.1. (uma) foto 3 x 4;

7.2. Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

7.3. Cópia do Título de Eleitor;

7.4. Cópia do CPF;

7.5. Cópia da Carteira de Identidade;

7.6. Cópia do PIS/PASEP;

7.7. Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

7.8. Cópia do Comprovante de Residência;

7.9. Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido;

7.10. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

7.11. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

7.12. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 (sete) anos;

7.13. Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 a 14 anos;

7.14. Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

7.15. Declaração de Bens de valores que constituem o patrimônio;

7.16. Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade;

7.17. Laudo médico;

7.18. Cópia do Comprovante de Conta Corrente Bancária. BRADESCO, CAIXA E BANCO BRASIL;

7.19 Cópia Registro no Conselho de Classe;

7.20 Certidão de Regularidade do Conselho de Classe, quando for o caso.

7.21 RAIS AMADOR – Habilitação de Embarcação (para cargo de agente da SEMA).

7.22 Cópia da CNH – Cargo de motorista

8. O contrato poderá ser extinto por iniciativa exclusiva do Município caso o profissional não corresponda às expectativas no desempenho de suas funções e for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, má conduta ou, ainda, quando expirado o prazo para contratação por tempo determinado previsto na legislação municipal pertinente.

9. O Candidato contratado compromete-se ao fiel cumprimento do prazo contratual e, portanto, se compromete a não acumular remunerações de cargos, funções ou emprego públicos em nenhum dos 03 (três) Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou em qualquer Entidade da Administração Indireta (Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas), ressalvadas as hipóteses permissivas do art. 37, inciso XVI, da CF/88.

10. O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 06 (seis) meses.

11. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

13. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

14. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado imediatamente ao ser convocado, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas fases previstas neste Edital. A não apresentação no prazo previsto da convocação será considerado desistente a vaga pleiteada.

15. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções imediatamente.

16. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos, perderá automaticamente o direito à contratação.

17. A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado, para atender necessidades da Prefeitura Municipal, seguindo rigorosa ordem de classificação.

18. A classificação no Processo Seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

19. A Administração Municipal definirá o seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

20. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

21. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e divulgado no site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc...

22. Os resultados divulgados no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... caráter oficial.

23. O candidato classificado no Processo Seletivo poderá desistir, definitivamente.

24. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado a Secretaria Municipal de Administração, até o dia útil anterior à data da contratação.

25. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

26. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado.

27. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

28. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT e no endereço eletrônico: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc...

29. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corrido a partir da sua data de publicação.

30. Faz parte deste Edital os anexos I a V.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Novo Santo Antônio - MT, 12 de Julho de 2021.

_____

Adão Soares Nogueira

Prefeito Municipal

_____

Secretária Municipal de Administração

_____

Presidente da Comissão

_____

Secretaria da Comissão

_____

Membro da Comissão

ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO	
Cargo	**Atribuições**
Auxiliar de Serviços Gerais	Executar as tarefas determinadas pelos secretários Municipais ou superiores da secretária em que estiver lotado, podendo inclusive se responsabilizar pelo uso de equipamentos e recursos para consecução dessas atividades.
Agente Ambiental SEMA	Executar as tarefas determinadas pelo seu superior, Realizar monitoramento no interior e entorno do Parque Estadual do Araguaia. Demonstrar capacidade de comunicação; Administrar conflitos; Emitir Auto de Inspeção e Notificação; Manter autocontrole; Lacrar equipamentos quando usados em atividades irregulares; Preencher fichas cadastrais; Verificar documentação do vistoriado; Verificar equipamentos e sistemas de controle ambiental e sanitário; Acompanhar o desembargo de obras e atividades; Preencher relatórios administrativos; Solicitar a expedição de auto pela polícia; Emitir ofícios; Gerenciar o tempo; Acompanhar termos de compromisso; Elaborar material didático; Solicitar documentação ao fiscalizado; Dar orientações técnicas aos interessados; Encaminhar denúncias; Verificar existência de irregularidades ambientais e sanitárias; verificar cumprimento das exigências legais e técnicas; Encaminhar documentos para supervisão CUCO/SEMA; Realizar Barreiras de controle de entrada e saída de veículos, pessoas no interior do Parque Estadual do Araguaia; Conduzir veículos oficiais e Embarcações oficiais;
Assistente Social	Executar as atividades de planejamento, supervisão, coordenação, elaboração, execução e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos de políticas sociais que atendam as necessidades e interesse da população bem como dos servidores municipais, prestando serviços de âmbito social, individualmente e/ou em grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos de inclusão social, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes e por funções de direção.

Coveiro	Executar a manutenção e limpeza do cemitério municipal, zelando por suas instalações e limítrofes, abrir covas, assim como executar o trabalho de sepultamento dos *de cujus*; executar outras atividades correlatas.
Enfermeiro	Executar as atividades de planejamento, supervisão, coordenação, organização, formulação, elaboração e execução de serviços de enfermagem em unidades de saúde e assistenciais, bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes e por funções de direção.
Motorista Socorrista	Executar atividades de condução de veículos próprios para transportes de pacientes no Município ou fora dele, em atendimento à urgência e emergência, baseado em procedimentos internos, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes.
Professor de Pedagogia	**I. Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica;** **II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito especifico de sua atuação;** **III. Participar da elaboração do Plano Político-Pedagógico;** **IV. Desenvolver a regência efetiva;** **V. Controlar e avaliar o rendimento escolar;** **VI. Executar tarefas de recuperação dos conteúdos de alunos;** **VII. Participar de reunião de trabalho;** **VIII. Desenvolver pesquisa educacional;** **IX. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;** **X. Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;** **XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; e** **XII. Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;** **XIII. Participar da formação continuada da Unidade Escolar;** **XIV. Efetuar no diário de classe, os registros diários de frequência dos alunos, conteúdos, resultados das avaliações e os dias trabalhados, conforme calendário escolar, e;** **XV. Assegurar que o término do ano letivo, a carga horária da disciplina ou área de conhecimento não seja inferior à da matriz curricular.**
Tecnico em Enfermagem	Executar os serviços pertinentes a sua categoria, como também cumprir as determinações superiores, inclusive responsabilizar-se pelos equipamentos e recursos para consecução de suas atividades.

ANEXO II – CRONOGRAMA	
Data	**Evento**
12/07/2021	Publicação do Edital
19/07/2021 à 23/07/2021	Inscrições
26/07/2021 à 30/07/2021	Análise de Curriculum
02/08/2021, às 17h00min	Divulgação da Classificação Provisória
03/08/2021, das 08h00 às 17h00min	Prazo de Recurso
05/08/2021, às 17h00min	Divulgação do Resultado Classificatório
06/08/2021, das 07h00 às 17h00min	Prazo de Recurso
10/08/2021, às 17h00min	Divulgação do Resultado Definitivo para Homologação

ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____, sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo, conforme Edital do Processo Seletivo nº 002 /2021.

_____/MT, _____de _____ de 2021.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

Requerente:_____
Cargo: _____
Nº RG:_____ Nº CPF:_____
Requeiro a atribuição da pontuação de _____ (_____) pontos, referentes ao Título no Edital nº 002/2021 , para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.
Nestes termos peço deferimento
Novo Santo Antônio -MT _____/_____/_____

Em Cumprimento ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021 da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio -MT.
( ) Deferimos o Requerimento
( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe_____ (_____) pontos.
( ) Indeferimos o requerimento

_____ _____ _____
Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V – FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CARGO ____

CANDIDATO (preencher com letra legível)

Nome:			Data nascimento:
Identidade (RG):	CPF:	Naturalidade:	Nacionalidade/Pais (se estrangeiro):

ENDEREÇO

Rua, nº, etc:		Bairro:
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone Fixo/ Celular:		E-mail:

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Especificar documentos entregues:
Quantidade de paginas entregues:

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

Caixa de texto: Declaro serem verdadeiras todas as informações aqui prestadas e por elas assumo integral responsabilidade comprometendo – se a comprová –las sempre que necessário. Novo Santo Antônio – MT, _____/_____/_____ _____ Assinatura do candidato ou representante (com procuração)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, através de suas atribuições legais torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado – Análise de Currículo, para provimento de cargos em Caráter Temporário para o quadro de servidores Público Municipal, conforme dispõe o art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 464/2021 de 05 de Julho de 2021, para contratação de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal/88, para substituições de vagas decorrentes de designação do titular de cargo efetivo para o exercício de funções gratificadas, licenças médicas, licença prêmio, licenças Maternidade, licenças sem remuneração, qualificação profissional, licença eleitoral, vagas abertas decorrente de aposentadoria e outras, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração(site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... e no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio e jornal da AMM e compreenderá: 1ª etapa – análise curricular, de caráter classificatório; 2ª Etapa - comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

2. A Comissão Especial para a Coordenação e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado foi designada através da Portaria Nº 208 de 05 de Julho de 2021, sendo nomeados: Cassis Glebia Luz Rego – Presidente, Maria Jose. S.N. de Moura - Secretária, Marcelo dos Santos Lopes – Membro, André Pereira Dias - Membro e Samantha Porto da Silva Lopes - Membro;

3. O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

4. Os candidatos contratados pelo Regime Jurídico Estatutário de natureza especial e prevalecendo o Regime Geral da Previdência Social- RGPS/INSS como regime previdenciário.

5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

6. O contrato será por tempo determinado de até 06 (seis) meses.

7. Extinguir-se-á pelo término do prazo contratual e respectivas prorrogações, por iniciativa do contratante.

8. Para todos os fins deste Processo Seletivo Simplificado será considerado o horário oficial de Brasília/MT.

2 – DAS VAGAS, CARGA HORARIA, REMUNERAÇÃO E EXIGÊNCIAS.

1- O presente Edital de Chamada para provimento de cargo da Prefeitura Municipal para contratação por tempo determinado alcançará os cargos, conforme quadro abaixo:

Vagas para a Zona Urbana e vila trindade (zé 300)				
Cargo	**Vagas**	**Vencimento (R$)**	**Horária Semanal**	**Requisitos**
Auxiliar de Serviços Gerais	**02** (04 cadastro reserva)	1.100,00	40h	Ensino Fundamental Incompleto – **01 vaga para Vila Trindade (Zé 300), deverá ser residente da comunidade.**
Agente SEMA	02	1.100,00	40 h	Ensino Medio Completo e RAIS Amadora - Habilitação de embarcação
Assistente Social	01	2.017,90	10 h	Superior Completo em Assistência Social e Registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso.
Coveiro	01	1.100,00	40h	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	**02** (01 cadastro reserva)	6.053,81	40h	Superior Completo em Enfermagem e Registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso.
Motorista Socorrista	01	1.674,43	40h	Ensino Fundamental Completo e/ Habilitação Categoria “D” ou “E”
Professor em Pedagogia	**01** (01 cadastro reserva)	3.246,90	40h	Licenciatura em Pedagogia
Técnico em Enfermagem	**01** (01 cadastro reserva)	1.674,43	40h	Curso técnico de nível médio e habilitação legal

2. A pessoa com deficiência deverá declarar sua condição na Ficha de Inscrição anexando respectivo laudo de comprovação.

3. A carga horária poderá ser modificada, em qualquer época do ano, por excepcional interesse desta Municipalidade.

3 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 - art. 3º).

2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

5. Possuir aptidão física e mental.

6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

4 - DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, 10% (dez por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal n.º 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal n.º 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do **ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDIO PARA DEFICIENTES**, deste Edital.

1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá obrigatoriamente anexar laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 1.1 deste Edital.

1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação.

1.3. Considerando ser cadastro reserva, não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 1.1.

1.4. Se na aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

3. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Simplificado, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

5. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1. Apresentar juntamente com a ficha de inscrição os documentos comprobatórios, nos dias úteis, das **08h00min do dia 19/07/2021 às 17h00min do dia 23/07/2021**, observado o horário de Brasília/DF, através do e-mail: processoseletivo2021@novosantoantonio.mt.gov.br.

2. As inscrições serão realizadas mediante o preenchimento do formulário através do e-mail do processo seletivo pelo candidato, da ficha de inscrição para o cargo desejado e anexar os documentos comprobatórios, cujo conteúdo norteia a pontuação de cada situação a ser comprovada:

a) Cursos de Pós-graduação no cargo a que se candidata neste processo;

b) Cursos complementares no cargo a que se candidata neste processo;

c) Documentos pessoais (CPF e Identidade).

3. Os candidatos inscritos como portadores de deficiência que desejarem entregar a documentação comprobatória de sua condição.

4. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

5. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

6. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

7. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização de prazos estipulados.

8. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

10. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

11. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

12. O preenchimento do cadastro e a entrega da documentação comprobatória são de inteira responsabilidade do candidato. Não serão realizados cadastros condicionais e/ou extemporâneos, nem aceitos via postal, e-mail ou por fax e nem por Procuração.

13. O candidato que declarar falsamente qualquer informação será excluído do processo, se confirmada tal situação, sujeitando-se às consequências legais pertinentes.

14. Só será aceito um único cadastro, por candidato. Em havendo mais de um cadastro, prevalecerá o de data/hora mais recentes.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO

1. Os interessados deverão apresentar, no ato da inscrição, cópia dos seguintes documentos **no formato de PDF**:

a) Currículo;

b) Comprovante de escolaridade (certificado ou declaração);

c) Comprovante de experiências profissionais (carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou declaração de comprovação de experiência profissional). A comprovação de experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração do empregador contendo seu CNPJ ou CPF, datada e assinada especificando função e período (s) prestado (s) ou carteira profissional, desde que esteja especificado a função e o cargo pleiteado;

d) Comprovante de cursos complementares (certificado ou declaração);

e) CPF, Carteira de Identidade;

f) Ficha de Inscrição – ANEXA V.

7 - DO PROCESSO SELETIVO

1. O Processo Seletivo Público Simplificado consistirá em análise curricular.

2. A Comissão Organizadora analisará e selecionará os currículos segundo critérios de experiência profissional, formação acadêmica e cursos complementares relacionados ao objeto da contratação, nos limites fixados neste edital e conforme os quadros abaixo:

EXPERIENCIA PROFISSIONAL		
Experiência Profissional na Area relacionada ao cargo que concorrer	**Pontos**	
Até 01 ano	0,50	
De 01 até 02 anos	1,00	
De 02 até 03 anos	1,50	
De 03 até 04 anos	2,00	
De 04 até 05 anos	2,50	
FORMAÇÃO ACADÊMICA		
Curso	**Pontuação**	
Fundamental incompleto	0,50	
Fundamental completo	**1,00**	
Médio incompleto	1,50	
Médio completo	2,00	
Graduação	3,00	
Pós Graduação (Especialização)	3,50	
Mestrado	5,00	
Doutorado	7,00	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
Cursos de formação/capacitação continuada realizados na área de atuação. Obs.: Será considerando os cursos a partir do ano de 2018.	0,50 (meio) ponto p/cada 40 horas.	5,00
Artigo publicado em Revistas cientifica.	0,25 (vinte e cinco centésimos) p/ cada	3,00
Participação como ministrante em Seminários, Fóruns, Conferências, Simpósios e Ciclo de Palestras, na área da de atuação.	0,25 (vinte e cinco centésimos) p/ cada certificado	2,00

PARA FINS ESPECIFICO DO CARGO DE MOTORISTA		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
HABILITAÇÃO CATEGORIA “D” ou “E”	3,00	3,00
Curso de Socorrista	1,00	1,00

PARA FINS ESPECIFICO DO CARGO DE AGENTE DA SEMA		
Curso	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
HABILITAÇÃO CATEGORIA “B”	3,00	3,00
RAIS AMADOR – Habilitação de embarcação	3,00	3,00

3. Para efeito de aferição da pontuação dos candidatos serão considerados os somatórios cumulados do tempo de experiência profissional, bem como do somatório cumulado dos cursos complementar estreitamente pertinente ao cargo pretendido, limitada a pontuação máxima demonstrada nos quadros acima.

4. Na aferição da pontuação acadêmica dos candidatos das áreas de graduação superior será considerada uma única especialização.

5. É de responsabilidade dos candidatos, no momento do preenchimento da ficha de inscrição, apresentar as declarações dos períodos de atuação profissional e os cursos complementares, se houver que comporão os elementos de aferição da pontuação classificatória final.

8 – DA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

1. No prazo de 05 (cinco) dias, a Comissão deverá proceder à análise dos currículos.

2. Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como, no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

3. Não serão aceitas inscrições e não serão analisados documentos incompletos ou apresentados em formato diverso ao solicitado fora das especificações estabelecidas neste Edital.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

1. O resultado será divulgado na Internet, no site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparencia/Outros-Servicos/Processo-seletivo/, no mural da Prefeitura Municipal e jornal da AMM.

2. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado disporá de 01 (um) dia útil, o qual devera ser protocolado via e-mail: processoseletivo2021@novosantoantonio.mt.gov.br, das **07h00min às 17h00min**, observado o horário de Brasília/DF, junto à comissão organizadora.

3. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação da pontuação provisória e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido de até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

4. Os recursos julgados serão divulgados no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... no mural da Prefeitura Municipal não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone, ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

5. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentado, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

7. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. A classificação ocorrerá por ordem decrescente de pontos, obedecida a seguinte ordem da somatória dos títulos e tempo de serviço.

2. No caso de empate, o desempate será em favor do candidato:

a) Maior graduação;

b) Maior tempo de serviço;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As vagas serão preenchidas de acordo com a disponibilidade financeira, a necessidade de preenchimento por ordem de prioridade e, respeitando os dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. O Contrato poderá ser rescindo quando ocorrer:

2.1. Insuficiência de desempenho profissional, verificada por instrumento próprio e atestada pela direção da respectiva unidade de lotação;

2.2. Que apresentar ao longo do vínculo, quantidade excessiva de faltas, justificadas ou não.

2.3. Automaticamente, quando terminado o prazo contratual, por iniciativa do contratado ou, ainda, a qualquer momento, por conveniência da Prefeitura.

3. Os candidatos deverão respeitar a carga horária.

4. Sendo convocado, o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas para se apresentar, caso contrário será convocado o próximo na ordem de classificação, entendida sua desistência.

5. Se por qualquer impedimento o candidato selecionado, mesmo tendo comparecido à convocação, não puder iniciar as atividades no prazo de 48 (quarenta e oito) horas será considerado desclassificado, sendo convocado o próximo na ordem de classificação.

6. No ato de apresentação após a convocação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

7.1. (uma) foto 3 x 4;

7.2. Cópia do Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

7.3. Cópia do Título de Eleitor;

7.4. Cópia do CPF;

7.5. Cópia da Carteira de Identidade;

7.6. Cópia do PIS/PASEP;

7.7. Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);

7.8. Cópia do Comprovante de Residência;

7.9. Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido;

7.10. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

7.11. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

7.12. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 (sete) anos;

7.13. Comprovante de Frequência Escolar dos filhos de 05 a 14 anos;

7.14. Cópia da folha de identificação de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

7.15. Declaração de Bens de valores que constituem o patrimônio;

7.16. Declaração se detém Cargo Estatutário ou Comissionado na esfera da Administração Pública ou se recebe proventos de inatividade;

7.17. Laudo médico;

7.18. Cópia do Comprovante de Conta Corrente Bancária. BRADESCO, CAIXA E BANCO BRASIL;

7.19 Cópia Registro no Conselho de Classe;

7.20 Certidão de Regularidade do Conselho de Classe, quando for o caso.

7.21 RAIS AMADOR – Habilitação de Embarcação (para cargo de agente da SEMA).

7.22 Cópia da CNH – Cargo de motorista

8. O contrato poderá ser extinto por iniciativa exclusiva do Município caso o profissional não corresponda às expectativas no desempenho de suas funções e for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, má conduta ou, ainda, quando expirado o prazo para contratação por tempo determinado previsto na legislação municipal pertinente.

9. O Candidato contratado compromete-se ao fiel cumprimento do prazo contratual e, portanto, se compromete a não acumular remunerações de cargos, funções ou emprego públicos em nenhum dos 03 (três) Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou em qualquer Entidade da Administração Indireta (Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas), ressalvadas as hipóteses permissivas do art. 37, inciso XVI, da CF/88.

10. O Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 06 (seis) meses.

11. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

13. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

14. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado imediatamente ao ser convocado, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas fases previstas neste Edital. A não apresentação no prazo previsto da convocação será considerado desistente a vaga pleiteada.

15. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções imediatamente.

16. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos, perderá automaticamente o direito à contratação.

17. A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado, para atender necessidades da Prefeitura Municipal, seguindo rigorosa ordem de classificação.

18. A classificação no Processo Seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

19. A Administração Municipal definirá o seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

20. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

21. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e divulgado no site https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc...

22. Os resultados divulgados no site: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc... caráter oficial.

23. O candidato classificado no Processo Seletivo poderá desistir, definitivamente.

24. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado a Secretaria Municipal de Administração, até o dia útil anterior à data da contratação.

25. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

26. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado.

27. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

28. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT e no endereço eletrônico: https://www.novosantoantonio.mt.gov.br/Transparenc...

29. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corrido a partir da sua data de publicação.

30. Faz parte deste Edital os anexos I a V.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Novo Santo Antônio - MT, 12 de Julho de 2021.

_____

Adão Soares Nogueira

Prefeito Municipal

_____

Secretária Municipal de Administração

_____

Presidente da Comissão

_____

Secretaria da Comissão

_____

Membro da Comissão

ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO	
Cargo	**Atribuições**
Auxiliar de Serviços Gerais	Executar as tarefas determinadas pelos secretários Municipais ou superiores da secretária em que estiver lotado, podendo inclusive se responsabilizar pelo uso de equipamentos e recursos para consecução dessas atividades.
Agente Ambiental SEMA	Executar as tarefas determinadas pelo seu superior, Realizar monitoramento no interior e entorno do Parque Estadual do Araguaia. Demonstrar capacidade de comunicação; Administrar conflitos; Emitir Auto de Inspeção e Notificação; Manter autocontrole; Lacrar equipamentos quando usados em atividades irregulares; Preencher fichas cadastrais; Verificar documentação do vistoriado; Verificar equipamentos e sistemas de controle ambiental e sanitário; Acompanhar o desembargo de obras e atividades; Preencher relatórios administrativos; Solicitar a expedição de auto pela polícia; Emitir ofícios; Gerenciar o tempo; Acompanhar termos de compromisso; Elaborar material didático; Solicitar documentação ao fiscalizado; Dar orientações técnicas aos interessados; Encaminhar denúncias; Verificar existência de irregularidades ambientais e sanitárias; verificar cumprimento das exigências legais e técnicas; Encaminhar documentos para supervisão CUCO/SEMA; Realizar Barreiras de controle de entrada e saída de veículos, pessoas no interior do Parque Estadual do Araguaia; Conduzir veículos oficiais e Embarcações oficiais;
Assistente Social	Executar as atividades de planejamento, supervisão, coordenação, elaboração, execução e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos de políticas sociais que atendam as necessidades e interesse da população bem como dos servidores municipais, prestando serviços de âmbito social, individualmente e/ou em grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos de inclusão social, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes e por funções de direção.
Coveiro	Executar a manutenção e limpeza do cemitério municipal, zelando por suas instalações e limítrofes, abrir covas, assim como executar o trabalho de sepultamento dos *de cujus*; executar outras atividades correlatas.
Enfermeiro	Executar as atividades de planejamento, supervisão, coordenação, organização, formulação, elaboração e execução de serviços de enfermagem em unidades de saúde e assistenciais, bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes e por funções de direção.
Motorista Socorrista	Executar atividades de condução de veículos próprios para transportes de pacientes no Município ou fora dele, em atendimento à urgência e emergência, baseado em procedimentos internos, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, podendo ainda responsabilizar-se pela coordenação de equipes.
Professor de Pedagogia	**I. Participar da formulação de políticas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica;** **II. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito especifico de sua atuação;** **III. Participar da elaboração do Plano Político-Pedagógico;** **IV. Desenvolver a regência efetiva;** **V. Controlar e avaliar o rendimento escolar;** **VI. Executar tarefas de recuperação dos conteúdos de alunos;** **VII. Participar de reunião de trabalho;** **VIII. Desenvolver pesquisa educacional;** **IX. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;** **X. Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;** **XI. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; e** **XII. Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;** **XIII. Participar da formação continuada da Unidade Escolar;** **XIV. Efetuar no diário de classe, os registros diários de frequência dos alunos, conteúdos, resultados das avaliações e os dias trabalhados, conforme calendário escolar, e;** **XV. Assegurar que o término do ano letivo, a carga horária da disciplina ou área de conhecimento não seja inferior à da matriz curricular.**
Tecnico em Enfermagem	Executar os serviços pertinentes a sua categoria, como também cumprir as determinações superiores, inclusive responsabilizar-se pelos equipamentos e recursos para consecução de suas atividades.

ANEXO II – CRONOGRAMA	
Data	**Evento**

12/07/2021	Publicação do Edital
19/07/2021 à 23/07/2021	Inscrições
26/07/2021 à 30/07/2021	Análise de Curriculum
02/08/2021, às 17h00min	Divulgação da Classificação Provisória
03/08/2021, das 08h00 às 17h00min	Prazo de Recurso
05/08/2021, às 17h00min	Divulgação do Resultado Classificatório
06/08/2021, das 07h00 às 17h00min	Prazo de Recurso
10/08/2021, às 17h00min	Divulgação do Resultado Definitivo para Homologação

ANEXO III – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a)_____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____, sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo, conforme Edital do Processo Seletivo nº 002 /2021.

_____/MT, _____de _____ de 2021.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

Requerente:_____

Cargo: _____

Nº RG:_____ Nº CPF:_____

Requeiro a atribuição da pontuação de _____(_____) pontos, referentes ao Título no Edital nº 002/2021 , para fins de classificação no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

Nestes termos peço deferimento

Novo Santo Antônio -MT _____/_____/_____

Em Cumprimento ao Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2021 da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio -MT.

( ) Deferimos o Requerimento

( ) Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe_____ (_____) pontos.

( ) Indeferimos o requerimento

_____ _____ _____

Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro da Comissão

ANEXO V – FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CARGO ____

CANDIDATO (preencher com letra legível)

Nome:			Data nascimento:
Identidade (RG):	CPF:	Naturalidade:	Nacionalidade/Pais (se estrangeiro):

ENDEREÇO

Rua, nº, etc:		Bairro:
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone Fixo/ Celular:		E-mail:

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Especificar documentos entregues:
Quantidade de paginas entregues:

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

Caixa de texto: Declaro serem verdadeiras todas as informações aqui prestadas e por elas assumo integral responsabilidade comprometendo – se a comprová –las sempre que necessário. Novo Santo Antônio – MT, _____/_____/_____ _____ Assinatura do candidato ou representante (com procuração)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 145/2021

PORTARIA Nº. 145/2021

01 DE JULHO DE 2021

"Dispõe sobre a Criação do Núcleo Municipal de Regularização Fundiária – NMRF bem como designa os integrantes do Núcleo e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, Senhor Leonardo Faria Zampa no uso de suas atribuições e considerando o Acordo de Cooperação Técnica Nº. 556/2021, Processo nº. 54000.013945/2021-53 firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – INCRA:

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Núcleo Municipal de Regularização Fundiária que funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e na Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em Barra do Garças-MT situada na Rua Raimundo de Melo, nº. 129, Centro.

Art. 2º - As atividades e atribuições do Núcleo Municipal de Regularização Fundiária estão especificadas no Acordo de Cooperação Técnica Nº. 556/2021 firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT.

Art. 3º - Designar os servidores (a) abaixo relacionados para Coordenar, Supervisionar e Monitorar os trabalhos do Núcleo Municipal de Regularização Fundiária.

NOME	FUNÇÃO
GISELA PATRICIA DE CARVALHO	COORDENADORA
ARIANNE STEFFANI GONÇALVES Q. DA SILVA.	SUPERVISORA
RAYMORA REZENDE DA SILVA	MONITORA

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - *Revoga - se as disposições em contrário.*

Dado Ciência Registre-se Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO

01 DE JULHO DE 2021

LEONARDO FARIA ZAMPA

Pref. Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 149/2021

PORTARIA Nº 149/2021

12 JULHO DE 2021

"Dispõe sobre a Nomeação do Chefe de Departamento de Empreendedorismo e Agricultura Familiar, cargo de livre nomeação e exoneração e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 6º da Lei Municipal 454/2007 de 1º de fevereiro de 2007.

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica Nº. 556/2021 entre a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Processo nº. 54000.013945/2021-53.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear para o cargo de Chefe de Departamento de Empreendedorismo e Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-Mt a Senhora: Gisela Patrícia de Carvalho portadora do RG: 0856324-1 e do CPF: 550.194.981-49.

Art. 2º - Conforme Acordo de Cooperação Técnica nº. 556/2021 firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a referida funcionária prestará seus serviços Sede do INCRA na cidade de Barra do Garças-MT situada na Rua João Pessoa, nº 164, Centro.

Art. 3º - As atribuições e atividades que serão desenvolvidas pela nomeada junto ao INCRA estão em conformidade com o exposto no Acordo de Cooperação Técnica 556/2021 e na Portaria nº. 145/2021 de 01 de julho de 2021 que cria o Núcleo Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, aos doze dias do mês de Julho de 2021.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1990/2021.

D E C R E T O Nº 1990/2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 2058/2021, de 08 de fevereiro de 2021, de conformidade com o artigo nº 167, inciso V da Constituição Federal e Artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais), no Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

01.001.01.031.0002.2002.3390.39.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 95.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 95.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

01.001.01.031.0002.2002.3190.94.00.00.

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 95.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 95.000,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 09 de julho de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

09 / 07 / 2021.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1986/2021.

D E C R E T O Nº 1986/2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 2182/2021, de 21 de junho de 2021, de conformidade com o artigo 43, §1º, inciso II da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 66.354,60 (Sessenta e Seis Mil, Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta Centavos), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:

08.003.08.244.0015.1253.3390.30.00.00

Fonte.: 0.1.43.000000 – Transf. Rec. do Estado p/ Ações de Assistência Social.....
.....R$ 36.354,60

08.003.08.244.0015.1253.4490.52.00.00

Fonte.: 0.1.43.000000 – Transf. Rec. do Estado p/ Ações de Assistência Social.....
.....R$ 30.000,00

TOTAL
.....R$ 66.354,60

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizado o recurso oriundo de Excesso de Arrecadação do **Fundo a Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, Decreto n. 721, de 23 de novembro de 2020 do Governo do Estado de Mato Grosso e Resolução nº 02 de 15 de abril de 2021**, conforme Art. nº 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.43.000000 – Transf. Rec. do Estado p/ Ações de Assistência Social.....
.....R$ 66.354,60

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 66.354,60

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 21 de junho de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

21 / 06 / 2021.

_____

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 233 DE 21 DE JUNHO DE 2021.

PORTARIA N° 233 DE 21 DE JUNHO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Transferir o servidor **Arlindo de Almeida Silva**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o **Fundeb 60% Ens. Fundamental**;

2 – Transferir o(a) servidor(a) **Elson Gouveia Vieira** da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para a Secretaria Municipal de Transporte;

3 – Transferir o(a) servidor(a) **Vivian Micaelli Stacke** da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para a Secretaria Municipal de Transporte;

4 – Promover o(a) servidor(a) **Fabiana Serafim do Nascimento** – Psicólogo, para a Classe “B” Nível “02”;

5 – Promover o(a) servidor(a) **Vanessa Godoi de Souza** – Agente de Serviços Gerais, **para** a Classe “C” Nível “04”;

6 – Promover o(a) servidor(a) **Charles Diogo Becker** – Vigia, para a Classe “C” Nível “04”;

7 – Promover o(a) servidor(a) **Francisco Alves de Arruda** – Motorista de Veículo Pesado, **para** a Classe “C” Nível “09”;

8 – Promover o(a) servidor(a) **Ana Neris Rocha** – Costureira, para a Classe “C” Nível “04”;

9 – Promover o(a) servidor(a) **Cleunizangela Silva Pereira** – Agente de Serviços Gerais, para a Classe “C” Nível “04”;

10 – Promover o(a) servidor(a) **Judite Chiodi** – Agente Comunitária de Saúde, **para** a Classe “C” Nível “05”;

11 – Promover o(a) servidor(a) **Sudário Rodrigues Borges** – Agente de Combate a Endemias, **para** a Classe “C” Nível “10”;

12 – Conceder Afastamento para Exercício em outro Órgão ou Entidade, conforme Art. 122, da Lei 024/1997, a servidora **Janayle de Faria Miranda** – Bioquímico Farmacêutico, a partir do dia 01 de junho de 2021;

13 – Promover o (a) servidor (a) **Aparecida Costa Alves** – Apoio Administrativo Educacional I, **para** a Classe “B” Nível “08”;

14 – Transferir os servidores abaixo relacionados da Man das Ativ da Sec de Finanças e Dept - Lei Kandir nº 176/2020 para Man Ativ Sec Financas E Departamentos:

Darci Silverio de Faria

Dorivan Lima Ribeiro

Edelson Stefani

Edimilson de Matos

Gabrieli de Oliveira Silva

Itamar Rodrigues

Izabel Pereira Barreira

Jair Carneiro Ribas

Jose Antônio dos Santos Filho

Jose Carlos dos Santos

Kennedy de Oliveira Macaubas

Leandro de Matos Silva

Leonildo Fabian

Luciane Maria Thomas

Orlando Pereira de Freitas

Rosangela Queiroz Martins

Sivaldo Pereira dos Santos

Vitor Cezar da Silva Anfilofev

Vonabio Cordeiro da Silva

15 – Transferir os servidores abaixo relacionados da Man das Ativ da Sec de Administração e Planejamento - Lei Kandir nº 176/2020 para Man Ativ Sec Administ. E Departamentos:

Abilio Moraes Ramos

Aldeni Pereira de Oliveira

Ana Paula Bastos da Silva Ferreira

Benvinda Rodrigues Galdino

Ciene Dias Ferreira

Devenilson da Silva

Francielle Figueiredo Silva

Maria Aparecida Gloria da Silva

Maria Barbosa da Silva

Osvaldina Ribeiro de Souza

Rosirei de Almeida Silva dos Santos

Sabta Taylla Biazin da Silva

Simara Paulina Roesler

16 – Transferir os servidores abaixo relacionados da Man. Das Ativ. Do Dept de Serviços Urbanos - Lei Kandir nº 176/2020 para Man Ativ Do Dep Servicos Urbanos:

Adair Bernini da Silva

Agmar Francisco da Silva

Alessandre Silva

Antônia Margarida Gomes

Antônio Carlos Pereira de Oliveira

Aparecida Ferreira da Costa

Aurisino da Conceição Ferreira

Bibiano Souza Chagas

Cirilo Lucio de Viveiros

Clemerson Rodolfo Furtado da Silva

Cristirlly Oliveira

Denivaldo dos Santos

Deuzinei de Almeida Silva

Ederson Joel Santin

Edivair Gonçalves de Araujo

Geracino Martins Vieira

Helio Silva Ferreira

Ide Antônio dos Santos

Irene dos Santos

Izaias Ferreira do Nascimento

Joel dourado de França

Jose Agnaldo Barbosa

Jovair Liborio da Silva

Julio Ferreira de Oliveira

Katiane Furtado da Silva Barbosa

Lauriano Cicero da Cruz

Luzinete Rodrigues de Arruda

Manoel Lazaro de Brito

Marcelo Braz Venuti

Maria Aparecida dos Santos Tondorf

Maria Auxiliadora dos Santos

Maria de Fatima Oliveira

Marilene de Souza

Marilza dos Santos

Marina Aparecida Rodrigues de Aguiar

Marina Maria de Jesus Carvalho

Marinete Felix da Silva

Moises Cavaleiro Torres

Natalia Pinto Pelegrine

Nilton Moises Fragoso

Odair Fernandes Tondorf

Quelle Furtado de França

Rosalino Pereira de Jesus

Roseni dos Santos Silva

Signey Francisco dos Santos

Sudario Rodrigues Borges

Valdecy Barreto dos Santos

Valdemir Gomes Coimbra

Vestas Melo Rodrigues

Vicente Francisco da Silva

Vinicius Lima da Silva

Wesley Vilela Teixeira

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 21 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 21 de junho de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 246 DE 12 DE JULHO DE 2021.

PORTARIA N° 246/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE VILINCIA E FISCALIZAÇÃO SANITARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Arquiteto, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. RENAN ANTONIO ANGELIM RODRIGUES**, portador (a) do RG Nº 1995497-2 SSP/MT, CPF Nº 039.772.541-89, para desempenhar o Cargo de **Agente de Vigilância e Fiscalização Sanitária**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 12 de julho de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. RENAN ANTONIO ANGELIM RODRIGUES, portador (a) do RG n° 1995497-2 SSP/MT e do CPF nº 039.772.541-89, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **AGENTE DE VIGILANCIA E FISCALIZAÇÃO SANITARIA**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 246/2021 de 12 de julho de 2021.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

RENAN ANTONIO ANGELIM RODRIGUES

AGENTE DE VIGILANCIA E FISCALIZAÇÃO SANITARIA

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do (a) servidor (a).

Paranatinga-MT, 12 de julho de 2021.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

Pregão Presencial

Nº 45/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2021 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui o objeto da presente Licitação a Contratação de contratação de Empresa Especializada a locação de Máquinas Pesadas, **PÁ CARREGADEIRA** potência 180 hp, capacidade da caçamba 2m³, peso operacional 12.000 kg, **RETRO ESCAVADEIRA** sobre rodas, tração 4x4, potência de 72hp, caçamba carregadeira capacidade mínima 1m³, caçamba retro de 0,18m129,12 , **ROLO COMPACTADOR** vibratório, com peso operacional mínimo de 12 (doze) toneladas ou superior, potência mínima de 120 hp ou superior, ano/modelo mínimo 2011 ou superior, em bom estado de conservação, motorista e manutenção por conta da empresa contratada, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Nova data de Abertura da Sessão: Dia 26/07/2021. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/1756. Em 12 de julho de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT.

Dispensa de Licitação 50/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: MULTI COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP. CNPJ: 14.232.071/0001-24.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de 02 (dois) Bebedouros para o Pronto Atendimento Municipal,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Paranatinga/MT.

Fundamento Legal: Com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$: 4.498,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e oito reais).

Data da contratação: 12/07/2021.

Dispensa de Licitação 50/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **JANE RIBEIRO DE SOUZA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 12 de julho de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N° 1991. DE 12 DE JULHO DE 2021

DECRETO N° 1991. DE 12 DE JULHO DE 2021

***"*DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 1980 DE 09 DE JUNHO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA MINIMIZAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19), NO SETOR PRIVADO DO MUNICIPIO DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, SOBRETUDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78, VI; 11, II E 164, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 12 do Decreto n. 1980 09 de junho de 2021 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 12. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12 de julho de 2021, tendo que este decreto terá validade até de 12 de agosto de 2021, podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1985/2021.

D E C R E T O Nº 1985/2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 2179/2021, de 21 de junho de 2021, de conformidade com o artigo 43, §1º, inciso II da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 57.200,00 (Cinquenta e Sete Mil e Duzentos Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:

05.001.10.302.0020.1252.3190.04.00.00

Fonte.: 0.1.42.074000 – Ações de Saúde p/ o Enfrentamento do Coronavirus – COVID 19.....R$ 39.000,00

05.001.10.302.0020.1252.3190.13.00.00

Fonte.: 0.1.42.074000 – Ações de Saúde p/ o Enfrentamento do Coronavirus – COVID 19.....R$ 8.580,00

05.001.10.302.0020.1252.3390.39.00.00

Fonte.: 0.1.42.074000 – Ações de Saúde p/ o Enfrentamento do Coronavirus – COVID 19.....R$ 9.620,00

TOTAL .....R$ 57.200,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizado o recurso oriundo de Excesso de Arrecadação das Portarias nºs, 187/2021/GBSES e 249/2020/GBSES, conforme Art. nº 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.: 0.1.42.074000 – Ações de Saúde p/ o Enfrentamento do Coronavirus – COVID 19.....R$ 57.200,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 57.200,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 21 de junho de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

21 / 06 / 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 140/2021 - PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

12 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 856/2015.

Art. 41º A promoção do Profissional da Educação Pública Básica Municipal, de uma classe para outra, imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo e devidamente comprovada.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal

Art. 32º A Progressão Horizontal dos Profissionais da Administração Municipal dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

CONSIDERANDO o Oficio nº 107/DRH/2021.

DECRETA:

Art.1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal aos servidores:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
1	5508	Elaine Borges Rodrigues Ferreira	13/11/2017	Professor (a) 30H	B-02	C-02
2	1519	Gildon de Lima Macedo	18/02/2002	Motorista	A-20	B-20
3	1446	Rosana Gomes de Lima Machado	01/02/2002	Aux. Administrativo	C-20	D-20
4	5622	Sandra Lucia da Silva Rodrigues	03/04/2018	Contínua/ Merendeira	A-04	B-04

Art.2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº 139/2021 - DETERMINAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

DE 12 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a determinação/autorização para adoção de medidas destinadas ao aprimoramento da gestão municipal, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a determinação superior efetuada por meio da Portaria n° 316/2021, de 21 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a avaliação diagnóstica preliminar presente no Relatório de Diagnóstico exarado em decorrência da Portaria n° 316/2021, exarado em 30/06/2021;

CONSIDERANDO que a avaliação diagnóstica realizada aponta a necessidade de uma séria de medidas de gestão, tais como: avaliação e compilação da legislação municipal aplicável aos sistemas administrativos diagnosticados, com consequente proposição de legislação atualizada; estabelecimento de fluxos processuais e procedimentos operacionais padrão no âmbito das atividades desenvolvidas nos sistemas administrativos avaliados; promoção de reforma administrativa no que concerne à organização dos órgãos que integram a administração direta municipal;

CONSIDERANDO que é urgente a necessidade de adoção de medidas destinadas ao aprimoramento da máquina pública municipal, objetivando torna-la mais célere e mais eficiente,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado às Secretarias Municipais de Finanças, de Planejamento e Governo e de Coordenadoria Administrativa a adoção, em caráter de urgência, das medidas necessárias à implementação das ações de gestão sugeridas no Relatório de Diagnóstico preliminar anexo ao presente Decreto.

§1° Caberá à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município a prestação de auxílio técnico e assessoramento jurídico necessários à implementação das medidas ora determinadas.

§2º Para a execução das ações determinadas através do presente Decreto fica autorizada a contratação, mediante procedimento regular, de serviços de assessoria e de consultoria que se fizerem necessários à implementação das medidas voltadas ao aprimoramento da máquina pública municipal.

Art. 2° As ações determinadas no presente decreto deverão ser executadas de forma que as medidas de aprimoramento sugeridas para os sistemas administrativos diagnosticados sejam efetivamente implementadas até o final do corrente exercício.

Parágrafo único: As medidas que por ventura possam vir a acarretar aumento de despesa vedado pela Lei Complementar Federal 173/2020 deverão ser efetivamente implementadas até o final do primeiro trimestre do exercício de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

=Prefeito Municipal=

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE GESTÃO

(Portaria 316/2021)

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS AVALIADOS:

2. Sistema de Controle Interno, visão geral.

3. Sistema de Contratações Públicas: compras e licitações.

4. Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

5. Sistema de Obras Públicas/Serviços de Engenharia.

6. Sistema de Contabilidade e Tributos.

1. Apresentação.

Através da Portaria n° 316/2021 o Chefe do Poder Executivo Municipal determinou a realização de diagnóstico situacional destinado a apontar proposta de resolubilidade para o aprimoramento dos sistemas administrativos que compõem a máquina pública municipal. Destacando-se que o presente relatório abordará, conforme definido em reunião realizada na data de 03/06/2021, os sistemas de contratações públicas, de gestão de recursos humanos, de obras e serviços de engenharia e o Sistema de Controle Interno de uma forma geral.

Neste contexto, o presente diagnóstico considerará os aspectos organizacionais e operacionais dos sistemas administrativos diagnosticados, buscando identificar inconsistências e deficiências de ordem organizacional e operacional assim como a proposição de soluções destinadas ao aprimoramento dos fluxos e processos desenvolvidos no âmbito dos setores administrativos diagnosticados, de maneira a possibilitar o saneamento das deficiências e inconsistências detectadas.

Isto posto, a presente avaliação diagnóstica tem por objetivo:

Identificar, de forma sistemática, a atual situação dos setores administrativos analisados, no que concerne à organização e ao fluxo dos processos realizados nos referidos setores; Avaliar a situação identificada, objetivando identificar as principais deficiências estruturais, organizacionais e sistêmicas nos setores analisados; Propor ações que destinem a subsidiar o Chefe do Poder Executivo na adoção de medidas necessárias ao aprimoramento dos setores analisados, através do saneamento, no todo ou em parte, das deficiências diagnosticadas.

2. Sistema de Controle Interno.

O Sistema de Controle Interno do município de Pedra Preta foi instituído através da Lei Complementar Municipal n° 06/2007, definido pela referida norma legal como sendo:

Art. 2º – O controle interno do Município compreende **o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei**.

De igual modo, a lei complementar municipal 06/2007 estabelece, em seu art. 3°, que:

Art. 3º - **Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas** no âmbito do Executivo e Legislativo Municipais, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:

I – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

II – o controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

III – o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Município efetuado pelos órgãos próprios;

IV – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Os Órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de administrações Direta e Indireta.

Conforme exposto acima, o controle interno municipal deve ser entendido como uma atividade sistêmica **que não se refere apenas à função fiscalizadora a cargo do órgão central do sistema de controle**.

Neste contexto, é imperioso observar que o Sistema de Controle Interno deve ser visto e instituído de modo que os fluxos operacionais das atividades desenvolvidas nos mais diversos setores da administração municipal obedeçam a procedimentos operacionais pré-definidos, em consonância com normas internas e ou instruções normativas expedidas no âmbito de cada sistema administrativo, e à organização administrativa com fluxos hierárquico e processual que propicie o exercício da atividade de controle em todas as suas fases.

De igual modo, é necessário que o Sistema de Controle Interno seja institucionalizado como ferramenta de aprimoramento da gestão pública municipal, através de avaliações periódicas destinadas identificação de deficiências com consequente proposição de soluções destinadas a aprimorar a máquina pública municipal.

Entretanto, a realidade atual demonstra que o Sistema Municipal de Controle Interno apresenta deficiência no que concerne à busca pela máxima aproximação com relação à ação controlada no tempo e no espaço. Não identificando, neste contexto, as situações propiciadoras de ineficiência, o que dificulta a definição das medidas compensatórias e as alterações de processo necessárias ao saneamento das deficiências identificadas. O que, em última análise, propiciaria o aprimoramento da gestão pública municipal.

2.1. Sistema de Controle Interno. Principais Deficiências Detectadas.

Considerando a avaliação efetuada, as principais deficiências constadas no Sistema de Controle Interno do Município foram as seguintes:

a. Ausência de normas de padronização de rotinas que retratem e definam o fluxo operacional das atividades desenvolvidas nos diversos setores administrativos da administração municipal;

b. Organização estrutural de forma a concentrar apenas no órgão central de controle interno (CGM) **o exercício da atividade de controle no âmbito da administração municipal**;

c. Estruturação deficiente do órgão central do sistema de controle interno, **de forma a não contemplar as atividades de ouvidoria e correição**, impossibilitando que o referido órgão atue em todas as frentes de controle.

3. Sistema de Contratações Públicas: compras e licitações.

O Sistema de Contratações Públicas do Município está institucionalizado da seguinte forma:

Subsecretaria de Suprimentos: vinculada a Secretaria de Planejamento e Governo

Departamento de Licitações e Contratos: vinculado a Secretaria Geral e Coordenadoria Administrativa.

Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços: vinculado a Secretaria de Planejamento e Governo.

Comissão Permanente de Licitações: vinculada ao Departamento de Licitações e Contratos.

No que tange à hierarquia existente entre os referidos órgãos/setores, destaca-se que a Subsecretaria de Suprimentos atua como instancia hierárquica imediatamente superior ao Departamento de Licitações e Contratos e Gestor de Pregão e Ata de Registro de Preços.

Já no que concerne ao fluxo processual acerca das atividades de compras e licitações, destaca-se que não há fluxo processual formalizado, assim como não existem procedimentos operacionais-padrão a serem observados pelos servidores que atuam na execução das referidas atividades.

Neste sentido, o cenário exposto acima tem feito com que os processos de aquisições e contratações sejam realizados de forma desordenada, sem a observância de rito sequencial e contínuo, inclusive sem a definição de atividades e de prazos a serem observados em casa fase de realização dos processos (elaboração de termo de referência, fases de cotação, elaboração de edital, emissão de parecer jurídico, dentre outras).

De igual modo, observou-se que os instrumentos contratuais demandam de adaptação e ajustes de modo a permitir maior controle e acompanhamento das execuções contratuais.

De igual forma, constatou-se a inexistência de legislação municipal aplicável à realização e condução de processos administrativos, inclusive processos destinados à aplicação de penalidades a empresas contratadas em virtude de descumprimento de cláusulas contratuais ou que cometerem crime contra a administração pública.

Em última análise, observa-se que o contexto posto acima tem acarretado morosidade excessiva nos processos de compras e contratações públicas, assim como falhas de execuções contratuais caracterizadas, na maioria das vezes, por descumprimentos de prazos contratuais.

3.1. Sistema de Contratações Públicas: Compras e Licitações. Principais deficiências detectadas.

Considerando a avaliação efetuada, as principais deficiências constatadas no Sistema de Contratações foram as seguintes:

a. Inexistência da cultura de planejamento de compras;

b. Inexistência de estudos técnicos preliminares, para assegurar a necessidade da demanda, bem como os quantitativos de aquisições de bens, materiais e serviços;

c. Inexistência de fluxo processual pré-definido, fazendo com que as atividades inerentes aos processos de compras e licitações sejam realizadas de forma desordenada e desorganizada, impedido que o processo percorra por todos os setores e agentes responsáveis de forma sistemática, coordenada e com prazos pré-estabelecidos em todas as suas fases;

d. Inexistência de procedimentos operacionais-padrão, fazendo com que os processos sejam realizados somente com base na legislação geral aplicável, o que acarreta grande morosidade aos processos em virtude da inexistência de “manual” que contenha normas pormenorizadas aplicadas ao fluxo local;

e. Inexistência de cargos públicos que possuam atribuições voltadas a atividades burocráticas, como realização de cotações e pesquisas de preços e elaboração de termos de referência;

f. Existência entre servidores do setor, da cultura do “improviso” das ações desenvolvidas para aquisição de bens, materiais e serviços;

g. Falta de capacitação e treinamento prático para os servidores que atuam na realização das atividades inerentes aos processos de contratações públicas;

h. Necessidade de aprimoramento dos recursos estruturais e tecnológicos, para o exercício das atividades voltadas a aquisições públicas;

4. Sistema de Recursos Humanos.

No que concerne às suas atribuições, espera-se que o Sistema de Recursos Humanos desenvolva as seguintes ações:

a. planejamento das políticas de recursos humanos;

b. estudos quanto a necessidade de cargos e funções;

c. recrutamento, seleção e admissão de pessoal;

d. administração da folha de pagamento;

e. planejamento e promoção de atividades de capacitação e treinamento;

f. avaliação de desempenho funcional;

g. planejamento e promoção de condições adequadas de trabalho.

Entretanto, observa-se que o Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal atua basicamente como órgão administrador da folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Não exercendo,

por conseguinte, as demais funções que deveriam ser exercidas no âmbito do Sistema de RH.

Destacando-se, neste contexto, que a situação constatada decorre da deficiência estrutural do Departamento de Recursos Humanos, que encontra-se institucionalizado apenas voltado às atividades relacionadas à folha de pagamento. Carecendo, neste sentido, de profunda reforma estrutural de forma a dotar o departamento de estrutura normativa, tecnológica e de pessoal necessárias ao desempenho de todas as funções voltadas a uma adequada gestão de pessoal e de recursos humanos.

4.1. Sistema de Gestão de Recursos Humanos. Principais deficiências detectadas.

Considerando a avaliação efetuada, as principais deficiências constatadas no Sistema de Recursos Humanos foram as seguintes:

Setor de Recursos Humanos estruturado apenas como Departamento de Pessoal, cumprimento basicamente a função de operador da folha de pagamento do Poder Executivo Municipal; Inexistência de programa de capacitação continuada e programa de saúde ocupacional permanente; Inexistência de ato normativo que centralize no setor de recursos humanos as ações voltadas à gestão de pessoal do Poder Executivo Municipal; Existência de legislações conflitantes acerca da gestão de pessoal da administração municipal, identificando normas estatutárias em planos de carreira, e vice-versa, antagônicas entre si; Necessidade de atualização de toda a legislação municipal aplicável à gestão de pessoal, sobretudo o estatuto dos servidores; Grande parte dos servidores municipais encontram-se lotados em cargos de apoio, os quais respondem um percentual considerável dos gastos com pessoal do Poder Executivo Municipal**. Indicando a necessidade de reorganização do quadro de cargos de carreira**, de maneira que cargos de apoio, responsáveis pelo desempenho de atividades meio, sejam colocados em extinção; Necessidade de criação de cargos com atribuições de gestão em diversos setores da administração municipal; Inexistência de mecanismos de avaliação funcional permanente, de forma a condicionar a evolução na carreia à obtenção de avaliação satisfatória de desempenho; Inexistência de mecanismos claros de acompanhamento e avaliação de servidores em estágio probatório.

5. Sistema de Obras Públicas/Serviços de Engenharia.

No que tange às suas atribuições, espera-se que o Departamento de Engenharia, órgão técnico do Sistema de Obras e Serviços de Engenharia, atue no planejamento de obras públicas (através da elaboração de estudos de viabilidade e de projetos técnicos necessários às contratações), assim como também na busca pela qualidade das obras e serviços realizados (através do efetivo acompanhamento e fiscalização das obras e serviços contratados).

No entanto, constatou-se que o Departamento de Engenharia do Poder Executivo Municipal não tem conseguido cumprir adequadamente com tais funções. Uma vez que as atividades de estudos e elaboração de projetos são realizadas com acentuada morosidade, e as atividades de acompanhamento e fiscalização estão sendo executadas de forma a não garantir a efetiva qualidade das obras e serviços contratados.

Destacando-se, oportunamente, que a situação diagnosticada decorre da quantidade reduzida de profissionais técnicos voltados ao desempenho das atividades de elaboração de projetos e estudos técnicos, assim como da deficiência estrutural do departamento, no que tange à existência de materiais e equipamentos tecnológicos necessários à realização das referidas atividades.

Já no que tange às deficiências nas atividades de acompanhamento e fiscalização de obras e serviços contratados, destaca-se que tal situação também decorre do número reduzido de servidores voltados ao desempenho das atividades de acompanhamento e fiscalização.

5.1. Sistema de Obras Públicas/Serviços de Engenharia. Principais deficiências detectadas.

Considerando a avaliação efetuada, as principais deficiências constadas no Sistema de Contratações foram as seguintes:

Morosidade acentuada na confecção de projetos técnicos necessários à contratação de obras e serviços de engenharia, ocasionada pela falta de profissionais em quantidade compatível com a demanda de projetos, assim como pela falta de equipamentos necessários; Acompanhamento/fiscalização insuficiente das execuções e obras e serviços de engenharia, decorrente da insuficiência de servidores com atribuições voltadas às atividades de fiscalização de obras públicas; Acompanhamento/fiscalização insuficiente da garantia quinquenal das obras e serviços de engenharia, decorrente da insuficiência de servidores com atribuições voltadas às atividades de fiscalização de obras públicas;

6. Sistema de Contabilidade e Tributos.

Considerando a avaliação efetuada, as principais deficiências constadas no Sistema de Contabilidade e Tributos foram as seguintes:

6.1. Sistema de Contabilidade

Inexistência de fluxo operacional, com normatização de rotinas e regramento de prazo para execução das rotinas; Falta de conhecimento profundo na questão contábil de fontes de recursos e execução orçamentária; Problemática nas informações geradas, visto que impacta no envio da carga contábil da prestação de contas – APLIC; Software contábil falho nas amarras de lançamentos com informações insuficientes ou errôneas; Falta de software de digitalização e gerenciamento de documentos gerados pelos processos contábeis e financeiros; Falta de servidor com conhecimentos no envio das cargas de prestação de contas – APLIC;

6.2. Sistema de Tributos

Inexistência de fluxo e rotinas operacionais; Inexistência de Fiscalização Tributária; Cadastro Imobiliários com diversos erros; Código Tributário desatualizado e Planta Genérica com forma de elaboração de preço do valor venal do imóvel para cobrança de IPTU subjetivo.

6. SUGESTÕES DE MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA O SANEMANTO DAS DEFICIÊNCIAS DIAGNOSTICADAS.

A administração pública no Brasil, de forma geral, é historicamente marcada pelo alto custo do funcionamento da máquina pública estatal, frente a uma qualidade questionável acerca da eficiência e eficácia das obras e serviços prestados à sociedade brasileira. Tornando difícil ao cidadão comum entender por que é tão caro custear um Estado à medida que este mesmo Estado não funciona como se espera em termos de prestação de serviços ao cidadão.

Neste contexto, a Nova Gestão Pública está voltada a um conjunto de argumentos e filosofias administrativas voltadas ao estabelecimento de um padrão organizacional através do qual a Administração Pública busca imitar os métodos gerenciais do setor privado, visando dar maior celeridade e eficiência à administração pública.

Neste sentido, a Nova Gestão Pública objetiva:

A profissionalização da gestão nas organizações públicas; Instituição de padrões de desempenho e medidas de avaliação com objetivos mensuráveis e claramente definidos; Ênfase no controle e nos resultados; Desagregação das grandes unidades do setor público; Utilização de práticas de gestão usualmente empregadas no setor privado; Uso consciente e responsável de recursos públicos, através da implementação de medidas de gestão de custos no setor público.

E com base nos elementos norteadores na Nova Gestão Pública sugere-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com vistas ao saneamento ou mitigação dos efeitos decorrentes das deficiências diagnosticadas, a adoção das seguintes medidas:

6.1. Sistema de Controle Interno:

Reestruturação do Sistema de Controle Municipal, de forma a dotar seu órgão central de mecanismos necessários ao exercício das atividades de au-

ditoria/controle, ouvidoria e correição. Objetivando que o órgão central do Sistema de Controle Interno possa, além de atuar nas ações de auditoria interna, promover o aperfeiçoamento dos sistemas administrativos auditados; Organizar, formalmente, as secretarias municipais de forma a estabelecer as referidas unidades administrativas como unidades integrantes/executoras do sistema de controle interno, com obrigatoriedade de funcionar como a primeira linha de atuação da atividade de controle, através da institucionalização e formalização do fluxo operacional e processual a ser observado no desempenho das atividades a cargo de cada secretaria municipal; Estabelecer mecanismos destinados a orientar a atuação das unidades executoras no que tange ao estabelecimento do fluxo de rotinas internas a cargo de cada unidade, assim como orientar a atuação do órgão central do sistema de controle interno no tocante à instituição de normas de caráter legal a serem observadas quando do estabelecimento e execução das rotinas internas definidas pelas unidades executoras.

d. Adotar medidas no intuito de estruturar o órgão central do sistema de controle interno, **de forma a contemplar as atividades de ouvidoria e correição**, possibilitando que o referido órgão atue em todas as frentes de controle.

6.2. Sistema de Contratações Públicas. Compras e licitações.

Implementar o devido planejamento de compras pública; Formalizar o fluxograma das atividades a serem desenvolvidas no macro processo de contratação pública. De forma a estabelecer as atividades a serem realizadas e prazos a serem observados em cada fase do processo de contratação; Adoção/instituição de procedimentos operacionais padrão pré-definidos, acompanhados de check list, a serem seguidos pelos diversos setores que atuam no macro processo de contratações públicas; Criação de cargos públicos, ou funções, com atribuições específicas ao exercício das atividades inerentes ao processo de contratações públicas. Sobretudo no que concerne às atividades de estudos preliminares de viabilidade, cotações/pesquisas de preços, elaboração de termos de referência e elaboração instrumentos de contratos administrativos; Instituir programa de capacitação e treinamento permanente de servidores e agentes públicos que atuam no macro processo de contratações públicas. Objetivando prover o sistema administrativo de contratações de servidores capacitados para atuação célere e eficiente nas atividades de compras públicas. Disponibilizar recursos materiais e tecnológicos necessários ao funcionamento adequado das atividades a cargo do setor;

6.3. Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Promover a reestruturação do Departamento de Recursos Humanos de forma que o referido órgão não atue apenas como unidade administradora da folha de pagamento do pessoal do Poder Executivo Municipal; Promover programa de capacitação continuada e programa de saúde ocupacional permanente; Promover a compilação e análise de toda a legislação municipal aplicável à gestão de pessoal, de forma a possibilitar a atualização e modernização da legislação existente, inclusive o Estatuto dos Servidores Municipais, sem que decorra da extinção de direitos assegurados aos servidores estáveis; Promover a reorganização do quadro de cargos permanentes do Poder Executivo Municipal, de forma a colocar em extinção cargos empregados essencialmente em atividades meio. Objetivando inverter a tendência atual, que indica maior concentração de servidores nos cargos voltados ao desempenho das atividades meio, para direcionar a maior concentração de servidores nos cargos de gestão técnica e administrativa; Criação de cargos com atribuições voltadas à gestão administrativa das secretarias municipais; Estabelecer mecanismos legais e o fluxo operacional a ser empregados nas atividades de avaliação de desempenho funcional. Que deverão ser realizadas de forma permanente, e não apenas no período de estágio probatório. Inclusive condicionando a movimentação nas carreiras à avaliação satisfatória de desempenho; Instituir/formalizar o rito a ser observado nas atividades de acompanhamento e avaliação de servidores em estágio probatório. De forma a permitir que servidores inaptos para o serviço público possam desligados antes de serem estabilizados no serviço público municipal; Instituição de código de conduta ética do servidor público municipal. Disponibilizar recursos materiais e tecnológicos para o exercício das atividades;

6.4. Sistema de Obras Públicas/Serviços de Engenharia.

Ampliação do número de profissionais de engenharia e arquitetura empregados nas atividades de elaboração de estudos e projetos técnicos necessários à contratação de obras e serviços de engenharia. Através do aumento do número de servidores de carreira ou por meio da contratação de serviços técnicos através de regular processo de contratação; Criação do cargo de fiscal de obras, de forma a permitir que os engenheiros projetistas possam dedicar maior tempo às atividades de elaboração de estudos e projetos técnicos, sem prejuízo da fiscalização que por ventura deva ser realizada exclusivamente pelo profissional técnico responsável pelas obras e ou serviços de engenharia; Adotar medidas no sentido de prover o Departamento de Engenharia de materiais e equipamentos como: computadores e sistemas cuja configuração seja adequada e suficiente ao desempenho das atividades a cargo do departamento; Dotar o Departamento de Engenharia de veículo próprio e materiais de proteção individual para o desempenho das atividades de acompanhamento e fiscalização das obras e serviços contratados.

6.5. Sistema de Contabilidade

Estabelecer fluxo operacional, com normatização de rotinas e regramento de prazo para execução das rotinas; Aprimoramento através de cursos ou contratação de assessoria/consultoria na questão contábil de fontes de recursos e execução orçamentária; Alteração do software Contábil, com módulo de gerenciamento de documentos gerados pelos processos contábeis e financeiros; Aprimoramento através de cursos ou contratação de assessoria/consultoria no envio das cargas de prestação de contas – APLIC;

6.6. Sistema de Tributos

Contratação de Empresa Especializada para estabelecer fluxo operacional, com normatização de rotinas e regramento de prazo para execução das rotinas, elaboração de Código Tributário e Planta Genérica de Valores; Adotar medidas para que o servidor Fiscal de Tributos faça sua atuação em campo, bem como contratação de novas tecnologias para acesso aos dados para fiscalização; Contratação de Empresa ou mão de obra através de seletivo para atualização do Cadastro Imobiliários;

Para a adoção das medidas sugeridas no item 6 deste relatório de diagnóstico, em especial no que tange às ações voltadas a treinamento e capacitação, estabelecimento de fluxogramas de atividades, compilação de normas legais e atualização legislativa, sugere-se a contratação de serviços de consultoria e assessoria especializada. Uma vez que o quadro de cargos do Poder Executivo Municipal não dispõe de cargos cuja atuação gere a expertise necessária à realização das medidas sugeridas.

De igual modo, **sugere-se que concomitante às ações sugeridas sejam adotadas medidas no sentido de promover ampla reforma administrativa voltada à reorganização dos órgãos da administração direta municipal**. De modo a formalizar o organograma da administração municipal, com foco gestão eficiente de processos e de resultados.

Recomendando, ainda, que sejam adotadas as medidas necessárias à instituição de norma legal destinada a regulamentar os atos e procedimentos administrativos no âmbito da administração municipal. Sugerindo que, enquanto não for instituída norma municipal específica, seja editado decreto através do qual o Município adote o regulamento previsto na lei estadual n° 7.692/2002. Que regulamenta o processo administrativo no âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso.

Por fim, esclarecemos ao Chefe do Poder Executivo Municipal que as medidas sugeridas no presente relatório de diagnóstico devem ser instituídas e implementadas o quanto antes, preferencialmente até o final do exercício corrente. De forma a possibilitar que o atual Governo Municipal possa fazer o acompanhamento e avaliação das medidas adotas.

Pedra Preta, 30 de junho de 2021.

Aguinaldo Nunes Barbosa

=Secretário Geral e Coord. Adm.=

Cristiano dos Santos Viana

=Controlador-Geral=

Renato de Oliveira

=Secretário de Finanças=

Vanderlei Roberto Sartori

=Secretário de Planejamento e Governo=

TERMO DE RETIFICAÇÃO - CONTRATO N.º 045/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO

CONTRATO N.º 045/2021

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a vista do Termo de Retificação do Contrato n.º 045/2021, RETIFICAR CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA passando a valer o que segue:

Onde se lê:

Leia-se:

11.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2021, no valor de R$ 196.844,38 (Cento e noventa e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos),correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através dos seguintes elementos:

242 -07.001.12.365.0014.2.034.3.3.90.39.00.0 Manutenção da Educação Infantil.

700 - 11.001.10.302.0020.2.050.4.4.90.51.00.0 Manutenção do Hospital, Policlinica Municipal.

25 – 03.001.04.122.0005.2.012.3.390.39.00.0 Manutenção das Atividades da Secretaria.

83 – 05.001.04.122.0044.2.095.4.4.90.51.00.0 Manutenção do Cemitério.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

Leia-se:

11.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONTRATO no exercício de 2021, no valor de R$ 196.844,38 (Cento e noventa e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos),correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através dos seguintes elementos:

700 - 11.001.10.302.0020.2.050.4.4.90.51.00.0 Manutenção do Hospital, Policlinica Municipal.

25 – 03.001.04.122.0005.2.012.3.390.39.00.0 Manutenção das Atividades da Secretaria.

83 – 05.001.04.122.0044.2.095.4.4.90.51.00.0 Manutenção do Cemitério.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos orçamentos respectivos, em conformidade com o Plano Plurianual.

PEDRA PRETA – MT 12 DE JULHO DE 2021

Quéren Hapuque Silva Costa

CHEFE DO SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA Nº 435/2021 - FÉRIAS REGULARES MARIA DA CRUZ MARTINS DE ARRUDA

DE 12 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/04/2020 à 01/04/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **MARIA DA CRUZ MARTINS DE ARRUDA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **13/07/2021 à 01/08/2021**, sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 385/2021 - FÉRIAS REGULARES SILVIA DESIDERIO CRUZ

21 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **15/10/2020 à 15/10/2021.**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **SILVIA DESIDERIO CRUZ**, concursada no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **01/07/2021 à 20/07/2021,** sendo 10(dez) dias de férias em abono pecuniário, conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal n.º 075/98 de 23 de Março de 1998.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1.219, DE 09 DE JULHO DE 2021.

PORTARIA Nº 1.219, DE 09 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, o Senhor **WEKSLEY DA SILVA GUIDA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 725.818 SSP/TO e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 006.546.751.55, para exercer o cargo em comissão de **Chefe do Departamento Rodoviário**, da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, X, “c”, da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 09 de Julho de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.

2021

PREVI-PAZ

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO **5**
2 - OBJETIVOS DA GESTÃO 7
2 . 1 - META ATUARIAL 7
2 . 2 - PARÂMETROS DE RENTABILIDADE..... 10
3 - GESTÃO DOS RECURSOS..... 14
3 . 1 - FORMAS DE GESTÃO..... 14
3 . 2 - CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR..... 14
3 . 3 - GOVERNANÇA CORPORATIVA..... 18
3 . 3 . 1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS..... 18
3 . 3 . 2 - COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS..... 20
3 . 4 - ORIGEM DOS RECURSOS..... 22
3 . 5 - SEPARAÇÃO DOS RECURSOS ACUMULADOS (Provisão de Caixa)..... 22
3 . 6 - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA..... 24
3 . 7 - GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS..... 25
3 . 8 - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)..... 26
3 . 9 - RESTRIÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS..... 28
3 . 9 . 1 - RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS..... 34
3 . 10 - PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA..... 35
3 . 11 - CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS..... 36
3 . 11 . 1 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)..... 37
3 . 11 . 2 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)..... 37
3 . 12 - CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO..... 38
3 . *12* . 1 - INSTITUIÇÕES..... 39
3 . 12 . 2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO..... 40
3 . 12 . 3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO..... 41
3 . 12 . 4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO..... 43
4 - ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS

DE GESTÃO..... 44
4 . 1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS..... 44
4 . 1 . 1 - ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA..... 44
4 . 1 . 2 - ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA..... 45
4 . 1 . 3 - INFLAÇÃO..... 45
4 . 1 . 4 - INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA..... 48
4 . 2 - AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS..... 50
4 . 2 . 1 - SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS – EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL..... 50
4 . 2 . 2 - CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO..... 52
4 . 3 - METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS..... 52
4 . 4 - ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT..... 54
5 - ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2021..... 57
5 . *1* - IMÓVEIS..... 58
5 . 2 - RENDA FIXA..... 58
5 . 2 . 1 - TÍTULOS PÚBLICOS..... 58
5 . 2 . 2 - FUNDOS REFERENCIADO, 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS..... 64
5 . 2 . 3 - FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO (ETF), 100% TÍTULOS PÚBLICOS..... 69
5 . 2 . 4 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS..... 73
5 . 2 . 5 - FUNDOS REFERENCIADO EM INDICADORES DE RENDA FIXA..... 77
5 . 2 . 6 - FUNDOS REFERENCIADO EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF)..... 82
5 . 2 . 7 - FUNDOS DE RENDA FIXA..... 87
5 . 2 . 8 - FUNDOS DE RENDA FIXA ÍNDICES DE MERCADO (ETF)..... 92
5 . 2 . 9 - LIG - LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS..... 97
5 . 2 . 10 - CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO..... 101
5 . 2 . 11 - DEPÓSITO DE POUPANÇA..... 105
5 . 2 . 12 - FIDC - FUNDOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS..... 108
5 . 2 . 13 - FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO..... 114
5 . 2 . 14 - FUNDOS DE RENDA FIXA 85% EM DEBÊNTURES..... 120
5 . 3 - RENDA VARIÁVEL..... 125
5 . 3 . 1 - FUNDOS EM ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL (50 ações)..... 126
5 . 3 . 2 - FUNDOS ÍNDICES DE MERCADO (ETF) RENDA VARIÁVEL (50 ações) . 132
5 . 3 . 3 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES..... 137
5 . 3 . 4 - FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) RENDA VARIÁVEL..... 142
5 . 3 . 5 - FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS..... 148
5 . 3 . 6 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES..... 154
5 . 3 . 7 - FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO..... 161
5 . 3 . 8 - FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS..... 167

5	**4**	**- FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR**	**173**
		5 . 4 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	**174**
		5 . 4 . 2 - FIC - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**179**
		5 . 4 . 3 - FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I	**184**
5	**5**	**- RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO**	**189**
5	**6**	**- LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK**	**190**

6 - CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR **192** ***7 - ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA DO RPPS E DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO*** **194**

7 . 1 - ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA..... 194

7 . 2 - ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO..... 195

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS **..... 197**

8 . 1 - MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO..... 199

8 . 2 - MEMBROS DO CONSELHO CURADOR..... 200

8 . 3 - MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO..... 202

9 - ANEXO..... 203

9 . 1 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO..... 203

9 . 2 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO COMPLETO..... 205

9 . 3 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO COMPLETO..... 208

9 . 4 - TERMO DE ANÁLISE E CADASTRO DO DISTRIBUIDOR..... 209

9 . 5 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS..... 211

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva estabelecer as diretrizes e linhas gerais de procedimentos, que nortearão os investimentos do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, PREVI-PAZ, com foco no cumprimento da Meta Atuarial, definida para o ano de 2021, tendo em consideração o cenário macroeconômico esperado.

O Artigo 4 da Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2010, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, estabelece que os responsáveis pela gestão dos RPPS, **antes do**

exercício a que se referir, deverão definir o **PAI - Política Anual de Investimentos.**

Respeitados os limites e regulamentos definidos pela CMN - Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN 3922/2010, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, a distribuição proposta para os recursos, nas modalidades de aplicações existentes no mercado financeiro, visa otimizar o retorno desses investimentos e assegurar a sustentabilidade do plano de benefícios dos RPPS.

No tocante a gestão de investimentos, o art. 1º, § 1º da Resolução CMN 4.604/2017, atualizada em 27 de novembro de 2018, pela Resolução CMN 4. 695, determina aos responsáveis pela gestão do RPPS, observar os seguintes princípios:

I- *observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e*

transparência;

II *- exercer suas atividades com boa fé, lealdade e dilig ência;*

III *- zelar por elevados padrões éticos;*

IV *- adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda;*

Além disso, o art. 1º, § 2º da Resolução CMN 4.604/2017, determina que, para assegurar o cumprimento dos princípios acima, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes (como a Lei 9.717/1997 e a Portaria MPS 519/2011, entre outras).

O **PAI** e suas possíveis revisões, deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação, conforme exige o **Artigo 5 da Resolução CMN 3.922/2010.**

2 – OBJETIVOS DA GESTÃO

II **– META ATUARIAL**

Conforme consta na Avaliação Atuarial e na Portaria MF nº 464/2018, as Provisões Matemáticas Previdenciárias precisam ser capitalizadas no mercado financeiro, no intuito de manter o seu poder de compra, no momento que estas Provisões retornarem para os Segurados, no ato da concessão de Benefício. Para a manutenção do poder de compra dos recursos previdenciário é estabelecida uma Taxa Real de Juros a ser alcançada, chamada de **META ATUARIAL.**

Conforme exigência da **Portaria MF nº 464/2018**, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) deverá ser definida, através de cálculos da Duração do Passivo Previdenciário que seguirão uma metodologia chamada **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média**, calculada sobre o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial, conforme a **Instrução Normativa SPREV nº 02/2018.**

A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, calculará um índice (pontos), que servirá como parâmetro para a definição da Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) que será definida em uma escala entre **4,07%** a **5,47%,** conforme o **ANEXO I**, da **Portaria ME nº 12.223 de 14 de maio de 2020.**

ANEXO I, da Portaria nº 12.223/2020

Pontos *(em anos)*	**Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)**
1,0	4,07
1,5	4,18
2,0	4,42
2,5	4,64
3,0	4,82
3,5	4,95
4,0	5,04
4,5	5,12

5,0	5,17
5,5	5,22
6,0	5,25
6,5	2,28
7,0	5,30
7,5	5,32
8,0	5,33
8,5	5,35
9,0	5,36
10,0	5,35
10,5	5,35
11,0	5,36
11,5	5,37
12,0	5,37
12,5	5,38
De 13 a 14,0	5,39
De 14,5 a 15,0	5,40
De 15,5 a 16,5	5,41
De 17,0 a 18,0	5,42
De 18,5 a 20,0	5,43
De 20,5 a 22,5	5,44
De 23 a 26,0	5,45
De 26,5 a 30,5	5,46
De 31,0 ou mais	5,47

Fonte: ANEXO I, da Portaria ME nº 12.223 de 14 de maio de 2020, modificado.

Os recursos financeiros administrados pelo PREVI-PAZ deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno equivalente á 5,43% a.a., conforme a metodologia de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, mais o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observando sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequada ao atendimento dos compromissos atuariais.

A escolha do IPCA deve-se ao fato de ser o índice oficial que mede a inflação do país adotada pelo Governo Federal.

PROJEÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL (META ATUARIAL)

(5,43% a.a. + IPCA)

Meta Atuarial	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IPCA (final do ano)	2,95%	3,75%	4,31%	3,45%	3,40%	3,50%	3,25%
Taxa de Juros Atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	5,87%	5,43%	5,43%	5,43%
Meta Atuarial	9,11%	9,95%	10,54%	9,50%	9,00%	9,10%	8,84%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 20 de novembro de 2020.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central,

posicionado em 20 de novembro de 2020.

Portanto, conforme a Portaria MF nº 464/2018, a Instrução Normativa SPREV nº 02/2018 e a Portaria ME nº 12.223/2020, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial), será de 5,43%

a.a. acrescido do IPCA.

***III* – PARÂMETROS DE RENTABILIDADE**

No ano de 2012, os RPPS apresentaram excelente desempenho de suas carteiras, devido a constante redução da Taxa Selic, que favoreceu os investimentos atrelados a índices pré-fixados (como o subíndice IMA - B, IRF - M...). Em 2013, o desempenho das carteiras foi o inverso. Devido o descontrole da inflação, tivemos forte elevação da Taxa Selic, impactando negativamente o desempenho dos Fundos atrelados a índices pré-fixados, com alguns rentabilizando com desvalorização de **-11%, como foi o caso do subíndice IMA - B.**

A partir de outubro de 2016, voltamos a ter uma forte e constante redução da Taxa Selic, que passou de 14,25%, chegando atualmente ao patamar histórico de 2,00% a.a.. Esse movimento constante de redução da Taxa Selic, favoreceu os investimentos de Longo Prazo durante esse período, como os subídices IRF - M; IMA - B; IRF - M 1+, IMA - B 5+ entre outros, além de ter auxiliado a impulsionar os indicadores de Renda Variável, que também são favorecidos com a redução da Taxa de Juros.

Pela falta de conhecimento geral sobre o funcionamento do mercado financeiro, os Regimes Próprios passaram a ser mais cautelosos na hora de elaborar suas Políticas de Investimento, no tocante ao risco de mercado oferecido pelos investimentos. Por isso, a projeção da Taxa Selic se torna importante para a definição das estratégias de investimentos do exercício de 2021. Atualmente, a Taxa Selic se encontra em 2,00% a.a., com previsão de fechar o ano de 2020 em 2,00% a.a., e o ano de 2021 em 3,00% a.a., conforme previsão do Boletim FOCUS – Relatório de mercado, elaborado pelo Banco Central, do dia 20/11/2020.

A composição da carteira de investimentos buscará rentabilidades utilizando-se como referência (benchmark), indicadores para Fundos de Renda Fixa como **o CDI, os subíndices IMA (IMA – GERAL, IRF – M, IMA – B, IMA – B 5, IDKA e etc..) e para Fundos de Renda Variável, indicadores como IBOVESPA, IBrX e IBrX-50, entre outros.**

Conforme o cenário macroeconômico descrito no capítulo 4 desta Política de Investimentos, projetamos o seguinte cenário de rentabilidade para os índices abaixo:

PROJEÇÃO ESPERADA DE RETORNO/2021

ÍNDICES	PESSIMISTA	OTIMISTA
CDI	2,65%	3,85%
IRF - M 1	3,10%	3,94%
IRF - M	2,19%	4,94%
IRF - M 1 +	1,55%	5,86%
IMA - B 5	2,35%	4,62%
IMA - B	-1,16%	5,68%
IMA - B 5 +	-2,13%	6,55%
IMA - GERAL	0,88%	5,38%
IDKA 2	1,72%	4,40%
IDKA 3	1,13%	5,54%
IBOVESPA	-3,07%	12,04%
IBr-X	-2,97%	11,65%
BDR - NÍVEL I	-4,01%	15,00%

PROJEÇÃO DA TAXA SELIC

Taxa Selic	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Final do período	7,00%	6,50%	4,50%	2,00%	3,00%	4,50%	6,00%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 20 de novembro de 2020.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 20 de novembro de 2020.

A Projeção de elevação da Taxa Selic, a partir de 2021, requer cautela na elaboração da Política de Investimento, com relação aos investimentos de Longo Prazo, mais sensíveis a

elevação de Taxa de Juros.

50,00%

45,00%

40,00%

35,00%

30,00%

25,00%

20,00%

15,00%

10,00%

5,00%

0,00%

TAXA SELIC (1998 - 2023)

2013

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 20 de novembro de 2020.

15,00%

TAXA SELIC (2016 a 2023)

12,00%

9,00%

6,00%

2021

3,00%

0,00%

FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 20 de novembro de 2020.

3 – GESTÃO DOS RECURSOS

***II* – FORMAS DE GESTÃO**

De acordo com as hipóteses previstas no inciso I, §1º, art. 15 da Resolução CMN nº 4604/17, a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo PREVI-PAZ será realizada por gestão própria.

De acordo com o **inciso II, §5º, do art. 3 da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013)**, entende-se por gestão própria, quando o RPPS realiza diretamente à execução da alocação dos recursos, conforme sua Política de Investimentos.

***Art. 3, § 5º, II** - Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.*

***III* – CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR**

A Instrução CVM 554 de 17 de dezembro de 2014, separa os investidores em duas categorias: **Investidor Qualificado e Investidor Profissional.** O Investidor que não se enquadra em uma destas duas categorias é considerado um **Investidor em Geral (ou Investidor comum).**

O **artigo 9 – C da Instrução CVM 554/2014** passou o poder decisório de definir a categoria de investidor dos RPPS, ao MPS - Ministério da Previdência Social, sendo atualmente definido pela **SPREV** – Secretaria de Previdência, vinculado ao Ministério da Economia.

***Art. 9º - C, Instrução CVM 554/2014 -** Os regimes próprios de previdência social previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.*

A fim de atender a Instrução CVM 554/2014, o MPS publicou a Portaria MPS 185/2015, dispondo sobre o **Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - "Pró-Gestão RPPS".**

O **artigo 2º da Portaria MPS 185/2015**, informa que o **Pró - Gestão RPPS** tem por objetivo, incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O **Art. 3º da Portaria MPS 185/2015**, informa que a adesão será **facultativa**, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS. Nesse caso, não aderindo ao programa, o RPPS será declarado um **Investidor em Geral (Investidor Comum).**

Art. 6º - A, da Portaria MPS 519/2011 (incluída pela Portaria MPS 300/2015), considera **INVESTIDOR QUALIFICADO**, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

***I** - Cujo ente federativo instituidor de RPPS possua Certificado de Regularidade Previdenciária - **CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor** , pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;*

II -** Revogado pela Portaria MPS 577/2017 - Possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das decorrentes Aplicações e Investimentos dos Recursos - **DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data

derealizaçãodeexclusivaparatalcategoriadeinvestidor,emmontante

igualouparatalcategoriadeinvestidor,emmontanteigualousuperiora

R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;

Inciso IV da Portaria MPS 519, revogado pela portaria MPS 577, designa:

***alínea a** - de imediato, a formalização da adesão ao Pró - Gestão RPPS; e*

***alínea b -** em até três anos a contar do primeiro ato de credenciamento, a obtenção da certificação institucional.*

Assim, atendendo aos atuais requisitos para classificação da categoria de investidor, o PREVI-PAZ é considerado um INVESTIDOR EM GERAL, conforme as informações encontradas em 25/11/2020.

CATEGORIA DE INVESTIDOR

EXIGÊNCIA	REQUISITOS	SIM/ NÃO
Art. 6 – A, I, da Portaria		
MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS	CRP VIGENTE ATÉ: 25/11/2020?	SIM
519/2011		
	INFORMADO O DAIR DO MÊS	
Art. 6 – A, II, da Portaria	ANTERIOR a 25/11/2020? (SIM ou NÃO)	SIM
MPS 300/2015, incluso		
na Portaria MPS		
519/2011	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS até 25/11/2020	SIM
Art. 6 – A, III, da Portaria MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS COMPROVOU O FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO ANTERIOR a 25/11/2020? (SIM ou NÃO)	Não
Art. 6 – A, IV, Parágrafo §1º, da Portaria MF 01/2017, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS ADERIU AO PRÓ- GESTÃO? (SIM ou NÃO)	Não

O PREVI-PAZ NÃO ATENDE OS REQUISITOS, SENDO CONSIDERADO UM INVESTIDOR EM GERAL

***IV* – GOVERNANÇA CORPORATIVA**

É o sistema pelo qual as empresas e demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

3.3.1 – ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A estrutura da gestão de investimentos do PREVI-PAZ, distribui-se sobre o representante da Unidade Gestora, o Gestor de Investimentos, o Conselho Curador, o Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimentos.

No intuito de auxiliar a gestão dos recursos, o PREVI-PAZ, contratará uma consultoria de investimentos, devidamente credenciada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, auxiliando na elaboração de Relatórios mensais, trimestrais e anual de investimento, analisando o desempenho da carteira de investimentos ao longo do exercício, além de auxiliar na elaboração da Política Anual de investimento do exercício seguinte.

O organograma da estrutura de gestão de investimentos do PREVI-PAZ, distribui-se da seguinte forma:

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

19

3.3.2 – COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS

A competência dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos do PREVI-PAZ são:

. Diretor e Gestor de Investimentos – Com relação aos Investimentos e administração dos recursos do PREVI-PAZ, em estrita observância das normas legais e regulatórias, cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Curador, apresentar relatórios, no mínimo trimestrais, conforme exige a legislação, da

gestão dos recursos e praticar demais atos de gestão do PREVI-PAZ.

. Comitê de Investimento – Órgão auxiliar no processo decisório, quanto a formulação e execução da política de investimentos.

. Conselho Curador – Com funções de deliberação superior, cujas as deliberações serão promulgadas por meio de resoluções, decide sobre qualquer questão administrativa e

financeira que lhe seja submetida, pelo Diretor Executivo ou Pelo Conselho de Fiscalização e julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho de Fiscalização e dos atos do Diretor Executivo.

. Conselho de Fiscalização – Com função de fiscalizar e acompanhar a execução

orçamentária, verificar as contas e julgar os recursos interpostos por segurados e

dependentes, dos despachos atinentes a processos de benefícios.

. Consultoria/Assessoria de Investimentos – Empresa contratada para desempenhar

atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, com a finalidade de produzir recomendações, através de relatórios de acompanhamentos, estudos e pareceres, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 4, VI e VII da Resolução CMN 3.922/2010, se encontram descristos nesta Política de Investimentos, a metodologia e os critérios que serão adotados, para acompanhamento do retorno esperado da carteira, assim como a análise prévia e o acompanhamento dos riscos dos investimentos.

A avaliação e acompanhamento dos riscos e retorno da carteira serão analisados por meio de Relatórios periódicos e Pareceres de Investimento, elaborados por empresa especializada na avaliação de investimentos em valores mobiliários.

Os Relatórios periódicos e os pareceres de investimento serão encaminhados a Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo para apreciação e possível aprovação, nos casos que se tratar de aplicação em novos Investimentos.

Conforme o Art. 4, VIII, da Resolução CMN 3.922/2010, o plano de contingência do RPPS, em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução, se aplicará no exercício vigente, para regularização do CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária.

***V* – ORIGEM DOS RECURSOS**

Os recursos em moeda corrente do PREVI-PAZ são originários de disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capitais, das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários, dos ativos vinculados por lei ao RPPS e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária e demais ingressos financeiros auferidos pelo PREVI-PAZ.

***VI* – SEPARAÇÃO DOS RECURSOS ACUMULADOS (Provisão de Caixa)**

A partir de 2010, as carteiras dos RPPS passaram a apresentar grande volatilidade, devido à inclusão dos índices ANBIMA. Para amenizar esse efeito sobre as obrigações previdenciárias do PREVI-PAZ serão separados como PROVISÃO DE CAIXA, no mínimo, os valores anuais, referente as obrigações previdenciárias e as obrigações Administrativas, que deverão ser utilizadas no exercício da vigência desta Política de Investimento, acrescidos de uma margem de segurança de 10%.

Essa separação tem o intuito de amenizar os efeitos da volatilidade do mercado, sobre os recursos utilizados no curto prazo, em casos de interrupção dos repasses das contribuições realizadas pelo Ente. As obrigações previdenciárias e Administrativas, separadas para essa finalidade deverão estar alocadas em investimentos cujos índices são considerados conservadores, como o DI ou o IRF – M 1 e/ou caderneta de poupança.

PROVISÃO DE CAIXA

DESPESA	ESTIMATIVA DE VALORES	(%) Sobre os Recursos do RPPS*
FOLHA ANUAL - PREVIDENCIÁRIA 2021	3.640.000,00	6,88%

FOLHA ANUAL - DESPESA ADM 2021	**757.080,00**	**1,43%**
TOTAL	**4.397.080,00**	**8,31%**
MARGEM DE SEGURANÇA (10%)	***439.708,00***	***0,83%***
TOTAL acrescido de Margem de Segurança	**4.836.788,00**	**9,14%**

****POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2020.***

Os responsáveis pela gestão do RPPS, terão prazo máximo de 90 dias, a contar a partir de 01º de janeiro de 2021, para constituir um fundo (ou fundos) como PROVISÃO DE CAIXA, no valor mínimo de R$ 4.836.788,00, conforme estimativa de despesas para a Folha Anual de Benefícios e Despesas Administrativas, para o exercício de 2021.

Ao longo do exercício, os recursos acumulados para PROVISÃO DE CAIXA poderão ser transferidos para investimentos considerados moderados e/ou arrojados, à medida que a necessidade dessa provisão diminuir ao longo do exercício.

***VII* – POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA**

As informações relevantes à gestão financeira do PREVI-PAZ, com destaque para o desempenho da carteira de investimentos e o cumprimento da Meta Atuarial, serão disponibilizadas ao Comitê de Investimentos, Conselho Curador e Conselho de Fiscalização e aos demais interessados.

Deverão ser disponibilizados aos Segurados e aos Pensionistas, as seguintes informações com relação a Gestão de Investimentos, conforme o Art. 3º, inciso VIII da Portaria MPS 519/2011.

Art. 3º *A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS:*

VIII *- disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:*

a) *a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua*

b) *as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;* ***c)*** *a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;*

d) *os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;*

e) *as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as*

f) *relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do*

g) *as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;*

h) *os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.*

O Art. 3º, inciso V da Portaria MPS 519/2011, menciona que o RPPS deverá elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

***VIII* – GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS**

Nos investimentos diretos via Títulos Públicos ou Operações Compromissadas e os investimentos indiretos via fundos de investimentos, o PREVI-PAZ levará em conta para sua política de investimentos os seguintes riscos envolvidos nas operações.

. Riscodemercado:é o risco de oscilações de preços do ativo conforme o

cenário macroeconômico. Este é voltado para a volatilidade dos papéis, sobretudo de Renda Fixa (Títulos Públicos e fundos atrelados à inflação) e Renda Variável (ações, dólar e etc..).

. Riscodecrédito:possibilidade de o devedor não honrar seus compromissos.

Nesses casos, o ideal é selecionar para a carteira, papéis que tenham recomendação de mercado.

. Risco de liquidez: É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo. É o risco de o

investidor não conseguir dar liquidez ao ativo financeiro ou conseguir liquidez abaixo do preço de mercado.

. Riscosistêmico:São os riscos da política econômica do país, ou as

consequências dessa política para outros países.

***IX* – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)**

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do PREVI-PAZ que exijam classificação do risco de crédito das emissões (ativos financeiros, Títulos e valores mobiliários) e dos emitentes (instituições financeiras) a decisão será fundamentada em classificações mínimas de risco (rating), atribuídas por entidades legalmente autorizadas a realizar tal atividade.

O Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.604/2017, determina que os RPPS apliquem em fundos de investimentos que necessitem de classificação de risco, no mínimo classificadas como **BAIXO RISCO DE CRÉDITO**, pelas agências

classificadoras de risco, registrada ou reconhecida pela CVM.

Visando elevar os princípios de segurança, solvência e liquidez dos Recursos Financeiros, conforme estabelece o art. 1º, § 1º, I da Resolução CMN 4.695/2018, caso o fundo de investimento ou a Instituição Financeira necessite de classificação por agências de risco (rating), o PREVI-PAZ adotará escala acima de classificação de rating, exigida pela Resolução CMN em vigor, aplicando seus recursos somente em Fundos

de Investimentos e Instituições Financeiras que possuam classificação de risco, no mínimo, MUITO BAIXO, baseado nas classificações das empresas de rating listadas abaixo.

CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE RATING

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH		ATLANTIC	SR	AUSTIN	TIPO DE RISCO
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	-	-	-	
A1+	AAA		Aaa		AAA	AAA	AAA	AAA	Quase Nulo
	AA+		Aa1		AA+	AA+	AA+	AA+	Irrisório
	AA	P1	Aa2	F 1 +	AA	AA	AA	AA	
	AA-		Aa3		AA-	AA-	AA-	AA-	
A1	A+		A1	F 1	A+	A+	A+	A+	Muito baixo
	A		A2		A	A	A	A	
A2	A-	P2	A3	F 2	A-	A-	A-	A-	
A3	BBB+	P3	Baa1	F 3	BBB+	BBB+	BBB+	BBB+	Baixo
	BBB		Baa2		BBB	BBB	BBB	BBB	
	BBB-		Baa3		BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	
B	BB+		Ba1	B	BB+	BB+	BB+	BB+	Moderado
	BB		Ba2		BB	BB	BB	BB	
	BB-		Ba3		BB-	BB-	BB-	BB-	
	B+	Not Prime	B1		B+	B+	B+	B+	Médio
	B		B2		B	B	B	B	
	B-		B3		B-	B-	B-	B-	
C	CCC		Caa	C	CCC	CCC (+/-)	CCC	CCC	Alto
	CC		Ca		CC	CC (+/-)	CC	CC	Muito Alto
	C		C		C	C (+/-)	C	C	Altíssimo
D	D		D		D	D e E	D		Inadimplente

***X* – RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS**

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma, conforme a Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.695/2018.

. Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução CMN 4.695/2018,

o artigo 7, § 9º aplica aos fundos de investimento Renda Fixa, os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica;

. Conforme o Artigo 12 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações dos RPPS

em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata a Resolução;

. Conforme o artigo 14, § 3º da Resolução CMN 4.695/2018, em caso dos limites

serem ultrapassados em decorrência de resgate de cotas do fundo por outros cotistas, o regime próprio de previdência social deverá adequar-se em até 120 dias.

. É vedado atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas,

títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

. É vedado aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo

figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

. É vedado negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;

. É vedado aplicar recursos direta ou indiretamente, na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou

profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica.

. É vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em

direitos creditórios não padronizados;

. É vedado aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo

figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

. Conforme o artigo 8, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações

previstas em Renda Variável, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido o PREVI-PAZ;

. Conforme o **artigo 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018**, ressalvadas as regras

expressamente previstas na Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de Renda Variável, os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica;

. Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não serem

aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

. É vedado praticar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime

próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;

. É vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja

atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido (fundos de investimento que prevejam Alavancagem);

. Conforme o **artigo 14 da Resolução CMN 4.695/2018**, o total das aplicações dos

recursos do RPPS, em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, sendo de 5% (cinco por cento) para os fundos de investimento de que tratam os incisos VII do art. 7º, III e IV do art. 8º da Resolução CMN 4.695/2018.

. É vedado aos Fundos de Investimentos de Renda Fixa, classificados pelo **artigo 7**

da Resolução CMN 4.695/2018, manter em sua carteira, aplicações em ativos

financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

. Conforme o **artigo 14-A, da Resolução CMN 4.695/2018**, o total das aplicações

dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM

em regulamentação específica.

. É vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente,

figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.

. Conforme o **artigo 15, § 2º, inciso de I a III da Resolução CMN 4.695/2018**, o

RPPS somente poderá aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN; o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS; o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão do RPPS como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

. Conforme o **artigo 22, I, Parágrafo Único da Resolução CMN 4.695/2018**, não

serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, no caso dos demais limites. Enquanto perdurar os excessos em relação aos limites estabelecidos nos arts. 7º e 8º, o RPPS ficará impedido de efetuar novas aplicações que onerem os excessos verificados, relativamente aos limites excedidos.

. Conforme o **artigo 23, VII e VIII, da Resolução CMN 4.695/2018**, é vedado ao

RPPS aplicar direta ou indiretamente recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica; e remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: taxas de administração, taxa performance, ingresso ou saída previstas em regulamento, ou encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM.

. Conforme o **artigo 23, IX, da Resolução CMN 4.695/2018**, é vedado ao RPPS

aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.

3.9.1 – RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

As restrições, vedações e limitações descritas no item 3.9 desta Política de Investimento, são exigências da Resolução CMN em vigor.

No intuito de elevar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência da Gestão de Investimentos, mencionadas no artigo 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ, adicionalmente, restrige, veda e limita:

. É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa de

Performance em seu Regulamento.

. É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa de ENTRADA (Ingresso) e/ou TAXA de SAÍDA em seu Regulamento.

***XI* – PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA**

Em consonância com o disposto na Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.695/2018, os Títulos Públicos serão custodiados por instituição legalmente habilitada para a prestação do serviço após procedimento formal de contratação.

Conforme o art. 16 da Resolução CMN 3.922/10, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reco-

nhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Os títulos públicos integrante da carteira do Fundo serão registrados contabilmente e terão seus valores ajustados pela curva de mercado (marcação a mercado), observados regras e procedimentos definidos pelo MPS - Ministério da Previdência Social.

Caso o RPPS adquira Títulos e Valores Mobiliários, estes poderão ser contabilizados pelo seu valor de aquisição (Marcação na Curva), desde que atenda todos os requisitos da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação alterada pela Portaria MPS nº 577/2017, conforme descrito no art. 16, VIII, § 2º.

***XII* – CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS**

A fim de atender os princípios de gestão dos recursos que constam no Art. 1º §1º, V, da Resolução CMN 3.922/2010, atualizada em 27 de novembro de 2018, pela Resolução CMN 4.695, o PREVI-PAZ deverá realizar com diligência, a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos Prestadores de Serviços contratados.

Conforme o **Art. 18, inciso I e II da Resolução CMN 4.695/2018**, na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do RPPS, esta deverá recair sobre pessoas jurídicas registradas na CVM ou credenciadas por entidade autorizada para tanto pela CVM.

Conforme o **Art. 18, III da Resolução CMN 4.695/2018**, a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do RPPS, a fim de que não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço, e não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

Conforme o **Art. 18, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS deverá avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

3.11.1 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)

Conforme o **Art. 17 da Resolução CMN 4.695/2018**, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

Conforme o Parágrafo único do Art. 17 da Resolução CMN 4.695/2018, em caso de contratação de serviços de custódia pelo RPPS, para aplicação de recursos em Títulos e Valores Mobiliários, além do prévio credenciamento, deverão ser observados os mesmos requisitos estabelecidos para contratação de prestação de serviços de consultoria.

3.11.2 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)

Conforme o Art. 4, § 2º da Resolução CMN 3.922/2010, as pessoas naturais contratadas pelas pessoas jurídicas e que desempenham atividade de avaliação de investimento em valores mobiliários, em caráter profissional, com a finalidade de produzir recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento deverão estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

Adicionalmente a legislação, o PREVI-PAZ, na hipótese de contratação de prestação de serviços de consultoria, exigirá que a responsabilidade técnica dos pareceres e relatórios emitidos pela prestadora, recaia sobre pessoa física, com registro junto a CVM e, no mínimo, certificada como Especialista em Investimentos - CEA ANBIMA ou outra certificação semelhante e de mesmo nível.

***XIII* – CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO**

Conforme o **artigo 3º, IX, da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013)**, na **gestão própria**, antes da realização de qualquer operação, os RPPS deverão assegurar, que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de **prévio credenciamento.**

Art. 3º, IX, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.*

Conforme o **Art 3º, § 3º, da Portaria MPS 519/2011 (Alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017)**, o credenciamento deverá ser atualizado, no mínimo, a cada doze meses.

Art. 3º, § 3º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017) - *A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.*

3.11.1 – INSTITUIÇÕES

Para o credenciamento das Instituições, deverão ser observados e formalmente atestados pelos represente dos RPPS, no mínimo:

Art. 1º, § 3º Resolução CMN 3.922/2010 (atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018) - *Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI do § 1º deverão contemplar, entre outros, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.*

Art. 3º, § 1º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:*

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;*

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.*

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Regularidade fiscal e previdenciária.*

3.12.2 – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Para o credenciamento dos Fundos de Investimento, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representes dos RPPS, no mínimo:

Art. 3º, § 2º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) -

Quando se tratar de fundos de investimento:

inciso I da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:*

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;*

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;*

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.*

inciso II da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.*

Art. 3º, § 4º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas e atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.*

3.12.3 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO

No intuito de atender o art. 6º - E, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015), o PREVI-PAZ seguirá o TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO,

disponibilizada no site da SPREV - Secretaria de Previdência.

Art. 6º - E, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições:*

inciso I - *a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em* ***Termo de Análise de Credenciamento,*** *cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet.* ***(GRIFO NOSSO)***

As informações e documentos utilizados para o preenchimento do **TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO** deverão conter em sua identificação: **1-Data, 2-validade e**

3-Disponibilizados pela instituição credenciada em sites e cujo acesso seja de caráter público, conforme exigido pelo artigo 6º - E, III, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015). Essas informações encontradas deverão ser mantidas pelo RPPS, no mínimo, em arquivos em meio digital e apresentados à SPREV – Secretaria de Previdência e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos.

Art. 6º - E, III, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores-Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPREV e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.*

O TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO para as Instituições, Administradores, Gestores, Distribuidores e Fundos de Investimento, adotado pelo PREVI-PAZ, encontra - se disponível no ANEXO desta Política Anual de Investimentos.

3.12.4 – ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Após realizar o preenchimento ou a atualização do TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO, a decisão sobre o credenciamento da instituição, deverá ser formalizada em um formulário disponibilizado pela SPREV, em endereço eletrônico, denominado **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO**, conforme exigido pelo **artigo 6º - E, II, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015).**

Art. 6º - E, II, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.*

O **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO** encontra-se disponível no **ANEXO** desta Política de Investimentos.

4 – ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

***II* – CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS**

4.1.1 – ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA

Conforme a ata do COPOM, em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes sugerem uma recuperação desigual entre setores, similar à que ocorre em outras economias. Os setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo. Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais.

Com relação a taxa básica de juros brasileira, o COPOM passou a discutir o potencial do atual limite mínimo e sua associação a questões de natureza prudencial e de estabilidade. Considerando o longo histórico da economia brasileira operando com a taxa Selic elevada, os juros baixos visando estimular a economia, podem comprometer o desempenho de alguns mercados e setores econômicos, com potencial impacto sobre a intermediação financeira. Para a maioria dos membros do COPOM, a Taxa Selic já estaria próxima do nível, a partir do qual, reduções adicionais poderiam trazer instabilidade nos preços de ativos.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2020 e 2021, as taxas de juros estejam, respectivamente em, 2,00% a.a. ; 2,75% a.a..

4.1.2 – ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA

No cenário externo, a forte retomada em alguns setores produtivos parece sofrer alguma desaceleração, em parte devida à ressurgência da pandemia em algumas das principais economias. Há bastante incerteza sobre a evolução desse cenário, frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da Covid-19. Contudo, a moderação na volatilidade dos ativos financeiros segue resultando em um ambiente relativamente favorável para economias emergentes.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2020 e 2021, a taxa de câmbio esteja em R$ 5,45 e R$ 5,20 respectivamente (sobre US$ 1,00).

4.1.3 – INFLAÇÃO

O cenário de inflação envolve risco em várias direções. O risco fiscal permanece elevado, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária. A frustração em relação à continuidade das reformas e o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemiam, podem piorar a trajetória fiscal do país, elevando os prêmios de risco.

A trajetória da inflação pode ficar abaixo do esperado, devido o nível de ociosidade da atividade econômica, concentrada mais especificamente no setor de serviços.

Para a trajetória de preços administrados, que compõe as projeções condicionais para a inflação produzidas pelo Copom, projeta-se variação de 0,80% em 2020; 4,50% em 2021; 3,70% em 2022 e 3,50% em 2023.

As expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus variam em torno de 3,45% para 2020; 3,40% para 2021; 3,50% para 2022 e 3,25% para 2023.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 20 de novembro de 2020.

IPCA - MENSAL 2020

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

1,00%

0,80%

0,60%

0,40%

0,20%

0,00%

-0,20%

-0,40%

-0,60%

O Boletim Focus, com data em 20 de novembro de 2020, prevê o IPCA de 2020 em

3,45%, ficando bem abaixo do intervalo de tolerância, do centro da meta.

12,00%

10,00%

8,00%

6,00%

4,00%

EVOLUÇÃO IPCA - ANUAL

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

2,00%

0,00%

2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023

O IPCA de 2020 e 2021, tratam-se de projeções extraídos do Boletim FOCUS, elaborado na data de 20 de novembro de 2020.

4.1.4 – INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA

. RelatórioFOCUS– Relatório semanal elaborado pelo Banco Central do Brasil,

que relata as projeções do mercado com base em consulta de cem instituições financeiras aproximadamente, durante a semana anterior.

. AtasdoCOPOM– Atas emitidas ás quartas-feiras da semana seguinte á

divulgação da Taxa Selic. O Comitê de Política Monetária - COPOM divulga a ata da reunião, onde avalia a Evolução recente da economia, a tendência da inflação, implementação da política monetária, a atividade econômica no País, a expectativa do Mercado de trabalho, Crédito e inadimplência, Ambiente Econômico externo, Comércio exterior, as reservas internacionais, o Mercado monetário e as operações de mercado aberto.

. PesquisaMensaldeEmprego– Pesquisa realizada pelo IBGE, onde produz

indicadores sobre o mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

. ContasNacionaisTrimestrais– Pesquisa realizada pelo IBGE, onde é

apresentado o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

. IPCAeoINPC– índices de Inflação divulgados pelo IBGE, necessários para a

estimativa da Meta Atuarial.

. IPCA - 15 – índice de inflação divulgado pelo IBGE, onde é feita a coleta dos atual. Funciona como uma prévia do IPCA mensal.

Abaixo apresentamos a tendência de alguns índices, analisados sobre os instrumentos de análise econômica e de inflação citados acima.

PROJEÇÃO - INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IPCA	6,29%	3,75%	4,31%	3,45%	3,40%	**3,50%**	**3,25%**
IGP-M	7,19%	7,55%	7,32%	22,86%	4,58%	**4,00%**	**3,69%**
Taxa de Câmbio (R$/US$) ***(final do período)***	3,30	3,85	4,10	5,38	5,20	**5,00**	**4,94**
Taxa SELIC ***(final do período)***	7,00%	6,50%	4,50%	2,00%	3,00%	**4,50%**	**6,00%**
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	52,10%	54,00%	56,20%	67,00%	69,10%	**71,00%**	**72,90%**
Crescimento do PIB	1,00%	1,30%	1,17%	-4,55%	3,40%	**2,50%**	**2,50%**
Crescimento da Produção Industrial (%)	2,04%	1,89%	-0,73%	-5,04%	4,53%	**2,46%**	**3,00%**
Conta Corrente (US$ Bilhões)	(10,00)	(15,00)	(51,08)	(3,80)	(18,50)	**(25,50)**	**(32,00)**
Balança Comercial (US$ Bilhões)	66,00	57,10	44,50	57,73	55,10	**49,00**	**41,25**
Investimento estrangeiro direto (US$ Bilhões)	80,00	75,00	76,12	45,00	60,00	**70,00**	**77,50**
Preços Administrados	7,88%	6,50%	5,16%	0,80%	4,50%	**3,70%**	**3,50%**

****FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 20 de novembro de 2020.***

***III* – AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS**

4.2.1 – SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Uma ferramenta importante para a definição da Política de Investimentos dos recursos financeiros do RPPS é quanto ao seu ***Equilíbrio Financeiro e Atuarial*** contida nas Avaliações Atuariais. Municípios que possuem **superávit atuarial** possuem uma "folga" financeira a longo prazo, para pagamento de benefícios. Nesse caso, o RPPS possui recursos financeiros acima da sua necessidade de Benefícios a Conceder para os próximos 35 anos. Sendo assim, RPPS com essas características de Equilíbrio podem se expor mais aos riscos de investimentos que apresentem alta oscilação.

Já RPPS que possuem **Déficit Atuarial elevado**, a aplicação dos seus recursos financeiros em renda variável, fundos atrelados à inflação ou títulos públicos, necessitam um pouquinho mais de estudo, pois podem representar um risco a curto ou médio prazo, se não for definida uma estratégia segura de investimento quanto a "valores" e "prazos de resgate". RPPS's com Déficit Atuarial podem, devido sua má situação demográfica ou capacidade financeira baixa, utilizar seus recursos poupados para o pagamento de Benefícios antes dos prazos de vencimento definidos nas aplicações. Com isso, há possibilidade de ser amargar baixas rentabilidades ou até mesmo prejuízo em alguns investimentos devido a esse "descasamento" do fluxo de caixa do RPPS. Para pulverizar esse tipo de risco, um estudo importantíssimo para definir o valor aplicado ou o prazo seguro para não ocorrer esse tipo de descasamento é a

utilização do estudo de ***ALM – Asset Liability Management.***

Equilíbrio Financeiro

Com relação ao Equilíbrio Financeiro, o PREVI-PAZ se encontra em situação confortável no curto e médio prazo. Analisando as RECEITAS e DESPESAS do exercício, descritas na Reavaliação Atuarial/2020, o PREVI-PAZ não apresenta risco de liquidez, com relação as obrigações previdenciárias. O total de Receitas estimadas para o exercício, sem considerar ganhos com a carteira de investimento e nem os créditos de parcelamento, é no valor de

R$ 8.545.502,67, enquanto o Total de Despesas Estimadas para o mesmo período é de R$ 6.840.597,28, resultando em um Superávit Financeiro de R$ 1.704.905,39.

Esse superávit financeiro representa uma sobra de 20% da receita arrecadada no exercício, minimizando qualquer tipo de risco de liquidez no curto e médio prazo.

Equilíbrio Atuarial

Com relação ao Déficit Atuarial, os resultados da Reavaliação Atuarial/2020, indicam um desequilíbrio Atuarial, no valor de R$ (-100.648.647,06). Entretanto, analisando a composição demográfica do Instituto Previdenciário, os Ativos Garantidores e as Provisões Matemáticas do Plano, este Déficit Atuarial poderá apresentar problemas no Fluxo de Caixa, por volta do ano de 2026 e insolvência financeira a partir do ano de 2035, conforme a Projeção Atuarial. Nesse caso, o Déficit Atuarial representa BAIXO RISCO DE LIQUIDEZ para o Plano de

Benefícios.

4.2.2 – CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

O PREVI-PAZ é um Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, ente de natureza autárquica, pertencente à Administração Pública Indireta do Município, dotada de personalidade jurídica individualizada de direito público interno.

A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades do PREVI-PAZ e será composta pelo Dirigente da Unidade Gestora e o Gestor de Investimentos.

O cargo de Diretor Executivo do PREVI-PAZ será de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito Municipal, sendo pessoa física.

***IV* – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS**

A Renda Variável tem como objetivo a diversificação da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário, buscando aplicações financeiras mais rentáveis. Porém, em decorrência de sua característica de investimento de risco, essas aplicações só poderão ser realizadas se o Fundo possuir recursos em moeda corrente que não irá, necessariamente, ter que dispor no curto prazo. Além disso, tais aplicações deverão observar os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na referida norma regulamentar.

A Política Anual de Investimentos para a seleção de fundos de investimento, basear-se-á em instrumentos como:

. Value at Risk (VaR) – fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou

carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

. Stress Testing – processo que visa identificar e gerenciar situações que possam

causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes.

. Índice de Sharpe – unidade de medida que através de estudos estatísticos, mede

a relação do risco com o retorno do fundo.

. Coeficiente Beta/Correlação – unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou

reduzir o risco do fundo, através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim, o efeito da diversificação do fundo.

. Desvio-padrão – Medida estatística que mede a variação de um ativo ao longo

de um período determinado. Quanto menor o resultado, menor a oscilação da rentabilidade.

. ALM - Outro mecanismo importantíssimo para a definição de valores e prazos de

aplicação em Renda Variável é o estudo de **ALM** – *Asset Liability Management* , que visa analisar o período exato da utilização dos recursos aplicados. Lembramos que pelo risco que rendas variáveis oferece ao investidor é recomendável pelos analistas de mercado um prazo mínimo de 6 anos de aplicação.

***V* – ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT**

A busca de títulos de renda fixa e renda variável com adequada relação retorno-risco, com vencimentos que coincidam com os pagamentos futuros dos benefícios, representam um dos grandes desafios da gestão da carteira de investimentos.

A tarefa mais árdua para um administrador de um **Plano de Benefício Definido (BD), como é o caso dos RPPS** é a gestão de seus ativos. Sabemos bem que retornos abaixo do esperado, no longo prazo, irão significar aumento de contribuição da parte patronal, já que o benefício está previamente definido.

Para atender a essas necessidades consultores, atuários e profissionais de investimentos desenvolveram uma série de estudos, que culminou no modelo hoje denominado por muitos de **"Asset Liability Management" (ALM).**

Os modelos de ALM buscam um casamento entre os ativos e os passivos futuros, ou seja, o casamento de fluxos de caixa futuro, no intuito de obter investimentos que acompanhem o fluxo projetado para o passivo. Para tanto, os atuários projetam as contribuições e os pagamentos de benefícios esperados para os próximos anos. Como essa tarefa não é simples, o aconselhável é que **NÃO SE ASSUMA ALGUM CRESCIMENTO POPULACIONAL (entrada de novos Servidores Ativos)**, conforme explicitado na introdução deste estudo.

O gerenciamento de ativos e passivos – **ALM** – será uma ferramenta de suma importância, pois irá mensurar com mais segurança, a exposição do patrimônio do instituto aos riscos do mercado financeiro, tornando mais consistentes os objetivos estabelecidos pelos gestores e conselheiros da administração dos Regimes Próprios de Previdência Social.

De acordo com o Estudo de Duration do Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário, que se encontra na Reavaliação Atuarial/2020, o PREVI-PAZ possui um horizonte de 6 anos para começar a utilizar os recursos para pagamento de benefícios, sem considerar a ocorrência de concursos públicos futuros. Esse horizonte servirá de base para investimentos que visam o longo prazo, como Fundos atrelados à inflação, Fundos com juros pré-fixados, Fundos com prazo de carência, Investimentos de Renda Variável e Títulos Públicos Federais.

Duração do Passivo com Riscos - VIGENTE

Instante em que o RPPS passará a consumir os recursos poupados -

(Geração Atual)

5.000.000

0

-5.000.000

-10.000.000

-15.000.000

-20.000.000

-25.000.000

-30.000.000

-35.000.000

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2021

Conforme o art. 2º da Resolução CMN 3.922/2010, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS deverão ser alocados em três segmentos de aplicação:

I - Renda Fixa;

II - Renda Variável e Investimentos estruturados; e IV - Investimento no Exterior.

Investimentos em Renda Fixa são investimentos que possuem regras de remuneração definidas no momento da aplicação (rendimento pré determinado), podendo ter taxa de juros pós-fixada ou pré-fixada.

Investimentos em Renda Variável são investimentos que não se pode determinar os seus rendimentos, pois dependem de eventos futuros e comportamento macroeconômicos local e externo. É o tipo de investimento que possibilita alto retorno, porém, o risco é proporcional a esse retorno.

Investimentos Estruturados são aqueles ativos que realizam operações estruturadas no mercado combinando dois ou mais ativos. Por exemplo, as operações no mercado de Derivativos e alguns fundos de investimentos que são considerados como Investimentos Estruturados, como os Fundos de Investimentos Multimercados; Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos "Ações - Mercado de acesso".

Investimento no Exterior são investimentos de Renda Variável, cujo ativo financeiro é negociado no mercado externo.

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2021

5.1 – IMÓVEIS

Segmento revogado pela Resolução CMN 4.604/2017.

5.2 – RENDA FIXA

5.2.1 – TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos públicos federais de responsabilidade do Tesouro Nacional, apresentam o menor risco do mercado financeiro doméstico e é permitido aos RPPS aplicarem até **100%** dos seus recursos, conforme a Resolução CMN nº 3.922/10.

Art. 7º *– No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

I *– até* ***100%*** *(cem por cento) em:*

a) *Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);*

Títulos Tesouro Nacional - SELIC

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018
0,00%	0,00%	10,00%	*100%*

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Investimentos em títulos públicos atendem à diretriz de pulverização de riscos e devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Títulos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Títulos Públicos Federais integrantes das carteiras de investimentos do PREVI PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

Caso o RPPS adquira Títulos e Valores Mobiliários, estes poderão ser contabilizados pelo seu valor de aquisição (Marcação na Curva), desde que atenda todos os requisitos da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação alterada pela Portaria MPS nº 577/2017, conforme descrito no art. 16, VIII, § 2º.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento

Limitado a investir em Títulos Públicos Federais indexados à inflação, mais especificamente ao IPCA, cuja taxa de juros real seja no mínimo, 5,43% a. a. ou, em Títulos Públicos Federais pré-fixados, no mínimo com taxa de juros de 9,00% a.a..

Conforme a Resolução CMN 3.922/10, os Títulos públicos que não são de responsabilidade do Tesouro Nacional, não devem ser objeto de investimento pelo PREVI-PAZ.

Conforme o **Art. 16 da Resolução CMN 3.922/10**, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Conforme o **Art. 19 da Resolução CMN 3.922/10**, os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme o **Art. 19 Parágrafo Único da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.604/2017 os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

Conforme o **Art. 22, II e § da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, no caso dos demais limites, e enquanto perdurar os excessos em relação aos limites estabelecidos o RPPS ficará impedido de efetuar novas aplicações que onerem os excessos verificados, relativamente aos limites excedidos.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

***IV** - praticar diretamente as operações denominadas day-trade, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Conforme a Resolução CMN 3.922/10, as operações diretas com Títulos Públicos, deverá ser feita uma avaliação quanto ao histórico das corretoras e distribuidoras de valores, além de pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas e abertura de conta segregada de custódia.

Conforme o **Art. 7, §1º da Resolução CMN 3.922/10**, as aplicações deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CVM, ou aplicações via instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

Conforme o **Art. 17, Parágrafo Único da Resolução CMN 3.922/10**, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

Caso opte por manter Títulos Públicos Federais em sua carteira, o PREVI-PAZ tentará manter uma distribuição entre Títulos indexados à inflação e Títulos pré-fixados, desde que atendam os limites definidos de taxa de juros nessa Política de Investimento.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade do Preços dos Títulos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial. Em termos de risco de crédito, Títulos Públicos são considerados quase zero.

5.2.2 – FUNDOS REFERENCIADO DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS, NÃO ATRELADO À TAXA DE 1 DIA.

São fundos de investimento, cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018, não atrelados a taxa de juros de 1 dia (Taxa DI e Selic Over).

***Art. 7º** – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***I** – até **100%** (cem por cento) em:*

***b)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "referenciado", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos, e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de renda fixa);*

FI Refer. 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**62,73%**	**85,00%**	*100%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos de condomínio Fechado, ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

65

Conforme o Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações do PREVI-PAZ não poderá exceder a 20% das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - *o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

II - *o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

III - *o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

I - *aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

II - *aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo **art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.**

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres

elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.3 – FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS, NÃO ATRELADO À TAXA DE 1 DIA.

São fundos de investimento atrelados á índices de Mercado (ETF), cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.604/2017, não atrelados a taxa de juros de 1 dia (Taxa DI e Selic Over).

Art. 7º *– No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

I – até 100% *(cem por cento) em:*

c) *cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, cuja carteira seja composta exclusivamente por títulos públicos federais, ou compromissadas lastreadas nesses títulos, que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa não atrelados à taxa de juros de um dia, cuja carteira teórica seja composta exclusivamente por títulos públicos (fundos de índice de renda fixa);*

FI índice Mercado 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**85,00%**	*100%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos de condomínio Fechado, ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações do PREVI-PAZ não poderá exceder a 20% das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter

uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o

Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.4 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS

Operação compromissada é a possibilidade de o investidor realizar operações de empréstimos, dando Títulos como garantia. As operações compromissadas podem ter taxas pré

- fixadas ou pós - fixadas, sendo permitida aos RPPS, realizar essas operações, exclusivamente com Títulos Públicos Federais, até **5%** do seu patrimônio líquido, conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 7º** – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***II** – até 5% (cinco por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" do inciso I;*

Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

O PREVI-PAZ optou por não realizar operações compromissadas.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

O PREVI-PAZ optou por não realizar operações compromissadas.

Conforme o **Art. 16 da Resolução CMN 3.922/10**, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Conforme o **Art. 19 da Resolução CMN 3.922/10**, os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade

autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme o **Art. 19 Parágrafo Único da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.604/2017 os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

***IV** - praticar diretamente as operações denominadas day-trade, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

O PREVI-PAZ optou por não realizar operações compromissadas.

Conforme o **Art. 17, Parágrafo Único da Resolução CMN 3.922/10**, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos

estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ optou por não realizar operações compromissadas.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

O PREVI-PAZ optou por não realizar operações compromissadas.

5.2.5 – FUNDOS REFERENCIADO EM INDICADORES DE RENDA FIXA, NÃO ATRELADO À TAXA DE 1 DIA.

São fundos de investimento, cuja carteira é referenciada por ativos financeiros de Renda Fixa, não atrelados a taxa de juros de 1 dia (Taxa DI e Selic Over), permitido aos RPPS aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.695/2018, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, b da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

III – até **60%** (sessenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos

***a)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "referenciado", conforme regulamentação estabelecida pela CVM, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assegure que o patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índice de renda fixa não atrelado à taxa de juros de um dia (fundos de renda fixa);*

FI Referenciados em Indicadores de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**17,13%**	**40,00%**	*60%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos de condomínio Fechado, ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 3º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se que o regulamento do fundo determine.

***I** - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;*
***II** - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou*

quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Conforme **Art. 7, § 8º da Resolução CMN 4.695/2018**, os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV e as alíneas "b" e "c" do inciso VII deste artigo devem:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou **IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo;*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social; **III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

Conforme o **Art. 7, §2º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se a que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.6 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA, NÃO ATRELADO À TAXA DE 1 DIA.

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ativos financeiros em Índices de Mercado (ETF) de Renda Fixa, não atrelados a taxa de juros de 1 dia (Taxa DI e Selic Over), permitido aos RPPS, aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.604/2017, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, a da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***III** – até **60%** (sessenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos*

***b)** cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa cuja carteira teórica seja composta por títulos não atrelados à taxa de juros de um dia, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda fixa);*

FI de Índices em Indicadores de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**40,00%**	*60%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos de condomínio Fechado, ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 3º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se que o regulamento do fundo determine.

***I** - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; **II** - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por*

cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos,

seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

Conforme o **Art. 7, § 2º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam - se a que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.7 – FUNDOS DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ativos financeiros, de renda fixa, permitido aos RPPS aplicarem até **40%**, conforme a Resolução CMN 4.604/2017, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, IV, b da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***IV** – até **40%** (quarenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos*

***a)** cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa);*

FI de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**12,62%**	**40,00%**	*40%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 3º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se que o regulamento do fundo determine.

***I** - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; **II** - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).*

Conforme **Art. 7, § 8º da Resolução CMN 4.695/2018**, Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV e as alíneas "b" e "c" do inciso VII deste artigo devem:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou **IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo;*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por*

cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

Conforme o **Art. 7, § 2º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se a que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.8 – FUNDOS DE ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ativos financeiros, em índice de mercado (ETF) de renda fixa, permitido aos RPPS aplicarem até **40%**, desde que sejam negociáveis em Bolsas de Valores, conforme a Resolução CMN 4.695/2018, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, IV, a da Resolução CMN.**

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***IV** – até **40%** (quarenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos*

***b)** cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda fixa);*

FI de índices de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	40,00%	*40%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos de condomínio fechado ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 3º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se que o regulamento do fundo determine.

***I** - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;*

***II** - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

Conforme o **Art. 7, § 2º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se a que a respectiva denominação não contenha a expressão “crédito privado”.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.9 – LIG – LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS

São Títulos de Renda Fixa, emitidos por Instituições Financeiras, permitidos aos RPPS aplicarem até **20%** conforme a Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***V** – até **20%** (vinte por cento) em:*

***b)** Letras Imobiliárias Garantidas (LIG);*

LIG - Letras Imobiliárias Garantidas

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**0,00%**	*20%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

O PREVI-PAZ optou por não investir em Letras Imobiliárias Garantidas.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

O PREVI-PAZ optou por não investir em Letras Imobiliárias Garantidas.

Conforme **Art. 11 da Resolução CMN 3.922/10**, as aplicações em LIG, ficam igualmente condicionadas à que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 6º da Resolução CMN 4.695/2018**, aplica-se o prévio credenciamento do gestor e o administrador do fundo de investimento, das instituições financeiras com obrigação ou coobrigação relacionadas aos ativos de que trata a alínea "b" do inciso V do art. 7º.

Conforme o **Art. 16 da Resolução CMN 3.922/10**, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Conforme o **Art. 19** da Resolução CMN 3.922/10, os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme o **Art. 19 Parágrafo Único** da Resolução CMN 3.922/10, atualizada pela Resolução CMN 4.604/2017 os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

II - *aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

O PREVI-PAZ optou por não investir em Letras Imobiliárias Garantidas.

Conforme o **Art. 17, Parágrafo Único** da Resolução CMN 3.922/10, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ optou por não investir em Letras Imobiliárias Garantidas.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

O PREVI-PAZ optou por não investir em Letras Imobiliárias Garantidas.

5.2.10 – CDB – CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

São Títulos de Renda Fixa, emitidos por Instituições Financeiras, garantidos pelo Emissor, permitidos aos RPPS aplicarem até **15%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 7º *- No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

VI *– até 15% (quinze por cento), limitado ao montante garantido pelo Fundo Garantidor de réditos (FGC), nos seguintes instrumentos financeiros:*

a) *Certificado de Depósito Bancário (CDB);*

CDB - Certificado de Depósito Bancário

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**13,00%**	*15%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

O prazo de carregamento estará limitado ao Prazo do Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, isto é, o prazo dos Títulos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme **Art. 7, VI da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações em CDB, ficam condicionadas que o limite de aplicação seja correspondente a 15% do patrimônio líquido do RPPS ou, até o limite do montante garantido pelo FGC - Fundo Garantidor de Crédito.

Conforme **Art. 11 da Resolução CMN 3.922/10**, as aplicações em CDB, ficam igualmente condicionadas à que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 16 da Resolução CMN 3.922/10**, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Conforme o **Art. 19** da Resolução CMN 3.922/10, os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou mantidos em conta de depósito individualizada em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme o **Art. 19 Parágrafo Único** da Resolução CMN 3.922/10, atualizada pela Resolução CMN 4.604/2017 os registros devem permitir a identificação do comitente final, com a consequente segregação do patrimônio do regime próprio de previdência social do patrimônio do custodiante e liquidante.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

II - *aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

Conforme o **Art. 17, Parágrafo Único** da Resolução CMN 3.922/10, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.11 – DEPÓSITO DE POUPANÇA

São depósitos permitidos aos RPPS aplicarem até **15%**, conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 7º *- No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

VI *– até 15% (quinze por cento), limitado ao montante garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), nos seguintes instrumentos financeiros:*

b) *Depósito de Poupança;*

Depósito Poupança

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	2,00%	*15%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Possíveis aplicações em cadernetas de poupança, terão o objetivo de formar Provisão de Caixa, conforme definido na Política de Investimento.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme **Art. 7, VI da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações em Poupança ficam condicionadas que o limite de aplicação seja correspondente a 15% do patrimônio líquido do RPPS ou, até o limite do montante garantido pelo FGC - Fundo Garantidor de Crédito.

Conforme **Art. 11 da Resolução CMN 3.922/10**, as aplicações em poupança, ficam igualmente condicionadas à que a instituição financeira não tenha o respectivo controle societário detido, direta ou indiretamente, por Estado.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

II *- aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

A análise de risco de crédito das instituições Financeiras seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

Poupança praticamente não oferece riscos de mercado, de liquidez e de crédito (até o limite estabelecido pelo FGC – Fundo Garantidor de Crédito).

5.2.12 – FIDC - FUNDOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

São fundos de investimento de Renda Fixa, chamados no mercado de "recebíveis", provenientes dos créditos que uma empresa tem a receber, como duplicatas, cheques e outros tipos de Título financeiro, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 7º *- No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

VII *– até 5% (cinco por cento) em:*

a) *cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FDIC).*

FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 4 da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações em FIDC de condomínio aberto, subordinam-se a:

I *- que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;* ***II*** *- que o regulamento do fundo determine que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).*

III *- que seja comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas;*

IV *- que o total das aplicações de regimes próprios de previdência social represente, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios;*

V *- que o regulamento do fundo de investimento em direitos creditórios determine que o devedor ou coobrigado do direito creditório tenha suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado a CVM e publicadas, no mínimo, anualmente.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 14, § 2º da Resolução CMN 3.922/2010**, alterada pela Resolução CMN 4.392/2014, esse limite aplica-se a partir de 1º de janeiro de 2015, com relação ao total de classe sênior do Fundo de Investimento.

Art. 14, § 2º *- Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, a serem efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite estabelecido no caput passa a ser calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo.*

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I *- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;* ***II*** *- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por*

cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

III *- o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 7º VII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma; **III** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos*

creditórios não padronizados;

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.13 – FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO

São fundos de investimento que possuem no mínimo, **51%** de Títulos de caráter privado, classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***VII** – até **5%** (cinco por cento) em:*

***b)** – cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa)*

FI de Renda Fixa Crédito Privado

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos Fechados ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 7, § 3º da Resolução CMN 3.922/10**, os fundos de investimento em renda fixa ou em indicadores de renda fixa deste artigo, subordinam-se que o regulamento do fundo determine.

***I** - que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;*

***II** - que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).*

Conforme **Art. 7, § 8º** da Resolução CMN 4.695/2018, Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV e as alíneas "b" e "c" do inciso VII deste artigo devem:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou **IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo;*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 3.922/10, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI-PAZ.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 7º VII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.2.14 – FUNDOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS 85% DE DEBÊNTURES

São fundos de investimento de Renda Fixa, que deverão informar em seu Regulamento, que a composição da carteira do Fundo será de no mínimo 85% de Debêntures, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 7º** - No segmento de renda fixa, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:*

***VII** – até **5%** (cinco por cento) em:*

***c)** – cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, observadas as normas da CVM.*

FI em Debêntures

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	5%	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos Fechados ou com carência, devem levar em conta o **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios**, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme **Art. 7, § 8º** da Resolução CMN 4.695/2018, Os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento de que tratam a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV e as alíneas "b" e "c" do inciso VII deste artigo devem:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

***IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo;*

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 7º VII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPREV, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 7, § 6º**, a análise de risco de crédito das instituições, dos direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos e de seus investimentos, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3 – RENDA VARIÁVEL

Poderá ser disponibilizada uma parcela de até 30% dos recursos em moeda corrente do PREVI-PAZ para essas aplicações, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.695/2018, a qual prevê a possibilidade de investimentos em Renda Variável.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do PREVI-PAZ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Conforme o Art. 8, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas em Renda Variável, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

5.3.1* – FUNDOS EM ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL *(Mínimo 50 Ações)

São fundos de investimento em ações, cuja carteira é composta por ativos financeiros, que acompanham índices de Renda Variável, divulgados por Bolsa de Valores no Brasil, composto por no mínimo 50 ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, permitido aos RPPS aplicarem até 30%, conforme a Resolução CMN 4.695/2018.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***I** – até **30%** (trinta por cento) em:*

a) *– cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto cuja política de investimento assegure que o seu patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil, compostos por, no mínimo, cinquenta ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável);*

FI em índices de RV - (mín. 50 ações)

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**1,00%**	**10,00%**	*30%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º** da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 3º** da Resolução CMN 4.695/2018, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

I *- ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

II *- Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

III *- ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

IV *- ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

§ 4º *- Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações negociados nos pregões de bolsa de valores.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I *- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

II *- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

III *- o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

I *- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;* ***II*** *- aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;* **. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação**

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o Art. 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.2 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA VARIÁVEL

(Mínimo 50 Ações)

São fundos de investimento em ações em índice de mercado, cuja carteira é composta por ativos financeiros, que buscam refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável (ETF), divulgados por Bolsa de Valores no Brasil, composto por no mínimo 50 ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, permitido aos RPPS aplicarem até 30%, conforme a Resolução CMN 4.695/2018.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***I** – até **30%** (trinta por cento) em:*

***b)** – cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por bolsa de valores no Brasil, compostos por, no cinquenta ações, correspondentes bônus ou recibos de subscrição e de certificados de depósitos de tais ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável);*

FI em índices de Mercado de RV - (mín. 50 ações)

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**10,00%**	*30%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º** da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º** da Resolução CMN 4.695/2018, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

São fundos de investimento em ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, permitido aos RPPS aplicarem até **20%**, conforme a Resolução CMN 4.695/2018.

Art. 8º *- No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

II *– até* ***20%*** *(vinte por cento) em:*

a) *– cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda variável).*

FI em Ações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**4,52%**	**15,00%**	*20%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º** da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 2º** da Resolução CMN 4.695/2018, estes fundos de investimento poderão manter em seu patrimônio, aplicações em ativos financeiros no observado o disposto no Art. 8, § 3º e § 4º e os limites definidos pela CVM para os fundos destinados ao público em geral, em regulamentação específica.

Conforme o **Art. 8, § 3º** da Resolução CMN 4.695/2018, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

I *- ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

II *- Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

III *- ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou* ***IV*** *- ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

§ 4º *- Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I *- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;* ***II*** *- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por*

cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em*

títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação do RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º** da Resolução CMN 4.695/2018, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.4 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA VARIÁVEL

São fundos de investimento em ações em índice de mercado, cuja carteira é composta por ativos financeiros, que buscam refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por Bolsa de Valores no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até **20%** conforme a Resolução CMN 4.695/2018.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***II** – até **20%** (vinte por cento) em:*

***b)** – cotas de fundos de investimento em índice de mercado variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda variável).*

FI em índices de Mercado de RV

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**10,00%**	*20%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º** da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 2º** da Resolução CMN 4.695/2018, estes fundos de investimento poderão manter em seu patrimônio, aplicações em ativos financeiros no exterior, observado o disposto no Art. 8, § 3º e § 4º e os limites definidos pela CVM para os fundos destinados ao público em geral, em regulamentação específica.

Conforme o **Art. 8, § 3º** da Resolução CMN 4.695/2018, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

***IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

***§ 4º** - Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa de Performance.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por*

cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; **II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma; .* **Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação**

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º** da Resolução CMN 4.695/2018, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.5 – FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS

São fundos de investimento, cuja carteira é composta de ativos de renda fixa e ativos de renda variável, sem fator de concentração em algum índice, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN 4.695/2018, desde que o regulamento mencione tratar-se de Fundos sem alavancagem.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***III** – até 10% (dez por cento) em cotas de Fundos de Investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem (fundos de renda variável).*

FI Multimercado - aberto

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**1,00%**	**10,00%**	*10%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º** da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 2º** da Resolução CMN 4.695/2018, estes fundos de investimento poderão manter em seu patrimônio, aplicações em ativos financeiros no exterior, observado o disposto no Artigo 8, § 3º e §4º e os limites definidos pela CVM para os fundos destinados ao público em geral, em regulamentação específica.

Conforme o **Art. 8, § 3º** da Resolução CMN 4.695/2018, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou **IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

***§ 4º** - Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social; **III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 8º VIII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018**, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.6 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

São fundos de investimento de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição de ações ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 8º - *No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

IV *– até* ***5%*** *(cinco por cento) em:*

a) *– cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos.*

FI em Participações - fechado

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 3º da Resolução CMN 4.695/2018**, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

I *- ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

II *- Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

III *- ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

IV *- ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

§ 4º *- Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme o **Art. 8, § 5º da Resolução CMN 4.695/2018**, os Fundos de Investimento em Participação subordinam-se:

I *- que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação específica da CVM;*

II *- que o regulamento do fundo determine que:*

a) *- o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, deve estar respaldado em laudo de avaliação elaborado por Auditores Independentes ou*

Analistas de Valores Mobiliários autorizados pela CVM;

b) *- o valor justo dos ativos emitidos, direta ou indiretamente, por cada uma das companhias ou sociedades investidas pelo fundo corresponda a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do total do capital subscrito do fundo;* ***c)*** *- que a cobrança de taxa de performance pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;* ***d)*** *- que o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;* ***e)*** *- que as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente;* ***III*** *- que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos dez anos,*

desinvestimento integral de, pelo menos, três sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno

previstos no regulamento.

§ 6º *- Os limites e condições de que trata o § 5º não se aplicam a fundos de investimento em cotas de fundo de investimento desde que as aplicações do fundo de investimento em participações observem tais limites.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 8º VIII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018**, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.7 – FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ações com direito de participarem do processo decisório da companiha investida, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***IV** – até **5%** (cinco por cento) em:*

***c)** cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", observada a regulamentação estabelecida pela CVM.*

FIC Ações - Mercado de Acesso

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**0,00%**	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 3º da Resolução CMN 4.695/2018**, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

***I** - ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

***II** - Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

***III** - ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

***IV** - ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

***§ 4º** - Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional; **II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social; **III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 8º VIII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018**, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.3.8 – FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS

São fundos de investimento, cuja carteira é uma comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 8º** - No segmento de renda variável e investimentos estruturados, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam -se aos seguintes limites:*

***IV** – até **5%** (cinco por cento) em:*

***b)** – cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) com presença em 60% (sessenta por cento) nos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no período de doze meses anteriormente à aplicação.*

FI Imobiliário

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018

			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**0,00%**	*5%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, levando em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 8, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018**, as aplicações previstas neste artigo limitar-se-ão, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Conforme o **Art. 8, § 3º da Resolução CMN 4.695/2018**, os ativos financeiros destes Fundos de investimentos deverão:

I *- ser emitidos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;*

II *- Ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;*

III *- ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios, classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou*

IV *- ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.*

§ 4º *- Para fins do disposto no § 3º do artigo 8, da Resolução CMN 4.695/2018, não são considerados ativos financeiros as ações, os bônus ou recibos de subscrição, os certificados de depósito de ações, as cotas de fundos de ações e as cotas dos fundos de índice de ações.*

Conforme o **Art. 8, § 8º da Resolução CMN 4.695/2018**, os limites da Resolução não se aplicam às cotas de fundos de investimento imobiliário que forem admitidas à negociação no mercado secundário, conforme regulamentação da CVM, e que sejam integralizadas por imóveis legalmente vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o Art. 14, § 1º da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 5% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I *- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;* ***II*** *- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

III *- o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 22, I da Resolução CMN 4.695/2018**, não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos nesta Resolução os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros que não excedam 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido no Art. 8º VIII.

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

I *- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;* ***II*** *- aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

Conforme o **Art. 8, § 7º da Resolução CMN 4.695/2018**, ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.4 – FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Poderá ser disponibilizada uma parcela de até 10% dos recursos em moeda corrente do PREVI-PAZ para essas aplicações, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.695/2018, a qual prevê a possibilidade de Investimentos no Exterior.

Este tipo de investimento é considerado Renda Variável, mas sendo negociado com ativos oferecidos no Exterior ou lastreados em Instituições domiciliadas no Exterior, sendo mais uma opção de aplicação para os RPPS. Em decorrência do alto risco de volatividade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o PREVI-PAZ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Conforme o artigo 9º-A, da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações dos recursos dos RPPS subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) previstos em Investimento no Exterior, da totalidade das aplicações do PREVI-PAZ.

5.4.1 – F.I. E F.I.C - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA

São fundos de investimentos classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa", cuja carteira é composta por até **80%** em **Títulos de Dívida Externa do Brasil**, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 9º-A *- No segmento de investimentos no exterior, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

I *– cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";*

FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**10,00%**	*10%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos Fechados ou com carência, devem levar em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 9º-A, § da Resolução CMN 4.695/2018**, o regime próprio de previdência social deve assegurar que:

I *- os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US $ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;*

II *- os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I *- o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

II *- o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

III *- o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

I *- aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.4.2 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR

São cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", cuja carteira é composta por, no mínimo, **67%** do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

***Art. 9º-A** - No segmento de investimentos no exterior, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

***II** - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;*

FIC - Aberto - Investimento no Exterior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**0,00%**	**10,00%**	*10%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Fundos de Investimentos Fechados ou com carência, devem levar em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, isto é, os Investimentos devem ser equalizados aos passivos do Fundo, principalmente, com relação aos fluxos de pagamentos de benefícios. Em caso, de trazer rentabilidade negativa, em alguns meses, assim como uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado, poderá ser interrompido a aplicação de Fundos de Investimento neste segmento.

Todos os Fundos de investimento integrantes da carteira do PREVI-PAZ, devem ser precificados (marcados) a valor de mercado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 9º-A, § da Resolução CMN 4.695/2018**, o regime próprio de previdência social deve assegurar que:

***I** - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US $ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;*

***II** - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.4.3 – FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I

São fundos de investimento em ações, cuja carteira é uma comunhão de ações de empresas estrangeiras negociadas no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até 10% conforme a Resolução CMN 4.695/2018.

***Art. 9º-A** - No segmento de investimentos no exterior, as aplicaç ões dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:*

***III** - cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.*

Fundos de Ações - BDR Nível I

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	**1,00%**	**10,00%**	*10%*	-

. Estratégias de investimento, carregamento de posição e desinvestimento – formação de preços

Aplicação em fundos BDR NÍVEL I pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo PREVI-PAZ, será respeitado um prazo de 6 anos para aplicação em renda variável, levando em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos BDR NÍVEL I em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Caso não seja interrompida a aplicação, para proteger qualquer ganho anual, será resgatada somente a rentabilidade do fundo de investimento, permanecendo o mesmo capital inicial aplicado.

. Vedações, restrições, limites e concentração para investimento.

Conforme o **Art. 9º-A, § da Resolução CMN 4.695/2018**, o regime próprio de previdência social deve assegurar que:

***I** - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US $ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;*

***II** - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.*

Conforme Art. 13 da Resolução CMN 4.695/2018, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento deste artigo, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do PREVI- PAZ.

Conforme o Art. 14 da Resolução CMN 4.695/2018, o PREVI-PAZ não poderá possuir mais do que 15% dos seus recursos, do patrimônio líquido do fundo de investimento.

Conforme o **Art. 15, § 2º da Resolução CMN 4.695/2018**, o RPPS somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

***I** - o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;*

***II** - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

***III** - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 3.922/10**, atualizada pela Resolução CMN 4.695/2018, é vedado aos RPPS:

***I** - aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*

***II** - aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*

. Critérios específicos para credenciamento de instituições e seleção de ativos para alocação

Os critérios de credenciamento e seleção das instituições e dos fundos de investimento, estão descritos nesta Política de Investimento e os modelos utilizados serão os disponibilizados no endereço eletrônico da SPPS, até o fechamento desta Política de Investimento.

. Estratégias e critérios para diversificação, análise de classificação do risco de crédito e da qualidade da gestão

O PREVI-PAZ adotará limites mínimos e máximos de Benchmark, no intuito de manter uma diversificação de sua carteira, nos diversos índices disponíveis para aplicação dos RPPS.

A análise de risco de crédito das instituições e de seus investimentos, quando necessário, seguirão o mínimo estabelecido pelo art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 4.695/18.

. Diretrizes para análise da volatilidade, liquidez e demais riscos a serem suportados

A volatilidade dos investimentos, será analisada mensalmente, através de pareceres elaborados por consultoria de investimento. Quanto a liquidez, o PREVI-PAZ levará em conta o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, contida na Reavaliação Atuarial.

5.5 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

TIPO DE ATIVO	*RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018*		*POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2020*	*POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)*	*ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2021*		
	ARTIGO	*LIMITE*			*LIMITE INFERIOR (%)*	*ESTRATÉGIA ALVO (%)*	*LIMITE SUPERIOR (%)*
Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, a**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Refer. 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, b**	**100%**	34.259.217,32	64,73%	**0,00%**	**62,73%**	**85,00%**
FI índice Mercado 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, c**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**85,00%**
Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos	**7, II**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Referenciados em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, a**	**60%**	9.599.251,35	18,14%	**0,00%**	**17,13%**	**40,00%**
FI de Índices em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, b**	**60%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**40,00%**
FI de Renda Fixa	**7, IV, a**	**40%**	6.680.870,97	12,62%	**0,00%**	**12,62%**	**40,00%**
FI de índices de Renda Fixa	**7, IV, b**	**40%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**40,00%**
LIG - Letras Imobiliárias Garantidas	**7, V, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**7, VI, a**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**13,00%**
Depósito Poupança	**7, VI, b**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**2,00%**
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior	**7, VII, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI de Renda Fixa Crédito Privado	**7, VII, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI em Debêntures	**7, VII, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
1 - SUB-TOTAL RENDA FIXA			**50.539.339,64**	**95,48%**	**0,00%**	**92,48%**	**355,00%**
FI em índices de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, a**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
FI em índices de Mercado de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, b**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI em Ações	**8, II, a**	**20%**	2.390.516,42	4,52%	**0,00%**	**4,52%**	**15,00%**
FI em índices de Mercado de RV	**8, II, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Multimercado - aberto	**8, III**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
FI em Participações - fechado	**8, IV, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FIC Ações - Mercado de Acesso	**8, IV, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Imobiliário	**8, IV, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
2 - SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL	**8, § 1º**		**2.390.516,42**	**4,52%**	**0,00%**	**6,52%**	**55,00%**
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	**9º A, I**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FIC - Aberto - Investimento no Exterior	**9º A, II**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
Fundos de Ações - BDR Nível I	**9º A, III**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
3 - SUB-TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**9º-A**		**-**	**0,00%**	**0,00%**	**1,00%**	**30,00%**
4 - TOTAL DO PATRIMÔNIO (1+2+3)			**52.929.856,06**	**100,00%**		**100,00%**	

189

5.6 – LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK

Apesar de ser recomendável a diversificação da carteira em momentos de incertezas e recuperação econômica, o PREVI-PAZ tem a obrigação de cumprir a Meta Atuarial, sob penalidade de elevar o Déficit Atuarial.

Para conciliar os riscos de oscilação, com a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial é aconselhável que durante o exercício de 2021, o PREVI-PAZ mantenha uma carteira bem diversificada, distribuindo seus recursos em investimentos de Renda Fixa e de Renda Variável. Com relação as aplicações em subíndices ANBIMA, a carteira terá uma concentração especial, em índices moderados, como IMA - B 5, IDKA 2 ou IMA - GERAL, por serem mais estáveis.

Analisando o gráfico abaixo, praticamente o **IMA – B 5** rentabilizou a mesma coisa que o subíndice **IMA – B**, mas sem oferecer oscilações como em 2013.

RENTABILIDADE 2013 - 2020 (7 ANOS)

CDI IMA - B IMA - B 5

140,00%

120,00%

100,00%

80,00%

60,00%

40,00%

20,00%

0,00%

-20,00%

No intuito de amenizar as possíveis oscilações da carteira do PREVI-PAZ, a alocação dos recursos financeiros deverá seguir o limite proposto para cada benchmark.

RESUMO DA ALOCAÇÃO DA CARTEIRA POR BENCHMARK *

ÍNDICE BENCHMARK	POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 31/10/2020	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
RENDAFIXA			
DI	*12,62%*	**0,00%**	**20,00%**
IRF - M 1	*23,46%*	**0,00%**	**20,00%**
IRF - M	*10,78%*	**0,00%**	**25,00%**
IRF - M 1 +	*3,90%*	**0,00%**	**5,00%**
IMA - B 5	*17,33%*	**0,00%**	**40,00%**
IMA - B	*16,15%*	**0,00%**	**25,00%**
IMA - B 5 +	*0,00%*	**0,00%**	**5,00%**
IMA - GERAL, IMA – GERAL ex – C	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**
IDKA 2, IDKA 3	*11,24%*	**0,00%**	**40,00%**
IPCA	*0,00%*	**0,00%**	**5,00%**
IPCA + TAXA DE JUROS	*0,00%*	**0,00%**	**25,00%**
RENDAVARIÁVEL			
MULTIMERCADO	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**
ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL	*4,52%*	**0,00%**	**30,00%**
INVESTIMENTO NO EXTERIOR			
ÍNDICES DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	*0,00%*	**0,00%**	**10,00%**

6 – CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR

A definição do perfil de investidor, através da metodologia de escala de 1 a 10, tem como objetivo auxiliar os gestores a elaborarem uma carteira de investimento, que busque atender seus objetivos (Meta Atuarial), sua aversão a risco e seu horizonte de aplicação.

A **Classificação de Perfil de Investidor**, segue a seguinte escala de classificação:

CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR

1	**EXTREMAMENTE CONSERVADOR**
2	**CONSERVADOR**
3	**CONSERVADOR com tendência a ser MODERADA**
4	**MODERADO com tendência a ser CONSERVADORA**
5	**MODERADO**
6	**MODERADO com tendência a ser ARROJADA**
7	**ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA**
8	**ARROJADO com tendência a ser MODERADA**
9	**ARROJADO**
10	**EXTREMAMENTE ARROJADO**

Alguns investidores tendem a manter a carteira de investimento em índices conservadores, como **zona de conforto**, porém, não existe outra forma de cumprir a Meta Atuarial, se não elevarmos o **RISCO DE MERCADO** da carteira. Portanto, a metodologia descrita acima, busca elaborar uma carteira que apresente a melhor relação de **risco x retorno** ou, **Oscilação de Mercado x Meta Atuarial.**

A definição do perfil de investidor do PREVI-PAZ, leva em consideração a perspectiva macroeconômica e dos investimentos e a aversão a risco do investidor.

Dentro da metodologia de Classificação de Perfil de Investidor, o PREVI-PAZ adotará uma carteira com PERFIL 6 - MODERADO COM TENDÊNCIA ARROJADA.

Descrição do Perfil de Investidor

Objetivo do perfil

Comportamento da carteira

7 – ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA DO RPPS E DAS OBRIGAÇÕES DO PLANO

7.1 – ADERÊNCIA DAS METAS AO PERFIL DA CARTEIRA

No ano de 2020, o PREVI-PAZ adotou o PERFIL 6 – MODERADO COM TENDÊNCIA

ARROJADA, conseguindo até 31/10/2020, uma rentabilidade de 1,23%, contra uma Meta Atuarial de 7,18%, ainda buscando o objetivo de cumprir a Meta Atuarial.

Como os indicadores econômicos, projetam uma inflação estável para o ano seguinte (2021 – 3,40% ; 2020 – 3,45%) e uma Taxa Selic com iminência de elevação, o PREVI-PAZ adotará um tipo de perfil de investidor, na maior parte do exercício financeiro, podendo oscilar em períodos curtos, para um perfil 1 ponto abaixo e 1 ponto acima do perfil escolhido.

PERFIL DE INVESTIDOR

LIMITE INFERIOR DO PERFIL	*LIMITE ALVO DO PERFIL*	*LIMITE SUPERIOR DO PERFIL*
5 - MODERADO	**6 - MODERADO com tendência a ser ARROJADA**	**7 - ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA**

Apesar de termos uma Meta Atuarial menor a ser cumprida, a possibilidade de elevação da Taxa de Juros poderá trazer oscilações sobre os investimentos pré -fixados.

Mesmo que o perfil adotado exponha menos a carteira de investimentos a riscos de mercado, se a inflação se mantiver controlada e no patamar projetado, o PREVI-PAZ conseguirá cumprir a Meta Atuarial sem maiores dificuldades.

Portanto, o perfil de investidor adotado pela Política de Investimentos é aderente as suas metas.

7.2 – ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO

O primeiro objetivo financeiro de um Plano de Previdência é pagar benefícios aos seus Segurados (ou participantes). Por esse motivo, não podemos bloquear o resgate dos recursos, devido um planejamento financeiro mal feito. Para verificarmos se os investimentos ofertados mercado financeiro, não irão comprometer as obrigações previdenciárias a longo prazo, recomendamos no mínimo, a elaboração e análise da **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios** ou do **Fluxo Atuarial do RPPS,** contida nas Reavaliações Atuariais, para verificação da compatibilidade de caixa.

De acordo com o Estudo de Duration do Fluxo de Caixa do Plano Previdenciário, que se encontra na Reavaliação Atuarial/, o PREVI-PAZ possui um horizonte de 6 anos para começar a utilizar os recursos para pagamento de benefícios, sem considerar a ocorrência de concursos públicos futuros. Esse horizonte servirá de base para investimentos que visam o longo prazo, como Fundos atrelados à inflação, Fundos com juros pré-fixados, Fundos com prazo de carência, Investimentos de Renda Variável e Títulos Públicos Federais.

Segundo o RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTO - 10/2020, a distribuição atual da carteira de investimentos, por horizonte temporal é da seguinte forma:

100%

100%

DISTRIBUIÇÃO DA DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS (LIQUIDEZ x IMOBILIZADO)

80%

60%

40%

20%

0%

ORDEM	*PRAZO (até x anos)*	% DISTRIBUIÇÃO POR PRAZO
1	0	100,00%
		100,00%

Portanto, o horizonte temporal da carteira de investimento é aderente as obrigações previdenciárias do plano.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Política de Investimentos deverá ser revista anualmente, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Curador, Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimento, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Curador do PREVI-PAZ, para avaliação e possível aprovação.

As aplicações realizadas pelo PREVI-PAZ passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizados alguns instrumentos de análise de risco, além do histórico de quotas e rentabilidade de fundos de investimento, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimento, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada. Estes investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho e da análise da composição da carteira dos fundos. As avaliações serão feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a otimizar o retorno da carteira, cumprir a meta atuarial e minimizar riscos.

O responsável pela gestão dos recursos do PREVI-PAZ deverá ser pessoa física, vinculada ao Ente Federativo e a unidade gestora do Regime Próprio como servidor de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração. Deverá ainda ter sido aprovado em exame de certificação profissional, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

A presente Política está sujeita a modificação, conforme o artigo 4º §1º da Resolução CMN 3.922/2010, em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos regimes de previdência bem como em decorrência de mudanças significativas no cenário econômico. Em ambos os casos, a adequação da presente política será discutida em reunião do Conselho Curador.

Destacamos que no artigo 1º § 3º da Portaria MPS 519/2011, a Política Anual de Investimentos e suas revisões, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, 25 de novembro de 2020.

WILLIAN CESAR GOMES PEREIRA

Diretor do PREVI-PAZ CPF: 862.026.771-04

Certificação Profissional ANBIMA - CPA 10

CPF: 030.611.381-37

8.1 – MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Willian Cesar Gomes Pereira CPF: 862.026.771-04

Lidiane Silva Rodrigues CPF: 030.611.381-37

Edilaine de Fatima Bagnara Grandini CPF: 005.714.801-52

8.2 – MEMBROS DO CONSELHO CURADOR

Marcos Moteiro Farias CPF: 847.786.011-49

Roberto Honório Gaspar CPF: 502.542.431-34

Silvia Barbara Priscila Vacario CPF: 041.028.639-74

Wadilson de Freitas CPF: 768.481.911-91

Diana Leandro da Silva CPF: 784.459.301-68

Cristiane Macedo Lima CPF: 022.301.681-00

Samuel Leite Correa CPF: 074.744.268-11

Rafael Silva Santos CPF: 755.936.881-68

Marcos Alves Oliveria CPF: 053.206.291-41

Josias Silvia Oliveira CPF: 958.116.301-82

8.3 – MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

Sulamita Ortega Bianchi CPF: 948.935.001-04

Cleonice Abreu Guimaraes CPF: 810.916.721-72

Adersio Gomes CPF: 581.015.191-49

Jose Bernardinho da Costa CPF: 180.790.672-87

Sueli Alves de Souza CPF: 008.609.441-66

Gleyvia Silvino da Silva CPF: 019.896.433-10

9 – ANEXO

9.1 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NO ART. 15, § 2º, I, DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3922/2010			
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**	**Gestor:**
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Data Constituição	
E-mail (s)		Telefone (s)	
Data do registro na CVM		Categoria (s)	
Data do registro na BACEN		Categoria (s)	
Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2° ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN Nº			
SIM		**NÃO**	
Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento analisado	**Data de validade das certidões**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**	
1. Certidão da Fazenda Municipal			
2. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital			
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União			
4. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS			
III - Parecer final quanto ao credencia-mento da Instituição:			
IV - Classe(s) de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada:			
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I,“b”
	Art. 7º, I,“c”		Art. 8º, II,“a”
	Art. 7º, III,“a”		Art. 8º, II,“b”
	Art. 7º, III,“b”		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV,“a”		Art. 8º, IV,“a”
	Art. 7º, IV,“b”		Art. 8º, IV,“b”
	Art. 7º, VII,“a”		Art. 8º, IV,“c”
	Art. 7º, VII,“b”		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,“c”		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,“a”		Art. 9º-A, III
V – Fundo (s) de Investimento de Investimento administrado(s)/ gerido(s) pela instituição para futura decisão de Investimentos:			**CNPJ** / **Data da Análise**
Data:			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.2 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO COMPLETO

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO			
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? ( ) SIM ( ) NÃO (Esses critérios, caso existentes, podem ser mais seletivos que os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, mas devem se relacionar a questões objetivas relativas às características de atuação da instituição, tais como, posição em ranking de volume de recursos sob a administração, patrimônio da instituição, tempo e experiência de atuação, diversificação da base de investidores,			

evitando-se a exigência de documentação que extrapole a comprovação desses critérios).			
1. Tipo de ato normativo/edital:		Data	
2. Critérios:			
a.			
b. -			
c. -			

II- INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA:		**Adminstrador:**		**Gestor:**	
Razão Social		CNPJ			
Endereço		Data Constituição			
E-mail (s)		Telefone (s)			
Data do registro na CVM		Categoria (s)			
Principais contatos com o RPPS	**Cargo**	**E-mail**		**Telefone**	

Atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Atende ao previsto no art. 14-A da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Em caso de FIP, atende ao previsto no § 5º do art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010?	
Em caso de FIDC, atende ao previsto no inc. III do § 4º do art. 8º da Res. CMN nº 3.922/2010?	

II.1 Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data de validade das certidões***	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			
*2. Certidão da Fazenda Municipal**			
*3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital**			
*4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**			
*5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS**			
6. Relatórios de Gestão de Qualidade			
7. Relatórios de Rating			
8. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos			

II.2 - Classificação do Rating de Gestão ou outra forma de avaliação, pelo dirigente do RPPS, da boa qualidade de gestão e de ambiente de controle da instituição(art. 15, III, da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data

Principais riscos associados à Instituição:	
Outra foma de avaliação da boa qualidade de gestão:	

II.3 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data
Resultado da análise destas informações:		

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R$)	Patrimônio total sob admin / gestão (R$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin / gestão (R$)	Nº de fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin / gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin / gestão
12/2018						
12/2017						
12/2016						
12/2015						
12/2014						

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social:	
CPF/CNPJ:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

II.6 - Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Fundos de Investimento sob administração/ges tão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	Total investido por RPPS	Desde quando gere fundos dessas classes	Observações sobre (performance/ histórico) da instituição com relação a esses tipos de fundos (texto)
Art. 7º, I, "b"							
Art. 7º, I,"c"							
Art. 7º, III,"a"							
Art. 7º, III,"b"							
Art. 7º, IV,"a"							
Art. 7º, IV,"b"							
Art. 7º, VII,"a"							
Art. 7º, VII,"b"							
Art. 7º, VII,"c"							
Art. 8º, I,"a"							

Art. 8º, I,"b"							
Art. 8º, II,"a"							
Art. 8º, II,"b"							
Art. 8º, III							
Art. 8º, IV,"a"							
Art. 8º, IV,"b"							
Art. 8º, IV,"c"							
Art. 9º-A, I							
Art. 9º-A, II							
Art. 9º-A, III							

III - FUNDO(S) DE INVESTIMENTO ADM/GERIDO PELA INSTITUIÇÃO P/ FUTURA DECISÃO DE			
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos

IV – COMPARAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ADM/GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			
Nome da Instituição	CNPJ	Principais produtos (textos)	Principais vantagens/problemas em geral identificados com essas outras instituições(textos)

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos/fundos (texto conclusivo):			
V - CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento			
Data:			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.3 – ATESTADO DE CREDENCIAMENTO COMPLETO

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo		**CNPJ**	
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**	
Instituição Credenciada			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:			
Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada			
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, I,"b"
	Art. 7º, I,"c"		Art. 8º, II,"a"
	Art. 7º, III,"a"		Art. 8º, II,"b"
	Art. 7º, III,"b"		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV,"a"		Art. 8º, IV,"a"
	Art. 7º, IV,"b"		Art. 8º, IV,"b"
	Art. 7º, VII,"a"		Art. 8º, IV,"c"
	Art. 7º, VII,"b"		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,"c"		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,"a"		Art. 9º-A, III
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
Data:			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.4 – TERMO DE ANÁLISE E CADASTRO DO DISTRIBUIDOR

TERMO DE ANÁLISE E CADASTRAMENTO DO DISTRIBUIDOR **Análise de Agente Autônomo de Investimentos**			
Número do Termo de Análise de Credenciamento do Distribuidor			
Número do Processo instaurado na unidade gestora do RPPS			
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
II- Identificação do Distribuidor			
Razão Social		CNPJ	
Endereço		Data Constituição	
E-mail (s)		Telefone (s)	
Data do registro na CVM		Categoria (s)	
Controlador/ Grupo Econômico			**CNPJ**
Principal contato com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
III - Relação dos documentos referentes á análise da Instituição que instruem o Processo de Análise e Cadastramento obtidos na(s) seguinte(s) páginas(s) da Internet(art. 6ºE,III, Portaria MPS nº 519/2011):			
Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data da Validade das Certificações**	
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			
2. Certidão da Fazenda Municipal			

3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital		
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União		
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS		
.....		

IV - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/ objeto	Data	Fonte da informação
Resultado da análise destas informações pelo responsável pelo Credenciamento:			

V – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data de Início do Fundo
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):			

VI – Contratos de Distribuição relativos aos fundos de investimento ou produtos acima elencados:

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Contrato Registrado CVM(sim/não)	Data do Instrumento contratual

Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):

VII – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Análise da Instituição administradora/gestora objeto do presente Processo de Credenciamento

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	
C - Qualificação do corpo técnico:	
D - Histórico e experiência de atuação:	
E - Outros critérios de análise:	
Data:	

Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

9.5 – ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de

Nome Fundo				**CNPJ**	
Administrador		**Nº Termo Cred.**		**CNPJ**	
Gestor		**Nº Termo Cred.**		**CNPJ**	
Custodiante				**CNPJ**	

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.604/2017:

	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, I,“b”
	Art. 7º, I,“c”		Art. 8º, II,“a”
	Art. 7º, III,“a”		Art. 8º, II,“b”
	Art. 7º, III,“b”		Art. 8º, III
	Art. 7º, IV,“a”		Art. 8º, IV,“a”
	Art. 7º, IV,“b”		Art. 8º, IV,“b”
	Art. 7º, VII,“a”		Art. 8º, IV,“c”
	Art. 7º, VII,“b”		Art. 9º-A, I
	Art. 7º, VII,“c”		Art. 9º-A, II
	Art. 8º, I,“a”		Art. 9º-A, III

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	**Data do Documento**	**Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição**
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		

II.5 Forma de Distribuição do Fundo (art.3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	
CPF/CNPJ:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:		Data de Início das Atividades:	

Política de Investimentos do Fundo	Índice de referencia/objetivo de rentabilidade
Público-alvo:	

Condições de Investimento (Prazos/Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo		
	Prazo de Carência (dias)		
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		
	Prazo Total (dias)		
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		
	Taxa de saída (%)		
	Taxa de Administração (%)		
	Taxa de Performance		
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira			
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:			
Análise de fatos relevantes divulgados:			
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:			
Principais riscos associados ao Fundo:			

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota do Fundo (R$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência ou desempenho do fundo como % do índice de referência
2018						
2017						
2016						
2015						
2014						

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	**Espécie de ativos**		**% do PL**
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	**CNPJ Fundo(s)**	**Classificação Resolução CMN**	**% do PL**
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	**Emissor (CPF/CNPJ)**	**Classificação Resolução CMN**	**% do PL**
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN			
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)			
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito		**Agência de risco**	**Nota**
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			
Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.			
Data:			

Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

PORTARIA Nº 1.176, DE 01 DE JULHO DE 2021.

PORTARIA Nº 1.176, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, o Senhor **FRANCISCO FERNANDO OLIVEIRA SOUZA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1229011-4 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 850.469.731.20, para exercer o cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Apoio à Indústria e Comércio**, da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VII, “a”, da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 de Julho de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DIVULGAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 003/2021 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

ATAIL MARQUES DO AMARAL, Prefeito do Município de Poconé, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria .nº 110, de 25 de Março de 2021, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 003/2021 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL,** conforme discriminado abaixo:

001 - ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
159	JORDANA DO AMARAL MATOS	2	1	6	10	**19**	28/07/1987	**1º**
11	IEDA REGINA MARQUES DE OLIVEIRA	2	1	6	10	**19**	03/07/1994	**2º**
1	RENATA DA SILVA MARTINS	2		6	10	**18**	18/12/1988	**3º**
96	ALESSANDRA HELENA DE JESUS	2		6	10	**18**	30/05/1989	**4º**
110	WASHINGTON DIEGO DO CARMO	2	1	4,5	10	**17,5**	24/04/1990	**5º**
91	EDCARLA RONDON DA SILVA	2		3	10	**15**	20/08/1990	**6º**
120	LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ DAVINO	2	1	6	5	**14**	15/12/1988	**7º**
75	SIDIMARA ZANELLA DA SILVA	2	1		10	**13**	15/12/1991	**8º**
34	LUCILENE VIEIRA DE JESUS	2			10	**12**	17/02/1961	**9º**
66	RITA DE CÁSSIA SILVA COSTA DE MORAES	2			10	**12**	21/05/1983	**10º**
265	TAYNNARA SCHELL DA SILVA	2		0,5	8	**10,5**	15/05/1994	**11º**
286	ROSANGELA SILENE ARAÚJO DE SOUZA LEITE	2		6	2	**10**	29/03/1961	**12º**
181	CONSUELO APARECIDA DA SILVA				10	**10**	09/09/1969	**13º**
345	CHARLES BRONSON BULHÕES	2	1		3	**6**	06/08/1986	**14º**
85	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA	2		2	2	**6**	12/08/1986	**15º**
62	GISLEINE RIBEIRO DE SOUZA	2		1	2	**5**	18/11/1981	**16º**
38	ANDREIA APARECIDA AMBROSIO DA SILVA	2			2	**4**	30/10/1992	**17º**
312	ELIANE PIRES FERREIRA MEDEIROS	2			1	**3**	25/01/1984	**18º**
117	DORACI MIO DE JESUS BORGES	2				**2**	04/12/1974	**19º**
322	BRIGITE PEREIRA DE ALMEIDA					**0**	18/11/1971	**DESCLAS**
35	JANILZA SILVA DA CRUZ					**0**	04/04/1984	**DESCLAS**
67	LUCIANA ALMEIDA DE JESUS					**0**	05/03/1989	**DESCLAS**

002 - PSICÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ZONA URBANA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
196	JULIANI PRAXEDES BASTOS	2	1	6	10	**19**	05/10/1983	**1º**
300	MOACIR AGULHO JUNIOR	2	1	6	9	**18**	19/03/1991	**2º**
198	TARCIANA LUCIA DA COSTA CAMPOS	2	1	4,5	10	**17,5**	09/07/1987	**3º**
168	LUANA SALGADO ARRUDA	2		6	9	**17**	09/10/1989	**4º**
116	DANIELA GONÇALVES SERRA ARIMA DE ALMEIDA	2	1	6	8	**17**	28/04/1990	**5º**
176	ELIZANGELA SILVA CAMPOS	2	1	1,5	10	**14,5**	22/11/1983	**6º**
12	SAMIRA CAROLINA DA SILVA	2	1	1,5	10	**14,5**	15/10/1991	**7º**
99	LUANA ESTELA DE ARRUDA	2		1,5	10	**13,5**	27/02/1994	**8º**
61	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA					**0**	24/01/1997	**DESCLAS**
135	JANE RAMIRA BATISTA DA SILVA					**0**	27/03/1983	**DESCLAS**
88	LEIDIANE DE SOUZA DOS SANTOS					**0**	29/12/1997	**DESCLAS**

003 - DIGITADOR - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
215	ELOINADE CASTROCARMO	2		6	7	**15**	11/07/1987	**1º**
222	ROSELAINE ALMEIDA DA SILVA	2		1,5	10	**13,5**	17/05/1984	**2º**
354	ELIANAIDE ILSA DE ARRUDA BARRETO	2		1,5	10	**13,5**	03/07/1987	**3º**
233	KAREN IANA DE ARRUDA	2			10	**12**	18/09/1991	**4º**
3	VITORIA EVELLYN DA SILVA	2			10	**12**	09/09/2002	**5º**
103	JOSÉ EDMUNDO RAMOS JUNIOR	2			9	**11**	08/03/1994	**6º**
188	JORGIELLEN CRISTIANE DE ALMEIDA	2		3	2	**7**	31/12/1986	**7º**
108	RAINERO YSMIDA CRUZ	2			3	**5**	02/01/1996	**8º**
218	ILSA NUNES DA SILVA	2		1,5	1	**4,5**	03/12/1992	**9º**
288	ELIZABETH GONÇALVES SILVA	2			2	**4**	08/01/1986	**10º**
180	ROVÂNIA KELLY DUARTE MANHANI	2			2	**4**	13/12/1993	**11º**
250	MARIA JOSÉ DA SILVA SOUZA PEREIRA	2		1,5		**3,5**	18/06/1986	**12º**
238	ANA VITORIA DE OLIVEIRA BRAULIO	2			1	**3**	20/02/2000	**13º**
83	MARCIANA DA SILVA	2			1	**3**	04/06/2000	**14º**
139	RAQUEL APARECIDA NEVES DO AMARAL	2				**2**	22/08/2000	**15º**
253	ALEXANDRE LARA CORREA					**0**	25/02/1992	**DESCLAS**

004 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
260	ARLETE DA SILVA MODESTO	2		6	10	**18**	06/07/1970	**1º**
94	LUCIMAR RONDON SILVA	2		4,5	10	**16,5**	13/01/1988	**2º**
318	IDIMARA CORREA LEITE DE JESUS	2		3	9	**14**	28/07/1993	**3º**
174	LENIELE MAYARA DE CAMPOS	2		6	6	**14**	26/12/1994	**4º**

150	RAFAELA SOARES SANTIAGO SILVA	2		2	10	**14**	09/09/1996	**5º**
142	JACKLINE CLARA DA SILVA	2		1,5	10	**13,5**	20/11/1985	**6º**
175	BRUNA ELIZABETH DA SILVA COSTA BRANDALISE	2		1,5	10	**13,5**	05/12/1991	**7º**
95	ANDRESSA RITA MARTINS DO AMARAL	2		1,5	10	**13,5**	21/05/2002	**8º**
129	BENEDITA MIRIAN GOMES DOS SANTOS	2	1		10	**13**	31/10/1982	**9º**
166	JOICIELE PRADO SILVA	2		0,5	10	**12,5**	01/07/1996	**10º**
77	MARICID AUXILIADORA FERREIRA GOMES SILVA	2			10	**12**	05/03/1972	**11º**
118	ELIDIANE BENEDITA LOBO SILVA	2			10	**12**	28/10/1988	**12º**
278	JOSELINA CRISTINA AMORIM DE CAMPOS	2		0	10	**12**	20/04/1996	**13º**
295	THYELY PUSIPPE LEITE MARQUES				10	**10**	26/12/1995	**14º**
124	ALEX HEINNY DA SILVA E SILVA	2		2,5	4	**8,5**	13/08/1990	**15º**
227	CAROLINA RIVELLO PENA	2		4,5	2	**8,5**	15/04/1993	**16º**
335	MARILEIDE GOMES DA SILVA	2		3	2	**7**	30/08/1977	**17º**
138	KARINA TRINDADE DE SOUZA	2			5	**7**	08/03/1988	**18º**
310	ANNE STEELE DA SILVA MARTINS	2			4	**6**	27/12/1993	**19º**
328	ANA PAULA APARECIDA FIALHO CORRÊA	2		1	3	**6**	14/04/1996	**20º**
266	ANGELA REGINA DO NASCIMENTO RONDON FORTES E SOUZA	2		1,5	2	**5,5**	13/01/1989	**21º**
264	EDEMILZA PAULA CORREA MARQUES	2		1,5	1	**4,5**	04/09/1974	**22º**
50	VINICIUS MIGUEL GONÇALVES DOS SANTOS	2		0,5		**2,5**	29/09/2000	**23º**
303	MARIELLA FÁTIMA PRADO SILVA	2				**2**	14/07/1988	**24º**
200	ELIZEU AMANCIO RODRIGUES	2				**2**	05/08/1988	**25º**
21	GRACIELI DOS SANTOS NASCIMENTO	2				**2**	04/09/1994	**26º**
282	MARIANA ANTUNES DA SILVA LIMA	2				**2**	15/05/2002	**27º**
105	ACELINO NETO SOUZA MARÇAL					**0**	13/07/2002	**DESCLAS**
343	ALAIDE KEILIANE DA COSTA	APRESENTOU ARQUIVO COM SENHA				**0**	15/12/1994	**DESCLAS**
356	ARLETE FERNANDA DA COSTA	APRESENTOU ARQUIVO COM SENHA				**0**	20/12/1991	**DESCLAS**
69	BIANDRA ARRUDA DE ALMEIDA SOUZA					**0**	12/03/1997	**DESCLAS**
177	BRUNA CRISTINA DA SILVA GUIA					**0**	12/02/1996	**DESCLAS**
316	CARLOS DAVID PINHEIRO ARAUJO					**0**	22/09/1984	**DESCLAS**
19	EDILENE MARIA DOS SANTOS					**0**	27/10/1995	**DESCLAS**
186	EMANUELLY LAURA DA SILVA DE OLIVEIRA					**0**	22/06/1993	**DESCLAS**
131	JOCILENE FRANCISCA DOS SANTOS					**0**	28/05/1983	**DESCLAS**
72	JOYCE MYLENA GONÇALVES DE ARAUJO					**0**	16/01/1996	**DESCLAS**
361	KAROLINE MARQUES DA COSTA					**0**	22/11/1993	**DESCLAS**
73	MONICA GLACIELA GONÇALVES DE OLIVEIRA					**0**	30/12/1975	**DESCLAS**
101	NEUREA REGINA DE MORAES					**0**	08/11/1987	**DESCLAS**
115	NIULIA MARIA DE MORAES					**0**	18/10/1986	**DESCLAS**
314	RAYSSA STEPHANI MARTINS PEREIRA					**0**	05/03/1998	**DESCLAS**
241	SANDRA MARIA DA SILVA					**0**	05/10/1975	**DESCLAS**
306	SARAH AQUINO ARAUJO					**0**	20/01/2000	**DESCLAS**
344	TONY VICTOR NUNES FARIAS					**0**	03/01/2002	**DESCLAS**

005 - ZELADOR DE PRÓPRIOS - VIGIA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
179	ODILSON MORAES DA SILVA	2		4,5	10	**16,5**	05/08/1983	**1º**
97	JOENIL HELENO DE JESUS	2		4,5	10	**16,5**	06/12/1991	**2º**
293	ANTONIO ARISTEU DA SILVA	2		1,5	10	**13,5**	03/09/1970	**3º**
332	SELSO SEVERINO DA COSTA	2			10	**12**	12/12/1981	**4º**
276	MANOEL APARECIDO PONCE	2			10	**12**	20/09/1997	**5º**
65	VINÍCIUS DE SOUZA	2			10	**12**	10/03/1998	**6º**
263	JOACY FRANCISCO DA SILVA	2		4,5	4	**10,5**	04/08/1979	**7º**
308	ELIZABETH DE ARRUDA E SILVA				9	**9**	13/02/1980	**8º**
156	VENICIO MORAES DA SILVA	2		6		**8**	15/02/1975	**9º**
104	ROSA GONÇALINA DE ANUNCIAÇÃO	2		4,5		**6,5**	30/08/1985	**10º**
60	JOSE MARIA LEMES DE CAMPOS	2				**2**	11/12/1971	**11º**
237	BENEDITO DE JESUS CORREA DE ALMEIDA	2				**2**	03/11/1976	**12º**
183	WELBERSON CRISTIANO DE ARRUDA ALMEIDA	2				**2**	15/02/1986	**13º**
39	RONIELTON DE OIVEIRA DEL SANTO	2				**2**	08/11/1986	**14º**
194	JESSICA GONÇALVES FONTES	2				**2**	03/02/1993	**15º**
338	MATHEUS SILVA LEITE	2				**2**	07/06/1997	**16º**
56	WALDEIR DA SILVA CARDOSO XAVIER	2				**2**	17/09/1998	**17º**
299	KAUANNY DA CRUZ MARQUES	2				**2**	26/12/2000	**18º**
211	ALESSANDRO DE PAULA SANTOS					**0**	08/08/1990	**DESCLAS**
305	ALIFFER MATHEUS ALVES DOS SANTOS	NÃO APRESENTOU TÍTULOS				**0**	30/03/1996	**DESCLAS**
25	BRUNA FERNANDA GUIMARÃES					**0**	27/10/1996	**DESCLAS**
262	CLEDERMI RODRIGO DE SOUZA					**0**	07/10/1982	**DESCLAS**
125	ENOAC HENRIQUE DE CARVALHO JÚNIOR					**0**	20/06/1992	**DESCLAS**
164	EVANGELISTA DUARTE					**0**	02/07/1973	**DESCLAS**
23	EWERTON AUGUSTO DE OLIVEIRA BISPO					**0**	27/08/1989	**DESCLAS**
80	GILNEY APARECIDO DELMAO DOS					**0**	07/04/1997	**DESCLAS**
229	IVETE LUZIA DE BARROS					**0**	04/04/1982	**DESCLAS**
209	JEFERSON SILVA DE ALMEIDA					**0**	06/02/1998	**DESCLAS**

53	JUCIANA PIRES DA SILVA					**0**	05/07/1981	**DESCLAS**
31	LUAN SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA					**0**	25/01/2001	**DESCLAS**
32	LUZIA MUNIZ DE SOUZA					**0**	03/11/1979	**DESCLAS**
294	MANOELA MARGARIDA TOMICHA GOMES					**0**	16/01/1994	**DESCLAS**
234	MARCELO APARECIDO TORO	NÃO APRESENTOU TÍTULOS				**0**	23/03/1988	**DESCLAS**
4	NEYSON MARVIM DE PAULA SANTOS E SILVA					**0**	25/09/1993	**DESCLAS**
113	RAUANI SILVA DOS SANTOS					**0**	18/12/2000	**DESCLAS**

006 - MOTORISTA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
57	PEDRO LUIS PEREIRA MOREIRA	2		4	10	**16**	22/01/1977	**1º**
184	WANDERSON DIEGO DE ARRUDA SILVA	2			4	**6**	10/05/1988	**2º**
155	EMERSON DOUGLAS DA COSTA MARQUES	2		1	2	**5**	03/12/1986	**3º**
14	ALYSON HONÓRIO DA SILVA	2		2,5		**4,5**	01/07/1997	**4º**
333	TIAGO DE CAMPOS SILVA NASCIMENTO	2				**2**	13/07/1989	**5º**
145	WANDERLEI FERNANDES DO PRADO				1	**1**	29/01/1978	**6º**
128	ALESSANDRO CONCEIÇÃO DE PINHO					**0**	30/10/1983	**DESCLAS**
358	CLAUDIA MAISE DA SILVA FERNANDES					**0**	12/01/1987	**DESCLAS**
342	ELVIS WILLIAN DA COSTA					**0**	08/03/1978	**DESCLAS**
360	MARIA CLARINDA DOS SANTOS NASCIMENTO					**0**	18/10/1986	**DESCLAS**

007 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	GRAD	PÓS GRAD	EXP	CURSOS	TOTAL	NASCIMENTO	CLASS
270	JOVELINA GUIA DA SILVA	2		6	10	**18**	09/01/1981	**1º**
321	DALVA MARIA DE OLIVEIRA BARROS	2		4,5	10	**16,5**	27/11/1981	**2º**
267	VALDEANE MARIA DE OLIVEIRA MARÇAL	2		3	10	**15**	22/10/1977	**3º**
320	BENEDITA EDMARA OLIVEIRA SALES	2		1,5	10	**13,5**	13/03/1982	**4º**
208	ADRIELE CRISTINA DE ALMEIDA	2		1,5	10	**13,5**	23/02/1993	**5º**
122	LILUM ANA DE SOUZA	2		1	10	**13**	10/01/1965	**6º**
127	HEDNA DA SILVA TRINDADE DE SOUZA	2		0,5	10	**12,5**	15/06/1963	**7º**
275	CONCEIÇÃO JOSÉ DA SILVA	2			10	**12**	14/09/1969	**8º**
226	MILEIDE DOS SANTOS OLIVEIRA	2			10	**12**	16/07/1980	**9º**
141	CLAUDIANE MARIA NERES DA ROSA	2			10	**12**	09/05/1984	**10º**
325	ALIANA DA COSTA FIGUEIREDO	2			10	**12**	02/04/1985	**11º**
147	ROSEMEIRY BOAVENTURA SILVA	2			10	**12**	26/10/1985	**12º**
223	ADRIANO CASSIO PEREIRA DOS SANTOS	2		6	4	**12**	05/06/1986	**13º**
191	ELIETE DA COSTA FIGUEREDO	2		6	2	**10**	12/06/1986	**14º**
273	MARTINHA CONCEIÇÃO PINTO	2		4,5	1	**7,5**	31/01/1966	**15º**
311	ANGELICA REGINA RONDON FORTES	2			5	**7**	17/03/1994	**16º**
42	BARBARA CECILIA CORREA DE ALMEIDA	2			3	**5**	22/11/1991	**17º**
346	ROSELAINE PIRES DA SILVA MENDES.	2		0,5	1	**3,5**	12/06/1979	**18º**
126	DIANA LUCIA DE ALMEIDA GUIA	2				**2**	18/06/1967	**19º**
68	SIMONE LUZINETE DE ANDRADE	2				**2**	08/04/1980	**20º**
140	CAMILO BENEDITO PINTO	2				**2**	14/07/1983	**21º**
329	ROSANGELA DE SOUZA	2				**2**	07/05/1985	**22º**
89	JAQUELINE CARINE NOGUEIRA	2				**2**	03/04/1987	**23º**
213	LEYDHEANY BENEDITA DA SILVA	2				**2**	24/02/1989	**24º**
289	ERIKA AUXILIADORA CAMPOS E SILVA	2				**2**	21/09/1990	**25º**
355	JANAÍNA CRISTINE DA SILVA SANTOS	2				**2**	17/02/1993	**26º**
192	REGIANE MENEZ DE MATTOS	2				**2**	20/04/1998	**27º**
257	MANAÍRA PEREIRA DA SILVA	2				**2**	14/07/2005	**28º**
351	TAISA NUNES DE SOUZA				1	**1**	27/01/2003	**29º**
82	CRISTINA NERES DE ARRUDA					**0**	06/08/1966	**DESCLAS**
296	DELLYENE GILIOLI RODAS					**0**	18/12/1998	**DESCLAS**
13	EIDE MARTINS GOMES					**0**	18/09/1985	**DESCLAS**
143	GLEICIANE MARIA DE CARVALHO					**0**	21/08/1995	**DESCLAS**
245	HYARA MARCIA GUIA OLIVEIRA FERNANDES					**0**	06/09/2002	**DESCLAS**
277	JENAIR CAETANO DE PAULA					**0**	02/01/1982	**DESCLAS**
326	JENIFFER APARECIDA ARRUDA DE OLIVEIRA					**0**	21/09/2002	**DESCLAS**
336	KEVINI CAROLINE DE CAMPOS					**0**	23/09/1999	**DESCLAS**
280	LUCIANA DE AQUINO ARRUDA					**0**	11/05/1981	**DESCLAS**
70	LUCINDA ROSA DE PAULA					**0**	15/06/1975	**DESCLAS**
330	MAIARA MÁRCIA DA SILVA LEITE					**0**	28/01/2000	**DESCLAS**
248	MARIA TEREZA DE OLIVEIRA MARQUES					**0**	21/10/1979	**DESCLAS**
281	MARTA CELESTINO DA SILVA					**0**	20/09/1981	**DESCLAS**
327	NEIDE CRUZ DUARTE DE SOUZA					**0**	12/06/1977	**DESCLAS**
359	ROSELAINE G. DE ALMEIDA					**0**	21/01/1996	**DESCLAS**
161	SANTINHA ANDRADE DE OLIVEIRA					**0**	01/11/1970	**DESCLAS**
302	SUELEN CRISTINA ARRUDA BASTOS					**0**	20/01/1997	**DESCLAS**
144	TAISA SIMONE DA SILVA ARRUDA					**0**	16/12/1993	**DESCLAS**
98	TALITA SILVA DO NASCIMENTO					**0**	12/12/1990	**DESCLAS**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Poconé/MT, 12 de julho de 2021.

PREFEITO

ATAIL MARQUES DO AMARAL

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: A P SOLUÇÕES EM NETWORK E INFORMÁTICA EIRELI-ME inscrita no CNPJ 24.528.320/0001-87

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 14 de julho de 2021 a 14 de outubro de 2021.

Poconé/MT, 12 de julho de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 059/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: INSTITUTO SOCIAL RESGATE A VIDA

CLAUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO DO VALOR

Fica estabelecido o acréscimo do valor **R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais),** que serão pagos em três parcelas de **R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais),** inclusas no pagamento dos meses de **Julho/2021, Agosto/2021 e Setembro/2021,** sendo acrescido no valor total do contrato, passando a vigorar o montante total **de R$ 8.928.000,00 (oito milhões novecentos e vinte e oito mil reais).**

Poconé/MT, 09 de julho de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2021

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 101/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM ***PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSON EM ATENDIMENTO A RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCONÉ-MT.***

Data: 26/07/2021

Credenciamento: 08h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 08h00min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 12 de Julho de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1016/2021

LEI MUNICIPAL N.º 1016/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial no orçamento corrente de 2021 e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento vigente para o exercício de 2021, no valor de **R$ 631.432,39** (Seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e nove centavos), para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	09 - SEC MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
SUBFUNÇÃO:	512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
PROGRAMA: 5011 - INFRA ESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS			
PROJ/ATIVIDADE: 1065 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
DOTAÇÃO:	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$ 631.432,39
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 631.432,39**

Art. 2.º - Para cobrir os créditos abertos no artigo anterior, onde serão utilizados os recursos advindos do Convênio nº 802737/2014 entre a união por intermédio da Fundação Nacional de Saúde e o município de Pontal do Araguaia – MT, na seguinte receita orçamentária:

CÓD. DA RECEITA:	NOMENCLATURA	
2418.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	
FONTE DE RECURSO:	1.24.00000	
TOTAL DA RECEITA		**R$ 631.432,39**

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 12 de Julho de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2021

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 008/2021

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA 100(CEM) DIAS, CONFORME O CALENDÁRIO ESCOLAR 2021**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12 de julho de 2021.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até abertura da sessão pública.

INICIO DA SESSÂO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 02 de agosto de 2021, às 08:15 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Rua Padre Sebastião Teixeira, nº 23, Centro – Pontal do Araguaia-MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00, pelo Telefone/Fax: (066) 3401- 7450/8541 ou e-mail: licitacaopontaldoaraguaia@gmail.com .

Pontal do Araguaia-MT, 12 de julho de 2021.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2021

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 007/2021

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TONERS, CARTUCHOS E REFIL DE TINTA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12 de julho de 2021.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até abertura da sessão pública.

INICIO DA SESSÂO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 30 de julho de 2021, às 08:15 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Rua Padre Sebastião Teixeira, nº 23, Centro – Pontal do Araguaia-MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00, pelo Telefone/Fax: (066) 3401- 7450/8541 ou e-mail: licitacaopontaldoaraguaia@gmail.com .

Pontal do Araguaia-MT, 12 de julho de 2021.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2021

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 006/2021

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua. Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO DOS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 12 de julho de 2021.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até abertura da sessão pública.

INICIO DA SESSÂO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 29 de julho de 2021, às 08:15 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Rua Padre Sebastião Teixeira, nº 23, Centro – Pontal do Araguaia-MT, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00, pelo Telefone/Fax: (066) 3401- 7450/8541 ou e-mail: licitacaopontaldoaraguaia@gmail.com .

Pontal do Araguaia-MT, 12 de julho de 2021.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1015/2021

LEI MUNICIPAL N.º 1015/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial no orçamento corrente de 2021 e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento vigente para o exercício de 2021, no valor de **R$ 980.000,00** (Novecentos e oitenta mil reais), para criar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:	09 - SEC MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
SUBFUNÇÃO:	452 - SERVIÇOS URBANOS		
PROGRAMA: 5011 - INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIVIDADE: 1091 – ILUMINAÇÕES EM VIAS URBANAS			
DOTAÇÃO:	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R$ 980.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 980.000,00**

Art. 2.º - Para cobrir os créditos abertos no artigo anterior, onde serão utilizados os recursos advindos do Convênio SICONV nº 886465/2019, entre a união por intermédio do Ministério da Defesa e o município de Pontal do Araguaia – MT, nas seguintes receitas orçamentárias:

CÓD. DA RECEITA:	NOMENCLATURA

2418.10.9.1.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	
FONTE DE RECURSO:	1.24.00000	
TOTAL DA RECEITA		**R$ 980.000,00**

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 12 de Julho de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1014/2021

LEI MUNICIPAL N.º 1014/2021 DE 09 DE JULHO DE 2021

"Institui o Programa Medicamento em Casa e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Institui o Programa Medicamento em Casa, no Município de Pontal do Araguaia-MT, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, portadoras de doenças crônicas, usuárias da Rede municipal de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes foram prescritos em tratamento regular.

Art. 2º - Os atos necessários para a implantação do programa e entrega dos medicamentos nas residências se fará em conformidade com as diretrizes do Poder Executivo.

Parágrafo Único – A entrega dos medicamentos será feita, preferencialmente, pelos agentes de saúde de cada setor, em sua visita de rotina.

Art. 3º - A periodicidade da entrega será preferencialmente mensal, devendo sempre atender aos requisitos da quantidade necessária de medicamento sem que se interrompa o tratamento, bem como o prazo de validade do medicamento a ser utilizado.

Art. 4º - O envio dos medicamentos obedecerá às prescrições médicas e será executado mediante o cadastramento do paciente, que deverá ser atualizado anualmente para fins de endereçamento, prova e identidade do recebedor, obedecendo as quantidades necessárias ao uso mensal, ou ainda as quantidades prescritas pelo médico segundo a necessidade de cada paciente.

Art. 5º - Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no Art. 1º, os interessados em obter os benefícios do programa Medicamento em Casa deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

I – residência no município de Pontal do Araguaia; e

II – cadastramento junto à Secretaria Municipal de Saúde;

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do remédio no domicílio do paciente, mediante avaliação da assistente social da saúde.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor em data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 09 de julho de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA ATIVIDADE DE ÁREA DE LAZER

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, CNPJ nº 33.000.670/0001-67, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Renovação da Licença de Instalação para atividade de área de lazer, no endereço Rua Pe. Sebastião Teixeira n° 23, Centro, município de Pontal do Araguaia/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE TRANSFERÊNCIA LOTAÇÃO

PORTARIA Nº 79/2021

EMENTA: *Transfere Lotação de Servidor*

.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Transferir a lotação do servidora Srª DENISE AIELLE DA SILVA Agente Administrativa de sua lotação atual para a Secretaria Municipal de Administração do Município de Ponte Branca.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Julho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 12 de Julho de 2021.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 30/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **HICCARO NOGUEIRA MARTINS 05712845156**

CNPJ: 22.951.141/0001-22

OBJETO:O presente Contrato destina-se a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, suporte em Rede de Computadores, manutenção de computador e servidor da Prefeitura Municipal.

VALOR: R$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais)

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2021

VIGENCIA:11/06/2021 à 31/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 31/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CELISMAR DOMINGOS ALVES 36213977104**

CNPJ: 42.035.397/0001-05

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de empresa para disponibilização de 01 (um) motorista à Secretária Municipal de Viação e Obas, sem vínculo empregatício com o Município.

VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2021

VIGENCIA:16/06/2021 à 31/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 32/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ: 61.198.164/0001-60

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de Seguro para o veículo Ambulância, marca RENAULT MASTER, modelo FURGAO LIHI 8M3 2.3 16V DCI DIES.4P, consoante se pode verificar mediante CHASSI Nº 93YMAFEXAMJ728435 vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 4.999,50 (Quatro Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta Centavos)

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2021

VIGENCIA:16/06/2021 à 31/12/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 33/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CLINICA MEDICA ANICESIO – ME**

CNPJ: 36.324.187/0001-26

OBJETO:O presente Contrato destina-se a contratação de Médica Ginecologista para atendimento da Unidade Básica de Saúde – Dr. Emanuel de Souza Melo, compreendendo 12 (doze) horas mensais.

VALOR: R$ 11.200,00 (Onze Mil e Duzentos Reais)

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2021

VIGENCIA:21/06/2021 à 31/12/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PORTARIA Nº 200/2021

PORTARIA Nº 200/2021

"Dispõe sobre a nomeação de servidor para exercer a função de Fiscal da Execução do Serviço e dá outras providencias."

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Fiscal do Contrato Nº 28/2021, referente ao Processo Administrativo nº 118/2021, Dispensa nº 50/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato Administrativo na forma e condições abaixo relacionadas:

Contrato Administrativo	Nº 28/2021
Objeto:	Contrato tem por objetivo a Locação de um Barracão para ser ponto de coleta de pneus, conforme solicitação da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, situado a Rua 04, Quadra 04 lotes 08 e 09, s/n, Setor Jardim Alvorada
Pessoa Física	**ITAMAR CALDEIRA RIOS ISHIKAWA**, portadora do RG: 0197255-3 SSP/GO, CPF: 545.714.991-91
Fiscal Titular	
Humberto Pereira Sales CPF: 028.069.181-54 Matricula 1172	
Lotação : Secretaria de Finanças	

em andamento firmado pelo Poder Executivo, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º– O desempenho dessa função não causará ônus para os cofres públicos desta Municipalidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrario.

Porto Alegre do Norte/MT, 12 de Julho de 2021.

PUBLIQUE - SE

REGISTRE - SE

CUMPRA - SE

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 28/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 28/2021

CONTRATADA: PESSOA FÍSICA: ITAMAR CALDEIRA RIOS ISHIKAWA, Portadora do RG: 0197255-3 SSP/GO, CPF: 545.714.991-91.

OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a Locação de um Barracão para ser ponto de coleta de pneus, conforme solicitação da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, situado a Rua 04, Quadra 04 lotes 08 e 09, s/n, Setor Jardim Alvorada.

O valor global do Contrato, importa em R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) correspondendo a R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 12/07/2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ADESÃO A ATA 06/2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DA ADESÃO A ATA 06/2021

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 06/2021. **"SISTEMA CARONA"** DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO.**

DETENTORA DA ATA A EMPRESA:**LP GRAFICA E EDITORA EIRELI CNPJ: 37.512.058/0001-24.**

Porto Esperidião-MT, 12 JULHO DE 2021 - MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO 4° TERMO ADITIVO CONTRATO 36/2017

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 36/2017

Pelo presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, que se regula pelos preceitos de Direito Público, com amparo legal no Art. 57 Inciso II da lei 8.666/93. Em sua cláusula terceira do referido contrato.

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa**SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ 07.123.969/0001-07**, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, nº 1856, Edifício Cuiabá Office Tower, Sala 802, Bairro Bosque da Saúde, em Cuiabá – MT, CEP 78.050-000, neste ato representada pela sua Sócia proprietária, Sr.ª **Odete Borges dos Santos**, portadora do RG nº 632.203 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 571.248.171-53, Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO de PRORROGAÇÃO DE PRAZO** pelo período de 12 meses oriundo do processo licitatório na modalidade **Adesão Carona 07/2017,** com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

A forma de execução do objeto deste Termo Aditivo, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes da **Ata de Registro de Preços nº 02/2017, proveniente do Pregão Presencial nº 02/2017, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal de SALTO DO CÉU-MT;** a qual, a Prefeitura de PORTO ESPERIDIÃO – MT, realizou um processo de **Adesão Carona 07/2017,** que se tornam parte integrante deste Termo Aditivo.

O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo do contrato original pelo período de 12 meses, que terá sua vigência **apartir do dia 05/06/2021** com **validade até 05/06/2022** deAcordo com o que prevê na clausula terceira do **Contrato 36/2017**, podendo ser prorrogada em comum acordo entre as partes e nos termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 57 inciso I e II.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos: **CÓD. REDUZIDO 33.90.39.00.00 – Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica.**

CLAUSULA TERCEIRA DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, permanecerão inalterados e serão mantidas integralmente.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 04 de Maio de 2021

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA

CNPJ 07.123.969/0001-07

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE PENSÃO

PORTARIA N.º 763/2021 Poxoréu/MT, 08 de Junho de 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor do Sr. Djalma Severino da Silva"

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "II" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003, Artigo 7°, inciso "I", § 1º e Art. 35, inciso "I" e Art. 36, inciso "I", da Lei Municipal n.1.489/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de pensão por morte em favor do Sr. DJALMA SEVERINO DA SILVA (esposo), portador do RG n.º 2842063 SSP-GO, inscrito no CPF n.º 425.578.791-34 e Título Eleitoral 014784031830, zona "047", Seção "0181", pelo falecimento da Aposentada Sra. LEILA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA, portadora do RG n.º 610054 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 427.739.201-63 e Título Eleitoral de n.º 007718981813 zona "047", seção "0180", Aposentada por Invalidez conforme Portaria de n. 500/2016, desde 01/09/2016, processo Poxoréu-Previ n. 2016.00.0009, registrado pelo Acordão n. 185/2018 – TP (Plenário Virtual) de 18/05/2018, com 100% (cem) por cento dos proventos de forma integral e vitalícia, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2021.04.007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/04/2021, data do óbito, conforme determinação legal.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 08 de Junho de 2021.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor-Presidente

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 07:00 às 13:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou

PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

MEDICO VETERINARIO			
NOME	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**COLOCAÇÃO**
LETICIA LIBERATO DE AZEVEDO	387497	64,0	6º

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 12 de julho de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 057, DE 09 DE JULHO DE 2021.

Decreto n.º 057/2021 Poxoréu - MT, 09 de julho de 2021.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Poxoréu - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo a Lei Municipal n.º 2.096/2020, de 01 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 052/CPCM/2021, da lavra da Câmara Municipal de Poxoréu/MT, protocolado sob o n.º 1.341, em 09/07/2021, requerendo a emissão de Decreto Orçamentário Suplementar, nos moldes a seguir;

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício um crédito adicional suplementar no valor de R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

Art. 2.º O crédito citado no artigo anterior servirá para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Unid...: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Função: 01 – Legislativa

Sub função: 031 – Ação Legislativa

Proj. / Ativ.: 1002 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

1002	Dotação	Discriminação	Acrescentar
02	4.4.90.52.00.00.00.00.0999.0	Equipamentos e Material Permanentes	R$ 7.500,00

Proj. / Ativ.: 2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

2002	Dotação	Discriminação	Acrescentar

09	3.1.90.11.00.00.00.00.0999.0	Material de Consumo	R$ 21.000,00
06	3.1.91.13.00.00.00.00.0999.0	Obrigações Patronais - RPPS	R$ 18.500,00
12	3.3.90.39.00.00.00.00.0999.0	Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica	R$ 40.000,00

Total .....
... R$ 87.000,00

Art. 3.º Para cobertura do crédito citado no artigo anterior serão utilizado recurso do cancelamento parcial ou total da seguinte Dotação Orçamentária relacionada:

Órgão: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Unid...: 001 – CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Função: 01 – LEGISLATIVA

Sub função: 031 – AÇÃO LEGISLATIVA

Proj. / Ativ.: 1001 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA

1001	Dotação	Discriminação	Reduzir
301	4.4.90.51.00.00.00.00.0999.0	Obras e Instalações	R$ 10.000,00

Proj. / Ativ.: 2001 – CAPACITAÇÃO DOS SERV. COM A CÂMARA MUNICIPAL

2001	Dotação	Discriminação	Reduzir
03	3.3.90.30.00.00.00.00.0999.0	Material de Consumo	R$ 18.000,00
14	3.3.90.39.00.00.00.00.0999.0	Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica	R$ 10.000,00

Proj. / Ativ.: 2002 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

2002	Dotação	Discriminação	Reduzir
07	3.3.90.41.00.00.00.00.0999.0	Contribuições	R$ 5.000,00
08	3.3.90.14.00.00.00.00.0999.0	Diárias	R$ 22.000,00
11	3.3.90.36.00.00.00.00.0999.0	Outros serv. Terc. P. Física	R$ 7.000,00
15	3.3.90.91.00.00.00.00.0999.0	Sentenças Judiciais	R$ 15.000,00

Total .....
... R$ 87.000,00

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu-MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 09 de julho de 2021, bem como no Jornal Oficial dos Municípios - AMM/MT - de conformidade com o art. 108 da Lei orgânica de Poxoréu e conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 5 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
TERMO DE COMODATO N.º 002/2021 - BENEFICIÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTA TEREZINHA

TERMO DE COMODATO N.º 002/2021

COMODATO QUE FIRMAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POXORÉU/MT E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTA TEREZINHA PARA O FIM QUE MENCIONA.

O **MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.408.911/0001-40, com sede na Avenida Brasília, n.º 809, bairro Jardim das Américas, CEP: 78.800-000, Estado de Mato Grosso, representado neste ato por seu Prefeito Municipal sr. Nelson Antônio Paim**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 681901, expedida por SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 522.597.811-87, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, n.º 33, Jardim Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, doravante denominado de **COMODANTE** e a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SANTA TEREZINHA, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.176.628/0001-42, com sede provisória na Rua 04, n.º 41, Vila Santa Terezinha, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, representada neste ato por sua Presidente sra. Josimaura Cézar Xavier, brasileira, casada, servidora pública, portadora da Cédula de Identidade/RG n.º 1215708-2, expedido por SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o n.º 856.573.951-15, residente e domiciliado na Rua 04, n.º 41, Vila Santa Terezinha, em Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, doravante denominado de COMODATÁRIA, firmam, entre si, com base na Lei Municipal n.º 2.183/2021, o presente comodato, que reger-se-á pela mencionada legislação e pelas cláusulas a seguir:**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Comodato tem por objeto a entrega, pelo COMODANTE à COMODATÁRIA, da posse e usufruto do imóvel descrito no artigo 2.º, da Lei Municipal n.º 2.183/2021, *"...edificação com área de 57m² (cinquenta e sete metros quadrados), instalada sobre a matrícula imobiliária n.º 5.078, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poxoréu/MT, na forma que se encontra..."*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA FINALIDADE DO COMODATO

2.1. O presente Termo de Comodato tem como finalidade a instalação da sede da COMODATÁRIA no imóvel indicado, bem como seu uso para as finalidades estatutárias da mesma.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente Termo de Comodato é embasado nas disposições da Lei Municipal n.º 2.183, de 08 de julho de 2021, devidamente publicada no Diário Oficial do Município de Poxoréu/MT [AMM/MT], em 09/07/2021, ANO XVI, N.º 3.767.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. AO COMODANTE cabe:

4.1.a. entregar ao COMODATÁRIO, de forma livre e desembaraçada, a posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo, para seu uso de acordo com a finalidade prevista na Lei Municipal de regência;

4.1.b. fiscalizar a correta utilização do prédio pela COMODATÁRIA, com agendamento prévio junto à Presidência da Associação;

4.1.c. realizar reformas estruturais no prédio dado em comodato, a fim de torná-lo seguro e utilizável, mediante parcerias firmadas com a COMODATÁRIA.

4.2. À COMODATÁRIA cabe:

4.2.a. Receber, manter e zelar do imóvel recebido através do presente Termo de Comodato, durante sua vigência;

4.2.b. Identificar o imóvel através de placa/pintura em que conste menção expressa ao uso através de comodato, à Lei Municipal autorizadora do ato e ao Município COMODANTE;

4.2.c. Promover as adaptações físicas na estrutura do imóvel, bem como pinturas, reformas, dentre outros procedimentos em parceria com o COMODANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR E DO CUSTEIO DESTE TERMO

5.1. O presente Termo de Comodato será gratuito.

5.2. O custeio das despesas que advenham da execução deste Termo de Comodato [parcerias para reformas, estruturação do imóvel e outras desta natureza] correrá por conta de dotações orçamentárias específicas vinculadas à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

6. CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DO COMODATO

6.1. O presente Termo de Comodato, firmado com base na Lei Municipal n.º 2.183/2021, vigerá pelo prazo de 10 (dez) anos contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos enquanto houver interesse das partes.

6.2. O presente Termo de Comodato prorrogar-se-á automaticamente caso encerrado o prazo de vigência sem que alguma das partes tenha notificado a outra, por escrito, da intensão de não prorrogação do ajuste, sendo desnecessário, neste caso, o firmamento de Termo Aditivo de prazo para legitimar a continuidade do comodato.

6.3. Em caso de prorrogação automática do comodato, caso o Município de Poxoréu pretenda reaver o prédio, deverá notificar a Associação beneficiária de sua intenção, por escrito, sendo lícito à mesma se retirar no prazo de até 6 (seis) meses contados da notificação formal.

6.4. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pela Associação beneficiária após a notificação do Município de Poxoréu, por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias do encerramento das atividades da Associação no imóvel.

6.5. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pelo Município de Poxoréu após a notificação da Associação beneficiária, por escrito, com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o encerramento das atividades da Associação no imóvel.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA

7.1. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pelo Município de Poxoréu após a notificação da Associação beneficiária, por escrito, com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o encerramento das atividades da Associação no imóvel.

7.2. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pela Associação beneficiária após a notificação do Município de Poxoréu, por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias do encerramento das atividades da Associação no imóvel.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo de Comodato poderá implicar em sua rescisão, cabendo a promoção deste ato à parte que se sentir prejudicada, observados, em todo caso, os prazos previstos na cláusula anterior, bem como outros estabelecidos na legislação de regência.

9. CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

9.1. O Município de Poxoréu publicará o presente Termo em seu Diário Oficial [AMM/MT], bem como eventuais Termos Aditivos, como condição de eficácia, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se der o ato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1. Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução do presente Termo de Comodato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, lavrando-se Ata ou firmando-se Termo Aditivo, ficando eleito o foro da Comarca de Poxoréu/MT para dirimir as questões na esfera judicial.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Comodato, em duas vias de igual teor e forma.

Deixa-se de exigir testemunhas, nos termos da decisão a seguir transcrita, do TCE/MT: *"**Contrato. Formalização contratual. Necessidade de testemunha.** É desnecessária a exigência de testemunhas na formalização de contrato administrativo, tendo em vista o caráter público desse instrumento, sendo suficiente o cumprimento das exigências previstas no artigo 61 da Lei n.º 8.666/93. (Contas de Gestão. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão n.º 1.984/2015-TP. Julgado em 12/05/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 27/05/2015. **Processo n.º 1.853-8/2014**)*

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de julho de 2021.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito do Município de Poxoréu/MT

COMODANTE

_____

JOSIMAURA CÉZAR XAVIER

Associação de Moradores da Vila Santa Terezinha

COMODATÁRIA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 056, DE 08 DE JULHO DE 2021.

DECRETO N.º 056/2021 POXORÉU/MT, 08 DE JULHO DE 2021.

Convoca a 8.ª Conferência Municipal de Assistência Social.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, **REJANE BARBOSA NALON VILELA**, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica convocada, por intermédio deste Decreto, a 8.ª Conferência Municipal de Assistência Social de Poxoréu/MT, **a ser realizada no dia 28 de julho de 2021**, tendo como tema central: *"Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".*

Art. 2.º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu – MT

_____

REJANE BARBOSA NALON VILELA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 08/07/2021 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
TERMO DE COMODATO N.º 003/2021 - BENEFICIÁRIA: ESCOLINHA DE FUTEBOL DIAMANTE VERDE

TERMO DE COMODATO N.º 003/2021

COMODATO QUE FIRMAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POXORÉU/MT E A ESCOLINHA DE FUTEBOL DIAMANTE VERDE PARA O FIM QUE MENCIONA.

O **MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.408.911/0001-40, com sede na Avenida Brasília, n.º 809, bairro Jardim das Américas, CEP: 78.**

800-000, Estado de Mato Grosso, representado neste ato por seu Prefeito Municipal sr. Nelson Antônio Paim, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 681901, expedida por SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 522.597.811-87, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, n.º 33, Jardim Novo Horizonte, em Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, doravante denominado de **COMODANTE** e a **ESCOLINHA DE FUTEBOL DIAMANTE VERDE, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.672.075/0001-70, com sede na Rua Florianópolis, s/n.º, Centro Esportivo, bairro Jardim Poxoréu, Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, representada neste ato por seu Presidente sr. Rodrigo Pereira Barbosa, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 1144567-0, expedido por SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 992.392.801-20, residente e domiciliado na Rua Cuiabá, n.º 01, bairro Cohab Velha, em Poxoréu/MT, CEP: 78.800-000, doravante denominado de COMODATÁRIA**, firmam, entre si, com base na Lei Municipal n.º 2.184/2021, o presente comodato, que reger-se-á pela mencionada legislação e pelas cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Comodato tem por objeto a entrega, pelo COMODANTE à COMODATÁRIA, da posse e usufruto do imóvel descrito no artigo 2.º, da Lei Municipal n.º 2.184/2021, *"...edificação com área de 62m² (sessenta e dois metros quadrados), instalada sobre a matrícula imobiliária n.º 9.102, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poxoréu/MT, na forma como se encontra..."*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA FINALIDADE DO COMODATO

2.1. O presente Termo de Comodato tem como finalidade a instalação da sede da COMODATÁRIA no imóvel indicado, bem como seu uso para as finalidades estatutárias da mesma.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente Termo de Comodato é embasado nas disposições da Lei Municipal n.º 2.184, de 08 de julho de 2021, devidamente publicada no Diário Oficial do Município de Poxoréu/MT [AMM/MT], em 09/07/2021, ANO XVI, N.º 3.767.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. AO COMODANTE cabe:

4.1.a. entregar ao COMODATÁRIO, de forma livre e desembaraçada, a posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo, para seu uso de acordo com a finalidade prevista na Lei Municipal de regência;

4.1.b. fiscalizar a correta utilização do prédio pela COMODATÁRIA, com agendamento prévio junto à Presidência da Associação;

4.1.c. realizar reformas estruturais no prédio dado em comodato, a fim de torná-lo seguro e utilizável, mediante parcerias firmadas com a COMODATÁRIA.

4.2. À COMODATÁRIA cabe:

4.2.a. Receber, manter e zelar do imóvel recebido através do presente Termo de Comodato, durante sua vigência;

4.2.b. Identificar o imóvel através de placa/pintura em que conste menção expressa ao uso através de comodato, à Lei Municipal autorizadora do ato e ao Município COMODANTE;

4.2.c. Promover as adaptações físicas na estrutura do imóvel, bem como pinturas, reformas, dentre outros procedimentos em parceria com o COMODANTE;

4.2.d. Não utilizar o imóvel cedido em comodato como moradia.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR E DO CUSTEIO DESTE TERMO

5.1. O presente Termo de Comodato será gratuito.

5.2. O custeio das despesas que advenham da execução deste Termo de Comodato [parcerias para reformas, estruturação do imóvel e outras desta natureza] correrá por conta de dotações orçamentárias específicas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

5.3. O custeio das taxas de água e energia elétrica permanecerá sob a responsabilidade do Município de Poxoréu, já as demais despesas para uso e manutenção do prédio serão de responsabilidade exclusiva da Associação beneficiária.

6. CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DO COMODATO

6.1. O presente Termo de Comodato, firmado com base na Lei Municipal n.º 2.184/2021, vigerá pelo prazo de 10 (dez) anos contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos enquanto houver interesse das partes.

6.2. O presente Termo de Comodato prorrogar-se-á automaticamente caso encerrado o prazo de vigência sem que alguma das partes tenha notificado a outra, por escrito, da intensão de não prorrogação do ajuste, sendo desnecessário, neste caso, o firmamento de Termo Aditivo de prazo para legitimar a continuidade do comodato.

6.3. Em caso de prorrogação automática do comodato, caso o Município de Poxoréu pretenda reaver o prédio, deverá notificar a Associação beneficiária de sua intenção, por escrito, sendo lícito à mesma se retirar no prazo de até 6 (seis) meses contados da notificação formal.

6.4. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pela Associação beneficiária após a notificação do Município de Poxoréu, por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias do encerramento das atividades da Associação no imóvel.

6.5. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pelo Município de Poxoréu após a notificação da Associação beneficiária, por escrito, com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o encerramento das atividades da Associação no imóvel.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA

7.1. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pelo Município de Poxoréu após a notificação da Associação beneficiária, por escrito, com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o encerramento das atividades da Associação no imóvel.

7.2. Antes de findo o prazo de comodato fixado inicialmente, só poderá haver a rescisão do termo pela Associação beneficiária após a notificação do Município de Poxoréu, por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias do encerramento das atividades da Associação no imóvel.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo de Comodato poderá implicar em sua rescisão, cabendo a promoção deste ato à parte que se sentir prejudicada, observados, em todo caso, os prazos previstos na cláusula anterior, bem como outros estabelecidos na legislação de regência.

9. CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

9.1. O Município de Poxoréu publicará o presente Termo em seu Diário Oficial [AMM/MT], bem como eventuais Termos Aditivos, como condição de eficácia, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se der o ato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1. Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução do presente Termo de Comodato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, lavrando-se Ata ou firmando-se Termo Aditivo, ficando eleito o foro da Comarca de Poxoréu/MT para dirimir as questões na esfera judicial.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Comodato, em duas vias de igual teor e forma.

Deixa-se de exigir testemunhas, nos termos da decisão a seguir transcrita, do TCE/MT: *"**Contrato. Formalização contratual. Necessidade de tes-***

temunha. *É desnecessária a exigência de testemunhas na formalização de contrato administrativo, tendo em vista o caráter público desse instrumento, sendo suficiente o cumprimento das exigências previstas no artigo 61 da Lei n.º 8.666/93. (Contas de Gestão. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão n.º 1.984/2015-TP. Julgado em 12/05/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 27/05/2015.* ***Processo n.º 1.853-8/2014****)*

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 09 de julho de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito do Município de Poxoréu/MT

COMODANTE

EDSON RODRIGUES NASCIMENTO

Vice-Presidente

Escolinha de Futebol Diamante Verde

COMODATÁRIA

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU

CONCESSÃO DE PENSÃO

PORTARIA N.º 758/2021 Poxoréu/MT, 21 de Maio de 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da Sra. Maria das Virgens de Araújo dos Santos"

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso "II" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003, Artigo 7°, inciso "I", § 1º e Art. 35, inciso "I" e Art. 36, inciso "I", da Lei Municipal n.1.489/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de pensão por morte em favor da Sra. MARIA DAS VIRGENS DE ARAÚJO DOS SANTOS (esposa), portadora do RG n.º 265.879 SSP-MT, inscrita no CPF n.º 172.315.821-68 e Título Eleitoral 003373081880, zona "047", Seção "0219", pelo falecimento do servidor Sr. ANTONIO FONSECA DOS SANTOS, portador do RG n.º 1310405-5 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 327.741.251-20 e Título Eleitoral de n.º 001162641805 zona "040", seção "0119", **Aposentado por Tempo de Contribuição** conforme Portaria de n. 562/2017, desde 01/11/2017, processo Poxoréu-Previ n. 2017.11.49, registrado pelo Acordão n. 296/2018 – TP (Plenário Virtual) de 03/08/2018, com 100% (cem) por cento dos proventos de forma integral e vitalícia, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2021.04.008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/04/2021, data do óbito, conforme determinação legal.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 21 de Maio de 2021.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DA PORTARIA DE N.º 116/2021 DE 02 DE JULHO DE 2021 QUE:

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- CAE DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

Onde se lê:

Representantes dos pais de alunos:

Titular: Meire Negris

CPF: 197.312.518-54

Leia-se:

Representantes dos pais de alunos:

Titular: Rosimeire Negris

CPF: 003.946.811-93

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 41/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

DECRETO Nº 41/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"Dispõe sobre a Regulamentação do Artigo 13 da Lei Federal nº 8.429/92 e dá outras providências*".*

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que até nessa data não se implementou no âmbito Municipal a regulação prevista no artigo 13 da lei de improbidade administrativa 8429 de 1992;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar junto ao departamento de recursos humanos da prefeitura o cadastro individual de cada servidor dessa Municipalidade;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada, econômica e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade e transparência de tais medidas imediatas visando o respeito às leis e o direito;

CONSIDERANDO que assim expressa a norma contida no artigo 13 da lei 8429 de 02 de junho de 1992;

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente

§ 1° A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2° deste artigo.

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações e requisições do Ministério Público Estadual;

DECRETA:

Artigo 1º - Para dar cumprimento ao disposto no artigo 13 da Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, a declaração de bens e valores quando do ingresso na administração pública municipal de Reserva do Cabaçal-MT e a atualização anual dos bens e valores que integram o patrimônio dos servidores públicos (efetivos, comissionados, temporários e agentes políticos) deverão ser observadas as normas do presente decreto.

Artigo 2º - A posse e o exercício de servidor em cargo ou função da administração pública municipal fica condicionado à entrega da Declaração dos bens, direitos, valores que integram o respectivo patrimônio, inclusive:

A) Dos seus dependentes financeiros; B) Adquiridos na vigência de união estável ou outro meio de convivência legalmente reconhecido;

Parágrafo Único- A declaração de que trata este Artigo compreenderá:

A) Bens móveis, imóveis, semoventes (animais), dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no país ou no exterior, excluindo apenas móveis e utensílios domésticos.

Artigo 3º. Os agentes públicos de que trata este decreto atualizarão, em formulário próprio, (Anexo I), anualmente e quando deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial corrida observada a obrigatoriedade de inserção dos dados previstos no artigo 2º.

§ 1º. A atualização anual de que trata o *caput* será realizada até o dia 30 de julho de cada ano.

§ 2º. O cumprimento do disposto no § 4º do artigo 13 da Lei nº 8.429/92, poderá, a critério do agente público, no caso da atualização anual de que trata o *caput*, realizar-se mediante apresentação da declaração anual de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, desde que a declaração contenha os dados previstos no artigo 2º.

Artigo 4º. O Departamento de Recursos Humanos, manterá sob guarda a declaração dos bens e valores, bem como a respectiva atualização anual até 5 (cinco) anos após a data em que o servidor deixar o cargo, emprego ou função, sob pena de apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

§ 1º. A cópia da declaração de bens, apresentada nos termos do **§ 2º** do artigo 3º, deverá, conter assinatura em todas as vias, e ser recepcionada pelo Departamento de Recursos Humanos. No caso de Declaração em Formulário próprio (anexo I), deverá conter o reconhecimento de assinatura em cartório.

§ 2º. O responsável pelo recebimento deverá conferir de imediato se a declaração apresentada está de acordo com as normas deste decreto emitindo parecer em caso positivo ou negativo.

§ 3º. O referido parecer não declara a legalidade dos dados apresentados, apenas versa sobre o cumprimento ou não da obrigação de apresentar a declaração e se ela contém as informações requeridas neste decreto.

Artigo 5º. Será instaurado processo administrativo disciplinar, nos moldes previsto na lei Municipal, contra o agente público que se recusar a apresentar declaração de bens e valores na data própria, ou que a prestar falsa, ficando sujeito à penalidade prevista no § 3º do artigo 13 da Lei nº 8. 429/92, sendo dado o devido direito ao contraditório e ampla defesa antes de finalizado o processo legal.

Parágrafo único. O prazo para que a Administração Pública, de ofício, tome providências sobre a recusa da apresentação da declaração anual de bens e valores na data própria, ou sobre a prestação falsa, é de 01 (um) ano, contado:

a) na hipótese de recusa, a partir da data em que a negativa ocorreu expressamente;

b) na hipótese de prestação falsa, a partir da data em que a autoridade competente tenha ciência da falsidade.

Art. 6º. Os servidores ou pessoas que tenham acesso legal às informações de natureza fiscal e ou econômica dos servidores ou terceiros, de acordo com o disposto no *caput* do artigo 198 da Lei Federal n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), o disposto no artigo 325 da Lei Federal n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), deverão guardar sigilo sobre as informações existentes na declaração apresentada pelo servidor, importando sua divulgação, na responsabilidade civil, administrativa e criminal.

Parágrafo único. O acesso às informações constantes na declaração de bens e valores apresentada pelo servidor ocorrerá:

a) por requisição fundamentada de autoridade judiciária ou administrativa, havendo inquérito, processo administrativo ou processo judicial instaurado;

b) pela autoridade administrativa para promover a análise da declaração de bens e valores, com a finalidade de apurar a existência de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor.

Art. 7º. Caberá aos titulares de órgãos da administração direta e indireta, zelar pela estrita observância do disposto neste decreto, inclusive fazendo a devida representação ao superior hierárquico, quando couber.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

1. Publique-se

2. Registre-se

3. Intime-se

4. Cumpra-se

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de julho de 2021

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, DE 12 DE JULHO DE 2021

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JOAQUIM BARBOSA BRITO	064.908. 161-72	9879/00028/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: PAULO DINIZ DA SILVA Matrícula: 00000063
Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 1212019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00004, DE 12 DE JULHO DE 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
NEDER ROGERIO DA SILVA	001.646.021-94	9879 /00013/2021
NEDER ROGERIO DA SILVA	001.646.021-94	9879 /00014/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: PAULO DINIZ DA SILVA Matrícula: 00000063
Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS / 1212019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DECRETO N° 2077/2021 DATA: 29 DE JUNHO DE 2021 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR, CONFORME LEI N. 901/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DECRETO N° 2077/2021

DATA: 29 DE JUNHO DE 2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR, CONFORME LEI N. 901/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

APrefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município para 2021.

DECRETA:

Art. 1. - Fica aberto ao Orçamento para 2021, créditos adicionais de natureza especial no valor total R$ 2.392.611,24, (dois milhões e trezentos e noventa e dois mil e seiscentos e onze reais e vinte e quatro centavos),nas seguintes dotações:

05.08.12.364.0145.20888.3.1.91.13. 5.556,83

05.06.12.361.0150.20036.3.1.90.11. 490.243,98

09.01.26.782.0260.20051.3.1.90.04. 22.375,26

09.01.26.782.0260.20051.3.1.90.13. 175,12

12.01.18.541.0070.20017.3.1.90.04. 22.147,64

12.01.18.541.0070.20017.3.1.90.11. 2.185,88

04.01.04.123.0056.20015.3.1.90.11. 1.928,32

04.01.04.123.0056.20016.3.1.90.04. 810,06

04.01.04.123.0056.20016.3.1.90.11. 2.268,00

11.01.13.392.0170.20043.3.1.90.13. 6.965,82

13.01.26.782.0263.20279.3.1.90.11 1.729,93

13.01.26.782.0263.20279.3.1.91.13. 309,29

09.01.26.782.0059.20044.3.1.90.04. 1.873,03

09.01.15.452.0059.20273.3.1.90.04. 144.743,10

06.01.10.305.0080.20028.3.1.90.04. 10.565,00

06.01.10.305.0080.20029.3.1.90.04. 31.054,15

06.01.10.304.0080.20030.3.1.90.11. 9.711,71

06.01.10.304.0080.20030.3.1.90.11. 121.817,77

05.06.12.361.0150.20036.3.1.91.13. 91.477,26

05.06.12.361.0150.20035.3.1.91.13. 15.573,15

06.03.10.301.0079.20025.3.1.90.04. 55.618,96

08.01.20.481.0210.20250.3.1.91.13. 14.738,04

05.03.12.365.0160.20041.3.1.90.11. 468.282,54

05.03.12.365.0160.20041.3.1.91.13. 95.154,02

02.01.04.122.0003.20004.3.1.90.11. 140.254,63

02.01.04.122.0003.20005.3.1.90.11. 24.884,88

02.01.04.122.0003.20008.3.1.90.11. 10.000,00

03.01.04.122.0003.20009.3.1.90.04. 70.000,00

03.01.04.122.0003.20009.3.1.90.11. 257.667,59

03.01.04.122.0003.20009.3.1.90.13. 8.000,00

07.01.08.244.0262.21000.3.1.90.04. 48.980,00

03.01.04.122.0003.20009.3.1.91.13. 87.120,19

03.01.04.122.0003.20010.3.1.91.13. 67,37

03.01.04.122.0003.20011.3.1.90.04. 1.404,00

03.01.04.122.0003.20011.3.1.90.13. 5.770,04

05.01.04.122.0003.20034.3.1.90.04. 94.865,88

05.01.04.122.0003.20034.3.1.90.13. 14.450,52

07.01.08.244.0262.20019.3.1.90.13. 153,64

08.01.20.481.0210.20250.3.1.90.11. 1.780,21

08.01.20.481.0210.20250.3.1.90.13. 294,84

03.01.04.122.0003.20010.3.1.90.11. 376,79

07.01.08.244.0262.21000.3.1.90.13. 9.235,80

Total Suplementação 2.392.611,24

Art. 2. - Para fazer face à abertura de crédito figurado no artigo anterior, fica indicado como recurso a anulação parcial/total de dotações disposto no art. 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, conforme abaixo especificado:

02.01.04.122.0003.1505.4.4.90.51. 31.500,00

09.01.04.451.0059.1505.4.4.90.51.58. 189,74

05.08.12.364.0145.20888.3.1.90.04. 131.729,90

05.08.12.364.0145.20888.3.1.90.11. 51.055,00

05.08.12.364.0145.20888.3.3.90.36. 3.675,00

05.03.12.365.0160.20041.3.1.90.04. 225.525,13

05.03.12.365.0160.20041.3.1.90.13. 27.929,12

05.03.12.365.0160.20041.4.4.90.52. 4.445,00

05.03.12.365.0145.10199.4.4.90.52. 16.250,00

09.01.04.122.0003.10232.4.4.90.52. 350,00

13.01.04.122.0003.10244.4.4.90.51. 1.760,00

09.01.04.122.0003.10488.4.4.90.52. 3.000,00

02.01.04.122.0003.20004.3.1.91.13. 2.500,00

02.01.04.122.0003.20004.4.4.90.52. 201,30
02.01.04.122.0003.20004.3.3.90.33. 350,00
02.01.04.122.0003.20004.3.3.90.35. 850,00
02.01.04.122.0003.20007.3.3.90.30. 1.925,00
03.01.04.122.0003.20009.3.3.90.14. 170,00
03.01.04.122.0003.20009.4.4.90.52. 11.346,04
03.01.04.122.0003.20009.3.3.90.33. 2.100,00
03.01.04.122.0003.20009.3.3.90.35. 17.500,00
03.01.04.122.0003.20009.3.3.90.36. 565,35
03.01.04.122.0003.20009.3.3.90.92. 11.500,43
03.01.04.122.0003.20010.3.3.90.14. 1.050,00
03.01.04.122.0003.20010.3.3.90.30. 1.575,00
03.01.04.122.0003.20010.4.4.90.52. 5.565,00
03.01.04.122.0003.20011.3.3.90.14. 820,00
03.01.04.122.0003.20011.3.3.90.30. 6.090,00
03.01.04.122.0003.20011.4.4.90.52. 200,00
05.01.04.122.0003.20034.3.1.90.11. 34.407,53
05.01.04.122.0003.20034.3.1.91.13. 10.893,11
05.01.04.122.0003.20034.4.4.90.52. 4.114,00
07.01.08.244.0262.10222.4.4.90.52. 23.625,00
07.01.08.244.0262.10224.3.3.90.30. 2.100,00
07.01.08.244.0262.10224.3.3.90.36. 2.100,00
07.01.08.244.0262.10224.3.3.90.39. 2.100,00
07.01.08.244.0262.20019.3.3.90.14. 950,00
07.01.08.244.0262.20019.3.3.90.30. 10.000,00
07.01.08.244.0262.20019.3.3.90.36. 6.600,00
07.01.08.244.0262.20019.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.244.0262.20020.3.3.90.14. 3.350,00
07.01.08.244.0262.20020.3.3.90.33. 6.300,00
07.01.08.244.0262.20020.4.4.90.52. 11.760,00
07.01.08.244.0262.20120.3.3.90.30. 25.000,00
07.01.08.244.0262.20120.3.3.90.33. 5.565,00
07.01.08.244.0262.20120.3.3.90.36. 37.548,00
07.01.08.244.0262.20120.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.241.0262.20267.3.3.90.30. 58.880,00
07.01.08.244.0262.20268.3.3.90.30. 3.150,00
07.01.08.244.0262.20268.3.3.90.36. 3.990,00
07.01.08.244.0262.20268.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.244.0262.20269.3.3.90.30. 2.760,81
07.01.08.244.0262.20269.3.3.90.36. 3.990,00
07.01.08.244.0262.20269.3.3.90.39. 10.500,00
07.01.08.244.0262.20269.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.244.0262.20271.3.3.90.30. 3.150,00
07.01.08.244.0262.20271.3.3.90.36. 3.990,00
07.01.08.244.0262.20271.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.244.0262.20272.3.3.90.30. 3.150,00
07.01.08.244.0262.20272.3.3.90.36. 3.990,00
07.01.08.244.0262.20272.3.3.90.39. 1.054,12
07.01.08.244.0262.20272.4.4.90.52. 5.880,00
07.01.08.244.0262.30013.3.3.90.39. 5.250,00
06.01.10.301.0130.20031.3.3.90.39. 1.102,04
06.01.10.301.0130.20887.3.1.90.14. 5.000,00
06.01.10.301.0130.20887.4.4.90.52. 46.295,61
06.01.10.301.0130.20887.4.4.90.52. 1.287,69
08.01.20.606.0210.10226.4.4.90.52. 8.660,00
08.01.20.481.0210.20250.3.3.90.14. 2.100,00
08.01.20.481.0210.20250.3.3.90.30. 5.000,00
08.01.20.481.0210.20250.3.3.90.36. 404,00
08.01.20.481.0210.20250.4.4.90.52. 4.580,00
07.02.08.243.0100.20018.3.1.90.11. 3.000,00
07.02.08.243.0100.20018.3.3.90.36. 550,00
07.02.08.243.0100.20018.3.3.90.39. 5.458,55
07.02.08.243.0100.20018.4.4.90.52. 5.880,00
06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.14. 880,00
06.03.10.301.0079.20025.4.4.90.52. 9.400,00
06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.30. 79,20
06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.30. 79,84
06.03.10.301.0079.20025.3.3.90.33. 10.000,00
06.01.10.301.0079.20026.3.3.90.30. 71,42
06.01.10.301.0079.20026.3.3.90.39. 85,84
06.01.10.301.0079.20027.3.3.90.30. 44,33
06.01.10.301.0079.20261.3.3.90.39. 0,69
09.02.17.512.0200.10235.4.4.90.52. 11.760,00
09.02.17.512.0200.10483.4.4.90.52. 72,00
09.02.17.605.0200.20045.3.3.90.14. 1.050,00
09.02.17.605.0200.20045.3.3.90.30. 7.000,00
09.02.17.605.0200.20045.3.3.90.36. 7.100,00
09.02.17.605.0200.20045.4.4.90.52. 868,41
11.02.27.812.0272.20133.3.1.90.11. 12.915,00
11.02.27.812.0272.20133.3.3.90.14. 245,00
11.02.27.812.0272.20133.3.3.90.30. 8.000,00
11.02.27.812.0272.20133.3.3.90.36. 16.251,44
11.02.27.812.0272.20133.3.3.90.39. 8.000,00
11.02.27.812.0272.20133.4.4.90.52. 5.880,00
05.06.12.361.0150.20035.3.1.90.13. 15.573,15
05.06.12.361.0150.20036.3.1.90.13. 91.477,26
05.06.12.361.0150.20036.3.1.90.04. 490.243,98
05.02.12.361.0150.20037.3.1.90.04. 28.770,00
05.02.12.361.0150.20037.3.1.90.11. 110.250,00
05.02.12.361.0150.20037.3.1.90.13. 36.750,00
05.02.12.361.0150.20037.3.1.91.13. 21.000,00
05.02.12.361.0150.20037.4.4.90.52. 19.525,00
09.01.26.782.0260.10468.4.4.90.51. 6.150,00
09.01.26.782.0260.20051.3.1.90.11. 5.250,00
09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.14. 1.575,00
09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.30. 10.000,00

09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.36. 30.000,00

09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.39. 12.636,60

09.01.26.782.0260.20051.4.4.90.52. 11.553,82

08.01.23.605.0220.20050.3.1.90.11. 24.876,73

08.01.23.605.0220.20050.3.3.90.30. 3.675,00

08.01.23.605.0220.20050.4.4.90.52. 1.155,00

12.01.18.541.0070.20017.3.3.90.14. 1.375,00

12.01.18.541.0070.20017.4.4.90.52. 2.310,00

06.03.10.302.0119.10017.4.4.90.52. 8.000,00

04.01.04.123.0056.20014.3.3.90.35. 2.334,02

04.01.04.123.0056.20014.3.3.90.36. 6.135,00

04.01.04.123.0056.20015.3.3.90.14. 1.050,00

04.01.04.123.0056.20015.3.3.90.39. 120.000,00

04.01.04.123.0056.20015.4.4.90.52. 1.825,00

04.01.04.123.0056.20016.3.3.90.14. 1.050,00

04.01.04.123.0056.20016.3.3.90.30. 217,00

04.01.04.123.0056.20016.4.4.90.52. 5.377,50

12.01.18.541.0071.20264.3.3.90.30. 3.150,00

12.01.18.541.0071.20264.3.3.90.36. 6.300,00

12.01.18.541.0071.20264.4.4.90.52. 880,00

12.01.18.541.0071.20265.3.3.90.30. 2.000,00

12.01.18.541.0071.20265.3.3.90.36. 3.000,00

12.01.18.541.0071.20265.4.4.90.52. 5.880,00

11.01.13.392.0170.20043.3.1.90.11. 52.500,00

11.01.13.392.0170.20043.3.3.90.14. 2.625,00

11.01.13.392.0170.20043.3.3.90.31. 5.750,00

11.01.13.392.0170.20043.3.3.90.36. 29.250,00

11.01.13.392.0170.20043.3.3.90.39. 20.000,00

11.01.13.392.0170.20043.4.4.90.52. 5.880,00

12.02.04.695.0170.20276.3.3.90.30. 1.575,00

12.02.04.695.0170.20276.4.4.90.52. 355,00

13.01.26.782.0263.20279.3.3.90.14. 5.565,00

13.01.26.782.0263.20279.3.3.90.36. 1.565,00

09.01.26.782.0059.20044.3.1.90.11. 2.200,00

09.01.26.782.0059.20044.3.3.90.14. 1.050,00

09.01.26.782.0059.20044.3.3.90.30. 20.000,00

09.01.26.782.0059.20044.3.3.90.36. 32.750,00

09.01.26.782.0059.20044.4.4.90.52. 5.775,00

09.01.15.452.0059.20273.3.1.90.11. 2.000,00

09.01.15.452.0059.20273.3.1.91.13. 800,00

09.01.15.452.0059.20273.3.3.90.14. 1.575,00

09.01.15.452.0059.20273.3.3.90.36. 7.180,54

09.01.15.452.0059.20273.4.4.90.52. 5.880,00

08.01.20.606.0210.1503.4.4.90.52. 15.625,00

Total Redução 2.392.611,24

Art. 3. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 29 DE JUNHO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

DECRETO N° 2080/2021 DATA: 06 DE JULHO DE 2021 "ABRE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR, CONFORME LEI N. 900/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DECRETO N° 2080/2021

DATA: 06 DE JULHO DE 2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL DE NATUREZA SUPLEMENTAR, CONFORME LEI N. 900/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

APrefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município para 2021.

DECRETA:

Art. 1. - Fica aberto ao Orçamento para 2021, créditos adicionais de natureza especial no valor total R$ 289.000,00, (duzentos e oitenta e nove mil reais), nas seguintes dotações:

09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.39. 289.000,00

Total Suplementação 289.000,00

Art. 2. - Para fazer face à abertura de crédito figurado no artigo anterior, fica indicado como recurso a anulação parcial/total de dotações disposto no art. 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, conforme abaixo especificado:

09.01.04.451.0059.1505.4.4.90.51. 110.000,00

09.01.26.782.0260.20051.3.3.90.30. 40.000,00

09.01.26.782.0059.20044.3.3.90.36. 30.000,00

09.01.26.782.0059.20044.3.3.90.39. 60.000,00

09.01.15.452.0059.20273.3.3.90.30. 49.000,00

Total Redução 289.000,00

Art. 3. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 06 DE JULHO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

EXTRATO DE CONTRATOS ABRIL – 2021

CONTRATO N° 020/2021

CONTRATADO: **MAURO MACHADO FERREIRA**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Prestar serviços técnicos profissionais relativos aos registros dos atos e fatos contábeis praticados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, compreendendo a sua execução orçamentária e financeira, ainda a elaboração dos balancetes mensais de Abril e Dezembro do ano de 2021 visando a prestação de contas, compreendendo a Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e órgão de controle interno, bem como consultoria profissional na área de contabilidade.

VIGÊNCIA: 01/04/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 33.480,00 (trinta e três mil e quatrocentos e oitenta reais)

CONTRATO N° 021/2021

CONTRATADO: MICHELLY MAIARA DE ALMEIDA SILVA EIRELI,

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecer serviços médicos na Unidade de Saúde da Família – PSF II das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas de segunda a sexta feira de 100 (cem) plantões médicos de sobre aviso, a serem realizados no Hospital Municipal de Rio Branco – MT, conforme cronograma elaborado pela Secretária Municipal de Saúde e quando a mesma precisar acompanhar pacientes para fora da sede do município Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA: 01/04/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 237.320,00 (duzentos e trinta e sete mil trezentos e vinte reais)

CONTRATO N° 022/2021

CONTRATADO: CAIKE DE ALMEIDA VILAS NOVAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Prestação de Serviços Especializados em Assessoria e Consultoria Técnica em Engenharia Civil para a Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA: 01/04/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Rio Branco – MT, 11 de maio de 2021

EXTRATO DE CONTRATOS MARÇO – 2021

CONTRATO N° 018/2021

CONTRATADO: NAYRA ALIDA ALVES DAS DORES 08462548160

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra na preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do município de Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA: 01/03/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais)

CONTRATO N° 019/2021

CONTRATADO: VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Este contrato tem por objeto o fornecimento de peças para o veículo PA CARREGADEIRA MARCA KOMATSU MODELO WA 200-5 ANO 2009 da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Prefeitura.

VIGÊNCIA: 05/03/2021 à 05/04/2021

VALOR: R$ 27.708,92 (vinte e sete mil setecentos e oito reais e noventa e dois centavos)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2021

LOCADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LOCATÁRIO: EDILSON TOMAZZELLI BARBOSA

OBJETO: O aditivo faz-se necessário tendo em vista a necessidade do município de locar mais uma sala para alocar o **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rio Branco** – PREVIRB, sendo que o valor global do contrato passa ser de R$ 1.650,00 (hum mil seiscentos e cinquenta reais), a partir de 01 de março de 2021, sendo este valor dividido entre Secretaria Municipal de Ação Social e Secretaria Municipal de Administração conforme a seguir:

Secretaria	Valor mensal	Vigência
Secretaria Municipal de Ação Social	R$ 1.100,00	01/03/2021 à 31/12/2021
Secretaria Municipal de Administração	R$ 550,00	01/03/2021 à 31/12/2021
Valor total mensal		**R$ 1.650,00**

Rio Branco – MT, 11 de maio de 2021

EXTRATO DE CONTRATOS FEVEREIRO – 2021

CONTRATO N° 013/2021

CONTRATADO: RANGERES DO CARMO PINHEIRO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Natureza Química e Responsabilidade pelo Acompanhamento, Fiscalização, Controle da Unidade do Departamento de Água e Esgoto da Cidade de Rio Branco-MT, de acordo com o projeto de área de saúde.

VIGÊNCIA: 01/02/2021 à 31/12/2021

VALOR: de R$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais)

CONTRATO N° 014/2021

CONTRATADO: U. E. CABRAL DA SILVA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Prestação de Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, atendendo ao Departamento de Agricultura e Pecuária do Município de Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA: 08/02/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 23.386,00 (vinte e três mil e trezentos e oitenta e seis reais)

CONTRATO N° 015/2021

CONTRATADO: D. D. ANDRE – ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de serviços de publicação jornalística do Município de Rio Branco e ações da administração.

VIGÊNCIA: 08/02/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

CONTRATO N° 016/2021

CONTRATADO: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Este Contrato tem por objeto a Prestação de serviços para elaboração e correção das provas do Teste Seletivo Simplificado nº 001/2021 do Município de Rio Branco, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: assinatura 08/02/2021 - 60 dias

VALOR: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

CONTRATO N° 017/2021

CONTRATADO: JENNYFER JOSHANDRA SANTOS SILVA CERUTI 0555399141

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação prestação de serviços para a manutenção dos computadores, impressoras e internet em atendimento as secretarias municipais de Rio Branco.

VIGÊNCIA: 10/02/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Rio Branco – MT, 11 de maio de 2021

PREVIRB
PORTARIA 03/2021

PORTARIA N.º 03/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor **Sr. Ubirajara Soares Tartaro**."

A Secretária Municipal de Planejamento do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 396, de 04/01/2006, que Reestrutura o regime próprio de previdência social no Município, Lei Municipal Nº 668 de 05/06/2015 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do município, e Lei Municipal nº 740 de 21/02/2018, que dispõe sobre a revisão geral anual, prevista no art. 37, X da Constituição Federal;

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao **Sr. Ubirajara Soares Tartaro**, brasileiro, portador do RG n.º 3.752.507 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 488.134.868-04, residente e domiciliado neste Município, servidor Efetivo, no cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, Clas

Resolve:

se "A", Nível "01", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, contando com 12 (doze) anos, 03 (três) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, devidamente matriculado sob o nº 702, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **PREVIRB** n.º 2021.02.00003P, a partir de 01/07/2021 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a **01 de julho de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Branco/MT, 12 de Julho de 2021.

KEILA NUNES DE MOURA RIBEIRO Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 064/2021 - Inc.IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados o Resultado Final referente aoprocedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 064/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 748/2021, cujo Objeto:**Contratação de Empresa para Transportes de Maquinários, do Tipo Caminhão Prancha, para transportes de Maquinas pesadas (Moto Niveladora, Pá Carregadeira e Escavadeira Hidráulica), da Capital do Estado Cuiabá-MT ao Município de Rondolândia-MT**, sagrou-se vencedora do item licitado a empresa: **J.Hilbig & Cia LTDA - ME, CNPJ: 07.171.285/0001-72, Endereço: Av. das Nações Unidas, s/nº, Quadra 22 Lote 21,22 Bairro: Jardim dos Estados, CEP:78.158-100, Várzea Grande-MT,** com a Proposta no valor global de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Rondolândia - MT, 12 de Julho de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 748/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 064/2021- **Embasado no Inc. *Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.***

Objeto: Contratação de Empresa para Transportes de Maquinários, do Tipo Caminhão Prancha, para transportes de Maquinas pesadas (Moto Niveladora, Pá Carregadeira e Escavadeira Hidráulica), da Capital do Estado Cuiabá-MT ao Município de Rondolândia-MT.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: IV- nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta)dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: *J.Hilbig & Cia LTDA - ME, CNPJ: 07.171.285/0001-72, Endereço: Av. das Nações Unidas, s/nº, Quadra 22 Lote 21,22 Bairro: Jardim dos Estados, CEP:78.158-100, Várzea Grande-MT*.

Item	UND	Quant.	Especificação	Valor Unit.
01	UND	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE 02 MAQUINAS PESADAS DO TIPO (PA CARREGAEIRA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA) EM CAMINHAO DO TIPO – CAMINHÃO PRANCHA, DA CAPITAL DO ESTADO CUIABÁ-MT AO MUNICIPIO DE RONDOLANDIA-MT	R$ 14.000,00
02	UND	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE 01 MAQUINA PESADA DO TIPO (MOTO NIVELADORA) EM CAMINHAO DO TIPO - CAMINHÃO PRANCHA, DA CAPITAL DO ESTADO CUIABÁ-MT AO MUNICIPIO DE RONDOLANDIA-MT	R$ 10.000,00
Valor Total				**R$ 24.000,00**

Valor Global da Dispensa de Licitação embasada no Inc. IV do Art. 24 da Lei 8.666/93 é de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Rondolândia – MT, 12 de Julho de 2021.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 49/2021, tendo como objeto: **"REFORMA DA PRAÇA NO BAIRRO ANDRÉ MAGGI, LOCALIZADA NA RUA 05, QUADRA 03 PARQUE RESIDENCIAL ANDRÉ MAGGI", CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, ANEXO AO EDITAL".**

Que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, **a empresa:**

VN CONSTRUÇÕES, que apresentou o preço global de **R$ 269.135,80 (duzentos e sessenta e nove mil cento e trinta e cinco reais e oitenta centavos)**

Rondonópolis-MT, 12 de julho de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA.

TOMADA DE PREÇO N.º 56/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, através da "REFORMA DA UMEI JOSÉ DOS REIS SALES, LOCALIZADA NA RUA 05, S/N, PARQUE SÃO JORGE, NESTE MUNICÍPIO", CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL" Compareceu à presente sessão pública 01 (uma) licitante interessada no instrumento convocatório, e de acordo com as circunstancias, vislumbramos a seguinte situação.

Lei nº 9.784/99, Art. 53 A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Ou seja, a Administração poderá tonar seu ato nulo, quando afronta a lei, quando foi produzido com alguma ilegalidade. Pode ser declarada pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela. Desta feita, a Comissão de Licitação declara o certame FRACASSADO. Rondonópolis-MT, 12 de julho 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que **SUSPENDE** temporariamente a **Tomada de preços Nº 22/2021**, cujo objeto é: **"REFORMA DO POSTO DE SAÚDE CARIMÃ, LOCALIZADO NA ZONA RURAL DE RONDONÓPOLIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ANEXO AO EDITAL".** Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de readequação nos valores das Planilhas Orçamentárias conformeOficio nº 0751/2021/DEA/SMS/ROO. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe.

Rondonópolis-MT, 12 de julho de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que SUSPENDE temporariamente a Concorrência Pública Nº 03/2021, cujo objeto é: "EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, GUIAS, SARJETAS, DRENAGEM PLUVIAL, CANTEIROS E PASSEIOS, LOCALIZADO NA AV. ALFREDO DE CASTRO ARAÚJO E MT 383, PARQUE DOS PODERES, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ANEXO AO EDITAL". Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade alteração da Planilha Orçamentária conforme Oficio nº 1237/2021/SINFRA/ROO. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe. Rondonópolis-MT, 09 de julho de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 41/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que **SUSPENDE** temporariamente a **Tomada de preços Nº 41/2021**, cujo objeto é: **"CONSTRUÇÃO REMANESCENTE DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO BELO HORIZONTE, RUA BOCHNIA, BAIRRO JARDIM BELO HORIZONTE, S/N, RONDONÓPOLIS - MT", CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL".** Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de readequação nos valores das Planilhas Orçamentárias conformeOficio nº 0751/2021/DEA/SMS/ROO. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe.

Rondonópolis-MT, 12 de julho de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 124 - 2021

PORTARIA Nº 124/2021

12 de Julho de 2021

"Dispõe sobre criação da Equipe técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Rosário Oeste – MT, e dá outras providências."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica criada a Equipe técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Rosário Oeste- Mato Grosso, com as seguintes composição:

a) Sueli Borges Oliveira

b) Maria Aparecida Toledo

c) Jose Augusto Marques

d) Odenete Maria Nunes

e) José Fernandes da costa

f) Marjori Loide Bendesk Petrenko

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 12 de Julho de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 125 - 2021

PORTARIA Nº 125/2021

12 de Julho de 2021

"Dispõe sobre nova composição da Comissão do Fórum Municipal Permanente de Educação do Município de Rosário Oeste – MT, e dá outras providências."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - A composição da Comissão do Fórum Municipal Permanente de Educação do Município de Rosário Oeste – MT, passará a vigorar da seguinte forma:

Representantes da Educação Infantil

Ø Andrea Ataide Ormond Borges

Ø Deisilene Eva de Arruda

Representantes do Ensino Fundamental/Rede Municipal

Ø Ariane Amiki da Silva

Ø Jucelia Maria Nonato Monteiro

Representantes do Ensino Fundamental/Rede Estadual

Ø Nivaldo José de Souza

Ø Patricia Rita Ferreira

Representantes do Ensino Médio

Ø Ricardo Noetzold

Ø Christiane Prado Querubino

Representantes da Educação do Campo

Ø Jacira FerreiraTessarolo

Ø Creuza Oliveira Reis

Ø Maria Paulina de Freitas

Representantes das Escolas Filantrópicas

Ø Juscinéia de Souza Linhares

Ø Thuane Ferreira Nunes

Representantes da Educação Especial Inclusiva

Ø Heloana Maria Talarico Jacob

Ø Dirce Regina Correa da Luz

Representantes da Educação de Jovens e Adultos

Ø Mariel de Souza Ourives

Ø Viviane Rubilene de Oliveira

Representante do Ensino Superior

Ø Virgínia Aparecida

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Ø Eduardo Luiz Trindade

Ø Alice Rainha da Silva

Representantes do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público)

Ø Joildo Jovino da Silva

Ø José Fernandes de Souza Costa

Representantes do Conselho Tutelar

Ø Daniela Délis da Silva

Ø Dasya Lilian Aguiar

Representantes da Câmara Municipal (Vereadores)

Ø Amilson Cláudio Neponoceno

Ø José George Bezerra Ribeiro

Representantes do Conselho do FUNDEB

Ø Delma Botelho da Silva

Ø José Augusto Marques

Representantes dos Funcionários do Apoio Administrativo Educacional

Ø Julinete Manoela de Almeida

Ø Jefferson Arruda de Souza Ribeiro

Representante da Sociedade Civil Organizada

Ø Nestrázio Rodrigues Ramos

Representante da Assessoria Pedagógica do Estado

Ø Gisele Lara da Silva

Artigo 2º - Fica determinado que até a aprovação do Regimento Interno, o Fórum Municipal Permanente de Educação será coordenado pelo Dirigente Municipal de Educação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 12 de Julho de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 123 - 2021

PORTARIA N.º 123/2021

de 12 de Julho de 2.021

"Dispõe sobre a estabilidade do servidor CECILIO MARQUES DE ABREU, matricula 56, em conformidade com o artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

O PREFEITO DE ROSARIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, em conjunto com o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE ROSÁRIO OESTE - MT**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei;

Considerando a contratação do servidor **CECILIO MARQUES DE ABREU**, matricula 59, admitido em 07.01.1983 no cargo de Técnico Administrativo Educacional profissionalizado, e considerando o disposto no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Art. 19 Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autarquia e das fundações publicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no Art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço públicos).

Resolve:

Art. 1º. ESTABILIZAR o servidor CECILIO MARQUES DE ABREU, matricula 59, portador do documento de identidade 518838 SSP/MT e inscrito sob o CPF de nº. 345.370.151-87, admitido em 07.01.1983, no cargo de Técnico de Apoio Educacional profissionalizado, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 12 de Julho de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DOUGLAS BOTELHO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) – Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Aquisição de 01 (uma) ESCULTURA EM FIBRA DE VIDRO DE BOI NELORE EM TAMANHO REAL, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) Processo: Nº 025/2021; e) Cobertura Orçamentária: 06.003.27.812.0044.2046.44.90.52.539; 06.003.27.812.0044.2047.44.90.52.552; f) Valor: R$ 5.995,00 (cinco mil e novecentos e noventa e cinco reais); g) Contratada: CANINDE ESCULTURAS EM FIBRA LTDA CNPJ: 11.027.895/0001-74; h) Autorizado: em 07/07/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; i) Ratificação: em 08/07/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020 – Contratação de Empresa Especializada para prestar serviços de: Implantação; Treinamento; Suporte Técnico/Manutenção de **SOFTWARE – PRONTUÁRIO ELETRÔNICO SUAS (Sistema Único de Assistência Social),** em atendimento aos Programas Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Salto do Céu-MT. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO com embasamento legal no art. 57, I, II ou § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme estabelecido na cláusula quarta do Contrato 034/2020. **CONTRATADA:** JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA-ME CNPJ: 08.582.479/0001-23. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 09/07/2022.

.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º243/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

PORTARIA N.º243/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021

EXONERA A Sr.ª DORVELINA DE SOUZA CAROLINO DO CARGO EFETIVO DE MERENDEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO A Carta de Concessão de aposentadoria por idade.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 14/07/2021 a Sr.ª DORVELINA DE SOUZA CAROLINO, do Cargo Efetivo de MERENDEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente a Secretaria citada acima, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 12 de Julho de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º244/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

PORTARIA N.º244/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021

"ALTERA A PORTARIA Nº 096/2021 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO: O Oficio nº 076/2021 – SEDCS;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar os Membros do Conselho Municipal de Saúde da seguinte representação:

PRESBITERIANA RENOVADA:

TITULAR: Telma Soares Falcão Batista

SUPLENTE: Marcos Antônio Soares

Parágrafo Primeiro: Os Membros do Conselho Municipal de Saúde e Saneamento, terão mandato de 02(dois) anos, considerando os efeitos e a data da Portaria nº 096/2021 de 11 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação no local de costume.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 12 de Julho de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2020 – "Contratação direta de Prestação de Serviços para realização de Coleta de Lixo Reciclável nos bairros e nos órgãos públicos na cidade de Salto do Céu-MT", pelo período de 12 (doze) meses. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO com embasamento legal no art. 57, I, II ou § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme estabelecido na cláusula quarta do Contrato 033/2020. **CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO RECICLAR PARA VIVER MELHORCNPJ: 14.330.837/0001-03. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 01/07/2022.

.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 242/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

PORTARIA N.º 242/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

DISPÕE DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (C.M.A.S), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr. Mauto Teixeira Espíndola no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A Ata nº 001/2021 de 26 de Fevereiro de 2021 CONSELHOS MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (C.M.A.S)

CONSIDERANDO: A Ata nº 192/2021 de 05 de Junho de 2021 CONSELHOS MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (C.M.A.S)

CONSIDERANDO; Oficio 46/2021- SEDCS/Conselho municipal de assistência social.

CONSIDERANDO; Oficio 075/2021- SEDCS/Conselho municipal de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social (C.M.A.S).

REPRESENTANTES DO GABINETE DO PREFEITO:

TITULAR: Deives Oliveira da Silva

SUPLENTE: Ângela Dos Santos Silva Preisigke

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: Socraty de Campos Dalbem

SUPLENTE: Ednaldo Ferreira Tiengo

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

TITULAR: Luzia da Silva Oliveira

SUPLENTE: Maria Aparecida da Silva

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

TITULAR: Nicomedia Nayara Ferreira de Souza

SUPLENTE: Thais Souza Silva

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: Natália Leal de Melo

SUPLENTE: Poliana Aparecida de Lima Goulart

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

TITULAR: Keilla Soares Oliveira

SUPLENTE: Hyan Marques Brandolfo da Silva

REPRESENTANTES DA LOJA MAÇÔNICA:

TITULAR: Justiniano de Freitas

SUPLENTE: Walmir Alexandre dos Santos

REPRESENTANTES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS:

TITULAR: Joaquim Alves Pereira Filho

SUPLENTE: Maria Aparecida da Conceição Neves

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

TITULAR: Gilson Fernandes de Souza

SUPLENTE: Claudenice Sousa Santana

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS :

TITULAR: Orlando Luiz Nicolotti

SUPLENTE: Maria de Fátima da Silva Nunes Dias

REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA:

TITULAR: Claudiney José de Matos

SUPLENTE: Fabiana Aparecida Nogueira Ferreira

REPRESENTANTES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR:

TITULAR: Vanuza Paula Viana da Silva

SUPLENTE: Marly Emerenciana Felipe

COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PRESIDENTE: Natália Leal de Melo

VICE-PRESIDENTE: Keilla Soares de Oliveira

Art. 2º. O mandato do colegiado terá vigência de 02(Dois) anos.

Parágrafo Único – 30 (trinta) dias antes do termino do mandato determinado neste parágrafo, o Presidente do CMAS deverá proceder aos encaminhamentos legais para a composição do novo colegiado, submetendo – a ao Gabinete do Prefeito Municipal para efetivar a nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação no Mural da Unidade Gestora com efeitos retroativos á 24 de Março de 2021, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria N. º 073/2019 de 13 DE Maio de 2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 12 de Julho de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) RELÓGIO PONTO INFORMATIZADO (incluindo configuração, instalação e treinamento) para ser utilizado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Salto do Céu-MT;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 024/2021**; e) Cobertura Orçamentária: 04.003.10.122.0010.1010.44.90.52.80; f) Valor: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); g) Contratada: MM – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 07.201.847/0001-83; h) Autorizado: em 07/07/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; i) Ratificação: em 08/07/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 241/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

PORTARIA N.º 241/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

REVOGA A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: a impossibilidade de concessão de férias ao servidor Josimar Silva Oliveira;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o privado;

CONSIDERANDO os princípios da conveniência e oportunidade, os quais devem adequar as situações de modo a preservar o interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganizar os serviços públicos municipais, provendo, cada ala administrativa, da infraestrutura e pessoal necessários à consecução do interesse público, com vistas ao alcance da máxima eficiência administrativa, sobretudo em se tratando de período de transição administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. – Revogar a Concessão de Férias do Servidor Josimar Silva Oliveira, concedido pela Portaria 225/2021 de 01 de Julho de 2021.

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 08 de Julho de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 0134/2021

DECRETO MUNICIPAL N° 0134/2021 DE 08 DE JULHO DE 2021

“QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o conselho de Alimentação Escolar de Santa Cruz do Xingu-MT, com vigência de 4 (quatro) anos, composto dos seguintes membros:

Representante do poder executivo:

Titular**:** Elizeu Tavares de Souza Junior – CPF: 019.712.601-49

Suplente**:** Cleide Maria Dias – CPF: 917.216.281-34

Representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes:

Titulares: Maria Antonia Vieira Alves – CPF: 203.551.225-53 (Presidente)

Salete de Fátima Caetano de Souza – CPF: 604.582.161-00 (Vice-Presidente)

Adriana de Souza Pereira Rocha – CPF: 015.099.351-00

Aldenice dos Santos Vieira Marino – CPF: 005.423.121-31

Suplentes**:** Robes Luiz dos Santos – CPF: 762.353.941-87

Rocilda Mendes de Sousa Melo – CPF: 920.085.851-15

Salete Maria Ribeiro Araújo **–** CPF: 099.772.851-52

Stefany Kelly Farias – CPF: 077.215.771-52

Representante dos Pais de alunos matriculados na rede de ensino:

Titulares: Ruth de Oliveira Vargas – CPF:034.621..019-43

Valéria Silva Santos – CPF: 033.149.171-04

Suplentes: Eliane Custódio Ribeiro – CPF:012.534.991-28

Joycelene Silva Araújo – CPF: 015.078.391-46

Representantes de entidades civis organizadas:

Titulares: Ângela Cleide do Nascimento – CPF: 836.218.811-15

Larissa Aguiar Ribeiro – CPF: 069.734.241-71

Suplentes: Zélia Maria Loss Londeiro – CPF: 499.559.260-15

Daiane Goulart Figueredo Barreto – CPF: 016.126.021-77

Art. 2° - São atribuições do CAE, além das competências previstas no art. 19 da Lei 11.947/2009, c/c o art. Da Resolução n° 26 de 17 de junho de 2013:

I **–** monitorare fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento do disposto nos arts.2° e 3° da Resolução n° 26 de 17 de junho de 2013;

II **–** analisar o relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela EEx, contido no Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;

III **–** analisar a prestação de contas do gestor, conforme os arts. 45 e 46, e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;

IV **–** comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

V **–** fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

VI **–** realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

VII – elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Resolução; e

VIII – Elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como as escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão d despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. Antes do início do ano letivo.

“... O Presidente é o responsável pela assinatura do Parecer conclusico do CAE. No seu impedimento legal, o Vice-Presidente o fará.” Conforme prevê o § 1° do art. 35 da Resolução n° 26 de 17 de junho de 2013.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, e em especial o Decreto nº. 077/2017 de 14 de agosto de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 08 DE JULHO DE 2021

JORAILDES SOUSA SOARES

PREFEITA MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se.

SETOR DE CONTRATOS-LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2020

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. CONTRATADA: CONSTRUTORA JURUENA EIRELI, INSCRITA NO CNP: SOB O N° 04.292.274/0001-52. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MULTIPLO USO NO ASSENTAMENTO SANTA CLARA, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO TERÁ SEU PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO DE 09 JULHO DE 2021 ATÉ 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N°0135/2021

DECRETO MUNICIPAL N°0135/2021 DE 12 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE RESTRIÇÃO A SEREM OBSERVADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, COMO FORMA DE COMBATE AO AVANÇO DA CONTAMINAÇÃO PELO CORONAVÍRUS (COVID 19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, Estado de Mato Grosso, **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual n.º 897, de 16 de Abril de 2021, o qual atualizou classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o painel epidemiológico nº 485, emitido pela Secretaria do Estado de Saúde (SES) de Mato Grosso na data de 06 de Julho de 2021, no qual o Município encontra-se no risco **moderado**;

CONSIDERANDO as atividades consideradas essenciais descritas no art. 3º do Decreto Federal nº 10.282, de 20 de 20 de março de 2020

DECRETA:

Art. 1º. Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19, levando-se em consideração a classificação de risco **moderado** para o Município de Santa Cruz do Xingu, conforme painel epidemiológico nº 485, emitido pela Secretaria do Estado de Saúde (SES) de Mato Grosso na data de 06 de Julho de 2021.

Art.2º. Com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, deverão ser adotadas todas as medidas não-farmacológicas, para conter a discriminação da COVID- 19, sob pena de cometer incorrer na aplicação de multa e sanção penal.

Art. 3º. Todas as atividades econômicas deverão respeitar as medidas de segurança, como o uso de máscara, distanciamento e limitação de 30% da capacidade máxima do local, com exceção do §1º, assim como as diretrizes dispostas abaixo:

I - de **SEGUNDA A SÁBADO**, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as **06h00m às 22h00m (horário de Brasília);**

II - aos **DOMINGOS**, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as **06h00m e as 12h00m (horário de Brasília).**

§ 1º O disposto no *caput* do presente artigo não se aplica as atividades econômicas de carácter essencial, para manutenção da saúde, segurança, fiscalização e fornecimento de combustíveis.

§ 2º Os **supermercados** e congêneres observarão o horário de funcionamento de **segunda a sábado das 06h:00m às 22h:00m (horário de Brasília)**, e aos **domingos das 06h:00m às 12h:00m (horário de Brasília)**.

§ 3º Os **supermercados**, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º Durante a vigência deste Decreto as igrejas, templos e congêneres podem funcionar respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos do caput.

§ 5º Fica **PROIBIDA** a realização de eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, cursos e a prática de esportes coletivos no âmbito do município de Santa Cruz do Xingu-MT.

§ 6º As **ATIVIDADES RELIGIOSAS**, serão permitidas de forma presencial, de **segunda à domingo** das **06h:00min às 21h:30min** desde que observados os protocolos de convivência e de distanciamento social voltados ao combate do COVID-19, com limitação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local.

Art. 4º. De **segunda à sábado**, fica **AUTORIZADO** o funcionamento de lanchonetes, restaurantes, depósito de bebidas e bares, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, sendo **OBRIGATÓRIO** o distanciamento entre as mesas, com no mínimo 1,5 metros de distanciamento, sendo permitido também os serviços na modalidade de *take-away* (retirada no balcão), *drive-thru* (sem sair do carro) e *delivery* (entrega) apenas até às **22h00m**, inclusive aos **domingos**.

Art. 5º. Fica instituída restrição de circulação de pessoas **(toque de recolher)** em todo o território do Município a partir das **22h00m até às 06h00m – Horário de Brasília**.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos ribeirinhos (moradores) e aos pescadores profissionais (vivem apenas da pesca).

Art. 6º. Os Órgãos Públicos que compõem a Administração Direta e Indireta, que tiverem servidores positivos para Covid-19, devem adotar todas as medidas recomendadas pelo protocolo de saúde, devendo obrigatoriamente isolar ou testar os demais servidores do setor ou setores contaminados, em 24h, contados da ciência.

Art. 7º. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, sob pena de multa, interdição e demais sanções administrativas e penais, por **pessoa jurídica** ensejará a aplicação de multa no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais),** como também a **INTERDIÇÃO** do estabelecimento comercial pelo período de **05 dias,** sendo iniciado no dia seguinte a ocorrência da irregularidade pela equipe de fiscalização, e por **pessoas físicas** ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multa no valor de **R$ 1.500,00** e sanções cíveis cabíveis.

§ 1º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes e fazer cumprir toque de recolher.

§ 2º Caberão aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Estadual, fiscalizar se os agentes públicos estaduais e municipais estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Art. 8º. As medidas previstas no presente decreto permanecerão até o dia **26/07/2021**, podendo ser objeto de prorrogação ou alteração, considerando o monitoramento da evolução da COVID-19.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação/afixação no átrio do Paço Municipal, revogando as medidas em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 12 DE JULHO DE 2021.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0372/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELIENE RIBEIRO DA SILVA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora ELIENE RIBEIRO DA SILVA DE ALMEIDA, portadora do RG nº 1.299.657-2 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 944.977.531-15, no período de 19/07/2021 a 11/08/2021. Referente ao período aquisitivo de 05/06/2020 a 04/06/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JULHO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 033/2021, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 12/07/2021, sagrou-se vencedor as empresas, conforme segue abaixo:

648	**10.338.988/0001-57**	**MARCA RS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
237141	COMBUSTIVEL - DIESEL S500	SHELL	LITRO	400.000	R$ 4,52	R$ 1.808.000,00
				Total Fornecedor:	**1.808.000,00**	
3604	**05.198.812/0001-07**	**KIRST TRR LTDA**				
Itens						
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
237140	COMBUSTIVEL - DIESEL S10	PETROBRAS	LITRO	200.000	R$ 4,63	R$ 926.000,00
				Total Fornecedor:	**926.000,00**	
				Total Geral:	**2.734.000,00**	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de julho de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2021

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **KIRST TRR LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 05.198.812/0001-07; VIGÊNCIA: 12/07/2021 ATÉ 12/07/2022; VALOR ESTIMADO **em R$ 926.000,00;** OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**,** para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos especificadamente o item diesel S-10**,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 para REGISTRO DE PREÇOS. 12/07/2021

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2021

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2021

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; DETENTORA: **MARCA RS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 10.338.988/001-57; VIGÊNCIA: 12/07/2021 ATÉ 12/07/2022; VALOR ESTIMADO **em R$ 1.808.000,00;** OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**,** para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos especificadamente o item diesel S-500**,** resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 para REGISTRO DE PREÇOS. 12/07/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0369/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA PAULA HOEPERC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora LUCIANA PAULA HOEPERC, portadora do RG nº 0691.366-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 569. 688.841.00, no período de 19/07/2021 a 02/08/2021. Sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 07/03/2019 a 07/03/2020 e 05 (cinco) dias referente ao período aquisitivo 06/03/2020 a 06/03/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JULHO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0370/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR OSVALDO CANDIDO PEREIRA SOBRINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor OSVALDO CANDIDO PEREIRA SOBRINHO, portador do RG nº 137.2905-5 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.243.731-76, no período de 19/07/2021 a 02/08/2021. Referente ao período aquisitivo de 05/09/2019 a 04/09/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JULHO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0371/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE AFASTAMENTO DA SERVIDORA GRISIELE GOMES DOS SANTOS ARAUJO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a **L**ei federal nº 14.151, de 12 de maio de 2021 sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** afastamento da servidora **GRISIELE GOMES DOS SANTOS ARAUJO**, portadora do RG: 2469079-1 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº**: 050.643.551.22, conforme Lei Federal nº 14.151.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Julho de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 143/2021

EMENTA: NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeado e empossado a **Sr. FRANCISCO PEREIRA FILHO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº **152959191** - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº **042.680.738-33**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, ao servidor nomeado por esta Portaria será remunerado na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 12 DE JULHO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 050/2021

DECRETO N° 050/2021

"DETERMINA A PROIBIÇÃO DE FLUXOS DE CAMINHÕES QUE TRANSPORTAM AREIA EXTRAÍDAS DAS DRAGAS, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sra. **Francieli Magalhães de Arruda**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CRFB/1988, além de organizar, promover, controlar e fiscalizar o trânsito e o serviço de transporte de carga dentro do seu território;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei 433/1990 – Código de Postura do Município, acerca da higiene das vias e logradouros públicos;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de disciplinar a mobilidade do transporte de cargas com o objetivo de "proibir o fluxo de caminhões que transportam areias extraídas das dragas dentro das ruas deste Município";

CONSIDERANDO que o poder de polícia é atribuído à Administração Pública, disciplinando direito em razão do interesse público, concernente à segurança, higiene, preservação do meio ambiente e ordem.

DECRETA:

Artigo 1° -Fica expressamente proibido o tráfego de caminhões que transportam areias extraídas das dragas dentro das ruas deste Município.

Artigo 2º - Fica autorizado os fiscais de posturas e fiscais de obras do Município, a procederem com as respectivas notificações e autuações dos infratores, nos termos do que preleciona a Lei Municipal 433/1990 (Código de Posturas do Município).

Parágrafo Único. – Em caso de reincidência, fica autorizado os fiscais de posturas e fiscais de obras do Município, a procederem com a apreensão do Caminhão, solicitando, se necessário, o auxílio da Polícia Militar, através da 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Santo Antônio de Leverger.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em Santo Antônio de Leverger/MT, 09 de Julho de 2021.

Francieli Magalhães de Arruda

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2021

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 281/2021, de 28 de JUNHO de 2021, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DE TAXA DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2021,** conforme discriminado abaixo**:**

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
2	ADRIANA PEREIRA DE ABREU	RG 16445600 1644560 MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
8	ADRIELLY FERREIRA DAS NEVES	RG 21847410 Ssp MT	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
53	ALAN MARCOS SANTANA CAMPOS	RG 2509615-0 SEJUSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
52	ALBERTO TSERE WA RA WA-MARIMITSI	RG 24582913 ssp/mt MT	014 - PROFESSOR - NÍVEL A (ESCOLA INDÍGENA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
74	ALEXSANDRA BRANDÃO SILVA	RG 27966011 ssp MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
37	ALICE CRISTO DE LIMA	RG 17679257 ssp MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
7	ANA CLAUDIA GONÇALVES BELTRAO BRIS	RG 134186356 Ssp PR	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
27	ANA PAULA AMORIM OLIVEIRA	RG 22493069 Ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
11	BRUNA NOGUEIRA DOS SANTOS	RG 27156788 ssp MT	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
29	BRYAN SOUZA SCHIMITH RIBEIRO	RG 19769993 sspmg MG	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
82	CAMILA ADRIELI BORGES ABREU	RG 17031680 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
41	CARINA ALVES SOUZA	RG 1412282 SSPRO MT	006 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
70	CARLOS EDUARDO GALBIATTI NOGUEIRA	RG 0332258320075 Ssp MA	011 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
54	CASSIA MORAIS DA SILVA	RG 28051904 SESP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
72	CLEIDE DO SOCORRO CUIMAR	RG 4092843 policia civil instit PA	012 - PROFESSOR - NÍVEL B (EDUCAÇÃO FÍSICA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
25	CRISTINA AMORIM OLIVEIRA	RG 17524040 Ssp MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
40	DIRCEU SOARES ROSA	RG 000409690 sspms MS	010 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO

28	DYEGO CARLINI	RG 13933779 SSP MT	010 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
12	EDILAINE CRISTINA DA SILVA E SILVA	RG 14017440 SSP MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
68	EDMILSON CARDOSO DE MENEZES	RG 17449893 MG MT	009 - MOTORISTA - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
61	EDNEIA RIBEIRO DA COSTA	RG 8043987 sesp MG	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
24	ELSON MARQUES DE MORAES	RG 24440604 sspmt MT	003 - AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
36	ELSON MARQUES DE MORAES	RG 24440604 sspmt MT	008 - FISCAL SANITÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
55	EUNICE SILVA DE MORAIS	RG 4530199 DGPCII GO	003 - AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
18	FÁTIMA KELLAYNE TEODÓZIO SANTOS LEMOS	RG 4340154-6 SSP AL	016 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
62	FRANCIELE BORGES DA SILVA	RG 0436323520110 SSP MA	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
50	GABRIELLE DE ARAUJO REGES	RG 2391782-2 ssp MT	008 - FISCAL SANITÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
16	GERLANDERSON PONTES DA SILVA	RG 1843269-7 SSP MT	012 - PROFESSOR - NÍVEL B (EDUCAÇÃO FÍSICA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
35	GLACIELE REGINA DA SILVA	RG 15316220 ssp MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
49	GLÁUBER FERREIRA CORDEIRO SILVA	RG 6133895 SSP GO	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
3	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	RG 09532935 SSP MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
44	JAQUELINE HILDA FRANQUIM	RG 21308756 Sesp MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
56	JAQUELINE OHANA DA SILVA BEZERRA	RG 26616394 SSP MT MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
22	JHENIFFER PEREIRA ALVES	RG 28446844 Secretaria de Estado MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	CANCELADO
5	KAREN PIMENTA DE AMORIM	RG 26127717 SSPT MT	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
23	KAUANNI DIAS ARAUJO	RG 5889252 ssp GO	006 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
60	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	RG 15978192 SSP/MT MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
75	LUCAS DE ALMEIDA PEREIRA	RG 05980287104 SSP MT	008 - FISCAL SANITÁRIO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
64	LUCAS LEONEL DOS SANTOS COSTA	RG 2321291-8 SSP MT	005 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MULTÍMEIOS) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
48	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA LOPES	RG 19367112 ssp MT	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
32	LUSIENE GOMES FERREIRA MENDONÇA	RG 12589055 SPP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
15	LUSILENE GOMES FERREIRA MENDONÇA	RG 12589047 SSP MT	013 - PROFESSOR - NÍVEL B (PEDAGOGIA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
69	MARCELA SOUSA FARIAS	RG 812713 Ssp TO	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
78	MARIA VALDECY BORGES DE ABREU	RG 16446321 SSP mt MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
6	MARIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA	RG 2295163-6 ssp MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
67	MATHEUS SOUZA DE OLIVEIRA	RG 18426930 ssp/mt MT	009 - MOTORISTA - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
13	MICHELI FONSECA MENDES	RG 5552633 SSP GO	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
73	NATAYANA PIEDADE MENDES DA SILVA	RG 27966232 ussp MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
63	NELSON SEREPAWE TOMOSUJA REBE	RG 22709193 ssp MT	014 - PROFESSOR - NÍVEL A (ESCOLA INDÍGENA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
21	NILVANIA BOFF DA SILVA	RG 11801220 Sesp MT	012 - PROFESSOR - NÍVEL B (EDUCAÇÃO FÍSICA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
31	PATRICIA BATISTA DOS SANTOS	RG 1772319-1 SSP/MT MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
38	RONILDA DA SILVA SILVA ROSA	RG 000779617 sspms MS	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
20	ROSE MARIA PEREIRA ALVES	RG 17165261 Secretaria de Justiç MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
26	SILMARA DOS SANTOS CIPRIANO	RG 23915323 SSP MT	001 - AGENTE ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
9	SILVANA DE LANA SENA	RG 34566600 SSP MT	004 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AUXILIAR DE TURMA) - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	INDEFERIDO
77	VICTORIA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA	RG 28445473 Ssp MT	002 - AGENTE DE SAÚDE - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
65	WENESSON SILVA CONCEIÇÃO PEREIRA	RG 2714126-8 SSP MT	010 - MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	CANCELADO
66	WENESSON SILVA CONCEIÇÃO PEREIRA	RG 2714126-8 SSP MT	009 - MOTORISTA - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO
45	ZILMA MOURA DOS SANTOS	RG 11955740 Ssp MT	003 - AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL - SANTO ANTÔNIO DO LESTE	DEFERIDO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Santo Antônio do Leste/MT, 09 de julho de 2021.

José Arimatéia Vieira Alves

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 301/2021 DE: 12 DE JULHO DE 2021

ALTERA PORTARIA Nº 229/2021 QUE NOMEIA MEMBROS E RESPECTIVOS SUPLENTES DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVISAL – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 229/2021 que NOMEIA os Membros do Conselho Previdenciário do Previsal - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Antônio do Leste:

-**Representante do Poder Legislativo:**

* Eudis Jose da Silva

* Luciano Nascimento da Silva

-**Representante do Poder Executivo:**

* Valcir dos Santos Luis

* Vilmar de Souza

-Representantes Titulares dos Servidores Públicos:

* Nilson Barbosa da Silva

* Carmem Lucia Verginia Silva dos Santos

* Lucia Oliveira Nunes

* Roselane Rosa Ferreira Barbosa

- Representantes Suplentes dos Servidores Públicos:

* Sonia Nivia Brunetta Muhlbeier

* Meirielly Marques Figueiredo Baltazar

Artigo 2º - Os membros titulares do Conselho Previdenciário nomeados nos termos do artigo anterior consideram-se automaticamente empossados na data da entrada em vigor da presente Portaria.

Artigo 3º - O Conselho Previdenciário será presidido pelo servidor Vilmar de Souza, consoante escolha mediante processo de votação por parte dos integrantes do Conselho.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE JULHO DE 2021

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2021

OBJETO: Pregão presencial registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, limpeza e demais materiais de mercado em geral, destinados a atender o funcionamento das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT.

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, adjudica o objeto licitado a;

RENATA K. S. SILVA E CIA LTDA-ME, CNPJ: 02.826.155/0001-07, vencedora com o valor total de R$ 39.023,60 (trinta e nove mil, vinte e três reais e sessenta centavos).

ALLIANÇA COMERCIO DE ARTIGOS PARA FESTAS EIRELI ME, CNPJ: 14.264.443/0001-69, vencedora com o valor total de R$ 210.287,60 (duzentos e dez mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

ORIGINAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ: 05.774.463/0001-24, vencedora com o valor total de R$ 282.416,98 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos).

COMERCIAL LUAR EIRELI-EPP, CNPJ: 02.545.557/0001-33, vencedora com o valor total de R$ 125.569,95 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI-EPP, CNPJ: 20.357.366/0001-20, vencedora com o valor total de R$ 183.532,16 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos).

L BARRETO KATAYAMA EIRELI ME, CNPJ: 10.448.902/0001-49, vencedora com o valor total de R$ 166.939,93 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos).

ALVARO JOSE CAMARGO DA SILVA-ME, CNPJ: 34.035.241/0001-98, vencedora com o valor total de R$ 280.615,93 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e três centavos).

MONTORO CARVALHO COMERCIO DE ALIMENOTOS EIRELI, CNPJ: 37.674.131/0001-64, vencedora com o valor total de R$ 606.626,79 (seiscentos e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos).

A. T. DE ARAUJO COMERCIO E SERVIÇO, CNPJ: 40.006.311/0001-82, vencedora com o valor total de R$ 382.964,75 (trezentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

LUIS GUSTAVO BIANCHI DUARTE LTDA, CNPJ: 37.657.827/0001-82, vencedora com o valor total de R$ 31.888,25 (trinta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, CNPJ: 37.200.096/0001-36, vencedora com o valor total de R$ 45.284,35 (quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 12 de julho de 2021.

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 300/2021 DE: 12 DE JULHO DE 2.021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS PARA FINS DE ARBITRAMENTO DE VALORES PARA COBRANÇA DE ITBI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos dispositivos do Código Tributária Municipal e suas alterações;

RESOLVE:

Artigo 1º- Altera composição da comissão de avaliação de bens imóveis urbanos e rurais do Município de Santo Antônio do Leste para efeito de cobrança do ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Artigo 2º - A Comissão que se refere o artigo 1º passar a ser composta dos seguintes servidores:

Luis Carlos Rezende

David Paulo Correia da Silva

Eder Luiz de Castro

Vilmar de Souza

Alberto Lucas Nogueira Pereira

Parágrafo Único – A Comissão será presidida pelo primeiro titular e secretariada pelo segundo.

Artigo 3º - As avaliações de imóveis, cujos os valores forem diferentes dos valores fixados na pauta de cobrança do ITBI, deverão ser precedidas de requerimento do interessado e posterior emissão de laudo de avaliação, com a participação ativa de no mínimo 02 (dois) membros integrantes da comissão nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº 051/2001.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 12 DE JULHO DE 2.021

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI 2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: IVANILTON FERREIRA COSTA, Brasileiro, Convivente, Professor, inscrito no CPF sob o nº 003.614.621-82 e Identidade 1.634.575-4 - SSP-MT - Expedição em 09/09/2002, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Um, nº 24 (Quadra) - Fundos da Ricavel - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 017/2021

CONTRATO emitido em 25/01/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses e 7 dias, iniciando em 25/01/2021 e terminando em 01/04/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

1º ADITIVO emitido em 01/04/2021 - Vigência estendida em mais 8 meses e 21 dias, de 01/04/2021 a 22/12/2021, totalizando 10 meses e 27 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Creche Dona Elza Mendes de Freitas - DOTAÇÃO mantida em Órgão 07 - Unidade 03 - Projeto-Atividade 2.079 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 16/06/2021

VIGÊNCIA: MANTIDO o prazo em 10 meses e 27 dias - De 25 de janeiro de 2021 a 22/12/2021

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração alterada para R$ 3.023,34 (três mil e vinte e três reais e trinta e quatro centavos)

FUNÇÃO: PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Creche Dona Elza Mendes de Freitas

DOTAÇÃO: Mantida em 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA // 03 - COORDENADORIA DE ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB // 2.079 - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 60% // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI COVID-19 - 3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 137/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: MARIA BONFIM DA SILVA FERNANDES, Brasileira, Solteira, Manicure, inscrita no CPF sob o nº 048.454.781-02 e Identidade RG nº 2.581.356-0 - SSP-MT expedida em 26/02/2015, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Nove, s/nº - CEP 78670-000 - Bairro Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 137/2020

CONTRATO emitido em 03/08/2020, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 03/08/2020 e terminando em 03/11/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 03/11/2020 - Vigência estendida em mais 3 meses e 25 dias, de 03/11/2020 a 28/02/2021, totalizando 6 meses e 25 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF III - Rural - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 10 meses e 28 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

- LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF III - Rural - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 7 meses e 29 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Alterada para SECRETARIA DE SAÚDE - Centro de Referência da COVID-19 e outros Sintomas Gripais

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: GESSICA RODRIGUES FERRAZ, Brasileira, Solteira, Atendente de Loja, inscrita no CPF sob o nº 054.815.161-01 e Identidade RG nº 2.432.188-5 - SESP-MT, 2ª Via expedida em 27/11/2019, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua 2, nº 201 - Qd 9, Lt 10 - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 066/2021

CONTRATO emitido em 15/02/2021, com VIGÊNCIA de 4 meses, iniciando em 15/02/2021 e terminando em 15/06/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 15/06/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses e 17 dias, de 15/06/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano, 1 mês e 17 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF III/Rural/Sede

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 104/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: GENILDO VIEIRA DE FRANÇA, Brasileiro, Solteiro, Serviços Gerais, inscrito no CPF sob o nº 328.774.711-87 e Identidade 504.813 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Manoel Ferreira Rocha, nº 188 - Frente da Marinha do Brasil - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 104/2020

CONTRATO emitido em 02/03/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 27 dias, iniciando em 01/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,30 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 4 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 1 mês

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE AMBULÂNCIA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: FLAVIANE DA COSTA NASCIMENTO, Brasileira, Convivente, Estudante, inscrita no CPF sob o nº 060.867.361-70 e Identidade RG nº 2.883.476-3 - SESP-MT, 1ª Via expedida em 22/07/2014, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua 04, s/nº - Jardim Casa-Fácil - CEP 78670-000 - Bairro Setor Aeroporto, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 094/2021

CONTRATO emitido em 20/04/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses e 11 dias, iniciando em 20/04/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 11 meses e 12 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Centro de Diagnóstico

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: RENATA SOARES RABELO, Brasileira, Divorciada, Farmacêutica Generalista, inscrita no CPF sob o nº 043.006.241-94 e Identidade 2.129.378-3 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Dom Pedro Casaldáliga, nº 1586 - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 100/2021

CONTRATO emitido em 03/05/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses, iniciando em 01/05/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.941,24 (mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 11 meses desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 20 (vinte) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.941,24 (mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)

FUNÇÃO: FARMACÊUTICA/BIOQUÍMICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Agência Transfusional

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: EVANI BARROS DOS SANTOS, Brasileira, Casada, Vendedora, inscrita no CPF sob o nº 879.408.331-20 e Identidade 1.213.024-9 - SJ-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Fazenda São José, s/nº - PA Azulona-Gameleira - CEP 78670-000 - Bairro Vila São Sebastião (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 074/2020

CONTRATO emitido em 26/02/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.353,75 (mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 3 meses e 29 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-III - Rural (PA Azulona-Gameleira) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 30 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-III - Rural (PA Azulona-Gameleira)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 118/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ERISLENE COELHO GOMES, Brasileira, Casada, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 837.290.201-10 e Identidade 1.153. 726-4 - SJ-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Estrada Rural, s/nº - Rua da Igreja Católica do Parque Amazonas - CEP 78670-000 - Bairro Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 118/2020

CONTRATO emitido em 16/04/2020, com VIGÊNCIA de 10 meses e 18 dias, iniciando em 10/04/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 2 meses e 21 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Hospital Municipal João Abreu Luz - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 11 meses e 22 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Hospital Municipal João Abreu Luz

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: MARIA BORGES SILVA, Brasileira, Casada, Agente Comunitária de Saúde (ACS), inscrita no CPF sob o nº 015.820.691-66 e Identidade 1.802.045-3 - SESP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Lote de Assentamento, nº 275 - PA Mãe Maria - Setor Bororós - CEP 78670-000 - Bairro Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 049/2019

CONTRATO emitido em 01/03/2019, com VIGÊNCIA de 11 meses e 28 dias, iniciando em 01/03/2019 e terminando em 29/02/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.288,43 (mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos).

1º ADITIVO emitido em 28/02/2020 - Vigência estendida em mais 11 meses e 30 dias, de 29/02/2020 a 28/02/2021, totalizando 1 ano, 11 meses e 27 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.353,75 (mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Bororós) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 2 anos e 4 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Bororós) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 3 anos e 1 mês

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Bororós)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 065/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: EDILENE SILVA DE SIQUEIRA, Brasileira, Solteira, Psicóloga, inscrita no CPF sob o nº 970.995.461-04 e Identidade RG nº 00. 115.627-3 - SSP-MS, 1ª Via expedida em 01/04/1997, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Luiz Gonzaga de Souza, nº 129 - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 065/2021

CONTRATO emitido em 15/02/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 2 dias, iniciando em 15/02/2021 e terminando em 17/05/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 4.861,23 (quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos).

1º ADITIVO emitido em 17/05/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 14 dias, de 17/05/2021 a 01/07/2021, totalizando 4 meses e 16 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 4.861,23 (quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.091 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 1 mês e 17 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 4.861,23 (quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos)

FUNÇÃO: PSICÓLOGA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.091 - MANUTENÇÃO DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: MARLI RUZALINA DA SILVA, Brasileira, Convivente, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 004.659.351-92 e Identidade 1.480.720-3 - SSP-MT - Expedição em 31/08/2000, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Rio Fontoura, s/nº - Zona Rural - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 004/2021

CONTRATO emitido em 01/02/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 2 dias, iniciando em 01/02/2021 e terminando em 03/05/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.540,56 (mil quinhentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

1º ADITIVO emitido em 03/05/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 28 dias, de 03/05/2021 a 01/07/2021, totalizando 5 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano e 2 meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 087/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: NELIVANE ALVES DA CRUZ FLORINDO, Brasileira, Casada, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 015.287.311-23 e Identidade RG nº 1.785.014-2 - SEJUSP-MT expedida em 19/09/2003, com residência e domicílio no seguinte endereço: Lote de Assentamento, nº 24 - PA Dom Pedro - Setor Escolinha - CEP 78670-000 - Bairro Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 087/2021

CONTRATO emitido em 05/04/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses e 26 dias, iniciando em 05/04/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 11 meses e 27 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PA Dom Pedro (Trevo do Macaco)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: PATRÍCIA SILVA DOS SANTOS GUIMARÃES, Brasileira, Casada, Produtora Rural, inscrita no CPF sob o nº 042.323.511-75 e Identidade RG nº 2.214.308-4 - SSP-MT, 1ª Via expedida em 30/10/2007, com residência e domicílio no seguinte endereço: Lote de Assentamento, nº 78 - Fazenda Guimarães - Setor Escolinha - PA Dom Pedro - CEP 78670-000 - Bairro Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 113/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/07/2021

VIGÊNCIA: De 01/07/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 9 meses

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE - UBS-III - Rural (PA Dom Pedro/ Setor Escolinha)

DOTAÇÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF / 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 062/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: DANIELA GOIS DA SILVA, Brasileira, Solteira, Recepcionista, inscrita no CPF sob o nº 083.196.041-84 e Identidade RG nº 2.695.435-4 - SEJUSP-MT, 1ª Via expedida em 13/08/2012, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - Ao lado da Dona Conceição do Hotel - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 062/2021

CONTRATO emitido em 12/03/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 19 dias, iniciando em 12/03/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano e 20 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 117/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: DALZIVAN DOS SANTOS MELO, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 328.791.721-87 e Identidade 441.855 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Quinze, nº 78 - Vila Santo Antônio - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 117/2020

CONTRATO emitido em 07/04/2020, com VIGÊNCIA de 10 meses e 21 dias, iniciando em 07/04/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 2 meses e 24 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Hospital Municipal João Abreu Luz - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 11 meses e 25 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Hospital Municipal João Abreu Luz

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: NEUZILON GOMES DE SOUZA, Brasileiro, Convivente, Vendedor, inscrito no CPF sob o nº 569.039.281-20 e Identidade 1.058.438-2 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av José Fragélli, nº 420 - Ao lado da Polícia Civil - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 070/2020

CONTRATO emitido em 26/02/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 26 dias, iniciando em 02/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.353,75 (mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 3 meses e 29 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-II - Centro - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 30 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-II - Centro

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 098/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: CRISTIANE MARIA DA SILVA, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 743.661.811-34 e Identidade 2.535.540-6 - SEJUSP - MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 098/2021

CONTRATO emitido em 12/05/2021, com VIGÊNCIA de 1 mês e 19 dias, iniciando em 12/05/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 10 meses e 20 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Unidade Básica de Saúde IV (Espigão do Leste)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: NÚBIA DE LIMA FRANÇA, Brasileira, Casada, Secretária, inscrita no CPF sob o nº 077.763.474-00 e Identidade RG nº 2004.032.

103.011 - SSPDS-CE expedida em 09/09/2004, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Três Pontas, nº 18 (Lote) - Quadra 69 - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 060/2021

CONTRATO emitido em 01/03/2021, com VIGÊNCIA de 4 meses, iniciando em 01/03/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano e 1 mês desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste, podendo trabalhar em regime de PLANTÃO e/ou em Barreira Sanitária

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: CLEIDES NUNES SILVA, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 020.283.171-08 e Identidade 1.805.003-4 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Cinco, nº 259 - Casa do Genebaldo Pinheiro Pinto - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 123/2020

CONTRATO emitido em 27/05/2020, com VIGÊNCIA de 9 meses e 1 dia, iniciando em 27/05/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 1 mês e 4 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Centro de Diagnóstico - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 10 meses e 5 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Centro de Diagnóstico

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: PAULO CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Brasileiro, Casado, Serviços Gerais, inscrito no CPF sob o nº 821.455.631-72 e Identidade 1.518.548-6 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 002/2020

CONTRATO emitido em 02/01/2020, com VIGÊNCIA de 2 meses, iniciando em 02/01/2020 e terminando em 02/03/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.039,00 (mil e trinta e nove reais).

1º ADITIVO emitido em 02/03/2020 - Vigência estendida em mais 11 meses e 26 dias, de 02/03/2020 a 28/02/2021, totalizando 1 ano, 1 mês e 26 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 5 meses e 29 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos, 2 meses e 30 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: GUARDA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: ERASMO MELO, Brasileiro, Solteiro, Enfermeiro, inscrito no CPF sob o nº 013.251.922-44 e Identidade RG nº 6.508.939 - PC-PA expedida em 20/02/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua do Comércio, nº 245 - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 090/2021

CONTRATO emitido em 18/04/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses e 13 dias, iniciando em 18/04/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 11 meses e 14 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRO, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Alterada para SECRETARIA DE SAÚDE - PSF-IV - Espigão do Leste, podendo trabalhar em regime de plantão

DOTAÇÃO: Alterada para 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 147/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: BRUNO FRANCO BEZERRA DE SOUSA, Brasileiro, Solteiro, Marmoreiro, inscrito no CPF sob o nº 037.255.001-00 e Identidade 2.234.319-9 - SSP-MT - Emissão em 09/01/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua B, nº 212 - CEP 78670-000 - Bairro Vila Nova, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 147/2020

CONTRATO emitido em 10/09/2020, com VIGÊNCIA de 5 meses e 18 dias, iniciando em 10/09/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 9 meses e 21 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA AMBIENTAL - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 6 meses e 22 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA AMBIENTAL

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: BIBIANE QUEIROZ FREITAS, Brasileira, Solteira, Farmacêutica/Bioquímica, inscrita no CPF sob o nº 973.982.091-34 e Identidade 37.349.136-0 - SSP-SP, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida X, nº 13 - CEP 78600-000 - Bairro Monte Sinai, em Barra do Garças (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 120/2020

CONTRATO emitido em 02/06/2020, com VIGÊNCIA de 8 meses e 26 dias, iniciando em 02/06/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 29 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 9 meses e 30 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

FUNÇÃO: FARMACÊUTICA/BIOQUÍMICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: BALTAZAR CAETANO FERNANDES, Brasileiro, Casado, Médico, inscrito no CPF sob o nº 081.406.341-15 e Identidade 171.770 - 2ª Via - SSP-GO, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Açaí, s/nº - Ao lado do CISA - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 068/2020

CONTRATO emitido em 26/02/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 27 dias, iniciando em 01/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 6.754,20 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 4 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 20 (vinte) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 7.096,64 (sete mil e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Agência Transfusional - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 1 mês

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 20 (vinte) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 7.096,64 (sete mil e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos)

FUNÇÃO: MÉDICO CLÍNICO GERAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Agência Transfusional

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 111/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: HALISSON FELIPE RODRIGUES ANASTACIO, Brasileiro, Solteiro, Desenhista de AutoCad, inscrito no CPF sob o nº 038.728.021-94 e Identidade RG nº 1.091.417 - SSP-TO, 1ª Via expedida em 24/01/2008, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Principal, nº 62 (Chácara) - Zona Rural (Cháca do Ivan Dionísio) - CEP 78670-000 - Bairro PA Zeca da Doca, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 111/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/07/2021

VIGÊNCIA: De 16/06/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 9 meses e 16 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 E OUTRAS SÍNDROMES GRIPAIS

DOTAÇÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 112/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: NEIDE VANIA RODRIGUES DE SOUZA, Brasileira, Solteira, Atendente, inscrita no CPF sob o nº 047.522.141-99 e Identidade RG nº 2.432.004-8 - SEJUSP-MT, 1ª Via expedida em 17/11/2009, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Oito, s/nº - Próximo ao Comercial Dalas - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 112/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/07/2021

VIGÊNCIA: De 05/07/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 8 meses e 27 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE - UBS-I - Vila

DOTAÇÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF / 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: MÁRIO FERREIRA BARROS, Brasileiro, Convivente, Pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 327.005.711-34 e Identidade RG nº 313. 757 - SSP-MT expedida em 21/09/1990, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua 1, nº 32 - Fundos do Fim de Tarde - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 108/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 01/07/2021

VIGÊNCIA: De 01/07/2021 a 01/07/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 ano

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.417,86 (mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)

FUNÇÃO: FISCAL DE POSTURAS, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DOTAÇÃO: 03 - Secretaria de Adm e Planejamento / 01 - Coordenadoria de Adm e Planejamento / 2.028 - Manutenção e Encargos da Coord de Adm e Planejamento / 3.1.90.04 - Contratação Por Tempo Determinado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ANA ILSA RODRIGUES DA SILVA, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 022.210.421-07 e Identidade 4. 995.774 - DGPC-GO, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Três Pontas, s/nº - Fundos com a Rua Quatro - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 099/2020

CONTRATO emitido em 04/03/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 19 dias, iniciando em 09/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 3 meses e 22 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 23 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER

NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ALLINE D'PAULA ARAUJO DOS SANTOS, Brasileira, Solteira, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o nº 040.787.111-03 e Identidade 2.432.191-5 - SEJUSP-MT - Emissão em 18/11/2009, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Gov José Fragélli, s/nº - Esquina com Rua do Comércio - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 048/2021

CONTRATO emitido em 01/02/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 2 dias, iniciando em 01/02/2021 e terminando em 03/05/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

1º ADITIVO emitido em 03/05/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 28 dias, de 03/05/2021 a 01/07/2021, totalizando 5 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano e 2 meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 4º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 135/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: RAFAEL DE CASTRO LIBERATO, Brasileiro, Solteiro, Motorista, inscrito no CPF sob o nº 058.366.041-00 e Identidade 2.782.328-8 - SESP-M, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Perimetral, s/nº - Bairro Alagável - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 135/2020

CONTRATO emitido em 02/07/2020, com VIGÊNCIA de 2 meses, iniciando em 02/07/2020 e terminando em 02/09/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

1º ADITIVO emitido em 02/09/2020 - Vigência estendida em mais 3 meses e 28 dias, de 02/09/2020 a 30/12/2020, totalizando 5 meses e 28 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Apoio à Barreira Sanitária e outros / Enfrentamento à COVID-19 - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 16/12/2020 - Vigência estendida em mais 1 mês e 29 dias, de 30/12/2020 a 28/02/2021, totalizando 7 meses e 26 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Apoio à Barreira Sanitária e outros / Enfrentamento à COVID-19 - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

3º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 11 meses e 29 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Apoio à Barreira Sanitária e outros / Enfrentamento à COVID-19 - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 8 meses e 30 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 4º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 4º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Apoio à Barreira Sanitária e outros / Enfrentamento à COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 136/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ÁBIAS DA CONCEIÇÃO BARBOSA BECKMAN, Brasileira, Convivente, Enfermeira, inscrita no CPF sob o nº 019.055.061-98 e Identidade 1.883.761-1 - SSP-MT - Emissão em 09/06/2004, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 136/2020

CONTRATO emitido em 27/07/2020, com VIGÊNCIA de 7 meses e 1 dia, iniciando em 27/07/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 11 meses e 4 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste, podendo trabalhar em regime de PLANTÃO - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 8 meses e 5 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-IV - Espigão do Leste, podendo trabalhar em regime de PLANTÃO

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: ALEX JUNIOR DE SOUZA, Brasileiro, Convivente, Motorista, inscrito no CPF sob o nº 019.844.551-25 e Identidade 1.843.943-8 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Perimetral, nº 163 - Bairro Alagável - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 124/2020

CONTRATO emitido em 12/06/2020, com VIGÊNCIA de 8 meses e 27 dias, iniciando em 01/06/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 1 mês desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Unidades de Saúde - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano e 10 meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.556,40 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Unidades de Saúde

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 063/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: RAIMUNDA VIANA DA SILVA, Brasileira, Casada, Operador de Caixa, inscrita no CPF sob o nº 653.137.633-34 e Identidade RG nº 000.107.886.699-3 - SESP-MA, 2ª Via expedida em 18/10/2012, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 063/2021

CONTRATO emitido em 01/03/2021, com VIGÊNCIA de 4 meses, iniciando em 01/03/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA

de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano e 1 mês desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 075/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: LUZIANA OLIVEIRA DA SILVA, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 021.536.761-85 e Identidade 2.172.344-3 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Piscicultura, s/nº - PA Mãe Maria - Setor Piscicultura - CEP 78670-000 - Bairro Pontinópolis (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 075/2020

CONTRATO emitido em 26/02/2020, com VIGÊNCIA de 1 ano e 2 dias, iniciando em 26/02/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.353,75 (mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 25 dias, de 28/02/2021 a 22/04/2021, totalizando 1 ano, 1 mês e 27 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Piscicultura) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 22/04/2021 - Vigência estendida em mais 2 meses e 9 dias, de 22/04/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 4 meses e 5 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Piscicultura) - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos, 1 mês e 6 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - MÃE MARIA (Piscicultura)

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: LIÁ LIMA BARBOSA, Brasileira, Divorciada, Enfermeira, inscrita no CPF sob o nº 350.909.102-78 e Identidade 386.604 - SESDC-RO, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua B, nº 41 - CEP 78670-000 - Bairro Vila Nova, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 002/2021

CONTRATO emitido em 11/01/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 1 dia, iniciando em 11/01/2021 e terminando em 12/04/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 12/04/2021 - Vigência estendida em mais 2 meses e 19 dias, de 12/04/2021 a 01/07/2021, totalizando 5 meses e 20 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PSF I - VILA - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 2 meses e 21 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PSF I - VILA

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 064/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: KÉZIA RIBEIRO BOAVA LOPES, Brasileira, Casada, Auxiliar Educacional, inscrita no CPF sob o nº 028.485.711-44 e Identidade RG nº 1.833.090-8 - SSP-MT expedida em 02/02/2004, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Ademar Paranhos de Macedo, s/nº - Antiga Avenida Espigão - Ao lado da Dona Conceição do Hotel - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 064/2021

CONTRATO emitido em 01/03/2021, com VIGÊNCIA de 4 meses, iniciando em 01/03/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano e 1 mês desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: KATHARINE PIRES DE SOUZA, Brasileira, Solteira, Enfermeira, inscrita no CPF sob o nº 037.825.251-83 e Identidade 2.431.900-7 - SEJUSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua José Antônio dos Santos, s/nº - Próximo ao Comercial Dalas - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 071/2020

CONTRATO emitido em 26/02/2020, com VIGÊNCIA de 11 meses e 27 dias, iniciando em 01/03/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 4.819,45 (quatro mil oitocentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 4 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) - LOTAÇÃO Alterada para SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - PSF-II - Centro - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 1 mês

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - PSF-II - Centro

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: JÉSSICA LIMA OLIVEIRA, Brasileira, Convivente, Fisioterapeuta, inscrita no CPF sob o nº 701.563.631-00 e Identidade RG nº 2.570.639-0 - SEJUSP-MT expedida em 14/04/2011, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Dom Pedro Casaldáliga, s/nº - Loja do ERION MÓVEIS - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 005/2021

CONTRATO emitido em 01/02/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 2 dias, iniciando em 01/02/2021 e terminando em 03/05/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.240,82 (três mil duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos).

1º ADITIVO emitido em 03/05/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 28 dias, de 03/05/2021 a 01/07/2021, totalizando 5 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 3.240,82 (três mil duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Centro de Reabilitação - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano e 2 meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 30 (trinta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 3.240,82 (três mil duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos)

FUNÇÃO: FISIOTERAPEUTA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Centro de Reabilitação

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 138/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: IVANUSA DA SILVA FERNANDES, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 028.553.631-10 e Identidade 2.048.077-6 - SSP-MT - Emissão em 30/01/2006, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Sem Denominação, s/nº - Fundos do Parque de Exposição - CEP 78670-000 - Bairro PA Matrinxã, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 138/2020

CONTRATO emitido em 06/08/2020, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 11/08/2020 e terminando em 11/11/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 11/11/2020 - Vigência estendida em mais 3 meses e 17 dias, de 11/11/2020 a 28/02/2021, totalizando 6 meses e 17 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 10 meses e 20 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 7 meses e 21 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 171/2019, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: MANOEL PEREIRA DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Serviços Gerais, inscrito no CPF sob o nº 788.401.201-49 e Identidade 1.089.858-1 - SJ-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Brasil, s/nº - Vila Rural - CEP 78670-000 - Bairro Espigão do Leste (Distrito), em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 171/2019

CONTRATO emitido em 13/12/2019, com VIGÊNCIA de 2 meses e 28 dias, iniciando em 01/12/2019 e terminando em 29/02/2020, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

1º ADITIVO emitido em 28/02/2020 - Vigência estendida em mais 11 meses e 30 dias, de 29/02/2020 a 28/02/2021, totalizando 1 ano, 2 meses e 27 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.045,00 (mil

e quarenta e cinco reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 7 meses desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos e 4 meses

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: GUARDA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - PSF IV - Espigão do Leste

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ANDREIA ARRUDA AMÉRICO, Brasileira, Convivente, Bacharela em Serviço Social, inscrita no CPF sob o nº 009.151.451-70 e Identidade RG nº 1.649.752-0 - SEJUSP-MT expedida em 21/10/2002, com residência e domicílio no seguinte endereço: Primeira Chácara, s/nº - Entorno da Cidade - CEP 78670-000 - Bairro PA Tia Irene, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 109/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/07/2021

VIGÊNCIA: De 21/06/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 9 meses e 11 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE - LABORATÓRIO PÚBLICO MUNICIPAL

DOTAÇÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF / 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 3º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: MARIA APARECIDA DINIZ DA SILVA, Brasileira, Convivente, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 009.976.291-93 e Identidade 1.629.671-0 - SSP-MT - Emissão em 29/08/2002, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Bocaiúva, s/nº - Próximo ao SIVAM (Casa da Mae) - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 150/2020

CONTRATO emitido em 26/10/2020, com VIGÊNCIA de 2 meses e 9 dias, iniciando em 26/10/2020 e terminando em 04/01/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 04/01/2021 - Vigência estendida em mais 1 mês e 24 dias, de 04/01/2021 a 28/02/2021, totalizando 4 meses e 2 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Centro de Enfrentamento à COVID-19 e/ou Centro de Diagnóstico. - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

2º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 8 meses e 5 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Centro de Enfrentamento à COVID-19 e/ou Centro de Diagnóstico. - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 5 meses e 6 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 3º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Centro de Enfrentamento à COVID-19 e/ou Centro de Diagnóstico.

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: LINDOMAR TAVARES DE CARVALHO, Brasileiro, Convivente, Ajudante de Pedreiro, inscrito no CPF sob o nº 822.901.301-25 e Identidade 1.161.838-8 - Expedida pela SJ-MT em 30/11/1995, com residência e domicílio no seguinte endereço: Estrata Geral, s/nº - Proximo ao Bar das Morenas (Iraque) - CEP 78670-000 - Bairro Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2021

CONTRATO emitido em 19/01/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 19/01/2021 e terminando em 19/04/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 19/04/2021 - Vigência estendida em mais 2 meses e 12 dias, de 19/04/2021 a 01/07/2021, totalizando 5 meses e 12 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- Vigilância Ambiental - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 2 meses e 13 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- Vigilância Ambiental

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: RENATA SOARES RABELO, Brasileira, Divorciada, Farmacêutica Generalista, inscrita no CPF sob o nº 043.006.241-94 e Identidade 2.129.378-3 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Dom Pedro Casaldáliga, nº 1586 - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 134/2020

CONTRATO emitido em 03/07/2020, com VIGÊNCIA de 7 meses e 25 dias, iniciando em 03/07/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 11 meses e 28 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Enfrentamento à COVID-19 - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.054 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 8 meses e 29 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

FUNÇÃO: FARMACÊUTICA/BIOQUÍMICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Enfrentamento à COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 603, 08 JUNHO DE 2021 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO FUSÃO, COM A FINALIDADE DE TRANSMITIR AO VIVO, NO INTEGRA

A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 3.763 DE 05/07/2021, PÁGINA 446, POR ERRO NA NUMERAÇÃO DA PORTARIA.

PORTARIA N. º 603, 08 JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de Contrato Responsável pela contratação de serviços de rádio fusão, com a finalidade de transmitir ao vivo, no integra ou em gravações os comunicados, avisos, divulgações, programações festivas, esportivas, educacionais, de lazer, saúde, obras, comunicados de todas as secretarias, departamentos, seções e gabinete em condições de informativos das suas ações a população do Município de São Félix do Araguaia-MT, sempre sob interesse da administração pública na publicidade dos atos administrativos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela

Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor público da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sr. **DOUGLAS ANDRADES MILHOMEM**, matrícula/contrato 4525-3, para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 053/2020, Processo Licitatório n. º 029/2020, Inexigibilidade de Licitação n. º 03/2020**, sendo a contratada a Empresa **E. A. COMUNICAÇÃO E MARKENTING LTDA - ME**.

Paragrafo único. O Contrato tem como objetivo a contratação serviços de rádio fusão, com a finalidade de transmitir ao vivo, no integra ou em gravações os comunicados, avisos, divulgações, programações festivas, esportivas, educacionais, de lazer, saúde, obras, comunicados de todas as secretarias, departamentos, seções e gabinete em condições de informativos das suas ações a população do Município de São Félix do Araguaia-MT, sempre sob interesse da administração pública na publicidade dos atos administrativos.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

A PUBLICAÇÃO ACIMA TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 3.763 DE 05/07/2021, PÁGINA 446, POR ERRO NA NUMERAÇÃO DA PORTARIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI

1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 086/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: RISALVA FERREIRA AGUIAR ARAUJO, Brasileira, Viúva, Técnica de Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 317.893.071-04 e Identidade RG nº 0.437.703-6 - SSP-MT, 2ª Via expedida em 05/09/2007, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua do Comércio, s/nº - Fundos do Centro Comunitário Tia Irene - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 086/2021

CONTRATO emitido em 13/04/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses e 18 dias, iniciando em 13/04/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 11 meses e 19 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - Laboratório Público Municipal de Análises Clínicas

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI

2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: SERGIO LUIS SALVADEGO JUNIOR, Brasileiro, Casado, Odontólogo, inscrito no CPF sob o nº 019.928.701-52 e Identidade 39.600.143-9 - SSP-SP, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Aldenor Milhomem da Cunha (Av. Aeroporto), s/nº - Esquina Com Rua Um, Frente à Garagem da Prefeitura - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 050/2020

CONTRATO emitido em 13/02/2020, com VIGÊNCIA de 1 ano e 15 dias, iniciando em 13/02/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HO-

RÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 6.265,28 (seis mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 4 meses e 18 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 6.582,93 (seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos) - LOTAÇÃO mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF Rural - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 2 anos, 1 mês e 19 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 6.582,93 (seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos)

FUNÇÃO: ODONTÓLOGO, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF Rural

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: TEREZINHA DE JESUS FERREIRA DA SILVA, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 024.222.833-06 e Identidade 114.467.799-5 - SEJUSP-MA, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua B, nº 122 - Próximo ao Sindicato Rural - CEP 78670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 119/2020

CONTRATO emitido em 08/05/2020, com VIGÊNCIA de 9 meses e 10 dias, iniciando em 18/05/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano, 1 mês e 13 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração alterada para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) - LOTAÇÃO Alterada para UNIDADES DE SAÚDE DA SEDE/Centro da COVID-19 e outros - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 10 meses e 14 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.100,00 (mil e cem reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SERVIÇOS GERAIS), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como UNIDADES DE SAÚDE DA SEDE/Centro da COVID-19 e outros

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: THAYLINE RODRIGUES DA SILVA, Brasileira, Solteira, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 055.626.331-67 e Identidade RG nº 2.456.446-0 - SEJUSP-MT, 1ª Via expedida em 01/03/2010, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Perimetral, nº 45 - Próximo à Marinha (Bairro Alagável) - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 071/2021

CONTRATO emitido em 18/03/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses e 13 dias, iniciando em 18/03/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano e 14 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 085/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: VOGLEIDE CARDOSO, Brasileira, Divorciada, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 318.160.738-06 e Identidade RG nº 3.402.802-1 - SESP-MT, 1ª Via expedida em 16/12/2019, com residência e domicílio no seguinte endereço: Chácara Jardim do Éden, s/nº - Casa da Mãe - CEP 78670-000 - Bairro PA Zeca da Doca, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 085/2021

CONTRATO emitido em 01/04/2021, com VIGÊNCIA de 3 meses, iniciando em 01/04/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses, de 01/07/2021 a 01/04/2022, totalizando 1 ano desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.054 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 1º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: YTELVANY DE ANDRADE SILVA, Brasileira, Solteira, Farmacêutica/Bioquímica, inscrita no CPF sob o nº 040.701.731-37 e Identidade 2.443.321-7 - SEJUSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Açaí, s/nº - Próximo ao Ciretran - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Pindorama, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 099/2021

CONTRATO emitido em 03/05/2021, com VIGÊNCIA de 2 meses, iniciando em 01/05/2021 e terminando em 01/07/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 9 meses e 3 dias, de 01/07/2021 a 04/04/2022, totalizando 11 meses e 3 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 3.882,47 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos)

FUNÇÃO: FARMACÊUTICA/BIOQUÍMICA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - SEDE - Centro de Referência aos Sintomas Gripais e à COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: CAMYLLA SAMANTHA FREIRES FONSECA, Brasileira, Casada, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o nº 038.261.101-29 e Identidade RG nº 5.332.397 - PC-GO, 2ª Via expedida em 08/09/2016, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua B, nº 27 - CEP 78670-000 - Bairro Vila Nova, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 110/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/07/2021

VIGÊNCIA: De 18/06/2021 a 01/04/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 9 meses e 14 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.618,66 (mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: TÉCNICA EM ENFERMAGEM, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE SAÚDE - UBS-I - Vila

DOTAÇÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF / 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - 2º ADITIVO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2020, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: LUCIANO SILVA NOLETO, Brasileiro, Convivente, Enfermeiro, inscrito no CPF sob o nº 042.128.361-06 e Identidade 6.469.535 - SSP-GO, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av Perimetral, nº 45 - Próximo à Marinha - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 121/2020

CONTRATO emitido em 04/06/2020, com VIGÊNCIA de 8 meses e 24 dias, iniciando em 04/06/2020 e terminando em 28/02/2021, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos).

1º ADITIVO emitido em 26/02/2021 - Vigência estendida em mais 4 meses e 3 dias, de 28/02/2021 a 01/07/2021, totalizando 1 ano e 27 dias desde o início do contrato - Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais - Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) - LOTAÇÃO Alterada para SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - Centro de Referência da COVID-19 - DOTAÇÃO mantida em Órgão 05 - Unidade 02 - Projeto-Atividade 2.086 - Elemento de Despesa 3.1.90.0

DATA DE EMISSÃO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 01/07/2021

PRAZO DA VIGÊNCIA dilatado em mais 9 meses, para o período de 01/07/2021 a 01/04/2022 - Vigência Total desde o início do contrato de 1 ano, 9 meses e 28 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 2º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 5.063,79 (cinco mil e sessenta e três reais e setenta e nove centavos)

FUNÇÃO: ENFERMEIRO, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE SAÚDE - SEDE - Centro de Referência da COVID-19

DOTAÇÃO: Mantida em 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE // 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE // 2.086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF // 3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2021.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** - MT, através da pregoeira designada pela Portaria Municipal de nº 21 de 05 de Janeiro do ano de 2021. Torna publico para conhecimentos dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial SRP** nº15/2021, **ás 13h30min do dia 22 de Julho do ano de 2021, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo-MT,** o procedimento licitatório que dele resultara, integramente, a Lei Federal nº10. 520/2002 decreto municipal nº 010/20160 de 28 de janeiro de 2016 aplica-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS **para futura e eventual Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transporte escolar no âmbito do Município de São Jose do Povo- MT, com fornecimento de veículos tipo ônibus, vans, Kombi e/ou Micro-ônibus, combustível, mão de obra e manutenção completa, de forma contínua, destinado ao atendimento dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.**

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** no email **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000 , São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12: 00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

São Jose do Povo-MT, 12 de Julho do ano de 2021.

Ivanildo vilela da silva

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 68/2021
PREGÃO PRESENCIAL 12/2021
CONTRATO (A) CASA DA LAVOURA LTDA EPP
OBJETO -O presente contrato decorre do processo de n°54/2021 do pregão presencial n°12/2021, para "Adquirir equipamentos, para atender as demandas do município", conforme termo de Referencia do referido processo Licitatório.

DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNT	VALOR TOTAL
GRADE ARADORA 14 X 28´´ CONTROLE REMOTO, RODAS+PNEUS PARA TRANSPORTE, MANCAIS COM ROLAMENTOS CÔNICOS E COM VÁLVULA DE LUBRIFICAÇÃO.	01 UN	45.889,00	45.889,00
ADUBEIRA, SEMEADEIRA, PENDULAR- COM CAPACIDADE DE CARGA DE MINIMO 200 KG	01 UN	8.250,00	8.250,00
			VLR TOTAL R$: 54.139,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **54.139,00 (cinquenta e quatro mil cento e trinta e nove reais)**.
DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência de 03 meses, iniciando em 12 Julho de 2021 à 12 de outubro de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 67/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO 33/2021

CONTRATO (A) TAIPA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO -O presente contrato decorre do processo de n°63/2021 e dispensa de licitação n°33/2021, para "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO, PARA CONTER O VAZAMENTO EVITANDO O DESPERDIÇIO DE AGUA POTAVEL**", conforme termo de Referencia do referido processo Licitatório.

DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNT	VALOR TOTAL
LUVA DE FOFO 110M	20 UN	100,00	2.000,00
TUBO GALVANIZADO, DN 4´´, E=4,50* MM, PESO 12,10*KG/M(NBR5580)	12 M	260,00	3.120,00
COTOVELO DE FERRO GALVONIZADO 45 GRAUS, COM ROSCA BSP, DE 4´´	2 UN	179,00	358,00
			VLR TOTAL R$: 5.478,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **5.478,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais)**.

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência de 05 meses, iniciando em 06 Julho de 2021 à 06 de dezembro de 2021.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 11/2021 DECISÃO A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Insurge a empresa SÓ PESADOS COMERCIO DE PEÇAS-EIRELI, CNPJ: 24.717.067/0001-00 contra o edital de licitação que objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS EM GERAL, LUBRIFICANTES, FLUIDOS, ADITIVO E FILTROS EM GERAL PARA A FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO-MT.

Em síntese, alega a empresa que os itens foram agrupados em lotes o que prejudica a competitividade no processo licitatório, uma vez que impede que empresas participem para ofertar lances apenas nos itens em que são especializados/atendem.

A comissão de licitação, após reanalisar o edital e os seus objetivos, não vislumbra irregularidade no edital. Embora a regra geral seja a divisão do objeto em itens, por proporcionar o aumento da competitividade na disputa, admite-se que essa divisão seja feita por lotes (que serão compostos de vários itens). No caso do presente processo, foram reunidos em lotes diferentes os veículos de cada secretaria, **padronizando** assim para cada pasta o fornecedor de sua pequena frota.

O Município de São José do Povo-MT é pequeno e não possui muitos veículos, em especial máquinas pesadas, o que não justifica sua separação em item para licitação, uma vez que vislumbra-se ser mais vantajoso e econômico para administração pública incluir os veículos para serem licitados em lotes. Padroniza-se os fornecedores por secretaria e **melhores preços** são ofertados pelo número de veículos que compõem cada lote (secretaria). Ademais, o processo licitatório é pelo maior percentual de desconto (tabela audatex), sendo levantado o gasto média de cada secretaria e não por veículos individualmente considerados.

Busca-se o maior desconto sobre os preços da tabela audatex, onde o percentual de desconto, ao final, aplicar-se –á em cada veículo que pertence ao lote/secretaria.

O edital não limita a participação de empresas interessadas em contratar com a administração Pública, haja vista que cada lote é formado por **objetos idênticos**, ou seja, veículos. A divisão em veículos leves ou pesados não é uma obrigatoriedade.

Desse modo, a comissão de licitação decide pela improcedência dos pedidos formulados na impugnação ora apresentada. Via de consequência, o pregão permanece marcado para o dia 14/07/2021 às 13h30min horas para início de abertura do certame.

São José do Povo-MT, 12 de julho de 2020.

Comissão de licitação

Maria Irandi Duarte.

Pregoeira

Jose Maria Flores Farias

Secretario

Juscélia Camilo

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2021.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA E HIGIENE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 26 de julho de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, **07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h,** com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 12 de julho de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 – REGISTRO DE PREÇO.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRISCO, PEDRA BRITA N° 1 E PÓ DE PEDRA, PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PUBLICAS E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DOS BAIRROS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT**. Data de Abertura: **Ás 08h00min**, **do dia 23 de julho de 2021**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h às 11h e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitação@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 12 de julho de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio – Pregoeira Oficial.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico para **Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos, sendo 03 linhas do assentamento Campinas, 03 linhas do assentamento Santana da água limpa e 01 linha do assentamento Pouso Alegre, sendo necessários 06 (seis) ônibus com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros e 1 (um) micro-ônibus com capacidade mínima para 22 (vinte e dois) passageiros, para atender as necessidades da secretaria de educação do município.** Data de Abertura: às 09h00min, do dia 27 de julho de 2021, horário de Brasília, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h00 às 11h00, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br**. e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO** São José do Rio Claro – MT, 12 de julho de 2021. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 097/2021

PORTARIA Nº 097/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidor público municipal qualificado, Sr. **Jederson André dos Santos Santana como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO;

§2º O servidor designado fica responsável pela fiscalização do contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	*OBJETO*
017/2021	Contratação de empresa especializada em serviços técnico na área de engenharia, para atendimento as secretarias deste município, conforme anexo i – termo de referência e com todas as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

§3º Como substituto do representante acima, designa-se a **Sr. Tiago Vinício Barbosa Simão,** que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 12 de julho de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 134/2021

DECRETO Nº 134/2021 SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 09 DE JULHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE RECESSO ADMINISTRATIVO E MUDANÇA DE HORÁRIO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor;

CONSIDERANDOanecessidade de contenção de despesas para o encerramento do exercício financeiro do primeiro semestre de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do horário de expediente dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, com o fim de otimizar a prestação dos serviços públicos, dando maior efetividade, eficiência e eficácia para o segundo semestre de 2021;

DECRETA:

At. 1º - Fica Decretado **Recesso no âmbito da Administração Publica Municipal, entre o período do dia 16 a 31 de julho de 2021, retornando suas atividades em 02 de agosto de 2021, com horário normal das 08:00 as 12:00 hs das 14:00 as 18:00hs.**

Art. 2º - Os serviços municipais considerados de natureza essencial manterão suas atividades normais nesse período de recesso (**Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras, Casa do Idoso, Conselho Tutelar, Departamento de Tributos, Guardas Noturnos, Departamento do Indea, Departamento do Sefaz, Departamento do Correio, Departamento de Compras, Departamento do RH e Departamento de Licitação**).

Parágrafo Único: Fica facultado aos chefes imediatos das repartições mencionadas no parágrafo anterior, a fazer uma escala dos servidores lotados nas respectivas repartições, em forma de rodizio, de modo a garantir a efetiva prestação dos serviços públicos essenciais.

Art. 3º - Os servidores municipais que exercem funções administrativas ficam dispensados de suas atividades, estando sujeitos a convocação para cumprirem a jornada de trabalho, sempre que constatado a necessidade no seu respectivo departamento, sem direito a valores excedentes como horas extras ou compensações.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de julho de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Publique-se Registre-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 133/2021.

DECRETO Nº 133/2021.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 09 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **MARCIA REGINA DE CARVALHO,** no cargo em Comissão de Coordenadora do CRAS, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 2. 150,00 (Dois mil cento e cinquenta reais)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 09 de julho de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 135/2021.

DECRETO Nº 135/2021.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 09 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor **ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES SOARES,** do cargo em Comissão de Dirigente de Setor da Secretaria Municipal de Administração, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 09 de julho de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o Processo de Licitação na Modalidade **Tomada de Preço 01/2021**, Objeto: **"OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E PONTES DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU MDR 882654/2019 OPERAÇÃO Nº 1065686-88."** Vencedora a empresa: **J FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob nº 00.277.059/0001-21, estabelecida na Rua Limirio Rosa Pereira nº 1.530 – Bairro São Sebastião, Cep nº 78.260-000, no Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, a qual esteve presente através de seu representante o **Sr. Jaconias Ferreira Lemos**, portador do CPF sob o nº 559.421.481-04. **Valor: R$ 1.638.642,12 (Um Milhão, Seiscentos e Trinta e Oito Mil, Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Doze Centavos)**.

OUVIDORIA
RESOLUÇÃO Nº 06, DE 06 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) reprogramados para o exercício 2021 e sobre a aprovação do Plano de Ação Municipal para o Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social, exercício 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as atribuições do CMAS definidas na Lei Complementar Municipal nº 050 de 20 de Dezembro de 2018, em Reunião ordinária de 06 de julho de 2021 conforme Ata do CMAS 009 de 06 de julho de 2021;

Considerando ainda, a análise apresentada em 06 de Julho de 2021 pela Comissão de Análise de Prestação de Contas,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar nos termos da Ata do CMAS 009 de 06 de julho de 2021 a Execução do Recurso Financeiro do FEAS que foi reprogramado para execução no Exercício de 2021;

§1º - Fica aprovada a prestação de contas do recurso executado até 24 de Junho de 2021 no valor de R$ 30.048,50 (trinta mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme plano de ação.

$2º - Fica o saldo reprogramadoem conta no valor de 23.384,95 (vinte e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para execução ainda no exercício 2021, conforme plano de ação.

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social – FEAS 2021 no valor de R$ 35.235,20 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) e saldos financeiros remanescentes de cofinanciamentos anteriores no valor de 53. 433,45 (cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme Art. 3º da RESOLUÇÃO Nº 02/2021/CIB/SETASC/MT e nos termos da Ata do CMAS 010 de 08 de julho de 2021.

§1º - Aprova a destinação integral dos recursos transferidos do FEAS-2021 no valor de R$ 35.235,20 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) para execução financeira na prestação de benefícios eventuais por situação de vulnerabilidade temporária, nas modalidades regulamentadas no Art. 20 da RESOLUÇÃO Nº 005/2020-CMAS.

§2º - Aprova para o exercício 2021, o total de R$ 88.668,65 (oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) dos recursos financeiros do FEAS, conforme plano de ação 2021.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MICHELA CLÁUDIA DUARTE DA SILVA

Presidente do CMAS

PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO

CANCELAMENTO: Fica cancelada a publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Quarta-Feira dia 02 de Junho de 2021, na página nº 542, Extrato de Termo Aditivo:

Espécie: 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 37/2020**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **EXITO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME**; **Objeto**:Prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de documentos (tipo: instalação de software, digitalização de documentos e arquivos). **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 01/01/2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO DESERTA

A Pregoeira da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT comunica **DESERTO**, pelo não comparecimento de nenhuma Empresa interessada no Processo de Licitação na Modalidade **Pregão Presencial nº 02/2021** que teria sua abertura às 08:00hrs do dia 31/03/2021, visando futuro e eventual **"AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA"**. Pregoeira Vanessa Da Rocha Avelino - Portaria 234/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2021, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.472.511/0001-16, sediada na Rodovia MT 175, s/nº, KM 35, CEP 78.285-000, no município de São José dos Quatro Marcos-MT. Tendo por objeto o acréscimo de valores conforme documento em anexo.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 26/2021, firmado em 12/07/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **JOSÉ ANTONIO TORRES**; **Objeto:** Locação de um imóvel residencial localizado na Rua 07 de Setembro, nº 542, Jardim Santa Rosa, Cep 78.285-000, tendo como finalidade o funcionamento do Conselho Tutelar. Tudo de acordo com o descrito na avaliação de Imóvel Residencial pelo Senhor OSMAR AGOSTINHO DE OLIVEIRA no processo. **Vigência:** até 12/07/2022; **Valor: R$ 9.600,00**; **Fiscal de Contrato:** ELIANE RAMOS DA COSTA.

PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO

CANCELAMENTO: Fica cancelada a publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Quinta-Feira dia 10 de Junho de 2021, na página nº 345, Extrato de Termo Aditivo:

Espécie: 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 40/2019**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, e pelo **Sra**. **Mara do Amaral Chagas Pereira; Objeto: Locação de** um imóvel residencial localizado na Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso, nº 1028, Centro, CEP 78.285-00. Tendo como finalidade o funcionamento do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. **Prorrogação de vigência:** 06/06/2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO

CANCELAMENTO: Fica cancelada a publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Quinta-Feira dia 10 de Junho de 2021, na página nº 345, Extrato de Termo Aditivo:

Espécie: 3º Termo Aditivo do Contrato **Nº 40/2019**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, e pelo **Sra**. **Mara do Amaral Chagas Pereira; Objeto: Locação de** um imóvel residencial localizado na Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso, nº 1028, Centro, CEP 78.285-00. Tendo como finalidade o funcionamento do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. **Alteração de valor:** R$ 1.600,00. **Prorrogação de vigência:** 06/05/2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2021

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2021

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU, Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO SELETIVO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 70/2021, de 29 de março de 2021**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2021,** conforme discriminado abaixo**:**

GABARITO PRELIMINAR - SUJEITO A RECURSOS

001 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS PSF 01 – DAMIÃO JOSÉ FEBRÔNIO (URBANA)									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: D	17: A	18: D	19: B	20: D
21: B	22: D	23: A	24: B	25: A					

006 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS PSF 01 – DAMIÃO JOSÉ FEBRÔNIO (RURAL)									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: D	17: A	18: D	19: B	20: D
21: B	22: D	23: A	24: B	25: A					

007 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS PSF 02 – VILMA ALVES PIMENTA FIGUEIREDO (URBANA)									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: D	17: A	18: D	19: B	20: D
21: B	22: D	23: A	24: B	25: A					

011 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: B	17: B	18: D	19: A	20: C
21: C	22: C	23: D	24: D	25: B					

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE São Pedro da Cipa/MT, 12 de julho de 2021.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDUARDOJOSÉDASILVAABREU,Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO SELETIVO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 70/2021, de 29 de março de 2021**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021,** conforme discriminado abaixo**:**

GABARITO PRELIMINAR - SUJEITO A RECURSOS

001 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

002 - ASSISTENTE SOCIAL									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: B	17: A	18: D	19: A	20: C
21: B	22: C	23: B	24: A	25: A					

003 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (MONITORA CRECHE)									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

004 - ENFERMEIRO									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: D	17: C	18: D	19: B	20: B
21: D	22: D	23: A	24: B	25: C					

005 - ENGENHEIRO CIVIL									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: B	17: A	18: C	19: A	20: A
21: C	22: D	23: C	24: A	25: B					

006 - FARMACÊUTICO									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: B	17: B	18: B	19: D	20: A
21: C	22: A	23: B	24: A	25: D					

007 - FISIOTERAPEUTA									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: C	17: A	18: A	19: C	20: B
21: A	22: B	23: C	24: C	25: C					

009 - GESTOR PARA ATENDER AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

010 - MOTORISTA DE VEICULO LEVE									
01: A	02: D	03: D	04: A	05: C	06: C	07: B	08: D	09: D	10: C
11: C	12: D	13: D	14: B	15: D	16: D	17: A	18: A	19: B	20: C

011 - MOTORISTA DE VEICULO PESADO									
01: A	02: D	03: D	04: A	05: C	06: C	07: B	08: D	09: D	10: C
11: C	12: D	13: D	14: B	15: D	16: D	17: A	18: A	19: B	20: C

012 - NUTRICIONISTA									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D

11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: C	17: B	18: A	19: B	20: C
21: A	22: A	23: D	24: D	25: C					

013 - ODONTÓLOGO									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: B	17: B	18: D	19: D	20: B
21: A	22: B	23: C	24: A	25: B					

014 - OPERADOR DE MÁQUINAS									
01: A	02: D	03: D	04: A	05: C	06: C	07: B	08: D	09: D	10: C
11: C	12: D	13: D	14: B	15: D	16: D	17: A	18: A	19: B	20: C

015 - ORIENTADOR SOCIAL									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

016 - PROFESSOR (NÍVEL SUPERIOR)									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: A	17: A	18: D	19: B	20: A
21: C	22: C	23: A	24: B	25: C					

017 - PSICÓLOGO									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: C	17: C	18: A	19: A	20: D
21: B	22: B	23: B	24: D	25: A					

018 - RECEPCIONISTA									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

019 - SUPERVISOR PARA ATENDER AO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ									
01: B	02: D	03: D	04: A	05: C	06: A	07: C	08: A	09: B	10: D
11: C	12: A	13: B	14: B	15: C	16: B	17: A	18: D	19: A	20: C
21: B	22: C	23: B	24: A	25: A					

020 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: B	17: A	18: B	19: D	20: C
21: C	22: D	23: B	24: C	25: A					

021 - TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: A	07: B	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: C	14: B	15: D	16: D	17: A	18: B	19: D	20: B
21: C	22: D	23: B	24: C	25: A					

022 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

023 - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

024 - VIGILANTE SÓCIO ASSISTENCIAL									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

025 - VISITADOR PARA ATENDER AO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ									
01: B	02: C	03: C	04: D	05: C	06: D	07: A	08: C	09: C	10: A
11: A	12: B	13: D	14: C	15: B	16: B	17: D	18: C	19: B	20: D

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

São Pedro da Cipa/MT, 12 de julho de 2021.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2020

PROCESSO Nº 029/2020

CONVITE Nº 002/2020

CONTRATO Nº 019/2020

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUTAR A REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES CLEITON PEREIRA TEIXEIRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA ANEXA AO PROCESSO.”

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 14/12/2020, nos termos previstos em sua Clausula Quarta – Da vigência, prazo de entrega e da garantia do Contrato e também acréscimo de serviços e valores.

FORNECEDOR: L. P. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO – ME

CNPJ: 05.511.353/0001-70

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias

PRAZO DE VIGENCIA DO TERMO ADITIVO: do dia 13/07/2021 a 11/09/2021

DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 2021

VALOR DOS SERVIÇOS ADITIVADOS: R$ 42.939,66 (quarenta e dois mil novecentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Art.57, da Lei nº 8.666/93.

Serra Nova Dourada – MT, em 08 de julho de 2021

Mariane Bubans Aguiar

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 112/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 384/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 05/07/2021, com término em 03/08/2021, referente ao período aquisitivo de 26/06/2020 à 25/06/2021, a*o senhor **JOSE AILTON MATOS**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 831, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Vigia,** lotado **na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 05/07/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 381/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **EXPEDITA RODRIGUES DE SOUZA DA CRUZ**, servidora efetiva, admitida em 17/07/2007, nocargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** com matricula no RH nº. 1028, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe E – Nível 13, para perceber na Classe E – Nível 14, correspondente ao valor de R$: 2.807,12 (Dois Mil, Oitocentos e Sete Reais e Doze Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 380/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MARIA ROZANGELA PENHA MARTINS**, servidora efetiva, admitida em 22/04/2004, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública,** com matricula no RH nº. 302, licenciada no período de 03/08/2015 a 19/10/2015, lotada na Secretaria Municipal de **Saúde**, da **Classe C – Nível 16, para perceber na Classe C – Nível 17, correspondente ao valor de R$: 1.912,70 (Um Mil, Novecentos e Doze Reais e Setenta Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 379/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSE CARLOS ALVES DE SOUZA**, servidor efetivo, admitido em 02/07/2012, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 1405, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura Municipal, da **Classe C – Nível 08 para perceber na Classe C – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 2.448,71 (Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 382/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/08/2021*, com término em 30/08/2021*, *referente ao período aquisitivo de 23/07/2020 à 22/07/2021,* a senhora ***MARIA NEVES DOS SANTOS*,** servidora efetiva, admitida em 23/07/2018, com matricula no RH nº. 1812, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 378/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **CRISTIANE BOBBO**, servidora efetiva, admitida em 10/07/2006, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, com matricula no RH nº. 860, **lotada na Secretaria Municipal de Administração** e Planejamento desta Prefeitura **da Classe E – Nível 14 para perceber na Classe E – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 3.998,23 (Três Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Três Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 054/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **REGISTRO DE PREÇO, do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM visando FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRO-ELETRÔNICOS PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT**, de acordo com o ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- **28/07/2021**

Horário:---------- Das 07h30minh às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: ---------- **28/07/2021**

Horário: ---------- Às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 12 de Julho de 2021.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2021

PORTARIA Nº. 386/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 01/08*/2021, com término em 30/08/2021*, *referente ao período aquisitivo de 06/05/2019 a 05/05/2020,* ao senhor ***CLAUDENIR GOUVEA NOGUEIRA*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1873, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias**, **lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 377/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **CLAUDINEI DE SOUZA**, servidor efetivo, admitido em 02/07/2012, nocargo de **Agente da**

Administração Pública II – Motorista, com matricula no RH nº. 1423, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal, da **Classe C – Nível 08 para perceber na Classe C – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 2.448,71 (Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 385/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. DAR POR ENCERRADO O CONTRATO Nº 056/2019 da Senhora **ANDREIA COSTA FRANCO, na data de 09 de Julho de 2021**, servidora contratada por meio de do Processo Seletivo Simplificado – Educação 002/2019, com matrícula no RH nº. 1921, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1. 158/2019

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09/07/2021, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 051/2021PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 fone (66) 3577-1505, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** para o **REGISTRO DE PREÇO do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CONFORME EXIGÊNCIA NO TERMO DE PROPOSTA N° 14416.015000/1200-05 – FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**, conforme especificações no Termo de Referencia – **ANEXO I** do Edital.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 E SUA ALTERAÇÃO A LC 147/2014, DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019
Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
AS 08h:30min HORAS DO DIA 13 JULHO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)
DATA FINAL DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
AS 17:00 HORAS DO DIA 26 DE JULHO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:
AS 17:00 HORAS DO DIA 23 DE JULHO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

ABERTURA DAS PROPOSTAS:
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:15 HORAS DO DIA 27 DE JULHO DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site* **https://comprasbr.com.br***, in loco na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, pelo telefone 66 3577 1505, por email no licitação@tabapora.mt.gov.br ou no endereço eletrônico http://www.tabapora.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª à 6ª feira das 08h00min horas às 15h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 12 de Julho de 2021.

Helielson Teodoro Alves

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 002/2021

PORTARIA Nº. 376/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUCINEIDE DOS SANTOS SOARES**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, no cargo de **Agente deManutenção – Trabalhador Braçal,** com matricula no RH nº. 237, licenciada por motivo particular no período de 21/12/2009 a 24/03/2010, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 16 para perceber na Classe A – Nível 17, correspondente ao valor de R$: 1.578,62 (Um Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Sessenta e Dois Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 389/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder ***LICENÇA MATRIMONIAL*** *pelo período de* ***20 (vinte) dias consecutivos****, durante o período de 26/07/2021 a 14/08/2021, ao* Senhor ***CICERO CARLOS DE FREITAS*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1691, no cargo de **Agente de Manutenção – Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, em conformidade *com a Edital de Proclamas nº 1246/21* e de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 94 - III e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 387/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/08*/2021, com término em 31/08/2021*, *referente ao período aquisitivo de 19/12/2019 à 18/12/2020,* ao senhor ***MAYKON DOUGLAS SOUZA ANGELI*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1503, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 383/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA, **a partir do dia 07/07/2021**, o Senhor ***NILSON BERTINATI*****,** servidor comissionado com matrícula no RH nº. 2012, no cargo de **Coordenador de Meio Ambiente e Turismo** lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 388/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora ***NEIDE MARIA FERRONATO PELLE*****,** servidora comissionada com matricula no RH nº. 2017 no cargo de Coordenadora de Habitação Popular, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com Art. 73, I, da Lei Municipal nº 218/99.

Artigo 2º. – Fica determinado à Coordenadoria de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 16/07/2021, transferindo os encargos salariais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com os Arts. 74 a 76 da Lei Municipal nº 218/1999 e com a Lei Federal nº 8.213/1991.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 052/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1248, por meio de seu Pregoeiro nomeado, pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do Tipo **Menor Preço Por ITEM** para o REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT,** conforme **Termo de Referencia – ANEXO I** do Edital.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL 10.520/02.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- **23/07/2021**

Horário:---------- Das 07h30minh às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: ---------- **23/07/2021**

Horário: ---------- Às 08h00minh (Horário de Local-MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557 1248,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13:00min as 17:00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 12 de Julho de 2021.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria 002/2021

PORTARIA Nº. 391/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER o **direito a 04 (Quatro) dias de folga, nos dias 06 a 09 de Julho de 2021,** sem prejuízo de sua remuneração, a senhora ***NEIVA FARTO DE CARVALHO*****,** servidora efetiva, com matrícula no RH nº. 772, admitida em 07/06/2006, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento **desta Prefeitura,** ***em razão de o servidor ter prestado relevantes serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2020,*** conforme previsão do Artigo 98 da Lei Federal nº. 9.504/97.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Julho de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE PORTARIAS DE PESSOAL (906 E 907) REALIZADO EM JUNHO DE 2021 PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO

PORTARIA Nº 906 DE 01 DE JUNHO DE 2021

O Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ARIELZO DA GUIA E CRUZ, no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto 019, de 23 de Janeiro de 2017, alterado pelo Decreto 020, de 22 de Janeiro de 2018.

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 2º do Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO os Memorandos: 404/SEMAS/ADM/2021, 402/RH/SMS/2021, 323/RH/SMS/2021, 249/RH/SMS/2021, 247/SEMAS/ADM/2021, 168/SEMAS/ADM/2021, 191/SINFRA/2021, 161/RH/SMS/2021, 553/RH/SMS/2021,424/SINFRA/2021, 080/SEMAS/ADM/2021, 042/PROCON/2021, 266/DGPP/SEMEC/2021, 514/DGPP/SEMEC/2021, 175/DGPP/SEMEC/2021, 137/DGPP/SEMEC/2021, 448/DGPP/SEMEC/2021, 049/PROCON/2021, 246/DL/SAD/2021, 225/SEAPA/2021, 173/DGPP/SEMEC/2021;

CONSIDERANDO os Protocolos: 16220/2021,11597/2021, 16259/2021, 16794/2021, 19396/2021, 17981/2021, 17253/2021, 17537/2021, 19865/2021, 20375/2021, 10485/2021, 6298/2021, 18899/2021, 11137/2021, 16331/2021, 2927/2021, 14895/2021, 2876/2021, 8622/2021;

RESOLVE

Art. 1º Alterar a Escala de Férias Anual – EFA/2021, aprovada pela Portaria n.º 1507, de 16 de dezembro de 2020, em seus Anexos, dos servidores abaixo relacionados das Secretarias abaixo especificadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – ANEXO I					
REGISTRO	NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE USUFRUTO	
107404	ROMILDO GODOIS FARIAS	16/07/2020	15/07/2021	10/01/2022	08/02/2022
107224	KERVERSON MUSULI DA SILVA	05/04/2020	04/04/2021	02/08/2021	31/08/2021
101695	JESIEL FERNANDES DA SILVA	03/10/2019	02/10/2020	02/08/2021	16/08/2021
001078	ADAO VIEIRA PEREIRA	09/09/2019	08/09/2020	02/08/2021	31/08/2021
107228	SINVAL RIBEIRO DE SOUZA	05/04/2020	04/04/2021	02/08/2021	31/08/2021
104485	LINDOMAR DA SILVA POHU	16/07/2020	15/07/2021	02/08/2021	31/08/2021
000332	ONIVALDO MARQUES	01/09/2020	31/08/2021	01/08/2022	30/08/2022
107218	MARCIO NASCIMENTO DA SILVA	05/04/2020	04/04/2021	01/09/2021	30/09/2021
107246	ANTONIA DE SOUZA SILVA DOS SANTOS	11/04/2020	10/04/2021	01/09/2021	30/09/2021
106943	MAGDA DOS SANTOS PIRES	22/11/2019	21/11/2020	01/09/2021	15/09/2021
108862	IDELCI MARTINS FERREIRA	01/06/2020	31/05/2021	06/12/2021	04/01/2022
000216	ROQUE RODRIGUES	13/01/2020	12/01/2021	01/12/2021	30/12/2021
101729	JOSE CARLOS BARROS SOBRAL	17/11/2019	16/11/2020	01/12/2021	30/12/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ANEXO II					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
104250	SOLANGE PEREIRA COUTO	10/03/2020	09/03/2021	03/01/2022	02/02/2022
107394	KARINA ANDRIANI ARDENGHI	16/07/2020	15/07/2021	20/12/2021	03/01/2022
107394	KARINA ANDRIANI ARDENGHI	16/07/2020	15/07/2021	04/01/2022	18/01/2022
001691	ROSIMEIRE GIMENEZ PEREIRA	18/03/2019	17/03/2020	01/01/2022	30/01/2022
101806	ELIANE DA SILVA DIAS	16/01/2020	15/01/2021	01/01/2022	10/01/2022
108856	VALERIA LEONARDI	01/06/2020	31/05/2021	14/01/2022	28/01/2022
101337	CRISTIANE VARANDA VENTRESQUI	17/05/2020	16/05/2021	03/01/2022	22/01/2022
108699	NADIR APARECIDA DOS REIS	18/03/2020	17/03/2021	01/02/2022	02/03/2022
001952	RUNEI SALES DA SILVA	16/05/2020	15/05/2021	01/03/2022	30/03/2022
108903	NILZETE GONCALVES MARQUES	01/07/2020	30/06/2021	01/06/2022	30/06/2022
101478	SARAH MONALISA DA SILVA	18/07/2020	17/07/2021	01/07/2022	30/07/2022
107988	LIDIA MARIA KROHLING MOTA	08/10/2020	07/10/2021	12/07/2022	10/08/2022
107392	DAIANA CIRIACO DA SILVA	16/07/2020	15/07/2021	01/07/2022	30/07/2022
103666	IZABEL FEITOSA DELMONDES FELIX	11/08/2020	10/08/2021	18/07/2022	16/08/2022
104240	DIELLI JACINTHO DA SILVA	02/03/2020	01/03/2021	18/07/2022	16/08/2022
001711	CLAUDENICE BELINELLO DOS SANTOS	18/03/2020	17/03/2021	01/07/2022	30/07/2022
001597	JOAQUIM CABOCLO LANDIM	14/02/2020	13/02/2021	26/08/2021	14/09/2021
103655	MARIA DE LOURDES VITORINO	11/08/2020	10/08/2021	16/08/2021	30/08/2021
				31/01/2022	14/02/2022
001969	RENALDO SALLES DA SILVA	19/12/2020	18/06/2021	01/08/2021	20/08/2021
101649	ROMULO CEZAR RIBEIRO DA SILVA	20/09/2019	19/09/2020	18/08/2021	27/08/2021
				11/11/2021	30/11/2021
108197	JULIA MAGRO MACHADO	07/11/2019	06/11/2020	02/08/2021	16/08/2021
004496	SHEILA FANTIN BURATTI	16/10/2019	15/10/2020	08/09/2021	17/09/2021
001733	IZABEL RODRIGUES DE AMORIM	18/03/2020	17/03/2021	16/08/2021	14/09/2021
101341	NOEMIA FERREIRA DA SILVA	17/05/2020	16/05/2021	16/08/2021	30/08/2021
				03/01/2022	17/01/2022
106824	KETULA KAIANARA SANTOS CARVALHO	05/10/2019	04/10/2020	15/08/2021	30/08/2021
103812	VALQUIRIA CABRAL DA SILVA	06/01/2020	05/01/2021	16/08/2021	08/09/2021
101482	SARA DE ALMEIDA ALVES SIMÕES	19/07/2019	18/07/2020	11/08/2021	20/08/2021
				15/12/2021	24/12/2021
103836	VANDERLIZE LEITE DA SILVA	06/01/2020	05/01/2021	08/09/2021	07/10/2021
004387	MARIA DE FATIMA MORENO CAMARÇO	01/06/2019	31/05/2020	20/09/2021	02/10/2021
103894	LUCIMAR DA SILVA DIFRANCESCHI	06/01/2020	05/01/2021	13/09/2021	12/10/2021
103791	TEREZINHA DA COSTA SOUSA	06/01/2020	05/01/2021	17/09/2021	16/10/2021
103595	KEDMA DAYSA MARTINS SOUZA	14/07/2017	20/12/2019	06/09/2021	20/09/2021
				16/11/2021	30/11/2021
		21/12/2019	20/12/2020	04/04/2022	18/04/2022
				20/06/2022	04/07/2022
004358	NATALIA SANTANA DUTRA	15/05/2017	21/10/2019	06/09/2021	20/09/2021
				16/11/2021	30/11/2021
		22/10/2019	21/10/2020	04/04/2022	18/04/2022
				20/06/2022	04/07/2022
000619	MARIA OZANA FERREIRA DA SILVA	02/01/2020	01/01/2021	04/10/2021	02/11/2021
108857	BEATRIZ MENDES RODRIGUES	01/06/2020	31/05/2021	04/10/2021	02/11/2021
103904	NIRLEI MARIA BALDO PEDROZO	06/01/2020	05/01/2021	11/11/2021	30/11/2021
004936	SANDRA ALBUQUERQUE	09/05/2020	08/05/2021	20/12/2021	03/01/2022
004292	EDITE COELHO GONCALVES GOULART	02/05/2020	01/05/2021	17/12/2021	31/12/2021
104246	SANDRELIA GOMES MACHADO	10/03/2020	09/03/2021	31/12/2021	30/01/2022
101477	MIRIELE DAIANE PEREIRA	18/07/2020	17/07/2021	13/12/2021	11/01/2022
103796	MARILZA GONÇALVES DA COSTA	06/01/2020	05/01/2021	20/12/2021	03/01/2022
102358	CLAUDINEI EDUARDO PEREIRA	13/11/2019	12/11/2020	01/12/2021	30/12/2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – ANEXO III					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
103254	GISELE YNGREDE SANTOS	24/02/2020	23/02/2021	16/08/2021	25/08/2021
				07/02/2022	16/02/2022
107373	LEONARDO DARINI DA SILVA	16/07/2020	15/07/2021	18/08/2021	27/08/2021
				05/01/2022	14/01/2022
				01/06/2022	10/06/2022
107366	MARIANA DELLA PORTE RIBEIRO	16/07/2020	15/07/2021	18/08/2021	27/08/2021
				12/01/2022	21/01/2022
				01/06/2022	10/06/2022
001175	NEUZI APARECIDA MARTINS	01/07/2020	30/06/2021	02/08/2021	31/08/2021
107388	JOSELHO BARBOZA DE OLIVERIA	16/07/2020	15/07/2021	08/09/2021	07/10/2021
104475	MARLI MOTT BOLIGON VIEIRA	01/07/2019	30/06/2020	08/09/2021	22/09/2021
103066	SUELEN LARISSA CARDOSO	22/01/2020	21/01/2021	09/09/2021	08/10/2021
103726	VERALICE MARIA COSTA	03/11/2019	02/11/2020	04/10/2021	02/11/2021
		03/11/2020	02/11/2021	04/10/2022	02/11/2022
103742	FRANCIANE OLIVEIRA PEREIRA MACEDO	19/11/2019	18/11/2020	16/11/2021	30/11/2021
103692	LUCIVANY ROCHA BEZERRA	08/12/2019	07/12/2020	06/12/2021	20/12/2021
107698	MATHEUS RODRIGUES DE SOUZA	26/07/2020	25/07/2021	27/12/2021	13/01/2022
				16/05/2022	27/05/2022
105313	OLAURINDA BARBOSA DE SOUZA	19/12/2019	18/12/2020	06/12/2021	05/01/2022
107369	VICTOR DOS SANTOS SOUZA	16/07/2020	15/07/2021	10/01/2022	19/01/2022

				01/02/2022	20/02/2022
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANEXO IV					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
108830	NATHALIA CHRISTINA DA SILVA CIRINO	16/04/2020	15/04/2021	02/08/2021	11/08/2021
				03/01/2022	12/01/2022
109200	NEIDE TERESINHA CONSTANTE SILVA	11/01/2021	10/01/2022	12/01/2022	10/02/2022
108399	SIRLEI PINTO DA CUNHA	10/02/2020	09/02/2021	03/01/2022	17/01/2022
108630	JANIELLE FRANCA ORMONDE	13/03/2020	12/03/2021	18/08/2021	27/08/2021
101560	CAMILA REGINA LIMA GUIMARAES	01/08/2019	31/07/2020	30/09/2021	29/10/2021
108349	EULANE PIERIN SOUZA SANTOS	02/01/2020	01/01/2021	11/10/2021	25/10/2021
102282	THAFILLA CRISTINA DA SILVA ARAUJO	01/08/2020	31/07/2021	04/10/2021	02/11/2021
103510	KAROLINE ARAUJO DE MIRANDA	14/05/2020	13/05/2021	20/12/2021	03/01/2022
				24/02/2022	04/03/2022
108829	SUZANA PRZYBYSZEWSKI BARROS	15/04/2020	14/04/2021	22/11/2021	01/12/2021
105983	SONIA DE FATIMA PAES FARIAS	15/01/2020	14/01/2021	15/12/2021	13/01/2022
101797	LUCIENE RODRIGUES NOGUEIRA	16/01/2020	15/01/2021	02/12/2021	31/12/2021
108345	TAMYLA VIANA DA SILVA ANGOLA	02/01/2020	01/01/2021	02/08/2021	16/08/2021
				14/12/2021	28/12/2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – ANEXO V					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
001670	ROGERIO DO NASCIMENTO LACERDA	01/03/2020	28/02/2021	01/02/2022	02/03/2022
101323	LORENA DANIELLE SANTOS SILVA	17/05/2020	16/05/2021	02/05/2022	16/05/2022
002503	LUZIA CELIA SILVA	22/04/2020	21/04/2021	12/08/2021	31/08/2021
103032	RANIERI OLIVEIRA QUIRINO COSTA	19/11/2019	18/11/2020	13/10/2021	22/10/2021
000043	ANIZIO ONOFRE DE SOUZA	19/02/2020	18/02/2021	01/11/2021	30/11/2021
001888	EDILAINE DE MORAES FRANCA	16/05/2020	15/05/2021	01/10/2021	30/10/2021
001982	ROSELI GOMES DE ASSIS SANTOS	06/06/2020	05/06/2021	03/12/2021	02/01/2021
103738	DANIELLE GEROLIN RIBEIRO	18/11/2019	17/11/2020	20/10/2021	29/10/2021
001624	TATIANE GARCIA DAVILA COUTO	14/02/2019	13/02/2020	20/10/2021	29/10/2021
106603	LUANA MENDES DE FARIA ALVES	10/08/2019	09/08/2020	03/11/2021	12/11/2021
103492	ADELSON KADUCH	05/05/2020	04/05/2021	02/08/2021	11/08/2021
				08/09/2021	17/09/2021
				03/11/2021	12/11/2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ANEXO VI					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
001840	JOSE ONIAS DOS REIS	16/05/2020	15/05/2021	01/08/2021	30/08/2021
107571	SAMILA STEFANIA DE SOUZA	22/07/2020	21/07/2021	02/08/2021	31/08/2021
107517	ALAIS SUZANA MAIER GRIGULO	22/07/2020	21/07/2021	16/08/2021	30/08/2021
				17/01/2022	31/01/2022
103329	SIMONE DOS SANTOS ARANTES	01/01/2020	31/12/2020	01/08/2021	30/08/2021
108404	ISABELLA REGINA DE SOUZA LIMA	03/02/2020	02/02/2021	08/09/2021	17/09/2021
107510	DAYANE PADILHA DE FRANÇA ROCHA	22/07/2020	21/07/2021	17/09/2021	01/10/2021
107471	CHARLLES ICARO TOLEDO PEREIRA	22/07/2020	21/07/2021	13/09/2021	27/09/2021
				27/12/2021	10/01/2022
001735	BENICIA FERREIRA DE SOUZA BARBOSA	18/03/2019	17/03/2020	04/10/2021	18/10/2021
105322	ADRIANA GONCALVES VACCARI RIGUI	02/01/2020	01/01/2021	04/10/2021	18/10/2021
004320	CYNTIA PEREZ MONTERO OLIVEIRA	02/01/2019	01/01/2020	01/10/2021	30/10/2021
000854	ANA ELZA ALVES DA SILVA	21/07/2019	20/07/2020	07/12/2021	21/12/2021
001930	ELVANDRO LIMA VIANA	20/05/2020	19/05/2021	01/12/2021	30/12/2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – ANEXO VII					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
107374	JESSIKA SUELLEM DA SILVA	16/07/2020	15/07/2021	03/03/2022	01/04/2022
GABINETE DO PREFEITO – ANEXO VIII					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
104474	MARIA RAMOS CAVALCANTE LACERDA	01/06/2020	31/05/2021	01/02/2022	02/03/2022
101320	NICOLE VENANCIO CEZARIO	17/05/2019	16/05/2020	13/09/2021	27/09/2021
107367	RAFAELA POSTERLLI DE SOUZA	16/07/2020	15/07/2021	20/12/2021	18/01/2022
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – ANEXO IX					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
105620	DIONATAN ARAUJO SARABIA	01/03/2020	28/02/2021	12/08/2021	31/08/2021
004587	AGNALDO SOARES DAMACENA	15/02/2020	14/02/2021	01/09/2021	10/09/2021
				22/12/2021	08/01/2022
005306	KELVIN SHIN ITI KABEYA	14/08/2020	13/08/2021	21/12/2021	07/01/2022
				16/05/2022	27/05/2022
101327	MARLENE SHILVIA LOPES SANTOS	17/05/2020	16/05/2021	20/12/2021	31/12/2021
				14/03/2022	31/03/2022
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – ANEXO X					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
102247	ILUSKA FLAVIA DE CARVALHO DIAS	22/06/2019	21/06/2020	02/08/2021	13/08/2021
103744	ELTON DA SILVA	19/11/2019	18/11/2020	13/10/2021	22/10/2021
004528	JANETE ANSCHAU	03/01/2020	02/01/2021	18/10/2021	27/10/2021
				07/02/2022	26/02/2022
108015	SABRINA STEFFANY SOLDA	08/10/2020	07/10/2021	11/10/2021	09/11/2021
107375	EDRIWEIZZER FURTADO DOS SANTOS	16/07/2020	15/07/2021	04/10/2021	02/11/2021
103628	LEIDY ANNE DA SILVA POHU	21/07/2020	20/07/2021	27/12/2021	15/01/2022
				04/07/2022	13/07/2022

Art. 2º Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, 45º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON - Prefeito Municipal; ARIELZO DA GUIA E CRUZ - Secretário Municipal de Administração; MARCOS SCOLARI - Secretário Municipal de Infraestrutura; GICELLY MARIA LORENZI ZANATTA SOUSA - Secretária Municipal de Saúde; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES - Secretário Municipal de Educação; ANGELA NASCIMENTO DA SILVA - Secretária Municipal de Fazenda; ANA LUCIA ADORNO DE SOUZA - Secretária Municipal de Assistência Social; ADÃO LEITE FILHO - Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento; ROGERIO RIO -Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MAGNO CÉSAR FERREIRA - Secretário Municipal de Meio Ambiente

PORTARIA Nº 907 DE 01 DE JUNHO DE 2021

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **ARIELZO DA GUIA E CRUZ,** no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO: O artigo 71, Lei Complementar 006 de 21 de junho de 1.994, alterado pela Redação dada pela Lei Complementar n.º 237, de 07/02/2019 o qual estabelece o que o Servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

CONSIDERANDO o Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 376, de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre férias e regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria 039 de 03/01/2020 e Portaria 1507 de 16/12/2020 e posteriores alterações, que dispõe sobre a Escala Anual de Férias para o exercício de 2021 e posteriores alterações.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o pagamento das férias acrescidas de 1/3 de férias na Folha de Férias de Junho de 2021 e usufruto nos períodos abaixo, aos servidores relacionados:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo	Período Usufruto	Férias/Abono
14937-1	ALEXANDRE JOSÉ SILVEIRA	07/10/2019 - 06/10/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
12257-1	ALLANY ALVES DOS ANJOS	10/07/2020 - 09/07/2021	14/06/2021 - 28/06/2021	15/0
1894-1	ANANIAS LIMA DE SA	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
12304-1	ANGELA NASCIMENTO DA SILVA	11/08/2019 - 10/08/2020	07/06/2021 - 21/06/2021	15/0
1901-1	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
13364-3	BRUNA APARECIDA FERREIRA	16/07/2019 - 15/07/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
13471-2	CINARIA BATISTA COIMBRA	15/08/2019 - 14/08/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
1711-1	CLAUDENICE BELINELLO	18/03/2019 - 17/03/2020	15/06/2021 - 14/07/2021	30/0
13712-1	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	16/10/2019 - 15/10/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
11952-2	CRISLAINE MARCELA DE JESUS	06/01/2020 - 05/01/2021	07/06/2021 - 24/06/2021	18/0
11096-1	CRISTINA SANTOS PEREIRA	19/07/2019 - 18/07/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
10841-2	DANIEL FRANCO FELIPPE	05/09/2019 - 04/09/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
11776-1	DANILA PEQUENO SANTANA	16/07/2019 - 15/07/2020	14/06/2021 - 28/06/2021	15/0
14317-1	DAYANE PADILHA DE FRANÇA	22/07/2020 - 21/07/2021	11/06/2021 - 25/06/2021	15/0
15642-1	DEBORA CARLA DE OLIVEIRA NUNES	01/06/2020 - 31/05/2021	01/06/2021 - 20/06/2021	20/0
1832-1	DIVINO DE ARAUJO	16/05/2020 - 15/05/2021	02/06/2021 - 01/07/2021	30/0
12284-1	DOUGLAS ARAUJO GIMENEZ	14/07/2019 - 13/07/2020	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
10823-6	EDEMAR DA SILVA BROL	03/08/2019 - 02/08/2020	15/06/2021 - 29/06/2021	15/0
5173-2	EDMAR ALVES BATISTA	11/02/2020 - 10/02/2021	21/06/2021 - 14/07/2021	24/0
12343-1	EDMAR FELIX DA SILVA	21/11/2019 - 20/11/2020	14/06/2021 - 03/07/2021	20/0
12339-1	EDNA TEIXEIRA DA ISPLENDA	17/10/2019 - 16/10/2020	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
248-1	EDSON QUIRINO DE OLIVEIRA	06/07/2020 - 05/07/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
5208-1	EVANGELISTA FERREIRA JARDIM	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
2946-2	FAGNER SILVA BRITO	06/01/2020 - 05/01/2021	07/06/2021 - 18/06/2021	12/0
1839-1	FRANCISCO SANTOS	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
15504-1	GECIANE ARAUJO DOS SANTOS	18/03/2020 - 17/03/2021	07/06/2021 - 21/06/2021	15/0
3526-1	GISELLE MACHADO DIAS	12/03/2020 - 11/03/2021	07/06/2021 - 26/06/2021	20/0
12308-1	GLEDISGTHON JOSE NASCIMENTO	11/08/2019 - 10/08/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
1893-1	ILDO MARTINS	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
13740-2	INES MARTINS DE SOUZA	18/03/2020 - 17/03/2021	07/06/2021 - 21/06/2021	15/0
3415-1	JANETE TEIXEIRA DOS SANTOS	14/08/2019 - 13/08/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
1935-1	JEOVANIA MARCIA DE OLIVEIRA	16/05/2020 - 15/05/2021	16/06/2021 - 15/07/2021	30/0
2636-3	JESIEL ERLEN DE SIQUEIRA	09/05/2020 - 08/05/2021	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
14570-1	JESSICA FERNANDES DUARTE	02/08/2020 - 01/02/2021	23/06/2021 - 12/07/2021	20/0
12259-1	JESSICA NAIARA BARBATO SOARES	14/07/2019 - 13/07/2020	21/06/2021 - 05/07/2021	15/0
13259-2	JOAO BATISTA OENNING	07/10/2019 - 06/10/2020	15/06/2021 - 14/07/2021	30/0
1630-1	JOAO MARIA RIBEIRO DA LUZ	14/02/2020 - 13/02/2021	01/06/2021 - 15/06/2021	15/0
14247-1	JOSIEL FAUSTINO DA CRUZ	16/07/2019 - 15/07/2020	04/06/2021 - 18/06/2021	15/0
14206-1	JOYCE BARBOSA DE FREITAS	16/07/2019 - 15/07/2020	04/06/2021 - 18/06/2021	15/0
12209-1	JULIANA CONCEIÇÃO MESQUITA	16/04/2019 - 15/04/2020	02/06/2021 - 16/06/2021	15/0

13577-2	KATIANE HOEPERS	09/04/2020 - 08/04/2021	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
518-4	LAFAIETE PAUKA LOYOLA NETTO	01/09/2019 - 31/08/2020	09/06/2021 - 18/06/2021	10/0
12283-1	LENI PEREIRA PEDROSA	14/07/2019 - 13/07/2020	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
3296-1	LINDOMAR ALVES PECANHA	02/05/2020 - 01/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
5211-1	LOURIVAL RISSI	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
1525-1	LUCIANE VERONESE ANDRADE	09/07/2019 - 08/07/2020	24/06/2021 - 05/07/2021	12/0
11033-1	LUCIENE BENEDITO DA SILVA	17/05/2019 - 16/05/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
11072-1	MAIARA GANDOLFI	21/06/2019 - 20/06/2020	07/06/2021 - 21/06/2021	15/0
11073-1	MARIA CARMELITA MEDEIROS	21/06/2019 - 20/06/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
3082-4	MARLENE SHILVIA LOPES SANTOS	17/05/2019 - 16/05/2020	14/06/2021 - 25/06/2021	12/0
12401-1	MARLI FRANCISCA DE MAGALHÃES	06/01/2020 - 05/01/2021	14/06/2021 - 13/07/2021	30/0
549-1	MARTIDES DE SOUZA LOBO MALACO	06/06/2020 - 05/06/2021	15/06/2021 - 14/07/2021	30/0
1483-1	MARTINS CONCEICAO DE MOURA	08/05/2020 - 07/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
12098-4	MAYCON JUNIOR OLIVEIRA	12/02/2020 - 11/02/2021	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
13493-2	NIEDJA ALVES DE SOUZA	17/02/2020 - 16/02/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
15245-1	NILTA AMERICO AMANCIO	20/02/2020 - 19/02/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
2196-1	PEDRO DE OLIVEIRA	19/02/2020 - 18/02/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
12691-3	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	04/09/2019 - 03/09/2020	08/06/2021 - 07/07/2021	30/0
12320-1	RAFAEL SILVA REZENDE	01/09/2019 - 31/08/2020	01/06/2021 - 15/06/2021	15/0
3446-2	RAONY CRISTIANO BERTO	23/07/2019 - 22/07/2020	07/06/2021 - 26/06/2021	20/0
10851-5	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	07/10/2019 - 06/10/2020	05/06/2021 - 19/06/2021	15/0
13270-4	RENAN MOURA TORRES	01/11/2019 - 31/10/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
13397-2	RICHARD PESSOA DE SOUZA	01/11/2019 - 31/10/2020	15/06/2021 - 14/07/2021	30/0
3050-2	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	04/11/2019 - 03/11/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
1806-2	ROSELI FERREIRA DA CRUZ	06/01/2020 - 05/01/2021	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
13258-3	SABRINA PAULA DA SILVA	16/07/2019 - 15/07/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
10806-3	SELIEL BINDANDE	01/07/2020 - 30/06/2021	15/06/2021 - 14/07/2021	30/0
1828-1	SILVANIO RODRIGUES MOTA	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
12251-1	SUELI MARIA DE SOUZA	01/07/2019 - 30/06/2020	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
11231-1	TANIA MARCINA CORREIA DA SILVA	17/11/2019 - 16/11/2020	07/06/2021 - 06/07/2021	30/0
12321-1	TASSIA CAMILA DOS SANTOS	05/09/2019 - 04/09/2020	14/06/2021 - 23/06/2021	10/0
14177-1	TIAGO ARNO SALDANHA KLOECKNER	16/07/2019 - 22/05/2021	01/06/2021 - 24/06/2021	24/0
15483-1	TIAGO BARBOSA MAGALHAES	13/03/2020 - 12/03/2021	10/06/2021 - 24/06/2021	15/0
595-1	VALBERTO AFONSO TORRES	02/07/2020 - 01/07/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
5213-1	VALDIR JOAQUIM DE SOUZA	16/05/2020 - 15/05/2021	01/06/2021 - 30/06/2021	30/0
13075-2	VANESSA MELATO DA SILVA	22/07/2019 - 21/07/2020	14/06/2021 - 03/07/2021	20/10
14204-1	YARA CAVALARI DE MORAIS	16/07/2019 - 15/07/2020	21/06/2021 - 10/07/2021	20/0

Art. 2º Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao Primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, 45º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON - Prefeito Municipal; ARIELZO DA GUIA E CRUZ - Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÕES ELÉTRICAS NAS UNIDADES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT**. A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 23 de Julho de 2021 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 12 de Julho de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1048 DE 12 DE JULHO DE 2021

PORTARIA Nº 1048 DE 12 DE JULHO DE 2021

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO alínea **a)** do **Art. 3º** do Edital Complementar nº 004/2021 de 09/06/2021 o qual convocou os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2018 Homologado via Decreto nº. 121 de 08/05/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. INFORMAR a não posse dos candidatos convocados por meio do Edital Complementar nº. 004/2021 de 09/06/2021, nomeados por meio da Portaria nº. 941/2021 de 09/06/2021, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano XVI, nº. 3.746 em 22/04/2021, os quais não compareceram conforme a alínea **a)** do **Art. 3º** doEdital Complementar 004/2021 de 09/06/2021, ficando desclassificados.

Cargo:	PROFESSOR DAS SÉRIES FINAIS (SFEF)	

Perfil Profissional:	EDUCAÇÃO FÍSICA												
Nível:	SUPERIOR COMPLETO												
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										
200281	CAROLINA COSTA SILVA	14877953 - SSP/MT	29/07/1983	5	7	14	26	9,5	0	35,5	8	
		CLASSIFICADO										

Cargo:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO											
Perfil Profissional:	PEDAGOGIA											
Nível:	SUPERIOR COMPLETO											
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										
206164	ELIANE DA SILVA	2151119-5 - SESP/MT	05/03/1990	5	10	16	31	5,5	2	38,5	129	DN
		CLASSIFICADO										

Cargo:	TÉCNICO DE APOIO INFANTIL									
Nível:	MÉDIO COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
200828	SIMONE GONÇALVES RIBEIRO	12854506 - SESP/MT	19/04/1979	6	4	2	2	9	23	85	MAT
		CLASSIFICADO									
205836	WÉRICA MIRLEN DUARTE SILVA	15759873 - SSP/MT	24/04/1984	6	4	2	2	9	23	86	DN
		CLASSIFICADO									
200581	JAMYLLE DA SILVA SOUZA	24151009 - SSP/MT	20/05/1994	6	4	3	2	8	23	88	CG
		CLASSIFICADO									

Cargo:	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL										
Perfil Profissional:	TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL										
Nível:	MÉDIO COMPLETO										
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206825	LEANDRO ELIAS ZWAN	5084228468 - SJS RS/RS	25/04/1986	5	7	4	3	6	25	31	MAT
		CLASSIFICADO									
207979	GILBERTO AGUIAR BRANDÃO JUNIOR	1773111-9 - SSP/MT	14/09/1994	4	4	4	4	9	25	32	LP
		CLASSIFICADO									

Cargo:	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL									
Perfil Profissional:	TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS									
Nível:	MÉDIO COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206920	ELBER DE SOUZA CARVALHO	20938365 - SSP/MT	08/01/1992	7	4	3	5	6	25	18	MAT
		CLASSIFICADO									

Art. 2º. INFORMAR que a candidata abaixo relacionada requereu prorrogação de posse, mediante o protocolo nº 20823/2021, de 09/07/2021.

Cargo:	PROFESSOR DAS SÉRIES FINAIS (SFEF)											
Perfil Profissional:	MATEMÁTICA											
Nível:	SUPERIOR COMPLETO											
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										
204043	FABIANA DA SILVA ARAUJO	O3510832008-7 - SSP/MA	03/08/1989	7	6	9	22	6,5	0	28,5	20	
		CLASSIFICADO										

Art. 4º. INFORMAR que sobre a candidata abaixo relacionada foi encaminhado memorando para Assessoria de Apoio Técnico, Administrativo e Legislativo – AATAL para análise de documentação da candidata, mediante protocolo nº 20838/2021, de 09/07/2021.

Cargo:	TÉCNICO DE APOIO INFANTIL									
Nível:	MÉDIO COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206152	LILIA CARLA DA SILVA	16697340 - SSP/MT	01/07/1983	6	4	4	1	8	23	89	LB
		CLASSIFICADO									

Art. 5º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, 45º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2021/SAMAE

RATIFICO, conforme consta no relatório da CPL e no parecer da Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais, o procedimento de **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2021/SAMAE**, referente à **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SAMAE,** oriunda do Pregão Eletrônico Nº 090/2020 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pelo valor de **R$ 35.234,00 (TRINTA E CINCO MIL DUZENTOS SE TRINTA E QUATRO REAIS),** signatário do Procedimento através da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL, CNPJ: 36.656.877/0001-82.**

Tangará da Serra - MT, 12 de Julho de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

SETOR DE LICITAÇÕES SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TANGARÁ DA SERRA (SEMMEA) - LOP (LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA) - LP (LICENÇA PRÉVIA) E LI (LICENÇA DE INSTALAÇÃO)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LOP (Licença de Operação Provisória)** de uma jazida de empréstimo para extração de latossolo vermelho argiloso e cascalho laterítico para Obras Civis Públicas, localizada no Sítio São José, (Lote n.º 60 – Projeto de Assentamento Triângulo) Gleba Triângulo, Zona Rural, no Município de Tangará da Serra – MT. Secretário Municipal de Infraestrutura MARCOS SCOLARI. Tangará da Serra – MT, 08 de julho de 2021.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA** – CNPJ 03.788.239/0001-66, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (SEMMEA), a **LP (Licença Prévia) e LI (Licença de Instalação)** de Projeto Ambiental para Desassoreamento de trecho do Córrego Mutum (1,0 ha), Praça Dona Júlia, Jardim Dona Júlia, no Município de Tangará da Serra – MT. Secretário Municipal de Infraestrutura MARCOS SCOLARI. Tangará da Serra – MT, 08 de julho de 2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2021 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 002/2018

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 002/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 006/2021

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL N° 002/2018 DE 18/12/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Vander Alberto Masson**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Memorando nº 282/DGPP/SEMEC/2021 e o Memorando nº 090/GS/SEMEC/2021;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1048, de 12 de junho de 2021, referente a não posse dos candidatos convocados por meio do Edital Complementar nº 004/2021 Concurso Público 002/2018.

CONVOCA:

Art. 1º Os candidatos aprovados/classificados no Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº. 008/2019, homologado via Decreto nº. 162 de 07/06/2019, publicado no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 12/06/2019, ano VIII edição nº. 1646, para que compareçam nas dependências da Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Pessoal, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, **em até 30 (trinta) dias, conforme Lei Complementar nº. 006/1994, para posse a contar da data desta convocação com os documentos previsto no item 17 do Edital de abertura do concurso e documentos previsto no Anexo I ao VI do Decreto nº 212/2019 e 287/2019**, os candidatos abaixo relacionados:

Cargo:	PROFESSOR DAS SÉRIES FINAIS (SFEF)												
Perfil Profissional:	EDUCAÇÃO FÍSICA												
Nível:	SUPERIOR COMPLETO												
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**	
		SITUAÇÃO FINAL											
200190	MAIRA DE OLIVEIRA POTRICH	25487035 - SEJSP /MT	27/01/1995	5	7	14	26	7	2	35	9		
		CLASSIFICADO											

Cargo:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO											
Perfil Profissional:	PEDAGOGIA											
Nível:	SUPERIOR COMPLETO											
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										
207845	ROSANA GONCALVES AFONSO	13199838 - SSP/MT	09/05/1979	6	9	13	28	7,5	2	37,5	133	LP
		CLASSIFICADO										

Cargo:	TÉCNICO DE APOIO INFANTIL										
Nível:	MÉDIO COMPLETO										
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
203785	ENEDIR SILVA DE CARVALHO	23430036 - SSP/MT	31/12/1996	6	4	4	4	5	23	92	CG
		CLASSIFICADO									

200153	SUELY ALVES DE MIRANDA	25463977 - SEJSP/MT	07/01/1995	6	3	1	5	8	23	93	MAT
		CLASSIFICADO									
200105	ELISÂNGELA PONTES DA SILVA MOREIRA DE LIMA	1442759-1 - SSP/MT	22/03/1979	6	3	3	3	8	23	94	LB
		CLASSIFICADO									

Cargo:		TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL									
Perfil Profissional:		TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL									
Nível:		MÉDIO COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206453	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA MENDES SILVA	594333 - SSP/MT	31/01/1970	8	4	4	1	7	24	33	
		CLASSIFICADO									
200343	QUEILA DE OLIVEIRA MIRANDA	21377200 - SSP/MT	25/12/1991	7	5	5	3	4	24	34	LP
		CLASSIFICADO									

Cargo:		TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL									
Perfil Profissional:		TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS									
Nível:		MÉDIO COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206082	BRUNO FRANÇA DA SILVA	22267107 - SSP/MT	28/04/1994	6	8	3	3	5	25	19	LP
		CLASSIFICADO									

Art. 2º Os candidatos deverão **apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos** constantes na **Instrução Normativa n°. 001/SAD/2014**, conforme Anexos I ao VI, homologada via **Decreto nº 212/2019 e 287/2019** no prazo descrito no artigo 1º deste Edital, no prazo descrito nos artigos **1º** e **4º** deste Edital.

Art. 3º Será desclassificado o candidato que:

Não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital; Não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2014, conforme Anexos I ao VI, homologada via **Decreto nº 212/2019 e 287/2019**;

Ocupar outro cargo público inacumulável com o pretendido, e não apresentar ato ou qualquer documento que comprove o processo de exoneração ou vacância por cargo inacumulável;

Tiver sido demitido ou destituído de cargo em comissão pelo prazo mínimo de cinco anos por justa causa;

Tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos apresentados na posse;

For declarado INAPTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Art. 4º O candidato convocado através deste Edital deverá comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até o dia, **11/08/2021 as 16h00 para entrega dos documentos.**

Art. 5º Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **aos dozedias do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, 45º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 1049 DE 12 DE JULHO DE 2021

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Edital Complementar 006/2021 de 12/07/2021 o qual convocou os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal Homologado via Decreto nº. 163 de 07/06/2019.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os candidatos convocados por meio do Edital Complementar nº. 006/2021, aprovados no Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº. 009/2019, homologado via Decreto nº. 162 de 07/06/2019, publicado no Diário Oficial De Contas em 12/06/2019, ano 8 edição nº. 1646, convocados por meio de Edital Complementar obedecida à ordem de Classificação.

Cargo:		PROFESSOR DAS SÉRIES FINAIS (SFEF)									
Perfil Profissional:		EDUCAÇÃO FÍSICA									
Nível:		SUPERIOR COMPLETO									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										

200190	MAIRA DE OLIVEIRA POTRICH	25487035 - SEJSP /MT	27/01/1995	5	7	14	26	7	2	35	9	
		CLASSIFICADO										

Cargo:	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO											
Perfil Profissional:	PEDAGOGIA											
Nível:	SUPERIOR COMPLETO											
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**FEL**	**CE**	**PO**	**PR**	**AT**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL										
207845	ROSANA GONCALVES AFONSO	13199838 - SSP/MT	09/05/1979	6	9	13	28	7,5	2	37,5	133	LP
		CLASSIFICADO										

Cargo:	TÉCNICO DE APOIO INFANTIL										
Nível:	MÉDIO COMPLETO										
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
203785	ENEDIR SILVA DE CARVALHO	23430036 - SSP/MT	31/12/1996	6	4	4	4	5	23	92	CG
		CLASSIFICADO									
200153	SUELY ALVES DE MIRANDA	25463977 - SEJSP/MT	07/01/1995	6	3	1	5	8	23	93	MAT
		CLASSIFICADO									
200105	ELISÂNGELA PONTES DA SILVA MOREIRA DE LIMA	1442759-1 - SSP/MT	22/03/1979	6	3	3	3	8	23	94	LB
		CLASSIFICADO									

Cargo:	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL										
Perfil Profissional:	TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL										
Nível:	MÉDIO COMPLETO										
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206453	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA MENDES SILVA	594333 - SSP/MT	31/01/1970	8	4	4	1	7	24	33	
		CLASSIFICADO									
200343	QUEILA DE OLIVEIRA MIRANDA	21377200 - SSP/MT	25/12/1991	7	5	5	3	4	24	34	LP
		CLASSIFICADO									

Cargo:	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL										
Perfil Profissional:	TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS										
Nível:	MÉDIO COMPLETO										
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
206082	BRUNO FRANÇA DA SILVA	22267107 - SSP/MT	28/04/1994	6	8	3	3	5	25	19	LP
		CLASSIFICADO									

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, 45º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO N.º 156, DE **06** DE **JUNHO** DE **2019.**

ALTERA A REDAÇÃO DOS ANEXOS I, II, III, IV, V E VI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SRH N.º 001/2014 – ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARGO EFETIVO, APROVADO PELO DECRETO N.º 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alterados os ANEXOS I, II, III, IV, V e VI, da Instrução Normativa – SRH n.º 001/2014 – Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo, aprovada pelo Decreto n.º 343, de 14 de outubro de 2014, passando a vigorar com as atualizações apresentadas nos novos Anexos, que fazem parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **seis** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e dezenove**, **43º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Prof. **Fábio Martins Junqueira**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

DECRETO N.º 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO N.º 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO I

Exames exigidos para a Avaliação Médica Pericial de Servidores Efetivos

Nos exames e laudos médicos devem constar o nome completo e o número do CPF do mesmo.

Não serão aceitos exames e laudos médicos com rasuras, ilegíveis, que não contenham nome e número do registro do profissional declarante e com mais de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do Edital de Convocação.

I – Para todos os cargos efetivos.	Urina; Hemograma completo; Tipagem sanguínea; Protoparasitológico; Reação sorológica de para Lues (VDRL); Glicemia; Gama GT (gama glutamil transferase); Colesterol total e frações HD e LDL; Teste rápidos (Hepatites A, B e C); PSA (para homens acima de 40 anos de idade); Colpocitologia oncótica (mulheres acima dos 35 anos de idade); Exame Toxicológico; Eletrocardiograma (E.C.G.) com a Avaliação e Laudo Cardiológico, se patológico definir o grau, emitido pelo Profissional Cardiologista; RX de tórax P.A e Perfil e com os laudos correspondentes; Raios X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia, gestacional recente). Avaliação com Laudo de Saúde Física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios X de coluna total), emitido pelo Profissional Ortopedista. Teste Palográfico e com Laudo e Avaliação Psicológica, emitido pelo Profissional Psicólogo.
II – Para cargos efetivos cuja função seja condução de veículos.	**Exames e atestados do item I;** Eletroencefalograma com avaliação neurológica; Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo do olho, laudo e avaliação emitidos pelo Profissional Oftalmologista; Audiometria tonal com Avaliação emitido pelo Profissional Fonoaudiólogo.
III – Para cargos efetivos cuja função seja manipulação de alimentos e bebidas (Nutricionista, Ajudante de Serviços Gerais e Apoio Administrativo Educacional)	**Exames e atestados do item I;** Coprocultura; Bacteriológico de secreção nosofaríngea; Pesquisa de BK no escarro;
IV – Para os cargos efetivos de Professor	**Exames e atestados do item I;** Laringoscopia de cordas vocais com avaliação e laudo do Médico Otorrinolaringologista; Audiometria com Avaliação emitido pelo Profissional Fonoaudiólogo; Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo do olho; Avaliação com Laudo de Saúde Mental (emitido por Médico Psiquiatra).

DECRETO N.º 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO N.º 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO II

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA POSSE ORIGINAL E CÓPIA

I – Para todos os cargos públicos.	Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra; 01 (uma) Foto recente 3x4 (Colorida); Diploma na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; RG; CPF; Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; (Cópia das páginas preenchidas); Extrato do PIS/PASEP, expedido pelo Ministério do Trabalho; Título de eleitor; Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; Certidão de Casamento, ou Certidão de Nascimento, ou Sentença Declaratória de União Estável; Carteira de vacinação atualizada; Certidão de Nascimento dos dependentes; CPF dos dependentes e Cônjuge; CPF dos Pais; Atestado de vacinação dos filhos menores de cinco anos; Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos; Documento de quitação com o serviço militar; Comprovante de Endereço Atual; Conta no Banco BRADESCO; Declaração de Imposto de Renda e situação cadastral junto à Receita Federal; Certidão Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º graus, comprovando a existência e inexistência de ações civis e criminais (com trânsito em julgado); Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instancias de 1º e 2º graus, comprovando a existência e inexistência de ações civis e criminais (com trânsito em julgado); Certidão Negativa de débitos: a) Receita Federal; b) Secretaria de Fazenda do Estado e Municipal; Declaração da ficha limpa, conforme Anexo III; Declaração de grau de parentesco, conforme Anexo IV; Declaração de Não Acumulação de Cargos Públicos, conforme Anexo V; Cópia do pedido de vacância ou pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo incalculável; Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, conforme Anexo VI;

	Todos os documentos relacionados no Edital de Abertura do Concurso na tabela: Cargos / Requisitos Básicos / Vencimentos / Carga Horária Semanal / Vagas.
II - Para os cargos com Profissão regulamentada.	**2.1 Documentos dos itens 1.1 a 1.29;** **2.2** Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; **2.3** Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão (suspensão, etc.); **2.4** Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.
III - Para os cargos de Motoristas e Operadores de Máquina.	**3.1 Documentos dos itens 1.1 a 1.29;** **3.2** Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria D ou E

DECRETO Nº 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO Nº 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO DA FICHA LIMPA

EU, _, inscrito no RG n. _, portador do CPF n. _, residente e domiciliado ___, Telefone: ____ DECLARO para os devidos fins do Art. n. 1º da Lei Municipal n. 3.555 de 04 de maio de 2011, que minha nomeação para este cargo:

a. ( ) Não configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa).

b. ( ) Configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa).Descrever a situação funcional ___.

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a ocupação de cargo em comissão que atente contra os requisitos de investidura estampados na Lei Municipal n. 3.555 de 04 de maio de 2011 constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra/MT, _de __ de __.

Nome Completo

Fone: ___

DECRETO Nº 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO Nº 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO IV

DECLARAÇÕES DE GRAU DE PARENTESCO (NÃO NEPOTISMO)

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, **DECLARO** para os devidos fins do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT e Súmula Vinculante 13 do STF, que minha nomeação para este cargo não configurará NEPOSTISMO, de modo que:

ATESTO a (IN)EXISTÊNCIA de vínculo de parentesco civil (em linha reta, colateral e/ou por afinidade) de até 3º Grau com os seguintes agentes públicos, políticos e servidores:

CARGO	SIM	NÃO	NOME	PARENTESCO
Prefeito				
Vice-Prefeito				
Secretários Municipais				
Vereadores				
Diretores de Autarquia				
Servidores investidos em Cargo de Chefia e/ou Assessoramento				
Defensores Públicos deste Município				
Magistrados deste Município				
Promotores Públicos deste Município				
Demais servidores efetivos				
Servidores Comissionados				
Demais servidores Contratados				

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que nepotismo constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

DECRETO Nº 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO Nº 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO V

Declaração de Acumulação ou Não de Cargo Público

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___, estado_____, **DECLARO** para os devidos fins do **artigo n. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988**, que minha nomeação para este cargo:

( ) **NÃO CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública.**

( ) **CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública,** pois ocupo outro cargo público conforme descrito:

Órgão/Entidade	Cargo Ocupado	Carga horaria	Horário de trabalho, (entrada, saída e intervalo)

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a acumulação ilícita de cargo público constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

Tabela de acumulação lícita de cargo, emprego ou função pública conforme art. 37, inciso XVI da CF.

CARGO	ACUMULA COM
1 – Professor	Professor
	Cargo técnico ou científico
2 – Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.	Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.

Obs. Em qualquer caso é necessária a compatibilidade de horários entre os cargos acumulados.

DECRETO Nº 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014, ALTERADO PELO DECRETO Nº 156, DE 06 DE JUNHO DE 2019

ANEXO VI

Declaração de Bens e Valores do Nomeado e de Seus Dependentes

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, que doravante passo a integrar o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, para os devidos fins **do artigo n. 14, § 5º, da Lei Complementar n. 006/1994**, **DECLARO**:

( ) **NÃO POSSUIR** bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes.

( ) **POSSUIR** bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes, conforme relação abaixo:

Bem	Valor

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que realizar falsa declaração de bens constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que que se sagrou como vencedora do Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2021/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, TRANSPORTE E DESPEJO DE EFLUENTES LÍQUIDOS, ORIUNDOS DO DESENTUPIMENTO DE POÇOS DE VISITA, DESARENADORES E REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SAMAE,** a empresa **RAIMUNDO IVENDO LEITE & CIA LTDA, CNPJ: 11.508.954/0001-26.**

Tangará da Serra/MT, 12 de Julho de 2021.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Setor de Licitação do SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade de Pregão Eletrônico nº 026/2021, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE ARO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de

Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 12.07. 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1047 DE 12 DE JULHO DE 2021

PORTARIA Nº 1047 DE 12 DE JULHO DE 2021

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO alínea **a)** do **Art. 3º** do Edital Complementar nº 004/2021 de 08/06/2021 o qual convocou os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2018 Homologado via Decreto nº. 121 de 08/05/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. INFORMAR a não posse dos candidatos convocados por meio do Edital Complementar nº. 004/2021 de 08/06/2021, nomeados por meio da Portaria nº. 939/2021 de 08/06/2021, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Ano XVI, nº. 3.745 em 09/06/2021, os quais não compareceram conforme a alínea **a)** do **Art. 3º** doEdital Complementar 004/2021 de 08/06/2021, ficando desclassificados.

Cargo:	AGENTE ADMINISTRATIVO II
Lotação:	PREFEITURA
Nível:	MÉDIO COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	IB	LB	CG	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL									
105198	RODRIGO GIRÃO PEREIRA DOS SANTOS	22879641 - SSP/MT	13/02/1997 00:00:00	7	6	3	3	6	25	60	CG
		CLASSIFICADO									

Cargo:	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
Lotação:	PREFEITURA
Nível:	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	LB	CG	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL								
105702	KELLI CRISTINE	763274 - SSP/RO	16/08/1983 00:00:00	9	5	3	2	19	27	LP
		CLASSIFICADO								

Cargo:	RECEPCIONISTA
Lotação:	PREFEITURA
Nível:	FUNDAMENTAL COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	LB	CG	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL								
109459	JOSLAINE FERREIRA DA SILVA	1750281-0 - SSP/MT	14/06/1985 00:00:00	9	4	4	3	20	9	LP
		CLASSIFICADO								
101858	MARIO DARTIBALE NETO	1118076 - SESDEC/RO	19/04/1991 00:00:00	8	4	5	3	20	10	LP
		CLASSIFICADO								

Art. 2º. INFORMAR que o candidato abaixo relacionado requereu prorrogação de posse, mediante o protocolo nº 20615/2021, de 08/07/2021.

Cargo:	OPERADOR DE MÁQUINAS
Lotação:	PREFEITURA
Nível:	FUNDAMENTAL COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	LB	CE	PF	CL	CD	PROT.
		SITUAÇÃO FINAL									
109399	MARCIO JOSE MATEUS	1222883-4 - SSP MT/MT	16/05/1978 00:00:00	5	2	2	10	19	8		109399
		CLASSIFICADO									

Art. 3º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, 45º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

ARIELZO DA GUIA E CRUZ

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.634/2021

SÚMULA: "Denomina logradouros públicos na Comunidade Nona Agrovila, e dá outras providências."

PASCOAL ALBERTON, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º - O Logradouro público identificado como "Rua 06", espécie rua, localizada Paralela à Estrada Municipal Novo Progresso, sentido Av. Principal a direita, na Nona Agrovila, neste Município, passa a se denominar **RUA NILZA ROSSI.**

Art. 2º - O Logradouro público identificado como "Rua 07", espécie rua, localizada Paralela à Estrada Municipal Novo Progresso, sentido Av. Principal a esquerda, na Nona Agrovila, neste Município, passa a se denominar **RUA CARLOS BEZERRA.**

Art. 3º - O Município de Terra Nova do Norte, por seu Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Lei, promoverá a instalação de placa indicativa no local e a comunicação aos órgãos e concessionários públicos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 05/2021, DE AUTORIA DO VEREADOR SR. FLÁVIO FREITAS.

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PP 063/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 105/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT T.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 23/07/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. CASO TENHA MAIS DE 03 (TRÊS) PARTICIPANTES O CERTAME SERA REALIZADO NO GABINETE DO PREFEITO. **O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE** WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 12 DE JULHO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.635/2021

SÚMULA: "Denomina Centro de Múltiplo Uso na Comunidade Nona Agrovila, e dá outras providências."

PASCOAL ALBERTON, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica denominado o Centro de Múltiplo Uso, localizada na Nona Agrovila, neste Município de Terra Nova do Norte de **CENTRO DE MULTIPLO USO ARNILDO SCHNEIDER.**

Art. 2º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a confeccionar placa indicativa no local mencionado no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º. O curriculum biográfico do homenageado constará em anexo a esta Lei como se transcrito estivesse.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 06/2021, DE AUTORIA DO VEREADOR SR. FLÁVIO FREITAS.

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 016/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 016/2021

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NA REVISÃO GERAL DE 80.000 KM DO VEÍCULO SANDERO LIFE 1.0 PLACA OAW3C74, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos XVII da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 15.039.153/0001-10

VALOR GLOBAL: R$ 1.617,84 (Hum mil seiscentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 12 de Julho de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 015/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 015/2021

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NA REVISÃO GERAL DE 60.000 KM DO VEÍCULO SANDERO LIFE 1.0 PLACA OAW3C64, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos XVII da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 15.039.153/0001-10

VALOR GLOBAL: R$ 564,63 (Quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 12 de Julho de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIAS MUNICIPAIS.

PORTARIA Nº 169/2021

"Dispõe sobre Afastamento Temporário de Férias e dá outras providências."

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o afastamento temporário para o gozo de **FÉRIAS** na competência de **01 de Ju1ho de 2021** com retorno a **31 de Julho de 2021** da servidora **CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA**, Lotada na Secretaria de Saúde no CARGO de **AGENTE DE SAÚDE.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **01 de Julho de 2021,** revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 12 de Julho de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA Nº 170/2021

"Dispõe sobre Afastamento definitivo de exoneração e dá outras providências."

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar a **PEDIDO** o Servidor **COMISSIONADO** Sr. **JOSÉ OLIVEIRA CARRIJO** do Cargo de **CHEFE DO SETOR SAÚDE DO TRABALHADOR** da **SECRETARIA DE SAÚDE.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **07 de Julho de 2021**, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de Julho de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA Nº 171/2021

"Dispõe sobre Afastamento Temporário de Licença Prêmio e dá outras providências."

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o afastamento temporário para o gozo de **LICENÇA PRÊMIO** por um período de **02 (Dois) MESES** na competência de **12 de Julho de 2021** com retorno em **10 de Setembro de 2021** da servidora **LUCIENE RODRIGUES MIRANDA**, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde no CARGO de **TELEFONISTA.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 12 de Julho de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

EXTRATO CONTRATO 62/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ESPÉCIE: CONTRATO 62/2021

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT

CONTRATADA: ASTHAMED COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: Referente ao Processo de Licitação nº 024/2021 Dispensa 004/2021 realizado pela Prefeitura Municipal Torixoréu -MT **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO DE TRIAGEM COVID 19 DO MUNICÍPIO.**

VALOR GLOBAL R$ 72.120,00 (Setenta e dois mil e cento e vinte reais)

DATA DE ASSINATURA: 12/07/2021

VIGÊNCIA: 180 dias

DECRETO Nº. 64, DE 08 DE JULHO DE 2021.

"Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino **THIAGO TIMO OLIVEIRA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TORIXORÉU**, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições outorgadas pelo inciso VII do artigo 51 e alínea "a" do inciso I do artigo do 120 ambos da LOM do Município de Torixoréu - MT;

CONSIDERANDO a existência da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), passa a vigorar com a seguinte redação;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar medidas adicionais, a fim de imprimir maior controle sanitário e impedir a propagação do vírus no âmbito do Município de Torixoréu – MT;

DECRETA:

Artigo 1º Ficam Atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e todo território do Município.

Artigo 2º O Funcionamento de todas as atividades e serviços ficará sujeito as seguintes condições:

I – De segunda a sábado, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05:00hs a 22:00hs.

II – Aos Domingos, fica autorizado o funcionamento, somente no período compreendido entre às 05:00 a 12:00 hs.

III - As farmácias, Laboratórios, Posto de Combustíveis e Borracharias ficam autorizadas a funcionar além dos horários acima citados.

Artigo 3º fica autorizado o funcionamento dos estabelecimentos: Posto de Combustíveis, Farmácias, Laboratórios, Hospital, Postos de Saúde, Centro de Reabilitação, Consultório Odontológico, Distribuidoras de Gás, Supermercados e Congêneres.

I - Supermercados e Congêneres dispostos no caput devem manter as portas semi abertas, dispondo de um funcionário para controlar a entrada de no máximo 05 (cinco) pessoas por vez, objetivando controlar o fluxo de pessoas, evitando aglomerações e formações de filas indianas.

II - Nas Farmácias e Laboratórios o número de pessoas permitidas fica restritas a 02 (dois) por vez.

Artigo 4º- fica autorizado a abertura dos estabelecimentos: Bares, Plantões de Bebidas, lanchonetes, Padarias, lojas de conveniências de postos de combustíveis e similares nos seguintes termos:

I - Fica autorizado o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, restrito àqueles sentados à mesa do respectivo estabelecimento, respeitados os limites de horário e somente com 30% da capacidade permitida para seu funcionamento, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias por este Decreto e por normas estaduais.

II - Os Restaurantes podem funcionar com apenas 30% de sua capacidade no máximo até as 14:00hs.

III – O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23:00 hs, inclusive aos domingos.

Artigo 5º Fica as Oficinas Mecânicas e Borracharias autorizadas a realizarem seus serviços desde que não haja aglomeração de pessoas no local.

Artigo 6º Fica autorizado atendimentos/serviços mediante horário marcado no máximo 02 (dois) pessoas por vez em: Clinicas de Estéticas, Salão de Belezas, Barbearias.

I – Fica proibido a abertura de Clubes Recreativos, funcionando somente em casos essenciais.

Artigo 7º Fica autorizado atendimento em Academias, Pilates, Hidroginásticas e Congêneres mediante horário marcado no máximo 05 (cinco) pessoas por vez.

Artigo 8º Fica autorizado o funcionamento mediante controle da entrada de 02 (duas) pessoas vez a fim de evitar aglomerações: Lojas de Vestuários, Construção, Móveis e Eletrodomésticos, Papelarias e Lojas de Artigos de Presentes.

Artigo 9º Fica determinado que Bancos (Auto Atendimento), Lotéricas, Correios e Banco Postal organizem o fluxo de pessoas, evitando aglomerações.

Artigo 10º Todos os estabelecimentos com atendimento ao público ficam obrigados a providenciar local visível/acessível para desinfecção das mãos, podendo ser através de lavatórios com sabão líquido ou álcool 70%.

Artigo 11º Ficam recomendado a população a não receber pessoas que não residam no Município.

Artigo 12º Ficam autorizados o funcionamento de Igrejas e templos religiosos com apenas 30% de sua capacidade, respeitando o limite de distanciamento e normas de higienização, de acordo com o Art.10º, desse Decreto.

Artigo 13º Em realização de velórios em local fechado fica limitado o acesso e permanência no local, simultaneamente de no máximo 10 (dez) pessoas.

Artigo 14º Ficam determinada a todos os estabelecimentos informar a população sobre tais medidas.

Artigo 15º Os Estabelecimentos não citados nos artigos acima, poderão funcionar mediante todos os cumprimentos dar normas de segurança.

Artigo 16º O descumprimento do disposto neste decreto implicara ao infrator nas sanções legais entre elas, Aplicação de Multas e a Cassação de Licenças de Funcionamento Imediata.

Artigo 17º O prazo de validade deste decreto será de 15 (quinze) dias, prorrogando-se automaticamente até edição de novo decreto municipal.

Artigo 18º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Torixoréu - MT, 08 de julho 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal Interino

Torixoréu - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 126/2021

Dispõe sobre designação de servidora efetiva para o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar, a servidora efetiva ROSELI ENGSTER ZANQUI, portadora do RG nº 17044529 SSP/MT e CPF nº 632.094.201-06, para exercer temporariamente o cargo de provimento em comissão de *Secretária Municipal de Educação e Cultura*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e subordinada ao Prefeito Municipal, percebendo para tanto o vencimento base de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação FG (Função Gratificada) de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo comissionado, na forma do § 2º do art. 129 da Lei complementar nº 029 de 25/09/2019, e Anexo V da Lei nº 722 de 25 de setembro de 2019 (PCCR do Quadro Geral da Prefeitura).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 12 de julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2021

Designa servidora para assinar e responder, conjuntamente com o Prefeito Municipal, pelas contas bancárias e demais documentos contábeis, financeiros e orçamentários do Fundo Municipal de Educação – FMEUS, do Município de União do Sul e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 685 de 05 de junho de 2018, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Educação de União do sul – FMEUS;

Considerando a necessidade de promover a continuidade das ações patrocinadas pelo Fundo Municipal de Educação de União do sul;

Considerando também a Portaria conjunta STN/FNDE nº 2, de 15 de janeiro de 2018;

Considerando ainda o interesse público e as metas da Administração Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a Sra. ROSELI ENGSTER ZANQUI, Secretária Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 17044529 SSP/MT e do CPF nº 632.094.201-06, como co-responsável pelo Fundo Municipal de Educação – FMEUS, do Município de União do Sul – MT, podendo atuar como ordenadora de despesas e gerir as necessidades do fundo conforme estabelece a Lei Municipal nº 685, de 05 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 12 de julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2021

Dispõe sobre nomeação de candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo disposto no inciso X, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso I, do art. 18, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul);

Considerando o Concurso Público referente ao Edital Nº 001/2019 de 23 de outubro de 2019, realizado nos dias 01 e 14 de dezembro de 2019, para provimento efetivo de cargos de carreira;

Considerando também a Homologação do mencionado concurso na data de 30 de dezembro de 2019;

Considerando ainda a existência de vaga nos Órgãos da Administração Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear nesta data, em caráter efetivo, FABIANA SMENTCOVSKI ROSA, portadora do RG nº 2450541-2 SSP/MT e do CPF nº 048.621.641-10, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com remuneração na forma da Lei nº 723, de 25 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 12 de Julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/2021

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 163, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão expedida em 25 de maio de 2021 pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde ao servidor comissionado Sr. JADIEL LIMA, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento, portador do RG nº 1266232-1 SSP/MT e CPF nº 175.416.623-72, até a data de 24 de maio de 2022, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de julho de 2021.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 120/2021 de 30 de junho de 2021 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.328, DE 01 DE JUNHO DE 2021

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2021.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 758 de 10 de dezembro de 2020;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2021, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

04 – SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(53) 04.123.0001.2.005-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 22.000,00.

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(87) 12.361.0006.2.024-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.01.000000 = R$ 5.000,00.

(106) 12.365.0005.2.018-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.01.000000 = R$ 5.000,00.

(106) 12.365.0005.2.018-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.01.000000 = R$ 2.000,00.

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(165) 10.122.0009.1.032-4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 2.000,00.

(181) 10.122.0009.2.035-3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 2.000,00.

(183) 10.122.0009.2.035-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 10.000,00.

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(191) 10.301.0010.1.035-4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 21.000,00.

(219) 10.302.0011.1.038-4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 20.000,00.

(229) 10.302.0011.2.043-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 40.000,00.

(234) 10.302.0011.2.043-3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 0.1.02.000000 = R$ 4.000,00.

07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

07.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(267) 08.122.0016.2.049-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 5.000,00.

08 – SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO URBANISMO E SANEAMENTO

08.002 – DIVISÃO DE TRANSPORTE

(361) 26.782.0020.2.058-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.30.000000 = R$ 45.000,00.

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(378) 20.122.0001.2.062-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 15.000,00.

12 – GABINETE DO PREFEITO

12.001 – GABINETE DO PREFEITO

(420) 04.122.0025.1.103-4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 2.000,00.

TOTAL: R$ 200.000,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância das seguintes dotações orçamentárias e fontes:

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO URBANISMO E SANEAMENTO

08.002 – DIVISÃO DE TRANSPORTE

(348) 26.782.0020.1.069-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 0.1.24.054000 = R$ 200.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 01 de junho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/2021

Dispensa a servidora Makelli Bedin Tonial da designação ao cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no inciso X, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. Dispensar nesta data, a servidora MAKELLI BEDIN TONIAL, portadora do RG nº 2.045.412-0 SSP/MT e do CPF nº 032.828.971-03, da designação ao cargo de provimento em comissão de *Secretária Municipal de Educação e Cultura*, efetuada pela Portaria nº 135/2020, de 23 de junho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas:

a) a Portaria nº 135/2020 de 23 de junho de 2020; e

b) a Portaria nº 005/2021 de 04 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 12 de julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128/2021

Dispõe sobre designação de servidora efetiva para cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar, a servidora efetiva MAKELLI BEDIN TONIAL, portadora do RG nº 2.045.412-0 SSP/MT e do CPF nº 032.828.971-03, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Diretora de Departamento* (Contabilidade e Planejamento de Gestão), Setor de Administração de Programas, Convênios e Projetos, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, percebendo para tanto o vencimento base de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação FG (Função Gratificada) de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo comissionado, na forma do § 2º do art. 129 da Lei Complementar nº 029 de 25/09/2019, e Anexo V da Lei nº 722 de 25 de setembro de 2019 (PCCR do Quadro Geral da Prefeitura).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 12 de julho de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 27/2021

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o resultado das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 27/2021, com objetivo FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIA MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. teve como “VENCEDOR”, a empresa ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrita no CNPJ: 09.508.576/0001-39, vencedora de todos os itens no valor global de R$ 562.774,56. Vale de São Domingos – MT, 12 de Julho de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO N. 090/2021

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364. 895/0001-60 e a Empresa CAPITAL COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 37.934.286/0001-92. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de equipamento de informática – notebook, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT, conforme especificações do Termo de Referência, especificados nos item do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico n. 48/2020, da Prefeitura de Mirassol D'Oeste/MT, que é parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. VALOR GLOBAL: Este Termo terá o valor de R$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE **FONTE: 0102/0142/0146.** VIGÊNCIA: A validade do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 09.07.2021

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal de Saúde

CAPITAL COMERCIO DE ELETRÔNICOS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

Contratada

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 090/2018

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364. 895/0001-60 e a Senhora JOSEFA BORGES HAZAMA, brasileira, casada, Portadora da cédula de identidade RG nº 1402874-3 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 453.713.001-63. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este termo contratual é regido pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/ 1993 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, Art. 24, inciso X. Ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/ 2009, pelo Ato de Dispensa de Licitação n. 35/2018, bem como nos demais documentos acostados no Processo Gespro n. 735554/2021. OBJETO: Tem o presente por objeto, aditar (prorrogação de prazo) no contrato n. 090/2018 sua "Cláusula Terceira – Dos prazos e suas prorrogações, a Cláusula Quarta – Do Valor, da forma de pagamento e da Dotação Orçamentária, e Cláusula Oitava – Do acompanhamento e da Fiscalização, Contrato a locação de um imóvel urbano comercial, localizado a Rua Dr. Manoel Vargas nº 27, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande/MT, destinada única e exclusivamente para alojar a sede da Gerência de Educação em Saúde do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este Termo terá o valor de R$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais), sendo pago mensalmente a quantia de R$ 3.950,00 (três novecentos e cinquenta reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE **FONTE: 0146.** VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo do servidor, na função de titular, o senhor WALTER BARROS DA SILVA, inscrito no CPF n. 705.204.701-25; e, na função de suplente, a senhora MONIZE EMANUELI FASSINA DA SILVA, inscrita no CPF n. 015. 217.571-78.

DATA DE ASSINATURA: 09.07.2021

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal de Saúde

JOSEFA BORGES HAZAMA

Locadora

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2021 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n° 738544/2021. Objeto: **contratação de empresa capacitada para prestação de serviços de locação de veículos tipo: caminhões, maquinários, ônibus, afim de atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana Secretaria de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT.**A realização está prevista para o dia **27 de julho de 2021, às 08h30min (horário local),** endereço: **Sala de Licitações da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Bairro Água Limpa – Várzea Grande/MT.** O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria de Viação e Obras sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 12 de julho de 2021. **Breno Gomes -** Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

PORTARIA Nº 682/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 739963/2021,

RESOLVE:

Conceder àservidora**PRISCILA GONÇALVES DE ARRUDA,**matrícula 87420, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **07/07/2021 a 07/07/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,12 de julhode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2021

Processo n° 737079/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza de fossas com retiradas de detritos, serviço de desentupimento de rede de esgoto e hidrojateamento em fossas, com fornecimento de mão de obra, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. Com realização prevista para o dia 14 de julho de 2021, às 10h00min (horário de Brasília), fica prorrogada para dia 26 de julho de 2021, às 10h00min (horário de Brasília), tendo em vista a inclusão de informações imprescindíveis para a formulação das propostas.Pedido de esclarecimento e resposta disponível nos seguintes sites: **www.bllcompras.org.bre** www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, 12 de julho de 2021.Anderson Rodrigo do Nascimento Silva - Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 028/2021

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA EDUCACIONAL O PEQUENO GALILEU, fundação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n 06.237.492/0001-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, ao Comunicação de Dispensa de Licitação n. 45/2021, na Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Municipal n. 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 736521/2021. OBJETO: Constitui objeto deste termo de fomento o repasse de recursos financeiros para execução do projeto "ARTE MÚSICA" por meio da realização de aulas/oficinas de música, canto, dança, alfabetização e artes lúdicas para atender 90 (noventa) crianças e adolescentes com idade de entre 02 e 05 anos em situação de vulnerabilidade social no município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixados em R$ 16. 600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais), que será repassado de acordo com o plano de desembolso apresentado pelo Plano de Trabalho da instituição. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0127. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 06 (seis) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a O acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que designa para este ato, na função de titular, a servidora HELENITA MARIA DALL'OGLIO MOCCELINI, inscrita no CPF n. 687.521.489-04.

DATA DE ASSINATURA: 08.072021

ELIAMARA ZEFERINI DE ARAÚJO

Secretaria de Assistência Social

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA EDUCACIONAL O PEQUENO GALILEU

Organização da Sociedade Civil

PORTARIA Nº 298/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
1376	ALAINE TORRES ALVES MUNDIM	Efetivo	**2018/2019**	03.03.21 a 01.04.21 (30 dias)
137404	BRUNA ROSA DE ALMEIDA	Efetivo	**2019/2020**	15.03.21 a 29.03.21 (15 dias)
141056	CLAZIELEN CORREA NERY	Efetivo	**2020/2021**	01.01.21 a 20.01.21 (20 dias)
9621	DALVA LEVINE RONDON	Efetivo	**2017/2018**	22.03.21 a 31.03.21 (10 dias)
137415	GIDEÃO BOANEZ DO PRADO	Efetivo	**2019/2020**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)
19829	IRACEMA MARTINS MONTEIRO	Efetivo	**2019/2020**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)
23782	JOSÉ EDELCIO VANZELLA	Efetivo	**2018/2019**	01.02.21 a 02.03.21 (30 dias)
26305	KEYLLINE CRYSTIANE DE OLIVEIRA MARTINS	Efetivo	**2019/2020**	08.03.21 a 06.04.21 (30 dias)
26608	LAURA ELENA FIGUEIREDO GUIMARAES	Efetivo	**2016/2017**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)
31526	MARIA ALMEIDA DE CAMPOS	Efetivo	**2019/2020**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)
34990	MARTA TEREZINHA FRIZON DE OLIVEIRA	Efetivo	**2017/2018**	15.03.21 a 13.04.21 (30 dias)
36350	NAUDIMAN AUX . DE ALMEIDA BARROS	Efetivo	**2019/2020**	04.01.21 a 02.02.21 (30 dias)
132829	PAMELA DE OLIVEIRA SOUZA	Efetivo	**2020/2021**	01.03.21 (01 dia)
40253	RODOLFO JORGE RODRIGUES DE ARRUDA	Efetivo	**2017/2018**	01.03.21 a 15.03.21 (15 dias)
44066	SONIA MARIA SIMOES MONTEIRO	Efetivo	**2019/2020**	15.03.21 a 24.03.21 (10 dias)
45518	VALDEMIR GONÇALO DA SILVA	Efetivo	**2015/2016**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)
46565	VERA LUCIA GOMES DOS SANTOS	Efetivo	**2004/2005**	03.03.21 a 01.04.21 (30 dias)
132876	YORINNE SAYURI HATAKEYAMA OLIVEIRA	Efetivo	**2019/2020**	01.03.21 a 30.03.21 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2021.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2021

PROCESSO: 737910/2021

O Município de Várzea Grande-MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, com sede na Av. Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2.500 – CEP: 78.125-700 Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo**Secretária Municipal de Administração**, o**Senhor ANDERSON RODRIGO NASCIMENTO SILVA**torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS** na forma **ELETRÔNICA** para contratação de empresa especializada a executar os serviços motivo do objeto desta licitação**,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, através dePregoeiro Oficial designado pela Portaria nº. 630/2021, conforme as especificações descritas no Edital e seus Anexos.

O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT**.

A realização está prevista para o **dia 05de agostode 2021**, às **10h00min** (horário de Brasília). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.

Várzea Grande – MT, 09 de julhode 2021.

ANDERSON RODRIGO NASCIMENTO SILVA

Secretária Municipal de Administração

Várzea Grande – MT

PORTARIA Nº 684/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
132328	FABIANE CHRISTINA DE LIMA GUEDES	EFETIVO	**2018/2019**	19.07.2021 a 02.08.2021 (15 dias)
132330	ISADORA SILVA AQUINO	EFETIVO	**2019/2020**	19.07.2021 a 02.08.2021 (15 dias)
138823	JURANDIR RODRIGUES BENTO	EFETIVO	**2020/2021**	01.07.2021 a 30.07.2021 (30 dias)
135497	MARCOS LIMA DUARTE	EFETIVO	**2019/2020**	13.07.2021 a 06.08.2021 (25 dias)
138820	PAULO HENRIQUE LOPES OLIVEIRA	COMISSAO	**2020/2021**	12.07.2021 a 10.08.2021 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Julho de 2021.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 688/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Retificar a Portaria **nº 577/2021** somente com relação ao servidor **ANA CAROLINA RABELO DA SILVA** matrícula n° 137453, exercendo o cargo efetivo de Técnico De Desenvolvimento Econômico E Social, lotado na Secretaria Municipal De Assistência Social, que concedeu **30 (trinta) dias** de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 2019/2020, com período de gozo em **05.07.2021 a 30.08.2021.** Publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 18/06/2021, pagina 425, edição nº 3.752.

Onde se lê : **período de gozo em 05.07.2021 a 30.08.2021**

Leia-se : **período de gozo em 05.07.2021 a 03.08.2021** .

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2021.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EDITAL DE LEILÃO 0006/2021

A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, por intermédio da **Vip Gestão e Logística SA**, inscrita no CNPJ sob o nº **08. 187.134/0001-75**, na condição de contratada pública de serviços de **recolhimento e custódia em pátios informatizados, de veículos automotores apreendidos em razão de infração à Legislação de Trânsito, veículos abandonados em vias públicas, que prevejam a aplicação de medidas administrativas e ainda a preparação e organização de leilões públicos por leiloeiro público oficial do estado de Mato Grosso, obedecendo o Código de Trânsito Brasileiro (LEI 9.503/97), Lei 8.987/95 e a Lei Complementar nº 4.162/2016 da Prefeitura de Várzea Grande - MT**, em conformidade com o **Contrato Público nº 072/2018 de 19 junho de 2018**, em obediência à Lei Federal nº 13.160, de 25/08/2015 e Art. 4º §6° da Resolução CONTRAN nº 623/2016, TORNA PÚBLICO que realizará licitação, sob a modalidade **LEILÃO PÚBLICO TIPO MAIOR LANCE OFERTADO**, na modalidade **ONLINE** no site www.vipleiloes.com.br para alienação de veículos automotores retidos, removidos ou apreendidos a qualquer título, referentes aos lotes constantes dos Anexos, em condições de CONSERVADOS, SUCATAS APROVEITAVEIS e SUCATAS APROVEITAVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL, depositados nos Parques de Retenção do município e nos pátios terceirizados da empresa VIP Gestão e Logística S.A, há mais de 60 (sessenta) dias, conforme condições constantes neste Edital e Anexos, o qual será disponibilizado no sítio eletrônico, www.vipleiloes.com.br, tudo em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

I – DATA, LOCAL E HORÁRIO DO LEILÃO:

1.1. O procedimento do leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso (JUCEMAT), Sr. ERICO LAGES SOARES , CPF: 200.716.393-49 MATRICULA Nº 45, e assessorada pela Comissão Permanente de Leilão, através de seção pública, na modalidade ELETRÔNICA com participação on-line, conforme as especificações a seguir:

1.1.1. PREGÃO – Alienação dos Veículos Listados no Anexo I,

Data: 30/07/2021

Disponível: Site da Vip Leilões (www.vipleiloes.com.br), via login e senha de fácil cadastro para todos.

Horário: 09h

1.1.2. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: Poderão os interessados participarem na modalidade “on-line”, através de login e senha obtidos por cadastramento prévio no site**: www.vipleiloes.com.br**, conforme regras de participação dispostas neste Edital

§1º. As informações, referentes ao Leilão, serão divulgadas por meio de publicação no site eletrônico da **VIP LEILÕES www.vipleiloes.com.br** e afixadas nas dependências da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** e da contratada - Pátio da **VIP LEILÕES.**

§2º. Não cabe aos licitantes alegar desconhecimento atinente ao local de realização do aludido leilão de veículos, sendo de inteira responsabilidade dos interessados a diligência pela procura quanto às informações acerca do local de realização da hasta licitatória, na forma do parágrafo anterior.

II – OBJETO DO LEILÃO:

2.1. A presente licitação na modalidade de leilão tem por objeto leiloar os veículos que se encontram há mais de 60 (sessenta) dias nos Parques de Retenção da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e nos PÁTIOS TERCEIRIZADOS, os quais foram apreendidos, recolhidos ou removidos por esta Autarquia.

2.2. Os veículos a serem leiloados são os relacionados nos Anexos Único deste Edital e descritos na seguinte ordem: **Lote, Placa, Unidade da Federação de Registro, Marca e Modelo, Ano Modelo, Chassi, Situação (Conservado ou Sucata), Valor Mínimo a ser pago pelo lote**.

2.3. Os veículos dividem-se em lotes de SUCATAS divididas em SUCATAS APROVEITÁVEIS, SUCATAS APROVEITAVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL (motor suprimido/ motor divergente), sem direito de voltarem a circularem destinadas ao comércio de peças e componentes, e lotes de COSERVADOS, com possibilidade de voltarem a circular conforme redação do item 1 do §1º do Art. 328 do CTB, e vendidos no estado e condições em que se encontrarem, em funcionamento ou não, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, quaisquer reclamações posteriores quanto a marcas, procedência e suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

III – VISITAÇÃO PÚBLICA DOS VEÍCULOS:

3.1. Por medidas de segurança de saúde pelo atual cenário do COVID-19, nossa visitação presencial não acontecerá. O cliente interessado em participar poderá visitar o site e realizar a vistoria visual através das fotos expostas e descrição dos bens ofertados, bem como condições de venda, conforme suas classificações.

3.2. O Edital poderá ser baixado gratuitamente e poderá sofrer alterações até um dia útil anterior à data do leilão:

IV – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar do certame e oferecer lances, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente cadastradas, de forma eletronicamente, ou seja, on-line:

4.1.1. Lotes classificados como conservados (destinados à circulação): Pessoas físicas e pessoas jurídicas, inscritas respectivamente no Cadastro de Pessoa Física – CPF e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda, possuidores de documento de identidade, excluídos os incapazes nos termos da legislação civil.

4.1.2. Lotes classificados como Sucatas Aproveitáveis ou Sucatas Aproveitáveis com Motor Inservíveis (motor suprimido/ motor divergente): Empresas do ramo do comércio de peças usadas reguladas pela Lei nº 12.977/2014, e normativos do CONTRAN, sendo necessária a comprovação do ramo de atividade de comércio de peças usadas, no ato do credenciamento perante o leiloeiro, com a apresentação, no ato do credenciamento perante o leiloeiro, do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (emitido no mês), Contrato Social, CNPJ, RG e CPF do representante legal.

4.2. Os documentos referidos no subitem anterior poderão ser exigidos no original ou por intermédio de fotocópia integral legível, autenticadas em cartório ou acompanhadas do original.

4.3. Para participação on-line deverão os interessados realizarem cadastro prévio, em até 48 horas do horário marcado para início dos leilões, no site **www.vipleiloes.com.br** para obtenção de “login e senha” habilitados e liberados para apresentação de lances on-line. A participação on-line estará condicionada à obtenção desta habilitação prévia, a qual será concedida de acordo com os critérios de cadastro e segurança do leiloeiro e da empresa responsável pela organização do leilão. Lances enviados na modalidade “on-line” e que não sejam registrados e/ou conhecidos no pregão por recusa do leiloeiro, queda de conexão do sistema e/ou de internet, não garantem direitos aos ofertantes, tendo em vista que a participação on-line é apenas uma facilitadora de acesso e das ofertas, com os riscos naturais às imprevisões e intempéries.

V – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

5.1. Não será permitida a participação de:

a) Servidores da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e aqueles que, a qualquer título, recebam numerários dos cofres da Instituição, inclusos os terceirizados e os temporários;

b) Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas ou punidas com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal;

c) O arrematante fica proibido de dar lances ao lote do qual é proprietário;

d) Pessoas menores de 18 anos não emancipadas;

e) Funcionários, prepostos e membros da equipe do leiloeiro e da empresa organizadora do leilão.

VI – DO PROCEDIMENTO DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

6.1. Será exigida a disponibilização do CPF/CNPJ de todos os interessados em participar das hastas licitatórias, através do cadastro no site.

6.2. Os participantes efetuarão lances on-line, a partir do preço mínimo de avaliação constantes nos Anexos deste Edital, considerando-se vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo leiloeiro oficial.

6.3. O Leiloeiro Oficial irá estabelecer o método de sucessão de lances, indicando a diferença de valores mínimos a serem lançados pelos participantes (incremento), devendo o licitante vencedor, se dirigir imediatamente à mesa após a “batida do martelo” pelo leiloeiro, munido dos documentos previstos no item 4.2 deste Edital, sob pena de perder o direito ao lote, sendo considerado nulo o lance oferecido, retornando o lote ao leilão.

6.4. O pregão será transmitido em áudio e vídeo pelo sistema de leilões on-line da VIP Leilões (acessado através do site www.vipleiloes.com.br. Em caso de queda no sistema e/ou conexão de internet, o leiloeiro oficial, em conjunto com comissão permanente de leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, decidirá, de acordo com as condições mais favoráveis ao objeto deste edital, pela suspensão do pregão com a continuidade do mesmo no primeiro dia útil subsequente ao evento.

VII – DOS VALORES A SEREM PAGOS PELO ARREMATANTE E DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. Os bens serão arrematados e pagos rigorosa e integralmente **À VISTA,** imediatamente após a arrematação, na forma a seguir:

7.1.1. No ato da arrematação, os compradores farão o pagamento de 100% do valor do lance mais o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do lote arrematado, referente à comissão do leiloeiro, conforme o disposto no parágrafo único do art. 24 do decreto nº 21.981/1932 c/c art. 12, II, alínea "a" da IN nº 113/2010-DNRC.

7.1.2. O pagamento será realizado através de Boleto Bancário emitido no dia do leilão pela **VIP LEILÕES** com vencimento para o primeiro dia útil após o leilão.

7.1.3. Os Arrematantes deverão emitir os boletos na área “minha conta” do site através do seu login e senha utilizados para arrematação. O boleto gerado automaticamente no **site www.vipleiloes.com.br**.

7.1.4. O Arrematante não efetuando o pagamento do boleto até o vencimento, terá a arrematação do bem cancelada.

7.2. Se o arrematante não cumprir com as condições acima estabelecidas, o bem poderá ser alienado no mesmo pregão ou no próximo pregão agendado, de acordo com o entendimento do leiloeiro oficial e da comissão permanente de leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

7.3. Além do valor do bem, seja CONSERVADO ou SUCATA, fica o arrematante ciente da responsabilidade pelo pagamento referente ao ICMS e houver, na alíquota exigida pelo estado, devendo o mesmo dirigir-se para receber orientações e adotar os procedimentos devidos, junto à Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.

7.4. Ficará ainda sob a responsabilidade do arrematante o registro dos veículos leiloados na condição de CONSERVADOS junto da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, através do pagamento integral dos respectivos encargos patrimoniais: IPVA 2021 (proporcional, a contar do mês de realização do leilão), DPVAT 2021 (em todos os casos), Taxas de Licenciamento 2021 (proporcional, a contar do mês de realização do leilão), Transferência de Propriedade (em todos os casos), Transferência de Jurisdição Municipal (se for o caso), Mudança de Característica (se for o caso), Vistoria (em todos os casos), Lacre de Placa (se for o caso), Serviços Bancários (em todos os casos) e Serviços de Correio (opcional).

7.5. Ficará proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. 7.6. Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

7.6. Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

VIII – DA ENTREGA DO BEM E DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Os veículos alienados (motos, caminhões, ônibus, carros e etc...), por serem objeto de apreensões, remoções ou recolhimento, de trânsito, serão vendidos e entregues nas condições físicas e de funcionamento em que se encontram, devendo os interessados examiná-los previamente de acordo com o disposto neste edital, ficando desde já estabelecido que não caberá ao Leiloeiro oficial, a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** ou à empresa organizadora do leilão, qualquer responsabilidade ou ônus por avarias ou defeitos eventualmente verificados, sejam eles visíveis ou não. Uma vez retirado o veículo do pátio da empresa organizadora, não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações, sejam de que natureza forem, tendo em vista que os valores recebidos pelo leiloeiro serão integralmente destinados nos termos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução nº 623/2016 do CONTRAN.

8.1.2 Os veículos inseridos no anexo II possuem restrições judiciais (Resolução 623, Art. 7, § 8), prazo para regularização são de 120 dias. Ficam os arrematantes cientes que devido a atual situação mundial da Pandemia ocasionada pela Covid 19, esse prazo poderá se estender por conta da lentidão e/ou medidas restritivas dentro do período, além de recessos ou afastamentos do magistrado

8.2. Cumpridas integralmente as formalidades da arrematação previstas neste Edital Público, com a apresentação dos documentos exigidos e a conclusão do pagamentos na forma prevista, expedirá a Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**Autorização de Saída de Lote para que o pátio proceda a entrega do lote ao arrematante, o qual deverá inspecionar o veículo e declarar, assinando Termo de Entrega específico, que está de acordo com sua retirada e que está ciente de que, após a retirada do veículo do pátio de leilões, em face da natureza do leilão e do rito previsto na legislação aplicável, não será aceita qualquer reclamação, alegação, devolução, compensação ou cancelamento da arrematação.

8.3. Haverá um cronograma de entrega dos lotes arrematados a ser divulgado no dia seguinte de realização das hastas licitatórias, inclusive, com a disposição de horário e ordem de entrega dos lotes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, compreendido no período entre os dias 30/08/2021 a 30/09/2021 (leilão do dia 30/07/2021), conforme art. 39 da Resolução 623/2016 do CONTRAN, sendo a entrega condicionada à apresentação dos documentos originais de **TERMO DE ARREMATAÇÃO E RESPONSABILIDADE**.

8.4. A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**poderá prorrogar o prazo de retirada de veículo arrematado por mais 30 (trinta) dias úteis, no caso existência de débitos pendentes (não desvinculados) de outros órgãos nos prontuários dos veículos leiloados, após ultrapassado o prazo previsto no subitem anterior, conforme parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 623/2016 do CONTRAN.

8.5. Local de entrega dos veículos:

PÁTIO DA VIP LEILÕES - **AV. JÚLIO DOMINGOS DE CAMPOS, Bairro: MARAJOARA, VARZEA GRANDE - MT**

8.6. Nos casos de o arrematante ser pessoa física, o mesmo também deverá entregar cópias do DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE (com foto), CPF e do Comprovante de Residência com CEP.

8.7. Os representantes das pessoas jurídicas, deverão apresentar o original ou cópia autenticada do ato constitutivo e alterações, onde conste que eles sejam representantes da Empresa; ou sendo eles procuradores dela, e não sócios, deverão deixar a original da procuração e cópias de DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE (com foto) e CPF.

8.8. Em todos os casos, o licitante vencedor não poderá alegar que desconhece as condições atuais do bem alienado, obrigando-se a aceitá-lo no estado em que se encontrar e a retirá-lo no período conforme o subitem 8.3, pelo que, caso contrário, implicará a declaração de abandono, sem direito à devolução do valor pago pela arrematação, retornando o bem a depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

8.9.Os veículos vendidos como “SUCATA” serão entregues aos arrematantes, sem as placas, sem documentação e com a identificação gravada no chassi que contém o registro VIN inutilizada, não podendo ser registrados ou licenciados e sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública, destinando-se, portanto, exclusivamente para desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas.

8.10. Os veículos que estão licenciados na categoria ALUGUEL, e que forem vendidos como “CONSERVADOS” serão registrados em nome do arrematante na categoria PARTICULAR, exceto se o mesmo conseguir autorização do poder público concedente do serviço onde esteja registrado para esse fim, permanecendo assim na categoria ALUGUEL.

IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO ARREMATANTE:

9.1. O arrematante tem o dever de transferir a titularidade do veículo classificado como CONSERVADO para o seu nome, junto a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão pela Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** do **TERMO DE ENTREGA**, responsabilizando-se pelo pagamento das taxas porventura decorrentes do previsto no Art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro.

9.1.1. Sob nenhuma hipótese poderá o veículo arrematado circular em via pública, antes do recebimento do novo CRLV, em nome do arrematante, após a solicitação e pagamento de todas as taxas inerentes à transferência de propriedade e outros serviços necessários à regularização do veículo junto aos órgãos.

9.2. O arrematante do veículo considerado SUCATA, o qual será baixado no RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores, não poderá circular, registrar ou licenciar o veículo, sendo sua arrematação voltada apenas para fins de desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas.

9.3. O arrematante será responsável pela destinação final das SUCATAS e responderá civil e criminalmente pelo uso ou destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor. Assinará o Termo de Arrematação e Responsabilidade, comprometendo-se em não circular em vias abertas ao público em hipótese alguma, consoante o disposto no Art. 328 §4º do CTB.

9.3.1. Ademais, os motores dos veículos arrematados como SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVÍVEL, não poderão ser comercializados, destinando-se exclusivamente para desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, não sendo possível a reutilização do bloco do motor.

9.3.2. Os vidros dos veículos que apresentarem os códigos VIS impresso não poderão ser reutilizados.

9.3.3. O estado e as condições em que as SUCATAS serão vendidas se pressupõem conhecidos e aceitos pelas empresas licitantes na data da realização do leilão, não sendo aceitas reclamações posteriores.

9.4. O arrematante do veículo considerado CONSERVADO assinará Termo de Arrematação e Responsabilidade, comprometendo-se em circular com o mesmo somente após a transferência de propriedade junto a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** e de posse do respectivo CRLV, com fulcro no artigo 232 do CTB, ficando ciente das responsabilidades civis às quais será acometido, caso venha a circular com o mesmo.

9.5. O arrematante do veículo considerado CONSERVADO, na hipótese de não mais mantê-lo em circulação, deverá providenciar a baixa do seu registro, conforme a legislação vigente.

9.6. O arrematante é responsável pela utilização e destinação final da SUCATA e responderá civil e criminalmente pelo seu uso em desacordo com as restrições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

9.7. A empresa arrematante fica desde já ALERTADA, de que a COMERCIALIZAÇÃO DA SUCATA NA FORMA ORIGINALMENTE ARREMATADA, fica expressamente PROIBIDA, sendo a mesma passível de ser penalizada conforme a clausula anterior.

9.8. As despesas para retirada do veículo serão de responsabilidade do arrematante, que deverá retirá-lo somente através de meio de transporte legal, admitido pelo Código de Trânsito Brasileiro para tráfego de veículo em via pública.

9.8.1. Neste viés, havendo necessidade de movimentação de outros veículos dentro do parque de retenção de veículos, para que seja possível a retirada do veículo arrematado, o custo e a operacionalização serão de total responsabilidade do arrematante, inclusive, os danos daí resultantes.

9.9. Fica proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou, de qualquer forma, negociar os lotes antes do pagamento, retirada e registro dos veículos, sendo este último requisito (registro) exigido apenas para o caso de bem CONSERVADO.

9.10. No cadastro do veículo CONSERVADO, constará restrição administrativa provisória com a informação da referida alienação, bem como o nome e endereço do Arrematante, a partir da data de entrega dos veículos até a sua devida regularização perante a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.**

9.11. A responsabilidade pela entrega dos documentos dos veículos, necessários a transferência para o nome dos arrematantes de veículos classificados como CONSERVADOS, assim como a emissão da Certidão de Baixa no registro de veículos SUCATAS no sistema RENAVAN - Registro Nacional de Veículos Automotores, é EXCLUSIVA da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**através de sua Comissão Permanente de Leilão, estando o leiloeiro oficial e a empresa VIP Leilões Gestão e Logística isentos de qualquer responsabilidade pelo processamento e entrega dos documentos aos arrematantes.

9.12. A baixa dos veículos de outra Unidade Federativa fica a critério da entidade ou órgão executivo de trânsito de registro do veículo, sendo a**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**designado a solicitar sua baixa à unidade de registro. Portanto, dos veículos de outra Unidade Federativa, vendidos como sucatas aproveitáveis, só serão aproveitados os motores quando a baixa deste for executada pelo Estado de origem, não ficando a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**obrigado a regularizar os motores sem a devida baixa na sua base de origem.

9.13. Não será permitido, ao arrematante, retirada de quaisquer componentes do bem leiloado antes do período de entrega dos lotes.

X – IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

10.1. Impugnações ao presente Edital deverão ser apresentadas por escrito e serão dirigidas ao Diretor-Geral da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, por meio da Comissão Permanente de Leilão.

10.2. Decairá do direito de impugnar o Edital do Leilão, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a realização do evento, de conformidade com o art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2.1. A impugnação aos atos do leilão, serão decididas de imediato pelo leiloeiro em conjunto com a Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e deve sr contínua ao fato, sob pena de preclusão.

10.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre este Edital deverão ser encaminhados a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, Comissão Permanente de Leilão, sito na **Av. Castelo Branco – Centro Sul, Várzea Grande – MT CEP 78110-200**, no horário de 12h00 às 18h00.

XI – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

11.1. O arrematante que não apresentar os documentos indicados 4.2 ou ainda que não efetuar os pagamentos em consonância com as exigências contidas no subitem 7.1, além de perder o direito ao bem ficará sujeito à penalidade de suspensão do direito de participar de LEILÕES realizados pela **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** no ano de 2020, conforme dispõe o artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.2. Todos os arrematantes estarão sujeitos ao art. 335, do Código Penal Brasileiro, que preconiza: “Todo aquele que impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem estará incurso nas penas de 06 meses a 02 anos de detenção, ou multa, além da pena correspondente à violência, com os agravantes dos crimes praticados contra a Administração Pública, se houverem”.

11.3. Decorrido o prazo de 30 dias, contados da data de entrega, conforme Cronograma de Entrega de lotes, sem que o arrematante tenha providenciado a retirada do lote ou lotes do pátio, o Arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Estado do Pará, o valor integral pago pela arrematação, bem como o direito a adjudicação dos lotes arrematados, que permanecerá sob custódia do Municio de Várzea Grande para ser leiloado em outra oportunidade.

XII – DA ATA:

12.1. Após o Leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vendidos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**poderá, a qualquer momento, por motivos justificados, retirar do leilão os veículos descritos neste Edital

13.2. Os licitantes são responsáveis pela legitimidade das informações e dos documentos apresentados, sendo-lhes exigível, ainda, a qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações necessárias, que a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**julgar necessário.

13.3. A participação no leilão implicará, automaticamente, na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste Edital e naquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.4. O Edital de Leilão poderá ser alterado até a data do pregão e o interessado deverá acompanhar as possíveis atualizações por meio dos sites mencionados no subitem 13.15 ou na abertura do leilão.

13.5. A descrição dos lotes está sujeita a correções e divulgadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminações de distorções eventualmente verificadas.

13.6. O veículo CONSERVADO, destinado à circulação, será entregue ao arrematante durante o período de entrega de lotes e estará livre e desembaraçado de quaisquer ônus e gravames que porventura existirem até a data da arrematação, no prazo de até 90 dias.

13.7. O valor arrecadado em cada lote, individualmente, será utilizado para quitação dos débitos do veículo até a data do leilão. O restante, se houver, ficará à disposição do interessado (proprietário anterior), na forma da lei, devendo ser resgatado através de requerimento dirigido a Diretor Geral da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.8. Salvo as despesas especificadas neste Edital, não caberá aos arrematantes quaisquer outras relativas a débitos anteriores vencidos até a realização do leilão, sejam de que natureza forem, débitos posteriores ao leilão, ou vencidos após a arrematação, são de responsabilidade exclusiva dos arrematantes.

13.9. Aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a sua habilitação para exercer direito sobre o crédito identificado, obedecida a ordem de prevalência legal constante da Resolução do Contran nº 623/2016, sendo considerados notificados desde a publicação deste edital.

13.10. A Comissão Permanente de Leilão, na pessoa de seu Presidente ou de quem receber delegação para este ato, se reserva ao direito de adiar, cancelar, alterar ou retirar, algum bem descrito nos anexos deste Edital, caso seja constatada alguma irregularidade ou ainda por conveniência administrativa, antes da realização do leilão.

13.11. Os prazos aludidos neste Edital só se iniciam e vencem em dias úteis e de expediente da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.12. Não havendo expediente no dia marcado para o início do leilão ou entrega de veículos, o mesmo começará no primeiro dia útil seguinte, mantidos, porém, os horários e locais.

13.13. Os lotes que não forem vendidos e aqueles que, mesmo tendo sido alienados, tiverem sua arrematação cancelada por falta de pagamento, determinação administrativa ou descumprimento pelo arrematante das normas previstas neste edital, poderão ser vendidos a quem maior lance oferecer no mesmo pregão ou incluídos em outro pregão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, mediante autorização da Comissão de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.14 Os interessados em participar do presente leilão poderão obter cópias deste edital e de seus anexos, acessando por meio do endereço (Site) eletrônico, da VIP LEILÕES: www.vipleiloes.com.br.

13.15. Qualquer um dos lotes, indicados nos Anexos deste Edital, poderá ser excluído do leilão, caso incida impedimento de transferência ou outro qualquer que inviabilize a arrematação do bem ou, ainda, por ordem judicial superveniente a publicação do Edital.

13.16. Sobre o rateio dos valores arrecadados segue o que preceitua o Art. 32 da Resolução 623/2016 do CONTRAN,

13.17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Leilão, nomeada para realizar o certame.

13.18. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Várzea Grande - MT, para discussão de eventuais litígios, oriundos da presente licitação na modalidade de leilão.

13.19. Segue o Anexo I, contendo a Relação Completa dos veículos organizados em lotes.

Várzea Grande/MT, 15 de julho de 2021

ERICO LAGES SOARES JUCEMAT-45

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA SA

CNPJ 08.187.134/0001-7

Anexo I

LOTE	PLACA	UF	MARCA/MODELO	ANO FAB/MODELO	COR	COMBUSTÍVEL	CHASSI	MOTOR	AVALIAÇÃO	LANCE INICIAL
1	NTX2690	MT	TRAXX/JL50 Q2	2010/2010	PRETA	GASOLINA	951BXKBB8AB019534	JL1P39FMB10T019514	CONSERVADO	R$ 500,00
2	OBO1569	MT	VOLKSWAGEN/NOVO GOL 1.0	2013/2014	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9BWAA05U5ET145186	CPB314322	CONSERVADO	R$ 1.000,00
3	NJL7553	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2010/2010	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4120AR062888	JC41E2A062888	CONSERVADO	R$ 700,00
4	KAF8282	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/2007	PRETA	GASOLINA	9C2JC30707R093231	JC30E77093231	CONSERVADO	R$ 700,00
5	NJR5899	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	AZUL	GASOLINA	9C6KE122090010012	E3D1E-009873	CONSERVADO	R$ 700,00
6	KAM8085	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2006	PRATA	GASOLINA	9C2JA04206R885473	JA04E26885473	CONSERVADO	R$ 700,00
7	JYS4821	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2007/2007	VERMELHA	GASOLINA	9C2JA04107R040115	JA04E17040115	CONSERVADO	R$ 700,00
8	NJN7623	MT	HONDA/NXR150BROS MIX ESD	2010/2010	VERMELHA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KD0510AR011193	KD05E1A011193	CONSERVADO	R$ 700,00
9	KAJ9285	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/2006	PRETA	GASOLINA	9C2JC30706R878470	JC30E76878470	CONSERVADO	R$ 700,00
10	HSL8133	MT	YAMAHA/YBR 125K	2004/2005	VERMELHA	GASOLINA	9C6KE044050082384	E338E-082972	CONSERVADO	R$ 700,00
11	KAL4286	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2006/2006	PRATA	GASOLINA	9C2JA04206R859417	JA04E26859417	CONSERVADO	R$ 700,00
12	ARZ7624	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2010	PRETA	GASOLINA	9C2JC4110AR540650	JC41E1A540650	CONSERVADO	R$ 700,00
13	NPC8350	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	2008/2009	PRETA	GASOLINA	9C6KE121090004419	E3C9E-004321	CONSERVADO	R$ 700,00
14	OAT8613	MT	DAFRA/RIVA 150	2012/2013	VERMELHA	GASOLINA	95VC02E2CDM002002	C1EC005180	CONSERVADO	R$ 600,00
15	KAI0673	MT	SUZUKI/EN125 YES	2006/2006	PRETA	GASOLINA	9CDNF41LJ6M023329	F466BR124163	CONSERVADO	R$ 800,00
16	NJI1875	MT	SUZUKI/EN125 YES	2008/2009	PRETA	GASOLINA	9CDNF41LJ9M279830	F466BR337076	CONSERVADO	R$ 800,00
17	NPO9228	MT	YAMAHA/FAZER YS250	2009/2010	PRETA	GASOLINA	9C6KG0270A0011893	G380E-006834	CONSERVADO	R$ 800,00
18	JZS7892	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2004/2005	AZUL	GASOLINA	9C2KC08505R013709	KC08E55013709	CONSERVADO	R$ 800,00
19	KAI8126	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2006/2006	VERMELHA	GASOLINA	9C2KC08506R853261	KC08E56853261	CONSERVADO	R$ 800,00
20	OAR5215	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 ED	2011/2011	ROXA	GASOLINA	9C6KE1500B0033245	E3G7E-033247	CONSERVADO	R$ 800,00
21	QBA3388	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2014/2014	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1680ER533601	KC16E8E533601	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 700,00
22	NJA0937	MT	SUNDOWN/STX MOTARD 200	2008/2008	PRATA	GASOLINA	94J2XJEE88M005752	JEAE8008292	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
23	HQM0500	MT	FIAT/UNO ELECTRONIC	1995/1995	VERMELHA	GASOLINA	9BD146000S5502559	4304551	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 900,00
24	LCT9291	RJ	GM/ASTRA GL	1999/1999	PRATA	GASOLINA/GAS NA	9BGTT08C0XB328892	NJ0011709	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 900,00
25	NJC4526	MT	FORD/ECOSPORT XLT1.6FLEX	2008/2008	PRATA	ALCOOL/GASOLINA	9BFZE16P688957612	QFJA88957612	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 1.200,00
26	JZL7555	MT	FORD/FIESTA STREET	2002/2002	PRATA	GASOLINA	9BFBRZFDA2B420122	C4E2420122	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 900,00
27	QBM5418	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2014/2015	PRETA	GASOLINA	9C2JC4120FR100754	JC41E2F100754	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 800,00
28	APV5591	MT	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2008/2008	PRATA	ALCOOL/GASOLINA	9BWCA05W08P128299	BNW436242	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 900,00

29	NPM2854	MT	PEUGEOT/ 207HB XR	2011/ 2012	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	8AD2MKFWXCG003477	10DBSS0144538	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 1. 000,00
30	JYW9069	MT	FIAT/UNO MIL-LE EX	1998/ 1999	CINZA	GASOLINA	9BD158068W4012090	5574089	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 700,00
31	HPI5160	MT	VOLKSWAGEN/ GOL 16V PLUS	2001/ 2001	CINZA	GASOLINA	9BWCA05X61P061643	AFR424480	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 800,00
32	NJF3375	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2JC30708R155016	JC30E78155016	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
33	JZU1822	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2004/ 2005	AZUL	GASOLINA	9C2HA07105R016254	HA07E15016254	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
34	JZO6289	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2002/ 2003	AZUL	GASOLINA	9C2JC30203R011746	JC30E23011746	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
35	JYZ7452	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1999/ 2000	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC2500YR084034	JC25E-Y084034	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
36	JZJ7554	MT	HONDA/CG 125 CARGO	2002/ 2002	BRANCA	GASOLINA	9C2JC30302R007540	JC30E32007540	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
37	JZI1667	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/ 2001	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC30101R199227	JC30E11199227	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
38	NJE8438	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2JC30708R656521	JC30E78656521	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
39	HRM6433	MT	FIAT/PALIO EX	1998/ 1998	BEGE	GASOLINA	9BD178296W0698133	5521641	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
40	KAB2204	MT	TOYOTA/CO-ROLLA XEI18VVT	2003/ 2003	PRATA	GASOLINA	9BR53ZEC238522593	4185585	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 1. 500,00
41	NIZ5155	MT	HONDA/ POP100	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2HB02108R031110	HB02E18031110	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00
42	JYL6006	MT	FIAT/UNO ELECTRONIC	1994/ 1994	CINZA	GASOLINA	9BD146000R5223898	3959442	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 900,00
43	NJJ2637	MT	VOLKSWAGEN/ GOL 1.0 GIV	2008/ 2009	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BWAA05W99T082729	CCP082220	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 900,00
44	QMU7999	MT	FIAT/UNO DRI-VE 1.0	2017/ 2018	PRATA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BD195B4NJ0822677	552680237121143	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 2. 000,00
45	KAF8383	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2JC30708R509043	JC30E78509043	SUCATA APRO-VEITÁVEL COM MOTOR INSER-VIVEL	R$ 500,00

Anexo II

LOTE	PLACA	UF	MARCA/MODE-LO	ANO FAB/MO-DELO	COR	COMBUSTÍVEL	CHASSI	MOTOR	AVALIAÇÃO	LANCE INICIAL
46	NJP8565	MT	HONDA/ NXR150BROS MIX ESD	2010/ 2010	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KD0510AR015515	KD05E1A015515	CONSERVADO	R$ 1. 948,80
47	JZO5495	MT	HONDA/C100 BIZ	2001/ 2002	AZUL	GASOLINA	9C2HA07002R002465	HA07E-2002465	CONSERVADO	R$ 871,20
48	OAQ1791	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/ 2012	PRATA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2JC4820CR270384	JC48E2C270384	CONSERVADO	R$ 2. 143,80
49	NJD7947	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2JA04108R053422	JA04E18053422	CONSERVADO	R$ 1. 466,70
50	JZN4343	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2JC30708R511435	JC30E78511435	CONSERVADO	R$ 1. 175,10
51	OAZ8874	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2013/ 2013	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2JC4820DR052302	JC48E2D052302	CONSERVADO	R$ 2. 319,60
52	NTA4056	MT	GM/S10 RO-DEIO D	2011/ 2011	AZUL	ALCOOL/GA-SOLINA	9BG138XP0BC453290	NAL006927	CONSERVADO	R$ 13. 708,20
53	DUY8101	MT	SUZUKI/ EN125 YES	2006/ 2006	AZUL	GASOLINA	9CDNF41LJ6M024427	F466BR125261	CONSERVADO	R$ 870,30

54	NPF5895	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 K	2010/ 2011	VERMELHA	GASOLINA	9C6KE1520B0010806	E3G9E-010835	CONSERVADO	R$ 1. 156,20
55	JZU1721	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/ 2005	AZUL	GASOLINA	9C2KC08105R031356	KC08E15031356	CONSERVADO	R$ 1. 242,30
56	KAT0339	MT	MITSUBISHI/ L200 SPORT 4X4 HPE	2006/ 2007	BRANCA	DIESEL	93XPRK7407C625658	4D56CE1728	CONSERVADO	R$ 12. 538,80
57	JZL8612	MT	MERCEDES-BENZ/A 160	2003/ 2003	PRATA	GASOLINA	9BMMF33E53A047868	16696030640247	CONSERVADO	R$ 4. 008,00
58	NJR1766	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2009	PRETA	GASOLINA	9C2JC41109R512014	JC41E19512014	CONSERVADO	R$ 1. 387,80
59	JZH5996	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2001/ 2001	AZUL	GASOLINA	9C2JC30101R168084	JC30E11168084	CONSERVADO	R$ 854,10
60	NPG9691	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/ 2011	PRETA	GASOLINA	9C2JC4110BR458284	JC41E1B458284	CONSERVADO	R$ 1. 527,00
61	NTY3141	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2012/ 2012	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1670CR478358	KC16E7C478358	CONSERVADO	R$ 1. 991,10
62	JYG7373	MT	SUZUKI/ EN125 YES	2007/ 2008	PRETA	GASOLINA	9CDNF41LJ8M131852	F466BR232979	CONSERVADO	R$ 974,40
63	NTY2874	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/ 2011	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4110BR793521	JC41E1B793521	CONSERVADO	R$ 1. 456,80
64	OBP9392	MT	TOYOTA/CO-ROLLA GLI FLEX	2013/ 2014	BEGE	ALCOOL/GA-SOLINA	9BRBL42E5E4779100	M176124	CONSERVADO	R$ 15. 361,80
65	KAN9205	MT	HONDA/CG 125 FAN	2006/ 2007	PRETA	GASOLINA	9C2JC30707R017878	JC30E77017878	CONSERVADO	R$ 1. 126,20
66	QBM5248	MT	HONDA/ NXR150 BROS ESD	2014/ 2014	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KD0540ER069259	KD05E4E069259	CONSERVADO	R$ 2. 608,80
67	NJP5396	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2009	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC41109R065784	JC41E19065784	CONSERVADO	R$ 1. 302,00
68	NJS5608	MT	HONDA/XR 250 TORNA-DO	2008/ 2008	LARANJA	GASOLINA	9C2MD34008R028854	MD34E-8028854	CONSERVADO	R$ 2. 457,30
69	OBR1883	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/ 2013	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1670DR044202	KC16E7D044202	CONSERVADO	R$ 2. 077,20
70	OAU7795	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2011/ 2012	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4110CR449426	JC41E1C449426	CONSERVADO	R$ 1. 526,10
71	JYV8954	MT	GM/CORSA WIND	1999/ 1999	VERMELHA	GASOLINA	9BGSC68Z0XC723523	AJ0037235	CONSERVADO	R$ 3. 209,10
72	QBC6978	MT	HONDA/CG 150 TITAN EX	2014/ 2014	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1660ER054876	KC16E6E054876	CONSERVADO	R$ 2. 613,00
73	JYY7582	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2000/ 2000	AZUL	GASOLINA	9C2JC3020YR004534	JC30E2Y004534	CONSERVADO	R$ 764,10
74	OBK0430	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2012/ 2013	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1670DR427240	KC16E7D427240	CONSERVADO	R$ 2. 156,40
75	QBA4932	MT	HONDA/XRE 300	2014/ 2015	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2ND1110FR001033	ND11E1F001033	CONSERVADO	R$ 4. 248,00
76	NJL1527	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/ 2009	PRETA	GASOLINA	9C2JC41109R037970	JC41E19037970	CONSERVADO	R$ 1. 302,00
77	KAN1186	MT	GM/CELTA 2P LIFE	2006/ 2007	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BGRZ08907G140489	K70039367	CONSERVADO	R$ 3. 774,60
78	QBI6625	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2014/ 2014	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2JC4820ER023320	JC48E2E023320	CONSERVADO	R$ 2. 313,30
79	JZX7472	MT	HONDA/CBX 250 TWISTER	2005/ 2005	PRETA	GASOLINA	9C2MC35005R014412	MC35E-5014412	CONSERVADO	R$ 1. 654,20
80	NPC2896	MT	HONDA/BIZ 125 KS	2010/ 2010	PRETA	GASOLINA	9C2JC4210AR111847	JC42E1A111847	CONSERVADO	R$ 1. 665,30
81	OBH1215	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2012/ 2013	PRETA	GASOLINA	9C2JC4120DR500205	JC41E2D500205	CONSERVADO	R$ 1. 857,30
82	NJM4369	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2KC08108R295713	KC08E18295713	CONSERVADO	R$ 1. 513,20
83	NPI3416	MT	VW/GOL 1.0	2010/ 2011	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BWAA05U3BT119908	CCN626387	CONSERVADO	R$ 6. 470,70
84	KAO8051	MT	HONDA/ NXR150 BROS ES	2008/ 2008	AMARELA	GASOLINA	9C2KD03308R087124	KD03E38087124	CONSERVADO	R$ 1. 836,90
85	KAA7630	MT	VW/GOL SPE-CIAL	2001/ 2002	BRANCA	GASOLINA	9BWCA05Y32T029735	AFZ679877	CONSERVADO	R$ 2. 694,30
86	JZN5725	MT	HONDA/C100 BIZ	2003/ 2003	VERMELHA	GASOLINA	9C2HA07003R055440	HA07E-3055440	CONSERVADO	R$ 928,50
87	KAH7942	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2007/ 2007	PRATA	GASOLINA	9C2KC08507R084389	KC08E57084389	CONSERVADO	R$ 1. 635,30
88	JZT5036	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/ 2004	PRETA	GASOLINA	9C2KC08104R061613	KC08E14061613	CONSERVADO	R$ 1. 242,30
89	KAA2513	MT	HONDA/NX-4 FALCON	2004/ 2004	VERDE	GASOLINA	9C2ND07004R016791	ND07E-4016791	CONSERVADO	R$ 2. 859,30
90	QBP8719	MT	YAMAHA/ YBR125I FAC-TOR ED	2016/ 2017	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C6RE2120H0004337	E3T8E-004349	CONSERVADO	R$ 2. 137,50
91	QBX0677	MT	HONDA/BIZ 125 EX	2014/ 2014	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2JC4830ER059912	JC48E3E059912	CONSERVADO	R$ 2. 772,60
92	NUA1605	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2011/ 2011	VERMELHA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1670BR593273	KC16E7B593273	CONSERVADO	R$ 1. 910,40
93	NPP5673	MT	RENAULT/ SANDERO SW1616VA	2012/ 2012	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	93YBSR8VNCJ271272	K4MG695Q008588	CONSERVADO	R$ 6. 319,50

94	NJC5939	MT	HONDA/ POP100	2007/ 2007	VERMELHA	GASOLINA	9C2HB02107R044875	HB02E17044875	CONSERVADO	R$ 747,60
95	QBS2582	MT	HONDA/CG 160 TITAN EX	2017/ 2017	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC2210HR015492	KC22E1H015542	CONSERVADO	R$ 3. 147,30
96	NUA5185	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/ 2011	VERMELHA	ALCOOL/GASOLINA	9C2JC4820BR272333	JC48E2B272333	CONSERVADO	R$ 2. 037,90
97	NUG4295	MT	HONDA/ CG150 FAN ESDI	2011/ 2011	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1680BR513933	KC16E8B513933	CONSERVADO	R$ 1. 944,30
98	JZT1574	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/ 2004	PRETA	GASOLINA	9C2KC08104R012073	KC08E14012073	CONSERVADO	R$ 1. 242,30
99	KAL4367	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2005/ 2005	PRETA	GASOLINA	9C2KC08105R137469	KC08E15137469	CONSERVADO	R$ 1. 279,20
100	JGE6946	MT	VW/GOL SPECIAL	2003/ 2003	PRETA	GASOLINA	9BWCA05Y13T170398	AFZ796645	CONSERVADO	R$ 3. 876,30
101	OAZ2610	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2011/ 2011	PRATA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1650BR525129	KC16E5B525129	CONSERVADO	R$ 1. 948,80
102	NJA8139	MT	HONDA/CG 125 FAN	2007/ 2007	VERDE	GASOLINA	9C2JC30707R243894	JC30E77243894	CONSERVADO	R$ 1. 126,20
103	NJT5557	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2009/ 2009	CINZA	GASOLINA	9C2JC42209R106576	JC42E29106576	CONSERVADO	R$ 1. 770,90
104	KAB2749	MT	SUZUKI/ EN125 YES	2004/ 2005	PRETA	GASOLINA	9CDNF41LJ5M001167	F466BR101167	CONSERVADO	R$ 743,70
105	NJO4738	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2KC08508R114541	KC08E58114541	CONSERVADO	R$ 1. 600,20
106	NJL6135	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 K	2009/ 2009	AZUL	GASOLINA	9C6KE122090057064	E3D1E-057007	CONSERVADO	R$ 973,80
107	KXK0251	MT	GM/CELTA 2P LIFE	2005/ 2006	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9BGRZ08906G162900	K70017022	CONSERVADO	R$ 3. 774,60
108	JZN6984	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2002/ 2003	PRETA	GASOLINA	9C2HA07103R021884	HA07E13021884	CONSERVADO	R$ 1. 001,70
109	OBG1779	MT	CHEVROLET/ AGILE LTZ	2012/ 2013	BRANCA	ALCOOL/GASOLINA	8AGCN48X0DR126525	CSB539528	CONSERVADO	R$ 8. 614,80
110	NDZ5342	MT	YAMAHA/YBR 125K	2008/ 2008	AZUL	GASOLINA	9C6KE092080195439	E382E-193971	CONSERVADO	R$ 1. 201,20
111	QCZ7728	MT	HONDA/CG 160 FAN	2018/ 2019	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC2200KR101680	KC22E0K101712	CONSERVADO	R$ 3. 357,60
112	OBO0896	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2013/ 2013	AMARELA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1670DR467132	KC16E7D467132	CONSERVADO	R$ 2. 077,20
113	KAO2269	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2006/ 2006	VERMELHA	GASOLINA	9C2KC08106R941841	KC08E16941841	CONSERVADO	R$ 1. 356,30
114	KAM4184	MT	HONDA/BIZ 125 MAIS	2006/ 2006	PRETA	GASOLINA	9C2JA04306R802251	JA04E36802251	CONSERVADO	R$ 1. 536,00
115	NJR6899	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2JC30708R707036	JC30E78707036	CONSERVADO	R$ 1. 175,10
116	KAJ3904	MT	HONDA/CG 150 TITAN ES	2005/ 2005	PRETA	GASOLINA	9C2KC08505R061076	KC08E55061076	CONSERVADO	R$ 1. 382,10
117	NJR4326	MT	KIA/CERATO EX 1.6N3	2008/ 2009	AZUL	GASOLINA	KNAFE227395638518	G4FC8H014969	CONSERVADO	R$ 6. 537,30
118	JZW1364	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/ 2004	PRETA	GASOLINA	9C2KC08104R034036	KC08E14034036	CONSERVADO	R$ 1. 171,50
119	NJL0967	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/ 2009	PRETA	GASOLINA	9C2JC41209R089388	JC41E29089388	CONSERVADO	R$ 1. 428,60
120	KAD7938	MT	HONDA/CG 150 JOB	2004/ 2004	VERMELHA	GASOLINA	9C2KC08304R000760	KC08E34000760	CONSERVADO	R$ 1. 200,60
121	NPH4760	MT	HONDA/ NXR150 BROS ESD	2008/ 2008	VERMELHA	GASOLINA	9C2KD03108R033591	KD03E18033591	CONSERVADO	R$ 2. 112,60
122	KAA3855	MT	HONDA/CG 150 JOB	2005/ 2005	BRANCA	GASOLINA	9C2KC08305R004880	KC08E35004880	CONSERVADO	R$ 1. 279,20
123	NJC0761	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2007/ 2007	PRETA	GASOLINA	9C2JA04207R079733	JA04E27079733	CONSERVADO	R$ 1. 550,40
124	KAI2181	MT	HONDA/ NXR150 BROS KS	2007/ 2007	PRETA	GASOLINA	9C2KD03207R800983	KD03E27800983	CONSERVADO	R$ 1. 441,80
125	KAF5163	MT	YAMAHA/YBR 125K	2005/ 2005	VERMELHA	GASOLINA	9C6KE044050129177	E338E-125435	CONSERVADO	R$ 883,20
126	OBE3122	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2012/ 2013	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2JC4820DR311002	JC48E2D311002	CONSERVADO	R$ 2. 222,70
127	KAS6176	MT	HONDA/BIZ 125 MAIS	2007/ 2007	PRETA	GASOLINA	9C2JA04307R015813	JA04E37015813	CONSERVADO	R$ 1. 474,20
128	NTY8897	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/ 2010	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4110AR042247	JC41E1A042247	CONSERVADO	R$ 1. 368,00
129	OBP9056	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2013/ 2013	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4110DR733183	JC41E1D733183	CONSERVADO	R$ 1. 677,90
130	NJQ1774	MT	HONDA/ CB600F HORNET	2009/ 2010	PRETA	GASOLINA	9C2PC4200AR000631	PC42E-A000631	CONSERVADO	R$ 7. 775,40
131	JZS7599	MT	PEUGEOT/ 206 SELECTION	2003/ 2003	VERMELHA	GASOLINA	9362A7LZ93W052404	10TR01Q0065554	CONSERVADO	R$ 2. 631,00
132	NJB2825	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2KC08208R056216	KC08E28056216	CONSERVADO	R$ 1. 608,90
133	OAV7168	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/ 2012	VERMELHA	ALCOOL/GASOLINA	9C2JC4820CR275089	JC48E2C275089	CONSERVADO	R$ 2. 136,30

134	KAN1331	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2JC30708R776812	JC30E78776812	CONSERVADO	R$ 1. 175,10
135	KAD0128	MT	VW/GOL SPE-CIAL	2004/ 2004	PRATA	GASOLINA	9BWCA05Y04T176467	AFZ823519	CONSERVADO	R$ 3. 171,30
136	NJL4165	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2009/ 2009	PRETA	GASOLINA	9C2JC41209R066097	JC41E29066097	CONSERVADO	R$ 1. 428,60
137	QBK8457	MT	CHEVROLET/ ONIX 1.0MT LS	2014/ 2015	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BGKR48B0FG179467	GB9015463	CONSERVADO	R$ 11. 029,80
138	KAJ9574	MT	VW/GOL 1.0	2006/ 2006	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BWCA05W76P050911	BNW055408	CONSERVADO	R$ 4. 005,60
139	JZC0924	MT	HONDA/C100 BIZ	2001/ 2001	AZUL	GASOLINA	9C2HA07001R017574	HA07E-1017574	CONSERVADO	R$ 720,60
140	HWE7173	MT	GM/ASTRA GL	2000/ 2000	BRANCA	GASOLINA	9BGTT08C0YB147898	NJ0037574	CONSERVADO	R$ 3. 454,50
141	NPL5407	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2009/ 2010	VERMELHA	GASOLINA	9C2KC1550AR028098	KC15E5A028098	CONSERVADO	R$ 1. 781,40
142	JZN2504	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2002/ 2003	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC30203R105264	JC30E23105264	CONSERVADO	R$ 1. 135,50
143	KAP9503	MT	YAMAHA/YBR 125K	2007/ 2007	PRETA	GASOLINA	9C6KE092070102414	E382E-102129	CONSERVADO	R$ 1. 060,20
144	QBT8973	MT	HONDA/POP 110I	2016/ 2016	BRANCA	GASOLINA	9C2JB0100GR211012	JB01E0G211030	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00
145	OOO1757	MS	HONDA/ CG150 FAN ESDI	2014/ 2015	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2KC1680FR009348	KC16E8F009348	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00
146	OAY6724	MT	FIAT/FIORINO FLEX	2013/ 2013	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BD255049D8973067	178E90111676445	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 300,00
147	NSA2682	MS	HYUNDAI/ SANTA FE 3.5	2011/ 2012	PRETA	GASOLINA	KMHSH81GDCU837803	G6DCBA771758	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 3. 000,00
148	MIX3673	SC	FORD/ECOS-PORT FSL1. 6FLEX	2011/ 2012	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BFZE55P9C8689849	QF9AC8689849	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 300,00
149	NUD2345	MT	FORD/KA FLEX	2011/ 2012	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BFZK53A3CB335447	SMRBC335447	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 300,00
150	NPM9312	MT	HONDA/BIZ 125 ES	2011/ 2011	ROSA	ALCOOL/GA-SOLINA	9C2JC4820BR072539	JC48E2B072539	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 400,00
151	NDT3389	RO	HONDA/CB 300R	2010/ 2010	PRETA	GASOLINA	9C2NC4310AR090699	NC43E1A090699	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
152	NPF8626	MT	FIAT/STRADA ADVENTURE CD	2010/ 2010	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BD27844DA7280107	X7*0535973*	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 500,00
153	NJC1104	MT	VW/SAVEIRO 1.6	2008/ 2009	BRANCA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BWKB05W09P004933	BWX109194	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 400,00
154	NJK1355	MT	YAMAHA/ FACTOR YBR125 K	2008/ 2009	AZUL	GASOLINA	9C6KE122090047660	E3D1E-048247	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00
155	KAK5991	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	PRETA	GASOLINA	9C2JC30708R750644	JC30E78750644	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 400,00
156	NJA4625	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/ 2008	CINZA	GASOLINA	9C2JC30708R605805	JC30E78605805	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 400,00
157	HFQ1770	MT	GM/VECTRA HATCH 4P GT-X	2007/ 2008	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BGAV48W08B162046	R80010071	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 300,00
158	MDX0275	SC	RENAULT/LO-GAN EXP 1016V	2007/ 2008	PRATA	ALCOOL/GA-SOLINA	93YLSR1RH8J894442	D4DH760Q000097	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 100,00
159	DXZ8452	SP	HONDA/CIVIC LXS FLEX	2007/ 2007	PRATA	ALCOOL/GA-SOLINA	93HFA65307Z214241	R18A6-7Z214250	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1. 300,00
160	KAB2312	MT	FIAT/PALIO FIRE FLEX	2006/ 2006	VERDE	ALCOOL/GA-SOLINA	9BD17146G62722896	178F1011*6735213*	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
161	AMT3112	SP	FIAT/PALIO FIRE	2005/ 2006	PRATA	GASOLINA	9BD17146762602422	178F10116396922	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
162	NGU2230	PR	TOYOTA/CO-ROLLA XLI16VVT	2005/ 2005	BRANCA	GASOLINA	9BR53ZEC158533085	3ZZE362290	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
163	KAR2938	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/ 2005	AZUL	GASOLINA	9C2JC30705R048671	JC30E75048671	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00
164	KAF6855	MT	HONDA/CG 125 FAN	2005/ 2005	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC30705R103210	JC30E75103210	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00
165	DIU8841	SP	VW/FOX 1.6	2004/ 2005	PRETA	ALCOOL/GA-SOLINA	9BWKB05Z054031605	BJA015313	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
166	JZN3784	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE	2002/ 2003	CINZA	GASOLINA	9BD15802534430451	5567272	SUCATA APROVEI-TAVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00

167	JZE5831	MT	HONDA/CG 125 TITAN ES	2000/ 2001	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC30201R003533	JC30E21003533	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00
168	JZA7124	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/ 2000	PRATA	GASOLINA	9C2JC3010YR072778	JC30E1Y072778	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 200,00
169	NBF3088	RO	HONDA/C100 BIZ	1998/ 1998	VERMELHA	GASOLINA	9C2HA070WWR002589	HA17EW02589	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 200,00
170	JYR8744	MT	VW/SAVEIRO CL 1.6 MI	1998/ 1998	BRANCA	GASOLINA	9BWZZZ376WP012010	UND193247	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 400,00
171	JZI6349	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1997/ 1998	VERDE	GASOLINA	9C2JC250WVR034232	JC25E-W034232	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 200,00
172	JYP8250	MT	HONDA/CG 125 TITAN	1996/ 1997	VERDE	GASOLINA	9C2JC250VTR014844	JC25E-V014844	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 200,00
173	NBC4138	MT	GM/CORSA WIND	1994/ 1995	VERMELHA	GASOLINA	9BGSC08WSRC631635	B10NZ31051419	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00
174	AEG8714	MT	FIAT/UNO ELECTRONIC	1993/ 1994	CINZA	GASOLINA	9BD146000P5140411	3862573	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00
175	HQU6383	MS	FORD/ES-CORT L	1990/ 1990	VERMELHA	GASOLINA	9BFZZZ54ZLB106536	1060505	SUCATA APROVEI-TÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 300,00

Várzea Grande/MT, 15 de julho de 2021.

ERICO LAGES SOARES

JUCEMAT-45

Vip Leilões – Gestão e Logística SA

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

Processo Administrativo Disciplinar nº 031/2020

Investigado: MÁRIO RAIMUNDO CORREIA

Fatos Investigados: Abandono de Cargo

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 878/2020 de 25/09/2020, publicada no Jornal AMM, em 30/09/2020, pág. 775 e considerando o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91, bem como,a instauração do PAD 031/2020, através da Portaria 865/CPSPAD/SAD/2020, publicada em 30/09/2020, no Jornal AMM,**CITA**, pelo presente edital,MÁRIO RAIMUNDO CORREIA, matrícula 34455, Professor de V a VIII, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, para que tome ciência da acusação que lhe é imputada referente ao Abandono de Cargo.**Deverá no prazode 15 (quinze) dias,** contados a partir da última publicação deste Edital, apresentar **DEFESA ESCRITA**, devendo tomar ciência de todos os seus atos pessoalmente ou através de advogado legalmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, consoante o Art. 165, e § 1º do Art. 170 da Lei Municipal 1.164/1991. Deverá também,comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sita à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, fone:98459-8126, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e

Processos Administrativos Disciplinares

Matrícula nº 31.375

COVID-19: RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2021/CME/VG/MT.

Dispõe sobre normas a serem adotadas pelas Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, para o ano letivo de 2021, sobre Classificação, Reclassificação e Matricula Extraordinária, dado a situação de pandemia pelo COVID-19.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei Nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação, Lei Federal Nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 2.363/2001 – Sistema Municipal de Ensino, Lei Nº 4.102/2015 – Plano Municipal de Educação, Lei Municipal Nº4.303/2017 – Constituição do Conselho Municipal de Educação/VG/MT, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Universal dos Direitos das Crianças, Política Nacional das Pessoas com Deficiência e por deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Educação – VG, aprovada em 09 de julho de 2021;

Considerando que, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elucidou, pela Resolução Nº 002/2020, aos Sistemas de Ensino, da necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas dos anos letivos de 2020 e 2021, em virtude de ações preventivas à propagação da COVID-19;

Considerando O Decreto Estadual Nº 836/2021, que define restrições de circulação de pessoas, dado o avanço da Covid 19;

Considerando os Decretos Municipais Nº 06 e 41/2021,sobre as restrições; medidas de contenção e de cuidados básicos para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus;

Considerando as Orientações estabelecidas pela SMECEL – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ao retorno as atividades escolares de forma escalonada e híbrida, em especial a Portaria 067/2021;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando que a LDBEN Nº 9.394/96, no Art. 23, § 2º, prevê a competência do respectivo Sistema de Ensino para a definição do Calendário, adequando-o às peculiaridades locais, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar;

Considerando que a pandemia provocada pela COVID-19, mobiliza o órgão normativo para regulamentar, de forma excepcional e temporária, as atividades para o ano letivo de 2021;

Considerando, a Resolução Normativa Nº 003/2020- CME/VG/MT, que dispõe sobre normas a serem adotadas enquanto perdurar a situação de pandemia do COVID-19;

Considerando a autonomia dos Sistemas de Ensino para deliberarem quanto a questões operacionais relativas ao calendário anual das instituições escolares, desde que assegurada a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas ao estudante da Educação Básica e suas modalidades, conforme Art. 24 da LDBEN 9.394/96;

Considerando o que dispõe o artigo 6º da Resolução Nº 004/2020/CME/VG/MT, e a prorrogação do início do Ensino Híbrido nas escolas municipais para o mês de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Definir, em caráter de excepcionalidade, o processo de Classificação e Reclassificação, definidos na Resolução Nº 12/2017/CME/VG/MT, que poderão ser realizados até o dia 31 de agosto de 2021, assegurando aos alunos formas de aplicação dos conteúdos curriculares relativos às 800 horas mínimas.

Art. 2º- Para realização da Classificação e Reclassificação será observado o que dispõem os artigos 129, 130 incisos III, 131, 132 e 133, da Resolução Nº 12/2017/CME/VG/MT.

Art. 3º - Cabe as unidades escolares adotarem procedimentos que assegurem aos alunos os conteúdos curriculares programados para o determinado ano letivo da Classificação ou Reclassificação do aluno, correspondente a 800 horas anuais, através de atividades online, presenciais, se for o caso, extraclasse e ou outras formas que possibilite ao aluno o desenvolvimento de seus estudos.

Parágrafo Único - Todas as atividades desenvolvidas pelo aluno, inclusive avaliativas, devem fazer parte de seu portifólio para a totalização das 800 horas letivas.

Art. 4º -O processo de Matricula Extraordinária deve seguir seu curso normal definido no Artigo 10 da Resolução Nº 12/20217/CME/VG/MT, sem a necessidade para o ano letivo de 2021, do que dispõe o § 1º deste Artigo.

***Artigo 5º* - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.**

Várzea Grande, 07 de julho de 2.021.

EVA DE PAULO VIEIRA SANTOS

Presidente do CME/VG

HOMOLOGO:

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 11/ 2021/ SMVO-GAB

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 132/2018 e dá outras providênciasno âmbito do Municípiode Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS e o SECRETARÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

1º. Ficam designadas para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 132/2018, firmado com **GEANDRE FRANK LATORRACA – ME**inscrito no CNPJ sob nº 06.147.693/0001-26, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, as seguintes Servidoras:

I –Fiscal Titular: Emanuela Aparecida Esganzela, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26359340 **SSP/MT**, inscrita no CPF nº 056.682.651-88, Agente de Desenvolvimento Econômico, Matrícula nº145.606.

II –Fiscal Suplente: Karinny Campos da Costa, brasileira, solteira,portadora da Cédula de Identidade RG nº 26682206SSP/MT, inscrita no CPF nº 058.629.011-75, Assistente Técnico,Matrícula nº145.527.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, CUMPRA-SE.

Paço Municipal “Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 07 de julho de 2021.

Luiz Celso Morais de Oliveira

SecretárioMunicipal de Viação e Obras

Breno Gomes

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

---

RECONSIDERACAO DE ATO DECISÃO

Processo nº 0168

Sindicância nº 008/2019

Trata-se de Pedido de Reconsideração de Ato, interposto por G. T. R., matricula nº 100590, *RG nº 1799002-5 SSP/MT, CPFsob o número017.068. 971-97,* lotado na Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal para que seja revogada à revelia declarada, bem como seja revoga-

da a pena de suspensão aplicada nos autos da Sindicância nº 008/2019, com fundamento em vícios insanáveis no processo e inocência do GM G. T.R.

Nas razões do Pedido de Reconsideração, o Guarda Municipal G. T. R. alega cerceamento de defesa, aduz que foi decretada indevidamente a sua revelia e afirma que na data do julgamento, da Sindicância nº 008/2019, estava de Licença Prêmio.

Aponta nulidade da decretação da revelia devido a contagem indevida do prazo para apresentação de defesa, ressalta ainda, que o relatório final, para condenação, foi produzido durante o prazo de defesa.

Salienta causa de justificação e/ou atenuantes com abrandamento da pena média para pena leve de advertência, requerendo que seja revogada a pena de Suspensão ao GM G.T.R, com fundamento de que o GM em tela não praticou ato de insubordinação.

Pois bem.

Não há o que se falar em cerceamento de defesa do Guarda Municipal G. T. R., compulsando os autos, verifica-se que na data de 21.09.2019 através da Notificação Prévia, pg. 07, da Sindicância nº008/2019, o GM em tela foi comunicado da abertura da Sindicância e notificado do seu direito de ampla defesa e contraditório.

Outrossim, em 23.10.2020, através da Intimação 032/2020, pg. 35, da Sindicância nº 008/2019, o GM G. T. R. foi intimado para prestar esclarecimento sobre os atos e fatos da mencionada Sindicância, no dia 28.10.2020 às 14hs30min.

Por conseguinte, na data de 28.10.2020 o GM em tela compareceu a sede da Corregedoria Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, acompanhado da sua advogada Ana Paula Cunha Freire, OAB/MT nº 24129 e prestou esclarecimentos dos atos e fatos da Sindicância nº 008/2020.

Ainda, em 19.05.2020, o GM G. T. R., foi citado pessoalmente para apresentar defesa escrita através do Mandato de Citação, pg. 89, acostado aos autos da Sindicância nº 008/2019.

É importante destacar que, o GM G.T.R foi regularmente citado para apresentar defesa e intimado para comparecer na sede da Corregedoria Geral da Guarda Municipal para prestar esclarecimentos, não havendo o que se falar em cerceamento de defesa, ou necessidade de citação da advogada.

Ademais, ressalta-se que o GM em tela, compareceu pessoalmente ou através de sua advogada nos atos aos quais foi intimado, garantindo assim o contraditório e ampla defesa na Sindicância em questão.

Analisando os autos, contata-se que apesar de devidamente citado o GM G.T.R, não apresentou defesa escrita, e consequentemente foi decretada sua revelia, destaca-se que o artigo 41 da LCM nº 4.180/2016 prevê que, a defesa escrita deverá ser apresentada no prazo de 10 dias úteis, no entanto, no caso de dois ou mais indiciado esse prazo passa de 20 (vinte) dias (corridos).

Ressalta-se ainda que, o artigo 52 do Decreto Municipal nº 80/2015 (Regimento Interno da Corregedoria Geral da GM), prevê que os prazos processuais são contínuos, não se interrompendo nos feriados e finais de semana, portanto, não há o que se falar em contagem indevida do prazo para apresentação de defesa escrita e revogação da decretação de revelia.

Em relação ao julgamento da Sindicância nº 008/2019, frisa-se que o Guarda Municipal G. T. R. foi intimado através da sua advogada Ana Paula Cunha Freire na data de 01 de julho de 2021, após findada a Licença Prêmio do Denunciado.

Salienta-se que não há o que se falar em ausência de duplo grau de jurisdição, visto que as modalidades de recurso estão previstas no artigo 116 da LCM 4.180/2016.

No que tange a alegação de impossibilidade de punição do Guarda Municipal, ressalta-se que o processo foi devidamente instruído e obedecido o contraditório e ampla defesa, assim, analisando atentamente os autos, a sanção aplicada ao Guarda Municipal deve ser mantida, pelos próprios fundamentos do Relatório final da Comissão de Sindicância e Julgamento Final.

Pelo fundamento exposto, indefiro o Pedido de Reconsideração de Ato, interposto pelo Guarda Municipal G. T. R., assim, mantenho a aplicação da penalidade por seus próprios fundamentos.

Publique-se no Diário oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Intime-se a parte interessada fornecendo cópia do julgamento,

Cumpra-se;

Várzea Grande-MT, 12 de Julho de 2021

Evandro Homero Dias

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 687/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 738879/2021,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (27/05/2020 a 27/05/2022) concedido a servidora**EDNA REGINA MARCOSKI DA SILVA,** Matrícula 12296, exercendo o cargo de Técnico Administrativo Educacional,**retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, partir de 01/07/2021.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julhode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 685/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 740197/2021,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (13/04/2021 a 13/04/2023) concedido a servidora**ANDRIELLE CARLA DA SILVA CAMPOS,** Matrícula 3554, exercendo o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social,**retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Saúde, partir de 05/07/2021.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julhode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO CONTRATO N. 091/2021

PARTES INTERESSADAS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60*, e de outro lado, a Empresa A. DELGADO SOLUÇÕES EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.248.062.0001/29. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 10/2021, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 09/2021 da Secretaria Muni-*

cipal de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 720136/2021. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa capacitada para prestação de serviços ininterruptos de translado de pacientes via suporte avançado (UTI móvel) e interhospitalar dentro do perímetro urbano (Várzea Grande/Cuiabá) com presença de equipe de saúde qualificada para as especialidades de atendimento, para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 943.992,00 (Novecentos e quarenta e três mil novecentos e noventa e dois reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com as necessidades da Secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato dela decorrente ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: PAULA MORENA APARECIDA CAMPOS ALMEIDA GUEDES, Coordenadora do Núcleo Interno de Regulação – NIR, portadora da Cédula de Identidade RG 12251038 SJ/MT, e inscrita no CPF 002.393.841-21, matricula 38476; SUPLENTE DE FISCAL: JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA NETO, agente administrativo, portador da cédula identidade 14853094 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 003.628.571-48, matrícula 137435.

DATA DE ASSINATURA: 09.07.2021.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

Contratante

A DELGADO SOLUÇÕES EPP

Contratada

PORTARIA Nº 686/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 732711/2021,

RESOLVE:

Conceder àservidora**JOEDERSON DA SILVA PLACIDO,** matrícula 82130, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **07/07/2021 a 07/07/2023.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,12 de julhode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.331/2021

“DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ALÉCIO DE SOUZA ARAGÃO**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Matrícula n. 2131, portador da Cédula de Identidade n. 001432694 SSP/MS e CPF n. 015.621.651-51, lotado na Secretária de Administração e Fazenda, para acompanhar e fiscalizar a execução dos seguintes Contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e as empresas relacionadas abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR
50	**S. C. ROSA & CIA. LTDA - ME**	Fornecimento (em regime de comodato de kit SFTV) com até 10 câmeras e instalação de solução de circuito fechado de televisão, com tecnologia HD e todos os equipamentos e acessórios necessários	R$ 95. 520,00
51	**HS MIX CAFE EIRELI**	Concessão de direito real de uso de imóvel integrante do patrimônio público municipal.	Valor Mensal R$ 1. 400,00
52	**RODNAN DA CUNHA CAMARGO 03379748102**	Concessão de direito real de uso de imóvel integrante do patrimônio público municipal.	Valor Mensal R$ 1. 780,00

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.328/2021

“DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **MICHELL LEITE COELHO,** ocupante do cargo de Agente administrativo, Matrícula n. 2202, portador da Cédula de Identidade RG n. 564.243 – SSP/MT e CPF n. 626.115.002-82, lotado na Secretaria de Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços conforme segue:

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO COMPACTADOR NOVO PARA UTILIZAÇÃO NO RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO FEDERAL Nº. 897997/2020; PROPOSTA Nº. 000103/2020

CONTRATADO: TORINO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 02.416.362/0001-93

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 09 de julho de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2021

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 052/2021, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em tratamento e recuperação de dependentes químicos (feminino), resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): CENTRO DE TRATAMENTO RENASCER LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 36.108.672/0001-62 , com proposta no valor global de R$ 262.800,00 (Duzentos e Sessenta e Dois Mil e Oitocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de julho de 2021

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 052/2021, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em tratamento e recuperação de dependentes químicos (feminino), resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): CENTRO DE TRATAMENTO RENASCER LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 36.108.672/0001-62 , com proposta no valor global de R$ 262.800,00 (Duzentos e Sessenta e Dois Mil e Oitocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de julho de 2021

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS (FEMININO).

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
CENTRO DE TRATAMENTO RENASCER LTDA	36.108.672/0001-62	262.800,000

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2021.

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e terrestres intermunicipais e interestaduais.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA	24.538.995/0001-07	77.400,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2021.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2021

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 054/2021, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e terrestres intermunicipais e interestaduais, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 24.538.995/0001-07, com proposta no valor global de R$ 77.400,00 (Setenta e Sete Mil e Quatrocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de julho de 2021

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 054/2021, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e terrestres intermunicipais e interestaduais, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 24.538.995/0001-07, com proposta no valor global de R$ 77.400,00 (Setenta e Sete Mil e Quatrocentos Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 12 de julho de 2021

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.330/2021

“SUBSTITUI FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **RAFAEL JUNIOR DA SILVA POHU**,ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais n. 3833, portador do RG: 287790-70-0 SSP/MT e CPF: 068.921.871-02, lotado na Secretaria de Infraestrutura e serviços públicos, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de **n. 008/2019, 015/2021 e n. 030/2021** da administração Municipal, que se encontra em vigência, em substituição ao servidor ALÉ-

CIO DE SOUZA ARAGÃO e dos contratos de n. **010/2021** e **035/2021** em substituição ao servidor JORGE GONÇALVES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS do mês de JULHO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2021

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, instituída pela Portaria n. 083, de 14 de janeiro de 2021, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo a CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2021, tendo por objeto a concessão de direito real de uso de imóveis integrantes do patrimônio público municipal, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): HS MIX CAFE EIRELI, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 42.166.893/0001-90, que apresentou proposta no valor global de R$ 168.000,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil Reais) e RODNAN DA CUNHA CAMARGO 03379748102, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 42.425.407/0001-00, que apresentou proposta no valor global de R$ 213.600,00 (Duzentos e Treze Mil e Seiscentos Reais).

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 12 de julho de 2021.

AURÉLIO DOS SANTOS NAKASHIMA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo a CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2021, tendo por objeto a concessão de direito real de uso de imóveis integrantes do patrimônio público municipal, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): HS MIX CAFE EIRELI, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 42.166.893/0001-90, que apresentou proposta no valor global de R$ 168.000,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil Reais) e RODNAN DA CUNHA CAMARGO 03379748102, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 42.425.407/0001-00, que apresentou proposta no valor global de R$ 213.600,00 (Duzentos e Treze Mil e Seiscentos Reais).

Vila Bela da Ss. Trindade – MT,12 de julho de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 115/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 883006

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições para atender eventos e reuniões das Secretarias de Saúde, Administração, Educação, Ação Social, Obras, Agricultura, Cultura Desporto e Lazer, Finanças e Gabinete do Prefeito.

REALIZAÇÃO: 27/07/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 12 de Julho de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

EXERCÍCIO:2021
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Junho
DATA DE EMISSÃO:12/07/2021
FAGINA:1

IMPREV
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**3.078.590,90**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**2.576.243,65**
Ordinária	0,00	Vinculada	2.576.243,65
Vinculada	3.078.590,90	Recuros RPPS	2.576.243,65
Recuros RPPS	3.078.590,90	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Interferências Financeiras Concedidas (IX)**	**950.343,12**
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**507.356,70**	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO P	950.343,12
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	57.502,51	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**514.713,97**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.810,17	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	81.889,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	444.044,02	RP PROCESSADOS PAGOS	3.614,75
Saldo do Exercício Anterior (V)	**37.891.342,28**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	429.209,72
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.320.674,87	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**37.435.989,14**
BANCO C/ MOVIMENTO	391.779,77	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.167.379,67
POUPANÇA	178.887,64	BANCO C/ MOVIMENTO	84.287,68
		POUPANÇA	184.321,79
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	41.477.289,88	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	41.477.289,88

VILA RICA, 12/07/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI AFARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2021
Período: Janeiro à Junho
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.078.590,90	-4.679.809,10
_ Contribuições	2.610.400,00	2.610.400,00	1.086.078,15	-1.524.321,85
___ Contribuições Sociais	2.610.400,00	2.610.400,00	1.086.078,15	-1.524.321,85
_ Receita Patrimonial	3.068.000,00	3.068.000,00	582.482,07	-2.485.517,93
___ Valores Mobiliários	3.068.000,00	3.068.000,00	582.482,07	-2.485.517,93
_ Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	2.169,00	2.169,00
___ Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.169,00	2.169,00
_ Contribuições	2.080.000,00	2.080.000,00	1.407.861,68	-672.138,32
___ Contribuições Sociais	2.080.000,00	2.080.000,00	1.407.861,68	-672.138,32
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.078.590,90	-4.679.809,10
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.078.590,90	-4.679.809,10
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.078.590,90	-4.679.809,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.357.600,00	4.357.600,00	2.569.973,65	2.512.471,14	2.506.660,97	1.787.626,35
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.944.320,00	3.944.320,00	2.494.107,91	2.494.107,91	2.488.297,74	1.450.212,09
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTE	413.280,00	413.280,00	75.865,74	18.363,23	18.363,23	337.414,26
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	20.800,00	20.800,00	6.270,00	6.270,00	6.270,00	14.530,00
_ INVESTIMENTOS	20.800,00	20.800,00	6.270,00	6.270,00	6.270,00	14.530,00
Reserva de Contingência (X)	3.380.000,00	3.380.000,00	0,00	0,00	0,00	3.380.000,00
_ RESERVA DE CONTINGENCIA	3.380.000,00	3.380.000,00	0,00	0,00	0,00	3.380.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	7.758.400,00	7.758.400,00	2.576.243,65	2.518.741,14	2.512.930,97	5.182.156,35
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	7.758.400,00	7.758.400,00	2.576.243,65	2.518.741,14	2.512.930,97	5.182.156,35
Superávit (XIV)	_____ -_____	_____ -_____	502.347,25	-	-	-502.347,25
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.078.590,90	2.518.741,14	2.512.930,97	4.679.809,10
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	108.794,92	84.255,89	81.889,50	0,00	26.905,42
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	108.794,92	84.255,89	81.889,50	0,00	26.905,42
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	108.794,92	84.255,89	81.889,50	0,00	26.905,42

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	3.614,75	3.614,75	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.240,76	1.240,76	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.373,99	2.373,99	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.614,75	3.614,75	0,00	0,00

VILA RICA, 12/07/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 048/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 883171

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais

nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de sondagem de solo, para fins de realização de estudos geotécnicos necessários para elaboração do relatório de determinação no PCN de estruturas pavimentadas.

REALIZAÇÃO: 26/07/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 12 de Julho de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 046/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 114/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 882952

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de mascaras de tecido para atender a secretaria de saúde, Administração e Agricultura**.**

REALIZAÇÃO: 23/07/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 13h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 14h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 12 de Julho de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216/2021

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder “licença para tratamento de Saúde em pessoa da família” a servidora VALERIA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 4043, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, nos períodos de 05/04/2021 a 03/06/2021 remunerada e 07/07/2021 a 04/10/2021 sem remuneração de acordo com a Seção IV Art. 88 da lei n.º 747/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data e seus efeitos retroagem a 05 de abril de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - UCMMAT

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2021 - LUCIARA/MT

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2021

DE 12 DE JULHO DE 2021

Autoria: MAIORIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, FINANÇAS E OBRAS PUBLICAS

“DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PARECER PREVIO EMITIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO PROCESSO 8.841-2/2019, 20-5/2019, 14.124-0/2020 E 19-1/2019, QUE EMITIU PARECER DESFAVORAVEL Á APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUCIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR RUSLEY ALVES LUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO;

CONSIDERANDO, a decisão plenária conforme o §4º Parágrafo do Art. 162 do Regimento Interno da Camara, que aprovou pela maioria de seus membros, o Parecer Prévio Emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

DECRETA:

Art. 1º - Em cumprimento a Decisão Plenária, Ficam **REPROVADAS AS CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2019, DA GESTÃO DO SENHOR FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO**.

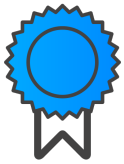
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário**.**

Gabinete da Presidência, em 12 de julho de 2021.

RUSLEY ALVES LUZ

PRESIDENTE

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Jul 12 23:31:27 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)